



As obras de arte reproduzidas neste relatório foram criadas pelo artista Valerio Adami e fazem parte da coleção de arte contemporânea do BFF.

Toda a coleção de cerca de 250 obras do período pós-guerra até ao início dos anos 2000 criada por artistas como Valerio Adami, Enrico Baj, Alberto Burri, Hsiao Chin, Mario Schifano, Arnaldo Pomodoro e Joe Tilson está permanentemente em exposição nos escritórios italianos do BFF em Milão e Roma.

Em 2019, o Banco lançou um projeto de digitalização e acondicionamento da coleção, que envolveu uma série de iniciativas, incluindo uma exposição itinerante por toda a Europa, acompanhada de publicações em inglês para promover a cultura e a arte italianas no estrangeiro.

Além disso, desde janeiro de 2023, está disponível um novo volume que se inspira na coleção: «*Italian and American Art – An Interaction – 1930s–1980s*», dedicada ao fascínio mútuo entre a arte italiana e a arte americana.

A nova fase do projeto dá seguimento à exposição itinerante apresentada na Europa, com novas paragens também nos Estados Unidos em 2024, e culmina no espaço museológico da nova sede do Banco, que está a ser construída em Milão.

O empenho do BFF no domínio cultural resulta do seu sentido de responsabilidade para com a comunidade e o património artístico italiano, e da vontade de devolver à sociedade parte do valor que o BFF gera, em linha com as políticas sociais e de sustentabilidade do Grupo.

[www.art-fator.eu](http://www.art-fator.eu)

Este documento, preparado em formato PDF apenas para facilitar a leitura das Demonstrações Financeiras, representa uma versão suplementar do documento oficial, em conformidade com a Diretiva 2004/109/CE («Diretiva Transparência») e o Regulamento Delegado (UE) 2019/815 («Formato Eletrónico Único Europeu - Regulamento ESEF»), publicado no sítio web em [www.bff.com](http://www.bff.com).

**BFF Bank S.p.A.**  
Empresa-mãe do BFF Banking Group  
Sede social sita em Milão - Via Domenichino 5  
Capital social 144 157 893,80 euros (integralmente realizado)  
Registo Comercial de Milão n.º  
Código fiscal e NIF n.º 07960110158

## Demonstrações e relatórios financeiros

# 2023

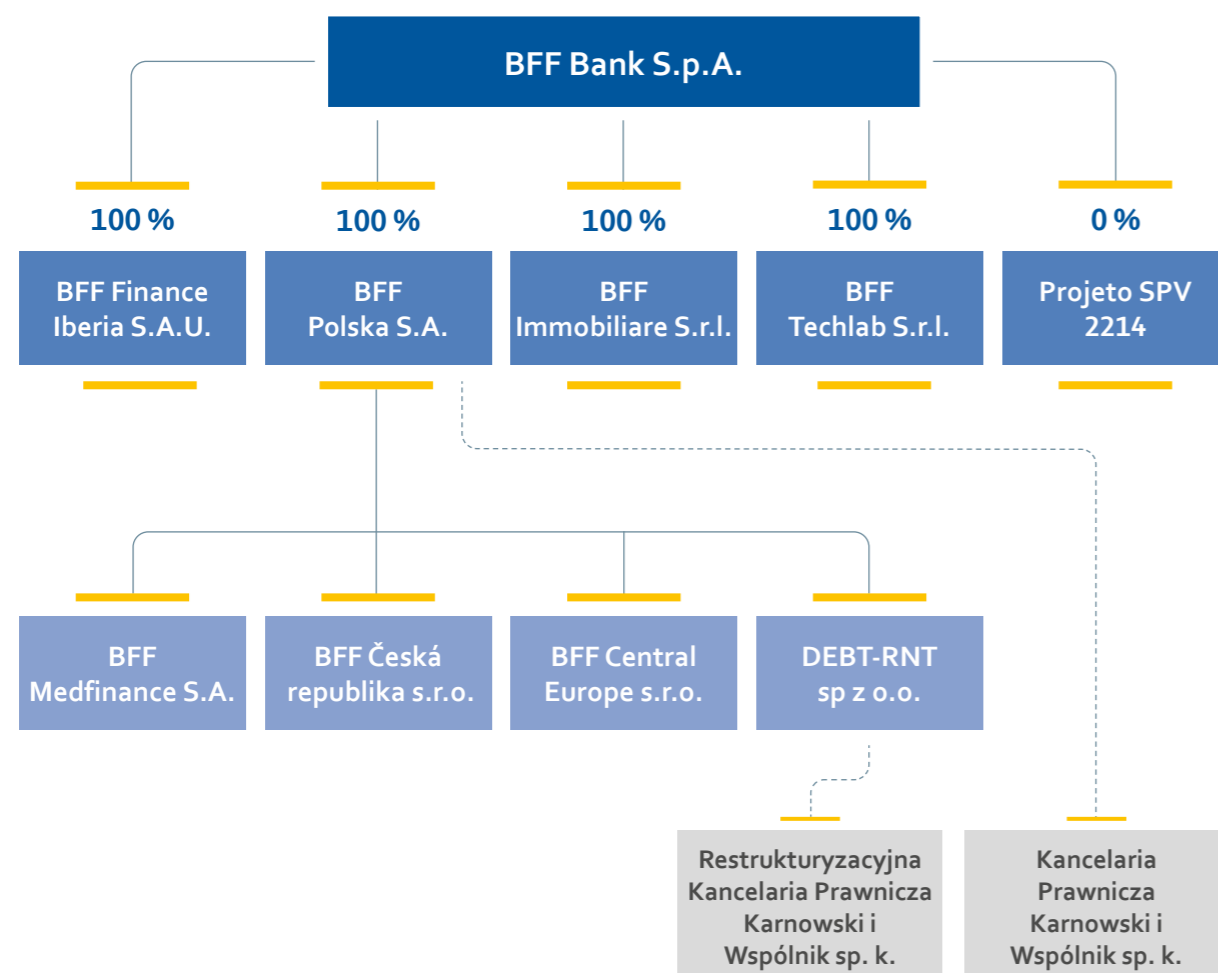
39.º exercício fiscal



# Índice

Estrutura do grupo	4		
Órgãos sociais em 31 de dezembro de 2023	7		
Carta do Presidente do Conselho de Administração	10		
<b>01 Relatório relativo às Operações</b>	<b>13</b>		
1. A evolução do BFF: uma história de sucesso e de constante criação de valor	14		
2. Contexto operacional e acontecimentos significativos	23		
3. Resultados operacionais	37		
4. Objetivos e políticas do banco em matéria de assunção, gestão e cobertura de riscos	66		
5. Sistema de controlo interno	71		
6. Outras informações	75		
7. Capital social, estrutura acionista, resoluções dos acionistas e desempenho das ações	79		
8. Perspetivas de negócio	83		
9. Distribuição dos lucros do BFF Bank S.p.A.	84		
10. Proposta à Assembleia de Acionistas	85		
<b>02 Demonstrações Financeiras Separadas</b>	<b>88</b>		
Demonstração da Posição Financeira	90		
Demonstração dos Rendimentos	92		
Demonstração do Rendimento Integral	93		
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	94		
Demonstração de Fluxos de Caixa	96		
Notas às Demonstrações Financeiras	98		
Parte A - Políticas contabilísticas	99		
Parte B - Informações sobre a demonstração da posição financeira	145		
Parte C - Informação sobre a Demonstração dos Rendimentos	191		
Parte D - Rendimento integral	209		
Parte E - Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco	211		
		Parte F - Informações sobre os capitais próprios	266
		Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócio	275
		Parte H - Transações com partes relacionadas	276
		Parte I - Pagamentos com base em ações	279
		Parte M - Relato por locações	281
		Outras informações	283
		<b>03 Certificação pelo Responsável de Relato Financeiro</b>	<b>285</b>
		<b>04 Relatório do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas</b>	<b>288</b>
		<b>05 Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>321</b>
		<b>Resoluções da Assembleia Ordinária de Acionistas</b>	<b>330</b>

## Estrutura do grupo



## Órgãos sociais em 31 de dezembro de 2023

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Salvatore Messina	
Presidente da Comissão Executiva	Massimiliano Belingheri	
Vice-presidente	Federico Fornari Luswergh	
Administradores	Anna Kunkl Michaela Aumann Piotr Henryk Stępniaik	Domenico Gammaldi Monica Magri Giovanna Villa

O Conselho de Administração permanecerá em funções até à Assembleia de Acionistas que aprovará as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

### FUNÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E REQUISITOS DE INDEPENDÊNCIA

NOME	CARGO NO BFF	EXECUTIVO	NÃO EXECUTIVO	INDEPENDÊNCIA
Salvatore Messina	Presidente		✓	
Federico Fornari Luswergh	Vice-presidente		✓	
Massimiliano Belingheri	Presidente da Comissão Executiva	✓		
Anna Kunkl	Administradora		✓	✓
Michaela Aumann	Administradora		✓	✓
Piotr Henryk Stępniaik	Administrador		✓	
Domenico Gammaldi	Administrador		✓	✓
Monica Magri	Administradora		✓	✓
Giovanna Villa	Administradora		✓	✓

A composição do Conselho de Administração do BFF cumpre os critérios de diversidade e género e assegura a presença de um número consistente de Administradores Não Executivos e/ou Independentes, recomendados pelo Código de Governo Societário, tal como estabelecido nos Estatutos da Empresa, no Regulamento do Conselho de Administração, mais recentemente aprovado pelo Conselho a 27 de junho de 2023, e na Política de Diversidade do Conselho de Administração, mais recentemente aprovada pelo Conselho a 28 de julho de 2021.



## CONSELHO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

<b>Presidente</b>	Nicoletta Paracchini
<b>Auditores permanentes</b>	Fabrizio Riccardo Di Giusto Paolo Carbone
<b>Auditores suplentes</b>	Carlo Carrera Francesca Masotti

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas permanecerá em funções até à Assembleia de Acionistas que aprovará as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

## AUDITORES INDEPENDENTES

Rede

## RESPONSÁVEL DE RELATO FINANCEIRO

Giuseppe Manno

## Composição das Comissões do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2023

### COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Giovanna Villa	Administradora Independente	Presidente
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Membro da Comissão
Piotr Henryk Stępnik	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

### COMISSÃO PARA A AVALIAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E ENTIDADES ASSOCIADAS

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Anna Kunkl	Administradora Independente	Presidente
Giovanna Villa	Administradora Independente	Membro da Comissão
Michaela Aumann	Administradora Independente	Membro da Comissão

### COMISSÃO DE NOMEAÇÕES

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Presidente
Monica Magri	Administradora Independente	Membro da Comissão
Federico Fornari Luswergh	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

### COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS<sup>(\*)</sup>

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Michaela Aumann	Administrador Independente	Presidente
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Membro da Comissão
Federico Fornari Luswergh	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

(\*) A partir de 2020, o Conselho de Administração atribuiu as seguintes responsabilidades na área de Ambiente, Social e Governo («ESG») à Comissão de Controlo e Riscos: funções de investigação, aconselhamento e proposição e, de uma forma mais geral, apoio ao Conselho de Administração em questões de sustentabilidade, incluindo a revisão periódica de atualizações sobre o progresso das medidas de sustentabilidade e o consequente impacto na demonstração não financeira. Além disso, desde 2023, a fim de incorporar as disposições introduzidas pelas expectativas de supervisão do Banco de Itália para os riscos climáticos e ambientais ESG publicadas a 8 de abril de 2022, em consonância com iniciativas análogas do BCE e complementadas a 24 de novembro de 2022, a Comissão de Controlo e Riscos também apoiou o Conselho de Administração na aprovação dos objetivos estratégicos e das políticas em matéria de sustentabilidade, incluindo o modelo de responsabilidade social e cultural e de combate às alterações climáticas, contribuindo para assegurar uma melhor supervisão dos riscos e tendo em conta os objetivos de criação e distribuição de valor sólido e sustentável para as partes interessadas do Banco.

## Carta do Presidente do Conselho de Administração

Senhores acionistas,

O relatório sobre as demonstrações financeiras é sempre uma ocasião preciosa para analisar os principais acontecimentos que caracterizaram o último exercício a nível macroeconómico e, consequentemente, a vida do Banco, e para refletir sobre o percurso de crescimento.

Em 2023, registaram-se tensões geopolíticas significativas, desde a continuação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia até à eclosão do conflito Israel-Palestina. Do ponto de vista macroeconómico, durante o exercício registou-se uma descida líquida generalizada da inflação, graças à descida dos preços da energia e à ação decisiva dos bancos centrais, que aumentaram várias vezes as taxas de juro oficiais. O crescimento económico mundial abrandou, travado pelas dificuldades sentidas no setor da indústria transformadora.

Na Zona Euro, condições de crédito mais restritivas e uma procura externa modesta pesaram sobre a atividade económica e continuarão a fazê-lo em 2024. As perspetivas são particularmente fracas para os setores da indústria transformadora e da construção, que foram negativamente afetados por uma menor procura externa e por taxas de juro elevadas.

A nível mundial, o crescimento deverá manter-se limitado a curto prazo, para depois recuperar em resultado do aumento do rendimento real desencadeado pela descida da inflação.

Em Itália, o crescimento económico e a inflação abrandaram consideravelmente, refletindo o declínio da procura interna e externa; a nossa exposição significativa à indústria transformadora penalizou-nos em relação à maioria dos países europeus. No entanto, apesar da recessão económica, as contas públicas mantiveram-se sob

controlo, a dívida líquida em relação ao PIB diminuiu e, pelo terceiro ano consecutivo, o rácio dívida/PIB também baixou.

As expectativas de uma aterragem suave da economia e de uma inversão das políticas monetárias para uma abordagem mais expansionista resultaram num desempenho brilhante do mercado acionista e num desempenho global positivo dos mercados obrigacionistas. A descida dos rendimentos dos BTP fez com que a bolsa italiana se destacasse como o melhor mercado entre os principais mercados da Zona Euro, impulsionada por uma recuperação do setor bancário. Os bancos beneficiaram de uma melhoria acentuada da rentabilidade, resultante de uma evolução favorável do rendimento líquido de juros. Além disso, os rácios de capital melhoraram: tal como demonstrado pelo teste de esforço realizado pelo Banco de Itália, os bancos supervisionados seriam, em geral, capazes de resistir ao impacto dos cenários macroeconómicos adversos.

Para o BFF, o ano de 2023 foi importante, em que celebrámos os primeiros 10 anos desde a transformação do Grupo em Banco, em 2013. Passaram dez anos, durante os quais o BFF cresceu e expandiu-se a um ritmo excecional, tornando-se um Grupo Bancário Europeu de referência com mais de 800 colaboradores de mais de 20 nacionalidades diferentes. O crescimento rápido e internacional assenta numa base sólida, mas também na abertura à mudança. Em junho de 2023, com base no percurso que tínhamos percorrido até então, apresentámos o nosso novo plano de negócios até 2028, para agirmos e sermos «*Cada vez mais um banco como nenhum outro*», e os nossos objetivos financeiros para 2026.

Olhando para os nossos segmentos operacionais, também em 2023 o *Factoring* continuou a mostrar o seu potencial como ferramenta de mitigação de riscos e de apoio à liquidez das empresas, no contexto que descrevemos até aqui, caracterizado pela subida das taxas de juro, inflação elevada e incerteza geopolítica.

O BFF reforçou o seu compromisso de apoio aos seus clientes, oferecendo soluções financeiras alternativas às tradicionais, capazes de garantir um fluxo constante de liquidez e a redução simultânea do risco do negócio, num cenário de diminuição do crédito por parte dos bancos tradicionais. Graças à sua capacidade de atuar como um parceiro de confiança dos fornecedores da Administração Pública, o BFF prosseguiu assim o percurso de crescimento iniciado nos exercícios anteriores.

O Plano de Negócios para 2028 prevê a abertura de uma nova sucursal em França, o que permitirá consolidar ainda mais a nossa presença neste mercado, no qual operamos atualmente em regime de livre prestação de serviços.

Para o setor dos **Pagamentos**, o ano passado foi positivo: os volumes geridos continuaram a aumentar e conquistámos novos clientes entre os principais bancos italianos, nomeadamente no segmento SEPA (Espaço Único de Pagamentos em Euros). Assim, verificou-se que o nosso mercado de referência privilegia cada vez mais o recurso a um banco de «serviços» para atividades não concorrenciais, a fim de reduzir os custos e de os tornar variáveis, mantendo-se sempre na vanguarda em relação às exigências do mercado. Neste domínio, o BFF reforçou também as suas parcerias e melhorou os seus serviços de valor acrescentado.

Na **área dos Serviços de Títulos**, e em particular no serviço de banco depositário, os resultados de 2023 beneficiaram seguramente da boa evolução dos mercados acionistas e da recuperação registada na parte final do exercício nos mercados obrigacionistas. Em 2023, consolidámos ainda mais a nossa quota de mercado no segmento dos Fundos de Pensões Fechados, o que nos torna atualmente o primeiro banco depositário em Itália, com uma quota de mercado de 54,5 % em número de Fundos Negociados.

Estamos a concentrar-nos nas instituições da segurança social, um mercado que nos atrai e que, já no final de 2023, deu sinais de mudança com concursos para serviços de banco depositário. Neste domínio, o BFF oferece uma gama completa de serviços, incluindo serviços personalizados, para facilitar as ações e apoiar a missão dos investidores institucionais, que reconhecem ter um papel fundamental no apoio à economia real.

Nos Fundos Alternativos, durante o exercício que agora termina, reforçámos a nossa quota de mercado, adquirindo o serviço de banco depositário para vários fundos, embora o lançamento de muitas destas iniciativas esteja previsto ao longo de 2024. No domínio dos serviços de valor acrescentado oferecidos aos clientes dos bancos depositários, os resultados também foram positivos, particularmente no que refere ao serviço check-IBAN e aos relatórios de supervisão. Olhando para o ano que agora se inicia, pretendemos continuar a apostar no crescimento do segmento das Instituições de Segurança Social e dos Fundos Alternativos, e consolidar a nossa liderança nos Fundos de Pensões.

Também para os serviços de Custódia Global, o ano de 2023 foi positivo, especialmente graças ao crescimento contínuo dos serviços especializados e à aquisição de novos clientes empresariais para o serviço de Agente Pagador.

Continuamos a ser um Grupo com uma elevada qualidade de ativos e uma posição de capital muito sólida, com um rácio entre os fundos próprios principais de Nível 1 de 19,1 % e um Rácio de Capital Total de 14,2 %. Relativamente à política de dividendos do BFF, esta continuará a ter como objetivo o autofinanciamento do crescimento do Grupo e a distribuição de todos os lucros gerados no exercício que excedam o rácio de capital objetivo pelos acionistas. A distribuição de dividendos é confirmada duas vezes por ano, em agosto e abril, com base no lucro ajustado para a primeira metade do ano e para o ano inteiro.

O ano que acaba de terminar foi também o ano em que foi lançada a primeira pedra da «Casa BFF» em Milão, em junho de 2023. Dia após dia, assistimos ao crescimento da nova sede do Banco, que estará concluída no final de 2024. Trata-se de um projeto de que nos orgulhamos particularmente e que conduzirá à construção de um ponto de encontro, dedicado não só a todos os colaboradores do Grupo, mas também - com o museu que acolherá obras da nossa coleção de arte e espaços exteriores acessíveis - aos residentes.

A par do projeto «Casa BFF», também este ano o Banco continuou a apostar na Cultura, mais uma vez em linha com as nossas políticas sociais e de sustentabilidade. De facto, no final do ano apresentámos uma antevisão do novo volume «*Italian and American Art - An Interaction - 1930s-1980s*», que se insere no projeto mais vasto do

BFF de promoção da cultura italiana e da arte contemporânea. O livro, dedicado à interação e ao fascínio mútuo entre a arte italiana e a arte americana, inspira-se nas obras de arte do Banco, que as começou a colecionar em meados dos anos 80. A iniciativa dá seguimento à exposição itinerante que atravessou a Europa nos últimos dois anos e que, em 2023, chegou a Madrid e Lisboa. A exposição continuará em 2024 com novas paragens também nos EUA: em Nova Iorque, em março, e em Washington DC, em abril e maio.

A riqueza destas iniciativas é uma fonte de inspiração para nós. O BFF sempre reconheceu que a arte tem a capacidade de ensinar a todos a importância da imaginação, da criatividade e da inovação, ferramentas indispensáveis para acompanhar o crescimento de uma pessoa, de uma empresa e da sociedade. Orgulhamo-nos destas e de outras iniciativas de sustentabilidade levadas a cabo pelo Grupo, que são descritas na Demonstração Não Financeira.

Satisfeitos com os objetivos alcançados até aqui, olhamos com expectativa para os próximos meses, que serão repletos de oportunidades e desafios, e gostaríamos de prestar um especial reconhecimento aos nossos colaboradores, clientes e investidores, que tornam possível o desempenho do nosso Grupo todos os dias.

Em março de 2024, chegará ao fim o meu quarto mandato como Presidente. Em 2023 anunciei que, após onze anos nesta função, não voltaria a candidatar-me ao cargo, uma vez que já não cumpriria o requisito formal de independência estabelecido pelas melhores práticas de governo societário. Estou muito satisfeito por ter participado no sucesso do BFF ao longo dos anos, desde a sua transformação para banco até à sua evolução para um grande grupo multinacional cotado em bolsa.

Para terminar, aproveito esta oportunidade para expressar o meu sincero agradecimento às pessoas que fazem parte da história do BFF, desejando a todos que este percurso de crescimento possa continuar a ser motivo de orgulho e satisfação.

**Salvatore Messina**



01

Relatório  
relativo às  
Operações



# 1. A evolução do BFF: uma história de sucesso e de constante criação de valor

## 1985-2009

### Nasce o BFF e estabelece-se no mercado

Fundado por um grupo de **empresas farmacêuticas** para responder às suas necessidades de gestão e cobrança dos valores a receber do sistema de saúde, o BFF tornou-se imediatamente **líder no mercado**.

## 2010-2014

### Resiliente durante a crise, começa o processo de internacionalização e transformação

Expansão para **novos países europeus**: em **Espanha** em 2010; em **Portugal** em 2014.

Os produtos e serviços do BFF são oferecidos a **todos os fornecedores de organismos públicos**, sempre em conformidade com as necessidades dos seus clientes.

Torna-se um banco em 2013.

## 2015-2020

### Cotação e liderança europeia

O BFF cresce na Europa Central e Oriental **através de uma importante aquisição na Polónia (2016)**, e é cotado na bolsa de valores italiana (2017).

A oferta internacional também está presente na **Grécia**, na **Croácia** e na **França**.

O negócio em Espanha consolida-se com a aquisição da **IOS Finance** (2019).

## ATUALIDADE

### Líder em finanças especializadas

O BFF é a única plataforma pan-europeia - presente em nove países - especializada na gestão e aquisição sem recurso de contas comerciais a receber da Administração Pública e dos sistemas nacionais de saúde.

Em 2021, através da fusão com o DEPObank, também afirmou a sua liderança nos serviços de títulos como o único banco depositário italiano, e nos serviços de pagamento distribuídos em mais de 100 bancos e PSP em Itália.

Em 2023, no âmbito do novo plano de negócios, confirmou a vontade de crescer na sua atividade principal e de prosseguir no percurso da criação de valor junto dos seus acionistas e de todas as partes interessadas.



## BFF 2028: cada vez mais um banco como nenhum outro

O BFF é o maior operador financeiro especializado em Itália, bem como um dos líderes na Europa na gestão e alienação sem recurso a contas comerciais a receber das Administrações públicas, Serviços de Títulos e serviços de pagamento.





## Modelo de negócio

O Grupo opera em Itália, na Croácia, em França, na Grécia, em Espanha e em Portugal, onde exerce atividades de *factoring* sem recurso e de gestão de créditos junto da Administração Pública. Mantém também operações na Polónia, Chéquia e Eslováquia, oferecendo uma gama diversificada de serviços financeiros concebidos para assegurar o acesso ao crédito, bem como para fornecer um apoio em termos de liquidez e de solvência ao sistema privado de empresas que fazem interface com a Administração Pública.

Para além de fornecer os serviços de *Factoring* e Empréstimos acima mencionados, o Grupo é líder em Itália em serviços de títulos e serviços de pagamento bancário. Presta estes serviços a mais de 400 clientes, incluindo fundos de investimento, bancos, instituições de pagamento e monetárias, grandes empresas e Organismos de administração pública.

Os serviços oferecidos e os benefícios relacionados para os clientes são apresentados a seguir.

O modelo de negócio descrito acima baseia-se em valores essenciais, tais como:

- ▶ a honestidade,
- ▶ a transparência,
- ▶ o respeito pelas pessoas,
- ▶ a valorização dos recursos,

assegurar a liderança em matéria de inovação e execução nos mercados-alvo do BFF.

O BFF gere a complexidade operacional, facilita a redução de custos e elimina os riscos para os clientes, inclusive através de:

### FACTORING E EMPRÉSTIMOS

- ▶ **A otimização da liquidez** e a gestão do capital de exploração de empresas privadas que operam com a Administração Pública.
- ▶ **Planeamento e manutenção de um prazo alvo de cobrança**, independentemente dos prazos de pagamento reais dos Organismos de administração pública.
- ▶ **Melhoria dos rácios das demonstrações financeiras**, graças à possibilidade de desconsolidar definitivamente a exposição aos organismos públicos.
- ▶ **Redução dos custos operacionais**, graças a acordos renováveis para a atribuição de contas comerciais a receber e um Modelo de Negócio integrado que combina serviços de *factoring* sem recurso e de gestão de crédito para garantir o melhor desempenho possível dos empréstimos concedidos e dos valores a receber.
- ▶ **Financiamento direto de organismos públicos** na Europa Central e de Leste, com soluções de financiamento de fornecedores e empréstimos para investimentos a médio/longo prazo.
- ▶ **Operações multi-países**, para uma melhor e mais eficiente gestão do risco do país e da exposição de multinacionais aos nove países europeus onde o Grupo opera.

### SERVIÇOS DE TÍTULOS

- ▶ **A redução estrutural de custos** para o cliente, graças a serviços de externalização que garantem uma constante adaptação e conformidade com o quadro regulamentar sem o encargo financeiro que normalmente se segue.
- ▶ Um único interlocutor - «**balcão único**» - para todos os serviços de *back office* para uma melhor **eficiência e gestão dos custos**.
- ▶ **Soluções rápidas e personalizadas**, graças a uma flexibilidade e agilidade superiores na gestão das necessidades dos clientes.

### PAGAMENTOS

- ▶ **Simplificação operacional para os PSP\***, graças a uma única conta interbancária, que pode ser controlada em tempo real, para se juntar a todos os serviços de pagamento italianos e europeus ao mesmo tempo.

\* Prestadores de serviços de pagamento

## A nossa missão

Trabalhar com honestidade e transparência, respeitar e valorizar as pessoas, manter a liderança em inovação, serviço ao cliente e execução nos mercados, com um perfil de baixo risco e elevada eficiência operacional.

## A nossa visão

Sermos líderes no financiamento especializado graças a uma proposta de valor única nos nossos mercados-alvo: um banco altamente especializado e sustentável como nenhum outro.

## Os nossos valores

Meritocracia, propriedade, procura da excelência (melhoria contínua), orientação para os resultados, respeito.

## Sustentabilidade no modelo de negócio do BFF Banking Group

O BFF Banking Group presta particular atenção aos temas ligados à sustentabilidade, avaliando os impactos que o seu negócio e conduta geram em termos ambientais, sociais e de boa governação.

Desde 2019, o BFF elabora uma Divulgação Não Financeira Consolidada, que complementa as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo com os principais dados e informações não financeiras.

Durante o ano de 2023, o Grupo reviu o processo e os resultados da avaliação de materialidade, com o objetivo de identificar as questões de sustentabilidade mais relevantes para a sua atividade. Este processo levou à atualização da lista de impactos identificados numa perspetiva «Inside-Out», considerando o contexto em que o BFF opera.

Tendo em conta as atividades realizadas, foi confirmada a categorização dos impactos dos temas materiais identificados em 2022. Este processo permitiu a consolidação de um quadro utilizado para medir os progressos a médio prazo e construir uma abordagem cada vez mais quantitativa das métricas ESG, bem como da dimensão cultural e da criação de valor neste domínio.

## Objetivos ESG alcançados ao longo de 2023

Em linha com os objetivos declarados aquando da publicação da Divulgação Não Financeira Consolidada 2022, o BFF prosseguiu o seu caminho rumo à integração dos fatores ESG na sua estratégia, com ações que visam a criação de valor a longo prazo em benefício das suas partes interessadas internas e externas.

A 27 de junho de 2023, o Conselho de Administração do BFF Bank aprovou o Plano de Negócios do BFF até 2028. Ao longo do horizonte do Plano, o BFF continuará a assumir os seus compromissos de sustentabilidade, procurando constantemente alcançar um impacto positivo nas esferas social, ambiental e das partes interessadas.

O BFF está empenhado em atingir um objetivo de zero emissões líquidas de CO2 até 2026. Graças a escritórios de baixo impacto e a infraestruturas tecnológicas eficientes. Prevê-se que, em 2026, 80 % dos colaboradores trabalharão em edifícios ecológicos (contra os atuais 47 %). A nova sede sustentável, a Casa BFF, será inaugurada em 2024 e promoverá uma melhor integração entre o BFF e a comunidade envolvente através de um jardim urbano, um teatro ao ar livre e uma galeria de arte.

Além disso, o BFF está empenhado em melhorar o seu impacto positivo na comunidade, nomeadamente através do apoio aos objetivos da Fundação Fast Forward. O BFF aumentará a sua contribuição a iniciativas de fundações com base num novo plano a longo prazo assente no conceito de «bem-estar integrado».

O BFF continua a procurar a excelência na sua governação, sendo uma componente fundamental o processo de seleção da lista do Conselho de Administração, que visa reforçar o perfil do Conselho no interesse de todas as partes interessadas.

A equipa do BFF está fortemente alinhada com as partes interessadas através de incentivos que promovem a meritocracia, a responsabilização e a sustentabilidade, com planos de incentivos de curto prazo e planos de opções de compra de ações a longo prazo que envolvem, respetivamente, 70 % e 27 % dos colaboradores do BFF. As métricas de desempenho sustentável estão integradas na política de remuneração do BFF, promovendo a redução das disparidades salariais entre géneros, a redução da pegada de carbono e a diversidade.

## Notações ESG

O BFF tem continuado a dialogar com as principais agências de notação ESG («Ambiente, Social e Governo») com vista a melhorar continuamente o seu desempenho nas notações ESG mais acreditadas e de aumentar a sua cobertura.

Esta abordagem conduziu a uma melhoria das seguintes notações de risco ESG, o que representa para o BFF um novo incentivo para continuar na sua trajetória de crescimento sustentável.

O BFF Group tem atualmente as seguintes notações de sustentabilidade.

A 21 de novembro de 2023, a **Standard Ethics** - «Agência de notações de sustentabilidade autorregulada», que emite notações de sustentabilidade não financeiras, comprometendo-se a promover os principais padrões de sustentabilidade e governação da União Europeia, da OCDE e das Nações Unidas - **reviu em alta o Standard Ethics Rating (SER) corporativo do Banco para «E+», face ao anterior «E», atribuindo-lhe uma perspetiva «Positiva»**. A Standard Ethics sublinhou o caminho percorrido pelo Banco no alinhamento progressivo dos seus instrumentos de governação em matéria de sustentabilidade com as recomendações da ONU, da OCDE e da União Europeia. Além disso, este alinhamento ocorreu no âmbito de um processo formalizado e estruturado, nas áreas relacionadas com a Diversidade e Inclusão, segurança informática, risco de infrações e questões fiscais. Desde 2019, o desempenho ESG (Ambiental, Social e de Governação) do BFF tem sido alinhado com as melhores práticas do setor, tendo sido introduzido uma Comissão ESG em julho de 2022. O Banco assumiu um compromisso tangível também noutras áreas, como as políticas ambientais e os temas financeiros ESG, que estão atualmente a ser implementados através de políticas específicas ou de medidas concretas.



A 29 de janeiro de 2024, no âmbito de uma avaliação independente relativa a todo o BFF Group, a empresa de notação Sustainalytics melhorou a notação de risco ESG do BFF de 18,1 para 17, confirmando assim a colocação da empresa na categoria de «Baixo Risco».



A 25 de janeiro de 2024, a MSCI, uma empresa líder internacional de notação ESG que analisa cerca de três mil empresas a nível global, confirmou a notação ESG do BFF como AA.



No dia 6 de fevereiro de 2024, a agência de notação Carbon Disclosure Project (CDP) avaliou o desempenho do BFF Group com a classificação C (numa escala de A a F), testemunhando o percurso percorrido em termos de integração dos fatores climáticos na atividade, nas operações e no quadro de risco do Grupo, e lançando as bases para o contínuo reforço dos compromissos e mecanismos de supervisão adotados.



## 2. Contexto operacional e acontecimentos significativos

### Panorama económico internacional

O ano de 2023 foi marcado por um abrandamento do crescimento nas principais economias ocidentais e, após o surto do ano passado, por uma redução generalizada da taxa de inflação, impulsionada pela descida dos preços da energia. Apesar da continuação da guerra na Ucrânia e da eclosão do conflito na Palestina, os preços do petróleo e do gás caíram efetivamente, devido às expectativas de um abrandamento da procura mundial de matérias-primas. A crise no Médio Oriente provocou apenas um aumento temporário dos preços do petróleo bruto, devido ao receio de um colapso das exportações iranianas, que só foi atenuado após a diminuição das expectativas do envolvimento do Teerão, também na sequência das medidas de dissuasão tomadas pelos Estados Unidos.

Por outro lado, a persistência de taxas de desemprego próximas de mínimos históricos tem mantido a inflação subjacente (que exclui as componentes voláteis dos produtos alimentares e da energia) em níveis relativamente elevados, tanto nos EUA como no Velho Mundo, levando os bancos centrais a adotar políticas monetárias mais restritivas. Especificamente, a Reserva Federal aumentou a taxa dos fundos federais de 4,25 % - 4,50 % para 5,25 % - 5,50 %, o Banco de Inglaterra aumentou a taxa de referência de 3,50 % para 5,25 % e o BCE aumentou a taxa das operações principais de refinanciamento de 2,50 % para 4,50 %.

### A Economia Europeia

#### OS PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA

Indicadores	2021	2022	2023	2024
PIB real (variação anual)	6,0 %	3,5 %	0,5 % <sup>(*)</sup>	0,9 % <sup>(*)</sup>
Taxa de inflação (variação anual)	2,7 %	8,9 %	6,2 %	2,7 % <sup>(*)</sup>
Taxa de desemprego	7,1 %	6,2 %	6,0 % <sup>(**)</sup>	6,0 % <sup>(**)</sup>
Balança de pagamentos (% do PIB)	3,5 %	1,6 %	2,6 % <sup>(*)</sup>	2,8 % <sup>(*)</sup>
Saldo do Orçamento Público (% do PIB)	-4,7 %	-3,3 %	-3,2 % <sup>(*)</sup>	-2,9 % <sup>(*)</sup>

(\*) Estimativas de consenso da Bloomberg, atualizadas a 26/01/2024.

(\*\*) Estimativas da Comissão Europeia de novembro de 2023.

Em 2023, o crescimento económico abrandou na União Europeia, afetado pela abordagem restritiva da política monetária e pela fraca procura externa. O setor da indústria, em particular, parecia estar em crise, com a produção industrial a diminuir e o pessimismo empresarial, que já tinha surgido no segundo semestre do ano anterior, a acentuar-se. Do lado da procura, o consumo estagnou - embora a confiança das famílias tenha melhorado graças à descida da inflação - e os investimentos abrandaram, contra a deterioração progressiva do sentimento empresarial a partir dos meses da primavera. Com base nos dados de consenso, estima-se que o crescimento do PIB tenha abrandado de 3,5 % em 2022 para 0,5 %, e que possa aumentar 0,9 % em 2024, altura em que deverá beneficiar de uma recuperação do rendimento real das famílias, bem como das exportações.

A inflação em dezembro desceu de 10,4 %, um ano antes, para 3,4 % beneficiando da descida dos preços da energia, enquanto o valor de base (excluindo as componentes voláteis dos produtos alimentares, da energia, do álcool e do tabaco) desceu menos, de 6,2 % para 4,0 %. Em média, durante o ano, a inflação desceu de 8,9 % em 2022 para 6,2 % em 2023, e os analistas esperam que desça ainda mais em 2024, para 2,7 %.

Para contrariar a persistência de uma inflação de base elevada, o Banco Central Europeu continuou a aumentar as taxas de juro oficiais. Para além da taxa das operações principais de refinanciamento (aumentada para 4,50 %), a taxa de depósito e a taxa de cedência de liquidez foram também aumentadas em 200 pontos base para 4,00 % e 4,75 %, respetivamente. No entanto, dado o abrandamento económico significativo e tendo em conta a descida constante da inflação também a nível central, o mercado continua a esperar que o Instituto de Frankfurt inverta a direção das taxas em 2024, como se pode ver pelas taxas a prazo da Euribor a três meses com vencimento no final do ano, que caíram para 2,30 %, uns bons 161 pontos de base abaixo do valor de referência.

Nos mercados obrigacionistas, apesar do comportamento restritivo do BCE, os rendimentos desceram nos curtos prazos (36 pontos base no Bund a dois anos) e nos longos prazos (55 pontos base no Bund a dez anos), com uma curva que acentuou a sua inclinação negativa, refletindo a queda da inflação e o risco de recessão. Neste contexto, o mercado obrigacionista italiano registou uma recuperação parcial de 8,5 % (com base no índice global MTS), após uma queda de 14,8 % em 2022, impulsionada pelos BTP com prazos superiores a 6 anos (+12,6 %). As obrigações de dívida pública italiana puderam beneficiar da diminuição do prémio de risco na sequência da expectativa de uma inversão da política monetária em 2024 e da melhoria da notação da Itália pela Moody's (de Baa3 com uma perspetiva negativa, para Baa3 com uma perspetiva estável). Especificamente, o diferencial de rendimento entre os BTP e os Bunds no prazo de dez anos caiu 47 centimos, para 168.

Apesar do abrandamento económico e do aumento das despesas com juros, o défice público da UE deverá ter estabilizado em 2023 nos 3,2 % do PIB (com base nas estimativas de consenso, que em 2024 indicam que poderá descer para 2,9 %), beneficiando da eliminação total das medidas temporárias tomadas para fazer face à pandemia, e da redução das medidas tomadas em benefício das famílias e das empresas para contrariar o impacto do aumento dos preços da energia.

Em 2023, devido ao elevado crescimento nominal do PIB, o crescimento das despesas públicas foi sustentado em quase todos os países. A Comissão estima que na União Europeia tenha aumentado 5,3 % e, entre os países onde o BFF opera, espera-se que a Eslováquia (+26,9 %), a Polónia (+20,7 %), a Chéquia (+13,1 %) e a Croácia (+12,3 %) atinjam taxas de crescimento de dois dígitos. Em 2024, contra o aumento de 3,1 % previsto para a UE, as despesas públicas deverão crescer significativamente na Polónia (+9,3 %), na Croácia (+8,7 %) e em Portugal (+8,5 %), enquanto poderão diminuir ligeiramente na Grécia (-1,4 %) e na Itália (-1,0 %). Globalmente, as despesas públicas nos países onde o BFF está presente deverão crescer 4,8 % em 2023 e, no próximo ano, com base nas previsões da Comissão, prevê-se um aumento de 2,6 %.

#### PERSPETIVAS DA DESPESA PÚBLICA NOS PAÍSES ONDE O BFF ESTÁ PRESENTE

Países	Despesa pública em 2022 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2022 (% do PIB)	Alt. 2022/2021	Despesa pública em 2023 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2023 (% do PIB)	Alt. 2023/2022	Despesa pública em 2024 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2024 (% do PIB)	Alt. 2024/2023
União Europeia (27 países)	7890	49,6	5,5 %	8307	48,9	5,3 %	8561	48,5	3,1 %
<b>Países BFF</b>	<b>3972,4</b>	<b>53,0</b>	<b>6,8 %</b>	<b>4162,7</b>	<b>51,8</b>	<b>4,8 %</b>	<b>4270,0</b>	<b>51,0</b>	<b>2,6 %</b>
França	1539	58,3	4,2 %	1589	56,5	3,3 %	1635	56,1	2,9 %
Itália	1092	56,1	10,7 %	1105	53,1	1,2 %	1094	51,1	-1,0 %
Espanha	638	47,4	4,5 %	667	46,8	4,6 %	694	46,7	4,1 %
Polónia	287	43,9	13,1 %	347	47,3	20,7 %	379	47,7	9,3 %
Chéquia	123	44,6	11,2 %	139	45,6	13,1 %	140	44,0	0,8 %
Portugal	107	44,1	4,2 %	111	42,5	3,7 %	120	44,4	8,5 %
Grécia	109	52,9	4,7 %	111	50,5	1,6 %	110	47,9	-1,4 %
Eslováquia	46,4	42,3	1,6 %	58,9	47,8	26,9 %	59,8	45,4	1,5 %
Croácia	30,5	44,9	7,9 %	34,2	45,5	12,3 %	37,2	46,5	8,7 %

Fonte: Cálculos do BFF Insights baseados nas Previsões Económicas Europeias, outono de 2023 e dados do Eurostat.

No domínio das despesas públicas, a evolução da despesa em bens e serviços e no investimento são de particular importância para a atividade do BFF.

Até à data, a despesa pública em bens e serviços tem mostrado um dinamismo semelhante ao da despesa pública global. O valor anual acumulado, atualizado no terceiro trimestre de 2023, mostra, de facto, um crescimento de 4,8 % na União Europeia, com o aumento, em particular, do consumo intermédio (+6,1 %), enquanto as prestações sociais em espécie aumentaram de forma mais limitada (+3,3 %). Relativamente aos países onde o BFF opera, o crescimento foi alinhado com o da UE (4,8 %). Em pormenor, o aumento foi particularmente consistente na Polónia (+19,9 %), na Croácia (+15,2 %), na Chéquia (+14,6 %) e na Eslováquia (+11,5 %).

#### TENDÊNCIA DA DESPESA PÚBLICA EM BENS E SERVIÇOS NOS PAÍSES ONDE O BFF ESTÁ PRESENTE

Países	Consumo intermédio 3.º trimestre de 2023 <sup>(*)</sup> (mil milhões de euros)	Consumo intermédio 3.º trimestre de 2023 <sup>(*)</sup> (% do PIB)	Alt. no período homólogo	Benefícios sociais em espécie 3.º trimestre de 2023 <sup>(*)</sup> (mil milhões de euros)	Benefícios sociais em espécie 3.º trimestre de 2023 <sup>(*)</sup> (% do PIB)	Alt. no período homólogo	Despesa pública em bens e serviços no 3.º trimestre de 2023 <sup>(*)</sup> (mil milhões de euros)	Despesa pública em bens e serviços no 3.º trimestre de 2023 <sup>(*)</sup> (% do PIB)	Alt. no período homólogo
União Europeia (27 países)	997,5	6,0	6,1 %	887,8	5,3	3,3 %	1885,3	11,3	4,8 %
<b>Países BFF</b>	<b>445,2</b>	<b>5,6</b>	<b>6,1 %</b>	<b>300,9</b>	<b>3,8</b>	<b>3,0 %</b>	<b>746,1</b>	<b>9,4</b>	<b>4,8 %</b>
França	141,2	5,1	4,2 %	168,5	6,1	0,7 %	309,7	11,2	2,3 %
Itália	118,6	5,9	1,1 %	49,8	2,5	0,2 %	168,4	8,3	0,9 %
Espanha	83,7	5,8	8,9 %	39,4	2,7	5,3 %	123,1	8,6	7,7 %
Polónia	45,7	6,3	19,0 %	15,6	2,2	22,6 %	61,3	8,5	19,9 %
Chéquia	17,6	5,8	14,4 %	10,4	3,4	15,1 %	28,0	9,3	14,6 %
Portugal	13,8	5,3	5,4 %	4,7	1,8	-0,3 %	18,5	7,1	3,9 %
Grécia	11,7	5,4	0,1 %	6,8	3,1	13,4 %	18,6	8,5	4,6 %
Eslováquia	7,0	5,9	12,6 %	4,0	3,4	9,6 %	11,0	9,3	11,5 %
Croácia	5,8	7,8	15,3 %	1,6	2,1	14,6 %	7,4	9,9	15,2 %

Fonte: Cálculos da BFF Insights com base em dados do Eurostat.

(\*) Valores anuais acumulados.

A despesa pública em bens e serviços inclui o consumo intermédio e os benefícios sociais em espécie adquiridos no mercado. O consumo intermédio consiste em todos os bens e serviços destinados a serem transformados em processos de produção para a prestação direta de serviços de saúde e bem-estar e a prestação de prestações sociais e de segurança social em numerário. Os benefícios sociais em espécie adquiridos no mercado dizem respeito aos bens e serviços produzidos por entidades que não fazem parte dos Organismos de administração pública e disponibilizados diretamente às famílias; as despesas com esses bens e serviços dizem respeito aos Cuidados de Saúde (despesas para assistência farmacêutica para serviços de saúde prestados sob contrato) e às funções de Proteção Social para a aquisição de serviços de bem-estar.

Prevê-se que o investimento público em 2023 tenha dado um grande salto, beneficiando do MRR, dos fundos estruturais da UE, do investimento público e do elevado crescimento nominal do PIB. Comparativamente a um aumento de 11,2 % estimado pela Comissão para a União Europeia (num aumento gradual em percentagem do PIB de 3,2 % no ano passado, para 3,3 %), nos países onde o BFF opera o aumento deverá ter sido superior e igual a 13,5 %, com tendências positivamente brilhantes na Eslováquia (+78,8 %), na Croácia (+35,1 %), na Polónia (+23,6 %) e em Portugal (+22,0 %). Em 2024, a taxa de crescimento do investimento público nos países onde o BFF está presente deverá manter-se forte (+8,1 %) e superior à da UE (+7,0 %, ou 3,4 % do PIB), com Portugal (+23,1 %), Itália (+21,3 %) e Polónia (+10,8 %) a liderar. Note-se, nomeadamente, que o valor acumulado anual para a Itália atualizado até ao segundo trimestre de 2023 (respetivamente igual a 60,3 e 40,5 mil milhões de euros) já ultrapassou substancialmente as estimativas elaboradas pela Comissão Europeia para o final de 2023.

#### PERSPETIVAS DE INVESTIMENTO PÚBLICO NOS PAÍSES ONDE O BFF ESTÁ PRESENTE

Países	Investimentos públicos 2022 (mil milhões de euros)	Investimentos públicos 2022 (% do PIB)	Alt. 2022/2021	Investimentos públicos 3.º trimestre de 2023 <sup>(*)</sup> (mil milhões de euros)	Investimentos públicos 2023 (mil milhões de euros)	Investimentos públicos 2023 (% do PIB)	Alt. 2023/2022	Investimentos públicos 2024 (mil milhões de euros)	Investimentos públicos 2024 (% do PIB)	Alt. 2024/2023
União Europeia (27 países)	504,2	3,2	7,3 %	542,4	560,6	3,3	11,2 %	600,1	3,4	7,0 %
<b>Países BFF</b>	<b>246,5</b>	<b>3,3</b>	<b>7,7 %</b>	<b>270,6</b>	<b>279,6</b>	<b>3,5</b>	<b>13,5 %</b>	<b>302,3</b>	<b>3,6</b>	<b>8,1 %</b>
França	98,4	3,7	9,2 %	102,8	109,7	3,9	11,5 %	113,7	3,9	3,6 %
Itália	52,2	2,7	-0,2 %	60,3	58,3	2,8	11,6 %	70,7	3,3	21,3 %
Espanha	37,3	2,8	11,0 %	40,5	38,5	2,7	3,3 %	40,2	2,7	4,3 %
Polónia	26,7	4,1	12,7 %	31,4	33,0	4,5	23,6 %	36,6	4,6	10,8 %
Chéquia	12,9	4,7	14,7 %	14,3	15,0	4,9	16,3 %	15,0	4,7	0,2 %
Portugal	5,8	2,4	3,4 %	6,2	7,0	2,7	22,0 %	8,7	3,2	23,1 %
Grécia	7,4	3,6	11,6 %	7,7	8,8	4,0	19,6 %	9,1	4,0	4,0 %
Eslováquia	3,3	3,0	7,8 %	4,0	5,9	4,8	78,8 %	4,9	3,7	-17,6 %
Croácia	2,6	3,8	-6,1 %	3,3	3,5	4,6	35,1 %	3,6	4,5	4,1 %

Fonte: Cálculos do BFF Insights baseados nas Previsões Económicas Europeias, outono de 2023 e dados do Eurostat.

(\*) Valores anuais acumulados.



## O mercado do *factoring* na Europa

No que diz respeito ao mercado de *factoring* na Europa, após o crescimento extraordinário observado em 2021 e 2022, na sequência da recuperação pós-COVID, dados do primeiro semestre de 2023 revelaram um novo aumento anual de 5 %, com um volume de negócios de 1,2 biliões de euros, equivalente a 11,9 % do PIB<sup>1</sup>. Embora estes resultados apontem para uma progressiva normalização da trajetória de crescimento, estes são feitos notáveis que comprovam que, sobretudo num cenário caracterizado por um aumento do custo do dinheiro e por um maior aperto da oferta de crédito, o *factoring* revela ser um instrumento valioso de apoio às necessidades de liquidez das empresas.

Restringindo a análise à área geográfica de atuação do BFF, Espanha, Portugal, Grécia e França apresentaram taxas de crescimento acima da média, 8,2 %, 7,8 %, 7,4 % e 6,5 %, respetivamente. Observou-se um crescimento mais modesto na Croácia (4,9 %) e na Polónia (1,9 %), e uma tendência estável ou ligeiramente decrescente na Eslováquia (0,0 %) e na Chéquia (-1,4 %).

Analisando especificamente o mercado italiano de *factoring*<sup>2</sup>, o volume de negócios registado em 31 de dezembro de 2023 (com base em dados preliminares) foi de 289,8 mil milhões de euros (incluindo 58,8 mil milhões de euros em recurso e 230,9 mil milhões de euros em não recurso), um ligeiro aumento (+1,0 %) em relação exercício anterior. No mesmo período, o saldo em dívida ascendeu a 70,3 mil milhões de euros (dos quais 15,6 mil milhões de euros com recurso e 54,6 mil milhões de euros sem recurso), mais 1,2 % do que em dezembro de 2022. Os adiantamentos e comissões pagos ascenderam a 58,1 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 2,6 % em relação ao exercício anterior. O rácio entre os adiantamentos e o capital em dívida situou-se em 82,7 %, em comparação com 81,5 % há um ano atrás, o que evidencia uma maior necessidade de liquidez por parte das empresas.

Restringindo a análise apenas ao *factoring* para a administração pública, nos primeiros nove meses de 2023 registou-se um aumento de 8,8 % do volume de negócios em comparação com setembro de 2022, com um valor total de volume de negócios de 14,8 mil milhões de euros, equivalente a 7,2 % do volume total de *factoring* em Itália.

O *factoring* de contas comerciais a receber da Administração Pública contribuiu, assim, de forma significativa para o volume de negócios do mercado do *factoring*. Durante o exercício, registou-se uma mudança evidente na tendência dos fornecedores da administração pública, com uma taxa de crescimento anual que passou de -6,1 % em dezembro de 2022 para +8,8 % em setembro de 2023.

O crescimento observado deve-se, por um lado, ao aumento das necessidades de financiamento das empresas, em parte devido à suspensão das medidas de apoio implementadas em resposta à emergência sanitária e à crise energética, e, por outro lado, ao efeito gerado pela inversão da contração do volume registada em 2022. Isto também confirma que o *factoring* é uma solução estratégica para apoiar o capital de exploração das empresas italianas num cenário marcado por múltiplas questões económicas críticas (tensões geopolíticas, inflação e políticas monetárias restritivas).

No que se refere ao volume de valores a receber de organismos públicos, o valor em setembro de 2023 ascendia a 7,8 mil milhões de euros, o que representa uma ligeira redução em relação ao mesmo período do exercício anterior (-2,0 %). Com base na repartição dos valores a receber pendentes por tipo de devedor, os do setor da saúde representavam 34 % do total e os da administração central, local e outros organismos públicos 66 %. Considerando, em vez disso, a repartição por vencimento, foram registados 3,6 mil milhões de euros de empréstimos vencidos (equivalentes a 46 % do total, o que representa um crescimento de 3 % em termos anuais), dos quais 2,5 mil milhões de euros estavam vencidos há mais de um ano, o que representa um aumento de 5,5 % relativamente a 2022.

Neste cenário, a quota de mercado do BFF em relação à AP é de 35,7 % em termos de saldo sem recurso e de 19 % em termos de volume de negócios total.<sup>3</sup>

) Fonte: EUF - Federação Europeia de *Factoring* e Financiamento Comercial – Newsletter outono 2023.

) Fonte: Assifact - *Estatísticas trimestrais - setembro de 2023 e Estatísticas mensais - dezembro de 2023*.

) A quota de mercado, em relação ao saldo em dívida, é calculada utilizando um valor de mercado que inclui apenas os empréstimos sem recurso (este valor é de 26,7 % tendo em conta o total do saldo em dívida); a quota de mercado do volume de negócios é, em vez disso, calculada utilizando o valor de mercado que inclui os valores a receber com e sem recurso, uma vez que a repartição pormenorizada não está disponível, e excluindo os valores fiscais e tributários a receber (fonte: Assifact).

As estimativas para o final do último trimestre de 2023 apontam para um crescimento do volume de negócios do mercado global de *factoring* alinhado com o final do terceiro trimestre e com o exercício anterior (-0,5 %). Os operadores estão otimistas quanto à retoma do crescimento em 2024, embora num ritmo moderado (+4,6 %), em comparação com o observado nos dois anos anteriores.

## O mercado italiano de Serviços de Títulos

O BFF é o principal interveniente independente em Itália no domínio dos serviços bancários de custódia, contabilidade de fundos, agente de transferência e serviços de custódia de títulos.

O desempenho das atividades de **Serviços de Fundos** e de **Custódia Global** do Grupo, que estão altamente correlacionadas entre si, beneficiou em 2023 do aumento do valor equivalente dos ativos sob gestão em Itália, que aumentou 4,6 %, para 2311 mil milhões de euros. Este crescimento foi causado pelo desempenho decididamente positivo dos mercados acionista e obrigacionista, enquanto as entradas líquidas foram negativas em cerca de 48 mil milhões de euros.

### O SETOR DAS POUPANÇAS GERIDAS EM ITÁLIA

Gestão	Entradas líquidas 2023 <sup>(*)</sup> (A)	Ativos sob gestão dez. 2022	Entradas líquidas jan. - set. 2023 <sup>(*)</sup> (A)	Ativos sob gestão dez. 2022	Capital próprio gerido dez. 2023 <sup>(*)</sup>	Ativos sob gestão dez. 2023/ dez. 2022	Capital próprio gerido set. 2023 <sup>(*)</sup>	Ativos sob gestão set. 2023/ dez. 2022	Capital próprio gerido dez. 2022 <sup>(*)</sup>
<b>Gestão coletiva</b>	-16 036	-1,4 %	-11 506	-1,0 %	1 217 504	4,9 %	1 180 187	1,7 %	1 160 146
Fundos abertos	-20 545	-1,9 %	-13 985	-1,3 %	1 124 019	4,6 %	1 088 463	1,3 %	1 074 806
Fundos de direito italiano			3561	1,6 %			236 719	3,8 %	228 159
Fundos ao abrigo do direito estrangeiro			-17 546	-2,1 %			851 745	0,6 %	846 647
Fundos fechados	4509	5,3 %	2479	2,9 %	93 485	9,5 %	91 724	7,5%	85 340
Fundos de direito italiano			714	1,0 %			72 836	4,5 %	69 726
Fundos ao abrigo do direito estrangeiro			1765	11,3 %			18 888	21,0 %	15 614
<b>Gestão de carteiras</b>	-31 717	-3,0 %	-22 783	-2,2 %	1 093 791	4,2 %	1 043 553	-0,6 %	1 049 609
Gestão de produtos de seguros			-21 131	-3,2 %			653 272	-1,5 %	663 140
Gestão de ativos de retalho	2030	1,4 %	1992	1,4 %	156 495	8,5 %	149 782	3,9 %	144 203
Gestão dos ativos da segurança social			4017	4,0 %			105 246	4,7 %	100 547
Fundos de pensões abertos			1257	5,4 %			25 286	8,8 %	23 236
Fundos de pensões negociados			2636	5,1 %			54 572	6,3 %	51 333
Fundos de pensões pré-existent			172	1,5 %			12 175	6,9 %	11 391
Fundos de pensões			-100	-1,7 %			5983	4,9 %	5704
Outras formas de segurança social			51	0,6 %			7229	-18,6 %	8884
Outra gestão			-7661	-5,4 %			135 253	-4,6 %	141 718
<b>Total de poupanças geridas</b>	<b>-47 753</b>	<b>-2,2 %</b>	<b>-34 289</b>	<b>-1,6 %</b>	<b>2 311 295</b>	<b>4,6 %</b>	<b>2 223 740</b>	<b>0,6 %</b>	<b>2 209 755</b>

(\*) Montantes em milhões de euros.

Fonte: Cálculos da BFF Insights com base em dados da Assogestioni.



Na realidade, os dados desagregados sobre as entradas líquidas nos primeiros nove meses do exercício revelam uma situação muito desigual. Efetivamente, a diminuição concentrou-se na gestão de produtos de seguros (-21,1 mil milhões de euros), nos fundos abertos de direito estrangeiro (-17,6 mil milhões de euros) e na «outra gestão» (-7,7 mil milhões de euros). Por outro lado, os ativos da segurança social sob gestão (+4,0 mil milhões de euros), os fundos abertos de direito italiano (+3,6 mil milhões de euros), os fundos fechados (+2,5 mil milhões de euros) e a gestão de ativos de retalho (+2,0 mil milhões de euros) registaram todos um crescimento.

Analisando mais detalhadamente os números relativos aos ativos da segurança social sob gestão, verifica-se que dois terços do aumento (ou seja, 2,6 mil milhões de euros) foram realizados por fundos de pensões negociados, que interessam particularmente ao BFF.

Assim, os ativos sob gestão ascendiam, no final de dezembro, a 1124 mil milhões de euros para os fundos abertos (48,6 % do total), 93,5 mil milhões de euros para os fundos fechados (4,0 %), 156,5 mil milhões de euros para a gestão de carteiras de retalho (6,8 %) e 893,8 mil milhões de euros para a gestão de carteiras institucionais (40,6 %). Entre estes últimos, os ativos da segurança social sob gestão no final de setembro ascendiam a 105,2 mil milhões de euros, dos quais um pouco mais de metade (54,6 mil milhões de euros) atribuíveis a fundos de pensões negociados.

Na área dos Fundos Alternativos, destaca-se o abrandamento do lançamento de novas iniciativas de constituição de fundos em todo o mercado, devido à subida das taxas que tem levado os investidores institucionais a optarem por outras formas de investimento. No entanto, verifica-se que durante o exercício o mercado mostrou alguma vitalidade com o lançamento de novos fundos.

## O mercado de pagamentos em Itália

O ano de 2023 foi caracterizado pelas tendências também registadas em 2022: a utilização de numerário em Itália diminuiu 13 pontos percentuais desde 2019 e, a nível europeu, 31 % das pessoas (de acordo com um relatório do BCE) utilizaram pagamentos sem numerário com mais frequência do que antes da pandemia. Assim, verifica-se um crescimento constante dos pagamentos digitais, impulsionado principalmente pelo mercado dos cartões de pagamento.

A migração do projeto de Consolidação T2-T2S foi concluída com sucesso em março de 2023, trazendo eficiência operacional ao nível da regulamentação em detrimento de um grande esforço em termos de investimento em todo o sistema.

Do ponto de vista das iniciativas na área dos pagamentos a nível europeu, no final de junho de 2023, foram votadas pelo Parlamento Europeu três importantes inovações no setor:

- 1) Nova Diretiva Serviços de Pagamento (DSP3) e os respetivos regulamentos
- 2) Pagamentos imediatos obrigatórios na Zona Euro
- 3) Regulamento relativo ao financiamento aberto

Estas três iniciativas irão alterar fortemente o mercado dos pagamentos nos próximos 2-3 anos, abrindo novos desafios competitivos no setor. Na mesma sessão parlamentar, no final de junho, foi também finalizado o plano de desenvolvimento do euro digital.

A proposta de alteração da Diretiva DSP visa harmonizar as regras de autorização e supervisão das instituições de pagamento. A principal inovação desta iniciativa é a integração da segunda Diretiva Moeda Eletrónica na Diretiva Serviços de Pagamento (DSP2) e a redução significativa dos requisitos de autorização, o que conduzirá a uma diminuição dos custos administrativos. A proposta integra as antigas instituições de moeda eletrónica (IMEL) como uma subcategoria das instituições de pagamento (IP). Além disso, um novo artigo altera a Diretiva Carácter Definitivo da Liquidação (DCDL), concedendo às instituições de pagamento (IP) a possibilidade de participarem diretamente na fase de liquidação monetária das transações de cobrança e de pagamento.

O novo regulamento relativo aos pagamentos imediatos e a nova Diretiva Serviços de Pagamento (DSP3) permitirão, por conseguinte, que todos os países da UE autorizem os IP e as IMEL estabelecidos num Estado-Membro, a liquidar transações SEPA através de contas dos bancos centrais, com normas e regras que serão ditadas por cada banco central nacional. Se assim fosse, tal abriria um cenário potencialmente mais competitivo para o sistema bancário e para o BFF.

É também de salientar a aprovação do regulamento relativo aos pagamentos imediatos, que o torna obrigatório para todos os PSP da Zona Euro 18 meses após a sua publicação (prevista para o início de 2024): o regulamento dá um novo impulso à digitalização dos pagamentos e incentiva especialmente a utilização de instrumentos SEPA, também como alternativa aos cartões de pagamento.

A proposta do euro digital define os princípios básicos relativos ao funcionamento da moeda digital do BCE, que, nas suas intenções, deve complementar a utilização de numerário e ter as mesmas particularidades de ser gratuita para os utilizadores finais, facilitando a inclusão financeira e o acesso aos pagamentos digitais, bem como ser um elemento-chave na consolidação da soberania monetária na UE.

Todos os cidadãos europeus poderão ter uma carteira digital ligada a uma conta de pagamento, a ser utilizada para transações, tanto *offline* como *online*, com um limite de despesas gerido a nível operacional pelo seu PSP que fornecerá o serviço de carteira. As transações *online* ofereceriam o mesmo nível de proteção de dados que os meios de pagamento digitais existentes, enquanto os pagamentos *offline* garantiriam um elevado nível de privacidade e de proteção de dados para os utilizadores.

Os bancos e outros PSP em toda a UE distribuirão o euro digital a particulares e empresas, fornecendo gratuitamente serviços básicos de euro digital aos particulares. Os PSP que irão fornecer o euro digital têm a opção de cobrar uma taxa pelos pagamentos aos comerciantes e de oferecer serviços de valor acrescentado mediante o pagamento de uma taxa para desenvolver a inovação.

Os comerciantes de toda a Zona Euro seriam obrigados a aceitar o euro digital, exceto os comerciantes de muito pequena dimensão que podem optar por não aceitar pagamentos digitais. O projeto do Euro Digital foi lançado em outubro de 2021 e, no outono de 2023, o Conselho do BCE concluiu a investigação em curso sobre as características técnicas e as disposições de implantação relacionadas e lançou uma fase de preparação para desenvolver e testar a nova moeda.

Dado o seu papel de agente de cobrança e intermediário para muitos bancos e PSP, o BFF poderia desempenhar um papel importante na garantia da interoperabilidade e acessibilidade da nova moeda digital, incluindo uma maior eficiência e eficácia em qualquer distribuição e informação.

## Principais acontecimentos

Esta secção apresenta os principais acontecimentos ocorridos em 2023.

A 4 de janeiro de 2023, o BFF anunciou que, nos termos do artigo 2.º-ter do regulamento adotado pela Resolução Consob n.º 11971, de 14 de maio de 1999 («Regulamento dos Emitentes»), a partir de 1 de janeiro de 2023, o estatuto de **Pequena e Média Empresa** («PME») **deixou de existir**, conforme referido no artigo 1.º, n.º 1, alínea w-quater 1) do Decreto Legislativo Italiano n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998 («Lei Consolidada das Finanças»), uma vez que passaram dois anos desde a data de entrada em vigor da Lei Italiana n.º 120/2020, que converteu o Decreto-Lei Italiano n.º 76/2020, que identifica um volume de negócios máximo de 300 milhões de euros para os emitentes serem qualificados como PME.

A 20 de fevereiro de 2023, o BFF anunciou que, no período entre 13 de fevereiro de 2023 e 17 de fevereiro de 2023, recomprou 291 888 ações ordinárias, correspondentes a 0,1573 % das 185 604 558 ações que compõem o capital social, por um valor total de mercado - excluindo comissões - de 2 794 383,98 euros, como parte do programa de recompra de ações, cujo início foi decidido pelo Conselho de Administração do BFF a 9 de fevereiro de 2023, após a obtenção da autorização necessária do Banco de Itália a 1 de fevereiro de 2023, e em execução da resolução da Assembleia Ordinária de Acionistas do BFF em 31 de março de 2022.

A 11 de abril de 2023 iniciou-se o processo de *lay-off* coletivo em resultado da saída dos clientes Anima e Arca, com um acordo com os sindicatos envolvendo 18 trabalhadores despedidos. A estes trabalhadores foram concedidos incentivos económicos, bem como serviços de recolocação e de requalificação profissional, para além do acesso às prestações do Fundo de Solidariedade (de emergência e extraordinárias). Anteriormente, em janeiro de 2023, com o objetivo de aliviar, pelo menos parcialmente, as tensões laborais, o Banco ofereceu também aos colaboradores um incentivo económico à rescisão consensual do contrato de trabalho, o que se traduziu na participação de mais quatro pessoas no âmbito organizacional abrangido pelo plano de reestruturação, obtendo-se assim uma redução total de 22 pessoas.

Em 13 de abril de 2023, foi realizada a Assembleia de Acionistas, que aprovou as demonstrações financeiras de 2022 e a distribuição de dividendos proposta para 2022 de 0,419 euros por ação, elevando o dividendo total de 2022 para 0,7898 euros por ação.

A Assembleia de Acionistas aprovou ainda o **Relatório sobre a Política de Remunerações, as Políticas para Determinar a Indemnização em Caso de Cessação Antecipada de Funções e o Relatório sobre as Indemnizações Pagas**, tendo emitido um voto consultivo sobre este último.

Por último, a Assembleia de Acionistas aprovou o plano de Recompra, deliberando autorizar o Conselho de Administração a proceder à recompra de ações ordinárias do BFF, por uma ou mais vezes e por um período de 18 meses a contar da data de aprovação, para a prossecução dos fins enunciados no referido Relatório, sendo o número máximo de ações ordinárias do BFF a recomprar de 8 463 819, que representam 5 % do capital do Banco (tendo em conta as ações próprias já em *stock*).

A 26 de abril de 2023, o BFF pagou o saldo do dividendo de 2022, aprovado pela Assembleia de Acionistas a 13 de abril.

A 27 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou o **plano estratégico quinquenal do Grupo até 2028: «Cada vez mais um banco como nenhum outro»**, e os objetivos financeiros até 2026. Para mais informações, consulte a secção Foco abaixo.

Na execução da política de dividendos do BFF Banking Group, que prevê a distribuição semestral de um dividendo igual ao montante do lucro consolidado normalizado gerado durante o exercício que exceda o rácio entre os fundos próprios principais de nível 1 (rácio CET 1) de 12,0 %, a Assembleia de Acionistas do BFF aprovou, a 7 de setembro de 2023, a distribuição de parte dos Resultados transitados reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, pelo valor de 0,147 euros por ação. Este montante, adicionado ao dividendo intercalar de 0,291 euros por ação, aprovado pelo Conselho de Administração a 3 de agosto de 2023, resultou na distribuição de um dividendo a 13 de setembro de 2023 de 0,438 euros por ação, equivalente a um total de 81,9 milhões de euros (lucro consolidado normalizado para o primeiro semestre de 2023).

A 11 de setembro de 2023, o Banco de Itália iniciou uma inspeção ao Banco. A inspeção foi concluída a 12 de janeiro de 2024 e o Banco aguarda o relatório de inspeção.

A 29 de setembro de 2023, o BFF publicou o seu primeiro *Quadro de Obrigações Sociais*, que define o compromisso do Banco com o financiamento sustentável, com enfoque específico nos temas sociais, reforçando ainda mais a ligação entre a sustentabilidade e as suas estratégias financeiras. O BFF foi o primeiro operador do seu setor a publicar um *Quadro de Obrigações Sociais*, certificado por uma entidade independente.

A 3 de outubro de 2023, o BFF anunciou a atualização do seu programa de obrigações de médio e longo prazo («Programa EMTN» - *Euro Medium Term Note Programme*) e o aumento simultâneo do limite para 2 500 000 000 euros. A atualização do Programa EMTN representa mais um passo em frente na diversificação contínua das fontes de fundos do BFF e no acesso a uma base de investidores mais ampla e profunda através de um compromisso ativo e de longo prazo nos mercados de capitais.

A 4 de outubro de 2023, o BFF anunciou que detinha uma participação de 7,7 % na Generalfinance S.p.A., um intermediário financeiro ativo na oferta de serviços de *factoring* tipicamente a empresas em dificuldade e sob *stress* financeiro, com grande potencial de crescimento e a operar num mercado em forte expansão.

Na reunião do Conselho de Administração do BFF de 26 de outubro de 2023, o Presidente, Salvatore Messina, comunicou ao Conselho que não iria concorrer na lista que estava a ser preparada para o próximo triénio, uma vez que estava em funções há nove anos, o que significa que já não cumpria o requisito formal de independência estabelecido pelas melhores práticas de governação empresarial. Decidido a cessar funções, o Presidente Messina apoiará o Banco na comemoração do seu 40.º aniversário, em 2025, na encontro da celebração e divulgação da sua cultura e história, que promoveu ao longo do seu mandato.

## Foco na aprovação do plano estratégico quinquenal do Grupo até 2028 dos objetivos financeiros até 2026.

O Conselho de Administração do BFF aprovou o plano estratégico quinquenal do BFF até 2028: «Cada vez mais um banco como nenhum outro» («Plano») e os objetivos financeiros para três anos («Objetivos 2026»).

Os objetivos estratégicos para 2028 incluem:

- ▶ Desenvolver a atividade principal, na qual o BFF é líder de mercado:
  - *Factoring* e Empréstimos: tornar-se o maior comprador de valores a receber públicos na Europa, num mercado em crescimento e pouco penetrado, através de:
    - forte crescimento da carteira de clientes nos mercados existentes e em novas regiões, nomeadamente através da abertura de uma subsidiária em França;
    - consolidação da nossa vantagem competitiva operacional, nomeadamente através do novo sistema informático de *factoring* e do aumento da eficiência do processo jurídico relacionado com as cobranças;
  - *Serviços de transação*: reforçar ainda mais o papel de «banco de segundo nível», gerando simultaneamente um fluxo de receitas constante e amplos depósitos operacionais para o Grupo:<sup>4</sup>
    - *Pagamentos*: principal intermediário independente de pagamentos em Itália para bancos e prestadores de serviços de pagamento (PSPs<sup>5</sup>), capitalizando a mudança para os pagamentos eletrónicos;
    - *Serviços de títulos*: o único banco italiano que oferece uma gama completa de serviços bancários de custódia e serviços de títulos personalizados a bancos nacionais e a gestores de ativos num mercado em crescimento.
- ▶ Continuar a investir em infraestruturas operacionais para apoiar as oportunidades de crescimento, gerir os riscos operacionais e beneficiar de mais eficiências.
- ▶ Continuar a proporcionar à nossa equipa oportunidades de crescimento e desenvolvimento, mantendo simultaneamente um forte alinhamento de incentivos com as partes interessadas.
- ▶ Otimizar ainda mais o financiamento e o capital.
- ▶ Proporcionar aos acionistas um rendimento líder no mercado em termos de capital e dividendos, com o capital a exceder o objetivo de CET1 de 12 % relacionado com o pagamento aos acionistas.
- ▶ Manter o baixo perfil de risco do Grupo, gerindo eficazmente as provisões vencidas e calendarizadas.
- ▶ Aumentar ainda mais o nosso impacto positivo a nível social, ambiental e para todas as partes interessadas, juntamente com objetivos de zero emissões líquidas e duplicação do investimento em iniciativas de impacto social.

) Banco de segundo nível, ou seja, um banco que oferece serviços a outros bancos.

) PSP: uma empresa terceira que permite às empresas aceitar pagamentos eletrónicos, tais como pagamentos com cartões de crédito e débito.

Os objetivos de crescimento sustentável até 2026 incluem:

- ▶ Uma nova melhoria do rácio custos/receitas, < 40 %;
- ▶ Rácios de capital sólido: rácio CET1 de 12 %;
- ▶ Coeficiente RoTE a níveis 50 % superiores;
- ▶ Rendimentos elevados para os acionistas:
  - Crescimento do Rendimento Líquido Ajustado<sup>6</sup> em cerca de 78 % em relação a 2022, para 255-265 milhões de euros. EPS 2026: 1,37 euros-1,43 euros (1,34 euros-1,39 euros totalmente diluídos<sup>7</sup>),
  - Mais de 720 milhões de euros, ou seja, cerca de 40 % da atual capitalização bolsista, a distribuir em dividendos até 2026;
- ▶ Emissões líquidas nulas de carbono<sup>8</sup>;
- ▶ Duplicar o investimento em iniciativas de impacto social;
- ▶ Mais de 80 % dos colaboradores em edifícios com certificação LEED<sup>9</sup> até 2026.

As principais orientações identificadas pelo Grupo para levar a cabo o plano estratégico e atingir os objetivos financeiros fixados são descritas a seguir.

Prevê-se um potencial de crescimento significativo na área de negócio de *Factoring* e Empréstimos, em resultado do crescimento histórico das despesas e investimentos públicos e do aumento da base de clientes, este último apoiado pela vantagem competitiva estabelecida pelo BFF. A expansão internacional para novas áreas geográficas pode trazer benefícios adicionais.

Prevê-se que a área dos Pagamentos proporcione um fluxo constante de receitas e seja uma importante fonte de liquidez, com potencial de crescimento em termos de volume, impulsionado pelo alinhamento progressivo dos pagamentos digitais em Itália com a média europeia. O crescimento é também apoiado pelo PNRR «Plano Nacional de Recuperação e Resiliência», por novos regulamentos e por novas tecnologias, que, no entanto, são compensados por taxas reduzidas.

No setor dos Serviços de Títulos, o BFF oferece serviços personalizados para bancos e gestores de ativos italianos, e detém uma posição de liderança na área dos Fundos de Pensões. Em certos nichos de mercado (Fundos de Pensões, FIA, mas também pequenas empresas de gestão de ativos), onde a presença local constitui uma vantagem competitiva, a oportunidade de crescimento do BFF será também apoiada pela próxima promulgação de novas leis - que introduzirão a obrigatoriedade de os Fundos de Pensões nomearem um banco depositário, abrindo um mercado de cerca de 110 mil milhões de euros em Ativos sob Gestão - e por uma maior penetração dos FIA, bem como pela plena implantação de serviços de valor acrescentado. A área de Serviços de Títulos é uma fonte muito importante de depósitos estáveis e operacionais para o BFF, e proporciona um fluxo de receitas constante com uma base de custos maioritariamente fixa.

) Lucro contabilístico menos custos extraordinários e menos custos de opções de compra de ações reconhecidos na demonstração dos rendimentos.

) Com base na diluição máxima relativa a todos os planos de opções de compra de ações pendentes.

) Considerando as emissões de âmbito 1 e 2

) LEED, ou *Leadership in Energy and Environmental Design*, é um sistema de notação desenvolvido pelo US Green Building Council para avaliar o desempenho ambiental de um edifício.

O BFF continuará a investir na sua infraestrutura operacional para apoiar as oportunidades de crescimento, gerir os riscos operacionais e otimizar a sua estrutura.

Será estratégico o novo sistema informático para o *Factoring*, a abertura de uma sucursal em França, a expansão da plataforma de depósitos *online* para outros mercados, a introdução do AIRB (modelo interno para o cálculo do risco de crédito) e uma iniciativa adicional destinada a tornar mais eficientes os encargos legais incorridos durante a cobrança de dívidas.

Em termos de gestão financeira, prevê-se que a demonstração da posição financeira do BFF se mantenha estável a partir do final do exercício de 2022. O BFF tenciona manter uma base de financiamento diversificada e continuar a aceder ao maior número possível de canais de financiamento.

Prevê-se que os depósitos operacionais dos Pagamentos e dos Serviços de Títulos continuem a ser a principal fonte de financiamento e que o BFF continue a aceder aos depósitos *online*, com oportunidades de crescimento em novos países. Prevê-se igualmente que o custo do risco permaneça baixo devido a uma carteira de empréstimos quase inteiramente exposta ao setor público.

O Grupo dispõe de uma posição de capital sólida. Dado o elevado RoTE (39 % no final de 2022), o capital adicional necessário para o crescimento da carteira de empréstimos será totalmente financiado a partir dos resultados transitados, mantendo um dividendo absoluto atrativo.

Relativamente à política de dividendos do BFF, esta continuará a ter como objetivo o autofinanciamento do crescimento do Grupo e a distribuição de todos os lucros gerados no exercício que excedam o rácio de capital objetivo pelos acionistas. A distribuição de dividendos é confirmada duas vezes por ano, em agosto e abril, com base no lucro ajustado para a primeira metade do ano e para o ano inteiro.

O Conselho de Administração do BFF também decidiu:

- ▶ recorrer à opção de apresentar a sua própria lista de candidatos para o Conselho de Administração e, conseqüentemente, iniciar o respetivo processo de acordo com o Cronograma regulamentar, e
- ▶ aprovar a nova «Política de Dividendos do BFF Banking Group» (a «Política de Dividendos»), fixando o rácio CET1 como objetivo de capital em 12 %, em comparação com o anterior Rácio de Capital Total («TCR») em 15 %, para o alinhar com o objetivo de capital mais utilizado por outros bancos. A distribuição de dividendos mantém-se inalterada, desde que todos os outros requisitos regulamentares de capital sejam cumpridos. A distribuição de dividendos é confirmada duas vezes por ano, com base no lucro ajustado do primeiro semestre e do ano inteiro.

Por último, o BFF continuará a cumprir os seus compromissos de sustentabilidade com um enfoque contínuo na obtenção de um impacto positivo a nível social, ambiental e das partes interessadas, tal como anteriormente referido na secção de iniciativas de sustentabilidade do presente documento.

## 3. Resultados operacionais

### PRINCIPAIS DESTAQUES

#### BFF BANKING GROUP

- ▶ Em 2023, o lucro normalizado ascendeu a 141,1 milhões de euros e registou-se um diferencial positivo entre os ganhos de capital gerados pela cobrança de juros de mora contabilizados durante o ano e o reescalonamento, totalizando 21,5 milhões de euros (+13,7 milhões de euros face a 2022).
- ▶ Os empréstimos e valores a receber de clientes atingiram um nível recorde de 3,9 mil milhões de euros.
- ▶ Montantes não transferidos para a Demonstração dos Rendimentos de provisões relativas a juros de mora e à indemnização por custos de recuperação («40 euros»), no montante de 525 milhões de euros, +61 milhões em relação a 2022.
- ▶ Impacto positivo na rentabilidade futura decorrente do aumento das taxas aplicadas no cálculo dos juros de mora de 12 % para 12,5 % a partir de 1 de janeiro de 2024.

#### CAPITAL e DIVIDENDOS

- ▶ Rácio CET1 de 9,2 %, Rácio de Capital de Nível 1 de 13,0 % e Rácio de Capital Total de 13,0 %.
- ▶ Distribuição de um dividendo de 183,2 milhões de euros (0,979 euros por ação) com um tranche inicial de 0,438 euros por ação pago em setembro de 2023 e um tranche final de 0,541 euros por ação a pagar em abril de 2024.
- ▶ Dividendo cumulativo pago desde a admissão à cotação igual a 800 milhões de euros, equivalente à capitalização bolsista à data da admissão à cotação.

#### OUTRAS INFORMAÇÕES SIGNIFICATIVAS

- ▶ O novo Conselho de Administração será nomeado pela Assembleia de Acionistas de 18 de abril de 2024.
- ▶ O BFF Bank ganhou o primeiro concurso no segmento dos Fundos de Pensões com a Cassa Forense, com cerca de 13 mil milhões de euros em ativos sob gestão.
- ▶ O processo de revisão da Diretiva Atrasos de Pagamentos está em curso e espera-se que tenha resultados favoráveis para o BFF.



## PRINCIPAIS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS

(milhões de euros)

Demonstração dos Rendimentos Normalizada	2023	2022	%
<b>Receitas de factoring e empréstimos</b>	<b>288,1</b>	<b>148,3</b>	<b>94 %</b>
<b>Pagamentos das receitas</b>	<b>63,1</b>	<b>56,7</b>	<b>11 %</b>
<b>Receitas dos serviços de título</b>	<b>23,6</b>	<b>43,7</b>	<b>-46 %</b>
Outras receitas	351,2	156,6	124 %
das quais Carteira de Títulos HTC	180,5	42,8	322 %
<b>Receitas totais</b>	<b>726,0</b>	<b>405,4</b>	<b>79 %</b>
Custo do dinheiro <sup>10</sup>	(362,0)	(84,2)	330 %
<b>Receitas líquidas totais</b>	<b>364,0</b>	<b>321,2</b>	<b>13 %</b>
Custos operacionais incluindo depreciações, amortizações e perdas por imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	(160,8)	(150,7)	7 %
Rácio custo/rendimento (%)	44 %	47 %	-3 bps
Correções líquidas para o risco de crédito	(7,0)	(0,9)	N/A
Resultado antes de impostos normalizado	196,1	169,5	16 %
<b>Lucro normalizado do exercício</b>	<b>141,1</b>	<b>117,0</b>	<b>21 %</b>
<b>Lucro declarado do exercício<sup>11</sup></b>	<b>131,4</b>	<b>261,4</b>	<b>-50 %</b>

) Incluindo o lucro da negociação de derivativos utilizados para cobrir exposições a taxas de juro e divisas.

) O lucro declarado do exercício inclui algumas rubricas não recorrentes. Em 2023 estas rubricas referem-se a: custos não recorrentes incorridos no período relativo a custos de reestruturação e de fusões e aquisições no valor de 3,0 milhões de euros, o acordo de liquidação com o Presidente da Comissão Executiva no valor de 1,7 milhões de euros, o custo das opções de compra de ações no valor de 2,0 milhões de euros, a amortização de contratos com clientes no valor de 1,9 milhões de euros e outros custos no valor de 1,2 milhões de euros. Em 2022, estas rubricas referiam-se a receitas não recorrentes no valor de 154,8 milhões de euros, principalmente relacionadas com a alteração das avaliações de ativos, incluindo as relativas a juros de mora e à indemnização por custos de recuperação («40 euros») e dividendos de empresas do grupo, parcialmente compensadas por custos não recorrentes no valor de 10,4 milhões de euros, relacionados principalmente com o custo das opções de compra de ações no valor de 2,8 milhões de euros, a amortização de contratos com clientes no valor de 3,1 milhões de euros e custos de reestruturação e

As demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023 apresentam os ativos, passivos, rendimentos e despesas do BFF Bank S.p.A. («BFF» ou o «Banco»).

Durante 2023, em conformidade com o que foi confirmado no novo Plano de Negócios, o Banco concentrou-se na consolidação e no desenvolvimento das suas atividades principais, implementando iniciativas para conquistar cada vez mais novos clientes e quotas de mercado, oferecer novos produtos e serviços, expandir a sua presença fora do mercado nacional, reforçar o seu papel de «banco de segundo nível» e reavaliar os preços dos seus produtos para ter em conta a evolução das condições macroeconómicas.

No que respeita ao financiamento, o esforço centrou-se na utilização do financiamento disponibilizado pelas Unidades de Negócio de Serviços de Títulos e de Pagamentos e, numa perspetiva de diversificação de fontes de financiamento e de otimização de custos, pelas contas de depósito *online* disponibilizadas em todas as regiões onde o Banco opera com este produto, para financiar os seus investimentos.

Em 2023, i) as receitas totais aumentaram 79 % em comparação com 2022, apesar do reapreçamento mais rápido dos passivos, graças ao desempenho da divisão de *Factoring e Empréstimos* (1,9x em comparação com 2022) e da carteira das obrigações de dívida pública detida ao abrigo do Modelo de Negócio HTC (4x em comparação com 2022), ii) as receitas líquidas aumentaram 13 % em comparação com 2022, iii) o custo de financiamento foi mais elevado devido ao aumento das taxas de juro, iv) a forte incidência no controlo dos custos continuou, com um rácio custo/rendimento (44 %) inferior ao de 2022 (47 %) e v) o lucro normalizado ascendeu a 141,1 milhões de euros (+20,6 % em comparação com 2022).

Note-se que o Banco não tem qualquer exposição comercial aos mercados russo e ucraniano e está empenhado em controlar rigorosamente as atividades de processamento da Unidade de Negócio de Pagamentos para garantir o cumprimento das restrições impostas à Rússia.

de fusões e aquisições no valor de 3,9 milhões de euros.

## Lucro do Banco

### Lucro declarado do exercício

Em termos de rentabilidade global, o desempenho acumulado das Unidades de Negócio do Banco, influenciado pelos fenômenos acima indicados, conduziu a um resultado declarado de 131,4 milhões de euros, incluindo as rubricas não recorrentes que influenciaram o lucro do exercício, cujo detalhe é apresentado no quadro seguinte.

### Lucro normalizado do exercício

Eliminando as rubricas não recorrentes que tiveram impacto nos resultados em 31 de dezembro de 2023, o lucro normalizado do Banco situa-se em 141,1 milhões de euros (mais 21 % em termos homólogos).

Os principais elementos que afetam o desempenho normalizado do Banco podem ser resumidos da seguinte forma:

- ▶ aumento do rendimento líquido de juros devido, essencialmente, ao aumento do rendimento líquido dos empréstimos, graças às políticas de reapreçamento aplicadas aos empréstimos concedidos de *Factoring* e Empréstimos, ao aumento da taxa aplicada para o cálculo dos juros de mora, ao bom desempenho da cobrança de juros com benefício concomitante nos ganhos de capital, ao reapreçamento das obrigações de dívida pública HTC de taxa variável, e à redução progressiva do peso das obrigações do Estado HTC de taxa fixa;
- ▶ comissões das Unidades de Negócio de Serviços de Títulos e Pagamentos, com a primeira a diminuir e a segunda a aumentar face a 2022, apesar do desempenho comercial e sobretudo devido à perda do cliente Arca durante 2022;
- ▶ 22,0 milhões de euros de ganhos de capital resultantes da venda de 835 milhões de euros de obrigações de dívida pública, principalmente de taxa variável e com prazo de vencimento próximo;
- ▶ melhoria da eficiência operacional em comparação com 2022, com uma diminuição do rácio custo/rendimento (de 47 % em 2022 para 44 % em 2023), apesar dos custos mais elevados incorridos para apoiar o crescimento do negócio e implementar iniciativas para melhorar os processos e a arquitetura informática do Banco, libertando eficiência adicional e reduzindo os riscos operacionais no futuro.

A tabela abaixo explica a transição do lucro declarado para os dados normalizados.

Correções – milhões de euros	2023	2022	% no período homólogo
<b>BFF Bank SpA – Lucro declarado</b>	<b>131,4</b>	<b>261,4</b>	<b>-50 %</b>
Diferenças cambiais cobertas pela reserva de transposição em capital próprio	-	(1,7)	
Opções de compra de ações e Outorgas de ações	2,0	2,8	
Custos de transação, reestruturação e fusões e aquisições	3,0	3,9	
Fundo de Resolução Extraordinário e FITD	1,2	0,5	
Distribuição de dividendos das subsidiárias	-	(73,2)	
Acordo de liquidação com o Diretor Executivo	1,7	-	
Amortização de contratos com clientes do DEPObank	1,9	3,1	
Evolução dos valores do ativo, incluindo os relativos aos juros de mora e à indemnização por custos de recuperação («40 euros»)	-	(79,9)	
<b>BFF Bank SpA – Lucro normalizado</b>	<b>141,1</b>	<b>117,0</b>	<b>21 %</b>

Nas páginas seguintes, para a apresentação precisa do desempenho das várias Unidades de Negócio, os comentários referem-se a dados da demonstração dos rendimentos normalizada, eliminando os elementos não recorrentes que influenciaram os resultados de 2023 e 2022.

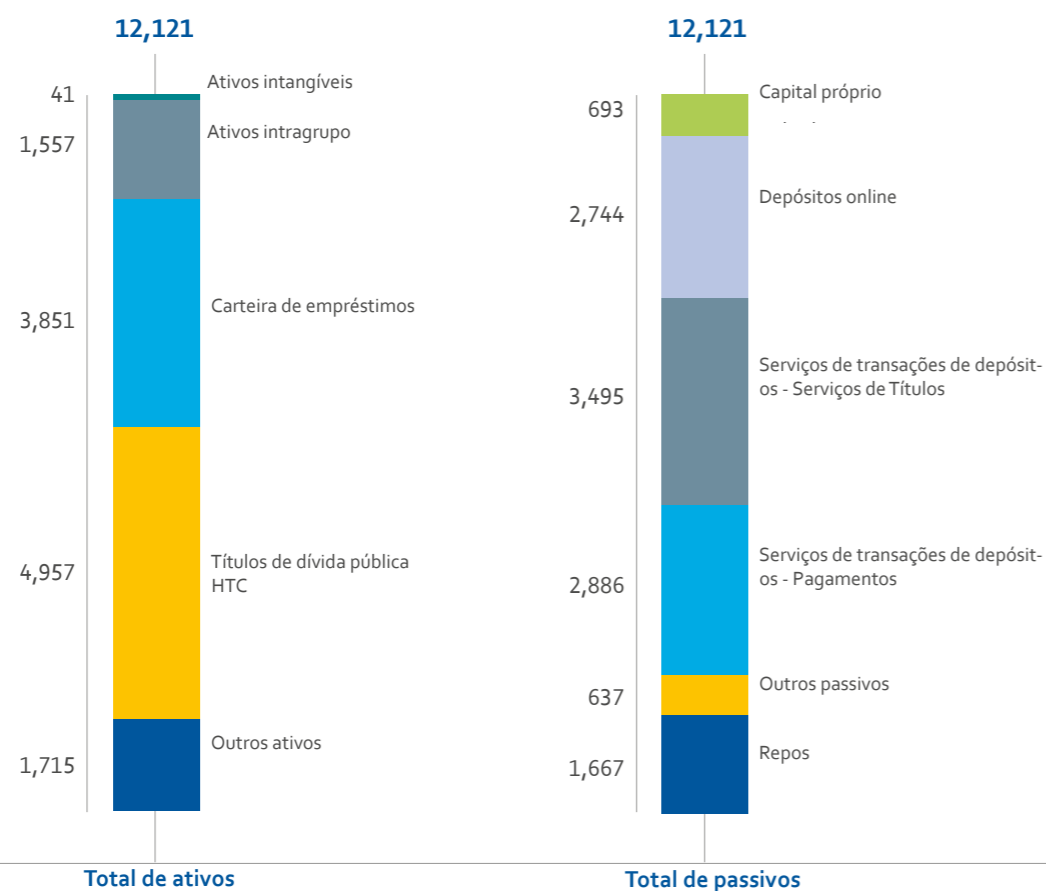


## Demonstração da Posição Financeira

No que se refere à Demonstração da Posição Financeira, durante 2023, o Banco continuou a centrar-se na otimização dos custos relacionados com as diferentes formas de financiamento, mantendo uma elevada diversificação, e na melhoria dos rendimentos das diferentes formas de empréstimo. Esta última atividade foi levada a cabo através de uma política de redução da carteira de títulos de dívida pública, em especial de títulos de taxa fixa, e de uma política de reapreçamento dos serviços prestados aos clientes, de modo a ter em conta a alteração do cenário macroeconómico, em especial no que se refere às taxas de juro aplicadas. As medidas implementadas permitiram manter a dimensão da Demonstração da Posição Financeira a níveis constantes em relação aos últimos exercícios, favorecendo o crescimento das formas de empréstimo próprias do *Factoring* e Empréstimo, e reduzindo a parte dos empréstimos em títulos de dívida pública.

O Banco continuou a gerir eficazmente o excesso de liquidez, com efeitos melhorados tanto na alavancagem como na rentabilidade.

(milhões de euros)



## Empréstimos

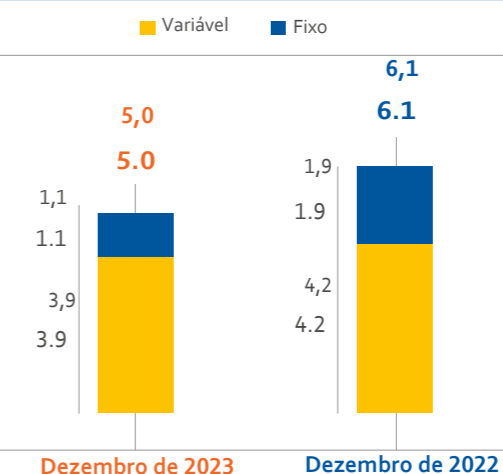
A Carteira de empréstimos concedidos de *Factoring* e Empréstimos foi de 3,9 mil milhões de euros, um aumento de 2 % em relação a 2022: os mercados internacionais representam atualmente cerca de 10 % do total de empréstimos concedidos e valores a receber de clientes. O nível de empréstimos concedidos e valores a receber de clientes atingiu um máximo histórico, também graças a um contexto e a um desempenho comercial favoráveis, e todos os mercados em que o Banco opera registaram um aumento em relação ao exercício anterior, com exceção de Portugal, onde foram efetuadas injeções de liquidez pelo governo central equivalentes a 6 % do total das despesas públicas.

Carteira de empréstimos (milhões de euros)	31/12/2023 <sup>(*)</sup>	31.12.2022 <sup>(*)</sup>
Itália	3448	3383
Portugal	223	239
Grécia	166	131
Outros países (Croácia e França)	14	13
<b>Total</b>	<b>3851</b>	<b>3765</b>

(\*) Incluindo ativos por impostos «*Ecobonus*» no valor de 354,2 milhões de euros de acordo com o Modelo de Negócio HTC, e 59,9 milhões de euros de acordo com o Modelo de Negócio Comercial (221 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), contabilizados em Outros ativos na Demonstração da Posição Financeira, e provisões da Posição de Balanço relativas a juros de mora e à indemnização por custos de recuperação («40 euros») no valor de 406 milhões de euros (412 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022).

A carteira de obrigações do Estado atingiu 5,0 mil milhões de euros, menos 1,1 mil milhões de euros do que em 31 de dezembro de 2022, em consonância com a política de redução gradual do peso desta forma de empréstimo na Demonstração da Posição Financeira do Banco.

CARTEIRA DE TÍTULOS HTC (mil milhões de euros)



## Financiamento

Do lado do passivo, a racionalização das fontes de financiamento prosseguiu através do crescimento dos depósitos *online* e da amortização na data de vencimento, 23 de maio de 2023, da emissão de obrigações preferenciais não garantidas no montante remanescente de 38,6 milhões de euros (emitidas por 300 milhões de euros iniciais em outubro de 2019).

O departamento de Serviços de Transação, com as suas Unidades de Negócio de Serviços de Títulos e Pagamentos, arrecadou cerca de 6,4 mil milhões de euros face a 6,0 mil milhões de euros em 2022, com uma diminuição da quota dos Serviços de Títulos de 0,3 mil milhões de euros (de 3,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 para 2,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023), principalmente devido a uma alteração nas políticas de investimento dos fundos, e com um aumento do montante gerado pelos Pagamentos de cerca de 0,8 mil milhões de euros (de 2,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 para 3,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023) graças aos esforços de venda com os clientes existentes destinados a aumentar a liquidez.

O Grupo continuou a oferecer a solução de contas de depósito online destinada a clientes particulares e empresas e garantida pelo Fundo Interbancário de Garantia de Depósito em Itália com o *Conto Facto*, em Espanha, Países Baixos, Irlanda e Alemanha com o *Cuenta Facto e*, por último, na Polónia com o *Lokata Facto*.

Em 31 de dezembro de 2023, o total das receitas nominais do *Conto Facto*, do *Cuenta Facto* e do *Lokata Facto* ascendia a um total de 2,7 mil milhões de euros, um aumento de aproximadamente 1,5 mil milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2022.

Tendo em conta o que precede, o valor nominal das emissões obrigacionistas pendentes em 31 de dezembro de 2023 totalizava 150 milhões de euros (relacionados com a emissão AT1), em comparação com 188,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

Os *repos* registaram uma redução significativa em comparação com 31 de dezembro de 2022, de 4,4 mil milhões de euros para 1,7 mil milhões de euros.

Por último, note-se que o BFF continua a não ter qualquer financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE), nem ordinário (OMA) nem extraordinário (PELTRO, TLTRO, etc.).

## Capital próprio, fundos próprios e rácios de capitais próprios

O BFF Bank continua a manter a sua solidez de capital, também graças aos rácios de capital e capitais próprios que não incluem o lucro consolidado normalizado do exercício.

A política de dividendos do BFF Banking Group estipula que o montante do lucro consolidado normalizado gerado durante o ano fiscal que exceda o nível de 12,0 % do rácio CET 1 (sujeito ao cumprimento de todos os outros indicadores regulamentares atuais e futuros) será distribuído numa base semestral, com um pagamento baseado no lucro normalizado do primeiro semestre do ano e um pagamento baseado no lucro normalizado no final do ano.

A este respeito, recorde-se que, na sequência da aprovação dos resultados do Relatório Intercalar de 2023, em conformidade com a política de dividendos do Banco, o Banco distribuiu, em setembro de 2023, 0,438 euros por ação (para um montante máximo de 81,9 milhões de euros, o lucro normalizado a 30 de junho de 2023).

O capital próprio em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 693 milhões de euros, enquanto os fundos próprios do Banco na mesma data ascendiam a 524 milhões de euros, incluindo 150 milhões de uma obrigação subordinada não garantida e objeto de notação de Nível 1 adicional colocada em 19 de janeiro de 2022 e 24,6 milhões de euros de lucro do exercício reconhecido em capital próprio; a exposição global a riscos no que respeita à atividade desenvolvida é adequada à dotação de capital e ao perfil de risco identificados.

Com efeito, os rácios CET1, Nível 1 e Capital Total são de 9,2 %, 13,0 % e 13,0 %, respetivamente, e o rácio de Alavancagem aumentou de 4,3 % em 31 de dezembro de 2022 para 4,4 % em 31 de dezembro de 2023.

Por último, recorde-se que, a 18 de setembro de 2023, o Banco de Itália, na qualidade de Autoridade de Resolução, adotou o plano de resolução de 2022 para o BFF Banking Group, confirmando a resolução como uma estratégia de gestão de crises para o BFF Banking Group e definindo os requisitos MREL aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2025.

	BFF Bank	
	31.12.2023	31.12.2022
Fundos próprios	524,0	590,4
Rácio de Capital CET1	9,2 %	11,7 %
Rácio de Capital de Nível 1	13,0 %	15,7 %
<b>Rácio de Capital Total</b>	<b>13,0 %</b>	<b>15,7 %</b>

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### Alterações no número de efetivos

Em 31 de dezembro de 2023, o número total de colaboradores do BFF Bank S.P.A. e das sucursais estrangeiras ascendia a 612 pessoas. Durante o ano de 2023, foram contratadas 62 pessoas que ainda se encontravam ao serviço em 31 de dezembro, das quais 37 em Itália, 7 em Espanha, 5 em Portugal e 12 na Polónia.

Segue-se a distribuição por país:

31.12.2023	Itália e FOS	Sucursal espanhola	Sucursal polaca	Grécia	Portugal	Total
<b>NÚMERO DE EFETIVOS EM 31/12/2023</b>	532	15	42	10	13	612

31.12.2022	Itália e FOS	Sucursal espanhola	Sucursal polaca	Grécia	Portugal	Total
<b>NÚMERO DE EFETIVOS EM 31/12/2022</b>	562	4	37	9	10	627

A repartição da força de trabalho por género em 31 de dezembro de 2023 era de 51 % de mulheres e 49 % de homens.

Seguem-se os pormenores discriminados por país:

31.12.2023	Mulheres	%	Homens	%	Total
Itália	272	51 %	260	49 %	532
Espanha	6	40 %	9	60 %	15
Polónia	29	69 %	13	31 %	42
Grécia	4	40 %	6	60 %	10
Portugal	3	23 %	10	77 %	13
<b>Total</b>	<b>314</b>	<b>51 %</b>	<b>298</b>	<b>49 %</b>	<b>612</b>

31.12.2022	Mulheres	%	Homens	%	Total
Itália	288	51 %	274	49 %	562
Espanha	5	56 %	4	44 %	9
Polónia	24	65 %	13	35 %	37
Grécia	4	44 %	5	56 %	9
Portugal	3	30 %	7	70 %	10
<b>Total</b>	<b>324</b>	<b>52 %</b>	<b>303</b>	<b>48 %</b>	<b>627</b>

## UNIDADE de Negócio de *Factoring* e Empréstimos Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

A Unidade de Negócio de *Factoring* e Empréstimos exerce a atividade de empréstimos e oferece os seus serviços através de produtos como o *factoring* sem recurso, o empréstimo e a gestão de créditos a organismos da Administração Pública e a hospitais privados.

O Banco exerce atualmente esta atividade em 5 países (Itália, Croácia, França, Grécia e Portugal).

Apesar das injeções de liquidez efetuadas por alguns governos nacionais, e graças à subida das taxas de juro e de inflação, que estão a levar as empresas a reconsiderar as suas estratégias de capital de exploração, e ao forte desempenho comercial, face a 31 de dezembro de 2022, os principais indicadores da Unidade de Negócio de *Factoring* e Empréstimos apresentaram tendências positivas.

A carteira de empréstimos aumentou 2 % em comparação com 31 de dezembro de 2022 (3,9 mil milhões de euros vs. 3,8 mil milhões de euros), atingindo um novo máximo histórico, enquanto os volumes de empréstimos concedidos e valores a receber adquiridos e desembolsados aumentaram significativamente em comparação com o último exercício (5678 milhões de euros vs. 4791 milhões de euros), graças ao forte impulso comercial decretado num contexto macroeconómico favorável.

Os dias de vendas pendentes (DSO) registados pelo BFF nas atividades de *factoring* e de gestão de crédito por conta de outrem revelou um prolongamento dos prazos de cobrança em Itália e na Grécia e uma diminuição em Portugal (na sequência do aumento das remessas, sobretudo no final do ano, por parte do governo central) e na Croácia e na França (onde o valor é, no entanto, influenciado pela dimensão do negócio).

Dias de vendas pendentes - dias (dados BFF, Aquisições e Gestão, Público e Privado):

	31.12.2023	31.12.2022
Itália	159	132
Portugal	127	175
Grécia	254	248
Croácia	40	52
França	76	79

A provisão para juros de mora e a provisão relativa à indemnização por custos de recuperação («40 euros»), bem como os montantes relativos transferidos e não transferidos para a Demonstração dos Rendimentos, aumentaram em comparação com 2022 (atingindo, respetivamente, 784 e 210 milhões de euros, 364 e 105 milhões de euros, 420 e 105 milhões de euros)

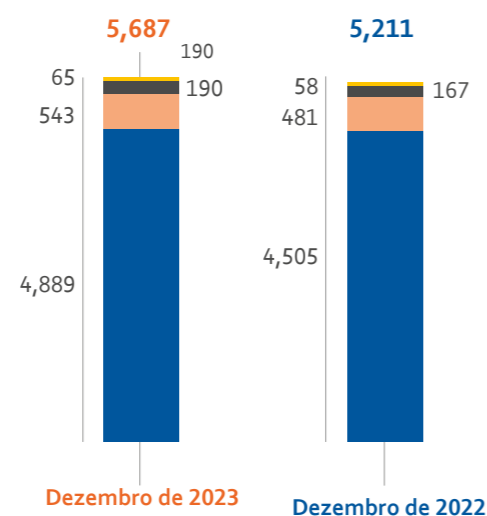
O custo do crédito mantém-se a níveis negligenciáveis, graças à elevada notoriedade dos clientes servidos e ao rigoroso processo de concessão e acompanhamento do crédito, apesar do aumento da carteira de empréstimos a clientes e de algumas reduções específicas na Polónia.

(Montantes em milhões de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Volume de negócios adquirido/Empréstimos desembolsados durante o exercício	5678	5211
Provisão para juros de mora	784	686
Provisão de indemnização de montante fixo	210	191
Provisão para juros de mora não transferidos para a demonstração dos rendimentos	420	368
Provisão de indemnização de montante fixo não transferido para a demonstração dos rendimentos	105	96

## VOLUMES

■ Itália ■ Portugal ■ Grécia ■ Outros



O rendimento de juros normalizado ascendeu a 255,7 milhões de euros, em comparação com 132,8 milhões de euros em 2022, e foi positivamente afetado pelo crescimento das taxas, que teve impacto na taxa a aplicar no cálculo dos juros de mora, e, de um modo mais geral, pelo reapreçamento implementado junto dos clientes, bem como pelo aumento da carteira de empréstimos.

O *spread* de «reescalonamento/ganhos de capital» incluído no rendimento líquido de juros, ou seja, o diferencial entre os ganhos de capital gerados pelos recebimentos de juros de mora superiores a 50 %, contabilizados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e o reescalonamento, ou seja, os efeitos relacionados com o desconto de valores a receber não cobrados de acordo com as estimativas internas e, por conseguinte, reprojatados no tempo, registou também uma evolução positiva em relação ao exercício anterior (+13,7 em relação ao último exercício), graças igualmente a acordos de liquidação significativos celebrados com alguns devedores.

As outras despesas e rendimentos operacionais normalizados incluídos em «Outras receitas» incluem os impactos económicos decorrentes da indemnização por custos de recuperação («40 euros») que, no decurso de 2023, conduziram a um impacto positivo de 15,2 milhões de euros (12,1 milhões de euros em 2022).

O Total das Receitas Líquidas normalizadas ascendeu, assim, a 288,1 milhões de euros, mais 139,8 milhões de euros do que no último exercício, graças sobretudo aos fenómenos descritos anteriormente.

Milhões de euros (valores normalizados)

	2023	2022
Rendimentos de juros	255,7	132,8
da qual o <i>spread</i> de «reescalonamento/ganhos de capital»	21,5	7,8
Outras receitas (incluindo outras despesas e rendimentos operacionais)	32,5	15,5
<b>Receitas líquidas totais</b>	<b>288,1</b>	<b>148,3</b>

## Unidade de Negócio de Serviços de Títulos Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Econômicos

Os Serviços de Títulos dizem respeito à Unidade de Negócio que se ocupa da custódia bancária de fundos de investimento e serviços conexos, tais como custódia global, contabilidade de fundos e agentes de transferência para gestores nacionais e vários fundos de investimento - tais como fundos de pensões, fundos mutualistas e fundos alternativos - bem como bancos e outras instituições financeiras (ou seja sociedades de corretagem de ações): Este negócio está centrado no mercado italiano.

Durante o exercício, a Unidade de Negócio registou um bom desempenho comercial, graças ao lançamento de iniciativas estratégicas que visam i) a expansão e melhoria da experiência comercial (através de novos serviços tais como o processamento de liquidações nos vários mercados; o empréstimo de títulos a Fundos de Pensões de média e pequena dimensão; a expansão da atividade dos Agentes Pagadores também a moedas estrangeiras, etc.); ii) a expansão da base de clientes (através da oferta de serviços de valor acrescentado dos serviços de banco depositário a Fundos de Pensões e Fundos de Saúde, bem como da participação nos concursos dos Fundos de Pensões, para além da oferta de serviços de Agente Pagador, Conta e Banco Depositário a clientes empresariais) e iii) o aproveitamento das oportunidades decorrentes também de intervenções regulamentares (como a Consolidação T2-T2S, ECMs, CSDR, SHRD II, SFTR Reports, gestão operacional de MTS-Repos), que, por um lado, representam uma oportunidade para reforçar no mercado o papel de banco correspondente e parceiro de referência no âmbito da Custódia Global, e, por outro, permitem oferecer novos produtos e serviços de valor acrescentado que poderão contribuir para um maior aumento das receitas do BFF. No domínio das oportunidades geradas pela regulamentação, a Unidade de Negócio concentrou-se no acompanhamento e monitorização da nova regulamentação dos fundos de pensões, quer através das instituições, quer através das associações comerciais. O BFF Bank foi nomeado banco depositário da Cassa Forense, com 13 mil milhões de euros em ativos geridos, que deverá ser integrado no segundo trimestre de 2024.

Os principais indicadores da Unidade de Negócio de Serviços de Títulos registaram tendências globalmente positivas face ao final de 2022, devido aos efeitos associados ao bom desempenho dos mercados financeiros e às iniciativas comerciais. A diminuição do desempenho dos ativos sob custódia (AuCs) está relacionada com a saída de um cliente no último trimestre do ano, com um impacto limitado nas receitas.

Os Ativos sob Depósito (AuD) do Banco depositário ascenderam a 58,8 mil milhões de euros, um aumento de 19 % em relação a 2022, enquanto os Ativos sob Custódia da Custódia Global ascenderam a 111,3 mil milhões de euros, uma diminuição de 27 % em relação a 2022, devido à saída de um cliente com menor rentabilidade.

O saldo dos depósitos de clientes foi influenciado pela alteração das políticas de investimento adotadas por muitos fundos (devido ao novo cenário das taxas de juro de mercado, que transitaram de negativas para positivas) logo no segundo semestre de 2022.

	2023	2022
Banco depositário (AuD, milhões de euros)	58 842	49 524
Custódia global (AuC, milhões de euros)	111 343	153 065
Depósitos - Saldo final (milhões de euros)	2886	3167

O nível dos encargos e comissões líquidos normalizados foi inferior ao do exercício anterior, mas 3 % superior excluindo a parte de 2022 atribuível à Arca.

Milhões de euros (valores normalizados)

	2023	2022
Rendimento líquido de encargos e comissões	23,0	42,4
Outras receitas (incluindo outras despesas e rendimentos operacionais)	0,6	1,2
<b>Receitas líquidas totais</b>	<b>23,6</b>	<b>43,6</b>

## Unidade de Negócio de Pagamentos Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

A Unidade de Negócio de Pagamentos é a unidade de negócio que se ocupa do processamento de pagamentos, pagamentos de empresas e cheques e faturas e tem como clientes bancos italianos de média e pequena dimensão e empresas de média e grande dimensão e orgulha-se da parceria com a Nexi. Este negócio está centrado no mercado italiano.

Como operador independente líder em Itália no domínio dos serviços de processamento dedicados aos PSP (Prestadores de serviços de pagamentos: Bancos, IMEL, Instituições de Pagamento) e nos serviços estruturados de cobrança e pagamento para empresas e Administração Pública, o BFF beneficia de um mercado de pagamentos em crescimento graças à progressiva digitalização dos instrumentos de pagamento.

No decurso de 2023, a Unidade de Negócio teve um bom desempenho comercial, com efeitos positivos na área do processamento de pagamentos, pagamentos empresariais e no setor da liquidação; além disso, foram concluídas com sucesso várias iniciativas comerciais, decorrentes do encerramento da CCI da Nexi, que permitiram à Unidade de Negócio reforçar e expandir o seu papel de banco de serviços, angariando novos clientes e aumentando, numa base prospetiva para os próximos anos, os volumes geridos.

Foram também lançadas iniciativas específicas para a área dos cheques e letras de câmbio (uma área em declínio estrutural no conjunto do mercado), cujo decréscimo constante de volumes está a suscitar o interesse de alguns clientes nos serviços do BFF Bank.

Conforme observado em 2022, o mercado está a mostrar os efeitos da evolução e digitalização do Sistema de Pagamentos e da agregação de bancos em curso, para não mencionar o potencial aumento da competitividade no setor dos Pagamentos, também liderado pelo BCE e pela Comissão Europeia, juntamente com a entrada de muitos novos operadores no mercado de pagamentos, tais como Instituições de Pagamento, IMEL, terceiros prestadores de serviços (TPS) e operadores de tecnologia financeira (Fintech). Precisamente estes dois últimos fenómenos, aliados à angariação de novos clientes devido ao encerramento da CCI da Nexi, fizeram com que o BFF continuasse a registar uma procura crescente de serviços de intermediação de pagamentos, tendência que se reforçou significativamente para o BFF em 2023. A revisão em curso da Diretiva Serviços de Pagamento (DSP) e o requisito de os PSP enviarem e receberem pagamentos imediatos, podem conduzir a uma maior expansão do mercado, desenvolvendo mais concorrência, mas também novas oportunidades. Note-se que a possibilidade de abrir contas monetárias dos bancos centrais a operadores não bancários pode reduzir a tendência atual.

Os principais indicadores da Unidade de Negócio de Pagamentos, em termos do número de transações executadas face ao último exercício, registaram uma evolução positiva.

O número de transações aumentou 14 %, para 767 milhões, graças sobretudo à atividade de intermediação e liquidação de cartões, parcialmente compensada pelo declínio estrutural de outros serviços, como os cheques e as letras de câmbio.

O saldo dos depósitos, no valor de 3495 milhões de euros, aumentou em comparação com 2748 milhões de euros em 2022, graças aos esforços comerciais realizados com os clientes existentes, a fim de aumentar a liquidez e os saldos mais elevados nas contas de exploração.

	31.12.2023	31.12.2022
Transações (n.º de transações, milhões de euros)	767	675
Depósitos - Saldo final (milhões de euros)	3495	2748

O nível dos encargos e comissões líquidos foi mais elevado do que em 2022 e ascendeu a 63,1 milhões de euros, principalmente em resultado do aumento das operações e apesar de uma estrutura de preços com taxas estáveis.

	Milhões de euros (valores normalizados)	
	2023	2022
Rendimento líquido de encargos e comissões	51,7	45,4
Outras receitas (incluindo outras despesas e rendimentos operacionais)	11,4	11,3
<b>Receitas líquidas totais</b>	<b>63,1</b>	<b>56,7</b>



## Custos operacionais

No que concerne as Despesas administrativas, o Banco continuou a manter um forte enfoque no controlo de custos e, sempre que possível, a melhorar a sua eficiência operacional, evidenciado por um rácio custo/rendimento que diminuiu (44 %) em comparação com 2022 (47 %), apesar dos investimentos realizados e destinados a melhorar os processos, a melhorar a infraestrutura tecnológica e a apoiar o crescimento na atividade principal.

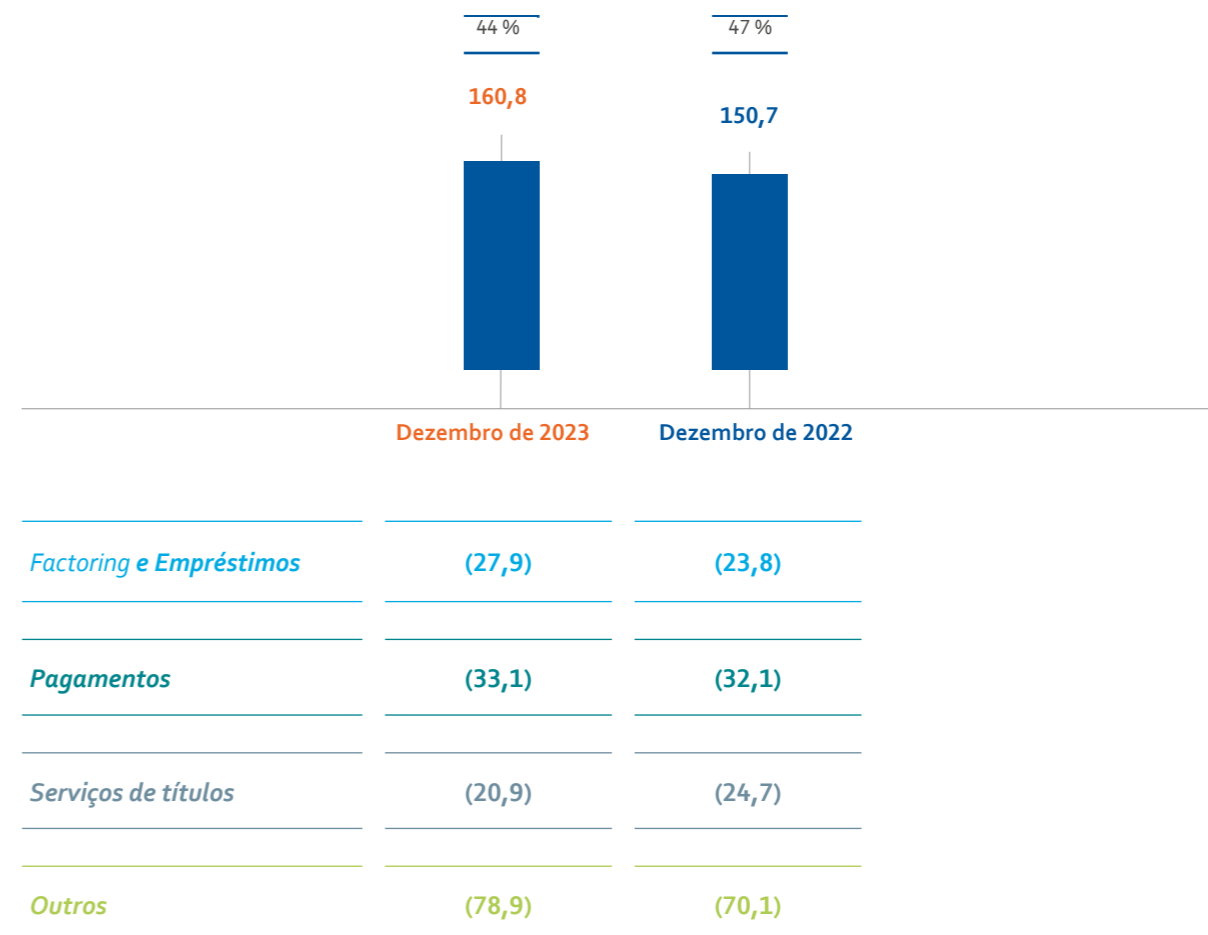
Os custos da Unidade de Negócio de *Factoring* e Empréstimos registaram um aumento de 17 % face ao último exercício, justificado, na sua maioria, pelo aumento dos encargos com processos judiciais de cobrança. Os custos da Unidade de Negócio de Pagamentos registaram um aumento de 3 % em relação ao último exercício, devido ao aumento dos volumes. No que respeita aos custos da Unidade de Negócio de Serviços de Títulos, por outro lado, a redução de 16 % desde o último exercício é atribuível à diminuição das operações e à redução dos custos com pessoal, em resultado do *lay-off* decretado na sequência da saída dos clientes Anima e Arca.

Os Outros Custos aumentaram 13 % em comparação com o último exercício, principalmente devido ao aumento das contribuições que o Banco faz anualmente para o Fundo de Resolução e para o Fundo de Garantia de Depósitos (6,3 milhões de euros em 2023 e 3,6 milhões de euros em 2022), aos custos do projeto AIRB e aos custos das TIC e à renovação do acordo laboral nacional do setor bancário.

No que diz respeito ao Fundo de Garantia de Depósitos, note-se que a Diretiva 2014/49 da UE (Diretiva relativa aos sistemas de garantia de depósitos - SGD) introduziu em 2015 um novo mecanismo de financiamento misto, baseado em contribuições ordinárias (ex-ante) e extraordinárias (ex-post) com base no montante dos depósitos cobertos e no grau de risco incorrido pelo respetivo banco membro.

No que diz respeito ao Fundo de Resolução, recorde-se que o Regulamento (UE) n.º 806/2014 que rege o Mecanismo Único de Resolução, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016, criou o Fundo Único de Resolução Europeu (FUR), gerido pela nova autoridade europeia de resolução, o Conselho Único de Resolução. A partir dessa data, os Fundos de Resolução Nacionais (FRN) estabelecidos pela Diretiva (UE) 2014/59 (Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias - BRRB) e implementados em 2015, passaram a fazer parte do novo Fundo de Resolução Europeu.

## RÁCIO CUSTO/RENDIMENTO



## Principais rubricas da demonstração da posição financeira

Apresentam-se de seguida breves comentários sobre as principais rubricas da demonstração da posição financeira.

### Caixa e equivalentes de caixa

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
a) Caixa	204	206	(2)
b) Contas correntes e depósitos à ordem nos Bancos Centrais	157 536	489 810	(332 273)
c) Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos	81 389	133 959	(52 570)
<b>Total</b>	<b>239 130</b>	<b>623 976</b>	<b>(384 846)</b>

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica inclui principalmente depósitos sem restrições no Banco de Itália, no montante de 157 milhões de euros, bem como contas correntes detidas pelo Banco em bancos terceiros, no montante de 81,35 milhões de euros.

### Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
a) ativos financeiros detidos para negociação	1168	211	957
c) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	165 846	90 330	75 517
<b>Total</b>	<b>167 013</b>	<b>90 541</b>	<b>76 473</b>

Esta rubrica, que em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 167,0 milhões de euros, inclui os «Ativos financeiros detidos para negociação» de 1168 mil euros, que incluem principalmente o justo valor positivo dos instrumentos derivados classificados como ativos de negociação, mas utilizados para coberturas operacionais do risco da taxa de câmbio a que o Banco está exposto, e os «Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor» de 165,846 mil euros, que incluem principalmente as «Unidades de participação em OIC» geridas, em parte, pelo «Fundo italiano de Investimento SGR» e, em menor medida, pelo «Fundo Atlante» e, a partir do final de 2022, por um fundo onde o Banco subscreveu unidades de participação adicionais em 2023 por 75 milhões de euros com o compromisso de subscrever mais 15 milhões de euros de unidades de participação. O valor das unidades de participação em OIC reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foi atualizado de acordo com o último valor oficial líquido do ativo disponível disponibilizado por estes fundos.

### Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
Títulos de dívida pública - (HTC&S)	-	-	-
Títulos de capital próprio	137 520	128 098	9422
dos quais:			
a) Bancos	125 534	125 432	102
b) Outros emitentes:	11 985	2666	9320
<b>Total</b>	<b>137 520</b>	<b>128 098</b>	<b>9422</b>

Esta rubrica, que em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 137,5 milhões de euros, é constituída, essencialmente, pela participação no Banco de Itália no valor de 125 milhões de euros, bem como por outras ações e investimentos em capitais próprios no valor de cerca de 12 milhões de euros.

A rubrica aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2022, principalmente devido i) à aquisição de uma participação no banco General Finance por cerca de 7,3 milhões de euros e ii) a sua correção do justo valor por 2,1 milhões de euros.

### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
Títulos de dívida pública - (HTC)	4 957 182	6 129 228	(1 172 046)
Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	593 561	478 203	115 358
Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	5 049 220	5 119 099	69 879
<b>Total</b>	<b>10 599 963</b>	<b>11 726 530</b>	<b>(1 126 568)</b>

O montante relativo à rubrica Títulos de dívida pública - (HTC) é constituído na sua totalidade por títulos de dívida pública italiana classificados na carteira «Detida para cobrança» (HTC) para cobertura do risco de liquidez, num valor total de cerca de 5,0 mil milhões de euros, valor inferior ao registado a 31 de dezembro de 2022 (-1.2 mil milhões de euros) na sequência i) da venda de alguns títulos, em cumprimento do disposto no Modelo de Negócio HTC, que produziu um resultado na Demonstração dos Rendimentos de 22,0 milhões de euros e ii) de reembolsos e cobranças de cupões no valor de 1152 milhões de euros.

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos» inclui a rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos centrais - Reserva obrigatória» relativa ao depósito de reservas obrigatórias, incluindo os montantes depositados em cumprimento das reservas obrigatórias dos bancos clientes, para os quais o Banco presta indiretamente o serviço, bem como os montantes depositados junto do Banco de Espanha como CRM (Coeficiente de Reservas Mínimas) relativamente às atividades de angariação de depósitos desenvolvidas pela subsidiária espanhola do Banco através do «Cuenta Facto» e junto do Banco Nacional da Polónia (Narodowy Bank Polski) relativamente às atividades de angariação de depósitos desenvolvidas pela subsidiária polaca através do «Lokata Facto». A rubrica também inclui «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Acordos de recompra invertidos», relativos a contratos regidos pelo Acordo principal global de recompra (GMRA - Global Master Repurchase Agreement), bem como «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Outros», decorrentes da prestação de atividades e serviços oferecidos.

No que diz respeito a «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes», a rubrica inclui principalmente valores a receber referentes a atividades de *factoring*. Note-se que, tal como indicado pelo Banco de Itália, os ativos por impostos ecobonus são reconhecidos em «Outros ativos» no montante de aproximadamente 414,1 milhões de euros, dos quais 354,2 milhões de euros de acordo com o Modelo de Negócio HTC e 59,9 milhões de euros de acordo com o Modelo de Negócio Comercial.

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
Atividades de <i>factoring</i> (aquisições a título definitivo, juros de mora e despesas de cobrança)	3 108 560	2 988 971	119 589
Contas comerciais a receber adquiridas abaixo do montante nominal	24 982	28 451	(3469)
Outras exposições	1 915 677	2 101 678	(186 001)
<b>Total</b>	<b>5 049 220</b>	<b>5 119 100</b>	<b>(69 880)</b>

## Qualidade do crédito

No que diz respeito à qualidade do crédito, o total das exposições líquidas objeto de imparidade aumentou 301,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 252,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. O aumento foi causado principalmente por exposições vencidas objeto de imparidade (49,3 milhões de euros em comparação com o último exercício).

Para analisar as suas exposições creditícias, com o objetivo de, entre outros, identificar quaisquer perdas por imparidade sobre ativos financeiros em conformidade com a norma IFRS 9, o Banco classifica as exposições como «Produtivas» e «Improdutivas».

As exposições improdutivas, cujo montante bruto global era de 305,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, com perdas por imparidade no total de 4,6 milhões de euros, estão divididas nas seguintes categorias.

Recorde-se que os ativos objeto de imparidade são classificados de acordo com a definição prudencial de incumprimento (ou seja, vencido, com probabilidade reduzida de pagamento e empréstimos malparados), que pressupõe a existência de um estado efetivo de deterioração da qualidade de crédito da exposição, não prevendo qualquer discricionariedade e não assegurando que determinados casos não representativos de um agravamento do risco de crédito (como acontece com a maioria das exposições do Banco) sejam tratados de forma diferente. O perfil de risco de crédito real assumido pelo Banco é limitado, tal como tem sido assumido em relação aos organismos públicos, e a classificação acima descrita pode resultar em distorções significativas na representação da informação contabilística, prudencial e de solidez de capital do Banco. Este facto é igualmente corroborado pelas perdas de crédito registadas muito limitadas.

## Empréstimos improdutivos

Existem exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou, basicamente, em situações semelhantes, independentemente de quaisquer previsões de perdas reconhecidas pelo Banco.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total de empréstimos improdutivos do Banco, líquido de imparidades, ascendia a 93,2 milhões de euros. Entre estas exposições improdutivas, 92,6 milhões de euros (99,4 % do total) diziam respeito a autoridades regionais em dificuldades financeiras.

Os empréstimos improdutivos brutos ascendiam a 95,5 milhões de euros (82,4 milhões de euros em 2022) e as correções relacionadas ascendiam a 2,3 milhões de euros (2,1 milhões em 2022).

Note-se que, no que se refere às exposições a Autoridades Locais (municípios e governos distritais), de acordo com a Circular n.º 272 do Banco de Itália, a parte sujeita ao procedimento de liquidação relevante, os créditos incluídos nos passivos da OSL, são classificados como improdutivos, apesar de todos os créditos poderem ser cobrados ao abrigo da lei no final do processo de insolvência.

## Posições com probabilidade reduzida de pagamento

A rubrica «Exposições com probabilidade reduzida de pagamento» reflete o parecer do intermediário sobre a improbabilidade, excluindo ações como a execução de garantias, de o devedor cumprir na íntegra (em termos de capital e/ou juros) as suas obrigações de crédito. Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações). Por conseguinte, não é necessário aguardar por um sinal claro de anomalia (por exemplo, falhar o reembolso) quando há fatores que indicam uma situação de risco de incumprimento para o devedor.

Em 31 de dezembro de 2023, as exposições brutas classificadas como probabilidade reduzida de pagamento totalizavam 3,1 milhões de euros (1,6 milhões de euros em 2022) e as correções conexas ascendiam a 1,5 milhões de euros (0,8 milhões de euros em 2022), num montante líquido de 1,6 milhões de euros (0,8 milhões de euros em 2022).

## Exposições vencidas objeto de imparidade

As exposições vencidas objeto de imparidade consistem em posições face a entidades com uma situação de incumprimento, em que o montante global das exposições vencidas e/ou em atraso foi superior, durante pelo menos 90 dias consecutivos, i) ao limiar de materialidade relativa (limite relativo de 1 % dado pelo rácio entre o montante total vencido e/ou em atraso e o montante total de todas as exposições de crédito sobre o mesmo devedor) e ii) ao limiar de materialidade absoluta (limite absoluto igual a 100 euros para as exposições sobre retalho e 500 euros para as exposições em risco não retalhistas).

Em 31 de dezembro de 2023, o total de exposições líquidas vencidas ascendia a 206,5 milhões de euros.

As exposições brutas totalizavam 207,3 milhões de euros e as correções relevantes ascenderam a cerca de 0,8 milhões de euros. 93,8 % destas exposições dizem respeito a contrapartes públicas.

No entanto, o aumento do nível de exposições vencidas objeto de imparidade em comparação com 31 de dezembro de 2022 não é sintomático de um aumento do perfil de risco de crédito efetivo da carteira.

O quadro seguinte apresenta o montante dos empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, com indicação de eventuais correções, desagregados por «Exposições produtivas» e «Ativos objeto de imparidade».

(Montantes em milhares de euros)

Tipo	31.12.2023			31.12.2022		
	Montante bruto	Perdas/ganhos por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas/ganhos por imparidade	Montante líquido
Exposições objeto de imparidade adquiridas improdutivas (Fase 3)	300 070	(4339)	295 731	249 484	(3176)	246 308
Exposições objeto de imparidade adquiridas improdutivas (Fase 3)	5785	(201)	5584	5678	(6)	5672
Exposições produtivas (Fases 1 e 2)	4 749 334	(1428)	4 747 906	4 867 749	(630)	4 867 119
<b>Total</b>	<b>5 055 189</b>	<b>(5969)</b>	<b>5 049 220</b>	<b>5 122 911</b>	<b>(3812)</b>	<b>5 119 099</b>

Além disso, para além de classificar as exposições como produtivas e improdutivas, o Banco também mensura as exposições como reestruturadas, em conformidade com as Normas técnicas de execução pertinentes.

### Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e ativos intangíveis

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	20 377	27 763	(7386)
Ativos intangíveis	40 734	36 142	4592
<b>Total</b>	<b>61 111</b>	<b>63 906</b>	<b>(2794)</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» ascendia a um total de 20 377 mil euros.

O montante inclui essencialmente: i) terrenos no valor de 2640 mil euros, ii) edifícios (incluindo manutenção extraordinária capitalizada) no valor de 4268 mil euros relativos à propriedade de Roma na Via Elio Chianesi 110/d propriedade do DEPObank, iii) ativos sob direito de uso relativos à aplicação da IFRS 16 às locações no valor de 11 238 mil euros. A diminuição face a 2022 deveu-se sobretudo à classificação do terreno e edifício da Via Domenichino em ativos detidos para venda, no montante de 8046 mil euros.

Os ativos intangíveis são maioritariamente constituídos por i) investimentos em novos programas e *softwares* utilizados há vários anos pelo BFF Bank no valor de 21,6 milhões de euros, ii) relações com clientes reconhecidas no BFF Bank na sequência da aquisição da Depo no valor de 19,1 milhões.

Em conformidade com as disposições do IAS 36, foi efetuado o teste de imparidade do *goodwill*, não tendo sido identificada qualquer imparidade.

### Derivados de cobertura, investimentos em capitais próprios e passivos financeiros detidos para negociação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
Investimentos em capitais próprios	154 876	151 876	3000
Passivos financeiros detidos para negociação	1215	950	265
Passivos derivados de cobertura	-	14 314	(14 314)

As rubricas de passivos derivados de cobertura incluem, respetivamente, os justos valores negativos relacionados com a utilização de contratos de *swap* de câmbio para cobertura de empréstimos desembolsados em zloti a subsidiárias polacas, ao abrigo de acordos existentes entre empresas, e de financiamentos da Unidade de Negócio de Serviços de Transação em moedas diferentes do euro. Em 31 de dezembro de 2023, não havia derivativos pendentes.

A rubrica Investimentos em capitais próprios representa o valor dos investimentos em capitais próprios nas subsidiárias BFF Polska, BFF Iberia, Techlab, BFF Immobiliare e Unione Fiduciaria. O aumento em relação a 2022 diz respeito à subsidiária BFF Immobiliare.

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui o justo valor negativo em 31 de dezembro de 2023 dos instrumentos derivados classificados como ativos de negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais do risco da taxa de câmbio a que o Banco está exposto.

### Ativos e passivos por impostos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
<b>Ativos por impostos</b>	<b>108 569</b>	<b>55 243</b>	<b>53 326</b>
correntes	55 465	-	55 465
diferidos	53 104	55 243	(2139)
<b>Passivos por impostos</b>	<b>121 318</b>	<b>128 840</b>	<b>(7522)</b>
correntes	-	22 548	(22 548)
diferidos	121 318	106 292	15 026

Em 31 de dezembro, os ativos e passivos por impostos correntes ascendem a 55 465 mil euros e 0 mil euros, respetivamente, e incluem o saldo líquido das posições fiscais do Grupo relativamente às administrações fiscais, de acordo com o disposto na IAS 12.

As principais componentes dos ativos por impostos diferidos incluem a parte de quantias dedutíveis em anos futuros de correções a empréstimos concedidos e valores a receber, o acréscimo para obrigações de benefícios a colaboradores diferidos e a depreciação e amortização, cujo reconhecimento é diferido para efeitos de imposto.

Os passivos por impostos diferidos dizem sobretudo respeito às taxas sobre os juros de mora, reconhecidos nas demonstrações financeiras num regime de acréscimo, mas que farão parte do lucro tributável em anos futuros posteriormente à cobrança, em conformidade com o artigo 109.º, parágrafo 7, do Decreto Presidencial Italiano n.º 917 de 1986.

## Outros ativos e passivos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
Outros ativos	644 466	389 016	255 450
Outros passivos	536 142	382 205	153 937

As rubricas de Outros ativos e Outros passivos incluem as rubricas transitórias e as rubricas a liquidar com saldo devedor e credor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem as liquidações que foram suspensas nos primeiros dias úteis após a data de referência.

Em 31 de dezembro de 2023, os Outros ativos incluem também ativos por impostos ecobonus adquiridos através de transações de *factoring* sem recurso no valor de 414,1 milhões de euros (221 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), dos quais 354,2 milhões de euros de acordo com o Modelo de Negócio HTC e 59,9 milhões de euros de acordo com o Modelo de Negócio Comercial.

## Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
Montantes devidos a bancos	2 268 022	1 165 557	1 102 466
Montantes devidos a clientes	8 463 347	10 728 674	(2 265 327)
- dos quais a instituições financeiras	-	-	-
Títulos emitidos	-	38 976	-
<b>Total</b>	<b>10 731 370</b>	<b>11 933 207</b>	<b>(1 162 861)</b>

A rubrica «Montantes devidos a bancos» consiste principalmente em «contas correntes e depósitos à ordem», resultantes sobretudo de operações de serviços de pagamento, e inclui os saldos das contas dos clientes bancários.

Os «Montantes devidos a clientes» referem-se sobretudo a «contas correntes e depósitos à ordem» relacionados com saldos de contas operacionais, ou seja, contas abertas para clientes (por exemplo, fundos, sociedades de gestão de ativos, clientes empresariais e outras instituições) relacionadas com a atividade principal do banco depositário.

A rubrica inclui 2 743 858 mil euros relativos às contas de depósito *online* («conto facto») disponibilizadas em Itália, Espanha, Alemanha, Países Baixos, Irlanda e Polónia (depósitos restritos e contas correntes), face aos 1 283 120 mil euros registados em 31 de dezembro de 2022.

No que diz respeito aos Títulos emitidos a 23 de maio de 2023, a parte remanescente (com um valor nominal residual de 38,6 milhões de euros) da obrigação sem garantia (ISIN XS2068241400), classificada como «Ba1» pela agência de notação Moody's, emitida pelo BFF em outubro de 2019, venceu e foi, por conseguinte, resgatada.

## Provisões para riscos e encargos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2023	31.12.2022	Alterações
Compromissos e outras garantias concedidas	553	225	327
Benefícios dos empregados	6760	7712	(952)
Outras provisões	27 791	24 414	3378
<b>Total</b>	<b>35 104</b>	<b>32 351</b>	<b>2753</b>

Em 31 de dezembro de 2023, as «Provisões para riscos e encargos» incluem principalmente dotações para «Pensões e obrigações similares» e dotações para «Outras provisões» para cobrir riscos prováveis de perda em litígios.



## Principais rubricas da Demonstração dos Rendimentos

Em 2023, o lucro do Banco ascendeu a 131,4 milhões de euros, em comparação com 261,4 milhões de euros reconhecidos em 2022. Normalizando ambos os resultados, ou seja, eliminando todas as rubricas não recorrentes que afetaram os resultados de ambos os exercícios, o lucro normalizado para 2023 é de 141,1 milhões de euros, em comparação com 117,0 milhões de euros obtidos no exercício de 2022.

### Rendimento total

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	2023	2022	Alterações
Comissões de vencimento e juros de mora sobre contas comerciais a receber sem recurso	244 302	157 272	87 030
Rendimentos de juros sobre títulos	180 454	42 787	137 668
Outros juros	142 996	93 750	49 247
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>567 752</b>	<b>293 808</b>	<b>273 944</b>
<b>Despesas com juros</b>	<b>(341 848)</b>	<b>(91 494)</b>	<b>(250 354)</b>
<b>Rendimento líquido de juros</b>	<b>225 904</b>	<b>202 314</b>	<b>23 590</b>
<b>Rendimento líquido de encargos e comissões</b>	<b>75 139</b>	<b>90 534</b>	<b>(15 395)</b>
<b>Dividendos e rendimentos similares</b>	<b>8897</b>	<b>85 758</b>	<b>(76 861)</b>
<b>Rendimento (perda) de negociação líquido</b>	<b>(10 194)</b>	<b>9744</b>	<b>(19 939)</b>
<b>Rendimento (perda) de cobertura líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Lucros (perdas) na alienação ou recompra de:</b>	<b>21 893</b>	<b>166</b>	<b>21 727</b>
a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	21 893	166	21 727
b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	-	-	-
c) passivos financeiros	-	-	-
<b>Lucros sobre outros ativos e passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
b) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	2233	5154	(2922)
<b>Rendimento total</b>	<b>323 871</b>	<b>393 671</b>	<b>(69 800)</b>

O rendimento líquido de juros para 2023 foi de 225,9 milhões de euros, um aumento em relação aos 202,3 milhões de euros em 2022 (valores normalizados de 225,9 milhões de euros e 174,9 milhões de euros, respetivamente) e beneficiou de: aumento dos rendimentos líquidos dos empréstimos, graças às políticas de reapreçamento do *Factoring* e Empréstimos, o aumento da taxa aplicada para o cálculo dos juros de mora, o bom desempenho das cobranças de juros de mora, também na sequência de um acordo de liquidação significativo celebrado, que resultou num ganho de capital, o reapreçamento das obrigações de dívida pública HTC de taxa variável e o impacto gradualmente decrescente das obrigações de dívida pública HTC de taxa fixa, e o aumento do valor dos empréstimos a clientes (graças ao crescimento do *Factoring* e Empréstimos).

O valor dos rendimentos de encargos e comissões líquidos para 2023 foi de 75,2 milhões de euros, abaixo dos 90,7 milhões de euros em 2022 (valores normalizados de 75,2 milhões de euros e 90,7 milhões de euros, respetivamente), tendo sido impactado negativamente pela saída da Arca a 1 de novembro de 2022, apesar do bom desempenho comercial.

O rendimento total para 2023 ascendeu a 323,9 milhões de euros (323,9 milhões de euros normalizados), abaixo dos 393,7 milhões de euros em 2022 (287,9 milhões de euros normalizados). O aumento do rendimento total normalizado, devido sobretudo ao crescimento do rendimento líquido de juros e a ganho de capital global de 22,0 milhões de euros relacionado com a venda de 835 milhões de euros de títulos de dívida pública de taxa variável, foi parcialmente compensado pela redução dos dividendos (8,9 milhões de euros em 2023 e 85,6 milhões de euros em 2022).

### Despesas administrativas

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	2023	2022	Alterações
Gastos com pessoal	66 416	65 624	792
Outras despesas administrativas	96 936	88 909	8027
<b>Total de despesas administrativas</b>	<b>163 352</b>	<b>154 533</b>	<b>8819</b>

As despesas administrativas para 2023 ascenderam a aproximadamente 163,4 milhões de euros (152,9 milhões de euros normalizados) e aumentaram em relação aos 154,5 milhões de euros (144,0 milhões de euros normalizados) em 2022, em resultado de custos mais elevados incorridos para apoiar o crescimento do negócio e implementar iniciativas para melhorar os processos e a arquitetura informática do Banco, libertando eficiência adicional no futuro e reduzindo os riscos operacionais. No entanto, a eficiência operacional do Banco melhorou em comparação com 2022, como evidenciado pela diminuição do rácio custo/rendimento (de 47 % em 2022 para 44 % em 2023).

### Outros rendimentos operacionais, líquidos

Em 2023, na rubrica «Outros rendimentos operacionais, líquidos», o Banco registou um montante igual a 15,2 milhões de euros (15,2 milhões de euros normalizados) relativo à indemnização por custos de recuperação («40 euros»), em comparação com 94,7 milhões de euros em 2022 (12,1 milhões de euros normalizados, líquidos do efeito da alteração da estimativa em 31 de dezembro de 2022). Em 2023, registou-se um aumento de 3,1 milhões de euros no valor normalizado, em termos homólogos.

## 4. Objetivos e políticas do Banco em matéria de assunção, gestão e cobertura de riscos

### Divulgação sobre o pressuposto de entidade em continuidade

Em conformidade com a IAS 1, parágrafo 24, o banco avalia a sua capacidade para continuar as atividades, tendo em conta a tendência dos seus principais indicadores essenciais e a informação disponível sobre o futuro, abrangendo pelo menos 12 meses após a data de relato.

Tendo em conta as considerações anteriores, associadas à revisão histórica e futura dos seus proventos e da sua capacidade para aceder a recursos financeiros, o Banco continuará as suas atividades operacionais com base no princípio da continuidade. Consequentemente, as presentes demonstrações financeiras separadas são elaboradas com base nesse pressuposto.

Uma análise do desempenho dos últimos exercícios revela uma tendência positiva contínua nos principais indicadores, especialmente tendo em conta o facto de o lucro de 2022 ter sido influenciado positivamente por vários elementos não recorrentes.

Os dados podem ser resumidos da seguinte forma:

- ▶ Aumento do rendimento líquido dos juros e do rendimento total;
- ▶ Capitais próprios estáveis;
- ▶ Recursos financeiros suficientes disponíveis;
- ▶ Perspetivas comerciais positivas associadas à tendência de procura;
- ▶ Elevada qualidade do crédito.

Abaixo poderá encontrar um resumo da informação quantitativa pertinente.

Rubricas	2023	2022
Rendimento líquido de juros	225,9	202,3
Rendimento total	323,9	393,7
EBTDA (bruto de provisões)	196,9	356,5
Lucro	131,4	261,4
RCP (Rendibilidade dos capitais próprios) (%)	19,0 %	35,6 %
R.O.T.E. (Rendibilidade de capitais próprios tangíveis) (%)	20,1 %	37,5 %
Margem de juros líquida / Juros e rendimentos similares (%)	39,8 %	68,9 %
Empréstimos improdutivos (líquidos de imparidade)/Empréstimos e valores a receber de clientes (%)	1,8 %	1,6 %
Fundos próprios/Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes (%)	20,1 %	24,2 %
Rácio de alavancagem	4,3 %	4,4 %
Capital próprio	692,6	734,2
Fundos Próprios	524,0	590,4

## Gestão do risco e conformidade com os regulamentos de supervisão prudencial

Os regulamentos de supervisão prudencial são regidos sobretudo pela Circular n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e pela Circular n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos» do Banco de Itália, datadas de 17 de dezembro de 2013, que adotam o regulamento harmonizado para bancos e sociedades de investimento contido no Regulamento CE RRF (Regulamento Requisitos Fundos Próprios) e na diretiva europeia DRFP IV (Diretiva Requisitos de Fundos Próprios) de 26 de junho de 2013.

Estes regulamentos incluem normas estabelecidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (quadro 3 de Basileia), cuja aplicação, nos termos da Lei consolidada da atividade bancária, é da responsabilidade do Banco de Itália, e definem as formas como foram exercidos os poderes concedidos por regulamentos da UE às autoridades nacionais.

As circulares acima referidas descrevem um quadro regulamentar completo, orgânico e racional, integrado nas disposições da UE diretamente aplicáveis, que é complementado com o lançamento das medidas de execução contidas nas normas técnicas regulamentares e pela implementação de normas técnicas adotadas pela Comissão Europeia com base na proposta da EBA.

O regulamento aplicável a 31 de dezembro de 2023 assenta em três pilares.

### Pilar I - Adequação do capital para fazer face aos riscos típicos associados a operações financeiras

Do ponto de vista operacional, a absorção de riscos é calculada utilizando vários métodos:

- ▶ «Abordagem normalizada» para risco de crédito;
- ▶ «Abordagem da exposição original» para o risco de contraparte;
- ▶ «Abordagem de base» para risco operacional;
- ▶ «Abordagem normalizada» para risco do mercado.

### Pilar II – O relatório ICAAP/ILAAP

Em conformidade com as disposições de supervisão prudencial, e de modo a permitir que a Autoridade de Supervisão realize uma avaliação rigorosa e abrangente das características qualitativas fundamentais dos capitais próprios e do processo de planeamento financeiro, a exposição de risco e o conseqüente cálculo do total de fundos próprios internos e das reservas de liquidez pertinentes, o Banco, como Banco do Banking Group, elaborou o «Relatório ICAAP/ILAAP 2022» (o «Relatório ICAAP/ILAAP 2023» será enviado ao Banco de Itália até 30 de abril de 2024) relativo aos processos internos para determinar a adequação de fundos próprios e de sistemas de governação e gestão do risco de liquidez.

### Pilar III - Divulgação ao público

Nos termos do artigo 433.º do RRF, os bancos devem publicar as divulgações exigidas pelos regulamentos da UE pelo menos anualmente, a par da data de publicação das demonstrações financeiras. As disposições do Pilar III estabelecem obrigações específicas de divulgação periódica relativas à adequação de capital, exposição de risco e características gerais dos sistemas associados para a identificação, mensuração e gestão desses riscos. O BFF Banking Group efetua a divulgação pública de acordo com as disposições em vigor, numa base consolidada. Para esse efeito, o Conselho de Administração do BFF aprovou um procedimento específico intitulado «Divulgação ao público (Pilar III)».

Nos termos deste procedimento, a divulgação deve ser:

- ▶ aprovada pelo Conselho de Administração antes de ser tornada pública;
- ▶ Publicada no sítio Web [www.bff.com](http://www.bff.com) pelo menos uma vez por ano, dentro do prazo para a publicação das Demonstrações Financeiras separadas, e por conseguinte, dentro de 21 dias da data de aprovação das Demonstrações Financeiras separadas por parte da Assembleia de Acionistas.

Relativamente às disposições da Circular n.º 285 do Banco de Itália, de 17 de dezembro de 2013, e posteriores atualizações, o BFF Group irá publicar, uma vez por ano, no respetivo sítio Web [www.bff.com](http://www.bff.com) dentro dos prazos estabelecidos para a publicação das Demonstrações Financeiras, um documento de relatório por país, que contém informações inerentes à atividade, volume de negócios e ao número de efetivos nos diferentes países onde o Grupo está presente.

A informação a publicar encontra-se definida pelo Anexo A, primeira parte, título III, capítulo 2 da Circular acima.

### Divulgação relativa à calendarização de provisões e vencimento passado

Com o objetivo de adotar uma abordagem cada vez mais prudente na classificação e cobertura dos NPE, a Comissão Europeia aprovou, em abril de 2019, uma atualização do Regulamento (UE) 575/2013 (RRFP) relativo à cobertura mínima dos empréstimos improdutivos. Para efeitos de avaliação das disposições prudenciais, a legislação em questão prevê que os empréstimos desembolsados e classificados como objeto de imparidade após 26 de abril de 2019 estejam sujeitos a «calendarização de provisões». As exposições desembolsadas anterior e posteriormente classificadas como exposições improdutivas não serão sujeitas às disposições contidas na alteração ao Regulamento n.º 575 (RRFP). Esta atualização exige que os bancos mantenham um nível de provisão adequado, deduzindo do respetivo CET 1 quaisquer diferenças positivas entre as provisões prudenciais (identificadas através da ponderação do valor bruto de exposições improdutivas garantidas e sem garantia em determinadas percentagens) e alterando fundos e outros ativos (provisões, avaliação prudente, outras deduções de CET1).

Esta regra baseia-se no princípio de que a definição prudencial de incumprimento (ou seja, vencido, com probabilidade reduzida de pagamento e empréstimos malparados) define efetivamente um estado de deterioração da qualidade de crédito da exposição, não prevendo qualquer discricção e não assegurando que determinados casos não representativos de um agravamento do risco de crédito (como para a maioria das exposições do Grupo) sejam tratados de forma diferente.

Graças aos processos de gestão de crédito estabelecidos pelo Grupo BFF, em 31 de dezembro de 2023, o impacto no CET 1 decorrente da aplicação da calendarização de provisões foi limitado a cerca de 835 mil euros, em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando ascendia a 179 mil euros. Esta dedução prudencial ao CET1, considerando que o perfil de risco de crédito real assumido pelo BFF Group é limitado, tal como tem sido assumido em relação aos organismos públicos, poderia resultar em distorções significativas na representação da informação contabilística, prudencial e de solidez do capital do Banco, tal como corroborado pelo reconhecimento de perdas muito limitadas em créditos.

Relativamente à classificação para NPE, note-se que, a 27 de junho de 2019, o Banco de Itália introduziu algumas alterações à Circular n.º 272 relativa à qualidade do crédito e às regras sobre a nova definição de incumprimento e, a 14 de agosto de 2020, publicou a sua nota contendo as orientações do Órgão de Supervisão sobre a aplicação do Regulamento Delegado (UE) n.º 171/2018 sobre o limiar para determinar o carácter significativo das obrigações de crédito vencidas nos termos do artigo 178.º, n.º 2, alínea d) do RRFP (RD), e mais genericamente sobre a aplicação dos regulamentos RD. Esta nota de esclarecimento foi posteriormente alterada a 15 de outubro de 2020, 15 de fevereiro de 2021 e 23 de setembro de 2022, sendo esta última a data em que o Banco adotou os critérios de interpretação mais recentes relativos à definição de incumprimento.

Além disso, note-se que o Banco implementou uma série de ações e intervenções destinadas a melhorar ainda mais o processo de seleção e gestão de créditos, iniciativas que permitiram evitar impactos negativos particulares da nova legislação sobre o modelo empresarial.

Por último, o BFF procedeu também às mais cuidadosas avaliações quanto à oportunidade de enveredar pela via da adoção do método baseado em notações internas (IRB) para o risco de crédito. Trata-se de uma metodologia que, sobretudo no que respeita às exposições à Administração Pública, permitiria i) representar de forma mais adequada o baixo perfil de risco real do Banco, uma vez que, para além da definição de incumprimento - e probabilidade de incumprimento (PD) - que pode ser adotada, os processos de recuperação do Banco evidenciariam a Perda em caso de incumprimento (ou seja LGD), que se sabe ser substancialmente nula, bem como ii) adotar abordagens mais representativas do risco efetivo no contexto das atividades de crédito decorrentes da compra de contas comerciais a receber, como a adoção do *Facility Level Approach* (FLA), que até à data apenas tem sido permitido para bancos e grupos que utilizam modelos internos. Tal teria como efeito uma redução substancial do montante dos valores a receber vencidos, mantendo-se inalterado o risco de crédito subjacente. O Banco descreveu igualmente as vantagens de uma abordagem deste tipo às diferentes associações comerciais de referência, também com o objetivo de salientar a distorção em termos de representação do perfil de risco da abordagem por contraparte nas instâncias mais adequadas e nos grupos de trabalho com as autoridades de supervisão.

### Monitorização e controlo da liquidez

Apesar do atual cenário macroeconómico, caracterizado pela continuação das tensões decorrentes do conflito Rússia/Ucrânia, do recente eclodir do conflito Israel-Palestina e das tensões internacionais, o Banco sempre pôde contar com um nível adequado de liquidez, respeitando largamente os requisitos regulamentares e posicionando-se em valores superiores aos níveis internos dos indicadores de relato (LCR, NSFR).

O Banco adota salvaguardas sólidas para monitorizar e gerir a posição de liquidez. Concretamente, i) realiza, quando considerado necessário, análises de *stress* mais frequentes e mais detalhadas, com impactos crescentes e variáveis, ii) mantém uma quota importante dos ativos livremente disponíveis para fazer face a necessidades imprevistas de liquidez, verificando o seu nível de adequação face aos fluxos de caixa futuros, iii) acompanha os mercados, e iv) acompanha a evolução das tendências de cobrança dos devedores, em particular da Administração Pública.

Neste contexto, também através do acompanhamento dos indicadores operacionais, não foram identificadas tensões de liquidez específicas, graças à capacidade do Banco de gerir potenciais situações de *stress* decorrentes da sua estrutura de financiamento e das alavancas que pode ativar, se necessário.

Além disso, o Banco atualiza anualmente o seu Plano de Financiamento de Contingência («PFC»), que é aprovado pelo Conselho de Administração do BFF Bank e implementado pelas Subsidiárias. O documento foi atualizado em janeiro de 2023. Este documento apresenta indicadores e limiares relacionados, a fim de desencadear as ações apropriadas e os processos de escalada e decisão, com vista a prevenir e gerir uma possível crise de liquidez.

## Principais questões contabilísticas tratadas durante a epidemia e o conflito Rússia/Ucrânia

Tendo também em conta o atual contexto económico e político, a Função de Gestão de Riscos desenvolveu um novo modelo prospetivo para o condicionamento das probabilidades de incumprimento (PI), substituindo o anterior que dependia dos pressupostos do fornecedor externo de informações. O novo modelo baseia-se nos cenários macroeconómicos publicados pela EBA (Autoridade Bancária Europeia) durante o teste de esforço de 2023.

Em continuidade com os cenários anteriores fornecidos pelo outro fornecedor de informações, estes cenários caracterizam-se por uma exacerbação das condições financeiras e uma deterioração considerável das perspetivas económicas causadas pela elevada inflação gerada, nomeadamente, pelo conflito Rússia-Ucrânia. Além disso, estes cenários refletem também uma inversão da tendência do mercado imobiliário na presença de uma diminuição da capacidade de serviço da dívida das famílias, desencadeada por taxas de juro elevadas.

A partir dos próximos trimestres, a Função acompanhará a evolução das variáveis macroeconómicas utilizadas no modelo prospetivo, a fim de identificar quaisquer alterações significativas em comparação com os valores utilizados na fase de atualização do modelo.

## 5. Sistema de controlo interno

Para garantir uma gestão sólida e prudente, o Banco combina a rentabilidade do negócio com uma assunção consciente dos riscos e com uma conduta operacional inspirada por critérios de equidade.

Por conseguinte, em conformidade com os regulamentos legais e de supervisão e de acordo com as instruções do Código de Governo Societário para empresas cotadas em bolsa, o Banco criou um sistema de controlo interno adequado para identificar, mensurar e verificar continuamente os riscos típicos das suas atividades empresariais.

O Diretor Executivo é o administrador responsável pelo Sistema de Controlo Interno, conforme previsto no Código de governo societário.

Em seguida, encontra-se a descrição do quadro organizacional do sistema de controlo interno, baseado nos três níveis de controlo seguintes, e as principais atividades desenvolvidas pelas funções de controlo durante o exercício:

► **Os controlos de primeiro nível** (controlos de linha) visam assegurar que as transações são corretamente realizadas e que são realizadas pelas mesmas estruturas operacionais que executam as transações, contando ainda com o apoio de procedimentos de TI e com o acompanhamento constante pelas chefias das estruturas operacionais em questão.

**Os controlos de segundo nível** visam assegurar a correta implementação do processo de gestão de riscos e a conformidade com o quadro regulamentar, incluindo o risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. As funções responsáveis por esses controlos, a Gestão do Risco e Conformidade e CBC, são distintas das funções empresariais e contribuem para a definição das políticas de governação do risco e do processo de gestão do risco. A Função de Gestão de Riscos e a Função de Conformidade e CBC-organizacional e funcionalmente autónomas e distintas - reportam ao Presidente da Comissão Executiva e são independentes da função de auditoria interna, uma vez que esta realiza auditorias sobre elas. As funções e respetivas responsabilidades são regidas pelos regulamentos internos pertinentes das mesmas funções.

A este respeito, é de notar que a 25 de maio de 2023, o Conselho de Administração do Banco criou a Função de Controlo de Riscos TIC e de Segurança, que é responsável pela gestão e supervisão dos riscos TIC e de segurança, bem como pela verificação da conformidade das operações TIC com o sistema de gestão dos riscos TIC e de segurança.

► **Os controlos de terceiro nível** e as atividades de **auditoria interna** são realizados pela Função de Auditoria Interna do Banco, que responde diretamente perante o Conselho de Administração.



## Funções de Controlo

### Gestão do Risco

Em termos de controlos de segundo nível, a função assegura a coerência dos sistemas de medição e controlo do risco com os processos e metodologias das atividades da empresa, através da coordenação com as estruturas pertinentes da empresa; supervisiona a realização do processo interno de determinação da adequação do capital e dos sistemas de gestão e governação do risco de liquidez («ICAAP/ILAAP»); acompanha os controlos sobre a gestão de riscos, de modo a definir métodos de medição desses riscos; auxilia os órgãos sociais a conceber o Quadro de Apetência pelo Risco (QAR); verifica se estão a ser respeitados os limites atribuídos às várias funções operacionais; e verifica se as operações das áreas individuais estão em consonância com os objetivos de risco e retorno atribuídos.

Em particular, durante o exercício, a Função *i)* realizou principalmente o processo ICAAP/ILAAP, atualizou os limiares e as métricas de gestão do risco em conformidade com as previsões estratégicas, reviu o Plano de Financiamento de Contingência e o Plano de Recuperação.

Por último, em 2023, o Banco procedeu a uma série de avaliações e análises cuidadosas sobre a possibilidade de adotar o método baseado em notações internas (IRB, sigla em inglês) para o risco de crédito, nas quais a Função de Gestão de Riscos está envolvida em vários tópicos. As atividades do projeto para iniciar o processo de adoção do modelo IRB já foram planeadas para 2024.

### Conformidade e Combate ao branqueamento de capitais (CBC)

Esta função supervisiona, de acordo com uma abordagem baseada no risco, a gestão do risco de incumprimento dos regulamentos, no que diz respeito a todas as atividades abrangidas pelo quadro regulamentar do Banco - também através das suas pessoas de referência/funções locais nas suas subsidiárias e/ou sucursais - verificando continuamente se os processos e procedimentos internos são adequados para prevenir esse risco; a função também tem o dever de prevenir e combater as transações de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, identificando, além disso, numa base contínua, os regulamentos aplicáveis nessa área.

Durante o exercício, a Função prosseguiu as suas atividades de garantia e controlo *ex-post* com base no Plano Anual aprovado pelo Conselho de Administração.

O acompanhamento do risco de incumprimento, de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo prosseguiu de forma regular, de acordo com o programa anual de atividades do serviço aprovado pelo Conselho de Administração a 29 de março de 2023.

A Função também continuou a atualizar o conjunto de regras internas e prestou apoio contínuo às unidades organizacionais na interpretação das disposições regulamentares e na sua aplicação às operações da empresa.

Além disso, as atividades prosseguiram com o objetivo de reforçar os mecanismos de supervisão aplicados pelo Banco e pelas subsidiárias através da implementação de ações corretivas e de ações de adaptação identificadas pela mesma Função.

## Função de Auditoria Interna

As auditorias internas são realizadas pela função de Auditoria Interna do Banco, que reporta diretamente ao Conselho de Administração. A função de Auditoria Interna efetua controlos independentes, não só no Banco, mas também nas subsidiárias BFF Finance Iberia, BFF Techlab e BFF Immobiliare, ao abrigo de contratos de prestação de serviços específicos; exerce ainda atividades de gestão e coordenação da Função de Auditoria Interna da subsidiária BFF Polska. O regulamento aprovado pelo Conselho de Administração especifica que a função de Auditoria Interna, no âmbito dos controlos de terceiro nível, avalia o funcionamento global do sistema de controlo interno, levando ao conhecimento dos órgãos sociais eventuais melhorias.

A direção da função de Auditoria interna dispõe da autonomia necessária e é independente das estruturas operacionais, em conformidade com o regulamento do Banco de Itália relativo aos controlos internos, o Código de Governo Societário e os regulamentos internos.

Em 2023, a função de Auditoria Interna realizou auditorias em conformidade com o Plano de Auditoria plurianual 2022-2024, elaborado de acordo com uma abordagem baseada no risco, cuja atualização mais recente foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2023, dando seguimento às recomendações emitidas e reportando trimestralmente o trabalho realizado aos órgãos de governação e de controlo do Banco, através do seu painel.

Mais especificamente, as auditorias foram realizadas nas estruturas do Banco, nas sucursais estrangeiras, na subsidiária BFF Finance Iberia e na BFF Polska e suas subsidiárias. Além disso, esta Função efetuou as auditorias previstas pela regulamentação aplicável às atividades do Grupo, incluindo as relativas às políticas de remuneração e de incentivos, aos processos ICAAP e ILAAP e ao Plano de Recuperação. A função também redigiu os relatórios necessários estabelecidos pelos regulamentos bancários representados pelo «Relatório Anual de Auditoria Interna» e pelo «Relatório de Auditoria sobre funções críticas ou importantes externalizadas» (CIF).

O diretor da Função de Auditoria interna também é responsável pelo sistema de denúncia de irregularidades.



## Outras Funções e Organismos de Controlo

Por último, de acordo com as disposições e nos termos da lei, o pessoal que comunica ao Responsável de relato financeiro avalia a eficácia da supervisão prestada pelo Sistema de controlo interno relativamente ao Risco de relato financeiro. Concretamente, realiza avaliações e acompanhamento, avaliando a adequação da cobertura do risco potencial através da realização contínua de testes de adequação e eficácia dos controlos-chave, identificando possíveis pontos de melhoria no Sistema de Controlo Interno na área da contabilidade. Neste contexto, o Responsável de Relato Financeiro e o Presidente da Comissão Executiva certificam, conjuntamente, os seguintes aspetos através de relatórios específicos anexos às Demonstrações Financeiras anuais separadas: a adequação dos procedimentos contabilísticos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras; a conformidade da documentação com as normas internacionais de contabilidade aplicáveis aprovadas pela União Europeia; se os livros e registos contabilísticos são adequados para apresentar de forma verídica e legítima a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco; e a fiabilidade do conteúdo, em relação a determinados aspetos, do relatório do Administrador relativo às operações.

### Órgão de Supervisão nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001

O Banco dispõe de um Modelo de organização, gestão e controlo (doravante designado por «Modelo») nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001, de 8 de junho de 2001, (doravante também designado por «Decreto»), elaborado em conformidade com os requisitos do referido Decreto, assim como das diretrizes da ASSIFACT e ABI. A última revisão do Modelo foi aprovada pelo Conselho de Administração a 22 de dezembro de 2022.

O Modelo inclui uma Parte geral que apresenta uma descrição resumida do quadro regulamentar de referência, as principais características e funcionalidades do Modelo identificadas no âmbito das operações definidas como «sensíveis» para efeitos do Decreto, a estrutura e composição do Órgão de Supervisão, bem como a descrição do sistema de sanções para impedir o incumprimento das disposições contidas no Modelo. Inclui também Partes de especificações que incluem: i) a Matriz de operações com risco de cometer uma infração penal, destinada a identificar as infrações penais que podem ser potencialmente cometidas no âmbito das operações do Banco; ii) os Protocolos dos Departamentos e Unidades Organizacionais do Banco, que detalham as operações, auditorias e mecanismos de reporte destinados a assegurar que o sistema organizacional e de controlo do Banco, incluindo as sucursais estrangeiras, cumpre as regras do Decreto; iii) Tabela de Fluxos de Informação para o Órgão de Supervisão. O Banco adotou ainda um Código de Ética que define o conjunto de valores éticos adotados pelo Banco e que, entre outros aspetos, assegura a prevenção de ilícitos criminais nos termos do Decreto. Além disso, o Banco instituiu um procedimento de denúncia de irregularidades e uma Política Anticorrupção específica.

O Banco certifica-se de que todos os colaboradores recebem formação adequada sobre o referido Decreto, especialmente no caso de atualizações dos regulamentos relacionados.

O trabalho realizado pelo Órgão de Supervisão durante o ano de 2023 teve como principal objetivo verificar o cumprimento efetivo do Modelo por parte dos destinatários; a eficácia e adequação do Modelo no que diz respeito à estrutura empresarial e a sua capacidade efetiva de prevenir os crimes referidos no Decreto; a conveniência de atualizar o Modelo sempre que se verifique a necessidade de o adaptar.

Além disso, em 2023, o Órgão de Supervisão efetuou uma revisão da qualidade do Modelo com o apoio de um consultor externo qualificado, a fim de verificar o seu alinhamento com as melhores práticas do mercado e também em relação à evolução e crescimento do Banco nos últimos anos.

O Órgão de Supervisão reportou ao Conselho de Administração o seu trabalho durante o ano de 2023. Especificamente, observou que não tinha recebido qualquer relatório relacionado com a correta aplicação do Modelo.

## 6. Outras informações

### Transações com partes relacionadas

Relativamente às relações com partes relacionadas e associadas, o Conselho de Administração do BFF S.p.A., aprovou, no dia 11 de novembro de 2016, com efeitos sujeitos ao início da negociação no Mercato Telematico Azionario gerido pela «Borsa Italiana» (e, portanto, a partir de 7 de abril de 2017), as «Políticas relativas aos controlos internos adotados pelo BFF Group para gestão de conflitos de interesses» (a chamada «Política para a gestão de conflitos de interesses») e o «Regulamento do BFF Group para a gestão de transações com partes em possível situação de conflito de interesses» (o «Regulamento RPT»), implementando as disposições em matéria de supervisão da Circular n.º 263 do Banco de Itália, de 27 de dezembro de 2006, título V, capítulo 5, e o Regulamento Consob relativo às transações com partes relacionadas, adotado por meio da resolução n.º 17221, de 12 de março de 2010, com a última redação que lhe foi dada pela resolução n.º 17389 de 23 de junho de 2010, após um parecer favorável emitido pelo Conselho dos Revisores Oficiais de Contas e pelo Conselho de Partes Relacionadas.

A 27 de junho de 2023, o Banco aprovou a atualização do Regulamento RPT e da Política para a gestão de conflitos de interesses para melhor clarificar a interpretação adequada de uma disposição específica, a fim de a tornar coerente com a lógica regulamentar subjacente.

A política de gestão de conflitos de interesses rege os processos de controlo destinados a assegurar a correta mensuração, acompanhamento e gestão dos riscos assumidos pelo Grupo em relação às Partes Relacionadas.

O Regulamento RPT visa supervisionar o risco de que a proximidade, se existente, dessas partes aos centros de decisão do Banking Group possa comprometer a objetividade e a imparcialidade das decisões tomadas relativas às transações que envolvam essas partes, introduzindo possíveis distorções no processo de afetação de recursos, a exposição do Banco a riscos não devidamente mensurados ou supervisionados e potenciais perdas para acionistas e partes interessadas.

O Regulamento para a gestão de transações com partes em possível situação de conflito de interesses e a Política do Grupo para gestão de conflitos de interesses são comunicados ao público através do sítio Web da empresa-mãe na secção *Governance > Procedures and Regulations > Related-Party Transactions* (Governação > Procedimentos e Regulamentos > Transações com partes relacionadas).

A informação relativa às transações com partes relacionadas é fornecida na Parte H das Notas às Demonstrações Financeiras separadas.

## Derrogação das obrigações de publicação de documentos de informação nos termos do artigo 70.º, n.º 8, e do artigo 71.º, n.º 1-bis dos Regulamentos dos emitentes

O Banco cumpriu as disposições do artigo 70.º, n.º 8, e do artigo 71.º, n.º 1-bis, dos Regulamentos dos emitentes adotados pela Resolução Consob n.º 11971, de 14 de maio de 1999, com a última redação que lhe foi dada, e, por conseguinte, derogou-se das obrigações de publicação de documentos de informação exigidos em caso de fusões, cisões, aumentos de capital por meio de contribuição em espécie, aquisições e alienações.

## Divulgação da conformidade com os códigos de conduta nos termos do artigo 89.º-bis dos Regulamentos dos emitentes

O Banco subscreveu o novo Código de Governo Societário (antigo Código de Conduta) para as empresas cotadas em bolsa, tal como definido pela Comissão do Governo Societário estabelecida pelas associações empresariais (ABI, ANIA, Assonime, Confindustria), a associação de investidores profissionais (Assogestioni) e a Borsa Italiana, aprovado a 31 de janeiro de 2020 e em vigor desde 1 de janeiro de 2021.

Já em dezembro de 2020, o Banco adotou o novo Código de Governo Societário, atualizando os seus regulamentos internos de modo a incorporar - nos termos representados no Relatório sobre o Governo Societário de 2021 - as novas características introduzidas por esse Código.

## Investigação e desenvolvimento

De acordo com o novo Plano de Negócios do Banco, apresentado em junho de 2023, os projetos identificados durante o exercício continuaram a perseguir os principais objetivos de desenvolvimento do negócio, de eficiência dos processos internos com vista à contenção dos riscos e à melhoria constante dos serviços, e de reforço dos sistemas informáticos e das infraestruturas tecnológicas.

Mais especificamente, as iniciativas mais importantes são as seguintes:

- ▶ Análise de novos produtos e serviços com o objetivo de garantir uma cobertura cada vez mais ampla do mercado de referência através de uma gama completa de serviços: em *Factoring* e Empréstimos, foi iniciado o processo de abertura de uma sucursal em França, a fim de reforçar a presença do Banco num país onde opera há anos em regime de livre prestação de serviços, ao passo que, nos Serviços de Transação, foi concluída a análise de viabilidade destinada a definir o modelo operacional alvo a adotar para a introdução de Serviços de Criptoativos.
- ▶ Projeto plurianual de criação de uma plataforma inovadora para apoiar a atividade principal de *factoring* e empréstimos, através da revisão e da reestruturação dos processos subjacentes e de investimentos em sistemas de informação e nos processos existentes, com vista à gestão de novos tipos de serviços acessórios

ao *factoring* sem recurso solicitados pelos clientes nos vários países onde o Banco opera.

- ▶ A conclusão de projetos cujos investimentos visam a implementação de soluções tecnológicas inovadoras destinadas a gerir a conformidade regulamentar e a melhorar ainda mais os processos comerciais e administrativos para os tornar mais eficientes, nomeadamente através de mecanismos de automatização (RPA) destinados a reduzir ainda mais o tempo de processamento e a aumentar os controlos automáticos, melhorando simultaneamente o nível de serviço oferecido aos clientes.

## Transações pouco habituais ou atípicas

O banco não realizou quaisquer transações pouco habituais ou atípicas, tal como referido na Comunicação Consob n.º 6064293, de 28 de julho de 2006, durante o período de relato.

## Obrigações e notações

A 19 de julho de 2023, a DBRS Morningstar («DBRS») atribuiu a sua primeira notação ao Grupo, com os Depósitos a Longo Prazo classificados no Grau de Investimento como BBB (baixo) com uma perspetiva estável. Esta avaliação reflete a forte posição de liquidez do BFF e a melhoria do perfil de financiamento após a aquisição do DEPObank. O Banco pode contar com uma combinação diversificada de fontes de financiamento, principalmente depósitos operacionais e depósitos a prazo. A notação reforça ainda mais as operações do Banco no mercado italiano de Serviços de Títulos e de Pagamentos Bancários.

A análise da notação da DBRS reflete igualmente i) a rendibilidade a longo prazo e o potencial de crescimento, ii) a sólida posição de capital e liquidez e iii) a boa qualidade dos ativos.

A agência de notação DBRS atribuiu as seguintes notações ao BFF, nomeadamente:

- ▶ Notação do emitente a longo prazo: «BB (elevado)», perspetiva estável;
- ▶ Notação do emitente a curto prazo: «R-3», perspetiva estável;
- ▶ Dívida prioritária a longo prazo: «BB (elevado)», perspetiva estável;
- ▶ Dívida a curto prazo: «R-3», perspetiva estável;
- ▶ Depósitos a longo prazo: «BBB (baixo)», perspetiva estável;
- ▶ Depósitos a curto prazo: «R-2 (médio)», perspetiva estável.

Para mais pormenores, ver o comunicado de imprensa emitido pela DBRS, também com data de 19 de julho de 2023.

A 22 de novembro de 2023, a Moody's reiterou todas as notações do BFF, na sequência da ação de notação sobre a perspetiva das obrigações de dívida pública italiana com uma notação de Baa3 de negativa para estável e da modificação do Perfil Macro de Itália.

Em 31 de dezembro de 2023, as notações atribuídas ao BFF pela Moody's eram as seguintes:

- ▶ A avaliação de Perfil de Risco de Crédito Individual (BCA) é «ba2»;
- ▶ A notação do emitente a longo prazo é «Ba2», com perspetiva estável;

- ▶ A notação de depósitos bancários a longo prazo é «Baa3», com perspectiva negativa;
- ▶ A notação dos depósitos bancários a curto prazo é «P-3».

No que diz respeito às obrigações emitidas pelo BFF, a única emissão pendente a 31 de dezembro de 2023 consiste na obrigação de Nível 1 Adicional, emitida em janeiro de 2022 no montante de 150 milhões de euros, à qual a Moody's atribuiu uma notação de B2.

Para mais informações, consulte o comunicado de imprensa da Moody's publicado no sítio Web da agência e no sítio [Web do Banco em](#) Investors > Debt > Ratings [Investidores > Dívida > Notações].

Para as notações ESG, consulte a secção «Sustentabilidade do modelo de negócio do BFF Banking Group».

## Acontecimentos posteriores à data de relato

Não há eventos significativos posteriores ao final do ano para relatar.

Em particular, em relação ao que é exigido pela IAS 10, no período entre o final de 2023 e a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras separadas, não se registaram quaisquer acontecimentos que exigissem uma correção dos dados apresentados nas demonstrações financeiras separadas.

## 7. Capital social, estrutura acionista, resoluções dos acionistas e desempenho das ações

Durante o ano de 2023, o capital social aumentou de 185 545 952 ações, correspondentes a 142 870 382,96 euros (em 31 de dezembro de 2022), para 186 944 029 ações correspondentes a 143 946 902 euros (em 31 de dezembro de 2023), em resultado da execução parcial do aumento de capital livre delegado no período compreendido entre 2 de janeiro de 2023 e 29 de dezembro de 2023, através da emissão de novas ações ordinárias do BFF equivalentes a 1 398 077<sup>12</sup> por um valor nominal de 1 076 519 euros e atribuído ao pessoal do BFF Group para necessidades relacionadas com planos de remuneração e de incentivo (Gestão por Objetivos de 2020 e Plano de Opções de Compra de Ações para 2016 e 2020).

Em 31 de dezembro de 2023, os direitos de opção relativos aos planos de opções de compra de ações em vigor ascendiam a 13 221 900 opções atribuídas e ainda não exercidas, das quais 8 996 900 exercíveis. Em 31 de dezembro de 2022, os direitos de opção relativos aos planos de opções de compra de ações em vigor ascendiam a 16 169 288 opções atribuídas e ainda não exercidas, das quais 1 086 788 exercíveis.

No que diz respeito às opções concedidas ao abrigo do Plano de Opções de Compra de Ações para 2016, em 31 de dezembro de 2023, 96 000 foram atribuídas e exercíveis à medida que foram adquiridas, representando todas as ações do plano ainda existentes. O número de opções pendentes em 31 de dezembro de 2022 era de 1 086 788, das quais 232 000 ainda não exercíveis.

No que respeita ao Plano de Opções de Compra de Ações para 2020, a 31 de dezembro de 2023, o número de opções de compra de ações concedidas e não exercidas é de 5 461 400, das quais 2 227 700 adquiridas e exercíveis. O número de opções pendentes em 31 de dezembro de 2022 era de 8 384 500. Nenhuma das quais ainda exercível.

No que se refere ao Plano de Opções de Compra de Ações para 2022, em 31 de dezembro de 2023, foram concedidas 7 664 500 opções (das quais 3 439 500 liquidadas com capitais próprios e sem envolver numerário e 4 225 000 liquidadas em numerário/ações fantasma), sendo nenhuma das quais ainda exercível.

Em 2022, foram concedidas 5 593 000 opções, das quais 2 500 500 liquidadas em ações e sem envolver numerário e 3 092 500 liquidadas em numerário/ações fantasmas, nenhuma das quais ainda exercível.

) Na sequência da resolução da Assembleia Extraordinária de Acionistas de 2 de abril de 2020 - de aumentar o capital social do Banco a título gratuito, de forma divisível e em várias tranches, nos termos do artigo 2349.º do Código Civil Italiano, com um valor total não superior a 5 254 563,16 euros, através da emissão de até 6 824 108 ações ordinárias para fins relacionados com as políticas de remuneração e de incentivo do Grupo, incluindo o «Plano de Opções de Compra de Ações do Banca Farmafactoring Banking Group para 2020» (o Aumento de Capital em 2020) - o referido Aumento de Capital em 2020 foi parcialmente implementado através da emissão de 1 398 077 novas ações ordinárias no período entre 2 de janeiro e 29 de dezembro de 2023

## Ações próprias

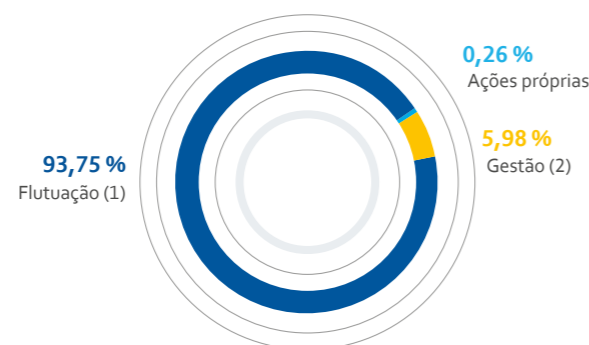
Em 31 de dezembro de 2023, o Banco detinha 494 854 ações próprias, equivalentes a 0,26% do capital social, em comparação com as 570 728 em 31 de dezembro de 2022, em resultado da cessão de ações próprias, conforme descrito mais detalhadamente abaixo, parcialmente compensada pela recompra de 291 888 ações no âmbito do programa de recompra de ações que teve lugar entre 13 de fevereiro de 2023 e 17 de fevereiro de 2023.

Em 2023, foram atribuídas 367 762 ações próprias na sequência do exercício de opções de compra de ações e do pagamento de remunerações variáveis em instrumentos financeiros, das quais 97 286 foram atribuídas ao Presidente da Comissão Executiva e 270 476 foram atribuídas a beneficiários não pertencentes ao pessoal.

## Estrutura acionista

O BFF é uma das poucas empresas italianas cotadas em bolsa que é verdadeiramente propriedade dos acionistas, com ações livres equivalentes a quase todo capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, os Administradores e as suas Pessoas Estreitamente Relacionadas detinham 5,98% do capital social, em comparação com os 5,88% em 31 de dezembro de 2022. As ações próprias detidas pelo Banco - 494 854 - correspondem a 0,26% do capital social.



Número total de ações emitidas 186 944 029

Fonte: Formulários 120A - 120B - 120D e comunicações internas de negociação. A percentagem é calculada com base no número total de ações emitidas em 31/12/2023.

(1) Em 31/12/2023, a Capital Research and Management Company detinha 9,7 milhões de ações do BFF, correspondentes a uma quota de 5,2% do capital social. Em 31/12/2023, a JPMorgan Asset Management Holdings Inc. detinha 5,9 milhões de ações do BFF, o que corresponde a uma quota de 3,2% do capital social.

(2) Em 31/12/2023, o Presidente da Comissão Executiva Massimiliano Belingheri e as Pessoas Estreitamente Relacionadas (Bray Cross Ltd., Scalve S.a. r.l., The Bali Trust, The Bomi Trust e Bomi S.a. r.l.) detinham 10,88 milhões de ações do BFF, o que corresponde a uma quota de 5,82% do capital social. A quota remanescente da gestão refere-se às ações do BFF detidas pelos 4 vice-presidentes em funções nessa data e pelas respetivas pessoas Estreitamente Relacionadas.

## Resoluções da Assembleia de Acionistas

Em 13 de abril de 2023, a Assembleia Ordinária de Acionistas do Banco decidiu:

- ▶ distribuir aos acionistas uma parte do lucro do exercício no valor de 77 479 836 euros, equivalente a aproximadamente 0,419 euros antes de impostos retidos na fonte exigidos por lei, por cada uma das 185 623 140 ações ordinárias pendentes à data do cupão (n.º 7) de 24 de abril de 2023 (data ex-dividendos). O referido dividendo inclui uma parte imputável a qualquer ação própria detida pelo Banco à data de registo. Nos termos do artigo 83.º-terdecies do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 (Lei Consolidada das Finanças), o direito ao pagamento de dividendos é estabelecido com base nas contas do intermediário referido no artigo 83.º-quater, n.º 3, da Lei Consolidada das Finanças, no final da data contabilística de 25 de abril de 2023 (data de registo); aprovar:
  - a nova «Política de Remuneração e de Incentivos de 2023 para os membros dos Órgãos de Supervisão Estratégica, Gestão e Controlo e do Pessoal do BFF Banking Group» incluída na Secção I do Relatório Anual sobre a Política de Remunerações e sobre as Remunerações Pagas, nos termos do artigo 123.º-ter, n.º 3-bis do Decreto Legislativo Italiano n.º 58/1998, conforme alterado;
  - políticas para determinar a indemnização em caso de cessação antecipada de funções ou de cessação do contrato de trabalho, incluindo limites a tal indemnização;
  - a segunda secção do Relatório Anual sobre a política de remunerações e as indemnizações pagas nos termos do artigo 123.º-ter, n.º 6 do Decreto Legislativo italiano n.º 58/1998;
  - revogar a autorização prévia de recomprar e a alienação de ações próprias concedida pela Assembleia de Acionistas, de 31 de março de 2021, para a parte não executada até 13 de abril de 2023, e, portanto, sem prejuízo das transações entretanto realizadas, e autorizar o Conselho de Administração – nos termos e para os efeitos do artigo 2357.º do Código Civil italiano - recomprar um máximo de 8 294 520 ações ordinárias do BFF, tendo em conta as ações já em stock, para os fins indicados em «Recompra de ações próprias»;

Em 7 de setembro de 2023, a Assembleia Ordinária de Acionistas do Banco decidiu:

- ▶ distribuir aos acionistas um dividendo unitário até 27 487 349,74 euros, utilizando parte dos resultados transitados, e distribuir, sem as retenções na fonte exigidas por lei, 0,147 euros por cada uma das ações ordinárias pendentes à data do registo, com uma data de cupão (n.º 8) de 11 de setembro de 2023 («data ex-dividendos»). O referido dividendo inclui uma parte imputável a qualquer ação própria detida pelo Banco à data de registo. Em conformidade com o artigo 83.º-terdecies do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 (Lei Consolidada das Finanças), o direito ao pagamento de dividendos é estabelecido com base nas contas do intermediário referido no artigo 83.º-quater, n.º 3, da Lei Consolidada das Finanças, no final da data contabilística de 12 de setembro de 2023 (data de registo).

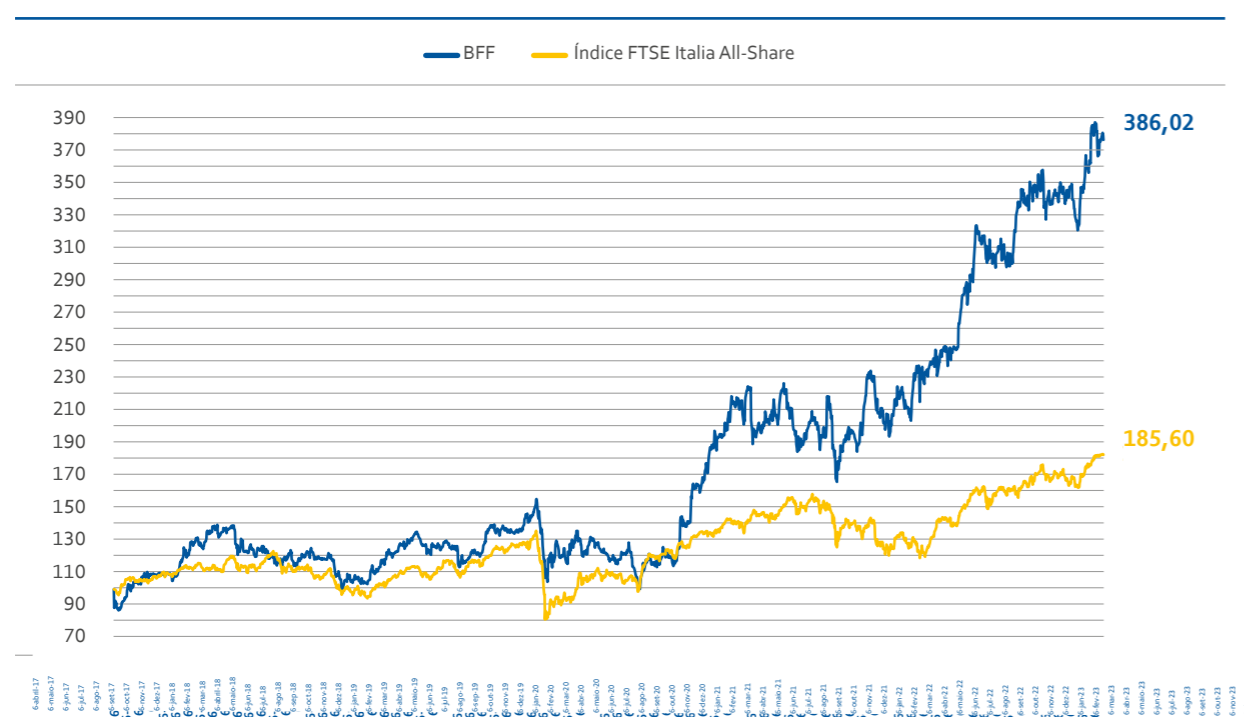


## Desempenho das ações

As ações do BFF Bank (código ISIN: IT0005244402 - *ticker* da bolsa de valores italiana: BFF) tem sido transacionada no mercado Euronext Milan da Borsa Italiana desde 7 de abril de 2017, no setor «Finanças» e no super setor «Serviços Financeiros».

A cotação das ações do BFF a 29 de dezembro de 2023 era de 10,32 euros, o que representa um aumento de 120 % em relação ao preço de colocação das ações na OPI de 4,70 euros. Desde a admissão à cotação até 29 de dezembro de 2023, o Banco distribuiu um dividendo bruto total de 3850 euros por ação. Tendo em consideração os dividendos distribuídos, e partindo do pressuposto de que estes serão reinvestidos em ações do BFF na data ex-dividendos, o retorno total para os acionistas a 29 de dezembro de 2023 comparativamente à cotação de colocação no mercado da OPI foi de 286 %. O retorno total do índice FTSE Italia All-Share foi de 86 %.

### Rendimento total desde a OPI, com dividendos reinvestidos<sup>(\*)</sup>



<sup>(\*)</sup> A 29 de dezembro de 2023, a ação do BFF faz parte dos seguintes índices FTSE: FTSE Italia All-Share Financials; FTSE Italia All-Share Financial Services; FTSE Italia All-Share Mid Cap; FTSE Italy SMID Cap Tradable Plus; FTSE Italia MIB Storico; FTSE Italia PIR PMI; FTSE Italia PIR PMI Cap; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small Net; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small; FTSE RAFI Developed ex US Mid Small 1500; FTSE RAFI Developed Mid Small ex US 1500; FTSE Italy Small Cap Index - Specialty Finance; e os seguintes índices STOXX e iSTOXX: STOXX Europe Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; EURO STOXX Total Market Value; STOXX Europe Total Market Small Net Return; EURO STOXX Total Market Price; STOXX Global Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; STOXX All Europe Total Market Price; EURO STOXX Total Market Small; iSTOXX Europe Value Fator Net Return; iSTOXX Europe Size Fator Net Return; STOXX Europe ex UK Total Market Small Price; iSTOXX Italy 45 Price Index; iSTOXX PPF Responsible SDG Net Return; iSTOXX PPF Responsible SDG Gross Return; STOXX Developed Markets Total Market Gross Return; EURO STOXX Total Market Value Small; STOXX Italy Total Market Price. A ação do BFF também faz parte de um conjunto de índices MSCI (incluindo o MSCI Europe ex UK Small Cap; MSCI Europe Small Cap Special Tax Gross Return; MSCI ACWI Value Small USD e MSCI AC Europe IMI), Bloomberg (incluindo Bloomberg Italy Large, Mid & Small Cap Price Return; Bloomberg World ex US Small Cap Growth Price Total Return e Bloomberg Eurozone Developed Markets Large, Mid & Small Cap Price Return), S&P (incluindo S&P Developed Net Zero 2050 Carbon Budget (2022 Vintage); S&P Global BMI; S&P Developed Ex-U.S. SmallCap e S&P Pan Europe BMI) e índices Solactive (incluindo o Solactive Global SuperDividend e Solactive ISS ESG Screened Europe Small Cap).

## 8. Perspetivas de negócio

De acordo com o último plano estratégico quinquenal, aprovado pelo Conselho de Administração do BFF a 27 de junho de 2023 («BFF 2028» ou o «Plano»), os objetivos do Grupo durante 2024 (conforme aprovado no Orçamento para 2024, entre outros) e nos anos subsequentes incluem:

1. Desenvolver a atividade principal, na qual o Grupo é líder de mercado.
2. Continuar a investir em infraestruturas operacionais para apoiar as oportunidades de crescimento, gerir os riscos operacionais e beneficiar de mais eficiências.
3. Continuar a proporcionar ao pessoal do Grupo oportunidades de crescimento e desenvolvimento, mantendo simultaneamente um forte alinhamento de incentivos com as partes interessadas.
4. Otimizar ainda mais o financiamento e o capital.
5. Proporcionar aos acionistas rendimentos líderes de mercado em termos de capital e dividendos, com o capital a exceder o objetivo de CET1 de 12 %.
6. Manter o baixo perfil de risco do Grupo, gerindo eficazmente as provisões vencidas e calendarizadas.
7. Aumentar ainda mais o nosso impacto positivo a nível social, ambiental e para todas as partes interessadas, juntamente com o cumprimento dos objetivos de neutralidade de carbono e a duplicação do investimento em iniciativas de impacto social.



## 9. Afetação dos lucros do Banking Group

O lucro do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 131 360 488 euros. Este resultado inclui, como descrito acima, algumas rubricas não recorrentes, que, em termos líquidos dos impactos fiscais conexos, ascendem a 9,7 milhões e se referem principalmente a custos com opções de compra de ações no valor de 2 milhões, custos de reestruturação e de fusões e aquisições não recorrentes no valor de 3,0 milhões, custos relativos ao acordo de liquidação com o Presidente da Comissão Executiva no valor de 1,7 milhões de euros, amortização de contratos com clientes no valor de 1,9 milhões de euros e contribuições extraordinárias para o «Fundo Interbancário de Garantia de Depósitos» no valor de 1,2 milhões de euros.

Em consonância com a política de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, que permite pagar aos acionistas parte do lucro consolidado normalizado do exercício do Grupo, que não seja necessário para manter um rácio mínimo CET 1 de 12 % (calculado considerando o âmbito do Banking Group, nos termos da Lei Consolidada do Setor Bancário e/ou do RRF), pretende-se atribuir

- i) 203 417 euros para a reserva legal (para elevar a reserva a 20 % do Capital Social a partir de hoje);
- ii) 24 402 280 euros para os Resultados transitados, relativos ao imposto extraordinário sobre os lucros extraordinários dos bancos, equivalente a duas vezes e meia o imposto extraordinário calculado sobre o aumento do rendimento líquido de juros;
- iii) 106 754 790 euros aos acionistas, dos quais i) 52 303 766 euros a distribuir em abril de 2024 e ii) 54 451 025 euros já distribuídos em setembro de 2023 sob a forma de um dividendo intercalar.

O montante de 106 754 790 euros adicionado aos i) 48 910 228 euros a retirar da parte distribuível dos Resultados transitados e a distribuir aos acionistas em abril de 2024, e ii) 27 487 351 euros já retirados da parte distribuível dos Resultados transitados e distribuídos em setembro de 2023 sob a forma de um dividendo intercalar, resultaria no montante total de dividendos distribuídos em 2023 de 183 152 369 euros, correspondente ao lucro consolidado normalizado do Grupo.

Em relação à afetação de lucros do BFF Bank S.p.A., a proposta que será apresentada à Assembleia de Acionistas do Banco a 18 de abril de 2024 é a que se apresenta abaixo.

## 10. Proposta à Assembleia de Acionistas

Senhores(as) Acionistas,

O Conselho de Administração convocou-os para esta Assembleia Ordinária, quinta-feira, dia 18 de abril de 2024 pelas 11h00. (a «**Assembleia de Acionistas**») na sede social do BFF Bank S.p.A. (a «**Empresa**» ou o «**Banco**» ou o «**BFF**») em Milão, na Via Domenichino n.º 5 (a «**Sede Social**»), em convocatória única, para aprovar, entre outros, a proposta de afetação dos lucros do exercício.

Recorde-se que o artigo 26.º introduzido pelo Decreto Omnibus, publicado no Boletim Oficial a 10 de agosto de 2023 e posteriormente convertido em lei com alterações pela «Lei n.º 136, de 9 de outubro de 2023 - Conversão em lei, com alterações, do Decreto-Lei n.º 104, de 10 de agosto de 2023, contendo disposições urgentes de proteção dos utentes, sobre atividades económicas e financeiras e investimentos estratégicos» (o «**Imposto**» e a «**Medida**»), em vigor a partir de 10 de outubro de 2023, introduziu o imposto sobre os lucros extraordinários dos Bancos, calculado sobre o aumento do rendimento líquido de juros.

Este imposto, de carácter extraordinário, é determinado pela aplicação de uma taxa de 40 % sobre o valor do rendimento líquido de juros, incluído na rubrica 30 da Demonstração dos Rendimentos, elaborada de acordo com os esquemas aprovados pelo Banco de Itália, relativa ao exercício de 2023, que exceda pelo menos 10 % o mesmo rendimento líquido de juros no exercício de 2022 e, em qualquer caso, o valor assim calculado não pode ser superior a 0,26 % do valor total da exposição ao risco numa base individual, com referência ao fecho do exercício de 2022.

O imposto extraordinário é pago no prazo de seis meses após o fecho do exercício de 2023 e não é dedutível para efeitos de imposto sobre o rendimento ou do imposto regional sobre as atividades económicas.

Em vez do pagamento, os bancos podem afetar um montante equivalente a duas vezes e meia o imposto calculado nos termos acima especificados, a uma reserva não distribuível identificada para o efeito quando aprovarem as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023. Esta reserva satisfaz as condições estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 575/2013 para ser calculada nas rubricas de capitais próprios comuns de nível 1.

Note-se que, no que se refere aos efeitos decorrentes da lei, as alterações introduzidas pelo imposto extraordinário foram consideradas «acontecimentos com lugar a correções» de acordo com a IAS 10; a natureza do imposto é abrangida pelo âmbito de aplicação da IFRIC 21, uma vez que é aplicado sobre o rendimento líquido de juros, pelo que o reconhecimento do imposto na demonstração dos rendimentos é exigido quando ocorre o acontecimento que cria obrigações, resultante do surgimento deste passivo: no caso em apreço, o acontecimento que cria obrigações não se limita apenas ao registo de um rendimento líquido de juros superior ao limiar identificado por lei (igual a 0,26 % do valor total da exposição ao risco em base individual, no fecho do exercício de 2022); também tem em conta a decisão do Banco de não liquidar o imposto e de constituir uma reserva específica não distribuível.

Assim sendo, para o BFF, o imposto ascenderia a 0,26 % do total dos Ativos Ponderados pelo Risco relativos às demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022 (incluindo todos os riscos do Pilar 1, tal como definidos nos termos do artigo 92.º, n.ºs 3 e 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013) e é igual a 9,76 milhões de euros; em alternativa, a reserva não distribuível ascende a 24,4 milhões de euros.

Por conseguinte, o Banco assume os seguintes cenários potenciais e apresenta-os ao Conselho de Administração:

- i) qualquer pagamento do imposto teria um impacto direto no lucro declarado do Grupo de 9,8 milhões de euros em 2023 (e não no lucro ajustado, uma vez que a manobra é de natureza extraordinária), com a consequente diminuição das reservas do Grupo, posteriormente reconstituídas em 2024 a fim de respeitar a política de dividendos;
- ii) o reconhecimento de 24,4 milhões de euros do resultado do exercício em reservas não distribuíveis, sem impacto - calculado com base nos dados do Plano de Negócios de 2023-2028 - nos dividendos do Grupo, tendo em conta a possibilidade de distribuir outras reservas relacionadas com o rendimento, que são atualmente extensivamente distribuíveis.

O Conselho de Administração aprovou propor à Assembleia de Acionistas convocada para aprovar as demonstrações financeiras de 2023 o reconhecimento do valor de 24,4 milhões de euros nas reservas não distribuíveis, correspondente a duas vezes e meia o imposto extraordinário calculado sobre o aumento do rendimento líquido dos juros, retirado do lucro líquido de 2023 (ou, se não for suficiente, de outras reservas distribuíveis).

As Demonstrações Financeiras separadas do Banco em 31 de dezembro de 2023, a aprovar pela Assembleia de Acionistas, apresentam um lucro de 131 360 488 euros, que se propõe que seja distribuído da seguinte forma:

- i) 203 417 euros para a reserva legal (para elevar a reserva a 20 % do Capital Social a partir de hoje);
- ii) 24 402 280 euros para Resultados transitados (correspondente a duas vezes e meia o imposto extraordinário calculado sobre o aumento do rendimento líquido de juros - Imposto extraordinário sobre lucros extraordinários dos bancos);
- iii) 106 754 790 euros aos acionistas, dos quais 52 303 766 euros serão distribuídos em abril de 2024 e 54 451 025 euros já foram distribuídos em setembro de 2023 sob a forma de um dividendo intercalar.

O montante de 106 754 790 euros acima indicado, adicionado aos i) 48 910 228 euros, que se espera que sejam distribuídos ao retirar da parte distribuível dos Resultados transitados e ii) 27 487 351 euros já retirados da parte distribuível dos Resultados transitados e distribuídos em setembro de 2023 sob a forma de um dividendo intercalar, resultaria no montante total de dividendos distribuídos em 2023 de 183 152 369 euros, correspondente ao lucro consolidado normalizado do Grupo.

Por conseguinte, os acionistas receberão um dividendo (saldo) de cerca de 0,541 euros por cada uma das 187 218 044 ações.

Além disso, continuaram a ser admitidos à negociação no Mercado de Instrumentos Derivados (IDEM) contratos de opção do tipo americano, tendo como ativo subjacente ações do BFF. À luz do exposto e em conformidade com o estabelecido nas Instruções para a Regulação dos Mercados organizados e geridos pela Borsa Italiana (Título IA.2, Seção IA.2.1, artigo IA.2.1.3), para a data de pagamento de dividendos a serem pagos pelas empresas emissoras de ações no índice FTSE MIB, ou contratos derivados subjacentes sobre ações negociadas no mercado IDEM, a data de referência tem de coincidir com o primeiro dia de negociação subsequente à terceira sexta-feira de cada mês civil.

Por conseguinte, tendo em conta o que precede, o mês para o pagamento de qualquer dividendo retirado dos resultados do exercício de 2022 será em abril de 2023 com a data do cupão (n.º 9) de 22 de abril de 2024 (data ex-dividendos). Nos termos do artigo 83.º-terdecies do Decreto legislativo italiano n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998, com a redação que lhe foi dada (Lei Consolidada das Finanças), é estabelecido o direito ao pagamento de dividendos com base nas contas do intermediário nos termos do artigo 83.º-quater, n.º 3, da Lei Consolidada das Finanças, no final da data a que se reportam as contas, a 23 de abril de 2024 («data de registo»). O pagamento de tal dividendo, bruto das retenções exigidas por lei, está previsto para 24 de abril de 2024 («data de pagamento»).

\* \* \*

Por conseguinte, submetemos à vossa aprovação a seguinte proposta de resolução:

«A Assembleia de Acionistas do BFF Bank S.p.A., depois de analisar o relatório ilustrativo do Conselho de Administração,

**decidiu,**

- i) afetar 203 417 euros à reserva legal;
- ii)
- iii) afetar 24 402 280 euros aos Resultados transitados;
- iv) reservar 52 303 766 euros para a distribuição aos acionistas da parte distribuível do lucro do exercício;
- v) aprovar a distribuição de parte dos Resultados transitados registados nas demonstrações financeiras separadas do Banco a 31 de dezembro de 2023, no montante de 48 910 228 euros. A soma do valor constante dos pontos iii) e iv) da presente resolução corresponde, sem as retenções na fonte exigidas por lei, a cerca de 0,541 euros por cada uma das 187 218 044 ações ordinárias pendentes à data do cupão (n.º 9) de 22 de abril de 2024 (data ex-dividendos). O referido dividendo inclui uma parte imputável a qualquer ação própria detida pelo Banco à data de registo. Nos termos do artigo 83.º-terdecies do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 (Lei Consolidada das Finanças), o direito ao pagamento de dividendos é estabelecido com base nas contas do intermediário referido no artigo 83.º-quater, n.º 3, da Lei Consolidada das finanças, no final da data contabilística de 23 de abril de 2024 (data de registo);
- vi)
- vii) pagar o dividendo acima mencionado a partir de 24 de abril de 2024 (data de pagamento). O pagamento será efetuado através de intermediários autorizados com os quais foram registadas ações no âmbito do sistema Monte Titoli.

\* \* \*

Conselho de Administração

O PRESIDENTE

(Salvatore Messina)

# 02

Demonstrações  
Financeiras  
Separadas



## Demonstração da Posição Financeira

(Montantes expressos em euros)

Ativos	31.12.2023	31.12.2022
10. Caixa e equivalentes de caixa	239 129 961	623 975 086
20. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	167 013 056	90 540 554
a) ativos financeiros detidos para negociação	1 166 851	210 963
b) ativos financeiros escriturados ao justo valor	-	-
c) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	165 846 205	90 329 591
30. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	137 519 601	128 097 995
40. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	10 599 962 850	11 726 530 357
a) empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	593 560 790	478 203 260
b) empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	10 006 402 060	11 248 327 097
70. Investimentos em capitais próprios	154 875 553	151 875 554
80. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	20 376 918	27 763 301
90. Ativos intangíveis	40 734 472	36 142 352
dos quais		
- goodwill	-	-
100. Ativos por impostos	108 569 309	55 243 454
a) correntes	55 465 214	-
b) diferidos	53 104 095	55 243 454
110. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	8 046 041	-
120. Outros ativos	644 465 938	389 016 146
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>12 120 693 699</b>	<b>13 229 184 799</b>

(Montantes expressos em euros)

Passivos e capital próprio	31.12.2023	31.12.2022
10. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	10 731 369 943	11 933 207 079
a) dívidas a bancos	2 268 022 447	1 165 556 841
b) dívidas a clientes	8 463 347 496	10 728 674 172
c) títulos emitidos	-	38 976 066
20. Passivos financeiros detidos para negociação	1 214 962	949 790
40. Derivados de cobertura	-	14 313 592
60. Passivos por impostos	121 318 038	128 840 015
a) correntes	-	22 548 040
b) diferidos	121 318 038	106 291 975
80. Outros passivos	536 141 741	382 204 555
90. Benefícios pós-emprego	2 895 921	3 117 800
100. Provisão para riscos e encargos	35 103 849	32 351 133
a) compromissos e garantias concedidas	552 831	225 466
b) pensões e obrigações similares	6 759 963	7 712 116
c) outras provisões	27 791 055	24 413 551
110. Reservas de avaliação	6 468 520	5 421 320
130. Instrumentos de capital próprio	150 000 000	150 000 000
140. Reservas	253 424 452	180 627 582
145. Dividendo intercalar	(54 451 025)	(68 549 894)
150. Reserva de prémios de emissão	66 277 204	66 277 204
160. Capital social	143 946 902	142 870 383
170. Ações próprias	(4 377 295)	(3 883 976)
180. Lucro do exercício	131 360 488	261 438 216
<b>TOTAL DE PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>12 120 693 699</b>	<b>13 229 184 799</b>



## Demonstração dos rendimentos

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	2023	2022
10. Juros e rendimentos similares	567 752 230	293 808 407
dos quais: proveitos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo	526 255 376	266 749 227
20. Juros e encargos similares	(341 848 469)	(91 494 370)
<b>30. Rendimento líquido de juros</b>	<b>225 903 761</b>	<b>202 314 037</b>
40. Rendimento de encargos e comissões	112 354 230	127 458 212
50. Despesas com encargos e comissões	(37 215 189)	(36 924 009)
<b>60. Rendimento líquido de encargos e comissões</b>	<b>75 139 041</b>	<b>90 534 203</b>
70. Dividendos e rendimentos similares	8 896 918	85 757 800
80. Lucros (perdas) em transações comerciais	(10 194 402)	9 744 486
100. Lucros (perdas) na alienação ou recompra de:	21 892 959	165 940
a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	22 038 492	165 940
b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	(145 533)	-
110. Lucros sobre outros ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	2 232 715	5 154 401
b) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	2 232 715	5 154 401
<b>120. Rendimento total</b>	<b>323 870 992</b>	<b>393 670 867</b>
130. Perdas/ganhos líquidos por imparidade para risco de crédito associado a:	(3 338 344)	(180 088)
a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(3 338 344)	(180 088)
<b>150. Rendimento líquido das atividades bancárias</b>	<b>320 532 648</b>	<b>393 490 779</b>
160. Despesas administrativas:	(163 352 031)	(154 533 127)
a) gastos com o pessoal	(66 416 198)	(65 624 429)
b) outras despesas administrativas	(96 935 833)	(88 908 698)
170. Acréscimos líquidos às provisões para riscos e encargos	(3 710 499)	(10 740 019)
a) compromissos e garantias concedidas	(327 364)	(139 792)
b) outras provisões líquidas	(3 383 135)	(10 600 227)
180. Depreciação e perdas por imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	(3 953 659)	(4 130 270)
190. Amortização e perdas líquidas por imparidade em ativos intangíveis	(7 738 147)	(7 163 491)
200. Outros rendimentos operacionais líquidos	40 106 081	128 075 729
<b>210. Custos operacionais</b>	<b>(138 648 255)</b>	<b>(48 491 178)</b>
<b>260. Lucros antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>181 884 393</b>	<b>344 999 601</b>
270. Impostos sobre o rendimento do exercício nas operações continuadas	(50 523 905)	(83 561 385)
<b>280. Lucros após impostos das operações continuadas</b>	<b>131 360 488</b>	<b>261 438 216</b>
<b>300. Lucro do exercício</b>	<b>131 360 488</b>	<b>261 438 216</b>
Resultados básicos por ação	0,708	1,405
Resultados diluídos por ação	0,698	1,327

## Demonstração do Rendimento Integral

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	2023	2022
<b>10. Lucro do exercício</b>	<b>131 360 488</b>	<b>261 438 213</b>
<b>Outros componentes líquidos de impostos que não podem ser reclassificados para os resultados</b>		
20. Instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
30. Passivos financeiros designados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito)		
40. Coberturas de instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
50. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		
60. Ativos intangíveis		
70. Planos de benefícios definidos	(26 491)	524 946
80. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
90. Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos contabilizados no capital próprio		
<b>Outros componentes líquidos de impostos reclassificados para os resultados</b>		
100. Coberturas de investimentos estrangeiros		
110. Diferenças cambiais	87 268	2289
120. Coberturas de fluxos de caixa		
130. Instrumentos de cobertura (elementos não designados)		
140. Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	1 488 383	834 057
150. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
160. Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos contabilizados no capital próprio		
<b>170. Total de outros rendimentos integrais líquidos de impostos</b>	<b>1 549 159</b>	<b>1 361 292</b>
<b>180. Rendimento integral (Rubricas 10+170)</b>	<b>132 909 647</b>	<b>262 799 505</b>



## Demonstração de Alterações no Capital Próprio

(Montantes expressos em euros)

Em 31.12.2023	Saldos em 31.12.2022	Alteração dos saldos iniciais	Saldos em 01.01.2023	Distribuição de lucros do exercício anterior		Alterações durante o exercício							Capital próprio em 31.12.2023	
				Reservas	Dividendos e outras dotações	Transações de capital próprio								Rendimento integral 2023
						Alteração nas reservas	Emissão de novas ações	Recompra de ações próprias	Dividendo intercalar	Distribuição extraordinária de dividendos	Alterações nos instrumentos de capital próprio	Derivados sobre ações próprias		
Capital social:														
a) ações ordinárias	142 870 383		142 870 383					1 076 519						143 946 902
b) outras ações	-													
Reserva de prémios de emissão	66 277 204		66 277 204											66 277 204
Reservas:														
a) resultados transitados	170 208 698		170 208 698	115 408 486		(14 411 869)			(27 487 350)					243 717 965
b) outras	10 418 884		10 418 884			513 734						(1 226 132)		9 706 486
Reservas de avaliação	5 421 320		5 421 320			(501 959)							1 549 159	6 468 520
Instrumentos de capital próprio	150 000 000		150 000 000											150 000 000
Dividendo intercalar	(68 549 894)		(68 549 894)	68 549 894					(54 451 025)					(54 451 025)
Ações próprias	(3 883 976)		(3 883 976)				2 301 065	(2 794 384)						(4 377 295)
Lucro do exercício	261 438 216		261 438 216	(183 958 380)	(77 479 836)								131 360 488	131 360 488
Capital próprio	734 200 834		734 200 834		(77 479 836)		(12 099 029)	1 076 519	(2 794 384)	(54 451 025)	(27 487 350)		(1 226 132)	132 909 647

(Montantes expressos em euros)

Em 31.12.2022	Saldos em 31.12.2021	Alteração dos saldos iniciais	Saldos em 01.01.2022	Distribuição de lucros do exercício anterior		Alterações durante o exercício							Capital próprio em 31.12.2022	
				Reservas	Dividendos e outras dotações	Transações de capital próprio								Rendimento integral 2022
						Alteração nas reservas	Emissão de novas ações	Recompra de ações próprias	Dividendo intercalar	Distribuição extraordinária de dividendos	Alterações nos instrumentos de capital próprio	Derivados sobre ações próprias		
Capital social:														
- ações ordinárias	142 690 771		142 690 771					179 612						142 870 383
- outras ações														
Reserva de prémios de emissão	66 492 997		66 492 997			(215 793)								66 277 204
Reservas:														
- relacionadas com os resultados	137 607 343		137 607 343	39 008 950		(6 407 595)								170 208 698
- outras	8 643 589		8 643 589			(293 900)							2 069 195	10 418 884
Reservas de avaliação	4 060 028		4 060 028										1 361 292	5 421 320
Instrumentos de capital próprio										150 000 000				150 000 000
Dividendo intercalar									(68 549 894)					(68 549 894)
Ações próprias	(7 132 434)		(7 132 434)											(3 883 976)
Lucro do exercício	164 289 349		164 289 349	(39 008 950)	(125 280 399)		3 248 457						261 438 216	261 438 216
Capital próprio	516 651 643		516 651 643		(125 280 399)		(3 668 831)	179 612	(68 549 894)	150 000 000			2 069 195	262 799 507

## Demonstração de Fluxos de Caixa

### Método indireto

(Montantes em euros)

	Montante	
	2023	2022
<b>A. ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>1. Operações</b>	<b>186 601 737</b>	<b>301 467 499</b>
- lucro do exercício (+/-)	131 360 487	261 438 216
- ganhos/perdas em ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos/passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados (-/+)	39 029	530 806
- ganhos/perdas em operações de cobertura (-/+)	(14 313 592)	14 313 592
- perdas/ganhos líquidos por imparidade por risco de crédito (+/-)	3 338 344	180 088
- depreciações, amortizações e perdas líquidas por imparidade relativas a ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e ativos intangíveis (+/-)	11 691 806	11 293 761
- dotações líquidas para provisões para riscos e encargos e outros custos/rendimentos (+/-)	3 710 499	10 740 019
- impostos, direitos e créditos fiscais não pagos (+/-)	50 523 905	83 561 385
- perdas líquidas por imparidade/reversões de perdas por imparidade em operações descontinuadas, líquido de efeito fiscal (+/-)		
- outras correções (+/-)	251 259	(80 590 368)
<b>2. Fluxos de caixa gerados/consumidos pelos ativos financeiros</b>	<b>674 613 721</b>	<b>(2 224 732 772)</b>
- ativos financeiros detidos para negociação	707	3 353 046
- ativos financeiros designados ao justo valor	(73 283 900)	-
- outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	-	(52 671 663)
- ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	(7 347 001)	(45 426 272)
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	1 123 229 163	(1 970 704 571)
- outros ativos	(367 985 247)	(159 283 313)
<b>3. Fluxos de caixa gerados/consumidos pelos passivos financeiros</b>	<b>(1 063 904 408)</b>	<b>1 981 018 752</b>
- passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	(1 201 837 136)	2 058 164 129
- passivos financeiros detidos para negociação	530 344	(1 774 721)
- passivos financeiros designados ao justo valor		
- outros passivos	137 402 385	(75 370 656)
<b>Fluxos de caixa líquidos gerados/consumidos por atividades de financiamento</b>	<b>(202 688 949)</b>	<b>57 753 479</b>

(cont.)

(Montantes em euros)

	Montante	
	2023	2022
<b>B. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>1. Liquidez gerada por</b>	<b>-</b>	<b>75 963 202</b>
- alienação de investimentos em capitais próprios		
- dividendos cobrados sobre investimentos em capitais próprios	-	75 963 202
- alienação de ativos fixos tangíveis		
- alienação de ativos intangíveis		
- alienação de unidades de negócio		
<b>2. Liquidez consumida por</b>	<b>(19 943 582)</b>	<b>(9 138 342)</b>
- aquisição de investimentos em capitais próprios	(2 999 999)	(1 384 193)
- aquisições de ativos fixos tangíveis	(4 613 316)	1 244 138
- aquisição de ativos intangíveis	(12 330 266)	(8 998 287)
- aquisição de unidades de negócio		
<b>Fluxos de caixa gerados/consumidos por atividades de investimento</b>	<b>(19 943 582)</b>	<b>66 824 860</b>
<b>C. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
- emissão/recompra de ações próprias	(2 794 384)	-
- emissão/aquisição de instrumentos de capital próprio	-	150 000 000
- distribuição de dividendos e outros fins	(159 418 211)	(193 830 293)
<b>Fluxos de caixa gerados/consumidos por atividades de investimento</b>	<b>(162 212 594)</b>	<b>(43 830 293)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS GERADOS/CONSUMIDOS DURANTE O EXERCÍCIO</b>	<b>(384 845 125)</b>	<b>80 748 046</b>

## Reconciliação

### Rubricas das demonstrações financeiras

	Montante	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	623 975 085	543 227 039
Fluxos de caixa líquidos totais gerados/consumidos durante o exercício	(384 845 125)	80 748 046
Caixa e equivalentes de caixa: efeitos de alterações nas taxas de câmbio		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>239 129 960</b>	<b>623 975 085</b>

## Notas às Demonstrações Financeiras

Senhores(as) Acionistas,

As Notas anexas estão organizadas da seguinte forma:

Parte A - Políticas contabilísticas

Parte B - Informações sobre a demonstração da posição financeira

Parte C - Informação sobre a Demonstração dos Rendimentos

Parte D - Rendimento integral

Parte E - Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco

Parte F - Informações sobre os capitais próprios

Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócio

Parte H - Transações com partes relacionadas

Parte I - Pagamentos com base em ações

Parte M - Relato por locações

## Parte A - Políticas contabilísticas

### A.1 INFORMAÇÕES GERAIS

#### Secção 1 - Demonstração de conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IASs/IFRS) emitidas pelo IASB, aprovadas pela Comissão Europeia, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 1606, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das IASs/IFRS e interpretações associadas (interpretações IFRIC), aprovadas pela Comissão Europeia e em vigor no final do período de relato.

A aplicação das IFRS é levada a cabo observando o «quadro sistemático» para a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras (o Quadro), com especial referência ao princípio fundamental de prevalência da substância sobre a forma jurídica e ao conceito de relevância ou importância da informação.

#### Secção 2 - Fundamento de apresentação

As demonstrações financeiras separadas foram elaboradas em conformidade com as instruções fornecidas pela Circular n.º 262 do Banco de Itália, de 22 de dezembro de 2005, «Demonstrações financeiras dos bancos: organização e elaboração», tal como posteriormente alterada.

As demonstrações financeiras separadas incluem a demonstração da posição financeira, a demonstração dos rendimentos, a demonstração do rendimento integral, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as notas anexas às demonstrações financeiras separadas, e são acompanhadas pelo Relatório relativo às Operações.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º, n.º 2, do Decreto Legislativo italiano n.º 38, de 28 de fevereiro de 2005, as demonstrações financeiras separadas são redigidas em euros, quando não especificado de outra forma, e também mostram as comparações correspondentes com o exercício anterior.

As demonstrações financeiras separadas foram elaboradas com base no princípio geral de prudência e no princípio da continuidade das operações e de especialização económica, uma vez que, relativamente às operações e às posições financeiras e de capital próprio do Banco, e após a análise dos riscos a que está exposto, os administradores não identificaram qualquer situação que pudesse levantar dúvidas quanto à capacidade do Banco de cumprir as suas obrigações num futuro próximo.

## Normas, alterações e interpretações em vigor a partir de 2023 ou alteradas e ainda não adotadas

Na data das presentes demonstrações financeiras separadas, as seguintes normas ou alterações foram adotadas e são aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2023:

- ▶ IFRS 17 - Contratos de Seguro (Reg. UE 2021/2036);
- ▶ Alterações à IAS 8 - Políticas contabilísticas. Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (Reg. UE 2022/357);
- ▶ Alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e à Declaração de Práticas IFRS 2: Divulgação de políticas contabilísticas (Reg. UE 2022/357);
- ▶ Aplicação pela primeira vez da IFRS 17 e da IFRS 9: Informação comparativa (Reg. UE 2022/1491);
- ▶ Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (maio de 2021).

Por último, o IASB emitiu as seguintes normas e interpretações ou alterações, cuja aplicação está, no entanto, ainda sujeita à conclusão do processo de aprovação pelos organismos competentes da União Europeia, o qual ainda não se encontra concluído, sendo aplicáveis a partir das demonstrações financeiras com início em 1 de janeiro de 2024:

- ▶ Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma Fiscal Internacional - Regras-modelo do Pilar 2 (23 de maio de 2023);
- ▶ Alterações à IFRS 16: Passivos de locação em transações de venda e relocação (22 de setembro de 2022);
- ▶ Alterações à IAS 1: Classificação dos passivos como correntes ou não correntes e passivos não correntes com convenções (31 de outubro de 2022);
- ▶ Alterações à IAS 7 e à IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores (25 de maio de 2023).

Os possíveis efeitos da adoção futura destas normas, interpretações e alterações, na medida em que sejam aplicáveis e relevantes para o Banco, são razoavelmente estimados como sendo imateriais.

## Secção 3 - Eventos posteriores à data de relato

Não se registaram eventos significativos após a data de relato em 31 de dezembro de 2023.

Em particular, em relação ao que é exigido pela IAS 10, no período entre o final de 2023 e a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras separadas, não se registaram quaisquer acontecimentos que exigissem uma correção dos dados apresentados nas demonstrações financeiras separadas.

## Secção 4 - Outras questões

### Imposto extraordinário calculado sobre o aumento do rendimento líquido de juros

O imposto extraordinário em causa foi introduzido pelo artigo 26.º do Decreto Omnibus, lançado pelo Conselho de Ministros e publicado no Diário da República em 10 de agosto de 2023 e posteriormente convertido em lei com alterações pela «LEI n.º 136, de 9 de outubro de 2023 - Conversão em lei, com alterações, do Decreto-Lei n.º 104, de 10 de agosto de 2023, que contém disposições urgentes de proteção dos utilizadores, sobre atividades económicas e financeiras e investimentos estratégicos» (a «Medida»), em vigor a partir de 10 de outubro de 2023.

Em 6 de outubro de 2023, o Conselho de Administração recebeu informações sobre: i) os dois cenários alternativos para o Banco, analisados em primeiro lugar com base na proposta de lei e nas respetivas alterações, e ii) o impacto a nível individual e consolidado, calculado com base nos dados do Plano de Negócios para o período de 23-26, desses cenários.

Com base no disposto na Medida, o imposto é determinado pela aplicação de uma taxa de 40 % sobre o montante do rendimento líquido de juros constante da rubrica 30 da demonstração dos rendimentos, elaborada de acordo com os esquemas aprovados pelo Banco de Itália, referente ao exercício anterior ao em curso a 1 de janeiro de 2024, que exceda em, pelo menos, 10 % o mesmo rendimento líquido de juros anterior ao exercício em curso a 1 de janeiro de 2022. O montante assim calculado não pode ser superior a 0,26 % do montante total da exposição ao risco numa base individual, com referência ao fecho do exercício anterior ao exercício em curso em 1 de janeiro de 2023.

O imposto extraordinário é pago no prazo de seis meses após o fecho do exercício antes do exercício em curso em 1 de janeiro de 2024 e não é dedutível para efeitos do imposto sobre o rendimento ou do imposto regional sobre as atividades económicas.

Em vez do pagamento, os bancos podem afetar um montante igual a duas vezes e meia o imposto calculado de acordo com o especificado acima a uma reserva não distribuível identificada para este fim quando aprovarem as demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior ao que está em curso em 1 de janeiro de 2024. Esta reserva satisfaz as condições estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 575/2013 para ser calculada nas rubricas de capitais próprios comuns de nível 1.

Tendo em consideração as informações acima apresentadas e considerando a entrada em vigor da Medida em 10 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou propor à Assembleia de Acionistas, convocada para 18 de abril de 2024 para aprovar as demonstrações financeiras de 2023, o reconhecimento do montante de 24,4 milhões de euros nas reservas não distribuíveis, correspondente a duas vezes e meia o imposto extraordinário calculado sobre o rendimento líquido de juros. A restrição da reserva não tem qualquer impacto sobre os rácios de capital previstos no plano ou sobre os dividendos do Grupo.

Com efeito, a este respeito, convém notar que, mantendo-se inalterados os rácios de capital, haveria um aumento dos capitais próprios comuns de nível 1 (devido ao reconhecimento na reserva não distribuível do montante do imposto sobre os lucros suplementares anteriormente determinado) compensado por uma redução simultânea das reservas de lucros existentes (a fim de manter os dividendos de 2023 em conformidade com a política de dividendos do Banco).

### Processo de renovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BFF iniciou o processo de apresentação da lista de candidatos, de acordo com as melhores práticas de governo societário do mercado, tendo aprovado, no dia 26 de novembro de 2023, o Aviso aos Acionistas sobre a composição qualitativa/quantitativa do Conselho de Administração, documento que visa fornecer aos acionistas um suporte útil para a seleção dos candidatos a eleger para o Conselho de Administração. Na mesma data, o Presidente do Conselho de Administração do BFF, Salvatore Messina, anunciou que não se candidataria à lista que estava a ser preparada para o próximo triénio, uma vez que estava no cargo há nove anos, o que significava que já não cumpria o requisito formal de independência estabelecido pelas melhores práticas de governo societário. A nomeação do novo Conselho de Administração terá lugar na Assembleia de Acionistas que aprovará as demonstrações financeiras de 2023, coincidindo com o termo do mandato dos órgãos sociais atualmente em funções.

A este respeito, é importante recordar que, uma vez que foi suprimida a disposição relativa ao «paraquedas dourado» do Diretor Executivo desencadeada em caso de não renovação do cargo de Diretor Executivo no termo do mandato, não será paga qualquer compensação a essa pessoa se o cargo não for renovado.

A supressão acima referida resulta de um acordo de liquidação celebrado com o Diretor Executivo, sujeito a todas as disposições previstas no regulamento e na política de remuneração e de incentivos de 2023 aprovada pela Assembleia de 13 de abril de 2023 relativa aos «paraquedas» (por exemplo, diferimento de 60 % num período de 5 anos, 51 % pagos em instrumentos financeiros em cada prestação).

### Autorização de recompra de ações próprias

A recompra de ações próprias tem como objetivo dotar o Banco de instrumentos financeiros suficientes para satisfazer as exigências dos sistemas de remuneração e de incentivos, de acordo com a atual «Política de remuneração e de incentivos do Banking Group».

A Assembleia Ordinária de Acionistas do Banco, de 13 de abril de 2023, decidiu revogar a anterior autorização, concedida pela Assembleia de Acionistas de 31 de março de 2022, para a parte ainda não executada e autorizar o Conselho de Administração a proceder à recompra de ações ordinárias do BFF, numa ou mais ocasiões e por um período de 18 meses a partir da data da Assembleia de Acionistas, na prossecução dos objetivos definidos no referido Relatório ilustrativo; o número máximo de ações a recomprar é de 8 463 819, representativas de 5 % de 185 623 140 ações sem valor nominal que representam a totalidade do capital social subscrito e realizado do Banco, no montante de 142 929 817,72 euros. (tendo em conta as ações próprias já em *stock* à data da publicação do Relatório).

Em 6 de outubro de 2023 - em execução da autorização da Assembleia de Acionistas acima referida - o Conselho de Administração do BFF Bank S.p.A. aprovou o início do procedimento regulamentar a ser concluído para a emissão, pelo Banco de Itália, da sua autorização nos termos dos artigos 27.º e seguintes do Regulamento Delegado (UE) n.º 241, de 7 de janeiro de 2014, adotado pela Comissão Europeia, e artigo 78.º do Regulamento (UE) n.º 575, de 26 de junho de 2013, para a recompra de ações próprias do Banco, até ao montante máximo de 8,5 milhões de euros, com um impacto equivalente a cerca de 30 bps no Rácio CET 1 do Banco, calculado num regime pro-forma a 30 de setembro de 2023.

### Resolução da Assembleia de Acionistas sobre a afetação dos lucros

Em 13 de abril de 2023, a Assembleia de Acionistas aprovou: i) as demonstrações financeiras separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que apresentam um lucro para o exercício de 261 438 216 euros; ii) a distribuição em numerário aos acionistas de uma parte dos lucros separados de 2022 relativos ao segundo semestre do ano, no montante de 77 479 836 euros, correspondente a um dividendo antes da retenção na fonte de 0,419 euros por cada uma das 185 623 140 ações ordinárias, contra um dividendo intercalar distribuído em agosto de 2022 de 68 549 894 euros correspondente a 0,3708 euros por ação, para uma distribuição total de dividendos relativos ao exercício de 2022 de 146 029 730 euros correspondente a 0,7898 euros por ação; iii) a afetação da parte remanescente dos lucros de 2022 aos «Resultados transitados» do Banco, no montante de 115 361 074 euros, e os restantes 47 410 euros à «Reserva legal»; iv) a Política de Remuneração e de Incentivos de 2023, as políticas de determinação da compensação em caso de cessação antecipada de funções e o Relatório sobre as compensações pagas no ano fiscal de 2022, emitindo um voto consultivo sobre este último ponto; v) a proposta de autorização ao Conselho de Administração para proceder à recompra de ações ordinárias do BFF (até 8 463 819, tendo em conta as ações próprias já em *stock*).

Em 7 de setembro de 2023, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou a distribuição aos Acionistas de um dividendo unitário de até 27 487 349,74 euros, incluindo a parte atribuível a quaisquer ações próprias detidas pela empresa à data de registo, utilizando parte da reserva de resultados transitados, e a distribuição, bruta de retenção na fonte exigida por lei, de 0,147 euros por cada uma das ações ordinárias pendentes à data de registo, com uma data de cupão (n.º 8) de 11 de setembro de 2023 («data ex-dividendos»).

### Riscos, incertezas e impactos do conflito Rússia/Ucrânia e da guerra Israel/Palestina

Durante o quarto trimestre de 2023, há ainda sinais de tensões contínuas no ambiente geopolítico mundial decorrentes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que eclodiu no início de 2022 e está a ter graves repercussões na situação macroeconómica europeia e mundial.

Também em termos prospetivos, o conflito representa um fator de instabilidade que, em geral, pode afetar significativamente o panorama macroeconómico dos países onde o BFF opera e as suas perspetivas de crescimento. Consequentemente, a um nível consolidado, o Banco implementou uma monitorização contínua dos riscos a que o BFF Group poderia, eventualmente, estar exposto e efetuou as necessárias análises de impacto no negócio, cujos resultados se resumem a seguir.

- ▶ No que se refere ao risco de crédito decorrente do impacto nas empresas financiadas que têm operações comerciais significativas com a Rússia, a Bielorrússia ou a Ucrânia ou que estão mais expostas a alterações nos preços dos produtos de base, o Banco efetuou uma avaliação específica, identificando apenas determinadas contrapartes que poderiam ser potencialmente afetadas por aumentos dos preços dos produtos de base. Neste contexto, foi instituída uma monitorização adicional. Além disso, não foram identificados clientes com operações comerciais significativas com a Rússia, a Bielorrússia ou a Ucrânia.
- ▶ No que diz respeito à negociação de títulos, o Banco não detém títulos emitidos por emittentes particularmente expostos aos riscos decorrentes da atual conjuntura geopolítica e de conflitos.
- ▶ No que respeita à rendibilidade, note-se que as comissões do banco depositário são calculadas com base nos fundos AuM, pelo que a desvalorização destes títulos na carteiras dos fundos teve um impacto insignificante em comparação, por exemplo, com as volatilidades normais do mercado.
- ▶ No que diz respeito aos riscos operacionais relacionados com ciberataques, note-se que o Banco não registou quaisquer ataques desta natureza e, além disso, não existem operações nos países afetados pelo conflito.

Além disso, a Função de Conformidade e CBC, com o envolvimento e o apoio das funções competentes, i) acompanha continuamente os desenvolvimentos regulamentares no que respeita ao regime restritivo e sancionatório aplicado a nível da UE aos indivíduos, entidades e bancos da Rússia e da Bielorrússia envolvidos no conflito; ii) divulga alertas de informações às várias Unidades de Negócio sempre que existam atualizações e iii) apoia as várias Unidades de Negócio na análise do cumprimento de requisitos operacionais específicos.

No que respeita às operações do Banco, é de notar que os impactos do conflito Rússia/Ucrânia foram contidos também graças ao desenvolvimento do negócio, tal como referido na parte relativa aos aspetos comerciais.

À luz do modelo de negócio do Banco e da natureza das suas contrapartes de risco, o conflito Rússia/Ucrânia não implicou alterações ao modelo para determinar as perdas esperadas. No entanto, com a atualização anual dos cenários macroeconómicos, a Função de Gestão de Riscos do Grupo monitoriza a tendência dos parâmetros de risco face à evolução do conflito, a fim de compreender qualquer impacto na determinação das perdas esperadas (para mais pormenores, ver a secção «IFRS 9 - Atualização para refletir a crise financeira decorrente do conflito Rússia/Ucrânia»).



Por outro lado, no que diz respeito ao conflito Israel/Palestina que surgiu nos últimos meses de 2023, o Banco realizou análises destinadas a identificar potenciais fatores de desestabilização do cenário macroeconômico e, conseqüentemente, dos cenários macroeconômicos dos países em que o Banco opera. No entanto, tendo em conta os resultados das análises efetuadas, não foram identificados, de momento, elementos críticos que exijam a realização de atividades adicionais para monitorizar os riscos do conflito acima referido.

Seguem-se informações sobre temas e medidas já adotados em 2022 com vista à sua continuidade também em 2023:

- ▶ **Aspetos comerciais:** no que diz respeito à Unidade de Negócio de *Factoring* e Empréstimos, é de salientar um aumento global dos volumes de *factoring* e de financiamento a clientes, particularmente superior à tendência geral do mercado de *factoring*, obtido apesar da política de reapreçamento levada a cabo pelo Banco, graças ao esforço comercial desenvolvido para reter os clientes existentes e conseguir uma maior penetração no mercado e à tendência de redução da liquidez no mercado. A Unidade de Negócio de Serviços de Títulos continua a registar uma tendência de crescimento das iniciativas de negócio implementadas pelo Banco, com destaque para os serviços de valor acrescentado e para os serviços de custódia de fundos de investimento alternativos (FIA). Apenas se verificou um atraso no lançamento de novos fundos criados por clientes de gestão de ativos. A Unidade de Negócio de Pagamentos também registou um desempenho positivo ao nível da indústria em geral, especialmente no que diz respeito aos pagamentos eletrónicos/digitais. Os cheques e as letras de câmbio, por outro lado, continuaram a diminuir em todo o sistema, devido ao abandono gradual dos instrumentos de pagamento conexos por parte do público e das empresas (uma tendência também assinalada nas análises do Banco de Itália).
- ▶ **Liquidez:** o atual cenário macroeconómico caracteriza-se por um elevado grau de incerteza, influenciado pela continuação do conflito Rússia/Ucrânia, pela recente eclosão do conflito Israel/Palestina e pelas tensões a nível internacional, com repercussões também no sistema de crédito. Neste contexto, o Banco centrou a sua atenção nos mecanismos de supervisão necessários para acompanhar a posição de liquidez e, em particular:
  - (i) quando considerado necessário, reserva-se o direito de realizar análises de *stress* mais frequentes e mais detalhadas, bem como com impactos crescentes e variáveis;
  - (ii) mantém uma parte significativa dos ativos disponíveis para fazer face a necessidades de liquidez imprevistas;
  - (iii) monitoriza os mercados, inclusive através de comparação contínua com operadores de mercado e bancos relacionados; e
  - (iv) continua a acompanhar de perto as tendências de cobrança dos devedores da Administração Pública.
- ▶ **Requisitos de capital:** não existe um impacto particular nos Fundos Próprios e nos requisitos regulamentares em resultado da atual conjuntura macroeconómica e geopolítica; em 31 de dezembro de 2023, os rácios de capital estavam ainda muito acima dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulador.

Por outro lado, as conseqüências do conflito Rússia/Ucrânia e da guerra Israel/Palestina não afetaram particularmente os contratos de locação (IFRS 16), os ganhos atuariais/as perdas relacionadas com os benefícios pós-emprego (IAS 19) e as condições de aquisição dos pagamentos com base em ações (IFRS 2).

## Revisão legal de contas

A Assembleia de Acionistas do Banca Farmafactoring S.p.A. (agora BFF Bank S.p.A.) realizada a 2 de abril de 2020, nomeou a empresa de auditoria KPMG S.p.A. para realizar uma auditoria às demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2021 a 2029, nos termos do artigo 2409.º-bis do Código Civil italiano e do Decreto Legislativo n.º 39/2010.

## A.2 - PRINCIPAIS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Segue-se uma descrição das políticas de contabilidade adotadas para elaborar as demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com a IAS 1 e as instruções contidas na Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, do Banco de Itália, tal como alterada.

Estas políticas contabilísticas incluem os principais critérios para o reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos principais ativos e passivos, bem como para o reconhecimento de receitas e custos, juntamente com outras informações.

### Ativos financeiros

A IFRS 9 divide os ativos financeiros em três categorias:

- ▶ Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados;
- ▶ Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral;
- ▶ Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

### 1 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados

#### Critérios de classificação

Esta categoria inclui outros ativos financeiros para além dos classificados como ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral ou como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Especificamente, esta rubrica inclui:

- ▶ ativos financeiros detidos para negociação;
- ▶ ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor, representados pelos ativos financeiros que não cumprem os requisitos de mensuração ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral. Tratam-se de ativos financeiros cujas condições contratuais não preveem apenas o pagamento do capital e dos juros sobre o capital em dívida, ou que não são detidos em associação com um modelo de negócio de «Detido para cobrança», ou cujo objetivo é um modelo de negócio «Detido para cobrança e alienação»;
- ▶ ativos financeiros designados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros definidos desta forma no momento do reconhecimento inicial e em que os requisitos são satisfeitos. Nesses casos, no reconhecimento, uma entidade pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro como sendo mensurado ao justo valor por via dos resultados se e apenas se ao fazê-lo eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de reconhecimento.

Esta rubrica inclui, portanto:

- ▶ instrumentos de dívida e empréstimos concedidos que estão incluídos num outro modelo/modelo comercial (portanto, não relacionados com os modelos comerciais «detido para cobrança» ou «detido para cobrança e alienação») ou que não superam com sucesso o teste das características contratuais (teste SPPI);
- ▶ instrumentos de capital próprio - que não podem ser qualificados como de controlo ou associados - para os quais a designação ao justo valor por via de outro rendimento integral não tenha sido efetuada aquando do reconhecimento inicial;
- ▶ Unidades de participação em OIC.

A rubrica também inclui derivados, reconhecidos entre os ativos financeiros detidos para negociação, que são apresentados como ativos se o justo valor for positivo.

Em conformidade com as regras gerais da IFRS 9 relativas à reclassificação de ativos financeiros (exceto para títulos de capital próprio, para os quais não é permitida qualquer reclassificação), não são permitidas reclassificações para outras categorias de ativos financeiros, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros. Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes, os ativos financeiros podem ser reclassificados da categoria de ativos mensurados ao justo valor por via dos resultados para uma das outras duas categorias permitidas pela IFRS 9 (ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral). O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Neste caso, a taxa de juro efetiva do ativo reclassificado é determinada com base no seu justo valor à data de reclassificação. Essa data é considerada como a data de reconhecimento inicial, para a atribuição da fase de risco de crédito para efeitos de imparidade.

### Critérios de reconhecimento

O reconhecimento inicial dos ativos financeiros tem lugar na data de liquidação dos instrumentos de dívida e instrumentos de capital próprio, na data de desembolso dos empréstimos, e na data de subscrição dos derivados.

Os ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados são inicialmente registados ao justo valor, normalmente representado pelo preço da transação, sem considerar os custos ou rendimentos da transação diretamente imputáveis ao próprio instrumento.

### Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados são mensurados ao justo valor. Os efeitos da aplicação deste critério de mensuração são imputados à demonstração dos rendimentos.

Para determinar o justo valor de instrumentos financeiros listados num mercado ativo, são utilizados os preços de mercado. Na ausência de um mercado ativo, são utilizados os modelos de estimativa e avaliação comumente adotados. Estes têm em conta todos os fatores de risco relacionados com os instrumentos e baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo: a avaliação de instrumentos cotados com características semelhantes, cálculos de fluxos de caixa descontados, modelos de preços de opções, os valores registados de transações recentes comparáveis, etc.

Para instrumentos de capital e derivados não cotados num mercado ativo, o critério de custo é utilizado para estimar o justo valor apenas numa base residual e num número limitado de circunstâncias, nomeadamente se nenhum dos métodos de avaliação acima referidos puder ser aplicado ou se existir uma vasta gama de avaliações possíveis do justo valor, dentro das quais o custo é a estimativa mais significativa.

### Critérios de desreconhecimento

Os ativos financeiros ou partes de ativos financeiros são desreconhecidos se e só se a alienação implicar a transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados.

Especificamente, os ativos financeiros vendidos são desreconhecidos quando a entidade mantém os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo, mas assume uma obrigação simultânea de pagar esses fluxos de caixa e apenas esses fluxos de caixa a terceiros, sem atrasos significativos.

## 2 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral

### Critérios de classificação

De acordo com a norma IFRS 9, um ativo financeiro é incluído nesta categoria se forem satisfeitas as duas condições seguintes:

- ▶ O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da cobrança de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros (modelo de negócio HTC&S); e
- ▶ Os prazos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem apenas pagamentos de capital principal e juros sobre o montante de capital principal em dívida (superação do teste SPPI).

Em particular, esta rubrica inclui:

- ▶ instrumentos de dívida que estão incluídos num Modelo de Negócios de «Detido para Cobrança e Alienação» e que superam o teste das características contratuais (teste SPPI);
- ▶ instrumentos de capital próprio, que não podem ser qualificados como de controlo, associados ou conjuntamente controlados e que não são detidos para negociação, relativamente aos quais foi exercida a opção de designação ao justo valor por via de outro rendimento integral.

Além disso, os instrumentos de capitais próprios para os quais o Banco decidiu usar a opção FVOCI (justo valor por via de outro rendimento integral) também são mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral. A opção FVOCI prevê o reconhecimento em «outro rendimento integral» de todos os componentes de rendimento relativos a esses instrumentos, sem qualquer impacto (mesmo em caso de alienações) sobre os resultados.

O Banco decidiu utilizar a opção FVOCI para os instrumentos de capitais próprios detidos, cujo montante não é significativo.

## Modelo de negócio HTC&S

Os ativos financeiros classificados no âmbito do modelo de negócio HTC&S são detidos para cobrança de fluxos de caixa contratuais e para alienação de ativos financeiros. As alienações são, portanto, mais frequentes e significativas em comparação com um modelo de negócio «detido para cobrança». Tal deve-se ao facto de a alienação de ativos financeiros estar intrinsecamente associada à consecução do objetivo do modelo de negócio, em vez de apenas ser secundária.

Estes ativos podem ser detidos por um período de tempo indeterminado e podem satisfazer a necessidade de acesso a liquidez ou responder a oscilações nas taxas de juro, nas taxas de câmbio ou nos preços.

Por conseguinte, contrariamente ao caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (HTC), a IFRS 9 não requer a definição de limiares em termos de frequência e significância das alienações para o modelo de negócios HTC&S.

Neste contexto, assumindo uma abordagem prudente, o Banco definiu um rácio de volume de negócios anual máximo para a carteira de títulos, permitindo distinguir este modelo de negócio do Outro modelo (isto é, ativos detidos para negociação), calculado como o rácio do valor total de alienações relativamente ao *stock* médio relativo ao exercício  $[(stock\ inicial + stock\ final)/2]$ .

Relativamente à reclassificação de ativos financeiros (excluindo títulos de capital próprio, que não são elegíveis para reclassificação), a IFRS 9 permite que uma entidade reclassifique os seus ativos financeiros noutras categorias de ativos financeiros se, e apenas se, o modelo de negócio para gestão desses ativos se alterar.

Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes de acordo com a norma, os ativos financeiros podem ser reclassificados de FVOCI para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (custo amortizado ou FVPL).

O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Mais concretamente, se um ativo financeiro for reclassificado ao custo amortizado, o respetivo justo valor à data de reclassificação é corrigido de modo a refletir os resultados acumulados reconhecidos na reserva de avaliação. Pelo contrário, se um ativo financeiro for reclassificado ao FVPL (justo valor por via dos resultados), os resultados acumulados anteriormente reconhecidos na reserva de avaliação são reclassificados de «capitais próprios» para «resultados do período».

Não são permitidas reclassificações para outras categorias de ativos financeiros, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros. Nesses casos, que devem ser muito pouco frequentes, os ativos financeiros podem ser reclassificados de FVOCI para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (custo amortizado ou FVPL). O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos prospetivamente a contar dessa data com os seguintes impactos:

- ▶ se um ativo financeiro for reclassificado ao custo amortizado, o respetivo justo valor à data de reclassificação é corrigido de modo a refletir os resultados acumulados reconhecidos na reserva de avaliação.
- ▶ Pelo contrário, se um ativo financeiro for reclassificado ao FVPL (justo valor por via dos resultados), os resultados acumulados anteriormente reconhecidos na reserva de avaliação são reclassificados de «capitais próprios» para «resultados do período».

## Crítérios de reconhecimento

O reconhecimento inicial dos ativos financeiros tem lugar na data de liquidação dos instrumentos de dívida e de capital próprio.

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos são mensurados ao justo valor, incluindo custos de transação ou rendimentos diretamente imputáveis ao instrumento.

## Crítérios de mensuração

Relativamente aos títulos de dívida, estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, com os juros reconhecidos ao custo amortizado na demonstração dos rendimentos sob a rubrica 10 «Juros e rendimentos similares». Os ganhos e perdas resultantes de uma alteração no justo valor são reconhecidos no capital próprio, na rubrica 110 «Reservas de reavaliação», exceto nos casos de perdas por imparidade, que são reconhecidas na rubrica 130 «Perdas/ganhos líquidos por imparidade para riscos de crédito associados a: b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

Os ganhos e perdas são reconhecidos em «Reservas de avaliação» até à alienação do ativo financeiro, quando os resultados acumulados são reconhecidos na demonstração dos rendimentos na rubrica 100 «Lucros (perdas) na alienação ou recompra de: b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

As alterações ao justo valor reconhecidas na rubrica 110 «Reservas de reavaliação» também são relatadas na demonstração do rendimento integral.

Os instrumentos de capitais próprios (ações) não transacionados num mercado ativo, cujo justo valor não possa ser determinado rapidamente devido à falta de fiabilidade da informação necessária para a mensuração do justo valor, são mensurados ao respetivo último justo valor mensurado de forma fiável.

Os instrumentos de capital classificados nesta categoria são avaliados ao justo valor e os montantes reconhecidos como contrapartida no capital próprio (outro rendimento integral) não devem ser transferidos para a demonstração dos rendimentos, nem mesmo em caso de alienação. Os únicos componentes dos instrumentos de capitais próprios abrangidos que são reconhecidos na demonstração dos rendimentos são os dividendos pertinentes.

Para efeitos da IFRS 9, a imparidade de ativos financeiros incluídos nestas categorias é reconhecida em três fases diferentes com base no nível de risco de crédito pertinente.

Mais concretamente, para instrumentos de Fase 1 (ativos financeiros não objeto de imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e instrumentos que não registem um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial), as perdas de crédito esperadas a 12 meses são reconhecidas na data de reconhecimento inicial e em cada data de relato subsequente.

Quando se trate de instrumentos de Fase 2 (ativos que registem um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas não objeto de imparidade de crédito) e de instrumentos de Fase 3 (exposições objeto de imparidade de crédito), pelo contrário, são reconhecidas as perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida.

No que se refere aos instrumentos de dívida, quaisquer circunstâncias que indiquem que o mutuário ou emitente esteja em dificuldades financeiras, tais como que prejudiquem a cobrança de capital principal ou de juros, constituem evidências de uma perda por imparidade.

Se houver uma evidência objetiva de imparidade, a perda acumulada que foi inicialmente reconhecida no capital próprio na rubrica 110 «Reservas de reavaliação» é transferida para a demonstração dos rendimentos na rubrica 130 «Perdas/ganhos líquidos por imparidade para riscos de crédito associados a: b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral». A quantia transferida para a demonstração dos rendimentos é igual à diferença entre a quantia escriturada do ativo (valor aquando do reconhecimento inicial líquido de quaisquer perdas por imparidade anteriores já reconhecidas na demonstração dos rendimentos) e o respetivo justo valor atual.

Se o justo valor de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder ser objetivamente atribuível a um evento relacionado com a melhoria da qualidade de crédito do devedor, que ocorra num período subsequente ao reconhecimento da imparidade na demonstração dos rendimentos, o ganho por imparidade é reconhecido e o montante do ganho é reconhecido na mesma rubrica da demonstração dos resultados. Isto não se aplica a títulos de capital próprio, que não são sujeitos a um teste de imparidade.

Após a reposição, a quantia escriturada não pode, em caso algum, exceder a mensuração ao custo amortizado, caso as perdas por imparidade não tenham sido reconhecidas.

As perdas/ganhos por imparidade são reconhecidos de acordo com os critérios de afetação por fases e com os seguintes parâmetros de risco: Probabilidade de incumprimento (PD), Perda em caso de incumprimento (LGD) e Exposição em caso de incumprimento (EAD) - definidos em conformidade com o parágrafo subsequente «Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros».

Os instrumentos de capital próprio não são testados em termos de imparidade.

### Critérios de desreconhecimento

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados são desreconhecidos quando os direitos contratuais expiram e quando, após a alienação, praticamente todos os riscos e vantagens relativos ao ativo financeiro vendido são transferidos. Por outro lado, se os riscos e vantagens resultantes dos ativos financeiros alienados forem substancialmente retidos, estes continuarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, embora a legítima titularidade destes ativos tenha sido efetivamente transferida.

## 3 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

### Critérios de classificação

De acordo com a norma IFRS 9, um ativo financeiro é incluído nesta categoria se forem satisfeitas as duas condições seguintes:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros para cobrança de fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio HTC); e
- Os prazos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem apenas pagamentos de capital principal e juros sobre o montante de capital principal em dívida (superação do teste SPPI).

Com base nas demonstrações contabilísticas previstas pela Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, do Banco de Itália, tal como alterada, esta rubrica da demonstração financeira deverá incluir:

- ▶ empréstimos concedidos e valores a receber de bancos nas diferentes formas técnicas;
- ▶ empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, nas várias formas técnicas, que incluem também os títulos de dívida classificados no modelo de negócio HTC e que superaram o teste SPPI.

Os empréstimos e valores a receber de bancos referem-se essencialmente às contas correntes ordinárias e aos empréstimos com contrapartes bancárias nas várias formas técnicas.

Os empréstimos concedidos e valores a receber de clientes são compostos sobretudo por instrumentos de dívida, valores a receber de devedores relativos a atividades de *factoring* e juros de mora, calculados com base nos valores a receber adquiridos numa base sem recurso, em conformidade com a legislação em vigor (Decreto Legislativo italiano n.º 231/2002 «Aplicação da Diretiva 2000/35/CE que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais»), bem como empréstimos concedidos a clientes sob as várias formas técnicas.

Os valores a receber pelo BFF resultantes de transações de *factoring* dizem quase exclusivamente respeito a transações de aquisição sem recurso que envolvem a transferência integral de todos os riscos e vantagens associados aos valores a receber.

### Modelo de negócio HTC

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em obter fluxos de caixa contratuais recebendo pagamentos durante o tempo de vida do instrumento.

Nem todos os ativos deverão ser necessariamente detidos até ao vencimento. A IFRS 9 apresenta os seguintes exemplos de casos em que a venda de ativos financeiros pode estar em consonância com o modelo de negócio HTC:

- ▶ As vendas são imputáveis ao risco de crédito acrescido de um ativo financeiro;
- ▶ As vendas são pouco frequentes (ainda que significativas em termos de valor) ou insignificantes a nível individual e na forma agregada (mesmo se frequentes);
- ▶ As vendas ocorrem próximo do vencimento do ativo financeiro e os rendimentos provenientes das vendas são próximos do montante dos fluxos de caixa contratuais remanescentes.

O Banco identificou limiares de significância em termos de frequência e volumes de vendas, necessários para analisar se o modelo de negócio HTC foi mantido.

Por conseguinte, no caso de alienações (em consonância com o modelo de negócio em questão), por força da prática do mercado comum, foi definida a percentagem de significância relativa aos volumes de vendas anuais, determinada como a soma do valor das alienações realizadas durante o exercício/a quantia escriturada da carteira HTC no início do exercício.

Relativamente à frequência das alienações, o BFF definiu um limiar mensal, conforme especificado no Quadro de Apetência pelo Risco (QAR), que é o quadro que define - em consonância com a capacidade de risco, o modelo de negócio e o plano estratégico - a apetência pelo risco, os limiares de tolerância em termos de risco, os limites de risco, as políticas de governação do risco e os processos pertinentes necessários para a sua definição e implementação.



Relativamente à reclassificação de ativos financeiros, a IFRS 9 permite que uma entidade reclassifique os seus ativos financeiros noutras categorias de ativos financeiros se, e apenas se, o modelo de negócio para gestão desses ativos se alterar.

Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes de acordo com a norma, os ativos financeiros podem ser reclassificados do custo amortizado para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (FVOCI ou FVPL).

O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Os ganhos ou perdas resultantes da diferença entre o custo amortizado de um ativo financeiro e o respetivo justo valor são reconhecidos na demonstração dos rendimentos no caso de uma reclassificação para FVPL, ou nos capitais próprios, no âmbito da reserva de avaliação pertinente, no caso de uma reclassificação para FVOCI.

### Critérios de reconhecimento

Relativamente aos valores a receber resultantes de transações de *factoring*, estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que normalmente corresponde à retribuição paga, incluindo custos e rendimentos da transação, que são diretamente imputáveis à aquisição ou provisão do ativo financeiro, embora não ainda liquidados.

Especificamente, os valores a receber sem recurso:

- ▶ adquiridos sem recurso, com transferência substancial de todos os riscos e benefícios, bem como dos fluxos de caixa, são inicialmente reconhecidos ao justo valor, representado pelo valor nominal do valor a receber, líquido de encargos e comissões cobradas ao cedente;
- ▶ se comprados por quantias inferiores à quantia nominal, são reconhecidos pela quantia efetivamente paga no momento da compra.

Relativamente aos ativos financeiros relacionados com empréstimos concedidos originados pelo Banco, estes são reconhecidos inicialmente à data do empréstimo. Estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor incluindo os montantes desembolsados, incluindo os custos de transação ou rendimentos diretamente atribuíveis ao instrumento. No que diz respeito aos empréstimos concedidos em particular, a data de desembolso é normalmente a data à qual o contrato é assinado. Se não for esse o caso, aquando da celebração do contrato será incluído um compromisso para desembolsar fundos, a liquidar na data em que o empréstimo é levantado.

Os títulos de dívida HTC possuem pagamentos fixos e determináveis e um vencimento fixo e podem ser utilizados para acordos de recompra, empréstimos concedidos ou outras operações de refinanciamento temporário.

Esses ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data de liquidação. Esta quantia normalmente corresponde à retribuição paga, incluindo os custos e rendimentos da transação.

### Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, igual ao valor original, deduzido do reembolso de capital principal e de perdas por imparidade, e acrescido de qualquer ganho por imparidade e amortização, calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva, tendo em conta a diferença entre a quantia desembolsada e a quantia a reembolsar aquando do vencimento, relativo a custos/rendimentos suplementares diretamente imputáveis ao valor a receber individual.

Concretamente, os valores a receber sem recurso adquiridos no âmbito das atividades de *factoring* levadas a cabo são mensurados ao custo amortizado, determinados com base no valor presente de futuros fluxos de caixa previstos, referentes ao capital principal e aos juros de mora corridos desde a data de vencimento do valor a receber e considerados como recuperáveis.

Dada a sua natureza, a nova data de vencimento desses valores a receber é a respetiva data prevista de cobrança, determinada no momento da fixação do preço e formalizada com o cedente no contrato de cessão.

Os rendimentos de juros (incluindo juros de mora) são reconhecidos na demonstração dos rendimentos apenas se for provável que sejam gerados fluxos de caixa positivos para a entidade e se o respetivo montante puder ser estimado de forma fidedigna. No caso em apreço, em consonância com o «Documento n.º 7, de 9 de novembro de 2016, do Banco de Itália/Consob/Ivass» relativo ao «Tratamento de juros de mora nas demonstrações financeiras nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2002 relativo a aquisições sem recurso de valores a receber produtivos», o BFF também incluiu a estimativa dos juros de mora recuperáveis no cálculo do custo amortizado, tendo em conta que:

- ▶ o modelo de negócio e a estrutura organizacional preveem que a recuperação sistemática dos juros de mora sobre os créditos produtivos a receber adquiridos sem recurso seja um elemento estrutural das atividades normais de gestão desses créditos;
- ▶ os referidos juros de mora, devido ao seu impacto sobre a composição de resultados, não constituem um elemento suplementar de transações de aquisição sem recurso, e foram considerados para uma análise completa dos perfis de rentabilidade prospetiva.

Além disso, o BFF Bank possui séries cronológicas de dados relativos a percentagens e prazos de cobrança - adquiridos por meio de ferramentas de análise adequadas - que lhe permite considerar que a estimativa de juros de mora incluída no cálculo do custo amortizado é suficientemente fiável e cumpre os requisitos de reconhecimento estabelecidos pela IFRS 15. Estas séries cronológicas são atualizadas anualmente aquando da elaboração das demonstrações financeiras, a fim de determinar as percentagens de cobrança estimadas e os prazos a utilizar para calcular os juros de mora. A alteração nas cobranças é depois analisada trimestralmente para confirmar as referidas percentagens nos relatórios periódicos.

No que diz respeito aos valores a receber do BFF Bank reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, a atualização das séries cronológicas confirmou uma percentagem de cobrança estimada muito superior a 50%. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras de 2023 manteve-se inalterada em relação a 2022, ou seja, nos 50%.

Além disso, convém recordar que, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança manteve-se em 2100 dias, valor atualizado aquando da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022.

Importa ainda recordar que as análises supra relativas às percentagens e prazos de cobrança dos juros de mora incluem também uma análise da percentagem de cobrança da indemnização por custos de cobrança («40 euros»).

Com base nos resultados decorrentes destas séries cronológicas, a partir do fecho das Demonstrações Financeiras separadas de 2022, o Banco decidiu contabilizar a referida indemnização de acordo com o princípio da especialização económica, com base nas percentagens de cobrança identificadas pelas séries cronológicas e nas análises realizadas em linha com as já aplicadas ao modelo de cálculo dos juros de mora.



A evolução das percentagens de cobrança ao longo dos anos, incluídas na série cronológica considerada, é significativamente superior a 50 % pelo que, por razões de prudência, esta percentagem foi utilizada como estimativa do montante relativo à referida indemnização que será cobrado no futuro e que foi reconhecido na rubrica 40 «Ativos Financeiros ao custo amortizado - empréstimos concedidos e valores a receber de clientes».

Em termos fiscais, a acumulação de receitas decorrentes do direito de cobrar os «40 euros» faz parte diretamente do lucro tributável, tal como previsto no artigo. 109.º, n.º 1 do TUIR (Lei italiana de imposto sobre o rendimento consolidado), («As receitas, as despesas e os outros elementos positivos e negativos, para os quais as regras anteriores da presente secção não estabelecem o contrário, contribuem para a formação do rendimento acumulado do exercício; todavia, as receitas, as despesas e os outros elementos para os quais, durante o exercício de especialização, a existência não é ainda certa ou o montante não é ainda objetivamente determinável, contribuirão para a formação dessas receitas no exercício em que essas condições se verificam.»), contrariamente ao estabelecido para os juros de mora, cujo tratamento fiscal está sujeito ao n.º 7 do mesmo artigo do TUIR («Em derrogação do n.º 1, os juros de mora contribuem para a formação do rendimento no exercício em que são recebidos ou pagos»). Não são reconhecidos impostos diferidos nas demonstrações financeiras separadas.

Após o reconhecimento inicial ao justo valor, os títulos HTC são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva. O montante resultante da aplicação deste método é reconhecido na demonstração dos rendimentos na rubrica 10 «Juros e rendimentos similares».

O Banco realiza a análise da carteira de valores a receber e de títulos HTC de modo a identificar quaisquer imparidades nos respetivos ativos financeiros. A IFRS 9 introduziu o conceito de «perdas de crédito esperadas» para os ativos financeiros incluídos na presente rubrica das demonstrações financeiras. As perdas de crédito esperadas são uma estimativa da probabilidade ponderada de perdas de crédito durante o tempo de vida previsto do instrumento financeiro. De acordo com este conceito, não têm necessariamente de ocorrer perdas antes do seu reconhecimento nas demonstrações financeiras separadas; por conseguinte, regra geral, todos os ativos financeiros implicarão o reconhecimento de uma provisão.

A abordagem adotada é representada pelo modelo geral de deterioração, que prevê uma classificação em 3 fases. Estas fases refletem a deterioração da qualidade do crédito dos instrumentos financeiros incluídos no âmbito de aplicação da IFRS 9.

A cada data de relato anual ou intercalar, a entidade avalia se terá ocorrido uma alteração significativa no risco de crédito face ao reconhecimento inicial. Em caso positivo, tal irá resultar numa mudança de fase: o modelo é simétrico, e os ativos podem ser movimentados entre as diferentes fases.

Para ativos classificados na Fase 1, a provisão para perdas relativa a cada ativo financeiro individual é determinada com base nas perdas de crédito esperadas no período de 12 meses (insuficiências dos fluxos de caixa contratuais estimadas tendo em conta o potencial incumprimento nos 12 meses seguintes), ao passo que para os ativos classificados nas Fases 2 e 3 os cálculos se baseiam nas perdas de crédito esperadas ao longo do tempo de vida (insuficiências dos fluxos de caixa contratuais estimadas tendo em conta o potencial incumprimento ao longo da vida residual do instrumento financeiro).

Se existirem evidências objetivas de imparidade e o ativo estiver classificado na Fase 3, as perdas são mensuradas como a diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, deduzidas utilizando a taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

O montante das perdas é determinado com base numa avaliação individual e, posteriormente, atribuído individualmente a cada posição, tendo em consideração informação prospetiva (*forward-looking*) e possíveis cenários de recuperação alternativos. Os ativos objeto de imparidade de crédito incluem instrumentos financeiros aos quais foi atribuído o estatuto de «crédito mal parado, com probabilidade reduzida de pagamento» ou «vencido/a descoberto» há mais de 90 dias, em conformidade com as regras do Banco de Itália, que estão em consonância com as disposições das IAS/IFRS e da regulamentação Europeia. Os fluxos de caixa estimados têm em conta o prazo de recuperação estimado e o valor realizável estimado de quaisquer garantias.

Aquando do reconhecimento da imparidade, a quantia escriturada do ativo é reduzida em conformidade e a perda é reconhecida na demonstração dos rendimentos na rubrica 130 «Perdas/ganhos líquidos por imparidade para riscos de crédito associados a: a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado».

Se, num período subsequente, o montante de uma perda por imparidade diminuir e essa diminuição puder ser objetivamente atribuível a um evento relacionado com a melhoria da qualidade de crédito do devedor que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. Após a reposição, a quantia escriturada não pode, em caso algum, exceder a mensuração ao custo amortizado, caso as perdas por imparidade não tenham sido reconhecidas. O montante da reposição é reconhecido na mesma rubrica da demonstração dos rendimentos.

As correções/reversões de imparidades são reconhecidas de acordo com os critérios de afetação de fases e com os parâmetros de risco seguintes: Probabilidade de incumprimento (PD), Perda em caso de incumprimento (LGD) e Exposição em caso de incumprimento (EAD) - definidos em conformidade com o parágrafo subsequente «Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros».

### Crítérios de desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais sobre fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou se a entidade transferir o ativo financeiro e essa transferência cumprir os critérios de elegibilidade para desreconhecimento.

Os valores a receber alienados apenas são desreconhecidos se todos os riscos e vantagens relativos aos mesmos tiverem sido transferidos.

Por outro lado, se os riscos e vantagens forem retidos, os valores a receber alienados continuarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, embora a legítima titularidade desses ativos seja efetivamente transferida.

## 4 - Operações de cobertura

### Critérios de reconhecimento

O Banco exerceu a opção, ao abrigo da IFRS 9, de continuar a aplicar as regras da IAS 39 às operações de cobertura, mesmo após a introdução da IFRS 9.

As «operações de cobertura» envolvem a designação de um instrumento financeiro capaz de compensar em parte ou na totalidade os ganhos ou perdas resultantes de uma alteração do justo valor ou dos fluxos de caixa do instrumento coberto. A intenção de cobertura deve ser formalmente declarada, não deve ser retroativa e deve estar em consonância com a estratégia de cobertura de risco adotada pela direção do BFF. Nos termos da IAS 39, os derivados só podem ser contabilizados como instrumentos de cobertura em determinadas condições, ou seja, quando a relação de cobertura é:

- ▶ claramente definida e documentada;
- ▶ mensurável;
- ▶ atualmente eficaz.

Os instrumentos financeiros derivados designados como coberturas são inicialmente reconhecidos ao justo valor.

As operações de cobertura são designadas para compensar possíveis perdas atribuíveis a tipos de riscos específicos.

Os possíveis tipos de coberturas são os seguintes:

- ▶ Coberturas ao justo valor: destinam-se a cobrir a exposição a alterações no justo valor de uma rubrica da demonstração da posição financeira;
- ▶ Coberturas de fluxos de caixa: destinam-se a cobrir a exposição a alterações nos fluxos de caixa futuros associados a determinadas rubricas da demonstração da posição financeira;
- ▶ Coberturas de um investimento líquido numa operação estrangeira.

As coberturas podem ser realizadas utilizando contratos derivados (incluindo a aquisição de opções) e instrumentos financeiros não derivados (para cobrir apenas o risco cambial). Na demonstração da posição financeira, os instrumentos derivados de cobertura são classificados na rubrica 50 «Derivados de cobertura» entre os ativos ou na rubrica 40 «Derivados de cobertura» entre os passivos, respetivamente, dependendo do facto de o respetivo justo valor ser positivo ou negativo à data de relato anual ou intercalar.

### Critérios de mensuração

Os instrumentos financeiros derivados designados como coberturas são reconhecidos e mensurados ao respetivo justo valor.

Quando um instrumento financeiro é classificado como uma cobertura, o Banco, tal como indicado acima, documenta formalmente a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, verificando tanto no início da relação como ao longo da sua duração, que a cobertura pelo derivado é efetiva na compensação de alterações do justo valor ou dos fluxos de caixa do elemento coberto. Uma cobertura é considerada efetiva se, tanto no início como durante o período de vida, as alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa do elemento coberto forem compensadas por alterações no justo valor do derivado de cobertura.

Consequentemente, a eficácia é avaliada comparando as alterações acima mencionadas, tendo em conta o objetivo pretendido pela entidade ao entrar na cobertura. Uma cobertura é efetiva (dentro dos limites estabelecidos pelo intervalo de 80-125 %) quando as alterações esperadas e efetivas no justo valor ou nos fluxos de caixa do instrumento financeiro de cobertura compensam quase inteiramente as alterações no elemento coberto.

A eficácia é avaliada a cada data de relato anual ou intercalar, utilizando:

- ▶ testes prospetivos, que comprovam a aplicação da contabilização de cobertura, uma vez que estes confirmam a eficácia prevista da cobertura;
- ▶ testes retrospectivos, que indicam o nível de eficácia da cobertura alcançado no período a que estes se referem, mensurando em que medida os resultados reais divergiram face aos de uma cobertura perfeita.

O tratamento contabilístico dos resultados decorrentes das alterações do justo valor varia de acordo com o tipo de cobertura:

- ▶ Coberturas ao justo valor: as alterações no justo valor do elemento coberto atribuíveis exclusivamente ao risco coberto são reconhecidas na demonstração dos rendimentos, tal como acontece com as alterações no justo valor do instrumento derivado de cobertura; quaisquer diferenças, se existirem, que representam a ineficácia parcial da cobertura, correspondem consequentemente aos rendimentos líquidos;
- ▶ Coberturas de fluxos de caixa: as alterações no justo valor do derivado são reconhecidas nos capitais próprios, no referente à parte efetiva da cobertura, e são reconhecidas nos rendimentos apenas quando, relativamente ao elemento coberto, exista uma variabilidade nos fluxos de caixa que tem de ser compensada, ou no referente à parte não efetiva da cobertura;
- ▶ Coberturas de um investimento líquido numa operação estrangeira: aplica-se o mesmo método de contabilização utilizado para as coberturas de fluxos de caixa.

A afetação de rendimentos às rubricas pertinentes da demonstração dos rendimentos é efetuada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- ▶ As diferenças vencidas sobre instrumentos derivados de cobertura do risco da taxa de juro (além do juro das posições sujeitas a cobertura) são afetadas à rubrica 10 «Juros e rendimentos similares», ou à rubrica 20, «Juros e encargos similares», consoante o sinal da diferença, ou seja, se é positivo ou negativo;
- ▶ As variações negativas ou positivas do justo valor resultantes da mensuração do justo valor relativos aos instrumentos derivados de cobertura ou das posições cobertas são imputadas à rubrica 90 «Lucro (perda) líquido de cobertura»;
- ▶ Os resultados no justo valor provenientes da mensuração de derivados de cobertura designados sob a forma de uma cobertura de fluxos de caixa, relativos à parte efetiva, são afetados a uma reserva de avaliação de capital próprio especial designada «Reserva de cobertura», líquida do efeito de imposto diferido. No que se refere à parte não efetiva, estas alterações são registadas na demonstração dos rendimentos da rubrica 90, «Lucro (perda) líquido de cobertura».

### Critérios de desreconhecimento

O tratamento contabilístico das operações de cobertura é interrompido nos seguintes casos: a) uma cobertura realizada através de um derivado cessa ou deixa de ser altamente eficaz; b) o elemento coberto foi vendido ou resgatado; c) a operação de cobertura é revogada antecipadamente; ou d) o derivado venceu, foi alienado, liquidado ou exercido.

Se a eficácia da cobertura não for confirmada, a parte do contrato de derivado que já não fornecer uma cobertura (*over-hedging*) é reclassificada como detida para negociação. Se a interrupção da relação de cobertura se dever à alienação ou liquidação do instrumento de cobertura, o elemento coberto deixa de o ser e é novamente mensurado de acordo com os critérios aplicáveis à carteira a que pertence.

Os ativos e passivos financeiros de cobertura são desreconhecidos quando deixam de existir direitos contratuais [por exemplo, expiração do contrato, encerramento antecipado exercido de acordo com as cláusulas contratuais - o chamado efeito financeiro (*unwinding*)] para receber fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, dos ativos/passivos sujeitos a cobertura, e/ou do derivado designado sob a forma de cobertura ou quando os ativos/passivos financeiros são alienados, deste modo transferindo substancialmente todos os riscos e vantagens associados aos mesmos.

## 5 - Investimentos em capitais próprios

### Critérios de classificação

O termo «investimento em capitais próprios» refere-se a investimentos no capital de outras empresas, geralmente representados por ações ou quotas e classificados como investimentos em subsidiárias e associadas. Concretamente:

- ▶ Subsidiária: uma empresa sobre a qual o Banco exerce um «controlo dominante», ou seja, o poder para determinar escolhas administrativas e operacionais e para obter os benefícios relacionados;
- ▶ Empresa associada: uma empresa sobre a qual o investidor exerce uma influência significativa e que não é uma subsidiária nem um empreendimento conjunto para o investidor.

A posse - direta ou indireta através de subsidiárias - de 20 % ou mais dos votos exercíveis na Assembleia de Acionistas da empresa beneficiária é um pré-requisito para uma influência significativa.

### Critérios de mensuração

Os investimentos em capitais próprios em subsidiárias não consolidadas são mensurados ao custo, corrigidos de perdas por imparidade conforme necessário.

Se existirem evidências objetivas de que o valor de um investimento em capitais próprios pode ter sido reduzido, a quantia recuperável do investimento em capitais próprios será estimado tendo em conta o valor descontado dos fluxos de caixa futuros que o investimento em capitais próprios poderia gerar, incluindo o valor de alienação final, ou considerando a metodologia dos múltiplos de mercado como alternativa aos fluxos de caixa futuros (teste de imparidade).

Se não for possível reunir informação suficiente, o valor a utilizar é considerado o valor dos capitais próprios da empresa.

Caso a quantia recuperável seja inferior à quantia escriturada, a diferença é reconhecida na demonstração dos rendimentos na rubrica 220 «Lucros (perdas) de investimentos em capitais próprios».

Se os motivos de imparidade deixarem de se aplicar em resultado de um evento subsequente que ocorra após o reconhecimento da alteração de valor, as respetivas reduções são atribuídas à mesma rubrica da demonstração dos rendimentos mas até ao limite do custo do investimento antes das reduções.

Os dividendos de sociedades participadas são registados no exercício em que são objeto de resolução na rubrica 70 «Dividendos e rendimentos similares».

### Critérios de desreconhecimento

Os investimentos em capitais próprios são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes dos ativos expiram, ou quando o investimento é alienado com uma transferência substancial de todos os riscos e vantagens relacionados.

## 6 - Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

### Critérios de classificação

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento incluem os terrenos, as propriedades instrumentais, as instalações técnicas, o mobiliário, os acessórios e o equipamento de qualquer tipo.

Incluem também ativos sob direito de uso e relacionados com o uso de uma rubrica de propriedade e equipamento (para locatários), ativos concedidos numa locação operacional (para locadores), bem como melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos próprios e ativos sob direito de uso.

As melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos de terceiros derivados de acordos de locação nos termos da IFRS 16, dos quais se esperam benefícios futuros, são reconhecidas:

- ▶ se forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «80. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», na categoria mais apropriada;
- ▶ se não forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «80. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», como um aumento dos ativos sob direito de uso, reconhecido com base nas disposições da IFRS 16, a que se referem.

As melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos de terceiros que não os acima mencionados são reconhecidas:

- ▶ se forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «80. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», na categoria mais apropriada;
- ▶ se não forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «120. Outros ativos».

Propriedades instrumentais são as propriedades detidas (ou propriedades detidas ao abrigo de uma locação financeira) utilizadas na produção e prestação de serviços ou para fins administrativos, com uma vida útil superior a um ano.

### Critérios de reconhecimento

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são inicialmente reconhecidos ao custo, que inclui todos os custos necessários para colocar o ativo em condições de ser utilizado para a sua utilização prevista (custos de transação, honorários profissionais, custos diretos de entrega incorridos para levar o ativo para o local atribuído, custos de instalação, custos de desmantelamento).

Os custos incorridos posteriormente são acrescentados à quantia escriturada do ativo ou reconhecidos como um ativo separado apenas quando for provável que existam benefícios económicos futuros superiores aos inicialmente previstos e que o custo possa ser mensurado de forma fidedigna (por exemplo, custos de manutenção extraordinários). Outras despesas incorridas posteriormente (por exemplo, custos de manutenção ordinários) são reconhecidas, no período incorrido, na demonstração dos rendimentos na rubrica 160 b) «Outras despesas administrativas», se estas forem referentes a ativos utilizados nas atividades comerciais do Grupo.

Esta rubrica também inclui ativos utilizados pelo Banco na qualidade de locatário em acordos de locação - «Direito de uso» (IFRS 16).

À data de entrada em vigor, o Banco, na qualidade de locatário, deve reconhecer o «ativo sob direito de uso» ao custo, que deverá incluir: a) o montante da mensuração inicial do passivo de locação; b) quaisquer pagamentos de locação efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebidos; c) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário, isto é, custos incrementais de obtenção de uma locação que não seriam incorridos se a locação não fosse obtida, exceto no referente aos custos incorridos por um fabricante ou comerciante locador em associação a uma locação; e d) uma estimativa dos custos a incorrer pelo locatário no desmantelamento e remoção do ativo subjacente, restituição do local em que o ativo está situado ou devolver o ativo subjacente ao estado exigido pelos termos e condições da locação, exceto se esses custos forem incorridos para produzir existências.

O ativo sob direito de uso referente a locações vincendas à data de aplicação inicial da IFRS 16 foi reconhecido ao abrigo da «Abordagem retrospectiva alterada».

O Banco não considera o IVA como um componente de pagamentos de locação para efeitos de cálculo das medidas da IFRS 16 (Ativo sob direito de uso e passivo de locação, para o qual se deve consultar a linha da rubrica «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado»).

### Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são escriturados pelo custo, líquido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade, se as houver. A depreciação começa a partir da data em que os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento estão prontos para o uso pretendido pela gestão.

Esses ativos são depreciados numa base linear ao longo dos respetivos períodos de vida útil estimados, entendido como o período durante o qual é expectável que um ativo ou bem contribua para as operações da empresa, adotando o método da linha reta como o critério de depreciação. A estimativa do período de vida útil é apresentada abaixo:

- ▶ edifícios: 33 anos;
- ▶ mobiliário: 9 anos;
- ▶ equipamentos: 5 anos;
- ▶ máquinas: 3 anos;
- ▶ outros: 4 anos.

Os terrenos e edifícios são tratados separadamente para efeitos contabilísticos, mesmo se adquiridos conjuntamente. Os terrenos não são sujeitos a depreciação uma vez que, por norma, possuem um período de vida útil indeterminado.

A vida útil estimada dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento é revista no final de cada período de relato anual ou intercalar, tendo em conta as condições de utilização dos ativos, as condições de manutenção, a obsolescência esperada, etc., e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a despesa de depreciação para o período corrente e para os períodos subsequentes é ajustada.

Os ativos artísticos não são depreciados, uma vez que o seu período de vida útil não pode ser estimado e o seu valor normalmente não diminui com o tempo.

À data em que as Normas Internacionais de Contabilidade (1 de janeiro de 2005), os edifícios propriedade do Banco e utilizados nas suas atividades empresariais foram mensurados ao justo valor, tendo-se tornado a nova quantia escriturada dos ativos a partir dessa data.

Se existirem evidências objetivas de que um ativo foi objeto de imparidade, a quantia escriturada do ativo é comparada com a quantia recuperável, igual ao justo valor mais alto deduzido dos custos de alienação e do respetivo valor de uso, isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros previsivelmente derivados do ativo. Quaisquer correções à quantia escriturada do ativo são reconhecidas na demonstração dos rendimentos na rubrica 180 «Depreciação e perdas por imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento».

Se uma perda por imparidade for revertida, a nova quantia escriturada não pode exceder a quantia escriturada que teria sido atribuída ao ativo se não tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade em exercícios anteriores.

Em cada data de relato anual ou intercalar, o Banco avalia se existe qualquer indicação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento. Se for identificada uma perda, a quantia escriturada é comparada com a quantia recuperável, entendida como a mais alta entre o justo valor e o valor de uso.

### Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento representados por ativos sob direito de uso objeto de contratos de locação

Segundo a IFRS 16, uma locação é um contrato ou parte de um contrato que transfere o direito de utilizar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contrapartida. Uma locação financeira transfere essencialmente para o locatário (utilizador) todos os riscos e vantagens decorrentes da propriedade do ativo. Caso contrário, o contrato é classificado como uma locação operacional. O início de uma locação é a data a partir da qual o locatário está autorizado a exercer o seu direito de utilizar o ativo em regime de locação. Coincide com a data do reconhecimento inicial da locação e inclui mesmo períodos sem renda, ou seja, períodos contratuais em que o locatário utiliza o ativo gratuitamente. No início de um contrato, o locatário reconhece:

- ▶ um ativo que consiste no direito de uso do ativo subjacente ao contrato de locação. O ativo é reconhecido ao custo, calculado como a soma de:
  - o passivo de locação;
  - pagamentos de locação efetuados na ou antes da data efetiva de início da locação (líquidos dos incentivos de locação já recebidos);
  - custos diretos iniciais, e
  - quaisquer custos (estimados) para alienar ou restaurar o ativo subjacente à locação;
- ▶ um passivo financeiro decorrente do contrato de locação (passivo de locação) correspondente ao valor atual dos pagamentos devidos pela locação. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juro implícita, se determinável; caso contrário, é utilizada a taxa de juro de financiamento marginal do locatário.

Sempre que um contrato de locação contenha «componentes que não são de locação» (por exemplo, a prestação de serviços, tais como manutenção de rotina, a contabilizar de acordo com a IFRS 15), o locatário deve contabilizar separadamente as «componentes de locação» e as «componentes que não são de locação» e distribuir o preço do contrato entre as várias componentes com base nos respetivos preços.



O locatário pode optar por reconhecer os pagamentos de locação:

- ▶ diretamente, transpondo-os diretamente para demonstração dos rendimentos, numa base linear durante todo o período de vigência do contrato de locação;
- ▶ de acordo com outro método sistemático representativo da forma como os benefícios económicos são recebidos, no caso de locações a curto prazo (com uma duração igual ou inferior a 12 meses) que não incluam uma opção de compra do ativo em regime de locação por parte do locatário e de locações em que o ativo subjacente seja de baixo valor.

O prazo de locação é determinado tendo em conta:

- ▶ os períodos abrangidos por uma opção de prorrogação, em que o exercício da opção de prorrogação é razoavelmente certo;
- ▶ os períodos abrangidos por uma opção de rescisão da locação, se o exercício da opção de rescisão for razoavelmente certo.

Durante o período de vigência do contrato de locação, o locatário deve:

- ▶ mensurar o ativo sob direito de uso ao custo, líquido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas determinadas e contabilizadas de acordo com as disposições da IAS 36 - «Imparidade de ativos», corrigidos para ter em conta qualquer reexpressão de passivos de locação;
- ▶ aumentar o passivo decorrente da operação de locação após a acumulação de despesas com juros calculados à taxa de juro implícita da locação, ou, em alternativa, à taxa de financiamento marginal e reduzi-la para pagamentos de capital principal e juros.

Em caso de alterações nos pagamentos da locação, o passivo deve ser reexpresso; o impacto da reexpressão do passivo é contabilizado como uma contrapartida do ativo sob direito de uso.

### Critérios de desreconhecimento

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são desreconhecidos quando são alienados ou quando já não se esperam benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

O ativo sob direito de uso decorrente de contratos de locação é desreconhecido no final da locação.

## 7 - Ativos intangíveis

### Critérios de classificação

Os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física que se espera que sejam utilizados durante mais de um exercício, controlados pelo Banco e dos quais é provável que surjam benefícios económicos futuros.

Caso alguma das características supracitadas não esteja presente, o custo para adquirir e gerar internamente o ativo é registado sob a forma de um custo no período em que este foi incorrido.

Os ativos intangíveis são compostos sobretudo por *software* para utilização a longo prazo e *goodwill*, resultantes de contratos ou de novas aquisições.

### Critérios de reconhecimento

Os ativos intangíveis são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas anuais ou intercalares ao custo de aquisição, incluindo custos diretos incorridos para colocar em uso o ativo e acrescidos de quaisquer custos incorridos posteriormente para aumentar as funções económicas iniciais, deduzidas quaisquer amortizações acumuladas e perdas por imparidade, se existentes.

Os ativos intangíveis também incluem *goodwill*, sendo a diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida, representativa da capacidade do investimento para produzir lucros futuros. Se esta diferença for negativa (*badwill*) ou se o investimento não for capaz de produzir lucros futuros, a diferença é imediatamente reconhecida na demonstração dos rendimentos.

### Critérios de mensuração

Os ativos intangíveis com uma vida útil definida são sistematicamente amortizados numa base linear de acordo com as suas vidas úteis previstas. As vidas úteis são normalmente estimadas da seguinte forma:

- ▶ *software*: máximo de 4 anos;
- ▶ outros ativos intangíveis: máximo de 10 anos.

Se existirem evidências objetivas de que um ativo foi objeto de imparidade, a quantia escriturada do ativo é comparada com a quantia recuperável, igual ao justo valor mais alto deduzido dos custos de alienação e do respetivo valor de uso, isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros previsivelmente derivados do ativo. Qualquer imparidade do ativo é reconhecida na demonstração dos rendimentos na rubrica 190 «Amortização e perdas líquidas por imparidade em ativos intangíveis».

Se for reconhecido um ganho por imparidade, a nova quantia escriturada não pode exceder a quantia escriturada que teria sido atribuída ao ativo se não tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade em exercícios anteriores.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 foi realizado o teste de imparidade ao ativo intangível «Relações com Clientes» da Unidade de Negócio de Serviços de Títulos, resultante da finalização da PPA subsequente à fusão do DEPObank em 2021, e face às alterações significativas que se verificam na composição da carteira de clientes. Os resultados desta atividade levaram ao reconhecimento de uma perda parcial por imparidade na quantia escriturada por via dos resultados. Para mais informações, consultar a Parte B das Notas anexas às demonstrações financeiras separadas na rubrica 90 «Ativos Intangíveis».

### Critérios de desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido após a sua alienação ou quando já não forem expectáveis benefícios económicos futuros provenientes do seu uso ou alienação, e qualquer diferença entre os proventos da alienação ou a quantia recuperável e a quantia escriturada é reconhecida na demonstração dos rendimentos na rubrica 250 «Ganhos (perdas) na alienação de investimentos».



## 8 - Ativos não correntes detidos para venda ou operações descontinuadas

A rubrica de ativos 110 «Ativos não correntes detidos para venda ou operações descontinuadas» e a rubrica de passivos «Passivos associados a ativos detidos para alienação» incluem ativos não correntes ou grupos de ativos/passivos relativamente aos quais foi iniciado um processo de alienação e cuja venda é considerada altamente provável. Estes ativos/passivos são mensurados pelo menor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de venda, com exceção de certos tipos de ativos (por exemplo, ativos financeiros abrangidos pelo âmbito de aplicação da IFRS 9) para os quais a IFRS 5 exige especificamente a aplicação dos critérios de avaliação da norma contabilística aplicável.

## 9 - Impostos correntes e diferidos

Os impostos sobre o rendimento são calculados em conformidade com a legislação fiscal em vigor nos diferentes países em que o Banco opera.

A carga fiscal consiste no montante total dos impostos sobre o rendimento correntes e diferidos, incluídos no cálculo do resultado do exercício.

Os ativos e passivos por impostos correntes incluem o saldo líquido das posições fiscais do Banco relativamente às autoridades fiscais. Em particular, estes elementos incluem o saldo líquido dos passivos por impostos correntes do exercício, calculado de acordo com uma estimativa prudencial da carga fiscal devida para o exercício, determinado com base no código fiscal corrente, e os ativos por impostos correntes representados por pré-pagamentos efetuados no decurso do exercício. Os impostos correntes correspondem à quantia de impostos sobre o rendimento devidos para o exercício.

Os passivos por impostos diferidos correspondem ao montante dos impostos sobre o rendimento devidos em períodos futuros e referem-se a diferenças temporárias tributáveis que surgiram durante o exercício ou em exercícios anteriores. Os ativos por impostos diferidos correspondem ao montante dos impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros e referem-se a diferenças temporárias dedutíveis que surgiram durante o exercício ou em exercícios anteriores.

A quantia do imposto de um ativo ou de um passivo é o valor atribuído ao ativo ou passivo em questão de acordo com a legislação fiscal em vigor. Um passivo por impostos diferidos é reconhecido em todas as diferenças temporárias tributáveis em conformidade com a IAS 12. Um ativo por impostos diferidos é reconhecido em todas as diferenças temporárias dedutíveis em conformidade com a IAS 12, apenas na medida em que é provável que venha a existir lucro tributável futuro face ao qual é possível compensar a diferença temporária dedutível.

Os ativos por impostos diferidos são registados na rubrica 100 b) dos ativos. Os passivos por impostos diferidos são registados na rubrica 60 b) dos passivos. Os ativos e passivos por impostos diferidos são constantemente acompanhados e são registados aplicando as taxas de tributação que é expectável serem aplicadas no período em que o ativo por impostos será realizado, ou em que o passivo por impostos será extinto, com base nas taxas de tributação e na lei fiscal estabelecidas pelas disposições em vigor.

A contrapartida contabilística referente a ativos e passivos por impostos correntes e diferidos normalmente é composta pela demonstração dos rendimentos, rubrica 270 «Impostos sobre o rendimento sobre lucros (perdas) de operações continuadas».

Nos casos em que os ativos e passivos por impostos diferidos são referentes a transações que estão diretamente relacionadas com capitais próprios sem afetar os resultados (tais como as correções resultantes da adoção pela primeira vez da IFRS, e as mensurações de instrumentos financeiros ao justo valor por via de outro rendimento

integral ou derivados de cobertura de fluxos de caixa), estes são reconhecidos através dos capitais próprios, afetando quaisquer reservas pertinentes (por exemplo, reservas de avaliação).

A dimensão da provisão para impostos é ajustada de modo a satisfazer encargos que possam surgir de quaisquer avaliações já transmitidas ou, em qualquer caso, de disputas pendentes com a autoridade tributária.

## 10 - Provisões para riscos e encargos

### Critérios de registo/classificação

As provisões para riscos e encargos cobrem custos e despesas de uma determinada natureza, cuja existência é certa ou provável, que, no final do exercício, são incertas relativamente à quantia ou à calendarização.

Os acréscimos às provisões para riscos e encargos apenas são reconhecidos quando:

- ▶ tenha surgido uma obrigação presente em resultado de um acontecimento passado;
- ▶ após a sua manifestação, a obrigação é onerosa;
- ▶ possa ser feita uma estimativa fiável do montante da obrigação.

### Provisões para riscos e encargos relativos a compromissos e garantias concedidas

Esta rubrica inclui provisões para risco de crédito destinadas a compromissos e garantias de empréstimo concedidos que se enquadram no âmbito das regras de imparidade constantes na IFRS 9. Neste caso, o Grupo adota os mesmos métodos para afetar rubricas às três fases de risco de crédito e calcular as perdas de crédito esperadas como as descritas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral.

### Benefícios pós-emprego e obrigações similares

Os benefícios pós-emprego são constituídos na implementação de acordos de empresa e são qualificados como planos de benefícios definidos. Os passivos relacionados com esses planos e o custo relativo do serviço corrente são determinados com base em pressupostos atuariais, aplicando o método atuarial do Método da Unidade de Crédito Projetada, que envolve a projeção de desembolsos futuros com base em análises estatísticas históricas e na curva demográfica, bem como o desconto financeiro de tais fluxos com base numa taxa de juro de mercado. As contribuições efetuadas em cada exercício são consideradas como unidades separadas, reconhecidas e avaliadas individualmente para determinar a obrigação final. A taxa de desconto é determinada com base nas rendibilidades do mercado relativas às datas de avaliação das principais obrigações societárias, tendo em conta a duração média residual do passivo. O valor presente da obrigação à data de relato também é corrigido pelo justo valor de quaisquer ativos ao serviço do plano.

Os ganhos e perdas atuariais (ou alterações no valor presente da obrigação decorrentes de alterações nos pressupostos atuariais e correções baseados na experiência passada) são apresentados na demonstração do rendimento integral.

Conforme exigido pela IAS 19, as provisões para riscos e encargos incluem a mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.

A mensuração dessas obrigações nas demonstrações financeiras separadas é efetuada, se necessário, com base em cálculos atuariais, determinando o encargo à data de mensuração com base em pressupostos demográficos e financeiros.

#### Outras provisões

As provisões para riscos e encargos são passivos com um montante ou vencimento incertos reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas na medida em que:

- ▶ existe uma obrigação presente (legal ou implícita) devido a um evento passado;
- ▶ é provável um desembolso de recursos financeiros para cumprir a obrigação;
- ▶ é possível estimar com fiabilidade o provável desembolso futuro.

Tais provisões incluem montantes reservados para presumíveis perdas em processos judiciais contra o Banco.

Quando o elemento tempo é relevante, as provisões são descontadas utilizando as taxas de mercado atuais. A provisão e os aumentos devidos ao fator tempo são reconhecidos na demonstração dos rendimentos. Em particular, quando o valor atual da provisão tiver sido reconhecido, o aumento da quantia escriturada da provisão registada nas demonstrações financeiras separadas em cada ano para refletir a passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

As provisões reconhecidas, bem como os passivos contingentes, são revistos em cada data de relato anual ou intercalar e corrigidos de modo a refletir a melhor estimativa atual. Se já não for provável a necessidade de utilizar recursos para cumprir a obrigação, a provisão é revertida com uma contrapartida na demonstração dos rendimentos.

As provisões para riscos e encargos também incluem as provisões para risco de crédito destinadas a compromissos de empréstimo e garantias concedidas que se enquadram no âmbito das regras de imparidade constantes na IFRS 9. Ao abrigo da IFRS 9, as perdas de crédito esperadas sobre compromissos e garantias concedidas serão determinadas com base no risco de crédito inicial do compromisso, com início na data em que esse compromisso foi assumido. Regra geral, neste caso, o Grupo adota os mesmos métodos para afetar rubricas às três fases de risco de crédito e calcular as perdas de crédito esperadas como as descritas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral.

A provisão para perdas relevante será reconhecida sob a forma de um passivo na Demonstração da Posição Financeira na rubrica «100: «Provisões para riscos e encargos: a) compromissos e garantias concedidas».

#### Critérios de desreconhecimento

O desreconhecimento ocorre quando se extinguiram a obrigação ou o passivo contingente que geraram o reconhecimento de uma provisão.

## 11 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

#### Critérios de classificação

Um instrumento financeiro emitido é classificado como um passivo quando, com base na substância do acordo contratual, existe uma obrigação contratual de fornecer dinheiro ou outro ativo financeiro a outra parte.

Esta rubrica inclui elementos como «Dívidas a bancos», «Dívidas a clientes» e «Títulos de dívida emitidos». Os instrumentos financeiros (além dos passivos negociáveis e dos mensurados ao justo valor) que representam as diferentes formas de financiamento de terceiros são afetados a essas rubricas.

Além disso, os valores a pagar incorridos pelo Banco na qualidade de locatário ao abrigo de locações também estão incluídos.

As despesas com juros são registadas na demonstração dos rendimentos na rubrica 20 «Juros e encargos similares».

#### Critérios de reconhecimento

Esses passivos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data de liquidação. Esta quantia normalmente corresponde à retribuição recebida deduzida dos custos da transação diretamente imputáveis ao passivo financeiro. Os títulos estruturados são desagregados nos respetivos elementos básicos, que são registados separadamente, quando os componentes de derivado implícitos nos mesmos são de natureza económica, os riscos presentes são diferentes dos existentes nos títulos subjacentes e podem ser configurados como derivados autónomos.

Este elemento da linha inclui também os valores a pagar relativos a ativos utilizados pelo Banco na qualidade de locatário ao abrigo de locações - o chamado «Passivo da locação» (IFRS 16), que inclui os seguintes pagamentos relativos ao direito de uso do ativo subjacente: a) pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebíveis; b) pagamentos de locação variáveis dependentes de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa conforme na data de entrada em vigor; c) montantes que se espera que sejam passíveis de pagamento pelo Banco ao abrigo de garantias de valor residual; d) o preço de exercício de uma opção de compra caso o locatário esteja razoavelmente certo de exercer essa opção; e e) pagamento de penalizações por rescisão da locação, caso o prazo de locação reflita o exercício por parte do locatário de uma opção para rescindir a locação.

Os juros são registados na demonstração dos rendimentos na rubrica 20 «Juros e encargos similares».

#### Critérios de mensuração

As quantias de dívidas a bancos e a clientes e títulos de dívida emitidos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juro efetivo.

Os títulos de dívida emitidos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juro efetivo.

Durante o período de uso do ativo, a quantia escriturada do Passivo de locação é acrescida pelos gastos com juros acumulados e reduzida pelos pagamentos efetuados ao locador.

#### Critérios de desreconhecimento

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é extinta ou no seguimento de uma alteração substancial nas cláusulas contratuais do passivo.

O desreconhecimento de títulos de dívida emitidos também ocorre no caso de recompra de títulos emitidos previamente, mesmo se estes se destinarem a revenda subsequente. Os resultados sobre o reconhecimento da recompra como uma extinção são reconhecidos na demonstração dos rendimentos quando o preço de recompra das obrigações é superior ou inferior à respetiva quantia escriturada. As alienações subsequentes de obrigações próprias no mercado são tratadas como a colocação de nova dívida.

## 12 - Passivos financeiros detidos para negociação

### Critérios de reconhecimento

Os critérios de reconhecimento e mensuração são semelhantes aos descritos para «Ativos financeiros classificados como detidos para negociação».

### Critérios de classificação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem contratos derivados detidos para negociação com valores negativos e passivos relacionados com descobertos técnicos sobre títulos.

Todos os passivos para negociação são mensurados ao justo valor com a atribuição do resultado da medição à demonstração dos rendimentos.

### Critérios de desreconhecimento

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é extinta ou no seguimento de uma alteração substancial nas cláusulas contratuais do passivo.

## 14 - Transações em moeda estrangeira

### Critérios de reconhecimento

As transações em moeda estrangeira são convertidas no reconhecimento inicial para a moeda funcional aplicando a taxa de câmbio em vigor na data da transação à quantia em moeda estrangeira.

### Critérios de mensuração

Em cada data de relato, as rubricas da Demonstração da Posição Financeira em moeda estrangeira são mensuradas da seguinte forma:

- ▶ as rubricas monetárias são convertidas à taxa de câmbio corrente à data de fecho;
- ▶ as rubricas não monetárias mensuradas pelo custo histórico são convertidas à taxa de câmbio na data da transação;
- ▶ as rubricas não monetárias mensuradas ao justo valor são convertidas usando a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de elementos monetários ou da conversão de elementos monetários a taxas diferentes das da conversão inicial, ou da conversão das demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas na Demonstração dos Rendimentos do período em que ocorrem, enquanto que as relativas a elementos não monetários são registadas no Capital Próprio ou na Demonstração dos Rendimentos de acordo com o método de registo dos lucros ou perdas que incluem este componente.

Os custos e receitas em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio quando são contabilizados, ou, quando no processo de acumulação, à taxa de câmbio em vigor à data de relato.

## 15 - Outras informações

### Ações próprias

As ações próprias detidas são deduzidas do capital próprio pelo valor pelo qual foram recompradas no mercado. De modo semelhante, os respetivos custos originais e os ganhos e perdas resultantes da sua venda subsequente devem ser reconhecidos como alterações nos capitais próprios.

No momento da atribuição a colaboradores ou administradores, a Reserva de ações próprias é reduzida num montante calculado ao preço médio de aquisição dos vários tranches, com uma contrapartida nas reservas de instrumentos financeiros reconhecida nas demonstrações financeiras, com base em acordos de remuneração variável e na reserva «prémio de emissão».

### Benefícios pós-emprego

Em resultado do quadro legislativo introduzido pela Lei italiana n.º 296 de 2006, os benefícios pós-emprego adquiridos acumulados até 31 de dezembro de 2023 (que permanecem no Banco), ao abrigo da rubrica 90 dos passivos, são calculados através da estimativa da duração remanescente da relação laboral, para pessoas individuais ou grupos homogêneos, com base em pressupostos demográficos:

- ▶ projetando os benefícios pós-emprego acumulados, utilizando pressupostos demográficos, para estimar o momento da cessação do emprego;
- ▶ descontando ao valor presente, à data de mensuração, a quantia de benefícios vencidos em 31 de dezembro de 2023, com base em pressupostos financeiros.

A IAS 19 (revista) requer que os resultados atuariais sejam reconhecidos em «Outro rendimento integral» no exercício/período em que vencem. Uma vez que os benefícios pós-emprego concedidos a partir de 1 de janeiro de 2007 têm de ser transferidos para o Instituto de Segurança Social italiano (INPS) ou para fundos de complemento de pensões, estes são elegíveis como «planos de contribuição definida», visto que a obrigação da entidade patronal cessa assim que o pagamento é efetuado e a contribuição é registada na demonstração dos rendimentos num regime de acréscimo.

Os custos de serviço do plano são registados em «Gastos com o pessoal», rubrica 160 «Despesas administrativas: a) gastos com o pessoal», como o total líquido de contribuições pago, contribuições vencidas em períodos anteriores e ainda não registadas, e rendimentos esperados de ativos de serviço do plano. Os resultados atuariais, tal como previsto pela IAS 19, são registados numa reserva de reavaliação no capital próprio.

### Critério de reconhecimento do rédito

O critério geral para o reconhecimento de componentes do rédito é o método da especialização económica, tendo também em conta a correlação entre custos e receitas.

### Receitas

As receitas são fluxos brutos de benefícios económicos derivados do desempenho de atividades empresariais ordinárias, quando tais fluxos causam aumentos no capital próprio que não sejam aumentos derivados de contribuições dos acionistas.

As receitas decorrentes de obrigações contratuais com clientes só são reconhecidas nas demonstrações financeiras se todos os critérios seguintes forem cumpridos:

- a. as partes do contrato aprovaram o contrato e comprometeram-se a cumprir as respectivas obrigações;
- b. a entidade é capaz de identificar os direitos de cada uma das partes no que respeita aos bens ou serviços a transferir;
- c. a entidade é capaz de identificar as condições de pagamento dos bens ou serviços a serem transferidos;
- d. o contrato tem substância comercial (ou o risco, a calendarização ou o montante dos fluxos de caixa futuros da entidade estão destinados a mudar na sequência do contrato);
- e. é provável que a entidade receba a contrapartida a que terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos para o cliente. Ao avaliar a probabilidade de receber a quantia da contrapartida, a entidade deve ter em conta apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar a quantia da contrapartida quando esta for devida.

#### Rendimentos e despesas de juros

Os rendimentos e despesas de juros e rendimentos e despesas similares referem-se a juros decorrentes da atividade de *factoring*, caixa e equivalentes de caixa e ativos e passivos financeiros não derivados detidos para negociação, mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral e mensurados ao custo amortizado.

Os rendimentos e as despesas de juros são reconhecidos na demonstração dos rendimentos para todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

Mais especificamente:

- ▶ Os encargos e comissões cobrados ao cedente para a aquisição de valores a receber sem recurso são reconhecidos como receitas da transação e, portanto, fazem parte do retorno efetivo sobre o valor a receber reconhecido ao custo amortizado.
- ▶ De acordo com a IFRS 15, o rédito deve ser reconhecido apenas quando a sua quantia puder ser estimada de forma fidedigna e no momento em que o «controlo» total sobre os bens ou serviços permutados for transferido. No caso em apreço, em consonância com o «Documento n.º 7, de 9 de novembro de 2016, do Banco de Itália/Consob/Ivass» relativo ao «Tratamento de juros de mora nas demonstrações financeiras nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2002 relativo a aquisições sem recurso de valores a receber produtivos», o BFF também incluiu a estimativa dos juros de mora recuperáveis, incluindo os devidos pelas administrações fiscais. Além disso, o BFF possui séries cronológicas de dados relativos a percentagens e prazos de cobrança - adquiridos por meio de ferramentas de análise adequadas - que lhe permitem considerar que a estimativa de juros de mora incluída no cálculo do custo amortizado é suficientemente fiável e cumpre os requisitos de reconhecimento estabelecidos pela IFRS 15. Estas séries cronológicas são atualizadas anualmente aquando da elaboração das demonstrações financeiras separadas, a fim de determinar as percentagens de cobrança estimadas e os prazos a utilizar para calcular os juros de mora. A alteração nas cobranças é depois analisada trimestralmente a fim de monitorizar as tendências relativas e verificar a estabilidade do modelo.

Relativamente aos juros de mora totais estimados que se espera cobrar pelo BFF Bank, as séries cronológicas foram atualizadas com montantes de cobrança relativos ao exercício de 2023. Este facto confirmou uma percentagem de recuperação estimada muito superior a 50 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras separadas de 2023 é de 50 %, com uma estimativa de dias até à cobrança de 2100.

No que se refere aos juros de mora sobre os ativos por impostos, dada a natureza particular desses juros e da contraparte, bem como os elementos de prova precisos obtidos, considera-se que estão reunidas as condições para reconhecer esses juros na íntegra.

Os rendimentos de juros sobre títulos de dívida em carteira e as despesas com juros sobre títulos emitidos pelo BFF são reconhecidos ao custo amortizado, isto é, aplicando ao valor nominal dos títulos a taxa de juro efetiva de rendibilidade (TJR), determinada como a diferença entre a taxa de juro de cupão e o preço de compra do mesmo título e tendo em consideração qualquer desconto na emissão.

O juro assim calculado é reconhecido na demonstração dos rendimentos e de forma proporcional ao longo da duração do ativo ou passivo financeiro.

Os encargos e comissões relativos a valores a receber geridos em nome de cedentes são reconhecidos em duas fases sucessivas associadas à calendarização e à natureza do serviço prestado:

- ▶ quando os valores a receber são confiados para gestão (encargos e comissões sobre despesas de aceitação e gestão);
- ▶ quando os valores a receber são cobrados (encargos e comissões de cobrança).

#### Encargos e comissões

Os encargos e as comissões, que resultam sobretudo das atividades realizadas pelas Unidades de Negócio de Serviços de Títulos e Pagamentos e atividades de gestão de cobrança de dívidas por conta de terceiros, são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado. Estes são sobretudo receitas associadas a encargos periódicos que poderiam incluir a prestação de múltiplos serviços, encargos de transação e receitas extraordinárias.

Os encargos e as comissões considerados no custo amortizado a fim de determinar a taxa de juro efetiva são excluídos, uma vez que são reconhecidos como juros.

A partir do final de 2020, quando os custos legais incorridos para a cobrança dos valores a receber adquiridos sem recurso são reconhecidos, o Banco reconhece receitas iguais à respetiva percentagem estimada de cobrança com base em séries cronológicas desenvolvidas internamente. De facto, os custos legais acima mencionados são em parte recuperados dos clientes, quer quando os processos de falência são concluídos ou quando os acordos de liquidação são finalizados e, por conseguinte, não têm um impacto total nas demonstrações financeiras separadas. Por conseguinte, este tratamento contabilístico resulta num maior alinhamento entre custos e receitas, num regime de acréscimo.

#### Dividendos

Os dividendos são reconhecidos na demonstração dos rendimentos quando a sua distribuição é aprovada.

#### Custos e outros rendimentos integrais

Os custos são reconhecidos quando são incorridos em conformidade com o critério de correlação entre custos e receitas decorrentes, direta e conjuntamente, das mesmas transações ou eventos. Os custos que não podem ser associados a receitas são reconhecidos imediatamente na demonstração dos rendimentos.

Os custos diretamente ligados a instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e que podem ser determinados a partir da sua origem, independentemente do momento em que são pagos, são reconhecidos na demonstração dos rendimentos aplicando a taxa de juro efetiva.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos rendimentos no exercício em que são identificadas.



## Acordos de pagamento com base em ações

Os planos de remuneração do pessoal com base em ações (planos de opções de compra de ações) são registrados nas contas de acordo com as disposições da IFRS 2. Estes são registrados cobrando na demonstração dos rendimentos, com o aumento correspondente em capitais próprios, um custo definido com base no justo valor dos instrumentos financeiros afetados à data de atribuição e dividido ao longo do período de concessão do plano. O justo valor de quaisquer opções é calculado utilizando um modelo que considera - além de informação como o preço de exercício e a duração da opção, o preço atual das ações e a respetiva volatilidade esperada, os dividendos esperados e a taxa de juro sem risco - as características específicas do plano atual. No modelo de valoração, a opção e a probabilidade de realização das condições nas quais as opções foram atribuídas são avaliadas separadamente. A combinação dos dois valores fornece o justo valor do instrumento atribuído.

Qualquer redução do número de instrumentos financeiros atribuídos deve ser contabilizada como o cancelamento de parte destes. Este desreconhecimento não terá qualquer impacto na demonstração dos rendimentos, mas ocorrerá com um lançamento de equilíbrio nos resultados transitados.

Em conformidade com as disposições estabelecidas na Primeira Parte, Título IV, Capítulo 2, Secção III, parágrafo 2.1.3 da Circular n.º 285 do Banco de Itália, artigo 8.4 da «Política de remuneração e de incentivos para membros dos órgãos com funções de supervisão estratégica, gestão e controlo, e pessoal do BFF» estabelece que pelo menos 50 % da remuneração variável do chamado «Pessoal chave» (Responsáveis pela assunção de riscos) tem de ser paga em instrumentos financeiros, nomeadamente:

- (i) em ações do BFF e instrumentos relacionados, incluindo o plano de opções de compra de ações; e
- (ii) nos casos em que seja possível, os restantes instrumentos identificados no Regulamento Delegado (UE) n.º 527, de 12 de março de 2014.

A definição de «remuneração variável» inclui pagamentos que, por vários motivos, estão associados a e dependem das atividades/do desempenho dos beneficiários ou de outros parâmetros (por exemplo, tempo de serviço) e que podem ser devidos no futuro por parte do BFF aos Responsáveis pela assunção de riscos,

- i) Ambos nos termos do sistema de incentivos baseado em objetivos da empresa e individuais (chamado «MBO»);
- ii) e de modo a satisfazer quaisquer obrigações de pagamento nos termos de acordos de não concorrência («ANC»), caso no futuro algum dos Responsáveis pela assunção de riscos que assinaram os referidos acordos abandone o Banco.

Em 31 de dezembro de 2023, os direitos de opção relativos aos planos de opções de compra de ações em vigor ascendiam a 13 221 900 opções atribuídas e ainda não exercidas, das quais 8 996 900 exercíveis. Em 31 de dezembro de 2022, os direitos de opção relativos aos planos de opções de compra de ações em vigor ascendiam a 16 169 288 opções atribuídas e ainda não exercidas, das quais 1 086 788 exercíveis.

### Plano de Opções de Compra de Ações do Banca Farmactoring Banking Group para 2016

A 5 de dezembro de 2016, a Assembleia Ordinária de Acionistas do Banco aprovou a adoção de um plano de opções de compra de ações para colaboradores e membros dos órgãos sociais. O plano apresenta as seguintes características:

- ▶ **Finalidade:** o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias do Banco recentemente emitidas, ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira do Banco quando a opção é exercida. Em 31 de dezembro de 2023, 96 000 foram atribuídas e eram exercíveis por terem sido adquiridas,

representando todas as ações do plano ainda existentes. O número de opções pendentes em 31 de dezembro de 2022 era de 1 086 788, das quais 232 000 ainda não exercíveis;

- ▶ **Beneficiários:** a identificação dos beneficiários e a concessão de opções são decididas pelos seguintes elementos:
  - a) O Conselho de Administração, após consulta da Comissão de Remunerações, no que se refere a administradores, executivos de topo e executivos que reportam diretamente ao Presidente da Comissão Executiva;
  - b) O Presidente da Comissão Executiva, dentro dos limites dos poderes que lhe incumbem, no que se refere a outros beneficiários cuja remuneração se enquadre no âmbito das suas obrigações;
- ▶ **Tipo de exercício:** exercício ordinário ou escritural. Em 28 de março de 2019, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou a introdução de um método alternativo para exercício de opções ao abrigo do plano, adicional à opção ordinária (designado «escritural»). De acordo com a nova opção de exercício, aos beneficiários autorizados que a tenham solicitado pode ser afetado um número de ações determinado com base no valor de mercado das ações à data do exercício, sem que estes estejam obrigados a pagar o preço de exercício.

### Plano de Opções de Compra de Ações do Banca Farmactoring Banking Group para 2020

Em 2 de abril de 2020, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo Plano de Opções de Compra de Ações («Plano de 2020») para colaboradores e administradores com cargos executivos no Banco e/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características:

- ▶ **Finalidade:** o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias do Banco recentemente emitidas, ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira do Banco quando a opção é exercida;
- ▶ **Destinatários:** os beneficiários são identificados pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Executivo, a seu exclusivo critério - dentro dos limites previstos pela legislação aplicável e pelo plano - entre os colaboradores e/ou Administradores com cargos executivos no Banco e/ou nas suas subsidiárias;
- ▶ **Tipo de exercício:** exercício ordinário ou escritural.

Em 31 de dezembro de 2023, o número de opções de compra de ações concedidas e não exercidas é de 5 461 400, das quais 2 227 700 adquiridas e exercíveis. Além disso, perdeu-se o direito a exercer 514 800 opções, pelo que estas já não podem ser exercidas. Em 31 de dezembro de 2022, o número de opções reportadas a serem concedidas a partir de 2023 era de 8 384 500 opções. Nenhuma das quais ainda exercível.

### Plano de Incentivos a Longo Prazo de 2022 do BFF Banking Group

Em 31 de março de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo «Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022» para os colaboradores e administradores que ocupam cargos executivos no Banco e/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características:

- ▶ **Assunto:** o plano prevê a atribuição de um máximo de 9 700 000 opções divididas em três tranches. As opções podem ser de dois tipos: i) Opções da Classe A, que conferem o direito a receber novas ações ordinárias emitidas pela Empresa, «liquidadas de capital próprio», e ii) Opções da Classe B, que conferem o direito a receber ações fantasma, a serem convertidas em dinheiro de acordo com as disposições do plano, «liquidadas em dinheiro».
- ▶ **Condições de aquisição (exercício):** as opções concedidas ao abrigo de cada tranche são adquiridas após a conclusão do período de três anos a partir da data de concessão relevante. A aquisição está também sujeita ao cumprimento das seguintes condições: i) manutenção do vínculo laboral com o Grupo e/ou do cargo no



Conselho de Administração e ausência de comunicação de renúncia ou destituição; e ii) cumprimento de KPIs (isto é, indicadores de desempenho da empresa), sem prejuízo das disposições de diferimento e *lock-up* aplicáveis ao pessoal mais significativo (isto é, Responsáveis pela Assunção de Riscos) do Banco e das demais previsões detalhadas do plano, já divulgadas ao mercado nos termos da regulamentação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023, foram concedidas 7 664 500 opções (das quais 3 439 500 liquidadas em ações e sem envolver numerário e 4 225 000 liquidadas em numerário/ações fantasma), nenhuma das quais ainda exercível. Em 2022, foram concedidas 5 593 000 opções, das quais 2 500 500 liquidadas em ações e sem envolver numerário e 3 092 500 liquidadas em numerário/ações fantasmas, nenhuma das quais ainda exercível.

### Utilização de estimativas e pressupostos na elaboração do relato financeiro

Como parte da preparação das demonstrações financeiras separadas, o Banco teve de efetuar avaliações e estimativas que influenciam a aplicação das políticas contábilísticas e os montantes de ativos, passivos, custos e receitas reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As avaliações significativas do Banco na aplicação das políticas contábilísticas do Banco e as principais fontes de incerteza das estimativas mantêm-se inalteradas em relação às já ilustradas nas últimas demonstrações financeiras separadas anuais do Banco.

Em conformidade com as IFRS, a elaboração de estimativas pela administração constitui um pré-requisito para a elaboração das demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023. Este processo envolve a utilização de informação disponível e avaliações subjetivas, também baseadas no histórico de experiência, de modo a formular pressupostos razoáveis para a análise de operações. Estas estimativas e pressupostos podem variar de um período para o seguinte, pelo que não se pode excluir que, em períodos subsequentes, incluindo à luz da atual situação de emergência decorrente do conflito Rússia/Ucrânia, os valores atuais reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023 possam diferir - mesmo significativamente - devido a uma alteração nas avaliações subjetivas.

As estimativas e os pressupostos são revistos periodicamente. Quaisquer alterações resultantes dessas revisões são reconhecidas no período em que a revisão é efetuada, desde que essa revisão apenas envolva esse período. Caso a revisão envolva períodos atuais e futuros, a alteração é reconhecida no período em que a revisão é efetuada, bem como nos períodos futuros relacionados.

O risco de incerteza nas estimativas está essencialmente relacionado com:

- ▶ O grau de recuperabilidade e os prazos de cobrança previstos para pagamento de juros de mora acumulados em contas comerciais a receber sem recurso a pagar ao BFF, com base numa análise de dados históricos plurianuais da empresa;
- ▶ Perdas por imparidade em empréstimos concedidos e valores a receber e outros ativos financeiros em geral;
- ▶ O justo valor de instrumentos financeiros utilizados para efeitos de divulgação financeira;
- ▶ O justo valor de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos determinado com modelos de mensuração;
- ▶ Despesas registadas com base em valores provisórios que não são definitivas à data em que estas demonstrações financeiras separadas foram elaboradas;
- ▶ Benefícios a colaboradores com base em pressupostos atuariais e provisões para riscos e encargos;
- ▶ A recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- ▶ Qualquer imparidade de investimentos de capital próprio, *goodwill* e ativos intangíveis: face aos resultados em 31 de dezembro de 2023, não existem eventos desencadeadores que possam ter impacto na valorização dos investimentos de capital próprio, *goodwill* e ativos intangíveis com vida útil definida registados a 31 de dezembro de 2023.

### Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros

Em cada data de relato, em conformidade com a IFRS 9, os ativos financeiros diferentes dos mensurados ao justo valor por via dos resultados são testados de modo a avaliar se existem evidências de que a quantia escriturada dos ativos pode não ser totalmente recuperável. É realizada uma análise semelhante para compromissos de empréstimo e garantias concedidas que se enquadram no âmbito sujeito a imparidade, em conformidade com a IFRS 9. Caso existam evidências nesse sentido (chamadas «evidências de imparidade»), os ativos financeiros em questão - em consonância com os ativos remanescentes da mesma contraparte - são considerados objeto de imparidade e classificados na Fase 3. O Grupo deve reconhecer correções iguais às perdas de crédito esperadas ao longo da vida para estas exposições, que consistem em ativos financeiros classificados como empréstimos malparados, probabilidade reduzida de pagamento, e exposições vencidas e/ou em atraso, de acordo com a Circular n.º 262 do Banco de Itália/2005.

O modelo de imparidade caracteriza-se pelos seguintes elementos:

- ▶ A afetação das transações existentes na carteira a diferentes fases, com base numa avaliação do aumento do nível de risco de exposição/contraparte, considerando os «critérios de afetação de fases»;
- ▶ A utilização de parâmetros de risco assentes em vários períodos (por exemplo, a PD, LGD e EAD ao longo da vida) para quantificar perdas de crédito esperadas (ECL) para instrumentos financeiros sujeitos a um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

No quarto trimestre de 2023, o Banco reviu o enquadramento metodológico da afetação de fases, estabelecendo critérios mais representativos da deterioração do risco de crédito no que respeita à atividade do Banco e a metodologia de componentes prospetivas («forward-looking») e de momento específico («point in time») relativas à Probabilidade de Incumprimento, mais alinhada com as melhores práticas de mercado e com a especificidade do negócio.

### Critérios de Afetação de Fases

No caso de ativos financeiros para os quais não existam evidências de imparidade (instrumentos financeiros produtivos), o Banco deve avaliar se existe algum indício de que o risco de crédito da transação individual tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Essa avaliação acarreta as seguintes consequências em termos de classificação (ou, mais propriamente, de afetação de fases) e mensuração:

- ▶ Caso não exista um indício do género, o ativo financeiro é classificado na Fase 1. Neste caso, de acordo com as IFRS e mesmo na ausência de perdas por imparidade notórias, o Grupo deve reconhecer as perdas de crédito esperadas a 12 meses sobre o instrumento financeiro específico. Estas correções devem ser revistas em cada data de relato subsequente, de modo a avaliar regularmente se estão em consonância com as estimativas de perdas atualizadas constantemente, bem como para refletir a alteração no horizonte de previsão relativo às perdas de crédito esperadas caso exista um indício de que o risco de crédito «aumentou significativamente».
- ▶ Caso exista um indício do género, o ativo financeiro é classificado na Fase 2. Neste caso, de acordo com as IFRS e mesmo na ausência de perdas por imparidade aparentes, o Grupo deve reconhecer correções iguais às perdas de crédito esperadas ao longo do tempo de vida. Estas correções devem ser revistas em cada data de relato subsequente, de modo a avaliar regularmente se estão em consonância com as estimativas de perdas atualizadas constantemente, bem como para refletir a alteração no horizonte de previsão relativo às perdas de crédito esperadas caso já não exista um indício de que o risco de crédito «aumentou significativamente».

Por conseguinte, a afetação de um ativo à Fase 1 e não à Fase 2 não está associada ao risco absoluto (em termos de probabilidade de incumprimento), mas sim à ocorrência da alteração (positiva ou negativa) do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

Para afetar exposições objeto de imparidade a fases, o Banco adotou o método seguinte, que pode ser resumido em três critérios fundamentais:

- ▶ **Critério quantitativo:** definição de um limiar «delta rating» para a transferência para a fase 2;
- ▶ **Critério qualitativo:** uso de fatores desencadeadores lógicos da transferência, isto é, identificação de eventos que desencadeiam transferências entre fases.
- ▶ **Expedientes práticos:** utilização da Isenção de Baixo Risco de Crédito (LCRE) e 30 dias de não pagamento.

O **critério qualitativo** prevalece sobre o critério quantitativo e estabelece que as seguintes posições são afetadas à fase 2:

- ▶ posições com medidas de reestruturação;
- ▶ Na lista de vigilância: ou posições sob controlo relativamente às quais tenha sido feita uma avaliação de um aumento significativo do risco de crédito.

Relativamente ao **critério quantitativo**:

- ▶ Para as contrapartes dos municípios e das províncias italianas, a notação interna PRA («Pricing Risk Adjusted») é considerada um indicador de uma possível deterioração da qualidade do crédito. Em especial, é definido um limiar relativo que tem como finalidade mensurar a degradação da notação PRA entre a data inicial e a data de relato e classificar na fase 2 se a descida das categorias de risco definidas for igual ou superior a 1;
- ▶ é definido um limiar relativo, que tem como finalidade mensurar a degradação da notação ECAI (na data de relato em relação à data inicial) para cada transação. Se o número de degradações for superior ao estabelecido pelo limiar (diferenciado de acordo com a escala de classificação principal utilizada), a posição é afetada à Fase 2. O limiar relativo depende do número de classes de notação consideradas para cada segmento e é igual a 1 para os segmentos em que se aplicam as matrizes externas de Instituições financeiras e Soberanas (que têm 7 classes de notação), ao passo que é igual a 2 nos casos das contrapartes que pertencem aos segmentos para os quais é utilizada a matriz Societária (que tem 21 classes de notação).

Por último, no que respeita **aos expedientes práticos**:

- ▶ a «Isenção de Baixo Risco de Crédito» isenta as transações referentes a contrapartes com notação de grau de investimento à data da análise da verificação de deterioração significativa, utilizando um limiar relativo. As posições definidas como de «baixo risco de crédito» não estão sujeitas ao controlo de uma descida de notação entre a data de análise e a data inicial da transação. Na ausência de fatores desencadeadores qualitativos, estas posições são afetadas diretamente à Fase 1. Esta exceção aplica-se às contrapartes referentes à Administração Pública e aos Municípios, às formas técnicas de Acordos de Recompra, devido à sua natureza garantida e às contas recíprocas de muito curto prazo. É excluída para as contrapartes privadas;
- ▶ para as exposições decorrentes de atividades de *factoring*, se os dias de atraso contínuos, calculados de acordo com os critérios adotados pelo Banco para a definição de incumprimento, excederem 30, a contraparte é classificada na Fase 2; para as exposições decorrentes de atividades de empréstimo, os dias de atraso são calculados ao nível de cada transação, comparando a data de relato com a data de vencimento: Neste caso, se a diferença for superior a 30, a transação é atribuída à Fase 2. Para outras formas técnicas, incluindo as decorrentes da atividade do Banco Depositário, os dias de atraso são calculados considerando o descoberto em relação à linha de crédito atribuída à contraparte: neste caso, se os dias de atraso forem superiores a 30, a transação é atribuída à Fase 2.

Para as contrapartes sem notação na carteira, a atribuição de fases é efetuada aplicando apenas critérios qualitativos, e o indicador da lista de vigilância foi introduzido precisamente para ultrapassar a falta de notação e, por conseguinte, a aplicação de critérios quantitativos.

## Critérios de Imparidade

Os principais conceitos introduzidos pela IFRS 9 e exigidos para efeitos de cálculo de imparidades são os seguintes:

- ▶ um modelo prospetivo (*forward-looking*), que permite o reconhecimento imediato de todas as perdas esperadas ao longo da vida do instrumento. De acordo com a IFRS 9, as perdas devem ser reconhecidas com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos;
- ▶ As perdas de crédito esperadas (ECL) são recalculadas em cada data de relato de modo a refletir quaisquer alterações no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro;
- ▶ as perdas de crédito esperadas (ECL) são mensuradas incorporando informação de momento específico (*point-in-time*) e prospetiva (*forward-looking*), bem como fatores macroeconómicos;
- ▶ introdução de um estatuto adicional relativamente à classificação binária de contrapartes «produtivas» e «improdutivas», para ter em conta o aumento no risco de crédito.

O modelo de cálculo das ECL requer uma avaliação quantitativa de fluxos de caixa futuros e parte do pressuposto de que estas são estimadas de forma fidedigna. Isto requer a identificação de determinados elementos, nomeadamente:

- ▶ modelos de probabilidade de incumprimento (PD) e pressupostos sobre a distribuição *forward* de eventos de incumprimento, para o cálculo da PD assente em vários períodos utilizados para determinar as perdas de créditos esperadas ao longo da vida;
- ▶ um modelo de perda em caso de incumprimento (LGD) em vários períodos;
- ▶ um modelo de exposição determinístico e estocástico em caso de incumprimento (EAD) que permite definir uma distribuição em vários períodos, bem como num prazo de 12 meses.

Além disso, na data de relato, as perdas de crédito esperadas serão descontadas utilizando a taxa de juro efetiva («EIR») da transação à data do reconhecimento inicial.

## Probabilidade de Incumprimento (PD)

O parâmetro PD em vários períodos é interpretado pelo Banco através da estimativa de uma estrutura a prazo da probabilidade de incumprimento a partir de uma recalibração das matrizes PD internas fornecidas pelas agências de notação em taxas de incumprimento internas a longo prazo (Long Run Average Default Rate ou Central Tendency), estas últimas devidamente diferenciadas de acordo com os fatores de risco relevantes. As estimativas de PD incluem os efeitos decorrentes da introdução da Nova Definição de Incumprimento nos termos do artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021. A PD em vários períodos também incorpora correções de conversão de momento específico («Point-In-Time») e informação prospetiva («forward-looking»).

O requisito prospetivo («forward-looking») significa que a cada uma das transações existentes na carteira que envolva a mesma contraparte é atribuída uma probabilidade de incumprimento com início na data de relato. Para tal, o Banco define a PD como a probabilidade, ao longo de um horizonte temporal específico, de uma contraparte ser classificada como «em incumprimento».

Para o desenvolvimento das PDs de acordo com a IFRS 9, o Banco utiliza as matrizes das agências de notação (ECAI) relativas aos segmentos Soberano, Empresas e Instituições Financeiras. Com referência à carteira do Banco:

- ▶ a matriz Soberana estava associada a contrapartes públicas;
- ▶ as matrizes «Empresas» e «Instituições Financeiras» estavam associadas a contrapartes não públicas (segmentos «Empresas» e «Instituições Financeiras», respetivamente).

Após a identificação das matrizes acima referidas, foi adotada a seguinte abordagem para estimar a PD:

1. **Estimativa da PD TTC a 12 meses** através da recalibração das matrizes de migração externa ECAI para a carteira de empréstimos do BFF Bank S.p.A. Esta abordagem permite aperfeiçoar as estimativas da PD, tornando-as mais conformes com as características da atividade do Banco. Para a carteira de títulos, as matrizes de migração externa da ECAI são adotadas como a melhor abordagem metodológica, uma vez que, por se tratar de instrumentos financeiros semelhantes a obrigações, a utilização das matrizes da ECAI já é, por si só, representativa do nível de risco relativo. A recalibração foi efetuada através da determinação de uma Tendência Central diferenciada para cada aglomerado, identificada, para a estimação, através das séries temporais de taxas internas de incumprimento, ajustadas para ter em conta a nova definição de incumprimento;
2. **Estimativa da PD TTC vitalícia** através do método Markov baseado em pressupostos de uniformidade e ausência de memória, que permite estimar a matriz de transição até ao ano «n», elevando a matriz a 1 ano para a enésima potência;
3. **Estimativa da PIT e da PD prospetiva** através de correções ex-post das PD TTC em vários períodos nos exercícios iniciais, tendo em consideração as informações prospetivas («forward-looking») e de momento específico («point-in-time») fornecidas pelas previsões das taxas de incumprimento. Com vista à aplicação desta correção, a abordagem metodológica específica divide-se nas seguintes etapas:
  - modelo macroeconómico: definição dos cenários macroeconómicos a aplicar (isto é, cenário de referência, adverso e positivo); em particular, o modelo definido pelo Banco prevê o condicionamento da matriz TTC através da aplicação de 3 cenários macroeconómicos (isto é, projeções de variáveis macroeconómicas selecionadas como regressores do modelo satélite);
  - modelo satélite: utilização de modelos de regressão para a estimativa das taxas de incumprimento previstas; os modelos satélite utilizados são diferenciados por entidade jurídica, um para o BFF (incluindo sucursais e FOSs) e Espanha e outro para a Polónia, e por segmento da contraparte (Setor Público, Não Público e Intermediários Financeiros);
  - modelo de condicionamento: para estimar uma mensuração de PD que inclua as componentes de momento específico («point-in-time») e prospetiva («forward-looking») (isto é, PD PIT FLI), a matriz TTC é condicionada utilizando a metodologia Merton - Vasicek, uma prática de mercado generalizada entre instituições bancárias de dimensão semelhante;
  - modelo de vários cenários: a partir das matrizes de migração marginal PIT FLI ao longo do horizonte de projeção, as curvas cumulativas são estimadas até 3 anos, aplicando um processo estocástico Markoviano não homogéneo adequado, ou com matrizes de migração dependentes do tempo que variam ao longo do tempo. Isto permite obter a matriz de migração cumulativa PIT FLI nos anos de projeção para cada cenário e ponderada pela probabilidade relativa de ocorrência.

### Perdas em caso de Incumprimento (LGD)

Aquando da quantificação das perdas esperadas, o parâmetro LGD mensura as perdas previstas em caso de incumprimento da contraparte. Por conseguinte, as LGD são um componente significativo para apurar as perdas esperadas de acordo com a IFRS 9, quer em termos de posições classificadas na Fase 1 (horizonte temporal a um ano), e para as sujeitas a um aumento significativo no risco de crédito e foram, por conseguinte, classificadas na Fase 2 e avaliadas ao longo da vida.

A fim de estimar o parâmetro LGD, uma vez que não estão disponíveis modelos internos, o Banco decidiu utilizar as grelhas LGD obtidas a partir de uma ferramenta de cálculo específica fornecida pelo fornecedor de informações externo.

O Banco atribui um valor LGD a cada transação com base na segmentação da carteira apropriada, tendo em consideração os seguintes fatores de risco: a probabilidade de incumprimento associada à contraparte, o setor económico de referência e fatores específicos da transação (por exemplo, tipo de financiamento e posicionamento do financiamento no seio da estrutura de capital). Além disso, apenas para a carteira de *factoring* sem recurso, dadas as características específicas do processo de recuperação para essa forma técnica em comparação com as de outros tipos de produtos, o Banco refinou a análise da estimativa do parâmetro LGD calibrando as grelhas externas sobre taxas internas de recuperação a longo prazo. Esta escolha foi justificada por i) a presença de uma profundidade de série cronológica suficientemente robusta para a estimativa de um modelo de perda em caso de incumprimento (LGD); ii) o desejo de corrigir as estimativas de perda em caso de incumprimento (LGD) da ECAI com base nas recuperações, na maioria dos casos completas, historicamente registada pelo Banco. A metodologia de calibração baseia-se no cálculo de uma Tendência Central diferenciada por macro-segmento de clientes e na subsequente recalibração das grelhas externas com recurso à otimização condicionada dos modelos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS).

### Exposição em caso de incumprimento (EAD)

Aquando da definição e modelação os parâmetros a utilizar em múltiplos períodos para mensurar o risco de crédito, o Grupo também considera a «Exposição em caso de incumprimento (EAD)».

De modo semelhante ao que já foi definido nos modelos de Basileia, para calcular as perdas de crédito esperadas (ECL) utilizando parâmetros de risco de crédito, a EAD ao abrigo da IFRS 9 permite a definição da exposição que um credor terá no momento de incumprimento num momento específico ao longo da vida do instrumento financeiro.

Por conseguinte, o parâmetro EAD tem de estar em consonância com o horizonte de previsão ao longo do tempo de vida previsto pelo modelo de imparidade, para permitir o apuramento da tolerância também para transações para as quais a norma exige o reconhecimento ao longo do tempo de vida.

O Grupo identificou os seguintes fatores para o cálculo da EAD ao longo do tempo de vida:

- ▶ tipo de exposição;
- ▶ data de vencimento.

A partir destes fatores de distinção para a modelação da Exposição em caso de Incumprimento, foram definidos os seguintes casos:

- ▶ exposições com um plano de reembolso determinístico (fluxos de caixa);
- ▶ exposições sem um plano de reembolso (sem fluxos de caixa).

Relativamente às exposições com planos de reembolso determinísticos, a EAD ao longo do tempo de vida é definida utilizando o plano de reembolso e os respetivos fluxos de caixa efetivos. Por conseguinte, a modelação estocástica não é necessária para estas transações.

Por outro lado, no que diz respeito às exposições com fluxos de caixa desconhecidos e/ou data de vencimento (ou exposições sem plano de reembolso), estas são desagregadas através de duas metodologias de estimativa



para determinar a data de vencimento:

1. uma metodologia qualitativa, com base na qual a data de vencimento é determinada com base nas condições do contrato ou na análise efetuada pela U.O. de avaliação de crédito;
2. uma metodologia quantitativa baseada num modelo comportamental.

## IFRS 9 - Atualização para refletir a crise financeira decorrente do conflito Rússia/Ucrânia e os impactos do conflito Israel/Palestina

Como já foi referido, durante o quarto trimestre de 2023, a Função de Gestão de Riscos desenvolveu um novo modelo prospetivo para o condicionamento das PD, substituindo o anterior que dependia dos pressupostos do fornecedor externo de informações. O novo modelo baseia-se nos cenários macroeconómicos publicados pela EBA (Autoridade Bancária Europeia) durante o teste de esforço de 2023.

Em continuidade com os cenários anteriores fornecidos pelo outro fornecedor de informação, estes cenários caracterizam-se por uma exacerbação das condições financeiras e uma deterioração considerável das perspetivas económicas causadas pela elevada inflação gerada pelo conflito Rússia/Ucrânia. Além disso, estes cenários refletem também uma inversão da tendência do mercado imobiliário na presença de uma diminuição da capacidade de serviço da dívida das famílias, desencadeada por taxas de juro elevadas.

A partir dos próximos trimestres, a Função acompanhará a evolução das variáveis macroeconómicas utilizadas no modelo prospetivo, a fim de identificar quaisquer alterações significativas em comparação com os valores utilizados na fase de atualização do modelo.

No que diz respeito ao conflito Israel/Palestina, que teve início no final de 2023, tendo em conta os resultados das análises efetuadas pelo Banco, não foram identificados, de momento, elementos críticos que exijam a implementação de atividades adicionais para monitorizar os riscos do conflito acima mencionado.

## A4 - DIVULGAÇÃO DO JUSTO VALOR

### Informação qualitativa

As normas IFRS exigem que os instrumentos financeiros classificados como «Ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados», «Ativos financeiros ao justo valor por via de outro rendimento integral» e «Passivos financeiros detidos para negociação» sejam mensurados ao justo valor.

O justo valor é o preço que seria recebido por uma venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo numa transação normal entre operadores de mercado (por outras palavras, não uma liquidação forçada ou venda abaixo do custo) na data da mensuração. O justo valor é um critério de mensuração do mercado não específico da entidade. Uma entidade precisa de avaliar o justo valor de um ativo ou passivo adotando os pressupostos que os operadores de mercado utilizariam ao determinar o preço do ativo ou passivo, assumindo que os operadores de mercado agem com vista a satisfazer os seus próprios interesses económicos da melhor forma possível.

Na determinação do justo valor de um instrumento financeiro, a IFRS 13 estabelece uma hierarquia de critérios em termos de fiabilidade do justo valor de acordo com o grau de discricção aplicado pelas entidades, dando prioridade à utilização de parâmetros de mercado observáveis que reflitam os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam na avaliação (fixação do preço) de um ativo/passivo. São identificados três níveis de «input» diferentes:

- ▶ Nível 1: *inputs* representados por preços (inalterados) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que podem ser acedidos à data de mensuração;
- ▶ Nível 2: *inputs* que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são direta (como no caso dos preços) ou indiretamente (isto é, como derivados dos preços) observáveis para os ativos ou passivos a serem mensurados;
- ▶ Nível 3: *inputs* não observáveis para o ativo ou passivo.

A escolha entre os métodos acima mencionados não é opcional, uma vez que devem ser aplicados por ordem hierárquica. É dada prioridade absoluta aos preços oficiais disponíveis nos mercados ativos para os ativos e passivos a mensurar (Nível 1) ou para os ativos e passivos mensurados utilizando técnicas de avaliação baseadas em parâmetros de mercado observáveis que não os preços do instrumento financeiro (Nível 2), e é dada uma menor prioridade aos ativos e passivos cujo justo valor é calculado utilizando técnicas de avaliação baseadas em parâmetros que não são observáveis no mercado e que são, portanto, mais discricionários (Nível 3).

Em conformidade com as regras acima descritas, o preço de mercado registado no final do período de relato é utilizado para instrumentos cotados em mercados ativos (Nível 1). O justo valor de instrumentos financeiros não listados em mercados ativos foi determinado utilizando técnicas de avaliação baseadas sobretudo no desconto de fluxos de caixa. As técnicas de avaliação utilizadas incorporam todos os fatores considerados pelo mercado aquando da fixação do preço e baseiam-se sobretudo nos «inputs» do mercado observáveis (Nível 2).

Concretamente:

- ▶ As obrigações são mensuradas descontando os fluxos de caixa futuros previstos no plano contratual do título, utilizando as taxas de mercado ajustadas ao risco de contraparte;
- ▶ Os contratos derivados, que consistem em *swaps* de taxa de juro *overnight* (OIS), são mensurados com base em modelos de avaliação de mercado que utilizam as taxas de mercado como parâmetros predominantes, ajustados ao risco de contraparte. Quando relevante, este risco inclui tanto as alterações na qualidade de crédito da contraparte como as alterações na qualidade de crédito do emitente (risco de crédito próprio);
- ▶ no caso dos capitais próprios, existe uma hierarquia e uma ordem de aplicação de métodos de mensuração que considera, antes de mais, quaisquer transações no título registadas durante um período de tempo suficientemente curto em comparação com o período de avaliação, transações comparáveis de empresas que operam no mesmo setor e a aplicação de métodos de avaliação analítico-financeiros, baseados em rendimentos e baseados em capitais próprios. O método de mensuração de um instrumento financeiro é adotado numa base contínua, e só é alterado se houver variações significativas no mercado ou nas condições subjetivas do emitente do instrumento financeiro. O Banco não detém quaisquer instrumentos financeiros de Nível 3, exceto os de valor imaterial.

### A.4.1 Níveis 2 e 3 de justo valor: técnicas de mensuração e *inputs* utilizados

As técnicas de avaliação utilizadas são adaptadas às características específicas dos ativos e passivos a avaliar. A escolha dos *inputs* visa maximizar a utilização dos que podem ser observados diretamente no mercado, minimizando a utilização de estimativas internas.

Relativamente aos instrumentos financeiros de Nível 2, representados sobretudo por SWAPS e empréstimos concedidos a clientes e a bancos mensurados ao custo amortizado, as avaliações em 31 de dezembro de 2023 basearam-se em taxas de juro e fatores de volatilidade derivados do mercado. Tendo em conta as transações limitadas do Banco no segmento de derivados do mercado de balcão e as suas transações, sobretudo com as contrapartes mais relevantes, baseadas em acordos de garantia de atenuação do risco, as correções efetuadas na mensuração dos instrumentos de Nível 2 para incorporar o risco de contraparte não foram significativas.

Em relação às unidades de participação em OIC de Nível 2, o valor é determinado utilizando o valor oficial líquido do ativo.

#### A.4.2 Processos e sensibilidade da mensuração

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco não detém instrumentos financeiros classificados no justo valor de nível 3.

#### A.4.3 Hierarquia do justo valor

Em 31 de dezembro de 2023, tal como em 2021, não havia quaisquer transferências entre o Nível 1, o Nível 2 e o Nível 3.

#### A.4.5 Hierarquia do justo valor

A.4.5.1 Ativos e passivos mensurados ao justo valor numa base recorrente: desagregação por níveis de justo valor

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/passivos financeiros mensurados ao justo valor	31.12.2023			31.12.2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	6	166 986	-	7	90 429	104
a) ativos financeiros detidos para negociação	6	1 161	-	7	204	-
b) ativos financeiros designados ao justo valor	-	-	-	-	-	-
c) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	-	165 846	-	-	90 225	104
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	9 366	128 153	-	225	127 873	-
3. Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
4. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
5. Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9 372</b>	<b>295 160</b>	<b>-</b>	<b>232</b>	<b>218 303</b>	<b>104</b>
1. Passivos financeiros detidos para negociação	-	1 215	-	-	950	-
2. Passivos financeiros ao justo valor	-	-	-	-	-	-
3. Derivados de cobertura	-	-	-	-	14 314	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1 215</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15 263</b>	<b>-</b>

#### A.4.5.2 Alterações anuais em ativos mensurados ao justo valor numa base recorrente (Nível 3)

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados			Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Derivados de cobertura	Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	Ativos intangíveis
	Total	dos quais: a) ativos financeiros detidos para negociação	dos quais: b) ativos financeiros ao justo valor				
<b>1. Saldos iniciais</b>				<b>104</b>			
<b>2. Aumentos</b>							
2.1 Aquisições							
2.2 Ganhos reconhecidos em:							
2.2.1 Resultados							
- dos quais ganhos							
2.2.2 Capitais próprios		X	X	X			
2.3 Transferências de outros níveis							
2.4 Outros aumentos							
<b>3. Reduções</b>				<b>104</b>			
3.1 Vendas							
3.2 Resgates							
3.3 Perdas reconhecidas em:							
3.3.1 Resultados				104			
- dos quais perdas							
3.3.2 Capitais próprios		X	X	X			
3.4 Transferências para outros níveis							
3.5 Outras reduções							
<b>4. Saldos finais</b>				<b>-</b>			



**A.4.5.4 Ativos e passivos não mensurados ao justo valor ou mensurados ao justo valor numa base não recorrente: desagregação por níveis de justo valor**

(Montantes em milhares de euros)

Ativos e passivos não mensurados ao justo valor ou mensurados ao justo valor numa base não recorrente	31.12.2023				31.12.2022			
	QE	N1	N2	N3	QE	N1	N2	N3
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	10 599 963	4 891 959		5 642 781	11 726 530	5 946 465		5 597 303
2. Propriedades de investimento								
3. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas								
<b>Total</b>	<b>10 599 963</b>	<b>4 891 959</b>		<b>5 642 781</b>	<b>11 726 530</b>	<b>5 946 465</b>		<b>5 597 303</b>
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	10 731 370			10 731 370	11 933 207	38 648		11 894 231
2. Passivos associados a ativos detidos para alienação								
<b>Total</b>	<b>10 731 370</b>			<b>10 731 370</b>	<b>11 933 207</b>	<b>38 648</b>		<b>11 894 231</b>

**Legenda:**

QE = Quantia Escriturada

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

## A.5 INFORMAÇÃO SOBRE O «1.º DIA DE RESULTADOS»

O Banco não detém nem deteve quaisquer ativos financeiros a que esta informação seja aplicável, nos termos da IFRS 7, parágrafo 28.

## Parte B - Informações sobre a demonstração da posição financeira

Todos os montantes indicados nas tabelas são expressos em milhares de euros.

### ATIVOS

#### Secção 1 - Caixa e equivalentes de caixa – Rubrica 10

239 130 mil euros

##### 1.1 Caixa e equivalentes de caixa: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
a) Caixa	204	206
b) Contas correntes e depósitos à ordem nos Bancos Centrais	157 536	489 810
c) Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos	81 389	133 959
<b>Total</b>	<b>239 130</b>	<b>623 975</b>

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica inclui principalmente depósitos sem restrições no Banco de Itália, no montante de 157,5 milhões de euros (em comparação com 489,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), bem como contas correntes detidas pelo Banco em bancos terceiros em 31 de dezembro de 2023, no montante de 81,4 milhões de euros.

#### Secção 2 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados - Rubrica 20

167 013 mil euros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

- ▶ Ativos financeiros detidos para negociação no valor de 1,2 milhões de euros, que inclui sobretudo o justo valor positivo de instrumentos derivados classificados como ativos de negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais de risco da taxa de câmbio a que o Banco está exposto;
- ▶ Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor no valor de 165,8 milhões de euros, que incluem sobretudo as «Unidades de participação em OIC» geridas em parte pelo «Fundo italiano de Investimento SGR» e, em menor medida, pelo «Fundo Atlante» e, a partir de 2022, pelo «Fundo Ingenii», com unidades subscritas pelo Banco por um valor de 135 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. O valor das Unidades de participação em OIC reconhecido nas demonstrações financeiras separadas foi atualizado de acordo com o último valor oficial líquido do ativo disponível disponibilizado por estes fundos.

## 2.1 Ativos financeiros detidos para negociação: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2023			Total 31.12.2022		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
<b>A. Posição de balanço de ativos financeiros</b>						
1. Títulos de dívida						
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida	5			6		
2. Títulos de capital próprio	1			1		
3. Unidades de participação em OIC						
4. Empréstimos concedidos						
4.1 Acordos de recompra invertidos						
4.2 Outros						
<b>Total (A)</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B. Derivados</b>						
1. Derivados financeiros						
1.1 detidos para negociação		1140			204	
1.2 Ligados à opção de justo valor						
1.3 outros						
2. Derivados de crédito						
2.1 detidos para negociação		21				
2.2 ligados à opção de justo valor						
2.3 outros						
<b>Total (B)</b>	<b>-</b>	<b>1161</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>204</b>	<b>-</b>
<b>Total (A + B)</b>	<b>6</b>	<b>1161</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>204</b>	<b>-</b>

**Legenda:**

N1 = Nível 1  
N2 = Nível 2  
N3 = Nível 3

## 2.2 Ativos financeiros detidos para negociação: desagregação por mutuário/emitente/contraparte

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>A. Posição de balanço de ativos financeiros</b>		
1. Títulos de dívida	5	6
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública	2	3
c) Bancos	3	3
d) Outras sociedades financeiras das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
2. Títulos de capital próprio	1	1
a) Bancos		
b) Outras sociedades financeiras das quais: companhias de seguros		
c) Sociedades não financeiras	1	1
d) Outros emitentes		
<b>3. Unidades de participação em OIC</b>		
<b>4. Empréstimos concedidos</b>		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
<b>Total (A)</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
<b>B. Derivados</b>	<b>1161</b>	<b>204</b>
a) Contrapartes centrais		
b) Outros	1161	204
<b>Total (B)</b>	<b>1161</b>	<b>204</b>
<b>Total (A + B)</b>	<b>1167</b>	<b>211</b>

## 2.5 Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2023			Total 31.12.2022		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
<b>1. Títulos de dívida</b>						
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida						
<b>2. Títulos de capital próprio</b>			-			104
<b>3. Unidades de participação em OIC</b>		165 846			90 226	
<b>4. Empréstimos concedidos</b>						
4.1 Acordos de recompra invertidos						
4.2 Outros						
<b>Total</b>	-	165 846	-	-	90 226	104

**Legenda:**

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

## 2.6 Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor: desagregação por mutuário/emitente

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>1. Títulos de capital próprio</b>		
dos quais: bancos		
dos quais: outras sociedades financeiras	-	104
dos quais: outras sociedades não financeiras		
<b>2. Títulos de dívida</b>		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
<b>3. Unidades de participação em OIC</b>	165 846	90 226
<b>4. Empréstimos concedidos</b>		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
<b>Total</b>	165 846	90 330

### Secção 3 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral - Rubrica 30

137 520 mil euros

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica incluía:

- ▶ a participação no Banco de Itália no valor de 125 milhões de euros;
- ▶ outros pequenos investimentos no valor aproximado de 12,5 milhões de euros.

Relativamente a participações menores em títulos de capital próprio, note-se que em 2023 o Banco adquiriu uma ação da empresa «General Finance S.p.A.» no valor de 7 milhões de euros, mensurados ao justo valor em 31 de dezembro em 9 milhões de euros.

#### 3.1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2023			Total 31.12.2022		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
1. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida						
2. Títulos de capital próprio	9366	128 153		225	127 873	-
3. Empréstimos concedidos						
<b>Total</b>	<b>9366</b>	<b>128 153</b>	<b>-</b>	<b>225</b>	<b>127 873</b>	<b>-</b>

**Legenda:**

N1 = Nível 1  
N2 = Nível 2  
N3 = Nível 3

#### 3.2 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: desagregação por mutuário/emitente

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>1. Títulos de dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
a) Bancos Centrais	-	-
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
<b>2. Títulos de capital próprio</b>	<b>137 520</b>	<b>128 098</b>
a) Bancos	125 534	125 432
b) Outros emitentes:	11 985	2666
- outras sociedades financeiras	10 698	1379
dos quais: companhias de seguros		
- sociedades não financeiras	1287	287
- outros		1000
<b>3. Empréstimos concedidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
<b>Total</b>	<b>137 520</b>	<b>128 098</b>

### Secção 4 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Rubrica 40

10 599 962 mil euros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

- ▶ Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos no valor de 593 561 mil euros;
- ▶ Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes no valor de 10 006 402 mil euros, que, com base nas orientações da nova IFRS 9, a partir de 1 de janeiro de 2018 inclui também a carteira de títulos «Detida para cobrança» (HTC) no valor de 4 957 182 mil euros.



## Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos

593 561 mil euros

### 4.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de empréstimos concedidos e valores a receber de bancos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2023						Total 31.12.2022					
	Quantia Escriturada			Justo valor			Quantia Escriturada			Justo valor		
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3
<b>A. Empréstimos concedidos e valores a receber de Bancos Centrais</b>	230 963			203 963			185 349			185 349		
1. Depósitos a prazo	14 757			X	X	X	11 714			X	X	X
2. Reserva obrigatória	189 206			X	X	X	173 635			X	X	X
3. Acordos de recompra	0			X	X	X				X	X	X
4. Outros				X	X	X				X	X	X
<b>B. Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos</b>	389 598			389 598			292 854			292 854		
1. Empréstimos concedidos	389 598			389 598			292 853			292 853		
1.1 Contas correntes	0			X	X	X				X	X	X
1.2 Depósitos a prazo	15 966			X	X	X	2910			X	X	X
1.3. Outros empréstimos concedidos:	373 632			X	X	X	289 943			X	X	X
- Acordos de recompra invertidos	299 776			X	X	X	183 994			X	X	X
- Empréstimos concedidos para locações	0			X	X	X				X	X	X
- Outros	73 856			X	X	X	105 950			X	X	X
2. Títulos de dívida	0											
2.1. Títulos estruturados	0											
2.2. Outros títulos de dívida	0											
<b>Total</b>	<b>593 561</b>	-	-	-	-	<b>593 561</b>	<b>478 203</b>	-	-	-	-	<b>478 203</b>

#### Legenda:

N1 = Nível 1  
N2 = Nível 2  
N3 = Nível 3

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de Bancos Centrais - Reserva Obrigatória», no montante de 189,2 milhões, inclui também os montantes depositados em cumprimento das reservas obrigatórias dos bancos clientes, para os quais o BFF Bank presta o serviço indiretamente, enquanto

a rubrica «Depósitos a prazo» inclui o saldo do montante depositado junto do banco nacional da Polónia (*Narodowy Bank Polski*) para o financiamento efetuado pela sucursal polaca através do «Lokata Facto», no montante de 14 757 mil euros.

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - depósitos a prazo» refere-se, no montante de 15 966 mil euros ao montante depositado no *Banco de España* como CRM (*Coefficiente de Reservas Mínimas*), relativo ao financiamento efetuado pela sucursal espanhola do Banco através do «Cuenta Facto».

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Acordos de recompra invertidos», no montante de 299,8 milhões de euros, refere-se a contratos regidos por Acordos principais globais de recompra (GMRA) com outros bancos.

Os «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Outros» consistem principalmente em contas comerciais a receber, ou seja, contas comerciais a receber relativas a transações ligadas à prestação de serviços e, em particular, a posições diárias relacionadas com a prestação de serviços de liquidação por meio de cartões de pagamento.

A rubrica não inclui quaisquer ativos objeto de imparidade.

### Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes

10 006 402 mil euros, incluindo títulos da carteira «Detida para cobrança» (HTC) no valor de 4 957 182 mil euros.

Esta rubrica inclui principalmente empréstimos a clientes no valor de 5049,2 milhões de euros e 4957,2 milhões de euros em títulos de dívida da carteira HTC.

Os valores a receber de clientes por parte do BFF são mensurados ao custo amortizado, determinados com base no valor presente de futuros fluxos de caixa estimados.

Os valores a receber sem recurso incluem capital principal e juros de mora corridos desde a data de vencimento do valor a receber. Para o apuramento do custo amortizado, incluindo os juros de mora reconhecidos com base no princípio da especialização económica, o BFF Bank atualiza anualmente as séries cronológicas de dados relativos às percentagens de cobrança de juros de mora e aos prazos, altura em que são elaboradas as demonstrações financeiras separadas. Após esta análise, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base na série cronológica, o Banco manteve inalterados os parâmetros relativos à abordagem para estimar os juros de mora a incluir no custo amortizado em 50 % para as taxas de recuperação e 2100 dias para os prazos até à cobrança.

O valor cumulativo de juros de mora a que o BFF Bank tem direito, mas ainda não cobrados, relativos a valores a receber adquiridos a título definitivo (Provisão para juros de mora), ascendeu a 784,5 milhões de euros, dos quais apenas 364,5 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração dos rendimentos do período e em períodos anteriores.

Esta rubrica inclui igualmente as despesas de cobrança («40 euros»). O Decreto Legislativo italiano n.º 231 de 10/9/2002, que transpõe a Diretiva 2000/35/CE que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, estabelece, no que se refere à indemnização por despesas de cobrança, que «É devido ao credor, sem que seja necessária a constituição de incumprimento, um montante fixo de 40 euros a título de indemnização por perdas e danos, sem prejuízo da prova de danos superiores, que podem incluir despesas de assistência à cobrança de dívida».

A interpretação do BFF foi confirmada pelo recente acórdão ganho pelo Banco no Tribunal de Justiça da União Europeia, em 20 de outubro de 2022, que constitui a interpretação vinculativa também para as decisões nacionais de todos os Estados-Membros, e confirmou o direito de recuperar pelo menos 40 euros por cada fatura vencida em relação à Administração Pública, independentemente do montante e de um determinado número de faturas fazer parte de um único acordo de pagamento.

Por conseguinte, o Banco acompanhou as cobranças das despesas de cobrança para desenvolver uma série cronológica que tem atualmente uma profundidade de 5 anos. Tendo em conta a jurisprudência recente, a tendência de aumento da cobrança e as percentagens crescentes de cobrança alinhadas com as dos juros de mora, foi tomada a decisão de incluir este tipo de receitas nas demonstrações financeiras separadas, modificando o método de estimativa das receitas, contabilizando 50 % no momento do acréscimo e reconhecendo simultaneamente o respetivo valor a receber.

O valor cumulativo das despesas de cobrança a que o BFF tem direito e que ainda não foram cobradas relativamente a valores a receber adquiridos a título definitivo («provisão de 40 euros») ascendeu a 207,5 milhões de euros, dos quais apenas 103,3 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração dos rendimentos do exercício, em resultado da transição da contabilidade de caixa para a contabilidade de exercício durante o exercício.

Os títulos de dívida classificados na carteira HTC, no valor de 4 957 182 milhões de euros, são mensurados ao custo amortizado. Os juros pertinentes são, por conseguinte, reconhecidos na demonstração dos rendimentos utilizando a taxa de rendimento efetiva.

Em 31 de dezembro de 2023, esta carteira é composta por títulos de dívida pública adquiridos para cobrir o risco de liquidez e otimizar o custo do dinheiro. Esta apresenta um valor nominal total de 4962 milhões de euros e um justo valor de 4892 milhões de euros, com um desvio negativo (antes de impostos) de cerca 65 milhões de euros em relação à quantia escriturada à mesma data, não reconhecida nas demonstrações financeiras separadas.

#### 4.2 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de empréstimos concedidos e valores a receber de clientes

10 006 402 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/ Montantes	Total 31.12.2023						Total 31.12.2022							
	Quantia Escriturada			Justo valor			Quantia Escriturada			Justo valor				
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3		
<b>1. Empréstimos concedidos</b>	<b>4 747 906</b>	<b>295 731</b>	<b>5584</b>			<b>5 255 082</b>	<b>4 867 118</b>	<b>246 308</b>	<b>5672</b>			<b>5 119 099</b>		
1.1 Contas correntes	285 612	447		X	X	X	30 986	391				X	X	X
1.2. Acordos de recompra invertidos	52 424			X	X	X	67 897					X	X	X
1.3 Hipotecas				X	X	X						X	X	X
1.4 Cartões de crédito e empréstimos concedidos pessoais, incluindo empréstimos com garantia salarial	62			X	X	X	173					X	X	X
1.5. Empréstimos concedidos para locações				X	X	X						X	X	X
1.6. <i>Factoring</i>	2 544 768	259 792	5584	X	X	X	2 507 838	224 021	5672			X	X	X
1.7 Outros empréstimos concedidos	1 865 041	35 491		X	X	X	2 260 225	21 896				X	X	X
<b>2. Títulos de dívida</b>	<b>4 957 182</b>					<b>4 891 958 856</b>	<b>6 129 228</b>					<b>5 946 465</b>		
2.1 Títulos estruturados														
2.2 Outros títulos de dívida	4 957 182					4 891 959								
<b>Total</b>	<b>9 705 088</b>	<b>295 731</b>	<b>5584</b>	<b>4 891 959</b>	<b>-</b>	<b>5 255 082</b>	<b>10 996 347</b>	<b>246 308</b>	<b>5672</b>	<b>5 946 465</b>	<b>-</b>	<b>5 119 099</b>		

##### Legenda:

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

- ▶ Os empréstimos de *factoring* produtivos ascenderam a um total de 2 544 768 mil euros e consistiram exclusivamente em valores a receber adquiridos a título definitivo, registados sob o nome do devedor atribuído, com as condições de desreconhecimento, e mensurados ao custo amortizado.

As contas comerciais a receber sem recurso são adquiridas sobretudo já vencidas, e a respetiva parte em capital é considerada cobrável. O direito aos juros de mora acrescidos e corridos sobre os mesmos e o direito às despesas de cobrança no seu vencimento são adquiridos aquando da compra.

As contas comerciais a receber adquiridas abaixo do valor nominal totalizaram 22 086 mil euros relativos a juros de mora e 2896 mil euros relativos a despesas de cobrança.

- ▶ Outros empréstimos produtivos a receber de clientes ascendiam a 1 865 041 mil euros. Estes incluíam sobretudo:
  - Juros de mora acumulados no valor aproximado de 176 306 mil euros. Esta quantia já foi reconhecida na demonstração dos rendimentos no exercício em curso e em exercícios anteriores e apenas se refere a juros de mora acumulados. Por conseguinte, dos 364,5 milhões de euros de juros de mora reconhecidos na demonstração dos rendimentos, e referentes à provisão existente em 31 de dezembro de 2023, 192 milhões de euros referem-se à rubrica sob análise, ao passo que os restantes 154,2 milhões de euros foram reconhecidos na rubrica *factoring* e 18,3 milhões de euros na rubrica valores a receber em outros empréstimos vencidos;
  - Despesas de cobrança no valor de 92 133 mil euros; este montante, juntamente com os 8886 mil euros classificados em empréstimos objeto de imparidade, já foi transferido para a demonstração dos rendimentos e refere-se a despesas de cobrança já acumuladas sobre créditos comerciais adquiridos a título definitivo.
  - Empréstimos entre empresas concedidos à subsidiária BFF Finance Iberia e ao BFF Polska Group num total de 1 297 524 milhões de euros;
  - Depósitos de títulos de aproximadamente 73 620 mil euros para atividades de liquidação relacionadas com as transações típicas das áreas de negócio de Serviços de Títulos e Pagamentos Bancários;
  - depósitos de títulos para transações em vigor com a «Cassa Compensazione e Garanzia» no valor de 128 140 milhões de euros;
- ▶ Acordos de recompra invertidos no valor de 52 424 mil euros. Estes são exposições decorrentes de contratos com clientes regulados pelo Acordo principal global de recompra (GMRA).
- ▶ Os serviços de crédito em conta corrente, no montante de 285 612 mil euros, são essencialmente representados por descobertos em conta corrente entre empresas a favor do BFF Central Europe e do BFF Immobiliare, no montante de 264 562 mil euros, e por 21 049 mil euros pela utilização de linhas de crédito concedidas para fazer face a necessidades de serviço a empresas de gestão de ativos e fundos que utilizam os serviços do banco depositário (como parte dos serviços oferecidos pela Unidade de Negócio de Serviços de Títulos) ou por clientes empresariais a quem são prestados serviços de cobrança e pagamento (como parte dos serviços prestados pelo Departamento de Pagamentos Bancários).
- ▶ Os ativos objeto de imparidade líquidos do BFF totalizavam 301 314 mil euros, em comparação com 251 980 mil euros em 31 de dezembro de 2022. O aumento foi causado principalmente por exposições vencidas objeto de imparidade (+35 milhões de euros em comparação com o exercício anterior). Os ativos objeto de imparidade incluem:
  - Empréstimos improdutivos que consistem em exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou em situações basicamente semelhantes, independentemente de quaisquer projeções de perdas feitas pelo Banco. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total de empréstimos improdutivos, líquido de imparidades, ascendeu a 93 228 mil euros, dos quais 5584 mil euros adquiridos já objeto de imparidade. Os empréstimos improdutivos líquidos relativos a municípios italianos e a governos distritais em dificuldades financeiras ascendiam a 92 644 mil euros (80 271 mil euros em 31 de dezembro de 2022), representando 99,4 % do total. Este caso é classificado como «improdutivo», em conformidade com as indicações fornecidas pela Autoridade de Supervisão, não obstante o facto de o BFF ter direito a receber 100 % do capital principal e juros de mora no final do processo de insolvência. A parte da provisão para juros de mora relativa a exposições improdutivoas, reconhecida no momento da alteração nas estimativas em 2014, era igual a 1 milhão de euros, integralmente objeto de imparidade. Ao ter em conta também esta quantia, os empréstimos improdutivos brutos ascenderam a 96 478 mil euros e as correções relevantes totalizaram 3251 mil euros.

A este respeito, o Banco solicitou ao Banco de Itália uma clarificação interpretativa relativamente ao requisito de classificação automática, ou sem avaliação autónoma por parte de um intermediário, dos valores a receber em dificuldades financeiras como improdutivos, uma vez que o Banco espera que essas exposições de crédito sejam totalmente reembolsadas.

- A rubrica «Exposições com probabilidade reduzida de pagamento» reflete o parecer do intermediário sobre a improbabilidade de - excluindo ações como a execução de garantias - o devedor cumprir na íntegra (em termos de capital e/ou juros) as suas obrigações em matéria de crédito. Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações).
- Em 31 de dezembro de 2023, as exposições brutas classificadas como «com probabilidade reduzida de pagamento» ascendiam a 3087 mil euros, amortizados em 1520 mil euros. A exposição líquida ascende, portanto, a 1566 mil euros.
- As exposições vencidas líquidas totalizavam 206 520 mil euros, das quais 193 390 mil euros (93,8 %), atribuíveis a contrapartes da administração pública e a empresas do setor público.

Recorde-se que os ativos objeto de imparidade são classificados de acordo com a definição prudencial de incumprimento (ou seja, vencido, com probabilidade reduzida de pagamento e improdutivo), que pressupõe a existência de um estado efetivo de deterioração da qualidade do crédito da exposição, não prevendo qualquer discricionariedade e não assegurando que determinados casos não representativos de um agravamento do risco de crédito (como acontece com a maioria das exposições do Banco) sejam tratados de forma diferente. O perfil de risco de crédito real assumido pelo Banco é limitado, tal como tem sido assumido em relação aos organismos públicos, e a classificação acima descrita pode resultar em distorções significativas na representação da informação contabilística, prudencial e de solidez de capital do Banco. Este facto é igualmente corroborado pelas perdas de crédito registadas muito limitadas.

### Justo valor

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» da demonstração financeira refere-se sobretudo a contas comerciais a receber sem recurso, para as quais não existe um mercado ativo e líquido. Existem, nomeadamente, contas comerciais vencidas a receber de organismos da administração pública para as quais não pode ser determinado facilmente um preço numa transação hipoteticamente independente, em parte devido à dificuldade em avaliar razoavelmente o risco de liquidez que seria aceite pelo mercado para essas transações.

Consequentemente, a quantia escriturada (determinada com base no custo amortizado e tendo em conta qualquer imparidade individual e coletiva), em relação à natureza, tipo, duração desses ativos e projeções de cobrança relacionadas, foi considerada como sendo substancialmente representativa do justo valor dessas contas comerciais a receber à data de relato.

#### 4.3 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por mutuário/emitente de empréstimos concedidos e valores a receber de clientes

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2023			Total 31.12.2022		
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito
<b>1. Títulos de dívida</b>	<b>4 957 182</b>			<b>6 129 228</b>		
a) Organismos de administração pública	4 950 043			6 129 228		
b) Outras sociedades financeiras	7140					
das quais: companhias de seguros						
c) Sociedades não financeiras						
<b>2. Empréstimos concedidos a:</b>	<b>4 747 906</b>	<b>295 731</b>	<b>5584</b>	<b>4 867 119</b>	<b>246 308</b>	<b>5672</b>
a) Organismos de administração pública	2 714 988	280 852	5584	2 702 696	241 080	5672
b) Outras sociedades financeiras	1 743 420	447		1 997 982	391	
das quais: companhias de seguros	1			605		
c) Sociedades não financeiras	244 840	8725		117 572	2748	
d) Agregados familiares	44 659	5706		48 869	2088	
<b>Total</b>	<b>9 705 088</b>	<b>295 731</b>	<b>5584</b>	<b>10 996 347</b>	<b>246 308</b>	<b>5672</b>

As exposições a sociedades financeiras referem-se principalmente a empréstimos concedidos às subsidiárias BFF Finance Iberia e BFF Polska Group (num montante total de 1520 milhões de euros) e à Cassa di Compensazione e Garanzia no valor de 197,5 milhões de euros.

#### 4.4 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: montante bruto e correções totais

(Montantes em milhares de euros)

	Montante bruto				Total de correções				Total de anulações (write-offs) parciais (*)
	Fase 1	dos quais: Instrumentos com baixo risco de crédito	Fase 2	Fase 3	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	
Títulos de dívida	4 959 156				1974				
Empréstimos concedidos	5 081 054		261 856	300 070	5785	1271	172	4339	201
<b>Total 31.12.2023</b>	<b>10 040 210</b>	<b>-</b>	<b>261 856</b>	<b>300 070</b>	<b>5785</b>	<b>3245</b>	<b>172</b>	<b>4339</b>	<b>201</b>
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>10 545 991</b>	<b>-</b>	<b>930 007</b>	<b>249 484</b>	<b>5678</b>	<b>1254</b>	<b>194</b>	<b>3176</b>	<b>6</b>

(\*) Valor fornecido para fins informativos

### Secção 7 - Investimentos em capitais próprios - Rubrica 70

154 876 mil euros

A rubrica totalizou 155 milhões de euros e consistiu em investimentos no BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, BFF Immobiliare S.r.l. (criada em janeiro de 2022) e BFF Techlab S.r.l. (adquirida em outubro de 2022), todas controladas exclusivamente pelo BFF Bank, que detém 100 % do capital, bem como pela Unione Fiduciaria, com uma participação no valor de 24 % das ações emitidas e resultante da fusão do DEPObank em março de 2021, reconhecida nas demonstrações financeiras separadas por 8,6 milhões de euros.

Todos os investimentos são registados nas demonstrações financeiras separadas de acordo com o método de custo.

#### 7.1 Investimentos em capitais próprios: informações sobre relações de investimento

Nome	Sede social	Escritório de operações	Participação %	Direitos de voto %
<b>A. Empresas inteiramente controladas</b>				
1. BFF Finance Iberia, S.A.	Madrid (Espanha)	Madrid (Espanha)	100 %	100 %
2. BFF Polska S.A.	Łódź (Polónia)	Łódź (Polónia)	100 %	100 %
3. BFF Immobiliare S.r.l.	Milão (Itália)	Milão (Itália)	100 %	100 %
4. BFF TechLab S.r.l.	Brescia (Itália)	Brescia (Itália)	100 %	100 %
<b>B. Empresas controladas conjuntamente</b>				
<b>C. Empresas sobre as quais é exercida uma influência significativa</b>				
1. Unione Fiduciaria	Milão (Itália)	Milão (Itália)	24 %	24 %

## 7.5 Investimentos em capitais próprios: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>A. Saldo inicial</b>	151 876	150 491 36
<b>B. Aumentos</b>		
B.1 Aquisições	3000	1384,19
B.2 Ganhos por imparidade		
B.3 Reavaliações		
B.4 Outras alterações		
<b>C. Reduções</b>		
C.1 Vendas		
C.2 Perdas por imparidade		
C.3 Imparidade		
C.4 Outras alterações		
<b>D. Saldo final</b>	154 876	151 876
<b>E. Total de reavaliações</b>		
<b>F. Total de correções</b>		

Os aumentos referem-se à aquisição de participações adicionais na BFF Immobiliare S.r.l. por 3 milhões de euros.

## Secção 8 - Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento - Rubrica 80

20 377 mil euros

## 8.1 Ativos tangíveis com utilização funcional: desagregação dos ativos mensurados ao custo

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>1. Ativos detidos</b>		
a) terrenos	2640	6325
b) edifícios	3984	9361
c) mobiliário	266	165
d) sistemas eletrónicos	624	925
e) outros	1111	312
<b>2. Ativos sob direito de uso</b>		
a) terrenos		
b) edifícios	11 238	10 188
c) mobiliário		
d) sistemas eletrónicos	5	
e) outros	509	487
<b>Total</b>	<b>20 377</b>	<b>27 763</b>
dos quais: obtidos da aplicação de garantias recebidas		



## 8.6 Ativos fixos tangíveis de uso funcional: variações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Terrenos	Edifícios	Mobiliário	Sistemas eletrónicos	Outros	Total
<b>A. Saldos iniciais brutos</b>	6325	27 245	2828	11 398	7055	54 851
A.1 Total das perdas líquidas por imparidade		(7694)	(2663)	(10 473)	(6256)	(27 087)
A.2 Saldos iniciais líquidos	6325	19 550	165	925	798	27 763
<b>B. Aumentos:</b>	-	2794	274	455	1416	4939
B.1 Aquisições			169	447	579	1195
B.2 Melhorias em imóveis arrendados capitalizadas						
B.3 Reversões de perdas por imparidade						
B.4 Aumentos no justo valor por via de:						
a) capital próprio						
b) lucros ou perdas						
B.5 Ganhos cambiais						
B.6 Transferências de propriedades de investimento			X	X	X	
B.7 Outras alterações		2794	105	8	837	3744
<b>C. Reduções:</b>	(3685)	(7122)	(174)	(750)	(595)	(12 326)
C.1 Vendas						
C.2 Depreciação		(2559)	(174)	(750)	(471)	(3954)
C.3 Correções de imparidade reconhecidas em:						
a) capital próprio						
b) lucros ou perdas						
C.4 Reduções ao justo valor por via de:						
a) capital próprio						
b) demonstração dos rendimentos						
C.5 Perdas cambiais						
C.6 Transferências para:						
a) propriedades de investimento			X	X	X	
b) ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	(3685)	(4278)			(83)	(8046)
C.7 Outras alterações		(284)		(1)	(41)	(326)
<b>D. Saldos finais líquidos</b>	2640	15 222	266	630	1620	20 377
D.1 Total das perdas líquidas por imparidade		(14 816)	(2837)	(11 223)	(6851)	(35 727)
D.2 Saldo final bruto	2640	30 038	3103	11 853	8471	56 105
<b>E. Mensuração ao custo</b>	2640	30 038	3103	11 853	8471	56 105

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» ascendia a um total de 20 377 mil euros. A rubrica era composta sobretudo por:

- ▶ Terrenos no valor de 2640 mil euros;
- ▶ Edifícios no valor de 3979 mil euros, referentes ao imóvel do Banco em Roma, na Via Elio Chianesi 110/d, propriedade do antigo DEPObank;
- ▶ Ativos sob direito de uso relacionados com a aplicação da IFRS 16 sobre locações no valor de 11 752 mil euros, dos quais 11 238 mil euros relativos a propriedades em regime de locação pelo Banco e pelas suas sucursais no estrangeiro. Para informação adicional sobre esta questão, consultar a Secção M das Notas anexas.

Em conformidade com as disposições da IFRS 5, após a assinatura do acordo de venda do imóvel situado na via Domenichino 5, propriedade do Banco, em 31 de dezembro de 2023, a sua quantia escriturada de 8046 mil euros foi reclassificada da rubrica em questão para a rubrica 120 dos ativos na demonstração da posição financeira «Ativos não correntes e operações descontinuadas». A venda estará concluída até ao final de 2024.

## Secção 9 - Ativos intangíveis - Rubrica 90

40 734 mil euros

## 9.1 Ativos intangíveis: desagregação por tipo de ativo

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Total 31.12.2023		Total 31.12.2022	
	Vida útil definida	Vida útil indefinida	Vida útil definida	Vida útil indefinida
A.1 Goodwill		X		X
<b>A.2 Outros ativos intangíveis</b>	<b>40 734</b>		<b>36 142</b>	
dos quais: <i>software</i>	13 797		10 993	
A.2.1 Ativos mensurados ao custo:				
a) ativos intangíveis gerados internamente				
b) outros ativos	40 734		36 142	
A.2.2 Ativos mensurados ao justo valor:				
a) ativos intangíveis gerados internamente				
b) outros ativos				
<b>Total</b>	<b>40 734</b>	<b>-</b>	<b>36 142</b>	<b>-</b>

## 9.2 Ativos intangíveis: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Goodwill		Outros ativos intangíveis gerados internamente		Outros ativos intangíveis outros		Total
	DEF	INDEF	DEF	INDEF	DEF	INDEF	
<b>A. Saldo inicial</b>					43 305		43 305
A.1 Total das perdas líquidas por imparidade					(7163)		(7163)
A.2 Saldos iniciais líquidos					36 142		36 142
<b>B. Aumentos</b>					12 332		12 332
B.1 Aquisições					12 332		12 332
B.2 Aumentos em ativos intangíveis gerados internamente	X						
B.3 Reversões de perdas por imparidade	X						
B.4 Aumentos no justo valor							
- no capital próprio	X						
- nos resultados	X						
B.5 Ganhos cambiais							
B.6 Outras alterações							
<b>C. Reduções</b>					(7739)		(7739)
C.1 Vendas							
C.2 Amortização e perdas líquidas por imparidade							
- Amortização	X				(7739)		(7739)
- Imparidade							
+ capital próprio	X						
+ lucros ou perdas							
C.3 Reduções ao justo valor							
- no capital próprio	X						
- nos resultados	X						
C.4 Transferências para ativos não correntes detidos para venda							
C.5 Diferenças de perdas cambiais							
C.6 Outras alterações							
<b>D. Saldos finais líquidos</b>	-	-	-	-	40 734	-	40 734
D.1 Total das perdas líquidas por imparidade					(12 202)		(12 202)
<b>E. Saldos finais brutos</b>	-	-	-	-	52 936	-	52 936
<b>F. Mensuração ao custo</b>	-	-	-	-	52 936	-	52 936

Os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, líquido de amortização, calculado com base na respetiva vida útil estimada.

Em conformidade com a IAS 38, parágrafo 118, alínea a), as taxas de amortização aplicadas baseiam-se nas vidas úteis previstas dos ativos intangíveis.

Para além dos contratos com clientes, que representam 19 129 mil euros, a rubrica inclui também outros ativos intangíveis com vida útil definida que se referem a investimentos em novos programas plurianuais e *software*, amortizados linearmente ao longo da sua vida útil estimada (4 anos).

Por último, não foram identificados eventos de desencadeamento relativos a outros ativos intangíveis com uma vida útil definida. Por conseguinte, de acordo com os requisitos da IAS 36, não foi efetuado qualquer teste de imparidade.

## Secção 10 - Ativos e passivos por impostos - Rubrica 100 dos ativos e Rubrica 60 dos passivos

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos por impostos correntes ascendem a 108 569 mil euros e 121 318 mil euros, respetivamente, e incluem o saldo líquido das posições fiscais do Grupo relativamente às administrações fiscais, de acordo com o disposto na IAS 12. Em particular, estes elementos incluem o saldo líquido dos passivos por impostos correntes do exercício, calculado de acordo com uma estimativa prudencial da carga fiscal devida para o exercício, determinado com base no código fiscal corrente, e os ativos por impostos correntes representados por pré-pagamentos efetuados no decurso do exercício. Os impostos correntes correspondem à quantia de impostos sobre o rendimento devidos para o exercício.

### 10.1 Ativos por impostos diferidos: desagregação

53 104 mil euros

As principais componentes dos ativos por impostos diferidos incluem a parte de quantias dedutíveis em anos futuros de correções a empréstimos concedidos e valores a receber, o acréscimo para obrigações de benefícios a colaboradores diferidos e a depreciação e amortização, cujo reconhecimento é diferido para efeitos de imposto.

### 10.2 Passivos por impostos diferidos: desagregação

121 318 mil euros

Os passivos por impostos diferidos dizem sobretudo respeito às taxas sobre os juros de mora do BFF Bank, reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas num regime de acréscimo, mas que farão parte do lucro tributável em anos futuros após a sua cobrança, em conformidade com o artigo 109.º, n.º 7, do Decreto Presidencial n.º 917 de 1986, bem como à provisão para perdas de anos anteriores.

**10.3 Alterações nos ativos por impostos diferidos (por via dos resultados)**

52 861 mil euros

*(Montantes em milhares de euros)*

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>1. Saldo inicial</b>	54 840	55 188
<b>2. Aumentos</b>		
2.1 Ativos por impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) reversões de perdas por imparidade		
d) outros	3303	8457
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos	-	-
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Ativos por impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões	(4320)	(8805)
b) imparidade por rubricas não recuperáveis		
c) alterações nas políticas contabilísticas		
d) outros		
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções:		
a) conversão em créditos fiscais, ao abrigo da Lei italiana n.º 214/2011		
b) outros	(962)	
<b>4. Saldo final</b>	<b>52 861</b>	<b>54 840</b>

**10.3 bis Alteração nos ativos por impostos diferidos nos termos da Lei n.º 214/2011**

12 897 mil euros

*(Montantes em milhares de euros)*

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>1. Saldo inicial</b>	15 187	17 400
<b>2. Aumentos</b>	-	-
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Reversões	(2290)	(2213)
3.2 Transformação em créditos fiscais		
a) decorrente de perdas no exercício		
b) decorrente de perdas fiscais		
3.3 Outras reduções		
<b>4. Saldo final</b>	<b>12 897</b>	<b>15 187</b>

**10.4 Alteração nos passivos por impostos diferidos (por via dos resultados)**

120 449 mil euros

*(Montantes em milhares de euros)*

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>1. Saldo inicial</b>	106 180	96 255
<b>2. Aumentos</b>		
2.1 Passivos por impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros	16 388	11 529
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos		
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Passivos por impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões	(2119)	(1604)
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		
<b>4. Saldo final</b>	<b>120 449</b>	<b>106 180</b>

**10.5 Alteração nos ativos por impostos diferidos (registados nos capitais próprios)**

244 mil euros

*(Montantes em milhares de euros)*

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>1. Saldo inicial</b>	403	451
<b>2. Aumentos</b>		
2.1 Ativos por impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos	181	261
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Ativos por impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões		
b) imparidade por rubricas não recuperáveis		
c) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
d) outros	-	(308)
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções	(341)	
<b>4. Saldo final</b>	<b>244</b>	<b>403</b>

**10.6 Alteração nos passivos por impostos diferidos (registados nos capitais próprios)**

869 mil euros

*(Montantes em milhares de euros)*

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>1. Saldo inicial</b>	112	168
<b>2. Aumentos</b>		
2.1 Impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos	759	26
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões	-	-
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros	(2)	(83)
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		
<b>4. Saldo final</b>	<b>869</b>	<b>112</b>

## Secção 11 - Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas - e passivos associados - Rubrica 110 dos ativos e rubrica 70 dos passivos

### 1.1 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas: desagregação por tipo de ativo

8046 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>A. Ativos detidos para venda</b>		
A.1 Ativos financeiros		
A.2 Investimentos em capitais próprios		
A.3 Ativos tangíveis	8046	-
dos quais: obtidos da aplicação de garantias recebidas		
A.4 Ativos intangíveis		
A.5 Outros ativos não correntes		
<b>Total (A)</b>	<b>8046</b>	<b>-</b>
dos quais mensurados ao custo	8046	
dos quais mensurados ao justo valor, nível 1		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 2		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 3		
<b>B. Operações descontinuadas</b>		
B.1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados		
- ativos financeiros detidos para negociação		
- ativos financeiros ao justo valor		
- outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor		
B.2 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
B.3 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
B.4 Investimentos em capitais próprios		
B.5 Ativos tangíveis		
dos quais: obtidos da aplicação de garantias recebidas		
B.6 Ativos intangíveis		
B.7 Outros ativos		
<b>Total (B)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
dos quais mensurados ao custo		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 1		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 2		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 3		

(cont.)

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>C. Passivos associados a ativos detidos para venda</b>		
C.1 Valores a pagar		
C.2 Títulos		
C.3 Outros passivos		
<b>Total (C)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
dos quais mensurados ao custo		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 1		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 2		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 3		
<b>D. Passivos associados a operações descontinuadas</b>		
D.1 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
D.2 Passivos financeiros detidos para negociação		
D.3 Passivos financeiros designados ao justo valor		
D.4 Provisões		
D.5 Outros passivos		
<b>Total (D)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
dos quais mensurados ao custo		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 1		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 2		
dos quais mensurados ao justo valor, nível 3		

Em conformidade com as disposições da IFRS 5, após a assinatura do acordo de venda do imóvel situado na via Domenichino 5, propriedade do Banco, em 31 de dezembro de 2023, a sua quantia escriturada líquida de 8046 mil euros foi reclassificada da rubrica em questão para a rubrica 120 dos ativos na demonstração da posição financeira «Ativos não correntes e operações descontinuadas». A venda estará concluída até ao final de 2024.



## Secção 12 - Outros ativos - Rubrica 120

### 12.1 Outros ativos: desagregação

644 466 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos de títulos	4040	4060
Faturas emitidas e a emitir	12 654	13 003
Inventários		
Fluxos de pagamento a creditar	128 613	86 970
Outras exposições	63 951	44 787
Rendimento acumulado e despesas pré-pagas	21 117	18 723
Ativos por impostos Ecobonus	414 092	221 474
<b>Total</b>	<b>644 466</b>	<b>389 016</b>

Os «Fluxos de pagamento a creditar» referem-se a contas provisórias com saldo devedor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem liquidações que foram suspensas nos primeiros dias úteis após a data de relato das presentes demonstrações financeiras.

«Rendimento acumulado e despesas pré-pagas» refere-se sobretudo ao diferimento de custos relativos a despesas administrativas.

«Outras exposições» referem-se sobretudo a valores não negociáveis a receber de diversos devedores, elementos pendentes e encargos legais a recuperar.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica «Ativos por impostos Ecobonus», no montante de 414,1 milhões de euros, inclui tanto os valores a receber adquiridos através de operações de *factoring*, de acordo com o modelo de negócio HTC, no montante de 354,2 milhões de euros, como 59,9 milhões de euros, de acordo com o modelo de negócio comercial. Estes valores a receber são reconhecidos e mensurados de acordo com o método do justo valor. Especificamente, os ativos por impostos Ecobonus da carteira HTC, que aumentaram em relação ao valor registado no final do exercício anterior, dizem respeito a valores a receber adquiridos pelo Banco com operações de *factoring* sem recurso e decorrentes de incentivos fiscais existentes. De acordo com a regulamentação fiscal em vigor, estes ativos por impostos em questão são utilizados para compensar o pagamento de impostos e contribuições e estão classificados na rubrica 130 dos ativos «Outros ativos», de acordo com o definido pelo Banco de Itália no Documento n.º 9 do Banco de Itália/Consob/Ivass: «Mesa de coordenação entre o Banco de Itália, a Consob e o Ivass sobre a aplicação das IAS/IFRS».

## PASSIVOS

### Secção 1 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - Rubrica 10

10 731 370 mil euros

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

- ▶ dívidas a bancos no valor de 2 268 022 mil euros;
- ▶ dívidas a clientes no valor de 8 463 347 mil euros.

#### Dívidas a bancos

2 268 022 mil euros

#### 1.1 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de montantes devidos a bancos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2023			Total 31.12.2022				
	QE	Justo valor			QE	Justo valor		
		N1	N2	N3		N1	N2	N3
<b>1. Montantes devidos a bancos centrais</b>	<b>3582</b>	X	X	X	<b>4141</b>	X	X	X
<b>2. Montantes devidos a bancos</b>	<b>2 264 440</b>	X	X	X	<b>1 161 416</b>	X	X	X
2.1 Contas correntes e depósitos à ordem	919 933	X	X	X	716 230	X	X	X
2.2. Depósitos a prazo	181 081	X	X	X	444 571	X	X	X
2.3 Empréstimos concedidos	1 089 129	X	X	X		X	X	X
2.3.1 Acordos de recompra - valores a pagar	1 089 129	X	X	X		X	X	X
2.3.2 Outros	0	X	X	X		X	X	X
2.4 Dívidas por compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio	0	X	X	X		X	X	X
2.5 Passivo de locação	0	X	X	X		X	X	X
2.6 Outros valores a pagar	74 298	X	X	X	616	X	X	X
<b>Total</b>	<b>2 268 022</b>		<b>2 268 022</b>		<b>1 165 557</b>		<b>1 165 557</b>	

#### Legenda:

QE = Quantia Escriturada  
 N1 = Nível 1  
 N2 = Nível 2  
 N3 = Nível 3

Esta rubrica consiste sobretudo em «contas correntes e depósitos à ordem», no valor de 919,9 milhões de euros, provenientes sobretudo de operações de serviços de pagamento, e inclui os saldos das contas dos clientes bancários. Esta rubrica inclui igualmente o montante de contratos «Repo» com contrapartes bancárias no valor de cerca de 1,1 mil milhões de euros.

A rubrica também inclui «Depósitos a prazo», que estão sobretudo relacionados com depósitos necessários para os serviços prestados aos bancos clientes, tais como o cumprimento indireto dos requisitos de reservas obrigatórias.

## Montantes devidos a clientes

8 463 347 mil euros

### 1.2 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de montantes a pagar a clientes

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2023				Total 31.12.2022			
	QE	Justo valor			QE	Justo valor		
		N1	N2	N3		N1	N2	N3
1. Contas correntes e depósitos à ordem	4 299 415	X	X	X	4 134 789	X	X	X
2. Depósitos a prazo	2 711 140	X	X	X	1 263 096	X	X	X
3. Empréstimos concedidos	717 120	X	X	X	4 575 103	X	X	X
3.1 Acordos de recompra	568 796	X	X	X	4 441 292	X	X	X
3.2 Outros	148 323	X	X	X	133 811	X	X	X
4. Passivo relacionado com compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio	0	X	X	X		X	X	X
5. Passivo de locação	12 068	X	X	X	10 679	X	X	X
6. Outros passivos	723 606	X	X	X	745 007	X	X	X
<b>Total</b>	<b>8 463 347</b>				<b>10 728 674</b>			

#### Legenda:

QE = Quantia Escriturada  
N1 = Nível 1  
N2 = Nível 2  
N3 = Nível 3

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica consistia sobretudo em «contas correntes e depósitos à ordem», num montante de 4299 milhões de euros, relativos a saldos de contas operacionais, ou seja, contas abertas para os clientes (por exemplo, fundos, sociedades de gestão de ativos, clientes empresariais e outras instituições) relacionados com a atividade principal do banco depositário, e empréstimos concedidos de «acordos de recompra», num montante de 568,8 milhões de euros.

A rubrica inclui 2 745 516 milhões de euros relativos às contas de depósito *online* («*conto facto*») disponibilizadas em Itália, Espanha, Alemanha, Países Baixos, Irlanda e Polónia (depósitos restritos e contas correntes), face aos 1 283 673 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2022.

«Outros passivos» referem-se sobretudo a cobranças de exposições geridas a pagar a clientes, bem como cheques de caixa pendentes emitidos como parte do serviço que permite aos bancos afiliados disponibilizar instrumentos de crédito emitidos pelo BFF Bank como banco depositário aos seus clientes, com base num acordo de mandato.

Os passivos de locação, que perfazem um total de 12,1 milhões de euros, dizem respeito ao reconhecimento de passivos de locação resultantes de ativos sob direito de uso, incluídos na rubrica 90 dos ativos «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» da Demonstração da Posição Financeira, no seguimento da aplicação da nova IFRS 16, em vigor a 1 de janeiro de 2019.

O montante corresponde principalmente ao efeito da aplicação da norma às locações dos imóveis arrendados pelo Grupo, e os contratos de locação têm uma duração entre 3 e 6 anos. Para mais informações, ver a Parte M - «Relato por locações» das Notas às demonstrações financeiras separadas.

## Títulos emitidos

0 euros

### 1.1 Passivos financeiros ao custo amortizado: desagregação por tipo de títulos emitidos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de títulos/Montantes	Total 31.12.2023			Total 31.12.2022		
	QE	Justo valor		QE	Justo valor	
		N1	N2		N3	N1
<b>A. Títulos</b>						
1. obrigações				38 976	38 648	
1.1 estruturadas						
1.2 outras				38 976	38 648	
2. outros títulos						
2.1 estruturados						
2.2 outros						
<b>Total</b>				<b>38 976</b>	<b>38 648</b>	

#### Legenda:

QE = Quantia Escriturada  
N1 = Nível 1  
N2 = Nível 2  
N3 = Nível 3

Os títulos pendentes, representados por obrigações emitidas pelo Banco, são nulos.

A diminuição é atribuível ao reembolso, em 23 de maio de 2023, das obrigações (ISIN XS2068241400, notação «Ba1» atribuída pela agência de notação Moody's), emitidas por um montante inicial de 300 milhões de euros em outubro de 2019 e pendente em 31 de dezembro de 2022 por um montante nominal residual de 38,6 milhões de euros.

## Secção 2 - Passivos financeiros detidos para negociação - Rubrica 20

1215 mil euros

### 2.1 Passivos financeiros detidos para negociação: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2023				Total 31.12.2022				
	VN	Justo valor			VN	Justo valor			Justo valor (*)
		N1	N2	N3		N1	N2	N3	
<b>A. Posição de balanço de passivos financeiros</b>									
1. Montantes devidos a bancos									
2. Montantes devidos a clientes									
3. Títulos de dívida									
3.1. Obrigações									
3.1.1 Estruturadas				X				X	
3.1.2 Outras obrigações				X				X	
3.2. Outros títulos									
3.2.1 Estruturados				X				X	
3.2.2 Outros				X				X	
<b>Total (A)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>B. Derivados</b>									
1. Derivados financeiros									
1.1 Detidos para negociação	X	1215		X	X	950		X	
1.2 Ligados à opção de justo valor	X			X	X			X	
1.3 Outros	X			X	X			X	
2. Derivados de crédito									
2.1 Detidos para negociação	X			X	X			X	
2.2 ligados à opção de justo valor	X			X	X			X	
2.3 Outros	X			X	X			X	
<b>Total (B)</b>	X	- 1215	-	X	X	- 950	-	X	
<b>Total (A + B)</b>	X	- 1215	-	X	X	- 950	-	X	

#### Legenda:

VN = Valor nominal

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

(\*) Justo valor = Justo valor calculado excluindo as alterações de valor devidas à alteração da solvabilidade do emitente relativamente à data de emissão.

A rubrica inclui o justo valor negativo em 31 de dezembro de 2023 dos instrumentos derivados classificados como ativos de negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais do risco cambial a que o Banco está exposto.

## Secção 4 - Derivados de cobertura - Rubrica 40

0 euros

### 4.1 Derivados de cobertura: desagregação por tipo de cobertura e nível hierárquico

(Montantes em milhares de euros)

	Justo valor 31.12.2023			VN 31.12.2023	Justo valor 31.12.2022			VN 31.12.2022
	N1	N2	N3		N1	N2	N3	
<b>A. Derivados financeiros</b>							14 314	255 298
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa							14 314	255 298
3) Investimentos estrangeiros								
<b>B. Derivados de crédito</b>								
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa								
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	14 314	255 298

#### Legenda:

VN = valor nocional

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

## Secção 6 - Passivos por impostos - Rubrica 60

121 318 mil euros

Ver a «Secção 10 - Ativos e passivos por impostos - Rubrica 100» dos ativos da demonstração da posição financeira.

## Secção 8 - Outros passivos - Rubrica 80

536.142 mil euros

### 8.1 Outros passivos: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
Contas comerciais a pagar	7916	9727
Faturas a receber	27 169	27 452
Pagamentos às autoridades fiscais	15 878	8837
Pagamentos a organismos de segurança social e assistência social	2242	2072
Pagamentos a colaboradores	15 682	20 025
Cobranças com afetação pendente	78 855	49 594
Fluxos de pagamento recebidos a cobrar	342 609	201 922
Passivos diversos	38 208	56 997
Despesas acrescidas e rendimentos diferidos	7582	5578
<b>Total</b>	<b>536 142</b>	<b>382 205</b>

As «Contas comerciais a pagar» e «Faturas a receber» referem-se a débitos e créditos por compras de bens e serviços.

«Cobranças com afetação pendente» refere-se a pagamentos recebidos até 31 de dezembro de 2023, mas ainda pendentes, uma vez que não foram liquidados e registados até essa data.

Os «passivos diversos» incluem partes de cobranças a transferir, impostos de selo a pagar, pagamentos a administradores e outros elementos pendentes.

Os «fluxos de pagamento recebidos a cobrar» referem-se a contas provisórias com um saldo credor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem liquidações suspensas que foram efetuadas nos primeiros dias úteis após a data de relato das presentes demonstrações financeiras.

## Secção 9 - Benefícios pós-emprego - Rubrica 90

2896 mil euros

### 9.1 Benefícios pós-emprego: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>A. Saldo inicial</b>	<b>3118</b>	<b>3710</b>
<b>B. Aumentos</b>	<b>2331</b>	<b>2227</b>
B.1 Dotação para o exercício	2269	2227
B.2 Outras alterações	62	
<b>C. Reduções</b>	<b>-2553</b>	<b>-2818</b>
C.1 Liquidações	-366	-136
C.2 Outras alterações	-2187	-2683
<b>D. Saldo final</b>	<b>2896</b>	<b>3118</b>
<b>Total</b>	<b>2896</b>	<b>3118</b>

O passivo registado nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023 relativo sobretudo aos benefícios pós-emprego do Banco é igual ao valor atual da obrigação estimado por um atuário independente com base em pressupostos demográficos e económicos.

Os pressupostos atuariais utilizados para determinar o passivo em 31 de dezembro de 2023 são apresentados abaixo.

#### Pressupostos atuariais

##### Taxa de desconto anual

A base financeira utilizada para apurar o valor presente da obrigação foi determinada, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, por referência ao Índice iBoxx Eurozone Corporate AA 7-10 (em linha com a duração das rubricas mensuradas).

##### Taxa de aumento anual dos benefícios pós-emprego

Em conformidade com o artigo 2120.º do Código Civil italiano, essa taxa é igual a 75 % da inflação acrescida de 1,5 pontos percentuais.

Os pressupostos demográficos utilizados foram os seguintes:

- ▶ Falecimento: tabelas de mortalidade RG48 publicadas pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano (Ragioneria Generale dello Stato);
- ▶ Incapacidade: tabelas INPS 2000 discriminadas por idade e sexo;
- ▶ Reforma: 100 % após alcançar os requisitos AGO, conforme atualizado pelo Decreto-lei n.º 4/2019.

### Frequência anual de rotatividade e adiantamentos

- ▶ Executivos: 1 % de frequência de adiantamento e 0,50 % de frequência de rotatividade.
- ▶ Gestores: 2,5 % de frequência de adiantamento e 3,0 % de frequência de rotatividade.
- ▶ Colaboradores: 2,5 % de frequência de adiantamento e 3,0 % de frequência de rotatividade.

## Secção 10 - Provisões para riscos e encargos - Rubrica 100

35 104 mil euros

### 10.1 Provisões para riscos e encargos: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
1. Provisões para riscos de crédito relativas a compromissos e garantias financeiras concedidas	553	225
2. Provisões para outros compromissos e garantias concedidas		
3. Pensões e obrigações similares	6760	7712
4. Outras provisões para riscos e encargos		
4.1 Litígios jurídicos e fiscais		
4.2 Gastos com o pessoal		
4.3 Outros	27 791	24 414
<b>Total</b>	<b>35 104</b>	<b>32 351</b>

A partir de 1 de janeiro de 2018, esta rubrica inclui também provisões para o risco de crédito associado a compromissos/garantias financeiras concedidas pelo Banco aos seus clientes e subsidiárias estrangeiras, com base nos requisitos de imparidade previstos na IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2023 «Provisões para riscos e encargos» incluem principalmente dotações para «Pensões e obrigações similares» e dotações para «Outras provisões» para cobrir responsabilidades contingentes que o Banco possa incorrer.

O aumento significativo em comparação com 31 de dezembro de 2022, atribuível a «outras provisões para riscos e encargos», diz respeito a provisões contra o risco provável de uma decisão desfavorável no montante de cerca de 4 milhões de euros.

A rubrica «Pensões e obrigações similares» diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2022 devido a pagamentos a determinadas categorias de trabalhadores de bônus diferidos relacionados com objetivos alcançados nos exercícios anteriores, parcialmente compensados por acréscimos efetuados em 2023.

### 10.2 Provisões para riscos e encargos: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Provisões para outros compromissos e garantias concedidas	Pensões e obrigações similares	Outras provisões para riscos e encargos	Total
<b>A. Saldo inicial</b>	225	7712	24 414	32 351
<b>B. Aumentos</b>	327	1019	4208	5555
B.1 Dotação para o exercício	327	969	4208	5505
B.2 Alterações devido à passagem do tempo				
B.3 Alterações devido a variações na taxa de desconto		50		
B.4 Outras alterações				-
<b>C. Reduções</b>	-	(1971)	(831)	(2802)
C.1 Uso no exercício		(1367)	(831)	(2198)
C.2 Alterações devido a variações na taxa de desconto		(605)		(605)
C.3 Outras alterações				-
<b>D. Saldo final</b>	<b>553</b>	<b>6760</b>	<b>27 791</b>	<b>35 104</b>



### 10.3 Provisões para risco de crédito em compromissos e garantias financeiras concedidas

(Montantes em milhares de euros)

	Provisões para risco de crédito em compromissos e garantias financeiras concedidas				Total
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	
Compromissos para desembolsar fundos	341		0		341
Garantias financeiras concedidas	39		173		212
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>553</b>

### 10.5 Fundos de pensões com benefício definido

O fundo de pensões refere-se essencialmente ao acordo de não concorrência celebrado com os gestores do BFF Bank, no valor de 3,3 milhões de euros (incluindo a parte atribuída à reserva de capital próprio do Banco) e às provisões relativas ao regime de incentivos e de retenção de pagamentos diferidos previsto para determinados colaboradores do BFF Bank, no montante de 2,5 milhões de euros. Ambas as obrigações para com o pessoal são demonstradas ao seu valor atual estimado por um atuário independente com base em pressupostos demográficos e económicos.

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão em questão inclui também a provisão para o compromisso assumido pelo DEPObank para com alguns colaboradores que deixaram o Banco, no montante de 161 mil euros.

Concretamente, o sistema que envolve o diferimento de uma parte dos bónus anuais prevê, para os responsáveis pela assunção de riscos, restrições a médio prazo, de acordo com as quais 30 % do bónus anual será pago entre três e um máximo de seis anos, desde que o Banco atinja objetivos específicos relacionados com a sua rentabilidade, os requisitos de capital regulamentares estabelecidos pela regulamentação em vigor e a continuação do emprego do colaborador no Banco. Em conformidade com as disposições da IAS 19, os acréscimos foram quantificados com base num cálculo atuarial efetuado externamente por uma empresa especializada. As obrigações do Banco foram apuradas utilizando o «Método da Unidade de Crédito Projetada», que trata cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional do direito do benefício e mensura cada unidade separadamente para apurar a obrigação final, em conformidade com os parágrafos 67 a 69 da IAS 19. Este método atuarial implica uma valoração destinada a determinar o valor presente médio das obrigações do Banco.

Os pressupostos técnicos e demográficos utilizados estão indicados abaixo.

### 10.6 Provisões para riscos e encargos - Outras provisões

Outras provisões no valor de 27,8 milhões de euros referem-se a:

- ▶ passivos litigiosos para os quais o Banco estimou um risco provável de perda de aproximadamente 26,5 milhões de euros;
- ▶ provisões relacionadas com possíveis perdas por erros operacionais, de acordo com o contrato com os clientes, no montante de aproximadamente 1,3 milhões de euros.

Os principais pressupostos apresentados pela empresa externa ao efetuar o desconto são os seguintes:

#### Acordo de não concorrência

A taxa de desconto anual utilizada para determinar o valor atual da obrigação foi deduzida, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, do Índice iBoxx Corporate AA com duração superior a 10, tal como comunicada em 31 de dezembro de 2023 e igual a 3,10 %. Para este efeito, foi escolhido o rendimento com uma duração comparável à do coletivo a ser valorizado.

Falecimento	Tabelas de mortalidade RG48 publicadas pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano
Reforma	100 % após alcançar os requisitos AGO
Frequência da demissão voluntária	10,60 %
Frequência de reembolso	0,00 %
Frequência de levantamento (se previsto)	3,00 %
Frequência de revogação de mandato para a Comissão Executiva	0,00 %
Aumento da remuneração anual de Executivos	2,00 %
Aumento da remuneração anual de Supervisores	2,00 %
Taxa de contribuição	27,40 %
Taxa de inflação	2,00 %

## Bónus diferidos

### Taxa de desconto

A base financeira utilizada para calcular o valor presente da obrigação foi determinada, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, por referência ao Índice iBoxx Eurozone Corporate AA (em linha com a duração do plano). A taxa de desconto utilizada foi igual a 3,20 %.

### Mortalidade e incapacidade

Para uma estimativa do fenómeno da mortalidade, foi utilizada a tábua de mortalidade RG48 usada pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano para a estimativa das despesas de reforma da população italiana. Para a probabilidade de incapacidade total e permanente, foram utilizadas as tabelas adotadas no modelo INPS para as previsões de 2010.

### Frequência de demissões e despedimentos

Igual a 3,7 % (MBO diferido de 2021 e 2022).

## Secção 12 - Capitais próprios - Rubricas 110, 130, 140, 150, 160, 170 e 180

692 649 mil euros

### 12.1 «Capital social» e «Ações próprias»: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Tipo	31.12.2023	31.12.2022
<b>1. Capital social</b>	<b>143 947</b>	<b>142 870</b>
1.1 Ações ordinárias	143 947	142 870
<b>2. Ações próprias</b>	<b>(4377)</b>	<b>(3884)</b>

Relativamente à recompra de ações próprias e à divulgação nos termos do artigo 78.º, parágrafo 1.º-bis do Regulamento dos Emitentes, faz-se referência à informação fornecida no Relatório relativo às Operações, na secção relativa às «Ações próprias».

### 12.2 Capital - Número de ações: alterações anuais

Rubricas/Tipo	Ordinárias	Outros
<b>A. Ações no início do exercício</b>	<b>185 545 952</b>	
- integralmente realizadas	185 545 952	
- não integralmente realizadas		
A.1 Ações próprias (-)	(570 728)	
A.2 Ações pendentes: saldo inicial	184 975 224	
<b>B. Aumentos</b>	<b>1 765 839</b>	
B.1 Novas emissões		
- a título de contrapartida:		
- concentrações de atividades empresariais		
- conversões de obrigações		
- exercício de garantias		
- outras	4000	
- sem contrapartida:		
- a colaboradores	1 394 077	
- a administradores		
- outras		
B.2 Alienação de ações próprias		
B.3 Outras alterações	367 762	
<b>C. Reduções</b>	<b>(291 888)</b>	
C.1 Cancelamento		
C.2 Recompra de ações próprias	(291 888)	
C.3 Alienação de empresas		
C.4 Outras alterações		
<b>D. Ações pendentes: saldo final</b>	<b>186 449 175</b>	
D.1 Ações próprias (+)	(494 854)	
D.2 Ações existentes no final do exercício		
- integralmente realizadas	186 944 029	
- não integralmente realizadas		

## 12.4 Reserva de resultados transitados: outras informações

Em conformidade com os termos do artigo 2427.º, parágrafo 7.º-bis do Código Civil italiano, os quadros seguintes apresentam uma desagregação dos componentes individuais de capitais próprios de acordo com a respetiva possibilidade de uso, o montante disponível para distribuição e o uso passado nos exercícios anteriores (o período de três anos prévio à data de elaboração das presentes demonstrações financeiras separadas).

(Montantes em milhares de euros)

	31.12.2023	Possibilidade de uso (a)	Montante disponível	Parte com suspensão de impostos	Resumo do uso nos três últimos exercícios (*)
					Para cobrir perdas      Por outros motivos
<b>Capital social</b>	<b>143 947</b>				
<b>Reservas</b>	<b>253 424</b>				
- Reserva legal (**)	28 586	B		26 196	
- Reserva extraordinária	89	A, B, C	89		
- Resultados transitados (***)	215 043	A, B, C	215 043	50 387	346 321
- Opção de compra de ações e reservas de instrumentos financeiros	8883	A			
- Outras reservas	823				
<b>Reservas de avaliação</b>	<b>6469</b>				
- Títulos HTCS	2534				
- Outras	3935				
<b>Reserva de ações próprias</b>	<b>-4377</b>				
<b>Reserva de prémios de emissão</b>	<b>66 277</b>	A, B, C	66 277		
<b>Total de capital social e de reservas</b>	<b>465 740</b>		<b>281 409</b>	<b>76 583</b>	<b>346 321</b>

(a): Usos possíveis: A=para aumentos do capital social B=para absorção de perdas C=para distribuição aos acionistas.

(\*) Os montantes utilizados nos últimos três exercícios, num total de 346 321 mil euros, incluem principalmente 12 235 mil euros para o exercício de opções de compra de ações por determinados beneficiários no decurso de 2021, 2022 e 2023, 12 811 mil euros (brutos do efeito fiscal) para o pagamento de cupões de juros e despesas de estruturação relacionadas com o instrumento financeiro de Nível 1 Adicional (AT1), bem como os montantes utilizados durante os últimos três exercícios relativos ao pagamento de dividendos distribuídos de acordo com as deliberações das Assembleias de Acionistas no montante de 321 275 mil euros.

(\*\*) Incluindo 26 196 mil euros em suspensão de impostos nos termos do artigo 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104/2020.

(\*\*\*) Incluindo 50 387 mil euros em suspensão de impostos nos termos do artigo 110.º do Decreto Legislativo italiano 104/2020.

As alterações nas reservas que compõem o capital próprio são apresentadas abaixo:

(Montantes em milhares de euros)

	Reserva legal	Resultados transitados	Outros	Total
<b>A. Saldo inicial</b>	<b>28 539</b>	<b>141 581</b>	<b>10 508</b>	<b>180 628</b>
<b>B. Aumentos</b>	<b>47</b>	<b>115 450</b>	<b>1810</b>	<b>117 307</b>
B.1 Afetação dos lucros	47	115 361		115 408
B.2 Outras alterações		89	1810	1899
<b>C. Reduções</b>	<b>-</b>	<b>(41 899)</b>	<b>(2611)</b>	<b>(44 511)</b>
C.1 Usos				
- cobertura de perdas				
- distribuição		(27 487)		(27 487)
- transferência para o capital social				
C.2 Outras alterações		(14 412)	(2611)	(17 023)
<b>D. Saldo final</b>	<b>28 586</b>	<b>215 132</b>	<b>9707</b>	<b>253 424</b>

### Resultados transitados

O aumento de cerca de 115 milhões de euros deve-se principalmente à afetação da parte do lucro do exercício anterior, não distribuída como dividendo.

As reduções dizem respeito, no montante de cerca de 27,5 milhões de euros, à distribuição da reserva aos acionistas, aprovada pela Assembleia de Acionistas de 13 de setembro de 2023, e, no montante de cerca de 10 milhões de euros, a utilizações relacionadas principalmente com o pagamento do cupão de juros do novo instrumento financeiro de Nível 1 Adicional (AT1), no montante de 8,8 milhões de euros (bruto do efeito fiscal), e com os aumentos de capital livre na sequência do exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários.

### Outras reservas

As alterações dizem respeito, em grande medida, aos seguintes eventos ocorridos durante o ano 2023:

- ▶ aumentos para provisões mais elevadas de 1,8 milhões de euros relacionados com as partes da remuneração variável do «Pessoal-chave» (Responsáveis pela assunção de riscos), em conformidade com as disposições estabelecidas na Primeira parte, título IV, capítulo 2, secção III, parágrafos 2.1, 3 da Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália, com a última redação que lhe foi dada, de acordo com a qual uma parte tem de ser paga em instrumentos financeiros;
- ▶ Redução relativa a exercícios de opções de compra de ações ou concessões de ações relacionadas com o regime de incentivos do Banco e com o acordo de não concorrência no montante de aproximadamente 2,6 milhões de euros.

### Restrição da suspensão de impostos

Como já foi referido anteriormente, em 2021, o Banco aproveitou o mecanismo proporcionado pelo artigo 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104, de 14 de agosto de 2020, e procedeu ao ajustamento entre a quantia escriturada e a quantia do imposto da rubrica de *goodwill* presente nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2020 do DEPObank, que foi fundido no BFF Bank em 5 de março de 2021. Esta transação, que foi aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em 30 de junho de 2021, implicou i) o ajustamento

da rubrica de *goodwill* igual a cerca de 79 milhões de euros, ii) o pagamento resultante do imposto substituto igual a 2,4 milhões de euros e iii) a necessidade de aplicar uma restrição da suspensão de impostos sobre as reservas de 76,6 milhões de euros, igual à diferença entre o montante ajustado e o imposto substituto, tal como estabelecido no parágrafo 8 do artigo 110.º do Decreto-lei n.º 104/2020.

Considerando que a operação foi realizada após a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício, a 31 de dezembro de 2020, do DEPObank e a sua fusão no BFF Bank, a restrição da suspensão de impostos é aplicada sob a forma de uma «Ação condicionada nos termos do parágrafo 8 do artigo 110.º do Decreto-lei n.º 104/2020» sobre as seguintes reservas:

- ▶ «Resultados transitados» no valor de 50 387 mil euros;
- ▶ «Reserva legal» no valor de 26 196 mil euros.

### 12.5 Instrumentos de capital próprio: composição e alterações anuais

Em 31 de dezembro de 2023, não se registaram alterações em relação a 31 de dezembro de 2022. A rubrica representa apenas o instrumento de Nível 1 Adicional Perpétuo NC2027 (ISIN XS2404266848), no montante de 150 milhões de euros, com um cupão de taxa fixa de 5,875 % por ano, a ser pago semestralmente.

É de referir que o Banco pagou o cupão de juros acumulado de 8,8 milhões de euros (bruto do efeito fiscal).

## Outras informações

### 1. Compromissos e garantias financeiras concedidas (diferentes dos designados ao justo valor)

*(Montantes em milhares de euros)*

	Montante nominal de compromissos e garantias financeiras concedidas			Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
	Fase 1	Fase 2	Fase 3		
<b>1. Compromissos para desembolsar fundos</b>	<b>1 080 506</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1 080 509</b>	<b>979 365</b>
a) Bancos Centrais					
b) Organismos de administração pública					
c) Bancos	4994			4994	
d) Outras sociedades financeiras	1 011 008			1 011 008	916 228
e) Sociedades não financeiras	64 505		2	64 507	63 135
f) Agregados familiares					2
<b>2) Garantias financeiras concedidas</b>	<b>11 811</b>	<b>-</b>	<b>14 318</b>	<b>26 129</b>	<b>4002</b>
a) Bancos Centrais					
b) Organismos de administração pública					
c) Bancos					
d) Outras sociedades financeiras	906			906	4002
e) Sociedades não financeiras	10 905		14 318	25 223	
f) Agregados familiares					

Os compromissos para desembolsar fundos e as garantias financeiras concedidas que se enquadram na Fase 1 dizem respeito principalmente às sociedades financeiras e referem-se essencialmente a linhas de crédito não utilizadas pelas empresas do Grupo e a garantias concedidas pelo Banco para apoiar as subsidiárias.

### 2. Outros compromissos e outras garantias concedidas

*(montantes em milhares de euros)*

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Outras garantias concedidas</b>	<b>35 857</b>	<b>5211</b>
das quais: exposições de crédito objeto de imparidade	2641	
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
e) Sociedades não financeiras	35 857	5211
f) Agregados familiares		
<b>Outros compromissos</b>	<b>153 678</b>	<b>524</b>
dos quais: exposições de crédito objeto de imparidade	59	
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
e) Sociedades não financeiras	153 678	524
f) Agregados familiares		

### 3. Ativos dados em garantia de passivos e compromissos próprios

*(Montantes em milhares de euros)*

Carteiras	Montante 31.12.2023	Montante 31.12.2022
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados		
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
3. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2 196 656	4 538 043
4. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		
dos quais: Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento detidos como inventários		

Os «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado» são compostos por títulos de dívida pública utilizados como garantias em operações com o BCE e «repos».

## 5. Gestão e corretagem por conta de outrem

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviços	Montante
<b>1. Execução de ordens por conta de clientes</b>	
a) Aquisições	
1. liquidadas	
2. não liquidadas	
b) Vendas	
1. liquidadas	
2. não liquidadas	
<b>2. Gestão da carteira</b>	
a) individual	
b) coletiva	
<b>3. Guarda e administração de títulos</b>	<b>191 926 314</b>
a) Títulos de terceiros depositados: relativos a atividades dos bancos depositários (excluindo a gestão da carteira)	26 317 044
1. títulos emitidos por empresas consolidadas	3 291
2. outros títulos	26 313 753
b) Títulos de terceiros depositados (excluindo a gestão da carteira): outros	68 990 997
1. títulos emitidos por empresas consolidadas	6 452
2. outros títulos	68 984 545
c) Títulos de terceiros depositados junto de terceiros	91 525 484
d) Títulos detidos depositados junto de terceiros	5 092 789
<b>4. Outras transações</b>	

## Parte C - Informação sobre a Demonstração dos Rendimentos

Todos os montantes indicados nas tabelas são expressos em milhares de euros.

### Secção 1 - Juros - Rubricas 10 e 20

#### 1.1 Juros e rendimentos similares: desagregação

567 752 mil euros (dos quais rendimentos de juros calculados utilizando o método da taxa de juro efetiva: 526 255 mil euros)

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Formulários técnicos	Títulos de dívida	Empréstimos concedidos	Outras transações	Total 2023	Total 2022
<b>1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados:</b>					
1.1. Ativos financeiros detidos para negociação	2			2	1
1.2. Ativos financeiros designados ao justo valor					
1.3. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor					
<b>2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral</b>	5		X	5	
<b>3. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>					
3.1. Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos		15 194	X	15 194	8 908
3.2. Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	180 449	354 574	X	535 023	259 945
<b>4. Derivados de cobertura</b>	X	X			
<b>5. Outros ativos</b>	X	X	17 335	17 335	2328
<b>6. Passivos financeiros</b>	X	X	193	193	22 627
<b>Total</b>	<b>180 456</b>	<b>369 768</b>	<b>17 528</b>	<b>567 752</b>	<b>293 808</b>
dos quais: rendimentos de juros sobre ativos financeiros objeto de imparidade					
dos quais: rendimentos de juros sobre locações financeiras	X		X		

#### 1.2 Juros e rendimentos similares: outras informações

Os rendimentos de juros relativos a «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos» referem-se sobretudo a saldos credores temporários na conta do Banco, rendimentos acumulados sobre o montante de cheques bancários emitidos em nome de clientes bancários e rendimentos de juros sobre a média dos depósitos



negativos de contas correntes recíprocas detidas por clientes bancários.

Os rendimentos de juros sobre «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» para empréstimos ascendeu a 354,6 milhões de euros e são compostos sobretudo por comissões de vencimento cobradas aos cedentes para a aquisição de valores a receber sem recurso e juros de mora para o exercício.

No que se refere aos valores a receber de clientes do Banco, a atualização das séries cronológicas confirmou uma percentagem de cobrança estimada utilizada para a elaboração das demonstrações financeiras igual a 50 %.

Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a partir das demonstrações financeiras separadas de 31 de dezembro de 2022, a estimativa de dias até à cobrança foi mantida em 2100 dias.

Os rendimentos de juros relativos a empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, perfazendo um total aproximado de 180,4 milhões de euros, derivam de títulos de dívida pública adquiridos pelo Banco para cobrir o risco de liquidez e otimizar o custo do dinheiro relativos à carteira HTC («Detida para cobrança»). O aumento significativo está relacionado com o aumento das taxas de mercado, que conduziu a rendimentos mais elevados dos títulos de taxa variável detidos pelo Banco.

### 1.3 Juros e encargos similares: desagregação

341 848 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Formulários técnicos	Dívida	Títulos	Outras transações	Total 2023	Total 2022
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
1.1 Montantes devidos a bancos centrais		X	X		2486
1.2 Montantes devidos a bancos	110 842	X	X	110 842	11 690
1.3 Montantes devidos a clientes	203 760	X	X	203 760	36 705
1.4 Títulos emitidos	X	340	X	340	3496
2. Passivos financeiros detidos para negociação				-	-
3 Passivos financeiros designados ao justo valor				-	-
4. Outros passivos e provisões	X	X	109	109	8
5. Derivados de cobertura	X	X	1042	1042	33 379
6. Ativos financeiros	X	X	X	25 755	3731
<b>Total</b>	<b>314 602</b>	<b>340</b>	<b>1151</b>	<b>341 848</b>	<b>91 494</b>
dos quais: despesas com juros relativos a passivos de locação	347	X	X	347	354

As despesas com juros passaram de 91,5 milhões de euros no exercício anterior para 341,9 milhões de euros em 2023. Este aumento significativo está principalmente ligado ao aumento das despesas com juros sobre os saldos dos clientes bancários e empresariais, devido à inversão e ao aumento das taxas de juro no mercado.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a bancos centrais» referem-se aos juros acumulados sobre os montantes depositados na conta no Banco de Itália.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a bancos» referem-se principalmente aos juros acumulados sobre contas correntes detidas no Banco e em nome de uma contraparte bancária.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a clientes» referem-se principalmente aos juros das contas de depósito *online* do Banco («Conto Facto» em Itália, «Cuenta Facto» oferecida em Espanha pela sucursal espanhola do BFF Bank e «Lokata Facto» oferecida pela sucursal na Polónia), aos juros acumulados sobre os saldos das contas de clientes empresariais e aos juros relativos aos contratos regidos pelo *Global Master Repurchase Agreement* (sigla em inglês GMRA - Acordo principal global de recompra), tendo como contraparte a Cassa di Compensazione Garanzia.

Por último, a rubrica inclui também despesas com juros relativas a «Títulos emitidos», no montante de aproximadamente 340 mil euros, que diminuíram em resultado do reembolso da última parcela das obrigações em 23 de maio de 2023. Para informação mais detalhada, consultar a rubrica 10 c) dos passivos da Demonstração da Posição Financeira «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado».

## Secção 2 - Encargos e comissões - Rubricas 40 e 50

### 2.1 Rendimento de encargos e comissões: desagregação

112 354 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviço/Montantes	Total 2023	Total 2022
<b>a) Instrumentos financeiros</b>		
1. Colocação de títulos		
1.1 Com firme compromisso e/ou com base num compromisso irrevogável		
1.2 Sem compromisso irrevogável		
2. Receção e transmissão de ordens e execução de ordens por conta de clientes		
2.1 Receção e transmissão de ordens de um ou mais instrumentos financeiros		
2.2 Execução de ordens por conta de clientes		
3. Outras comissões relacionadas com atividades associadas a instrumentos financeiros		
das quais: negociação por conta própria		
das quais: gestão da carteira individual		
<b>b) Financiamento às empresas</b>		
1. Consultoria em fusões e aquisições		
2. Serviços de tesouraria		
3. Outras comissões relacionadas com serviços de financiamento às empresas		
<b>c) Atividades de consultoria relacionadas com investimentos</b>	70	55
<b>d) Compensação e liquidação</b>		
<b>e) Gestão coletiva de carteiras</b>		
<b>f) Guarda e administração</b>	29 462	50 089
1. Banco depositário	17 357	39 546
2. Outras comissões relacionadas com atividades de guarda e administração	12 105	10 542
<b>g) Serviços administrativos centrais para a gestão coletiva de carteiras</b>		
<b>h) Atividades fiduciárias</b>		
<b>i) Serviços de pagamento</b>	76 852	73 552
1. Contas correntes		
2. Cartões de crédito	1548	1408
3. Cartões de débito e outros cartões de pagamento	16 960	7892
4. Transferências bancárias e outras ordens de pagamento	16 256	23 385
5. Outras comissões relacionadas com serviços de pagamento	42 088	40 867
<b>j) Distribuição de serviços de terceiros</b>		
1. Gestão coletiva de carteiras		
2. Produtos de seguros		
3. Outros produtos		
dos quais: gestão da carteira individual		
<b>k) Financiamento estruturado</b>		
<b>l) Atividades de serviço para operações de titularização</b>	7	
<b>m) Compromissos para desembolsar fundos</b>		
<b>n) Garantias financeiras concedidas</b>	889	168
das quais: derivados de crédito		
<b>o) Operações de empréstimo</b>		
das quais: para operações de factoring		
<b>p) Negociação de divisas</b>		
<b>q) Mercadorias (Commodities)</b>		
<b>r) Outro rendimento de encargos e comissões</b>	5075	3595
do qual: para a gestão de sistemas de negociação multilateral		
do qual: para a gestão de sistemas de negociação organizados		
<b>Total</b>	<b>112 354</b>	<b>127 458</b>

A rubrica inclui sobretudo encargos e comissões relacionados com os mandatos de gestão e cobrança de valores a receber derivados do *factoring* e da gestão de contas comerciais a receber, bem como encargos e comissões para serviços bancários de custódia e de pagamento. As comissões diminuiram principalmente devido à perda do cliente Arca SGR em 2022.

### 2.3 Despesas com encargos e comissões: desagregação

37 215 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Serviços/Montantes	Total 2023	Total 2022
<b>a) Instrumentos financeiros</b>		
dos quais: negociação de instrumentos financeiros		
dos quais: colocação de instrumentos financeiros		
dos quais: gestão da carteira individual		
Detidos		
Delegados a terceiros		
<b>b) Compensação e liquidação</b>	1776	2009
<b>c) Gestão coletiva de carteiras</b>		
<b>d) Guarda e administração</b>	5268	5515
<b>e) Serviços de cobrança e pagamento</b>	24 874	25 696
dos quais: cartões de crédito, cartões de débito e outros cartões de pagamento	11 964	4428
<b>f) Atividades de serviço para operações de titularização</b>		
<b>g) Compromissos para receber fundos</b>		
<b>h) Garantias financeiras recebidas</b>	15	46
das quais: derivados de crédito		
<b>i) Oferta de instrumentos financeiros, produtos e serviços fora do local</b>		
<b>j) Negociação de divisas</b>	1	3
<b>k) Outras despesas com encargos e comissões</b>	5281	3555
<b>Total</b>	<b>37 215</b>	<b>36 924</b>

A rubrica inclui sobretudo os encargos de guarda e administração para a atividade do banco depositário e os pagos a subcontratados pela utilização de infraestruturas relacionadas com serviços de pagamento.

## Secção 3 - Dividendos e rendimentos similares - rubrica 70

### 3.1 Dividendos e rendimentos similares: desagregação

8897 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Rendimentos	Total 2023		Total 2022	
	Dividendos	Rendimentos similares	Dividendos	Rendimentos similares
A. Ativos financeiros detidos para negociação	18		18	
B. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	3139		4087	
C. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	5740		5690	
D. Investimentos em capitais próprios	-		75 963	
<b>Total</b>	<b>8897</b>	<b>-</b>	<b>85 758</b>	<b>-</b>

Em 2023, a rubrica incluiu principalmente dividendos recebidos em março de 2023 do Banco de Itália, no montante de 5,7 milhões de euros, cujas ações subscritas pelo BFF Bank estão classificadas na rubrica 30 dos ativos «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral», e dividendos recebidos em 2023 do Fondo Italiano di Investimento, no montante de cerca de 3,1 milhões de euros, cujas unidades de participação em OIC estão classificadas na rubrica 20 dos ativos «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados».

## Secção 4 - Lucros (perdas) em transações comerciais - Rubrica 80

### 4.1 Lucros (perdas) em transações comerciais: composição

-10 194 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas de transações/rendimento	Ganhos de capital (A)	Lucros na negociação (B)	Perdas (C)	Perdas na negociação (D)	Perda líquida [(A+B) - (C+D)]
<b>1. Ativos financeiros detidos para negociação</b>		<b>10 483</b>		<b>1</b>	<b>10 482</b>
1.1 Títulos de dívida		541		1	540
1.2 Títulos de capital próprio					1
1.3 Unidades de participação em OIC		1			-
1.4 Empréstimos concedidos		9941			9941
1.5 Outros					-
<b>2. Passivos financeiros detidos para negociação</b>					<b>-</b>
2.1 Títulos de dívida					-
2.2 Passivos					-
2.3 Outros					-
<b>3. Ativos e passivos financeiros: diferenças cambiais</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>(20 679)</b>
<b>4. Derivados</b>		<b>21</b>		<b>19</b>	<b>2</b>
4.1 Derivados financeiros:					-
- Sobre títulos de dívida e taxas de juro					-
- Sobre títulos de capital próprio e índices de ações					-
- Sobre divisas e ouro	X	X	X	X	
- Outros					-
4.2 Derivados de empréstimos		21		19	2
dos quais: cobertura natural relativa à opção de justo valor	X	X	X	X	
<b>Total</b>		<b>10 504</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>(10 194)</b>

A perda líquida de negociação decorre principalmente do efeito das diferenças de taxa de câmbio relacionadas com a negociação de divisas funcional à gestão de tesouraria, em particular aos depósitos bancários e de clientes em moeda estrangeira.

Em 2023, esta rubrica incluía ainda o resultado positivo decorrente das aquisições de *factoring* de ativos por impostos ecobonus, enquadrados no Modelo de Negócio Comercial e classificados na rubrica 130 «Outros ativos» da demonstração da posição financeira, num total de 9,9 milhões de euros.

## Secção 5 - Lucros (perdas) na cobertura - Rubrica 90

A rubrica é igual a zero

### 5.1 Lucros (perdas) na cobertura: desagregação

0 euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas de rendimento/Montantes	Total 2023	Total 2022
<b>A. Rendimentos relativos a:</b>		
A.1 Derivados de cobertura ao justo valor		
A.2 Ativos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
A.3 Passivos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
A.4 Derivados de cobertura de fluxos de caixa		
A.5 Ativos e passivos denominados em divisas		9145
<b>Total de rendimentos de cobertura (A)</b>	-	<b>9145</b>
<b>B. Encargos relativos a:</b>		
B.1 Derivados de cobertura ao justo valor		
B.2 Ativos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
B.3 Passivos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
B.4 Derivados de cobertura de fluxos de caixa		
B.5 Ativos e passivos denominados em divisas		(9145)
<b>Total de encargos de cobertura (B)</b>	-	<b>(9145)</b>
<b>C. Lucros (perdas) na cobertura (A-B)</b>	-	-
dos quais: resultado de cobertura de posições líquidas		

## Secção 6 - Lucros (perdas) em alienações/recompras - Rubrica 100

21 893 mil euros

### 6.1 Lucros (perdas) em alienações/recompras: desagregação

21 893 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Componentes de rendimentos	Total 2023			Total 2022		
	Lucros	Perdas	Lucros/perdas líquidos	Lucros	Perdas	Lucros/perdas líquidos
<b>Ativos financeiros</b>						
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
1.1 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos						
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	23 288	(1249)	22 038	204	(38)	166
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
2.1 Títulos de dívida		(146)	(146)			
2.2 Empréstimos concedidos						
<b>Total de ativos (A)</b>	<b>23 288</b>	<b>(1395)</b>	<b>21 893</b>	<b>204</b>	<b>(38)</b>	<b>166</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
1. Montantes devidos a bancos						
2. Montantes devidos a clientes						
3. Títulos emitidos						
<b>Total de passivos (B)</b>	-	-	-	-	-	-

Em 2023, a rubrica em causa ascendeu a 21 893 mil euros e representa o saldo líquido das vendas de títulos de dívida classificados na rubrica 40 b) dos ativos «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - empréstimos concedidos e contas a receber de clientes» (pelo valor nominal de 835 milhões de euros).

Note-se que as vendas ocorreram sempre em conformidade com as condições impostas pelo modelo de negócio HTC, que o Grupo adotou na primeira aplicação da IFRS 9 em 2018.

## Secção 7 - Lucros (perdas) noutros ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados - Rubrica 110

2233 mil euros

### 7.2 Alteração líquida no valor de outros ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados: desagregação de outros ativos e passivos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas de transações/rendimento	Ganhos de capital (A)	Ganhos realizados (B)	Perdas de capital (C)	Perdas em alienações (D)	Lucro líquido/ [(A+B)-(C+D)]
<b>1. Ativos financeiros</b>		<b>1</b>	<b>2232</b>		<b>2233</b>
1.1 Títulos de dívida					-
1.2 Títulos de capital próprio		1			1
1.3 Unidades de participação em OIC			2232		2232
1.4 Empréstimos concedidos					-
<b>2. Ativos financeiros em moeda estrangeira: diferenças cambiais</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>2232</b>	<b>-</b>	<b>2233</b>

A rubrica refere-se à reavaliação das unidades de participação em OIC detidas pelo Banco ao último valor líquido do ativo disponibilizado pelos fundos de investimento relevantes e pelo Ingenii Fund.

## Secção 8 - Perdas/ganhos líquidos por imparidade - Rubrica 130

-3338 mil euros

### 8.1 Perdas líquidas por imparidade por risco de crédito associadas a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas de transações/rendimento	Perdas por imparidade						Ganhos por imparidade				Total 2023	Total 2022
	Fase 1	Fase 2	Fase 3		Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		
			Anulações (write-offs)	Outros	Anulações (write-offs)	Outros						
<b>A. Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos</b>	(11)	-	-	-	-	-	27	-	-	-	17	3
- Empréstimos concedidos	(11)	-	-	-	-	-	27	-	-	-	17	3
- Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>B. Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes</b>	(1665)	-	(16)	(1650)	-	(195)	49	18	106	-	(3355)	(183)
- Empréstimos concedidos	(350)	-	(16)	(1650)	-	(195)	49	18	106	-	(2040)	(198)
- Títulos de dívida	(1315)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1315)	15
<b>Total</b>	<b>(1676)</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>(1650)</b>	<b>-</b>	<b>(195)</b>	<b>76</b>	<b>18</b>	<b>106</b>	<b>-</b>	<b>(3338)</b>	<b>(180)</b>

As perdas por imparidade relativas a títulos de dívida na Fase 1 devem-se à atualização dos parâmetros de *input* do modelo de imparidade na sequência da emissão de novas matrizes de transição relativas ao segmento Soberano pela Moody's.

No que respeita à Fase 3, o aumento das perdas por imparidade decorre principalmente do aumento das perdas por imparidade em exposições devidas por contrapartes cedentes do Banco.



## Secção 10 - Despesas administrativas - Rubrica 160

163 352 mil euros

### 10.1 Gastos com pessoal: desagregação

66 416 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de despesa/Montante	Total 2023	Total 2022
1) Colaboradores		
a) vencimentos e salários	42 249	42 380
b) contribuições para a Segurança Social	11 015	11 102
c) benefícios pós-emprego		
d) gastos com pensões		
e) provisão para benefícios pós-emprego	2162	1967
f) provisão para pensões e obrigações similares:		
- planos de contribuição definida		
- planos de benefícios definidos		
g) pagamentos a fundos de pensões complementares externos:		
- planos de contribuição definida		
- planos de benefícios definidos	347	353
h) gastos relacionados com pagamentos com base em ações	2943	3874
i) outros benefícios a colaboradores	2678	2891
2) Outro pessoal em serviço	135	105
3) Administradores e revisores oficiais de contas	4887	2952
4) Gastos com reforma antecipada		
<b>Total</b>	<b>66 416</b>	<b>65 624</b>

A rubrica «gastos com o pessoal» inclui, para além do montante das despesas e contribuições pagas aos colaboradores, incluindo as provisões do sistema de incentivos do Grupo, as despesas relativas às opções de compra de ações para determinados colaboradores do Banco para 2023, num montante de cerca de 2943 mil euros antes de impostos, com uma compensação em parte na reserva de capital próprio correspondente e em parte na rubrica 80 dos passivos «Outros passivos» da demonstração da posição financeira.

### 10.2 Número médio de colaboradores por categoria

(Montantes em unidades de trabalho)

Categorias	Número médio 2023	Número médio 2022
Executivos/Executivos de topo	24	23
Administradores/Coordenadores/Profissionais	321	278
Especialistas	287	321
<b>Total</b>	<b>632</b>	<b>622</b>

O número de efetivos apresentado no quadro anterior refere-se ao pessoal FTE e foi calculado com base nas instruções da Circular n.º 262 do Banco de Itália.

### 10.4 Outros benefícios a colaboradores

O montante em questão, de 2678 mil euros, refere-se principalmente a despesas incorridas para fins de formação, vales-refeição, donativos e seguros para os colaboradores do Banco.

### 10.5 Outras despesas administrativas: desagregação

96 936 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2023	Total 2022
Encargos legais	3681	3010
Serviços de processamento de dados	13 540	15 878
Serviços externos de gestão de crédito	754	577
Comissões do Órgão de Supervisão	41	41
Encargos legais para empréstimos concedidos e valores a receber sob gestão	155	258
Despesas notariais	250	355
Despesas notariais a recuperar	1639	1584
Despesas de entretenimento e donativos	1610	1073
Despesas de manutenção	6965	5896
IVA não dedutível	9652	8790
Outros impostos	5672	6441
Serviços de consultadoria	17 328	18 098
Despesas operacionais da sede	4280	2865
Fundo de resolução e FITD	10 778	5734
Outras despesas	20 590	18 308
<b>Total</b>	<b>96 936</b>	<b>88 909</b>

As outras despesas administrativas para 2023 ascenderam a 96,9 milhões de euros, um aumento em relação ao exercício anterior.

No que diz respeito às contribuições para o Sistema de Garantia de Depósitos, foi registado um custo de cerca de 10,8 milhões de euros antes de impostos para 2023, um aumento considerável em comparação com o exercício anterior. Este custo estava composto por:

- ▶ *Fundo de Resolução* no valor de 6,3 milhões de euros a título de contribuição ordinária anual;
- ▶ *Fundo Interbancário de Garantia de Depósitos (FITD)*, no valor de 4,4 milhões de euros a título de contribuição anual, dos quais 1,7 mil euros relativos à contribuição extraordinária.

Estes montantes são reconhecidos na rubrica «Outras despesas administrativas», tal como indicado na nota do Banco de Itália, de 19 de janeiro de 2016 – «Contribuições para Fundos de resolução: tratamento nas demonstrações financeiras e no relato regulamentar».

«Outras despesas administrativas» incluem maioritariamente serviços terceirizados em 2023, que se encontram listados abaixo.

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2023
Encargos pagos a empresas externas para apoio à Auditoria Interna	113
Encargos pagos a empresas externas para processamento de dados	4969
Encargos pagos a empresas externas para verificações de solvência	754

## Secção 11 - Acréscimos líquidos às provisões para riscos e encargos - Rubrica 170

3710 mil euros

### 11.1 Acréscimos líquidos às provisões para riscos de crédito relativas a compromissos de empréstimos e garantias financeiras concedidas: desagregação

327 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2023	Total 2022
Provisão para riscos relativos a compromissos e garantias	327	140
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>140</b>

### 11.3 Acréscimos líquidos às provisões para riscos e encargos: desagregação

3383 mil euros

Os acréscimos às provisões, em comparação com o ano anterior, apresentam a seguinte desagregação:

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2023	Total 2022
Litígio contra o Banco	3812	10 437
Perdas operacionais	(429)	163
<b>Total</b>	<b>3383</b>	<b>10 600</b>

## Secção 12 - Depreciação e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento - Rubrica 180

3954 mil euros

A partir de 2019, na sequência da aplicação da IFRS 16, a rubrica «Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» inclui também a depreciação de ativos sob direito de uso no montante de 2,1 milhões de euros, cuja contraparte é reconhecida em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

### 12.1 Depreciação e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento: composição

(montantes em milhares de euros)

Ativo/Componente de rendimento	Depreciação (a)	Perdas por imparidade (b)	Reversões de perdas por imparidade (c)	Resultado líquido (a + b - c)
A. Ativos fixos tangíveis				
1. Usados na atividade comercial	3954			3954
- Detidos	1866			1866
- Ativos sob direito de uso	2087			2087
2. Propriedades de investimento	X			
- Detidos				
- Ativos sob direito de uso				
3. Inventários				
<b>Total</b>	<b>3954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3954</b>

## Secção 13 - Amortização e perdas líquidas por imparidade em ativos intangíveis - Rubrica 190

7738 mil euros

### 13.1 Amortização e perdas líquidas por imparidade em ativos intangíveis: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Ativo/Componente de rendimento	Amortização (a)	Perdas por imparidade (b)	Reversões de perdas por imparidade (c)	Resultado líquido (a + b - c)
A. Ativos intangíveis				
dos quais: <i>software</i>				
A.1 Detidos	7738			7738
- Originados internamente pela empresa				
- Outros	7738			7738
A.2 Ativos sob direito de uso				
<b>Total</b>	<b>7738</b>			<b>7738</b>

A rubrica refere-se à amortização do período relativa a ativos intangíveis com vida útil definida, que inclui também contratos com clientes.

## Secção 14 - Outros rendimentos operacionais líquidos - Rubrica 200

40 106 mil euros

### 14.1 Outras despesas operacionais: desagregação

-2076 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2023	Total 2022
Despesas do exercício anterior	(1769)	(2187)
Arredondamentos e provisões	(6)	(93)
Outros encargos	(70)	(358)
Despesas com o sistema de garantia de depósitos		
Despesas com impostos de registo	(231)	(893)
<b>Total</b>	<b>(2076)</b>	<b>(3532)</b>

## 14.2 Outros rendimentos operacionais: desagregação

42 182 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2023	Total 2022
Recuperação de encargos legais para aquisições de contas comerciais a receber sem recurso	969	1410
Recuperação de encargos legais	910	127
Outras recuperações	727	1457
Rendimentos do exercício anterior	5718	5544
Recuperação de despesas notariais do cedente	2061	1647
Royalties do BFF Finance Iberia	1500	955
Outros rendimentos	30 297	120 467
<b>Total</b>	<b>42 182</b>	<b>131 607</b>

Em 2022, a rubrica «outros rendimentos» incluía o efeito pontual relativo a 50 % da provisão «40 euros», que consiste na totalidade dos valores a receber acumulados para a indemnização em questão, no montante de cerca de 95 milhões de euros.

Em 2023, esta rubrica incluía o montante do exercício de 15,2 milhões de euros.

## Secção 19 - Impostos sobre o rendimento em operações continuadas - Rubrica 270

50 524 mil euros

### 19.1 Impostos sobre o rendimento em operações continuadas do exercício: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Componentes de rendimentos/Setores	Total 2023	Total 2022
1. Impostos correntes (-)	35 725	69 809
2. Correção nos impostos correntes de exercícios anteriores (+/-)	(487)	3447
3. Redução nos impostos correntes do exercício (+)		
3.bis Redução nos impostos correntes do exercício para créditos fiscais ao abrigo da Lei italiana n.º 214/2011 (+)		
4. Alteração nos ativos por impostos diferidos (+/-)	1017	381
5. Alteração nos passivos por impostos diferidos (+/-)	14 269	9924
<b>6. Impostos para o exercício (-) (-1+/-2+3+ 3 bis +/-4+/-5)</b>	<b>50 524</b>	<b>83 561</b>

## 19.2 Reconciliação da carga fiscal teórica com a carga fiscal efetiva

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Impostos	% do lucro tributável teórico
Impostos sobre o rendimento - carga fiscal teórica	60 149	33,07
Aumentos nos impostos	258	0,14
Outros	258	0,14
Reduções nos impostos	(9883)	-5,43
Diferenças permanentes	(4992)	-2,74
Outros	(4891)	-2,69
<b>Carga fiscal efetiva</b>	<b>50 524</b>	<b>27,79</b>

## Secção 22 - Resultados por ação

## 22.1 Número médio de ações ordinárias com capital diluído

(Montantes em unidades)

Desagregação	Total 2023	Total 2022
Número médio de ações pendentes	185 626 946	184 669 974
Número médio de ações potencialmente diluidoras	2 568 406	1 623 192
Número médio de ações diluídas	188 195 353	186 293 165

## 22.2 Outras informações

(Montantes em unidades, salvo indicação em contrário)

Desagregação	Total 2023	Total 2022 <sup>(*)</sup>
Lucro do exercício (em euros)	131 360 488	261 438 216
Número médio de ações pendentes	185 626 946	184 669 974
Número médio de ações potencialmente diluidoras	2 568 406	1 623 192
Número médio de ações diluídas	188 195 353	186 293 165
<b>Resultados básicos por ação (em unidades de euro)</b>	<b>0,708</b>	<b>1,416</b>
<b>Resultados por ação diluídos (em unidades de euros)</b>	<b>0,698</b>	<b>1,403</b>

(\*) Alguns números relativos ao exercício anterior foram retificados para tornar os dados comparáveis.

## Parte D - Rendimento integral

## Demonstração do Rendimento Integral

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Total 2023	Total 2022
<b>10. Lucro do exercício</b>	<b>131 360 488</b>	<b>261 438 216</b>
<b>Outros componentes de rendimento não reclassificados para os resultados</b>		
<b>20. Instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral:</b>		
a) alterações ao justo valor		
b) transferências para outras rubricas de capital próprio		
<b>30. Passivos financeiros designados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito):</b>		
a) alterações ao justo valor		
b) transferências para outras rubricas de capital próprio		
<b>40. Cobertura de instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral:</b>		
a) alterações ao justo valor (instrumento sujeito a cobertura)		
b) alterações ao justo valor (instrumento de cobertura)		
<b>50. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento</b>		
<b>60. Ativos intangíveis</b>		
<b>70. Planos de benefícios definidos</b>	<b>(36 540)</b>	<b>724 064</b>
<b>80. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas</b>		
<b>90. Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos contabilizados no capital próprio</b>		
<b>100. Impostos sobre o rendimento de outros componentes não reclassificados para os resultados</b>	<b>10 048</b>	<b>(199 118)</b>
<b>Outros componentes de rendimento reclassificados para os resultados</b>		
<b>110. Cobertura de investimentos estrangeiros:</b>		
a) alterações ao justo valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
<b>120. Diferenças cambiais:</b>		
a) alterações no valor	130 386	3420
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
<b>130. Coberturas de fluxos de caixa:</b>		
a) alterações ao justo valor		

(cont.)

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Total 2023	Total 2022
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
das quais: resultado de posições líquidas		
<b>140.</b> Instrumentos de cobertura (elementos não designados):		
a) alterações no valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
<b>150.</b> Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral:		
a) alterações ao justo valor	2 074 605	1 246 162
b) reclassificação por via dos resultados		
- correções para risco de crédito		
- lucros/perdas em alienações		
c) outras alterações		
<b>160.</b> Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
a) alterações ao justo valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
<b>170.</b> Porção das reservas de avaliação para investimentos em capitais próprios mensurados utilizando o método de equivalência patrimonial:		
a) alterações ao justo valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
- correções por imparidade		
- lucros/perdas em alienações		
c) outras alterações		
<b>180.</b> Impostos sobre o rendimento de outros componentes reclassificados para os resultados	(629 340)	(413 237)
<b>190. Total de outro rendimento integral</b>	<b>1 549 159</b>	<b>1 361 292</b>
<b>200. Rendimento integral (Rubricas 10+190)</b>	<b>132 909 647</b>	<b>262 799 507</b>

## Parte E - Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco

### Introdução

O BFF Bank adotou ferramentas adequadas de governo societário e mecanismos adequados de gestão e controlo com vista a mitigar os riscos a que está exposto. Estas medidas fazem parte do governo da organização e do sistema de controlo interno, que visam garantir práticas de gestão assentes na eficiência, eficácia e equidade, cobrindo todos os tipos de risco empresarial, em consonância com as características, dimensões e complexidade das atividades comerciais levadas a cabo.

Nesta perspetiva, o Banco formalizou as respetivas políticas de gestão de riscos e procede à sua revisão periódica para garantir a sua eficácia ao longo do tempo, além de controlar constantemente o funcionamento dos processos de gestão e controlo dos riscos.

Essas políticas definem:

- ▶ O governo dos riscos e as responsabilidades das Unidades organizacionais envolvidas no processo de gestão;
- ▶ O mapeamento dos riscos a que o Banco está exposto, os métodos de mensuração e de teste de esforço, bem como os fluxos de informação que resumem as atividades de acompanhamento;
- ▶ O processo de avaliação anual da adequação do capital interno e do sistema de governo e gestão do risco de liquidez;
- ▶ As atividades para a avaliação da adequação do capital prospetivo, associada ao processo de planeamento estratégico.

Os órgãos de governo societário do Banco definem o modelo de governo e gestão do risco ao nível do Grupo, tendo em consideração os tipos específicos de operações e os perfis de risco relacionados que caracterizam todas as entidades do Grupo, com o intuito de criar uma política integrada e coerente de gestão do risco.

É neste enquadramento que os órgãos sociais do Banco realizam as funções a si confiadas não apenas no que se refere às respetivas atividades comerciais específicas, mas também tendo em conta as operações do Banco como um todo, bem como os riscos a que este está exposto e envolvendo, se apropriado, os órgãos de governo das subsidiárias nas decisões relativas a procedimentos e políticas de gestão do risco.

A Função de Gestão de Riscos colabora no processo de definição e implementação de políticas de gestão do risco por meio de um processo adequado de gestão do risco. O diretor da Função não está envolvido nas atividades de exploração que tem de monitorizar, uma vez que as suas incumbências e responsabilidades são regidas por Regulamentos internos específicos.

Além de outras tarefas, a Função de Gestão de Riscos é responsável por:

- ▶ Colaborar com os órgãos de governo societário na definição do sistema global de gestão do risco e na totalidade do quadro de referência para a assunção e controlo de riscos do Banco (Quadro de apetência pelo risco);
- ▶ Estabelecer processos adequados de gestão do risco através da adoção e manutenção de sistemas adequados de gestão do risco, de modo a cartografar, mensurar, controlar ou mitigar todos os riscos relevantes;



- ▶ Fornecer uma avaliação do capital absorvido, também sob condições de esforço, bem como da relativa adequação do capital presente e prospetivo, definindo processos e procedimentos adequados a cada tipo de risco presente e futuro, que tenha em conta alterações nas estratégias e no contexto;
- ▶ Supervisionar a implementação do processo de gestão do risco e garantir que este está a ser respeitado;
- ▶ Acompanhar a adequação e a eficácia das ações levadas a cabo para solucionar qualquer debilidade detetada no sistema de gestão do risco;
- ▶ Apresentar relatórios periódicos aos órgãos de governo societário relativos às atividades realizadas e dotá-los de suporte de consultadoria sobre questões relativas à gestão do risco.

A Função de Gestão de Riscos comunica perante o Presidente da Comissão Executiva, a pessoa responsável pelo sistema de controlo interno do Banco. Esta é independente da Função de Auditoria interna e está sujeita ao seu controlo.

## Secção 1 - Risco de crédito

### Informação qualitativa

#### 1. Aspetos gerais

A atividade principal do Banco neste domínio é o *factoring*, que, em Itália, é regido pelo Código Civil italiano (Livro IV, título I, capítulo V, artigos 1260.º - 1267.º) e pela Lei italiana n.º 52, de 21 de fevereiro de 1991, e alterações subsequentes, e que consiste numa multiplicidade de serviços financeiros que podem ser estruturados de várias formas, sobretudo através da venda de contas comerciais. O Banco oferece sobretudo serviços de *factoring* sem recurso com devedores pertencentes à administração pública, para além de outros produtos de empréstimo sempre com foco na administração pública. A partir de março de 2021, com a integração do DEPObank, o Banco começou a conceder crédito como atividade instrumental, para além de atividades específicas de tesouraria (geridas através da concessão de limites de exploração) e serviços de títulos (geridos sobretudo através da concessão de facilidades a descoberto na conta).

À data, o *factoring* sem recurso representa cerca de 55,7 % de todas as exposições sobre clientes do Banco, excluindo a componente de títulos.

#### Impactos da crise Ucrânia-Rússia

Em relação ao conflito Ucrânia/Rússia, que eclodiu em 2022, o BFF Bank não tem exposição direta aos mercados russo e ucraniano, e não existem empresas clientes russas, empresas clientes controladas por empresas russas, beneficiários efetivos ou representantes legais de nacionalidade russa na carteira de clientes do BFF ou das suas subsidiárias estrangeiras. No que se refere às posições detidas em RUB (rublos) e à eventual exposição ao risco de taxa de câmbio na sequência da forte flutuação da taxa de câmbio da moeda em questão, as posições ativas e passivas denominadas nessa moeda detidas pelo BFF são de montante global muito limitado, relativas exclusivamente a saldos de contas bancárias (saldos de contas bancárias junto do BFF de contrapartes da Linha de Negócio de Serviços de Transação, transferidos para contas detidas pelo BFF junto do Bank of New York, tesoureiro do BFF nessa moeda, e do Euroclear Bank, banco de liquidação internacional, estando as operações à vista, depósitos a prazo e *swaps* de divisas nessa moeda suspensos desde o início da crise) e substancialmente equilibradas. O BFF tem também apenas uma conta à ordem denominada em UAH (hryvnia ucraniana), detida no Bank of New York, que não utilizou em 2023 e que tem um saldo devedor insignificante (equivalente a algumas dezenas de euros).

Após o início da crise entre a Rússia e a Ucrânia, assistiu-se também a uma intensificação da ciber guerra a nível mundial, visando principalmente as redes de infraestruturas. A este respeito, o Banco aumentou o nível de atenção do SOC (centro de operações de segurança) e reforçou as regras de defesa do perímetro, bem como continuou a acompanhar a situação através de fontes fiáveis, como o CERTFin. No que respeita à continuidade operacional e às cópias de segurança, as recentes atualizações e testes do Plano de Recuperação de Desastres confirmaram a resiliência do BFF Bank. São organizadas internamente campanhas de sensibilização sobre *phishing* e eventos de segurança. Por último, foram contactados os principais subcontratantes e fornecedores, a fim de verificar se também eles tinham aumentado o seu nível de atenção em matéria de cibersegurança e receber mais registos dos sistemas de defesa para efetuar uma monitorização mais extensiva através do SIEM (gestão de informações e eventos de segurança). Até à data, não foram registados quaisquer ataques ou perturbações na sequência da crise na Ucrânia por parte do BFF ou dos seus subcontratantes ou fornecedores.

## 2. Políticas de gestão do risco de crédito

### 2.1 Aspetos organizacionais

A avaliação de uma transação, para os diferentes produtos oferecidos pelo Banco, é realizada analisando uma série de fatores que vão desde o grau de fragmentação do risco até às características da relação comercial subjacentes à qualidade do crédito e à capacidade de reembolso do cliente/devedor.

As orientações e os procedimentos de acompanhamento e controlo do risco de crédito encontram-se estabelecidos no «Regulamento de crédito» atual, aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2023, e no «Regulamento de crédito» das subsidiárias. O regulamento interno fornece uma medida organizacional adicional para enfrentar o risco de crédito com vista a acompanhar a qualidade do crédito, que descreve o processo de controlo do crédito sobre o devedor e é parte integrante do «Regulamento de crédito» supracitado.

O risco de crédito é, por conseguinte, acompanhado a vários níveis no âmbito do quadro dos múltiplos processos operacionais.

### 2.2 Sistemas de gestão, mensuração e controlo

O sistema de gestão, mensuração e controlo relativo ao risco de crédito foi criado para assegurar o controlo sobre os principais tipos de risco pertencentes à categoria de risco de crédito.

Para o efeito, importa realçar que, conforme referido anteriormente, a atividade essencial levada a cabo pelo Banco consiste na aquisição de contas comerciais a receber sem recurso devidas por devedores pertencentes a organismos da administração pública e que, no que se refere a exposições relacionadas com operações do banco depositário, estas são sobretudo direcionadas para os bancos.

Com base no anteriormente exposto, em especial, o risco de crédito está associado à possibilidade de que uma alteração inesperada na solvabilidade de uma contraparte, a que o Grupo está exposto, possa gerar uma descida correspondente no valor da situação de crédito. Este pode ser decomposto da seguinte forma:

- ▶ **Risco de crédito no sentido estrito:** o risco de incumprimento por contrapartes a que o Banco está exposto, que é legitimamente limitado tendo em consideração a natureza das contrapartes do Banco, cuja maioria não está sujeita a processos de falência ou outros procedimentos que poderiam afetar a sua solvência material;
- ▶ **Risco de diluição:** o risco de que os montantes devidos pelo devedor cedido sejam reduzidos devido a provisões ou compensações resultantes de rendimentos e/ou litígios relativos à qualidade do produto ou serviço ou qualquer outra questão;
- ▶ **Risco de «factorabilidade»:** o risco relacionado com a natureza e as características da relação comercial sujeita a *factoring*/venda, afetando a capacidade de autoliquidação da conta a receber comercial vendida (por exemplo, risco de pagamentos diretos do devedor ao cedente potencialmente insolvente);
- ▶ **Risco de atraso de pagamento:** o risco de um atraso nos prazos de cobrança dos valores a receber vendidos face aos esperados pelo Banco.

À luz dos riscos descritos em detalhe acima, o Banco dispõe de regulamentos internos que descrevem as fases que os regulamentos do setor identificam como componentes do processo de crédito:

- ▶ Verificação dos antecedentes;
- ▶ Decisão;
- ▶ Desembolso;
- ▶ Acompanhamento e revisão;
- ▶ Litígio.

O *factoring* sem recurso, pela sua própria natureza, representa o serviço que está mais exposto ao risco de crédito. Por esse motivo, a verificação dos antecedentes para o pedido da linha de crédito é realizada com o máximo cuidado.

No que diz respeito à concessão de crédito às contrapartes que utilizam o serviço do banco depositário, o risco de crédito é muito baixo, uma vez que se concentra principalmente em contrapartes bancárias, sociedades de gestão de ativos e fundos.

O Banco também presta marginalmente estes dois tipos de serviços: «apenas gestão de valores a receber» e «*factoring* com recurso».

No serviço «apenas gestão de empréstimos e valores a receber», o risco de crédito é consideravelmente reduzido porque está limitado à exposição do Banco ao cliente relativamente ao pagamento dos encargos e comissões acordados, ou seja, o reembolso de encargos legais incorridos. A concessão de uma linha de crédito «apenas gestão de empréstimos e valores a receber» segue os procedimentos normais utilizados no processo de crédito, embora a linha de crédito possa ser aprovada por um organismo unipessoal.

O *factoring* com recurso constitui uma atividade residual para o BFF Bank.

No que diz respeito à atribuição de limites de exploração e/ou limites máximos de «intermediação», não há nenhum pedido específico dos clientes e a avaliação é iniciada por iniciativa da Unidade Organizacional (UO) Financeira e do Tesouro ou das unidades organizacionais relevantes.

No âmbito da gestão de contrapartes que prestam serviços de intermediação a retalho, foram estabelecidos limites de exploração específicos, destinados a acompanhar e controlar as operações destas entidades. Em alguns casos, foram solicitadas garantias para mitigar o risco assumido para estas atividades. A exposição ao risco de crédito dos clientes é constantemente acompanhada. A qualidade do crédito de entidades do setor público é analisada no quadro do risco de atraso de reembolso dos passivos.

A avaliação do risco de crédito é parte integrante de uma análise global da adequação dos fundos próprios do Banco em relação aos riscos associados à concessão de empréstimos.

Com isto em mente, o Banco utiliza a abordagem «normalizada» para mensurar o risco de crédito, tal como regida pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 (RRFP) e adotada pela Circular n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e pela Circular n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos» e respetivas alterações subsequentes, do Banco de Itália, datadas de 17 de dezembro de 2013. Esta abordagem inclui a classificação de exposições em diferentes classes («carteiras»), dependendo do tipo de contraparte, bem como a aplicação de rácios ponderados diversificados a cada carteira.

Especificamente, o Banco aplica os seguintes fatores de ponderação, previstos pelo RRFP:

- ▶ 0 % para exposições sobre organismos públicos e bancos centrais com escritórios num Estado-Membro da União Europeia e financiados na moeda local, bem como para exposições sobre outros organismos da administração pública, em conformidade com requisitos específicos das disposições de supervisão pertinentes. Esta categoria inclui também exposições a entidades do setor público espanhol e outras autoridades locais, tal como previsto nas listas da EBA «Governos regionais e autoridades locais da UE tratadas como exposições a governos centrais em conformidade com o artigo 115.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 575/2013» e «Entidades do setor público da UE tratadas em circunstâncias excecionais como exposições ao governo central, governo regional ou autoridade local em cuja jurisdição se encontram estabelecidas em conformidade com o artigo 116, n.º 4 do Regulamento (UE) 575/2013»;

- ▶ 20 % para *i)* exposições sobre organismos das administrações regionais e autoridades locais com escritórios num Estado-Membro da União Europeia denominadas e financiadas na moeda local, *ii)* exposições sobre entidades do setor público de países com Qualidade do crédito Nível 1, *iii)* exposições sobre entidades do setor público e intermediários supervisionados com uma duração original de três meses ou menos;
- ▶ 50 % para exposições a organismos da administração pública de países com Qualidade do crédito Nível 2, que incluem a exposição a entidades do setor público polaco e eslovaco;
- ▶ 100 % para *i)* exposições a organismos da administração pública de países com Qualidade do crédito Nível 3, 4 e 5 (incluindo Itália, Portugal e Grécia – tenha em atenção que, em 3 de maio de 2019, a DBRS subiu a notação da Grécia de «B+» para «BB-», melhorando conseqüentemente a qualidade do crédito do nível 5 para o 4, mas mantendo a percentagem de absorção de capital inalterada em 100 %) e *ii)* exposições a organismos da administração pública de países em que os organismos estatais não são alvo de notação e não se encontram disponíveis níveis de qualidade do crédito (incluindo a Chéquia e a Croácia);
- ▶ 50 % ou 100 % para montantes devidos de intermediários supervisionados, de acordo com o nível de qualidade do crédito do país em que têm estabelecidos os seus escritórios;
- ▶ 75 % para exposições sobre o mercado de retalho e exposições sobre PME;
- ▶ 100 % para exposições sobre devedores privados sem notação (ou seja, empresas), Fundos e sociedades de gestão de ativos; para devedores privados com notação, são aplicadas ponderações diferentes com base nas notações de crédito emitidas pela S&P Global Ratings;
- ▶ 100 % para ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, investimentos em capitais próprios, organismos de investimento coletivo e outros;
- ▶ 150 % para exposições improdutivas, se as correções de valor específicas forem 20 % menos do que a porção não caucionada, antes de quaisquer correções;
- ▶ 100 % para exposições improdutivas, se as correções de valor específicas forem 20 % ou mais do que a porção não caucionada, antes de quaisquer correções;
- ▶ 250 % para ativos por impostos diferidos não deduzidos dos fundos próprios.

O Banco mantém constantemente, sob a forma de um requisito de capital para risco de crédito, um montante de capital regulamentar igual a pelo menos 8 % das exposições ponderadas para risco de crédito. O Montante ponderado pelo risco é determinado através da soma dos ativos ponderados pelo risco de várias classes.

Com base no método descrito anteriormente, os requisitos de capital para o risco de crédito e de contraparte, em 31 de dezembro de 2023, são de 267,4 milhões de euros.

Além disso, o processo de gestão do risco de crédito cumpre os regulamentos externos (RRFP, Circulares n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos» do Banco de Itália e respetivas alterações subsequentes) relativos à concentração de riscos.

Concretamente:

- ▶ «Grande exposição» significa qualquer posição de risco igual ou superior a 10 % do capital elegível, tal como definido no RRFP (igual ao capital de Nível 1);
- ▶ Para grupos bancários, cada posição de risco não pode ser superior a 25 % do capital elegível.

Considerando o facto de que a exposição do Banco é composta sobretudo por valores a receber adquiridos numa base sem recurso e a receber de entidades individuais da administração pública, o risco da carteira é

considerado limitado, uma vez que o desconhecimento de valores a receber implica a afetação da exposição a um maior número de contrapartes (ou seja, os devedores cedidos), que, no caso de determinadas exposições, são alvo de tratamento preferencial em termos de ponderação para grandes exposições.

### Avaliação da qualidade do crédito

O Banco realiza um teste de imparidade sobre a carteira de valores a receber, destinado a identificar qualquer imparidade nos seus ativos, em linha com as disposições das normas de contabilidade aplicáveis e com os critérios prudenciais exigidos pelos regulamentos de supervisão e pelas políticas internas adotadas pelo Banco.

Esta avaliação assenta na distinção entre estas duas categorias de exposição:

- ▶ *Exposições sujeitas a correções genéricas («imparidade coletiva»).*
- ▶ *Exposições sujeitas a correções específicas.*

Note-se que a IFRS 9 entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018. Esta norma substitui o conceito de «perdas incorridas» previsto pela IAS 39 pelo de «perdas de crédito esperadas».

A abordagem adotada pelo Banco baseia-se num modelo prospetivo que pode exigir o reconhecimento de perdas esperadas ao longo da vida do valor a receber com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos. Neste contexto, foi adotada uma abordagem baseada na utilização de parâmetros de risco de crédito (Probabilidade de incumprimento – PD, Perda em caso de incumprimento – LGD, Exposição em caso de incumprimento – EAD) redefinida com base numa perspetiva assente em vários períodos.

Mais concretamente, de acordo com a IFRS 9, a imparidade de exposições é reconhecida em três fases, cada uma com diferentes métodos de cálculo das perdas a registar.

Relativamente à Fase 1, as perdas de crédito esperadas são mensuradas ao longo de um período de 12 meses. Relativamente à Fase 2 (incluindo ativos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial), as perdas de crédito esperadas são mensuradas ao longo da vida do instrumento (perdas esperadas ao longo da vida). A Fase 3 inclui todos os ativos financeiros que apresentam imparidade objetiva à data de relato (exposições improdutivas).

## 2.3 Métodos de mensuração das perdas de crédito esperadas

### Exposições sujeitas a perdas por imparidade coletivas («imparidade coletiva»)

O modelo de imparidade caracteriza-se pelos seguintes elementos:

- ▶ A afetação das transações existentes na carteira a diferentes rubricas, com base na avaliação do aumento do nível de risco de exposição/contraparte;
- ▶ A utilização de parâmetros de risco assentes em vários períodos (por exemplo, a PD, LGD e EAD ao longo da vida) para quantificar perdas de crédito esperadas (ECL) para instrumentos financeiros sujeitos a um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

Para efeitos de cálculo da imparidade, a IFRS 9 estabelece requisitos gerais para o cálculo de ECLs e a conceção de critérios de afetação de fase, sem fornecer orientações específicas sobre a abordagem de modelação. Por conseguinte, ao analisar os dados fornecidos como *input*, a avaliação e a conceção do projeto para a conversão para a IFRS 9 permitiram desenvolver um quadro metodológico para acomodar as peculiaridades da atividade do Banco em consonância com os ativos que detém, bem como com a informação disponível, em conformidade com as orientações fornecidas na norma.

Os principais conceitos introduzidos pela IFRS 9 e exigidos para efeitos de cálculo da imparidade comparativamente às normas anteriores são os seguintes:

- Um modelo prospetivo (*forward-looking*) que permita o reconhecimento imediato de todas as perdas de crédito esperadas ao longo da vida da exposição, substituindo, assim, o critério de «perdas incorridas». De acordo com a anterior, as perdas por imparidade apenas eram reconhecidas quando existissem provas da sua existência (com base na identificação de um evento desencadeador). De acordo com a IFRS 9, as perdas devem ser reconhecidas com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos;
- As perdas de crédito esperadas (ECL) são recalculadas em cada data de relato de modo a refletir quaisquer alterações no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro;
- Utilização de informação prospetiva e de fatores macroeconómicos para determinar as ECL;
- introdução de um estatuto adicional relativamente à classificação binária de contrapartes «produtivas» e «improdutivas», para ter em conta o aumento no risco de crédito.

O modelo de cálculo das ECL requer uma avaliação quantitativa de fluxos de caixa futuros e parte do pressuposto de que estas são estimadas de forma fidedigna. Isto requer a identificação de determinados elementos, nomeadamente:

- ▶ Modelos de probabilidade de incumprimento (PD) e pressupostos sobre a distribuição *forward* de eventos de incumprimento, para o cálculo da PD assente em vários períodos utilizados para determinar as perdas de créditos esperadas ao longo da vida;
- ▶ Modelo de perda em caso de incumprimento (LGD);
- ▶ Um modelo de exposição determinístico e estocástico em caso de incumprimento (EAD) que permite definir uma distribuição em vários períodos, bem como num prazo de 12 meses.

Os parâmetros de risco que devem ser modelados de modo a estar em conformidade com a base racional de consideração da totalidade do tempo de vida do instrumento financeiro são os seguintes:

- ▶ PD em vários períodos;
- ▶ LGD em vários períodos;
- ▶ EAD em vários períodos.

Além disso, em conformidade com a IFRS 9, o cálculo da ECL deve incluir correções do Momento específico (*Point-in-Time*) (PIT) e informação prospetiva (*forward-looking*) (FLI).

#### Exposições sujeitas a perdas por imparidade individuais («imparidade individual»)

Conforme exigido pela IFRS 9 e em linha com as disposições de supervisão atuais, o Banco realizou uma avaliação dos ativos classificados como objeto de imparidade de modo a identificar qualquer imparidade objetiva de posições individuais.

Importa realçar que, relativamente a exposições vencidas, embora classificadas como ativos financeiros objeto de imparidade e, por conseguinte, objeto de imparidade específica, foram realizadas as mesmas avaliações aplicáveis a exposições produtivas referidas nesta secção. Esta decisão é apoiada pelo facto de, dada a atividade central do Banco, as posições objeto de imparidade vencidas, identificadas de acordo com critérios objetivos, não representam necessariamente real deterioração. Contudo, esta abordagem não dispensa as funções competentes de efetuarem uma avaliação analítica/precisa («avaliação caso a caso») das posições classificadas como vencidas se a correção de valor calculada não for adequada.

As exposições objeto de imparidade do BFF são compostas por empréstimos improdutos (NPL), exposições com probabilidade reduzida de pagamento e vencidas, num valor total de 301 314 mil euros – líquido de imparidades individuais – e têm a seguinte desagregação:

- ▶ Empréstimos malparados no valor de 93 228 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras separadas de 95 475 mil euros com uma correção no valor de 2247 mil euros);
- ▶ Exposições com probabilidade reduzida de pagamento no valor de 1567 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras separadas igual a 3087 mil euros com correções iguais a 1520 mil euros);
- ▶ Exposições vencidas objeto de imparidade no valor de 206 520 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras separadas no valor de 207 293 mil euros com uma correção no valor de 773 mil euros).

#### Mensuração das perdas de crédito esperadas

No quarto trimestre de 2023, o Banco reviu o enquadramento metodológico da afetação de fases, estabelecendo critérios mais representativos da deterioração do risco de crédito no que respeita à atividade e a metodologia de componentes prospetivas («*forward-looking*») e de momento específico («*point in time*») relativas à Probabilidade de Incumprimento, mais alinhada com as melhores práticas de mercado e com a especificidade do negócio.

O novo modelo prospetivo, que reforça o modelo anterior que se baseava principalmente nos pressupostos de um fornecedor de informações externo, tem em consideração os cenários macroeconómicos publicados pela EBA (Autoridade Bancária Europeia) durante o teste de esforço de 2023 e, através de um modelo de regressão, associa a taxa de incumprimento à tendência das variáveis macroeconómicas num horizonte temporal futuro de três anos.

Em continuidade com os cenários anteriores fornecidos pelo outro fornecedor de informação, estes cenários caracterizam-se por uma exacerbação das condições financeiras e uma deterioração considerável das perspetivas económicas causadas pela elevada inflação gerada pelo conflito Rússia/Ucrânia. Além disso, estes cenários refletem também uma inversão da tendência do mercado imobiliário na presença de uma diminuição da capacidade de serviço da dívida das famílias, desencadeada por taxas de juro elevadas.

A partir dos próximos trimestres, a Função acompanhará a evolução das variáveis macroeconómicas utilizadas no modelo prospetivo, a fim de identificar quaisquer alterações significativas em comparação com os valores utilizados na fase de atualização do modelo.

#### 2.4 Técnicas de redução do risco de crédito

De modo a tornar as exposições sem recurso compatíveis com o princípio de desreconhecimento, as cláusulas de redução do risco que poderiam de alguma forma invalidar a transferência efetiva de riscos e vantagens foram eliminadas dos respetivos contratos.



No que se refere a exposições a contrapartes às quais são oferecidos serviços de tesouraria e de segurança, as técnicas de redução do risco incluem também acordos de compensação (ISDA) e de gestão de garantias (CSA) em consonância com os regulamentos EMIR. Para acordos de recompra para os quais o Banco assinou contratos específicos do tipo Acordo principal global de recompra (GMRA), o risco de crédito é transferido da contraparte para o subjacente do acordo de recompra.

## 2. Exposições de crédito objeto de imparidade

Em conformidade com a Circular n.º 272 do Banco de Itália, os «Ativos objeto de imparidade» do Banco perfaziam um valor total de 301 314 mil euros. Estes incluem:

- ▶ Empréstimos malparados que consistem em exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou em situações basicamente semelhantes, independentemente de quaisquer projeções de perdas feitas pelo Banco.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total de empréstimos improdutivos, líquido de imparidades, ascendeu a 93 228 mil euros, dos quais 5584 mil euros adquiridos já objeto de imparidade. Os empréstimos improdutivos líquidos relativos a municípios italianos e a governos distritais em dificuldades financeiras ascendiam a 92 644 mil euros, representando 99,4 % do total. Este caso é classificado como «improdutivo», em conformidade com as indicações fornecidas pela Autoridade de Supervisão, não obstante o facto de o BFF ter direito a receber 100 % do capital principal e juros de mora no final do processo de insolvência.

A parte da provisão para juros de mora relativa a exposições improdutivas, reconhecida no momento da alteração nas estimativas em 2014, era igual a 1 milhão de euros, integralmente objeto de imparidade. Ao ter em conta também esta quantia, os empréstimos improdutivos brutos ascenderam a 96 478 mil euros e as correções relevantes totalizaram 3251 mil euros.

- ▶ A rubrica «Exposições com probabilidade reduzida de pagamento» reflete o parecer do intermediário sobre a improbabilidade de - excluindo ações como a execução de garantias - o devedor cumprir na íntegra (em termos de capital e/ou juros) as suas obrigações em matéria de crédito. Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações).

Em 31 de dezembro de 2023, as exposições brutas classificadas como «com probabilidade reduzida de pagamento» ascendiam a 3087 mil euros, amortizados em 1520 mil euros. A exposição líquida ascende, portanto, a 1567 mil euros.

- ▶ As exposições vencidas líquidas totalizavam 206 520 mil euros, das quais 153 980 mil euros (93,8 %), atribuíveis a contrapartes da administração pública e a empresas do setor público.

Recorde-se que os ativos objeto de imparidade são classificados de acordo com a definição prudencial de incumprimento (ou seja, vencido, com probabilidade reduzida de pagamento e improdutivo), que pressupõe a existência de um estado efetivo de deterioração da qualidade do crédito da exposição, não prevendo qualquer discricionariedade e não assegurando que determinados casos não representativos de um agravamento do risco de crédito (como acontece com a maioria das exposições do Banco) sejam tratados de forma diferente. O perfil de risco de crédito real assumido pelo Banco é limitado, tal como tem sido assumido em relação aos organismos públicos, e a classificação acima descrita pode resultar em distorções significativas na representação da informação contabilística, prudencial e de solidez de capital do Banco. Este facto é igualmente corroborado pelas perdas de crédito registadas muito limitadas.

## Informação quantitativa

### A. Qualidade do crédito

#### A.1 Exposições de crédito produtivas e objeto de imparidade: montantes, correções, tendências e desagregação económica

##### A.1.1 Desagregação de ativos financeiros por carteira e qualidade do crédito (quantias escrituradas)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Empréstimos improdutivos	Exposições com probabilidade reduzida de pagamento	Exposições vencidas objeto de imparidade	Outras exposições objeto de imparidade	Exposições produtivas	Total
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	93 228	1567	206 520	1 842 868	8 455 781	10 599 963
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
3. Ativos financeiros designados ao justo valor						
4. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor						
5. Ativos financeiros detidos para venda						
<b>Total 31.12.2023</b>	<b>93 228</b>	<b>1567</b>	<b>206 520</b>	<b>1 842 868</b>	<b>8 455 781</b>	<b>10 599 963</b>
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>80 271</b>	<b>819</b>	<b>170 890</b>	<b>1 734 997</b>	<b>9 739 554</b>	<b>11 726 530</b>



## A.1.2 Desagregação de ativos financeiros por carteira e qualidade do crédito (montantes brutos e líquidos)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Objeto de imparidade				Produtivas			Total (exposição líquida)
	Exposição bruta	Total de correções	Exposição líquida	Total de anulações (write-offs) parciais <sup>(*)</sup>	Exposição bruta	Total de correções	Exposição líquida	
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	305 855	4541	301 314		10 302 066	3417	10 298 649	10 599 963
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral								-
3. Ativos financeiros designados ao justo valor					X	X		-
4. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor					X	X		-
5. Ativos financeiros detidos para venda								-
<b>Total 31.12.2023</b>	<b>305 855</b>	<b>4541</b>	<b>301 314</b>		<b>10 302 066</b>	<b>3417</b>	<b>10 298 649</b>	<b>10 599 963</b>
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>255 162</b>	<b>3182</b>	<b>251 980</b>		<b>11 475 999</b>	<b>1448</b>	<b>11 474 550</b>	<b>11 726 530</b>

(\*) Valor fornecido para fins informativos

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Ativos com má qualidade de crédito evidente		Outros ativos
	Perdas de capital cumulativas	Exposição líquida	
1. Ativos financeiros detidos para negociação			1167
2. Derivados de cobertura			
<b>Total 31.12.2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1167</b>
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>210</b>

## A.1.3 Desagregação dos ativos financeiros por categoria de imparidade (quantias escrituradas)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/fases de risco	Fase 1			Fase 2			Fase 3			Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		
	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	154 735	167 564	1 269 689	3839	7527	239 514	3837	8461	238 934	-	-	5584
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral												
3. Ativos financeiros detidos para venda												
<b>Total 31.12.2023</b>	<b>154 735</b>	<b>167 564</b>	<b>1 269 689</b>	<b>3839</b>	<b>7527</b>	<b>239 514</b>	<b>3837</b>	<b>8461</b>	<b>238 934</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5584</b>
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>294 288</b>	<b>154 658</b>	<b>440 124</b>	<b>484</b>	<b>13 060</b>	<b>832 384</b>	<b>4895</b>	<b>8711</b>	<b>198 448</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5672</b>

A.1.4 Ativos financeiros, compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas: tendência do total de correções de valor e do total das provisões

Descrição/fases de risco	Total de correções												Total de correções						Total de provisões para compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas				Total				
	Ativos de Fase 1						Ativos de Fase 2						Ativos de Fase 3			Ativos financeiros adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas adquiridos ou originados objeto de imparidade								
	Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos e Bancos Centrais à vista	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Ativos financeiros detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade coletiva	Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos e Bancos Centrais à vista	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Ativos financeiros detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade coletiva	Valores a receber de bancos e Bancos Centrais à vista	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Ativos financeiros detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade coletiva		Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Ativos financeiros detidos para venda		dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade coletiva	Fase 1	Fase 2
Correções totais iniciais	20	1254			1274	2	194				196		3176		3176	-	6				6			225	-	-	4877
Aumentos em ativos financeiros adquiridos ou originados																			X		X	X	X	X			
Desreconhecimentos que não anulacões (write-offs)																											
Correções de valor líquidas/reduções para risco de crédito (+/-)	1	1991			1992		-22				-22		1164		1164	-	195				195			155			3485
Alterações contratuais sem desreconhecimentos																											
Alterações nos métodos de estimativa																											
Anulacões (write-offs) não reconhecidas diretamente nos resultados																											
Outras alterações																									173		173
Total de correções finais	21	3245			3266	2	172				174		4339		4339	-	201				201			380	173	8534	
Recuperações de receitas de ativos financeiros sujeitos a anulacão (write-off)																											
Anulacões (write-offs) reconhecidas diretamente nos resultados													16														-

A.1.5 Ativos financeiros, compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas: transferências entre as várias fases de risco de crédito (montantes brutos e nominais)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/fases de risco	Montantes brutos/valor nominal					
	Transferências entre a fase 1 e a fase 2		Transferências entre a fase 2 e a fase 3		Transferências entre a fase 1 e a fase 3	
	Da fase 1 para a fase 2	Da fase 2 para a fase 1	Da fase 2 para a fase 3	Da fase 3 para a fase 2	Da fase 1 para a fase 3	Da fase 3 para a fase 1
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	995	1933	1056	51	8871	3631
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
3. Ativos financeiros detidos para venda						
4. Compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras emitidas						
<b>Total 31.12.2023</b>	<b>995</b>	<b>1933</b>	<b>1056</b>	<b>51</b>	<b>8871</b>	<b>3631</b>
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>1714</b>	<b>216</b>	<b>11</b>	<b>5091</b>	<b>12 582</b>	<b>1944</b>

A.1.6 Posição de balanço e posição fora de balanço de exposições de crédito junto de bancos: montantes brutos e líquidos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de exposições/montantes	Exposição bruta				Total das perdas por imparidade e total das provisões				Exposição líquida	Total de anulações (write-offs) parciais (*)
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		
<b>A. Posição de balanço de exposições de crédito</b>										
<b>A.1 À vista</b>	<b>238 949</b>	<b>234 436</b>	<b>4512</b>		<b>23</b>	<b>21</b>	<b>2</b>		<b>238 926</b>	
a) Objeto de imparidade		X				X				
b) Produtivas	<b>238 949</b>	<b>234 436</b>	<b>4512</b>	X	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	X	<b>238,926</b>	
<b>A.2 Outras</b>	<b>593 576</b>	<b>593 576</b>			<b>15</b>	<b>15</b>			<b>593 563</b>	
a) Empréstimos improdutivos		X				X				
- das quais: exposições reestruturadas		X				X				
b) Posições com probabilidade reduzida de pagamento		X				X				
- das quais: exposições reestruturadas		X				X				
c) Exposições vencidas objeto de imparidade		X				X				
- das quais: exposições reestruturadas		X				X				
d) Exposições vencidas, mas produtivas				X				X		
- das quais: exposições reestruturadas				X				X		
e) Outras exposições produtivas	<b>593 576</b>	<b>593 576</b>		X	<b>15</b>	<b>15</b>		X	<b>593 561</b>	
- das quais: exposições reestruturadas				X				X		
<b>TOTAL (A)</b>	<b>832 525</b>	<b>828 012</b>	<b>4512</b>		<b>38</b>	<b>36</b>	<b>2</b>		<b>832 489</b>	
<b>B. Posição fora de balanço de exposições financeiras</b>	<b>1161</b>								<b>1161</b>	
a) Objeto de imparidade		X				X				
b) Produtivas	<b>1161</b>			X				X	<b>1161</b>	
<b>Total (B)</b>	<b>1161</b>								<b>1161</b>	
<b>Total (A + B)</b>	<b>833 685</b>	<b>828 012</b>	<b>4512</b>		<b>38</b>	<b>36</b>	<b>2</b>		<b>833 650</b>	

(\*) Valor fornecido para efeitos de divulgação.

### A.1.7 Posição de balanço e posição fora de balanço de exposições de crédito junto de clientes: montantes brutos e líquidos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de exposições/ montantes	Exposição bruta				Total das perdas por imparidade e total das provisões				Exposição líquida	Total de anulações (write-offs) parciais (*)	
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			
<b>A. Posição de balanço de exposições de crédito</b>											
a) Empréstimos improdutivos	95 475	X	89 690	5 785	2 247	X	2 046	201	93 228		
- dos quais: exposições reestruturadas		X				X					
b) Posições com probabilidade reduzida de pagamento	3 087	X	3 087		1 520	X	1 520		1 567		
- das quais: exposições reestruturadas	978	X	978		531	X	531		447		
c) Exposições vencidas objeto de imparidade	207 293	X	207 293		773	X	773		206 520		
- das quais: exposições reestruturadas		X				X					
d) Exposições vencidas, mas produtivas	1 843 331	1 592 280	251 051	X	463	292	172	X	1 842 868		
- das quais: exposições reestruturadas				X				X			
e) Outras exposições produtivas	7 865 160	7 854 355	10 805	X	2 939	2 939		X	7 862 220		
- das quais: exposições reestruturadas				X				X			
<b>TOTAL (A)</b>	<b>10 014 345</b>	<b>9 446 634</b>	<b>261 856</b>	<b>300 070</b>	<b>5 785</b>	<b>7 943</b>	<b>3 230</b>	<b>172</b>	<b>4 339</b>	<b>201</b>	<b>10 006 402</b>
<b>B. Posição fora de balanço de exposições financeiras</b>											
a) Objeto de imparidade	17 020	X	17 020			X			16 847		
b) Produtivas	1 120 634	1 087 324		X		380		X	1 120 254		
<b>TOTAL (B)</b>	<b>1 137 654</b>	<b>1 087 324</b>	<b>-</b>	<b>17 020</b>	<b>-</b>	<b>553</b>	<b>380</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>1 137 102</b>
<b>TOTAL (A+B)</b>	<b>11 152 000</b>	<b>10 533 958</b>	<b>261 856</b>	<b>317 090</b>	<b>5 785</b>	<b>8 496</b>	<b>3 610</b>	<b>172</b>	<b>4 512</b>	<b>201</b>	<b>11 143 504</b>

(\*) Valor fornecido para efeitos de divulgação.

### A.1.9 Posição de balanço de exposições de crédito junto de clientes: tendência nas exposições brutas objeto de imparidade

(Montantes em milhares de euros)

Descrições/Categorias	Empréstimos improdutivos	Posições com probabilidade reduzida de pagamento	Exposições vencidas objeto de imparidade
<b>A. Exposição bruta inicial</b>	82 361	1 593	171 208
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos			
<b>B. Aumentos</b>			
B.1 fluxos provenientes de exposições produtivas	14 282	17	45 265
B.2 transferências provenientes de ativos financeiros adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			
B.3 transferências de outras exposições objeto de imparidade	5 789		1 801
B.4 Alterações contratuais sem desreconhecimentos			
B.5 Outros aumentos	5 434	2 148	64 687
<b>C. Reduções</b>			
C.1 fluxos de saída de exposições produtivas	534		16 621
C.2 anulações (write-offs)			
C.3 cobranças	10 055	671	53 258
C.4 cobranças resultantes de alienações			
C.5 perdas em alienações			
C.6 transferências para outras exposições objeto de imparidade	1 801		5 789
C.7 alterações contratuais sem desreconhecimentos			
C.8 outras reduções			
<b>D. Exposição bruta final</b>	<b>95 475</b>	<b>3 087</b>	<b>207 293</b>
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos			

A.1.9 bis Posição de balanço de exposições financeiras junto de clientes: alterações nas exposições reestruturadas brutas desagregadas por qualidade do crédito

(Montantes em milhares de euros)

Descrições/Categorias	Exposições reestruturadas: improdutivas	Exposições reestruturadas: produtivas
<b>A. Exposição bruta inicial</b>	922	-
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos		
<b>B. Aumentos</b>		
B.1 fluxos provenientes de exposições produtivas não reestruturadas	-	
B.2 fluxos provenientes de exposições produtivas reestruturadas		X
B.3 fluxos provenientes de exposições improdutivas reestruturadas	X	
B.4 outros aumentos	-	
	56	
<b>C. Reduções</b>		
C.1 transferências para exposições produtivas não sujeitas a medidas de reestruturação	X	
C.2 transferências para exposições produtivas reestruturadas		X
C.3 transferências para exposições improdutivas reestruturadas	X	
C.4 anulações ( <i>write-offs</i> )		
C.5 cobranças		
C.6 cobranças resultantes de alienações		
C.7 perdas em alienações		
C.8 outras reduções		
<b>D. Exposição bruta final</b>	978	-
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos		

A.1.11 Posição de balanço de exposições de crédito objeto de imparidade junto de clientes: tendência nas correções totais de valor

(Montantes em milhares de euros)

Descrições/Categorias	Empréstimos improdutivos		Posições com probabilidade reduzida de pagamento		Exposições vencidas objeto de imparidade	
	Total	das quais: exposições reestruturadas	Total	das quais: exposições reestruturadas	Total	das quais: exposições reestruturadas
<b>A. Total de correções iniciais</b>	2090		774	531	318	
- das quais: ativos vendidos mas não desreconhecidos						
<b>B. Aumentos</b>						
B.1 correções de ativos adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		X		X		X
B.2 outras correções						
B.3 perdas em alienações						
B.4 transferências de outras categorias de exposições objeto de imparidade	6					
B.5 alterações contratuais sem desreconhecimento						
B.6 outros aumentos	758		990		643	
<b>C. Reduções</b>						
C.1 ganhos de justo valor						
C.2 ganhos por imparidade na cobrança	606		243		159	
C.3 ganhos na alienação						
C.4 anulações ( <i>write-offs</i> )						
C.5 transferências para outras categorias de exposições objeto de imparidade						
C.6 alterações contratuais sem desreconhecimento						
C.7 outras reduções					23	
<b>D. Total de correções finais</b>	2247		1520	531	773	
- das quais: ativos vendidos mas não desreconhecidos						



## A.2 Classificação dos ativos financeiros, dos compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas com base em notações externas e internas

A.2.1 Distribuição dos ativos financeiros, compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas:  
por classes de notações externas (montantes brutos)

(Montantes em milhares de euros)

Exposições	Classes de notação externas						Não objeto de notação	Total
	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6		
<b>A. ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>	<b>15 998</b>	<b>244 826</b>	<b>8 287 183</b>	<b>28 703</b>	<b>14 827</b>	<b>-</b>	<b>2 016 384</b>	<b>10 607 921</b>
- Fase 1	15 627	207 936	7 777 465	28 703	14 827	-	1 995 652	10 040 210
- Fase 2	371	23 887	235 576	-	-	-	2023	261 856
- Fase 3	-	13	268 553	-	-	-	18 514	300 070
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	-	-	5589	-	-	-	196	5785
<b>B. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral</b>								
- Fase 1								
- Fase 2								
- Fase 3								
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
<b>C. Ativos financeiros detidos para venda</b>								
- Fase 1								
- Fase 2								
- Fase 3								
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
<b>Total (A+B+C)</b>	<b>15 998</b>	<b>244 826</b>	<b>8 287 183</b>	<b>28 703</b>	<b>14 827</b>	<b>-</b>	<b>2 016 384</b>	<b>10 607 921</b>
<b>D. Compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas</b>								
- Fase 1							1107	1107
- Fase 2							1092	1092
- Fase 3							14	14
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
<b>Total (D)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1107</b>	<b>1107</b>
<b>Total (A+B+C+D)</b>	<b>15 998</b>	<b>244 826</b>	<b>8 287 183</b>	<b>28 703</b>	<b>14 827</b>	<b>-</b>	<b>3 123 021</b>	<b>11 714 558</b>

As notações fornecidas pela agência de notação DBRS (a ECAI de referência) foram utilizadas para atribuir notações de qualidade do crédito aos devedores. Abaixo é apresentada uma conciliação entre as classes de risco e as notações fornecidas pela DBRS.

Nível de qualidade do crédito	ECAI
	DBRS Ratings Limited
1	de AAA a AAL
2	de AH a AL
3	de BBBH a BBBL
4	de BBH a BBL
5	de BH a BL
6	CCC

Para os devedores privados com notação, foram utilizadas as notações fornecidas pela S&P Global Ratings. Abaixo é apresentada uma conciliação entre as classes de risco e as notações fornecidas pela DBRS.

Nível de qualidade do crédito	ECAI
	S&P Global Ratings
1	≥ AA-
2	entre A+ e A-
3	entre BBB+ e BBB-
4	entre BB+ e BB-
5	entre B+ e B-
6	≤ CCC+

### A.3 Desagregação de exposições de crédito garantidas por tipo de garantia

#### A.3.1 Posição de balanço e posição fora de balanço de exposições de crédito junto de bancos com garantia

(Montantes em milhares de euros)

	Exposição bruta	Exposição líquida	Cauções (1)				Garantias pessoais (2)						Total (1)+(2)	
			Imobiliário - hipotecas	Imóveis em locação financeira	Títulos	Outras cauções	Derivados de crédito			Créditos de endosso				
							Notas de ligação de crédito	Outros derivados		Organismos de administração pública	Bancos	Outras sociedades financeiras		Outras entidades
								Contrapartes centrais	Bancos					
<b>1. Posição de balanço de exposições de crédito garantidas:</b>	<b>299 777</b>	<b>299 776</b>			<b>298 425</b>								<b>298 425</b>	
1.1 totalmente garantidas	299 777	299 776			298 425								298 425	
- das quais objeto de imparidade														
1.2 parcialmente garantidas														
- das quais objeto de imparidade														
<b>2. Posição fora de balanço de exposições de crédito garantidas:</b>														
2.1 totalmente garantidas														
- das quais objeto de imparidade														
2.2 parcialmente garantidas														
- das quais objeto de imparidade														

**A.3.2 Posição de balanço e posição fora de balanço de exposições de crédito junto de clientes com garantia**

(Montantes em milhares de euros)

	Exposição bruta	Exposição líquida	Cauções (1)				Garantias pessoais (2)						Total (1)+(2)
			Imobiliário - hipotecas	Imóveis em locação financeira	Títulos	Outras cauções	Derivados de crédito			Créditos de endosso			
							Notas de ligação de crédito	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades	Organismos de administração pública	
<b>1. Posição de balanço de exposições de crédito garantidas:</b>	<b>68 090</b>	<b>68 004</b>	<b>98</b>		<b>66 488</b>							<b>9</b>	<b>66 594</b>
1.1 totalmente garantidas	68 090	68 004	98		66 488							9	66 594
- das quais objeto de imparidade	182	98	98										98
1.2 parcialmente garantidas													
- das quais objeto de imparidade													
<b>2. Posição fora de balanço de exposições de crédito garantidas:</b>	<b>1884</b>	<b>1884</b>			<b>1884</b>								<b>1884</b>
2.1 totalmente garantidas	1884	1884			1884								1884
- das quais objeto de imparidade													
2.2 parcialmente garantidas													
- das quais objeto de imparidade													

## B. Desagregação e concentração de exposições de crédito

### B.1 Distribuição por setores da posição de balanço e posição fora de balanço de exposições de crédito junto de clientes com garantia

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Junto de contrapartes	Organismos de administração pública		Sociedades financeiras		Sociedades financeiras (das quais: companhias de seguros)		Sociedades não financeiras		Agregados familiares	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
<b>A. Posição de balanço de exposições de crédito</b>										
A.1 Empréstimos improdutivos	92 647	461					79	1215	502	572
- dos quais: exposições reestruturadas										
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento			447	531			1119	990		
- das quais: exposições reestruturadas			447	531						
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade	193 789	249					7527	499	5204	25
- das quais: exposições reestruturadas										
A.4 Exposições produtivas	7 665 030	2076	1 750 559	779	1		244 840	543	44 659	5
- das quais: exposições reestruturadas										
<b>Total (A)</b>	<b>7 951 466</b>	<b>2786</b>	<b>1 751 007</b>	<b>1310</b>	<b>1</b>		<b>253 564</b>	<b>3246</b>	<b>50 365</b>	<b>602</b>
<b>B. Posição fora de balanço de exposições financeiras</b>										
B.1 Exposições objeto de imparidade							16 847	173		
B.2 Exposições produtivas			1 011 663	250			108 591	130		
<b>Total (B)</b>			<b>1 011 663</b>	<b>250</b>			<b>125 439</b>	<b>303</b>		
<b>Total (A+B) 31.12.2023</b>	<b>7 951 466</b>	<b>2786</b>	<b>2 762 670</b>	<b>1560</b>	<b>1</b>		<b>379 003</b>	<b>3549</b>	<b>50 365</b>	<b>602</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>	<b>9 078 677</b>	<b>1726</b>	<b>2 918 395</b>	<b>1055</b>			<b>189 173</b>	<b>960</b>	<b>50 957</b>	<b>1089</b>

### B.2 Distribuição territorial da posição de balanço e posição fora de balanço de exposições de crédito junto de clientes com garantia

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Itália		Outros países europeus		Américas		Ásia		Resto do mundo	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
<b>A. Posição de balanço de exposições de crédito</b>										
A.1 Empréstimos improdutivos	93 228	2247								
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento	1567	1520								
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade	193 263	754	13 257	19						
A.4 Exposições produtivas	7 789 978	2960	1 915 110	442						
<b>Total (A)</b>	<b>8 078 035</b>	<b>7482</b>	<b>1 928 366</b>	<b>461</b>						
<b>B. Posição fora de balanço de exposições financeiras</b>										
B.1 Exposições objeto de imparidade	16 847	173								
B.2 Exposições produtivas	484 180	284	636 074	96						
<b>Total (B)</b>	<b>501 027</b>	<b>457</b>	<b>636 074</b>	<b>96</b>						
<b>Total (A+B) 31.12.2023</b>	<b>8 579 063</b>	<b>7939</b>	<b>2 564 441</b>	<b>557</b>						
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>	<b>9 804 454</b>	<b>4522</b>	<b>2 432 747</b>	<b>324</b>						

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Noroeste de Itália		Nordeste de Itália		Região Centro de Itália		Sul de Itália e Ilhas	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
<b>A. Posição de balanço de exposições de crédito</b>								
A.1 Empréstimos improdutivos	412	677	173	53	2615	1149	90 028	369
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento	484	580	696	658	345	170	42	112
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade	6412	357	2928	2	39 317	192	144 606	204
A.4 Exposições produtivas	322 697	795	127 812	22	6 441 032	1936	898 437	208
<b>Total (A)</b>	<b>330 005</b>	<b>2408</b>	<b>131 609</b>	<b>734</b>	<b>6 483 309</b>	<b>3447</b>	<b>1 133 112</b>	<b>893</b>
<b>B. Posição fora de balanço de exposições financeiras</b>								
B.1 Exposições objeto de imparidade			14 147	173	2700			
B.2 Exposições produtivas	344 103	284	31 500		108 577	1		
<b>Total (B)</b>	<b>344 103</b>	<b>284</b>	<b>31 500</b>	<b>-</b>	<b>108 577</b>	<b>1</b>		
<b>Total (A+B) 31.12.2023</b>	<b>674 109</b>	<b>2692</b>	<b>163 109</b>	<b>734</b>	<b>6 591 886</b>	<b>3448</b>	<b>1 133 112</b>	<b>893</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>	<b>561 342</b>	<b>1454</b>	<b>221 655</b>	<b>60</b>	<b>7 750 101</b>	<b>2299</b>	<b>1 271 359</b>	<b>710</b>

### B.3 Distribuição territorial da posição de balanço e posição fora de balanço de exposições de crédito junto de bancos

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Itália		Outros países europeus		Américas		Ásia		Resto do mundo	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
<b>A. Posição de balanço de exposições de crédito</b>										
A.1 Empréstimos improdutivos										
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento										
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade										
A.4 Exposições produtivas	746 345	18	82 998	20	2348		798			
<b>Total A</b>	<b>746 345</b>	<b>18</b>	<b>82 998</b>	<b>20</b>	<b>2348</b>		<b>798</b>			
<b>B. Posição fora de balanço de exposições financeiras</b>										
B.1 Exposições objeto de imparidade										
B.2 Exposições produtivas	181		979							
<b>Total B</b>	<b>181</b>	<b>-</b>	<b>979</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2023</b>	<b>746 527</b>	<b>18</b>	<b>83 978</b>	<b>20</b>	<b>2348</b>	<b>-</b>	<b>798</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>	<b>985 956</b>	<b>15</b>	<b>111 148</b>	<b>17</b>	<b>4507</b>	<b>-</b>	<b>564</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Noroeste de Itália		Nordeste de Itália		Região Centro de Itália		Sul de Itália e Ilhas	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
<b>A. Posição de balanço de exposições de crédito</b>								
A.1 Empréstimos improdutivos								
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento								
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade								
A.4 Exposições produtivas	53 380	8	102 608	5	578 102	4	12 255	1
<b>Total (A)</b>	<b>53 380</b>	<b>8</b>	<b>102 608</b>	<b>5</b>	<b>578 102</b>	<b>4</b>	<b>12 255</b>	<b>1</b>
<b>B. Posição fora de balanço de exposições financeiras</b>								
B.1 Exposições objeto de imparidade								
B.2 Exposições produtivas	181							
<b>Total (B)</b>	<b>181</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2023</b>	<b>53 562</b>	<b>8</b>	<b>102 608</b>	<b>5</b>	<b>578 102</b>	<b>4</b>	<b>12 255</b>	<b>1</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>	<b>70 643</b>	<b>4</b>	<b>64 076</b>	<b>4</b>	<b>832 096</b>	<b>5</b>	<b>19 141</b>	<b>2</b>

#### B.4 Grandes exposições

Em 31 de dezembro de 2023, existiam 16 «grandes exposições», ou seja, exposições iguais ou superiores a 10 % do capital elegível. O montante nominal (não ponderado) dessas posições era de 11 669 760 mil euros, ao passo que o montante ponderado era de 345 817 mil euros.

## E. Transações de alienação

### A. Ativos financeiros vendidos e parcialmente desreconhecidos

#### Informação quantitativa

#### E.1 Ativos financeiros vendidos e totalmente reconhecidos e passivos financeiros associados: quantias escrituradas

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos financeiros vendidos e totalmente reconhecidos				Passivos financeiros associados		
	Quantia Escriturada	dos quais: sujeitos a transações de titularização	dos quais: sujeitos a acordos de venda com cláusula de recompra	dos quais: objeto de imparidade	Quantia Escriturada	dos quais: sujeitos a transações de titularização	dos quais: sujeitos a acordos de venda com cláusula de recompra
<b>A. Ativos financeiros detidos para negociação</b>							
1. Títulos de dívida				X			
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos				X			
4. Derivados				X			
<b>B. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor</b>							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos							
<b>C. Ativos financeiros ao justo valor</b>							
1. Títulos de dívida							
2. Empréstimos concedidos							
<b>D. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral</b>							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos							
<b>E. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>	<b>1 642 570</b>		<b>1 642 570</b>		<b>1 591 122</b>		<b>1 591 122</b>
1. Títulos de dívida	1 642 570		1 642 570		1 591 122		1 591 122
2. Empréstimos concedidos							
<b>Total 31.12.2023</b>	<b>1 642 570</b>		<b>1 642 570</b>		<b>1 591 122</b>		<b>1 591 122</b>
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>4 382 848</b>		<b>4 382 848</b>		<b>4 221 778</b>		<b>4 221 778</b>

## Secção 2 - Riscos de mercado

### 2.1 Risco da taxa de juro e risco de preço – carteira de negociação regulamentar

#### Informação qualitativa

#### A. Aspetos gerais

#### Informação quantitativa

### 1. Carteira de negociação regulamentar distribuição por vencimento (data de reapreçamento) da posição de balanço de ativos e passivos financeiros e de derivados financeiros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo/Prazo remanescente	à vista	até 3 meses	mais de 3 meses a 6 meses	mais de 6 meses a 1 ano	mais de 1 a 5 anos	mais de 5 a 10 anos	10 anos ou mais	duração não definida
<b>1. Posição de balanço de ativos financeiros</b>								
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros					4	1		
1.2 Outros ativos								
<b>2. Posição de balanço de passivos financeiros</b>								
2.1 Acordos de recompra - valores a pagar								
2.2 Outros passivos								
<b>3. Derivados financeiros</b>	20 458							
3.1 Com valor mobiliário subjacente	20 458							
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados	20 458							
+ posições longas	11 220							
+ posições curtas	9 239							
3.2 Sem valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								

### 2. Carteira de negociação regulamentar distribuição de exposições a títulos de capital próprio e índices de ações pelos principais países do mercado de cotação

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Índice de cotação	Cotado		Não cotado
	Itália	Outros	
<b>A. Títulos de capital próprio</b>	1		
- posições longas	1		
- posições curtas			
<b>B. Vendas ainda não liquidadas de títulos de capital próprio</b>			
- posições longas			
- posições curtas			
<b>C. Outros derivados sobre títulos de capital próprio</b>			
- posições longas			
- posições curtas			
<b>D. Derivados sobre índices de ações</b>			
- posições longas			
- posições curtas			

### 2.2 Risco da taxa de juro e risco de preço - carteira bancária

#### Informação qualitativa

#### A. Aspetos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco de taxa de juro e o risco de preço

O risco da taxa de juro da carteira de atividades bancárias é o risco de uma diminuição do valor da carteira devido a potenciais alterações das taxas de juro. A principal fonte deste tipo de risco da taxa de juro é o risco de reapreçamento, ou seja, o risco decorrente de discrepâncias temporais entre o vencimento e o reapreçamento de ativos e passivos, cujos aspetos principais são os seguintes:

- ▶ risco da curva de rendimento, o risco derivado da exposição das posições do Banco a alterações nas inclinações e na forma da curva de rendimento;
- ▶ risco de base, risco derivado da correlação imperfeita nas correções das taxas de contração e concessão de empréstimos em diferentes instrumentos, mas com características de reapreçamento semelhantes. À medida que as taxas de juro se alteram, estas diferenças podem levar a alterações inesperadas nos fluxos de caixa e a diferenciais de rendimento entre ativos e passivos com vencimentos ou frequências de revisão de taxas semelhantes.

A exposição ao risco de taxa de juro é expressa sob duas perspetivas diferentes: volatilidade do valor económico e volatilidade dos lucros (e, em particular, do rendimento líquido de juros).

Concretamente:

- ▶ a mensuração em termos de valor económico permite quantificar os efeitos a longo prazo das alterações nas taxas de juro. Com efeito, esta mensuração exprime plenamente os efeitos da alteração acima referida nas

rubricas sensíveis às variações nas taxas de juro e, por conseguinte, fornece indicações funcionais às decisões estratégicas e aos níveis de capitalização considerados adequados num horizonte temporal de longo prazo;

- ▶ a mensuração em termos de desempenho económico permite quantificar os efeitos a curto prazo sobre a margem de juros do Banco decorrentes das alterações nas taxas de juro e, por conseguinte, sobre a adequação do capital.

A avaliação do risco da taxa de juro em termos de valor económico baseia-se na utilização de modelos do tipo «estático», que, tomando emprestadas as abordagens simplificadas de origem regulamentar nos seus métodos de mensuração, não têm em conta pressupostos relativos à projeção dos fluxos de caixa. Em conformidade com o princípio do «balanço em curso», para mensurar a variação do rendimento líquido de juros, as rubricas que vencidas são substituídas pelos mesmos montantes, sem que, por conseguinte, se preveja qualquer aumento ou diminuição dos volumes.

Por conseguinte, o Banco efetua as seguintes mensurações:

- ▶ sensibilidade à mudança através da classificação das rubricas sensíveis às alterações das taxas de juro em intervalos de tempo, com base nas datas de reapreçamento para as rubricas com taxa indexada e na data de vencimento para as rubricas com taxa fixa. A fim de quantificar a exposição ao risco de taxa de juro, os ativos e passivos são multiplicados por fatores de ponderação, obtidos como o produto de uma variação hipotética das taxas e uma aproximação da duração modificada para cada período individual. Esta mensuração é efetuada pelo menos trimestralmente. Através da sensibilidade à mudança, determina-se uma estimativa da alteração do valor atual do capital de forma simplificada, adotando a metodologia estabelecida pelo regulamento de supervisão. A este respeito, especifica-se que esta mensuração é referida para o controlo do capital interno a deter para cobrir o risco de taxa de juro;
- ▶ A variação da taxa de juro ao longo de um período de tempo igual aos 12 meses e 3 anos seguintes, respetivamente, na sequência de uma alteração assumida na curva da taxa de juro (os choques aplicados são os mesmos que os utilizados para a alteração no valor económico). Esta mensuração é efetuada, pelo menos, trimestralmente, adotando a metodologia simplificada estabelecida pelas disposições, com exceção do tratamento das rubricas à vista, que são mensuradas com uma metodologia mais complexa que tem em conta o reapreçamento efetivo das rubricas individuais.

Note-se que a exposição ao risco de taxa de juro expressa em termos de sensibilidade ao valor económico é medida em relação aos ativos e passivos da carteira de serviços bancários (isto inclui, portanto, posições na carteira de negociação - Outros).

Este método é aplicado diariamente com base nas alterações anuais verificadas nas taxas de juro registadas ao longo de um período de observação de seis anos, considerando, em alternativa, o 1.º percentil (descida) ou o 99.º percentil (subida), tal como estabelecido na Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália, com a última redação que lhe foi dada. O capital interno é determinado pelo resultado no pior cenário obtido entre os dois cenários do 1.º/99.º percentil.

O Banco também mede a exposição ao risco de taxa de juro utilizando cenários adicionais de choque de taxa de juro. Concretamente:

- ▶ os cenários paralelos  $\pm 200$  bps, para a determinação do índice de risco, dado pelo rácio de «exposição ao risco de taxa de juro/fundos próprios»;
- ▶ os seis cenários de choque de taxas de juro exigidos pelas Orientações da EBA, utilizados para calcular o capital interno sob *stress* e para determinar o limite operacional definido pelo rácio de «exposição ao risco de taxa de juro/Nível 1».

Para respeitar o limite, é considerado o cenário com o pior resultado.

O Banco conta com a opção proporcionada pelas atualizações regulamentares da Circular n.º 285/2013 no que diz respeito ao aperfeiçoamento das metodologias simplificadas no que se refere às rubricas de valores a pagar à vista resultantes das atividades de Serviços de Transações, ao passo que para as rubricas de valores a receber à vista se aplica o estabelecido na regulamentação (portanto, são todos classificados no segmento «à ordem»). Os modelos comportamentais utilizados têm em conta a identificação da parte central do financiamento, ou seja, o montante que pode representar uma fonte estável de financiamento apesar da curta duração contratual, mesmo na presença de alterações significativas no contexto das taxas de juro. No que se refere aos empréstimos de *factoring*, por outro lado, é aplicada uma curva de cobrança previsual.

Além disso, na sequência da publicação das novas orientações da EBA (EBA GL 2022 14), o Banco efetuou uma análise inicial para avaliar e monitorizar o Risco de diferencial de crédito da carteira bancária (CSRBB), ou seja, o risco associado a alterações nos diferenciais de crédito sobre instrumentos financeiros detidos na carteira, não identificado por outro quadro prudencial existente, como o IRRBB ou o risco de crédito/risco de incumprimento esperado, que influencia tanto o valor económico do capital próprio como o rendimento líquido de juros.

O CSRBB considera a combinação de dois elementos:

- ▶ alterações no «diferencial de crédito do mercado» ou «preço de mercado do risco de crédito» (distinto do diferencial de crédito idiossincrático), que representa o prémio de risco de crédito solicitado pelos operadores de mercado para uma qualidade do crédito específica;
- ▶ Alterações no «diferencial de liquidez do mercado», que representa o prémio de liquidez que estimula a propensão do mercado para investir e a presença de compradores e vendedores dispostos.

## Informação quantitativa

## 1. Carteira de atividades bancárias: distribuição por vencimento (data de reapreçamento) da posição de balanço de ativos e passivos financeiros e de derivados financeiros

Divisa de denominação: EUROS

(Montantes em milhares de euros)

Tipo/Prazo remanescente	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 meses a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
<b>1. Posição de balanço de ativos financeiros</b>	<b>3 380 272</b>	<b>1 488 985</b>	<b>3 911 843</b>	<b>21 843</b>	<b>1 171 388</b>	<b>113 298</b>		
1.1 Títulos de dívida	-	137 414	3 845 472	14 190	952 966	7140		
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-		
- outros	-	137 414	3 845 472	14 190	952 966	7140		
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	224 353	553 466	-	-	-	-		
1.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	3 263 377	585 096	63 049	7487	215 271	93 228		
- conta corrente	284 335	-	-	-	-	-		
- outros empréstimos concedidos	2 979 042	585 096	63 049	7487	215 271	93 228		
- com opção de reembolso antecipado	-	13	11	19	18	-		
- outros	2 979 042	585 082	63 038	7467	215 253	93 228		
<b>2. Posição de balanço de passivos financeiros</b>	<b>5 156 629</b>	<b>2 594 844</b>	<b>876 318</b>	<b>427 275</b>	<b>156 507</b>	<b>1995</b>		
2.1 Montantes devidos a clientes	4 162 637	1 359 246	876 318	427 275	156 507	1995		
- conta corrente	3 881 062	790 037	875 805	426 327	150 091	-		
- outros valores a pagar	281 575	569 209	513	948	6416	1995		
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-		
- outros	281 575	569 209	513	948	6416	1995		
2.2 Montantes devidos a bancos	912 019	1 235 597	-	-	-	-		
- conta corrente	821 213	-	-	-	-	-		
- outros valores a pagar	90 806	1 235 597	-	-	-	-		
2.3 Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-		
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-		
- outros	-	-	-	-	-	-		
2.4 Outros passivos	-	-	-	-	-	-		
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-		
- outros	-	-	-	-	-	-		
<b>3. Derivados financeiros</b>		<b>696 735</b>						
3.1 Com valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								
3.2 Sem valor mobiliário subjacente		696 735						
- Opções		-						
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados		696 735						
+ posições longas		327 499						
+ posições curtas		369 236						
<b>4. Posição fora de balanço de outras transações financeiras</b>	<b>2 470 799</b>	<b>2 470 799</b>						
+ posições longas	2 470 799							
+ posições curtas		2 470 799						

Divisa de denominação: OUTRAS

(Montantes em milhares de euros)

Tipo/Prazo remanescente	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 meses a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
<b>1. Posição de balanço de ativos financeiros</b>	<b>514 124</b>	<b>362 256</b>						
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	54 667							
1.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	459 457	362 256						
- conta corrente	1724							
- outros empréstimos concedidos	457 733	362 256						
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	457 733	362 256						
<b>2. Posição de balanço de passivos financeiros</b>	<b>539 826</b>	<b>276 868</b>	<b>119 287</b>	<b>63 103</b>	<b>8555</b>			
2.1 Montantes devidos a clientes	437 519	258 769	119 287	63 103	8555			
- conta corrente	437 519	258 769	119 287	63 103	8555			
- outros valores a pagar	-	-	-	-	-			
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.2 Montantes devidos a bancos	102 307	18						
- conta corrente	102 302							
- outros valores a pagar	5	18						
2.3 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
<b>3. Derivados financeiros</b>		<b>952 020</b>						
3.1 Com valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								
3.2 Sem valor mobiliário subjacente		952 020						
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados		952 020						
+ posições longas		496 935						
+ posições curtas		455 085						
<b>4. Posição fora de balanço de outras transações financeiras</b>								
+ posições longas								
+ posições curtas								

## 2.3 Risco cambial

### Informação qualitativa

#### A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco cambial

A exposição ao risco cambial, determinada com base na posição cambial líquida utilizando um método baseado nos regulamentos de supervisão, é controlada em tempo real pelo Departamento de Finanças e Administração e gerida em conformidade com os limites estabelecidos por regras internas específicas.

As posições expostas ao risco cambial só podem ser mantidas dentro de limites limitados de exposição global máxima, bem como para uma moeda única e valor em risco (VaR).

#### B. Cobertura do risco cambial

O risco cambial é mitigado pelo recurso a instrumentos derivados lineares sem componentes opcionais, tais como os *swaps* de divisas, que permitem ao Banco efetuar uma gestão otimizada dos seus investimentos em capitais próprios e empréstimos concedidos em divisas diferentes do euro em que o Banco opera, também através das suas subsidiárias.

### Informação quantitativa

A carteira de ativos do Banco é expressa em divisas que não o euro; consequentemente, foi adotada uma metodologia para a mensuração e gestão deste risco. O risco cambial é acompanhado pela Função de Gestão de Riscos, em linha com os requisitos dos regulamentos europeus (Regulamento UE n.º 575/2013 - RRRP).

## 1. Desagregação por divisa dos ativos, passivos e derivados

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	Divisas					
	Dólar americano	Libras	Iene	Dólar canadiano	Franco suíços	Outras divisas
<b>A. Ativos financeiros</b>	<b>15 478</b>	<b>6212</b>	<b>3291</b>	<b>2343</b>	<b>1753</b>	<b>936 215</b>
A.1 Instrumentos de dívida						
A.2 Instrumentos de capital próprio	1659					87 254
A.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	12 277	6212	3291	2343	1744	28 801
A.4 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	1543				10	820 160
A.5 Outros ativos financeiros						
<b>B. Outros ativos</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>C. Passivos financeiros</b>	<b>307 571</b>	<b>62 417</b>	<b>67 280</b>	<b>15 217</b>	<b>28 073</b>	<b>527 081</b>
C.1 Montantes devidos a bancos	87 362	10 925	679	3248	9244	8948
C.2 Montantes devidos a clientes	220 210	51 492	66 602	11 969	18 829	518 132
C.3 Instrumentos de dívida						
C.4 Outros passivos financeiros						
<b>D. Outros passivos</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>E. Derivados financeiros</b>	<b>293 763</b>	<b>56 251</b>	<b>64 100</b>	<b>12 899</b>	<b>26 438</b>	<b>498 570</b>
- Opções						
+ Posições longas						
+ Posições curtas						
- Outros derivados	293 763	56 251	64 100	12 899	26 438	498 570
+ Posições longas	292 741	56 240	64 049	12 899	26 384	44 623
+ Posições curtas	1022	11	51	-	54	453 947
<b>Total de ativos</b>	<b>308 219</b>	<b>62 455</b>	<b>67 340</b>	<b>15 242</b>	<b>28 140</b>	<b>980 839</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>308 593</b>	<b>62 429</b>	<b>67 331</b>	<b>15 217</b>	<b>28 127</b>	<b>981 028</b>
<b>Diferença (+/-)</b>	<b>- 374</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>13</b>	<b>- 189</b>



## Secção 3 - Instrumentos derivados e políticas de cobertura

### 4.1 Derivados para negociação

#### A. Derivados financeiros

##### A.1 Derivados financeiros para negociação: valores nocionais de fim de período

As operações efetuadas principalmente através do recurso a *swaps* de divisas são realizadas pelo Banco para otimizar a gestão da liquidez decorrente dos financiamentos expressos numa divisa diferente do euro e são funcionais à atividade com que o Banco gere o risco cambial decorrente do investimento em zlotis polacos detido no BFF Polska Group e dos empréstimos expressos numa divisa diferente do euro, nomeadamente em zlotis polacos e coroa checa. Note-se que o BFF Bank não detém produtos financeiros inovadores ou complexos, pelo que o Banco recorre a instrumentos lineares sem componentes opcionais, tais como os *swaps* de divisas.

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes/ Tipos de derivados	31.12.2023			31.12.2022		
	Mercado de balcão		Mercados organizados	Mercado de balcão		Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais	
	Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação		
<b>1. Títulos de dívida e taxas de juro</b>		20 458				
a) Opções		-				
b) Swaps		-				
c) Forwards		20 458				
d) Futuros		-				
e) Outros		-				
<b>2. Títulos de capital próprio e índices de ações</b>		12		12		
a) Opções		12		12		
b) Swaps		-				
c) Forwards		-				
d) Futuros		-				
e) Outros		-				
<b>3. Divisas e ouro</b>		705 911		389 958		
a) Opções		-				
b) Swaps		-				
c) Forwards		705 911		389 958		
d) Futuros		-				
e) Outros		-				
<b>4. Mercadorias (Commodities)</b>		-				
<b>5. Outros</b>		-				
<b>Total</b>		<b>726 381</b>		<b>389 958</b>		

##### A.2 Derivados financeiros para negociação: justo valor bruto positivo e negativo – desagregação por produtos

(Montantes em milhares de euros)

Tipos de derivados	Total 31.12.2023			Total 31.12.2022		
	Mercado de balcão		Mercados organizados	Mercado de balcão		Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais	
	Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação		
<b>1. Justo valor positivo</b>						
a) Opções						
b) Swaps de taxas de juro						
c) Swaps de divisas cruzadas						
d) Swaps de capitais próprios						
e) Forwards			1161			204
<b>f) Futuros</b>						
g) Outros						
<b>Total</b>			<b>- 1161</b>			<b>204</b>
<b>2. Justo valor negativo</b>						
a) Opções						
b) Swaps de taxas de juro						
c) Swaps de divisas cruzadas						
d) Swaps de capitais próprios						
e) Forwards			1215			950
<b>f) Futuros</b>						
g) Outros						
<b>Total</b>			<b>1215</b>			<b>950</b>

### A.3 Derivados financeiros para negociação no mercado de balcão - montantes nocionais, justo valor bruto positivo e negativo por contrapartes

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
Contratos não abrangidos por acordos de compensação				
<b>1) Títulos de dívida e taxas de juro</b>				
- montantes nocionais	X	20 458		
- justo valor positivo	X	21		
- justo valor negativo	X	19		
<b>2) Títulos de capital próprio e índices de ações</b>				
- montantes nocionais	X	12		
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>3) Divisas e ouro</b>				
- valor nocional	X	705 911		
- justo valor positivo	X	1161		
- justo valor negativo	X	1215		
<b>4) Mercadorias (Commodities)</b>				
- montantes nocionais	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>5) Outros</b>				
- montantes nocionais	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
Contratos abrangidos por acordos de compensação				
<b>1) Títulos de dívida e taxas de juro</b>				
- montantes nocionais	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>2) Títulos de capital próprio e índices de ações</b>				
- montantes nocionais	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>3) Divisas e ouro</b>				
- montantes nocionais	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>4) Mercadorias (Commodities)</b>				
- montantes nocionais	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>5) Outros</b>				
- montantes nocionais	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			

### A.4 Vida residual de derivados financeiros do mercado de balcão: montantes nocionais

(Montantes em milhares de euros)

Ativo subjacente/Vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro				
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital próprio e índices de ações	20 458	-	-	20 458
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro	-	12	-	12
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias (commodities)	705 911	-	-	705 911
A.5 Outros derivados financeiros	-	-	-	-
<b>Total 31/12/2023</b>	<b>726 369</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>726 381</b>
<b>Total 31/12/2022</b>	<b>389 958</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>389 970</b>

#### 1.3.2 Coberturas de contabilização

##### Informação qualitativa

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco operava em derivados de cobertura através de instrumentos lineares sem componentes opcionais, como os *swaps* de divisas, que permitem garantir uma gestão otimizada dos financiamentos e empréstimos concedidos em divisas diferentes do euro em que o Banco operava, também através das suas subsidiárias, financiadas através de soluções de financiamento intragrupo em divisas como o zloti e a coroa checa.

## Informação quantitativa

### A. Derivados financeiros detidos para cobertura

#### A.1 Derivados financeiros detidos para cobertura: montantes nocionais de fim de período

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes/ Tipos de derivativos	Total 31.12.2023				Total 31.12.2022			
	Mercado de balcão		Mercados organizados	Mercado de balcão		Mercados organizados		
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			
			Com acordos de compensação			Sem acordos de compensação	Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação
<b>1. Títulos de dívida e taxas de juro</b>								
a) Opções								
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futuros								
e) Outros								
<b>2. Títulos de capital próprio e índices de ações</b>								
a) Opções								
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futuros								
e) Outros								
<b>3. Divisas e ouro</b>							255 298	
a) Opções								
b) Swaps								
c) Forwards							255 298	
d) Futuros								
e) Outros								
<b>4. Mercadorias (Commodities)</b>								
<b>5. Outros subjacentes</b>								
<b>Total</b>							255 298	

#### A.2 Derivados financeiros para cobertura: justo valor bruto positivo e negativo – desagregação por produtos

(Montantes em milhares de euros)

Tipos de derivativos	Total 31.12.2023			Total 31.12.2022		
	Mercado de balcão		Mercados organizados	Mercado de balcão		Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais	
			Com acordos de compensação			Sem acordos de compensação
<b>1. Justo valor positivo</b>						
a) Opções						
b) Swaps de taxas de juro						
c) Swaps de divisas cruzadas						
d) Swaps de capitais próprios						
e) Forwards						
f) Futuros						
g) Outros						
<b>Total</b>						
<b>1. Justo valor negativo</b>						
a) Opções						
b) Swaps de taxas de juro						
c) Swaps de divisas cruzadas						
d) Swaps de capitais próprios						
e) Forwards						14 314
f) Futuros						
g) Outros						
<b>Total</b>						14 314

#### A.4 Vida residual de derivados financeiros de cobertura do mercado de balcão: montantes nocionais

(Montantes em milhares de euros)

Ativo subjacente/Vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro				
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital próprio e índices de ações				
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro				
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias ( <i>commodities</i> )				
A.5 Outros derivados financeiros				
<b>Total 31/12/2023</b>				
<b>Total 31/12/2022</b>	<b>255 298</b>			<b>255 298</b>

## Secção 4 - Risco de liquidez

### Informação qualitativa

#### A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de o Banco ser incapaz de cumprir as suas obrigações no momento do vencimento e/ou de ter de suportar custos de não financiamento no mercado em relação a uma posição financeira líquida desequilibrada devido à incapacidade de angariar fundos ou devido à presença de limites na alienação de ativos, forçando o Banco a abrandar ou a suspender o desenvolvimento dos seus negócios, ou suportar custos de financiamento excessivos para cumprir as suas obrigações, com impactos negativos significativos na rentabilidade das suas atividades.

Na definição de risco de liquidez, é feita uma distinção entre os riscos a curto prazo («risco de liquidez») e a longo prazo («risco de financiamento» ou «risco de liquidez estrutural»):

- ▶ «risco de liquidez», o risco atual ou potencial de que a entidade seja incapaz de gerir eficazmente os seus requisitos de liquidez a curto prazo;
- ▶ «risco de financiamento», o risco de a entidade não dispor de fontes estáveis de fundos a médio e longo prazo, com o conseqüente risco atual ou potencial de não ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras, sem um aumento excessivo dos custos de financiamento.

Conforme exigido pelas disposições do regulamento de supervisão prudencial emitido pelo Banco de Itália, o Banco adotou uma Política de Gestão de Risco do Banco e um Regulamento de Tesouraria e Finanças do Banco, com vista a acompanhar o risco de liquidez e identificar os princípios de governo e controlo, bem como as unidades organizacionais responsáveis pela gestão operacional e estrutural do risco de liquidez.

A política de governo, descrita na «Política de Gestão do Risco de Liquidez do Banco», que incorpora as últimas atualizações regulamentares (ver Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália), é aprovada pelo Conselho de Administração e definida de forma coerente com:

- ▶ os objetivos estratégicos do Banco;
- ▶ o risco/objetivos de recompensa definidos no Quadro de apetência pelo risco;
- ▶ os processos de acompanhamento e as estratégias a adotar em caso de estado de tensão ou de crise de liquidez, tal como definidos no documento «Plano de Financiamento de Contingência».

O estabelecido na «Política de Gestão do Risco de Liquidez do Banco» acima referida é consistente com o estabelecido na «Política de Gestão do Risco do Banco», na qual os âmbitos e responsabilidades das estruturas da empresa são definidos em pormenor a nível global para todos os riscos, incluindo o risco de liquidez.

No âmbito do Quadro de apetência pelo risco foram definidas métricas de liquidez específicas, tanto regulamentares, Rácio de Cobertura da Liquidez - LCR e Rácio de Financiamento Estável Líquido - NSFR, como internas, «saldo acumulado mínimo sobre o total de ativos», calculado como o valor semanal mais baixo no trimestre de referência do rácio do saldo acumulado mínimo registado nos prazos dentro de um mês para o total de ativos do último grupo disponível, a fim de melhor representar a realidade operacional do Banco.

Para assegurar a implementação dos processos de gestão e controlo do risco de liquidez, o Banco adotou um modelo de governo baseado nos seguintes princípios:

- ▶ Separação de processos para a gestão da liquidez e de processos para o controlo do risco de liquidez;
- ▶ Desenvolvimento de processos de gestão e controlo do risco de liquidez, consistentes com a estrutura hierárquica e através de um processo de delegação de competências;
- ▶ Partilha de decisões e responsabilidades claras entre os órgãos de gestão, de controlo e operacionais;
- ▶ Harmonização dos processos de acompanhamento e gestão do risco de liquidez com os requisitos de supervisão prudencial.

O processo de gestão de liquidez (gestão de liquidez e controlo dos riscos relevantes) do BFF Group está centralizado no Banco. Neste modelo de governo, o Banco define a estratégia do Grupo e as orientações que devem ser aplicadas às subsidiárias, assegurando simultaneamente a gestão e o controlo da posição de liquidez a nível consolidado. As subsidiárias participam na gestão da liquidez e no controlo do risco com as funções locais, cada uma tendo em conta a natureza específica da sua atividade principal, mas sempre em conformidade com as orientações definidas pelo Banco. O sistema de governo e gestão do risco de liquidez operacional e estrutural assenta nos princípios gerais que todas as empresas do Grupo devem prosseguir, alinhados com as indicações da Autoridade de Supervisão.

O risco de liquidez também inclui o risco intradiário decorrente do desfasamento temporal entre exfluxos (liquidados nas cessações diárias ou quando são recebidas ordens dos clientes) e os influxos (liquidados em diferentes cessações intradiários), o que pode impossibilitar o Banco de cumprir as suas obrigações de pagamento quando estas são exigidas devido a uma falta temporária de fundos. Para cobrir o risco de liquidez intradiária, são definidas regras para a manutenção de uma carteira mínima de títulos elegíveis necessária para satisfazer os requisitos de refinanciamento intradiário e periódico dos bancos centrais.

O acompanhamento da liquidez, que é realizado de acordo com o limiar máximo de tolerância em termos de risco e, portanto, também com a natureza, os objetivos e a complexidade operacional do Banco, visa assegurar a capacidade de cumprir os compromissos de pagamento em numerário esperados ou imprevistos.

O Banco efetua igualmente testes de esforço de risco de liquidez para avaliar os impactos prospetivos dos cenários de *stress* nas condições de solvência do Banco.

A Função de Gestão de Riscos identifica os cenários que podem ter impacto no perfil de risco de liquidez atual ou prospetivo do Banco. A título de exemplo, descrevem-se os seguintes diferentes fatores, que são tidos em consideração na definição de cenários de *stress*:

- ▶ os cenários de mercado referem-se a eventos de *stress* exógenos ao Banco, tais como situações de incerteza nos mercados financeiros e/ou políticos que conduzam a dificuldades de acesso ao mercado;
- ▶ cenários específicos dos bancos, que dizem respeito a eventos de *stress* endógenos ao Banco, tipicamente associados a uma perda de reputação com uma possível deterioração da solvabilidade;
- ▶ cenários combinados, ou os cenários de mercado e idiossincráticos desenvolvidos num quadro único para avaliar o efeito global do *stress* no Banco.

A posição de liquidez do Banco, que é saudável e constantemente acompanhada, tem-se mantido sólida graças à extensa disponibilidade de reservas líquidas provenientes de financiamentos, pelo que os indicadores de liquidez de curto e médio/prazo - Rácio de Cobertura da Liquidez (LCR) e Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) - em 31 de dezembro de 2023, apresentam valores de 297,73 % e 192,43 %, respetivamente, muito acima dos limites regulamentares.

## Informação quantitativa

### 1. Desagregação temporal por vencimento contratual residual dos ativos e passivos financeiros

Divisa de denominação: EUROS

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Períodos de tempo	À vista	Mais de 1 a 7 dias	Mais de 7 a 15 dias	Mais de 15 dias a 1 mês	Mais de 1 a 3 meses	Mais de 3 meses a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Duração não definida
<b>A. Posição de balanço de ativos financeiros</b>	<b>3 379 789</b>	<b>107 918</b>	<b>141 363</b>	<b>449 636</b>	<b>350 509</b>	<b>166 772</b>	<b>471 944</b>	<b>1 259 160</b>	<b>3 587 459</b>	<b>189 206</b>
A.1 Títulos de dívida pública	44	-	350	-	89 794	102 272	463 471	1 025 001	3 470 002	-
A.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	664	4503	7000	-
A.3 Unidades de participação em OIC	165 846	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.4 Empréstimos concedidos	3 213 899	107 918	141 012	449 636	260 715	64 500	7809	229 656	110 457	189 206
- bancos	66 834	66 939	88 538	128 842	79 948	-	-	-	-	189 206
- clientes	3 147 065	40 979	52 474	320 795	180 766	64 500	7809	229 656	110 457	-
<b>B. Posição de balanço de passivos financeiros</b>	<b>5 643 178</b>	<b>770 408</b>	<b>44 758</b>	<b>1 159 252</b>	<b>649 287</b>	<b>898 039</b>	<b>443 588</b>	<b>156 507</b>	<b>1995</b>	<b>-</b>
B.1 Depósitos e contas correntes	4 693 816	201 699	44 750	71 464	648 806	897 521	442 619	150 091	-	-
- bancos	821 288	151 402	2500	-	9000	-	-	-	-	-
- clientes	3 872 528	50 297	42 250	71 464	639 806	897 521	442 619	150 091	-	-
B.2 Instrumentos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.3 Outros passivos	949 363	568 710	9	1 087 788	481	518	969	6416	1995	-
<b>C. Posição fora de balanço de transações financeiras</b>	<b>2 470 843</b>	<b>2 760 592</b>	<b>407 120</b>	<b>19 875</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>24 985</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
C.1 Derivados financeiros com permuta de capital	-	289 793	407 120	19 810	-	-	-	-	-	-
- posições longas	-	88 392	249 101	-	-	-	-	-	-	-
- posições curtas	-	201 401	158 018	19 810	-	-	-	-	-	-
C.2 Derivados financeiros sem permuta de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.3 Depósitos e empréstimos a receber	2 470 799	2 470 799	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições longas	2 470 799	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições curtas	-	2 470 799	-	-	-	-	-	-	-	-
C.4 Compromissos para desembolsar fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.5 Garantias financeiras concedidas	44	-	-	65	-	-	561	24 985	-	-
C.6 Garantias financeiras recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.7 Derivados de crédito com permuta de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.8 Derivados de crédito sem permuta de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Divisa de denominação: OUTRAS DIVISAS

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Períodos de tempo	À vista	Mais de 1 a 7 dias	Mais de 7 a 15 dias	Mais de 15 dias a 1 mês	Mais de 1 a 3 meses	Mais de 3 meses a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Duração não definida
<b>A. Posição de balanço de ativos financeiros</b>	<b>145 358</b>	<b>23 051</b>	<b>282 875</b>	<b>420 874</b>	<b>860 782</b>	-	-	-	-	-
A.1 Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.3 Unidades de participação em OIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.4 Empréstimos concedidos	83 450	11 525	141 437	210 437	430 391	-	-	-	-	-
- Bancos	54 681	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Clientes	28 770	11 525	141 437	210 437	430 391	-	-	-	-	-
<b>B. Posição de balanço de passivos financeiros</b>	<b>1 064 917</b>	<b>71 095</b>	<b>51 074</b>	<b>86 228</b>	<b>354 526</b>	<b>246 608</b>	<b>133 944</b>	<b>17 111</b>	-	-
B.1 Depósitos e contas correntes	532 459	35 547	25 537	43 114	177 263	123 304	66 972	8555	-	-
- Bancos	102 302	18 107	-	-	-	-	-	-	-	-
- Clientes	430 157	17 440	25 537	43 114	177 263	123 304	66 972	8555	-	-
B.2 Instrumentos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.3 Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>C. Posição fora de balanço de transações financeiras</b>	<b>-</b>	<b>391 441</b>	<b>540 670</b>	<b>19 910</b>	-	-	-	-	-	-
C.1 Derivados financeiros com permuta de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	251 927	225 098	19 910	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	139 513	315 571	-	-	-	-	-	-	-
C.2 Derivados financeiros sem permuta de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.3 Depósitos e empréstimos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.4 Compromissos para desembolsar fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.5 Garantias financeiras concedidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.6 Garantias financeiras recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.7 Derivados de crédito com permuta de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.8 Derivados de crédito sem permuta de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## Secção 5 - Riscos operacionais

### Informação qualitativa

#### A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco operacional

O risco operacional é o risco de incorrer em perdas por inadequação ou falhas de procedimentos, recursos humanos e sistemas internos ou como resultado de eventos externos. Esta categoria inclui, entre outras rubricas, as perdas causadas por fraude, erro humano, interrupção do negócio, falha de sistema, quebra de contratos e desastres naturais; o risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos e reputacionais.

No Banco, a exposição a esta categoria de risco é gerada predominantemente por falhas nos processos de trabalho, na organização, erros de governo – humanos, mau funcionamento dos programas informáticos, medidas de organização e controlo inadequadas – bem como por qualquer perda em termos de recursos humanos em posições-chave da gestão societária. A exposição a riscos operacionais derivados de fontes externas parece ser de importância negligenciável, em parte devido às ferramentas de redução adotadas para fazer face a tais acontecimentos adversos (como, por exemplo: o plano de continuidade do negócio, os processos de armazenamento de dados, as ferramentas de *back-up*, as apólices de seguro, etc.).

O processo adotado pelo Banco para a gestão e o controlo dos riscos operacionais assenta no princípio da promoção de uma cultura corporativa de gestão do risco e na definição de normas e incentivos adequados, com o objetivo de fomentar a adoção de comportamentos profissionais e responsáveis a todos os níveis operacionais, bem como na conceção, implementação e gestão de um sistema integrado de gestão do risco operacional adequado à natureza, atividades, dimensão e perfil de risco.

O modelo de avaliação do risco operacional adotado pelo Banco é composto por cinco fases: i) identificação, ii) mensuração, iii) acompanhamento, iv) gestão e v) relato.

A fase de identificação dos riscos operacionais envolve a recolha de informações sobre riscos operacionais através do tratamento coerente e coordenado de todas as fontes de informação relevantes. O objetivo consiste em estabelecer uma base de informação completa. As informações necessárias são dados relativos a perdas internas acompanhados de todas as informações relevantes para efeitos de gestão e avaliações subjetivas adquiridas através de processos de autoavaliação e controlo do risco. Esta informação é recolhida com base em modelos de classificação específicos, concebidos para assegurar uma representação uniforme dos dados. A fase de identificação é composta pelos seguintes processos:

- Identificação de riscos operacionais dentro dos procedimentos da empresa (mapa de riscos operacionais para controlos): esta atividade consiste em identificar o risco operacional através de uma análise aprofundada dos processos organizacionais da empresa e do mapeamento de potenciais riscos. A abordagem de avaliação é expressa pelo proprietário da atividade/do processo - especificado nos procedimentos - através de uma análise predominantemente qualitativa, que permite identificar as atividades em risco, os controlos, o nível de risco associado a cada atividade em risco mapeada nos procedimentos operacionais e, por conseguinte, as ações a tomar para tornar o processo o mais estreitamente possível acompanhado;
- Recolha de dados sobre perdas (LDC): o sistema de mensuração e gestão do risco operacional definido pela Função de Gestão de Riscos do Banco também permite ao Banco dispor de uma base de dados de perdas operacionais geradas por eventos de risco (Tipo de Evento), útil para identificar fatores de risco, ações de mitigação e estratégias de retenção e transferência, bem como para o possível desenvolvimento ao longo do tempo de sistemas internos de medição do risco operacional;
- Autoavaliação do Risco (RSA): o Banco efetua uma avaliação global anual do nível de exposição a Riscos

Operacionais utilizando o processo RSA. A Autoavaliação do Risco (RSA) é uma autoavaliação anual da exposição prospectiva ao risco operacional inerente aos processos empresariais, destinada a melhorar a percepção do risco pelas figuras-chave (Peritos de Negócios) que regem a execução destes processos, tendo em conta a evolução esperada da atividade e as medidas organizacionais e de controlo já em vigor;

- ▶ Identificação dos riscos operacionais relacionados com o risco em matéria de TI: além disso, anualmente, a fim de determinar a exposição ao risco das TIC, o Banco definiu um modelo específico de avaliação do risco em matéria de TI que está de acordo com a legislação nacional e europeia que responde às necessidades de identificação dos riscos específicos inerentes à esfera das TIC, internos ou dependentes dos subcontratados, e de melhor qualificação dos riscos operacionais através da avaliação dos elementos específicos envolvidos no processamento automático da informação;
- ▶ Identificação de riscos operacionais relacionados com a introdução de novos produtos, atividades, processos e sistemas relevantes. O Banco avalia também os riscos operacionais relacionados com a introdução de novos produtos, atividades, processos e sistemas relevantes e reduz o consequente risco operacional que possa surgir através do envolvimento preventivo das Funções de Controlo Societário e da definição de políticas e regulamentos específicos sobre diversos temas e tópicos.
- ▶ Identificação de riscos operacionais associados às Principais Transações (MT): o risco resultante de uma MT é avaliado através da avaliação da consistência do perfil de risco da MT com a apetência pelo risco definida no Quadro de Apetência pelo Risco (QAR).

A fase de mensuração consiste no cálculo dos requisitos de capital relativos ao risco operacional, utilizando o Método do Indicador Básico (BIA, sigla em inglês), segundo o qual os requisitos de capital são calculados aplicando um coeficiente regulamentar a um indicador do volume da atividade de negócio (Indicador Relevante). Além disso, para uma melhor avaliação da exposição ao risco, o Banco implementou um processo de avaliação do risco operacional quantitativo (OpVaR) que acompanha o risco operacional do Banco calculado até ao percentil 99,9.

A fase de acompanhamento consiste na adoção de um sistema de controlo articulado que prevê a análise das causas de eventos de perda e o acompanhamento da tendência de eventos de perda, em termos de avaliação da tendência de perdas derivadas dos processos LDC e RSA. No âmbito do quadro de medidas adotadas relativamente à exposição ao risco operacional, os riscos específicos indicados de seguida também são alvo de acompanhamento pelo Banco:

- ▶ Risco de branqueamento de capitais: o risco de que as contrapartes financeiras e comerciais do Banco, fornecedores, parceiros, sócios e consultores possam ser parte integrante em transações que possivelmente possam facilitar o branqueamento de capitais oriundos de atividades ilegais ou criminosas.
- ▶ Risco de *compliance*, risco de penalizações legais e administrativas, perdas financeiras significativas e danos reputacionais devido ao incumprimento das leis e regulamentos, mas também das normas internas e de conduta aplicáveis às atividades societárias. Relativamente a este tipo de risco, é realizada uma atualização periódica da metodologia de avaliação pertinente. A referida metodologia é desenvolvida para todas as atividades que se enquadrem no quadro regulamentar do Banco, em conformidade com uma abordagem baseada no risco. Concretamente, no que se refere às disposições pertinentes que não preveem o estabelecimento de medidas de controlo especializadas (isto é, privacidade e saúde e segurança no trabalho), a Função de Conformidade presta apoio em termos de consultadoria às funções do Banco (ex-ante) e avalia a adequação das medidas organizacionais e das atividades de controlo adotadas (ex-post). Relativamente às leis e regulamentos acompanhados por funções especializadas, a Função de Conformidade leva a cabo um controlo indireto colaborando com as funções especializadas na definição de métodos de avaliação do risco de *compliance*, além de cartografar os riscos e as medidas de controlo correspondentes (Matriz de controlo do risco de *compliance*).

A fase de Gestão do risco operacional procura avaliar continuamente as estratégias de controlo e redução do risco, decidindo - com base na natureza e escala do risco e em relação à propensão ao risco expressa pelos gestores de topo - 1) se o aceita e, por conseguinte, o assume, por parte da pessoa responsável pelo processo, 2) o recusa e, conseqüentemente, reduz as atividades, 3) implementar políticas de mitigação ou a sua transferência para terceiros através de apólices de seguro. Adicionalmente, de forma a controlar os riscos acima mencionados, o Banco adota Modelos de Organização específicos para a gestão dos riscos de branqueamento de capitais, saúde e segurança no trabalho e segurança da informação e serviços de pagamento.

Finalmente, a fase de relato visa assegurar uma comunicação oportuna e adequada em apoio às decisões de gestão dos órgãos sociais e funções organizacionais.

## Parte F - Informações sobre os capitais próprios

### Secção 1 - Os capitais próprios do banco

#### A. Informação qualitativa

Os capitais próprios do Banco incluem o capital social agregado, prémios de emissão, reservas, dividendos provisórios, instrumentos de capital próprio, ações próprias, reservas de avaliação e resultados do exercício.

Para efeitos de supervisão, a base de capital relevante para este fim é determinada de acordo com as atuais disposições do Banco de Itália, e constitui o regulador de referência para as disposições de supervisão prudencial.

#### B. Informação quantitativa

##### B.1 Capitais próprios: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Montante 31.12.2023	Montante 31.12.2022
1. Capital social	143 947	142 870
2. Reserva de prémios de emissão	66 277	66 277
3. Reservas	253 424	180 628
- relacionadas com os resultados	243 718	170 209
a) legais	28 586	28 539
b) estatutárias		
c) ações próprias		
d) outros	215 132	141 670
- outros	9706	10 419
3.5 Dividendos provisórios (-)	(54 451)	(68 550)
4. Instrumentos de capital próprio	150 000	150 000
5. (Ações próprias)	(4377)	(3884)
6. Reservas de avaliação:	6469	5421
- Instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
- Cobertura de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
- Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) ao justo valor por via de outro rendimento integral	2534	1045
- Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		
- Ativos intangíveis		
- Cobertura de investimentos estrangeiros		
- Coberturas de fluxos de caixa	-	-
- Instrumentos de cobertura (elementos não designados)		
- Diferenças cambiais	90	3
- Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
- Passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito)		
- Ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos	308	335
- Porção das reservas de avaliação para investimentos em capitais próprios mensurados utilizando o método de equivalência patrimonial		
- Leis especiais de reavaliação	3536	4038
7. Lucros do exercício	131 360	261 438
<b>Total</b>	<b>692 649</b>	<b>734 201</b>

## B.2 Reservas de avaliação relativas a ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Total 31.12.2023		Total 31.12.2022	
	Reserva positiva	Reserva negativa	Reserva positiva	Reserva negativa
1. Títulos de dívida				-
2. Títulos de capital próprio	2534		1045	
3. Empréstimos concedidos				
<b>Total</b>	<b>2534</b>	<b>-</b>	<b>1045</b>	<b>-</b>

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral (HTC&S) são reconhecidos ao justo valor. No final do exercício, a quantia escriturada dos títulos deve ser comparada com as variações do justo valor do exercício anterior, sendo qualquer diferença reconhecida nas reservas de avaliação da demonstração da posição financeira.

Esta reserva refere-se a interesses minoritários detidos pelo Banco e avaliados ao justo valor em certas sociedades financeiras e não financeiras, num montante total reconhecido nas demonstrações financeiras separadas de cerca de 12,5 milhões de euros.

Para mais pormenores, consultar o quadro específico na parte B da Demonstração da Posição Financeira, rubrica 30 dos ativos: «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

## B.3 Reservas de avaliação dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Títulos de dívida	Títulos de capital próprio	Empréstimos concedidos
<b>1. Saldos iniciais</b>	-	1045	-
<b>2. Alterações positivas</b>			
2.1 Aumentos no justo valor		1488	
2.2 Correções para risco de crédito		X	
2.3 Transferência para a demonstração dos rendimentos de reservas negativas após alienação		X	
2.4 Transferências para outras rubricas de capital próprio (títulos de capital próprio)			
2.5 Outras alterações			
<b>3. Alterações negativas</b>			
3.1 Reduções no justo valor			
3.2 Correções para risco de crédito			
3.3 Reclassificação de reservas positivas por via dos resultados:			
- na alienação		X	
3.4 Transferências para outras rubricas de capital próprio (títulos de capital próprio)			
3.5 Outras alterações			
<b>4. Saldos finais</b>	<b>-</b>	<b>2534</b>	<b>-</b>

## B.4 Reservas atuariais para planos de benefícios definidos: alterações anuais

A IAS 19 prevê o registo dos ganhos e perdas atuariais na demonstração do rendimento integral para o exercício aplicável.

Os resultados da avaliação atuarial refletem o impacto das disposições da Lei italiana 296/2006 e o cálculo, para efeitos da IAS 19, refere-se apenas aos benefícios pós-emprego acumulados não transferidos para fundos de pensões complementares ou para o Fundo de Tesouraria do INPS.

Em 31 de dezembro de 2023, esta reserva atuarial ascende a 308 mil euros.

## Secção 2 - Fundos próprios e rácios regulamentares

### Âmbito de aplicação do regulamento

A partir de 1 de janeiro de 2014, os fundos próprios são calculados, de acordo com a Circular n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e com a Circular n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos», do Banco de Itália, ambas datadas de 17 de dezembro de 2013, com base no Regulamento (UE) n.º 575/2013, relativo aos novos regulamentos harmonizados para bancos e sociedades de investimento, incluídos no Regulamento Requisitos Fundos Próprios da UE (RRFP) e na Diretiva de Requisitos

de Fundos Próprios da UE (DRFP IV), de 26 de junho de 2013.

Estes regulamentos incluem normas estabelecidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (quadro 3 de Basileia), cuja aplicação, nos termos da Lei consolidada da atividade bancária, é da responsabilidade do Banco de Itália, e definem as formas como foram exercidos os poderes concedidos por regulamentos da UE às autoridades nacionais.

## 2.1 Fundos próprios

### A. Informação qualitativa

Os fundos próprios representam a primeira linha de defesa contra riscos associados à complexidade das atividades financeiras e constituem o principal parâmetro de referência para a avaliação da adequação de capital do Banco.

A finalidade dos regulamentos de supervisão prudencial consiste em assegurar que todos os intermediários de crédito tenham uma capitalização mínima obrigatória em relação aos riscos assumidos.

O Banco avalia constantemente a sua estrutura de capital, desenvolvendo e empregando técnicas de acompanhamento e gestão dos riscos regulados, também através de uma Comissão de Controlo e Riscos criada no seio do Conselho de Administração.

Os fundos próprios são a soma dos fundos próprios principais de Nível 1 (CET1), dos capitais adicionais de Nível 1 (AT1) e Nível 2 (T2), líquidos de elementos a deduzir e dos filtros prudenciais das IFRS.

Os principais componentes dos fundos próprios do Banco são calculados em fundos próprios principais de Nível 1 (CET1), e são os seguintes:

- ▶ Capital social realizado;
- ▶ Reservas (reserva legal, reserva extraordinária, reserva de resultados transitados, reserva de opções de compra de ações e reserva de instrumentos financeiros);
- ▶ Qualquer parte não distribuída do lucro do período;
- ▶ Reservas de avaliação (reserva de transição IASs/IFRS 9, reserva atuarial para planos de benefícios definidos e reserva de avaliação para títulos HTC&S);
- ▶ Todos os interesses minoritários elegíveis para inclusão no cálculo do CET1.

Os ativos intangíveis, incluindo qualquer *goodwill* e certas categorias de ativos por impostos, devem ser deduzidos destas rubricas de acordo com os requisitos do RRF II bem como os efeitos da calendarização de provisões.

O capital de Nível 1 (AT1) inclui instrumentos de Nível 1 emitidos.

Em 2023, os fundos próprios foram influenciados principalmente:

- ▶ pela distribuição aos acionistas de 51,8 milhões de euros provenientes das reservas relacionadas com o rendimento;
- ▶ pelo pagamento de cupões relativos à emissão de títulos adicionais de Nível 1 no valor de 8,8 milhões de euros.

## B. Informação quantitativa

(Montantes em milhares de euros)

RUBRICAS/QUANTIAS	Total 31.12.2023	Total 31.12.2022
<b>A. Capitais próprios comuns de nível 1 (CET1) antes da aplicação de filtros prudenciais</b>	<b>437 029</b>	<b>500 726</b>
dos quais instrumentos CET1 sujeitos a disposições transitórias		
B. Filtros prudenciais CET1 (+/-)	(461)	(386)
<b>C. CET1 bruto de elementos a deduzir e efeitos das regras transitórias (A +/- B)</b>	<b>436 568</b>	<b>500 341</b>
<b>D. Elementos a deduzir de CET1</b>	<b>(62 611)</b>	<b>(59 894)</b>
<b>E. Período transitório - Impacto no CET1 (+/-), incluindo interesses minoritários sujeitos a disposições transitórias</b>		
<b>F. Capitais próprios totais comuns de nível 1 (CET1) (C - D +/- E)</b>	<b>373 958</b>	<b>440 447</b>
<b>G. Nível 1 (Nível 1 adicional - AT1) incluindo elementos a deduzir e efeitos das regras transitórias</b>	<b>150 000</b>	<b>150 000</b>
dos quais instrumentos AT1 sujeitos a disposições transitórias		
<b>H. Elementos a deduzir de AT1</b>		
<b>I. Período transitório - Impacto em AT1 (+/-), incluindo instrumentos emitidos por subsidiárias e incluídos em AT1 devido a disposições transitórias</b>		
<b>L. Total de Nível 1 adicional (AT1) (G - H +/- I)</b>	<b>150 000</b>	<b>150 000</b>
<b>M. Nível 2 (T2) incluindo os elementos a deduzir e os efeitos das regras transitórias</b>	<b>-</b>	
dos quais instrumentos T2 sujeitos a disposições transitórias		
<b>N. Elementos a deduzir de T2</b>		
<b>O. Período transitório - Impacto em T2 (+/-), incluindo instrumentos emitidos por subsidiárias e incluídos em T2 devido a disposições transitórias</b>		
<b>P. Total do capital de nível 2 (T2) (M - N +/- O)</b>		
<b>Q. Total de fundos próprios (F + L + P)</b>	<b>523 958</b>	<b>590 447</b>



## 2.2 Adequação do capital

### A. Informação qualitativa

O cumprimento dos limites de adequação de capital do Banco referentes ao Rácio de Capital CET1, Rácio de Capital de nível 1 e Rácio de Capital Total é constantemente monitorizado pelos órgãos sociais competentes.

O Rácio de Capital CET1 é o rácio entre os fundos próprios principais de nível 1 e os ativos ponderados pelo risco.

O Rácio de Capital de Nível 1 é o rácio entre o capital de nível 1 e os ativos ponderados pelo risco.

O Rácio de Capital Total é o rácio entre os fundos próprios totais e os ativos ponderados pelo risco.

Em conformidade com as disposições da Circular n.º 262 do Banco de Itália, de 22 de dezembro de 2005, intitulada «*Demonstrações financeiras dos bancos: organização e elaboração*», a quantidade de ativos ponderados pelo risco foi determinada como o produto do total dos requisitos prudenciais de fundos próprios e 12,5 (inverso do rácio mínimo obrigatório igual a 8 %).

A exposição total do Banco aos riscos, a 31 de dezembro de 2023, em relação à sua atividade, é adequada de acordo com o nível de capitalização e com o perfil de risco identificado.

Relativamente ao Banco, o Rácio de Capital CET1 é de 9,2 % e o Rácio de Capital de Nível 1 e o Rácio de Capital Total são de 13 %.

### **Pilar I - Adequação do capital para fazer face aos riscos típicos associados a operações financeiras**

Do ponto de vista operacional, a absorção de riscos é calculada utilizando vários métodos:

- ▶ «Abordagem normalizada» para risco de crédito;
- ▶ «Abordagem normalizada» para risco da contraparte;
- ▶ «Abordagem de base» para risco operacional;
- ▶ «Abordagem normalizada» para risco do mercado.

### Risco de crédito

Este risco encontra-se descrito em pormenor na Parte E deste documento.

### Risco de contraparte

O risco de contraparte representa um tipo específico de risco de crédito, caracterizado pelo facto de a exposição, devido à natureza financeira do contrato celebrado entre as partes, ser incerta e poder variar ao longo do tempo em função da evolução dos fatores de mercado subjacentes.

No caso do BFF, o risco de contraparte pode ser gerado por acordos de recompra e derivados. O risco de contraparte é mensurado utilizando o método da exposição original.

### Risco operacional

O risco operacional é o risco de incorrer em perdas por inadequação ou falha de procedimentos, recursos humanos e sistemas internos ou como resultado de eventos externos. Esta categoria inclui, entre outras rubricas, as perdas causadas por fraude, erro humano, interrupção do negócio, falha de sistema, quebra de contratos e desastres naturais; o risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos e reputacionais.

Assim, o risco operacional refere-se a vários tipos de eventos que não seriam significativos, a não ser que sejam analisados em conjunto e quantificados para toda a categoria de risco.

O Banco mensura o risco operacional utilizando a abordagem «de base»: o requisito de capital próprio é determinado aplicando um coeficiente de 15 % à média trienal do indicador relevante, calculada com base nos elementos das demonstrações financeiras dos últimos três anos, nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Dando continuidade à trajetória de desenvolvimento do quadro de Gestão de Risco Operacional, lançada nos últimos anos, em 2018, o Banco centrou a sua atenção no fortalecimento dos componentes de identificação e avaliação prospetiva («forward-looking»), bem como na introdução de um modelo interno de gestão estatística para quantificar a exposição ao risco operacional. Tal foi feito com o objetivo de verificar se o método utilizado para fins regulamentares avaliou adequadamente o capital em função do risco assumido e presumível. As ações desenvolvidas no âmbito do BFF, do BFF Finance Iberia e do BFF Polska Group (e respetivas filiais) centraram-se na evolução metodológica do processo de Autoavaliação de Risco, de forma a utilizar o resultado deste processo para quantificar a exposição ao risco operacional em termos económicos e de capital. Os resultados obtidos no processo de avaliação prospetiva (*forward-looking*) do risco operacional foram também utilizados para quantificar a adequação do capital interno ao risco operacional para efeitos do ICAAP. As perdas operacionais referentes a 2023 foram significativamente inferiores ao requisito de capital em termos de risco operacional e ao requisito calculado a nível operacional no ICAAP 2022.

### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco associado a posições detidas para negociação, ou seja, posições detidas intencionalmente para venda a curto prazo, adquiridas com o objetivo de aproveitar as diferenças entre o preço de compra e venda, ou outras variações nos preços ou nas taxas de juro.

O regulamento identifica e regula o tratamento dos vários tipos de risco de mercado com referência à carteira de negociação regulamentar. O Banco mensura o risco de mercado utilizando a abordagem «normalizada».

### **Pilar II – O relatório ICAAP/ILAAP**

Os regulamentos de supervisão exigem que os intermediários adotem estratégias e processos de controlo para determinar a adequação do capital atual e futuro. Compete à Autoridade de supervisão verificar a fiabilidade e a exatidão dos resultados obtidos e, se necessário, tomar as medidas corretivas adequadas.

O BFF Banking Group apresenta anualmente o «Relatório ICAAP/ILAAP» ao Banco de Itália, fornecendo assim uma atualização sobre os processos internos para determinar a adequação de fundos próprios e de sistemas de governo e gestão do risco de liquidez do Grupo. Em conformidade com as disposições de supervisão prudencial, o Grupo elaborou o «Relatório ICAAP/ILAAP» aprovado pelo Conselho de Administração do BFF em 27 de abril de 2023. O Relatório foi elaborado em conformidade com os requisitos previstos na Circular n.º 285 do Banco

de Itália.

Em relação ao «Processo de Revisão e Avaliação da Supervisão» (SREP), o Grupo deve cumprir um Rácio de CET1 de 9,00 %, um Rácio de Nível 1 de 10,50 % e um Rácio de Capital Total de 12,50 %.

### B. Informação quantitativa

(Montantes em milhares de euros)

Categorias/montantes	Montantes não ponderados		Montantes ponderados/requisitos	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>A. ATIVOS DE RISCO</b>				
<b>A.1 Risco de crédito e de contraparte</b>				
1. Metodologia normalizada	11 820 612	12 949 671	3 342 749	3 047 238
2. Metodologia baseada em notações internas				
2.1 «De base»				
2.2 «Avançada»				
3. Titularizações				
<b>B. REQUISITOS DE CAPITAL REGULAMENTAR</b>				
<b>B.1 Risco de crédito e de contraparte</b>			267 420	243 779
<b>B.2 Risco de correção da avaliação de crédito</b>			21	25
<b>B.3 Riscos de liquidação</b>				
<b>B.4 Riscos de mercado</b>			568	
1. Metodologia normalizada			568	
2. Modelos internos				
3. Risco de concentração				
<b>B.5 Risco operacional</b>			55 617	
1. Abordagem de base			55 617	56 531
2. Metodologia normalizada				
3. Método avançado				
<b>B.6 Outros fatores de cálculo</b>				
<b>B.7 Total de requisitos prudenciais</b>			323 626	300 336
<b>C. ATIVOS DE RISCO E RÁCIOS REGULAMENTARES</b>				
C.1 Ativos ponderados pelo risco			4 045 325	3 754 197
<b>C.2 CET 1/Ativos ponderados pelo risco (Rácio de capital CET1) (%)</b>			9,24 %	11,73 %
<b>C.3 Capital de Nível 1/Ativos ponderados pelo risco (Rácio de capital de Nível 1) (%)</b>			12,95 %	15,73 %
<b>C.4 Total de fundos próprios/Ativos ponderados pelo risco (Rácio de capital total) (%)</b>			12,95 %	15,73 %

## Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócio

### Secção 1 - Transações concluídas durante o exercício

Em 31 de dezembro de 2023 não existem operações extraordinárias de concentrações de atividades empresariais que se enquadrem na definição prevista pela IFRS 3 (revista).

### Secção 2 - Transações após a data de relato

Após o final de 2023, não se registaram quaisquer concentrações de atividades empresariais abrangidas pela definição da IFRS 3 revista.

## Parte H - Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas, conforme definido pela IAS 24, incluem:

- ▶ O Banco;
- ▶ Subsidiárias;
- ▶ Administradores e pessoal com responsabilidades chave de gestão e familiares próximos.

O quadro seguinte apresenta os montantes da demonstração dos rendimentos e da demonstração da posição financeira resultantes de transações com partes relacionadas realizadas pelo Banco em 31 de dezembro de 2023, desagregadas por tipo de parte relacionada de acordo com a IAS 24, e a percentagem da respetiva rubrica das demonstrações financeiras.

(Montantes em milhares de euros)

	Banco	Administradores e Executivos com responsabilidades chave de gestão (1)	Outras partes relacionadas	Total de partes relacionadas	Rubrica das demonstrações financeiras	% da rubrica das demonstrações financeiras	Rubricas da demonstração de fluxos de caixa	% da rubrica da demonstração de fluxos de caixa
<b>Impacto das transações na demonstração da posição financeira</b>								
<b>Investimentos em capitais próprios</b>								
Em 31 de dezembro de 2023			8564	8564	154 876	5,5 %	(3000)	N/A
<b>Montantes devidos a clientes</b>								
Em 31 de dezembro de 2023		(1496)		(1496)	(8 463 347)	0,0 %	(1 201 837)	-0,1 %
<b>Provisão para riscos e encargos: a) pensões e obrigações similares</b>								
Em 31 de dezembro de 2023		(1328)		(1328)	(6760)	19,6 %	137 402	-1,0 %
<b>Outros passivos</b>								
Em 31 de dezembro de 2023		(942)		(942)	(536 142)	0,2 %	137 402	-0,7 %
<b>Reservas</b>								
Em 31 de dezembro de 2023		(6924)		(6924)	(253 424)	2,7 %	-	
<b>Impacto das transações na demonstração dos rendimentos</b>								
<b>Juros e encargos similares</b>								
2023		(20)		(20)	(341 848)	0,0 %	-	
<b>Despesas administrativas: a) gastos com o pessoal</b>								
2023		(12 974)		(12 974)	(66 416)	19,5 %	-	

Notas: (1) Incluindo membros do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2023, os direitos de opção relativos aos planos de opções de compra de ações em vigor ascendiam a 13 221 900 opções atribuídas e ainda não exercidas, das quais 8 996 900 exercíveis por ações do Banco, para as quais, se o preço atingisse 15 euros, a diluição seria de 1,79 %.

Mais concretamente, os saldos das posições entre as empresas a 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

- ▶ BFF Finance Iberia (através da sucursal espanhola do BFF Bank): 460,9 milhões de euros;
- ▶ BFF Polska: 3133,5 milhões de PLN, dos quais 1573,5 milhões de PLN através da sucursal polaca do BFF Bank, o que equivale a 12,3 milhões de euros;
- ▶ BFF Central Europe: 222,3 milhões de euros.
- ▶ BFF MedFinance: 376,5 milhões de PLN através da sucursal polaca do BFF Bank;
- ▶ BFF Ceska Republika: 71 milhões de CZK;
- ▶ BFF Immobiliare: 40,7 milhões de euros.

O BFF Bank tem em vigor os seguintes acordos de licença:

- ▶ Com o BFF Finance Iberia, que permite a utilização, sob licença, do software, dos métodos organizacionais e das linhas de comunicação do BFF Bank (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties*, que em 31 de dezembro de 2023 ascendiam a cerca de 1500 mil euros;
- ▶ Com o BFF Central Europe, que permite a utilização, sob licença, do *software*, métodos organizacionais e linhas de comunicação do BFF (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties*, que em 31 de dezembro de 2023 ascendiam a cerca de 828 mil euros;
- ▶ Com o BFF Ceska Republika, que permite a utilização, sob licença, do *software*, métodos organizacionais e linhas de comunicação do BFF (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties*, que em 31 de dezembro de 2023 ascendiam a cerca de 5 mil euros;

Existe um acordo Intragrupo de Serviço e de partilha de custos que se centra na prestação de serviços e na otimização da partilha de custos entre todas as empresas do Grupo e as sucursais do Banco, entre o BFF Bank e:

- ▶ as suas sucursais no estrangeiro por um montante de cerca de 369 mil euros em 31 de dezembro de 2023;
- ▶ BFF Polska S.A. por cerca de 658 mil euros em 31 de dezembro de 2023;
- ▶ BFF Finance Iberia S.A.U. por cerca de 238 mil euros em 31 de dezembro de 2023;
- ▶ BFF Medfinance S.A. por um montante de cerca de 80 mil euros em 31 de dezembro de 2023;
- ▶ Kancelaria Karnowski por um montante de cerca de 86 mil euros em 31 de dezembro de 2023;
- ▶ BFF Central Europe s.r.o. por um montante igual a 60 mil euros em 31 de dezembro de 2023;
- ▶ BFF Ceska Republika s.r.o. por um montante igual a 11 mil euros em 31 de dezembro de 2023.

Em 2016, o BFF Finance Iberia adquiriu ao Banco exposições no setor da saúde italiano por cerca de 82 milhões de euros. No final do período de relato, já tinham sido cobrados dessas exposições cerca de 80,9 milhões de euros com um saldo por liquidar de cerca de 0,9 milhões de euros.

Importa referir que o BFF Bank fornece o seguinte:

- ▶ Atividades de gestão do risco para a subsidiária BFF Finance Iberia, no montante de 12 mil euros por ano;
- ▶ Atividades de auditoria interna para a subsidiária BFF Finance Iberia, no montante de 6400 euros por ano;
- ▶ Serviços de apoio administrativo à Fast Forward Foundation (antiga Fondazione Farmafactoring), no montante de 15 mil euros por ano;

- ▶ Serviços de administração, auditoria interna, *compliance*, gestão de riscos, secretariado de assuntos empresariais e informáticos para a subsidiária BFF Immobiliare S.r.l., no montante de 44 mil euros por ano;
- ▶ Serviços de administração, auditoria interna, *compliance*, gestão de risco, secretariado de assuntos corporativos e informática para a subsidiária BFF Techlab S.r.l., no montante de 33 mil euros por ano.

O Banco também celebrou acordos com os seus acionistas relativamente a serviços de *factoring* e à gestão e cobrança de exposições em condições normais de mercado.

Por último, importa referir que as condições das contas de depósito relativas a administradores do Banco e outras partes relacionadas correspondem às registadas no prospeto relevante no momento da abertura das contas de depósito.

## Parte I - Pagamentos com base em ações

### A. Informação qualitativa

#### Plano de Opções de Compra de Ações para 2016

A 5 de dezembro de 2016, a Assembleia Ordinária de Acionistas do Banco aprovou a adoção de um plano de opções de compra de ações para colaboradores e membros dos órgãos sociais. O plano apresenta as seguintes características:

- ▶ **Finalidade:** o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias do Banco recentemente emitidas, ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira do Banco quando a opção é exercida;
- ▶ **Beneficiários:** a identificação dos beneficiários e a concessão de opções são decididas pelos seguintes elementos:
  - a) O Conselho de Administração, após consulta da Comissão de Remunerações, no que se refere a administradores, executivos de topo e executivos que reportam diretamente ao Presidente da Comissão Executiva;
  - b) O Presidente da Comissão Executiva, dentro dos limites dos poderes que lhe incumbem, no que se refere a outros beneficiários cuja remuneração se enquadre no âmbito das suas obrigações;
- ▶ **Tipo de exercício:** exercício ordinário ou escritural. Em 28 de março de 2019, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou a introdução de um método alternativo para exercício de opções ao abrigo do plano, adicional à opção ordinária (designado «*escritural*»). De acordo com a nova opção de exercício, aos beneficiários autorizados que a tenham solicitado pode ser afetado um número de ações determinado com base no valor de mercado das ações à data do exercício, sem que estes estejam obrigados a pagar o preço de exercício.

De acordo com os regulamentos em vigor, as opções atribuídas ao abrigo do Plano de 2016 contribuem para a determinação da remuneração variável paga através da utilização de instrumentos financeiros; por conseguinte, o plano está sujeito a todas as restrições estabelecidas na política de remuneração e de incentivos dos membros dos órgãos estratégicos de administração, fiscalização e controlo e do pessoal do Banco, nos termos da lei.

As condições de aquisição de direitos das opções incluídas no plano são as seguintes:

- ▶ as opções atribuídas em cada tranche serão liberadas a partir do décimo segundo mês seguinte ao da concessão, sob reserva de uma série de condições especificadas no plano, e assumindo:
  - a) A manutenção da relação de trabalho com o Banco e/ou do cargo exercido no Conselho de Administração; e
  - b) Níveis de capital e de recursos de liquidez adequados para cobrir as atividades desenvolvidas e o cumprimento de outros parâmetros, também de natureza regulamentar.

Note-se que o plano está sujeito a condições de redução (*malus*) e de recuperação (*clawback*): as opções estão sujeitas a mecanismos de correção *ex post* [redução (*malus*) e/ou recuperação (*clawback*)] que, quando ocorrem as circunstâncias pré-estabelecidas, resultam na perda e/ou na restituição dos direitos atribuídos pelo plano.

Relativamente às opções concedidas ao abrigo do Plano de Opções de Compra de Ações para 2016, em 31 de dezembro de 2023, tinham sido concedidas 96 000, não exercidas, adquiridas e exercíveis. Não existiam outras opções nessa data. O número de opções pendentes e ainda não exercidas em 31 de dezembro de 2022 era de 1 086 788.

### Plano de Opção de Compra de Ações de 2020

Em 2 de abril de 2020, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo Plano de Opções de Compra de Ações («Plano de 2020») para colaboradores e administradores com cargos executivos no Banco e/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características:

- ▶ **Finalidade:** o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias do Banco recentemente emitidas, ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira do Banco quando a opção é exercida;
- ▶ **Destinatários:** os beneficiários são identificados pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Executivo, a seu exclusivo critério - dentro dos limites previstos pela legislação aplicável e pelo plano - entre os colaboradores e/ou Administradores com cargos executivos no Banco e/ou nas suas subsidiárias;
- ▶ **Tipo de exercício:** exercício ordinário ou escritural.

As opções atribuídas dentro de cada tranche acumulam-se após a conclusão do período de aquisição de direitos, ou seja, após 3 anos a partir da data de atribuição relativa. A aquisição de direitos está sujeita ao cumprimento das seguintes condições: i) A manutenção da relação laboral com o Banco e/ou do cargo exercido no Conselho de Administração e ausência de pré-aviso em caso de demissão ou despedimento; e ii) níveis de capital e de recursos de liquidez necessários para cobrir as atividades desenvolvidas e o cumprimento de outros parâmetros, também de natureza regulamentar.

No que respeita ao Plano de Opções de Compra de Ações para 2020, a 31 de dezembro de 2023, o número de opções de compra de ações concedidas e não exercidas é de 5 461 400, das quais 2 227 700 adquiridas e exercíveis. Não existiam outras opções nessa data. O número de opções pendentes em 31 de dezembro de 2022, mas ainda não exercíveis, era de 8 384 500.

### Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022 do BFF Bank

Em 31 de março de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo «Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022» para os colaboradores e administradores que ocupam cargos executivos no Banco e/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características.

- ▶ **Assunto:** o plano prevê a atribuição de um máximo de 9 700 000 opções divididas em três tranches. As opções podem ser de dois tipos: i) Opções da Classe A, que conferem o direito a receber novas ações ordinárias emitidas pela Empresa, «liquidadas de capital próprio», e ii) Opções da Classe B, que conferem o direito a receber ações fantasma, a serem convertidas em dinheiro de acordo com as disposições do plano, «liquidadas em dinheiro»;
- ▶ **Condições de aquisição (exercício):** as opções concedidas ao abrigo de cada tranche são adquiridas após a conclusão do período de três anos a partir da data de concessão relevante. A aquisição está também sujeita ao cumprimento das seguintes condições: i) manutenção do vínculo laboral com o Banco e/ou do cargo no Conselho de Administração e ausência de comunicação de renúncia ou destituição; e ii) cumprimento de KPIs (isto é, indicadores de desempenho da empresa), sem prejuízo das disposições de diferimento e *lock-up* aplicáveis ao pessoal mais significativo (isto é, Responsáveis pela Assunção de Riscos) do Banco e das demais previsões detalhadas do plano, já divulgadas ao mercado nos termos da regulamentação aplicável.

No que respeita ao Plano de Opções de Compra de Ações para 2022, em 31 de dezembro de 2023, tinham sido concedidas 7 664 500 opções, das quais 3 439 500 liquidadas em ações (opções A) e 4 225 000 liquidadas em numerário (ações fantasma), ainda não exercíveis. Em 31 de dezembro de 2022, foram concedidas 5 593 000 opções, das quais 2 500 500 liquidadas em ações e sem envolver numerário e 3 092 500 liquidadas em numerário (ações fantasma), nenhuma das quais ainda exercível.

## Parte M - Relato por locações

A 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor a nova norma IFRS 16 com a nova definição e o novo modelo de contabilização para «locações». Esta norma baseia-se na transmissão do direito de uso de um ativo em regime de locação e aplica-se a todas as locações com exceção das locações com um prazo de locação de 12 meses ou menos, ou as locações cujo ativo subjacente tenha um valor contratual inferior a 5 mil euros.

Com base neste modelo contabilístico, o «direito de uso» é reconhecido na demonstração da posição financeira como um ativo, e os futuros pagamentos referentes a esse mesmo ativo em regime de locação serão introduzidos sob a forma de um passivo. Qualquer depreciação relacionada com o ativo sob direito de uso, bem como quaisquer gastos com juros, são reconhecidos na demonstração dos rendimentos.

A aplicação da IFRS 16 alterou substancialmente a contabilização para locatários, uma vez que elimina a classificação de locações de um locatário como locações operacionais ou locações financeiras.

Nomeadamente, os locatários estão obrigados a cumprir as seguintes disposições principais:

- ▶ O ativo identificado é classificado como um ativo sob direito de uso e apresentado na demonstração da posição financeira como se fosse detido. Também deve ser reconhecido o passivo financeiro pertinente;
- ▶ À data de entrada em vigor, um locatário deve mensurar o passivo financeiro ao valor presente dos pagamentos de locação acordados pelas partes para utilização do ativo ao longo do período de validade do contrato que é razoavelmente determinado. A mensuração inicial do ativo sob direito de uso deve ser equivalente ao valor do passivo financeiro, subtraindo algumas rubricas específicas, por exemplo, as relativas a custos diretos incorridos na obtenção da locação;
- ▶ Relativamente à mensuração subsequente do ativo e durante o prazo de locação, o ativo é sujeito a uma depreciação numa base sistemática, ao passo que o passivo financeiro inclui quaisquer gastos com juros, calculados com base na taxa de juro implícita na locação, nos casos em que é expressamente indicada, ou com base no custo de financiamento para o período, bem como quaisquer pagamentos de locação periódicos.

### Secção 1 - Locatário

#### Informação qualitativa

Ao longo de 2018, o BFF Bank lançou um projeto destinado a compreender e definir o impacto em termos qualitativos e quantitativos da adoção pela primeira vez da nova IFRS 16. Na sequência deste projeto, foi definido um novo modelo de contabilização para utilização em relação a todas as locações, excetuando as locações em que o ativo subjacente tenha pouco valor (menos de 5000 euros) ou que possuam um prazo de locação curto (12 meses ou menos).

Para efeitos da adoção pela primeira vez (FTA - *first time adoption*) da norma, a 29 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração decidiu que o BFF e todas as empresas pertencentes ao BFF Banking Group devem adotar a «Abordagem retrospectiva alterada». Consequentemente, o Banco não necessita de aplicar a norma retrospectivamente (portanto, considerando informação comparativa complexa), e o montante relativo a ativos sob direito de uso em «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» é igual ao montante do passivo financeiro.



### Informação quantitativa

Os ativos sob direito de uso contabilizados como «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» em 31 de dezembro de 2023 são apresentados abaixo.

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos sob direitos de uso 31.12.2023	Ativos sob direitos de uso 31.12.2022
BFF Bank	11 752	10 675
<b>Total</b>	<b>11 752</b>	<b>10 675</b>

Para informação mais detalhada sobre os impactos contabilísticos relacionados com os «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» e «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado», consultar a secção específica da Parte B das Notas às demonstrações financeiras separadas.

## Outras informações

### Honorários de auditoria aos auditores independentes e a outras sociedades da sua rede.

A tabela seguinte, elaborada de acordo com o artigo 149.º-*duodécimo* do Regulamento dos Emitentes do CONSOB (Resolução n.º 11971, de 14 de maio de 1999, alterada e complementada posteriormente), mostra os honorários referentes ao exercício de 2023 por serviços de auditoria e serviços não relacionados com a auditoria prestados pela sociedade de revisores oficiais de contas e outras empresas da sua rede. Tais honorários representam os custos incorridos e registados nas demonstrações financeiras consolidadas, líquidos do reembolso das despesas e do IVA não dedutível e da contribuição do CONSOB.

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviços	BFF Bank S.p.A.			
	KPMG S.p.A.		Rede KPMG S.p.A.	
	Itália	Fora de Itália	Itália	Fora de Itália
Revisão legal de contas	186	92		64
Serviços de certificação (*)	122			17
Serviços de consultadoria fiscal				
Outros serviços (**)	286		60	26
	<b>594</b>	<b>92</b>	<b>60</b>	<b>107</b>

(\*) Os montantes referem-se a declarações relativas à Divulgação Não Financeira e ao programa EMTN.

(\*\*) Os montantes referem-se a procedimentos de auditoria acordados, diligência devida e atividades de apoio metodológico.



# 03

Certificação pelo  
Responsável de Relato  
Financeiro

## CERTIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 81.º-TER DO REGULAMENTO CONSOB N.º 11971 DE 14 DE MAIO DE 1999, E SUCESSIVOS ADITAMENTOS E ALTERAÇÕES

### 1. Os abaixo assinados

- ▣ Massimiliano Belingheri, agindo na qualidade de Presidente da Comissão Executiva,
- ▣ Giuseppe Manno, na qualidade de Responsável de Relato Financeiro do BFF Bank S.p.A., certificam, pelo presente, tendo em conta o disposto no artigo 154.º-bis, números 3 e 4, do decreto-lei n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998:
  - a adequação no que respeita às características do Banco, e
  - a aplicação efetiva dos procedimentos administrativos e contabilísticos utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras de 2023.

2. A adequação e efetiva aplicação do processo administrativo e contabilístico utilizado na elaboração das demonstrações financeiras de 2023 foram verificadas com base no método definido internamente adotado pelo BFF Bank S.p.A., de acordo com o *modelo de Controlo Interno – Enquadramento Integrado emitido pelo «Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission» [Comité das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway] (COSO)* das normas de referência para o sistema de auditoria interna geralmente aceites a nível internacional.

### 3. Além disso, os abaixo assinados certificam que:

- 3.1 As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023:
  - a) foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis e aprovadas pela Comunidade Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
  - b) corresponde aos resultados dos livros e registos contabilísticos;
  - c) são adequadas para apresentar de forma verídica e legítima a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do emitente.

3.2 O Relatório relativo às Operações inclui uma análise fidedigna dos acontecimentos importantes e do respetivo impacto sobre as demonstrações financeiras, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas a que estão expostos. Além disso, o Relatório relativo às Operações inclui uma análise fidedigna das informações relativas às principais transações com partes relacionadas.

Milão, 7 de março de 2024

**Massimiliano Belingheri**  
Presidente da Comissão Executiva  
[assinatura]

**Giuseppe Manno**  
Responsável de Relato Financeiro  
[assinatura]



# 04

Relatório do  
Conselho dos  
Revisores  
Oficiais de  
Contas



**BFF BANK S.P.A.**

RELATÓRIO DO CONSELHO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS À ASSEMBLEIA DE ACIONISTAS DO BFF BANK S.P.A., NOS TERMOS DO ARTIGO 153.º DO DECRETO LEGISLATIVO ITALIANO N.º 58/1998

**À Assembleia de Acionistas do BFF Bank S.p.A.**

Senhores(as) Acionistas,

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas [«o Conselho»], também na qualidade de Comissão de Controlo Interno e Auditoria [«ICAC»], é chamado a reportar à Assembleia de Acionistas do BFF Bank S.p.A., Empresa-mãe do BFF Banking Group [doravante também «BFF» ou «o Banco» ou «a Empresa», e o «Grupo»], convocada para a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sobre as atividades de supervisão realizadas durante o exercício e sobre as outras atividades previstas por lei.

A atividade de supervisão foi levada a cabo pelo Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com o Código Civil italiano, as regras dos Estatutos, o Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 («Lei Consolidada das Finanças»), o Decreto Legislativo italiano n.º 385 de 1 de setembro de 1993 («Lei Consolidada da Banca») e as leis especiais sobre a matéria, bem como nos termos dos artigos 17.º e 19.º do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010, e teve em conta os regulamentos impostos pelas Autoridades que exercem atividades de supervisão e controlo para os bancos e as empresas cotadas, em conformidade com as Regras de Conduta do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas de Empresas Cotadas em Bolsa, elaboradas pelo *Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e degli Esperti Contabili* (Conselho Nacional dos Revisores Oficiais de Contas e dos Especialistas em Contabilidade).

A auditoria é confiada aos Auditores Independentes KPMG S.p.A. [«KPMG»], cuja auditoria externa para os anos 2021-2029 foi adjudicada sob proposta do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas pela Assembleia Ordinária de Acionistas de 2 de abril de 2020.

A função do Órgão de Supervisão nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001 [«SB»] não foi transferida para o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, mas é desempenhada por um órgão coletivo separado, nomeado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2021.

1

[assinaturas]

No presente relatório, prestamos contas do que realizámos para cumprir os nossos deveres em conformidade com a lei.

a) Nomeação, autoavaliação e atividades do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas

O mandato do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas em funções à data do presente relatório terminará com a Assembleia de Acionistas convocada para aprovar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

A fim de regular a composição, os métodos operacionais e as responsabilidades do órgão de controlo, em conformidade com os princípios estabelecidos pelas leis e regulamentos aplicáveis, bem como pelo Código de Governo Societário que a Empresa segue, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas adotou o seu «Regulamento do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas» atualizado mais recentemente em 26 de fevereiro de 2024.

Para o exercício financeiro de 2023, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas avaliou, sempre que necessário, a idoneidade dos seus membros e a composição adequada do órgão - tendo como referência os requisitos de profissionalismo, competência, integridade, equidade e independência e a inexistência de causas de incompatibilidade previstas na lei -, bem como a disponibilidade de tempo e recursos adequados à complexidade do cargo e ao seu bom funcionamento, tendo em conta a dimensão, complexidade e natureza das atividades exercidas pelo intermediário. Os membros do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas respeitaram o número máximo de cargos que podem ser exercidos de acordo com o artigo 144.º-terdecies do Regulamento dos Emitentes italiano e do Decreto Ministerial italiano N.º 169/2020.

A autoavaliação do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas para 2023 foi efetuada no dia 3 de outubro de 2023 nos termos e para os efeitos do artigo 26, n.º 5, da Lei Consolidada da Banca e a Secção VI das Disposições em matéria de Governo Societário contidas na Circular n.º 285 de 2013, na sua versão atualizada, que - recordando os objetivos do processo de autoavaliação estabelecido para o órgão de supervisão estratégico - prevê que «o organismo com função de controlo realiza igualmente uma autoavaliação da sua composição e funcionamento, inspirada nos objetivos acima enumerados e com base em critérios e métodos coerentes com as suas características».

A autoavaliação teve também em conta o disposto nos Estatutos e no «Regulamento do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas», bem como as melhores práticas

2

[assinaturas]



disseminadas ao longo do tempo, incluindo o Código de Governo Societário de 2020, e foi realizada com o apoio de um consultor independente, resultando numa avaliação globalmente positiva e na identificação de pontos de atenção e melhoria considerados adequados para reforçar o desempenho eficaz do Órgão.

Além disso, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas formulou as suas orientações para que os acionistas apresentem a lista de candidatos ao cargo de revisor oficial de contas para o próximo mandato de três anos e proponham a respetiva remuneração na próxima Assembleia de Acionistas. O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas participou em sessões de formação organizadas pelo Banco, pelas associações comerciais e/ou pelas associações profissionais de referência, sobre questões relacionadas com o papel e as responsabilidades do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, o governo societário, os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, os modelos AIRB, ESG, a 40.ª atualização da Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália e o Regulamento Dora, o combate ao branqueamento de capitais, as demonstrações financeiras do Banco e a regulamentação do setor bancário e financeiro.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas confirma que, embora a situação de emergência causada pela pandemia de COVID-19 tenha terminado, o Banco continuou a recorrer a reuniões «à distância» e presenciais, o que resultou numa maior eficiência e participação.

As atividades do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas foram exercidas de formas que não diminuíram ou prejudicaram o grau de fiabilidade da informação recebida e a eficácia das suas atividades, incluindo através da aquisição de dados e informações em formato eletrónico e da realização de reuniões também por vídeo ou audioconferência.

Durante o ano em análise, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas realizou as atividades no âmbito das suas competências, realizando 50 reuniões, com base num Plano Anual de Auditoria partilhado com as Funções de Controlo de segundo e terceiro nível, bem como reuniões adicionais sobre temas extraordinários.

Com ausências justificadas de alguns dos seus membros, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas participou em todas as 19 reuniões do Conselho de Administração e em todas as 15 reuniões da Comissão de Controlo e Riscos, bem como nas Assembleias de Acionistas realizadas em 13 de abril de 2023 e 7 de setembro de 2023.

Representado por, pelo menos, um dos seus membros, participou igualmente nas 10 reuniões da

3

[assinaturas]

Comissão das Transações com Partes Relacionadas, 18 reuniões da Comissão de Remunerações e 10 reuniões da Comissão de Nomeações. No que respeita aos aspetos no âmbito das suas competências, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas supervisionou igualmente;

- a observância da lei e dos estatutos,
- o respeito pelos princípios da boa administração,
- a adequação da estrutura organizacional, do sistema de controlo interno, do sistema administrativo-contabilístico e a fiabilidade deste último para proporcionar uma representação correta das operações da empresa,
- as modalidades de aplicação concreta das regras de governo societário constantes dos códigos de conduta que a Empresa declarou seguir, assegurando igualmente a sua divulgação junto do público,
- a adequação das instruções fornecidas às Subsidiárias nos termos do artigo 114.º, n.º 2, da Lei Consolidada das Finanças.

Durante o ano em análise, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas – que é também a Comissão de Controlo Interno e Auditoria prevista no Decreto Legislativo italiano n.º 39 de 27 de janeiro de 2010 – realizou as verificações que lhe foram atribuídas nos termos do artigo 19.º do referido Decreto e do Regulamento (UE) n.º 537/2014.

#### b) A observância da lei e dos estatutos

No exercício das suas atividades de supervisão e controlo, o Conselho de Administração reuniu com a Alta Direção, com as funções de controlo interno (Auditoria Interna, Conformidade e Combate ao Branqueamento de Capitais e Gestão de Riscos), com o Responsável de Relatório Financeiro e com os Diretores das diversas Divisões e Unidades Organizacionais do Banco, e trocou informações com os Auditores Independentes e com a Entidade de Supervisão.

A participação nas reuniões do Conselho de Administração e na análise de fluxos de informação elaborados por cada uma das funções operacionais permitiram ao Conselho de Administração obter informações necessárias e úteis em vários setores relativamente ao desempenho operacional geral e à sua evolução previsível, à organização, ao sistema de controlo interno e de gestão de riscos, bem como ao sistema administrativo e contabilístico, a fim de avaliar a sua adequação às necessidades da Empresa e a sua fiabilidade operacional, bem como as transações mais significativas do ponto de vista económico, de capital e financeiro.

A participação nas reuniões do Conselho de Administração e das Comissões do Conselho de Administração, a

4

[assinaturas]

obtenção de fluxos de informação dirigidos aos órgãos sociais e as informações de que o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas teve conhecimento não revelaram quaisquer elementos em conflito com o disposto na lei e nos Estatutos.

*c) Operações e eventos significativos durante o exercício financeiro*

O projeto de Demonstrações Financeiras do BFF Bank S.p.A. submetido à aprovação de V. Exas. é acompanhado pelo Relatório relativo às Operações e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresenta um lucro de 131 360 488 euros em comparação com os 261 438 216 euros no exercício anterior, cuja desagregação exaustiva consta do Relatório relativo às Operações dos Administradores e das Notas às demonstrações financeiras, que devem ser consultados para mais detalhes.

Ao remeter para a descrição das transações mais significativas contidas no Relatório relativo às Operações e no presente relatório, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas destaca alguns acontecimentos significativos ocorridos durante o exercício abaixo:

- i) em 4 de janeiro de 2023 o Banco perdeu o estatuto de Pequena Média Empresa (PME) nos termos do artigo 2.º-ter do Regulamento CONSOB n.º 11971 de 14 de maio de 1999;
- ii) em junho de 2023, foi lançada a primeira pedra do projeto de construção da “Casa BFF”, o edifício que será a nova sede do Banco localizado na zona da Fiera di Milano, reunindo os mais de 500 colaboradores que operam atualmente em três locais diferentes;
- iii) em 27 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou o plano estratégico quinquenal do grupo para 2024-2028 e os objetivos financeiros até 2026;
- iv) como é do conhecimento de V. Exas., mais uma vez em 2023 foi distribuído um dividendo intercalar em conformidade com a Política de Dividendos aprovada pela última vez em 27 de junho de 2023;
- v) em 29 de setembro de 2023, o BFF publicou o Quadro de Obrigações Sociais que define o compromisso do Banco com o financiamento sustentável;
- vi) em 3 de outubro de 2023, o BFF anunciou a atualização do seu programa de obrigações de médio prazo EMTN e o aumento simultâneo do limite máximo para 2,5 mil milhões de euros, prosseguindo o objetivo de diversificação das fontes de financiamento e alargamento da base de investidores;
- vii) em 4 de outubro de 2023, o BFF anunciou que detinha uma participação de 7,7 % na Generalfinance S.p.A., ativa na oferta de serviços de *factoring* a empresas em dificuldade e sob *stress* financeiro;

5

[assinaturas]

viii) o Conselho de Administração que termina o mandato na reunião seguinte fez uso da faculdade de apresentar a sua própria lista de candidatos;

ix) tendo completado três mandatos de três anos, em 26 de outubro de 2023, o Presidente anunciou a sua vontade de não se recandidatar.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas salienta também que o Banco continuou em 2023 a contribuir para o Fundo de Garantia de Depósitos (Fundo Interbancário de Proteção de Depósitos, introduzido pela Diretiva 2014/49/UE – Sistemas de Garantia de Depósitos – DGS) no montante de 4401 mil euros numa base obrigatória, bem como para o Fundo Único de Resolução estabelecido pelo Regulamento Europeu n.º 806/2014 (em vigor desde 1 de janeiro de 2016) no montante de 6368 mil euros.

Numa notificação datada de 6 de setembro de 2023, o Banco de Itália ordenou ao BFF Group que se submetesse a avaliações nos termos dos artigos 54.º e 68.º do Decreto Legislativo italiano n.º 385, de 1 de setembro de 1993, como «acompanhamento para efeitos de verificação da resolução de questões críticas detetadas na avaliação anterior». A inspeção teve início em 11 de setembro de 2023 e terminou em 12 de janeiro de 2024, estando o Banco a aguardar o relatório de inspeção.

Em 18 de setembro de 2023, o Banco de Itália, na qualidade de Autoridade de Resolução, enviou uma notificação de Adoção do Plano de Resolução de 2022 para o BFF Banking Group e a Provisão para a Determinação dos Requisitos Mínimos de Fundos Próprios e de Passivos Elegíveis (MREL). Em 29 de setembro de 2023, o Banco de Itália enviou uma notificação com o tema Situação das instituições menos significativas (LSI, do inglês «Less Significant Institutions»), na qual expressava a sua expectativa de que as LSI «adotassem critérios prudentes de avaliação de crédito e políticas de investimento financeiro, fossem proativas e céleres na execução de planos de financiamento e reforçassem as salvaguardas organizacionais e de controlo.»

Estas medidas da Autoridade realçaram a lacuna entre a aplicação das linhas interpretativas rigorosas da «Definição de Incumprimento» [«DoD», do inglês «Definition of Default»] ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 575/2013 e atualizações subsequentes e o risco de crédito efetivo do Banco. A aplicação prática teve um impacto nas exposições vencidas objeto de imparidade, aumentando a absorção de capital contra um risco de crédito hipotético, não representativo do perfil de risco real. Neste contexto, o Banco iniciou o projeto que visa permitir a adoção de um modelo interno baseado em notações de risco (A-IRB) que, de acordo com a Autoridade, pode ser mais representativo do risco de crédito real do Grupo.

6

[assinaturas]

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas destaca que a percentagem estimada de cobrança de juros de mora a incluir no custo amortizado foi aumentada para 50 % na sequência da atualização das séries cronológicas, realizada observando também que as cobranças no ano de 2023 confirmaram uma percentagem estimada de recuperação superior a 50 %, percentagem já utilizada em 2022 e confirmada também para 2023. Os prazos médios de cobrança da totalidade da provisão para juros foi estimado em 2100 dias em 2022.

Nas demonstrações financeiras, os Administradores informaram sobre a adequação de capital do Grupo descrita a nível individual e a nível do Grupo, bem como as razões subjacentes às alterações em relação a 2022. O capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 692,6 milhões de euros, em comparação com 734,2 milhões de euros no exercício anterior.

Os Fundos Próprios na mesma data e ao nível das demonstrações financeiras separadas, ascendiam a 523,9 milhões de euros, comparado com 590,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, com uma exposição global aos riscos, em relação à atividade desenvolvida, que é adequada à base de capital e ao perfil de risco identificado.

O Rácio de Capital CET 1 foi de 9,24 %, comparado com 11,73 % em 2022; o Rácio de Capital de Nível 1 foi de 12,95 %, comparado com 15,73 % em 2022 e o Rácio de Capital Total foi de 12,95 %, comparado com 15,73 % em 2022.

A nível consolidado, os Fundos Próprios ascenderam a 586,9 milhões de euros (em comparação com 611,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022); o Rácio de Capital CET 1 foi de 14,20 %, em comparação com 16,86 % em 2022; o Rácio de Capital de Nível 1 foi de 19,08 %, em comparação com 22,33 % em 2022 e o Rácio de Capital Total foi de 19,08 %, em comparação com 22,33 % em 2022.

#### d) Transações atípicas ou invulgares

O Relatório relativo às Operações dos Administradores, bem como as informações adquiridas durante a participação nas reuniões do Conselho de Administração e as informações recebidas do Presidente e do Presidente da Comissão Executiva [«Diretor Executivo»], bem como da Administração e das Funções de Controlo e do auditor independente, não revelaram a existência de transações atípicas e/ou invulgares, incluindo transações com terceiros, intragrupo e com partes relacionadas.

#### e) Transações intragrupo ou transações com partes relacionadas

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas acompanhou o cumprimento das políticas, regulamentos

7

[assinaturas]

e procedimentos em vigor no Banco, bem como a sua observância.

Os principais documentos de referência para as transações com partes relacionadas consistem nas «Políticas em matéria de controlos internos adotadas pelo BFF Group para a gestão de conflitos de interesses» e no «Regulamento do BFF Banking Group para a gestão de transações com pessoas em conflito de interesses», atualizado pela última vez em 27 de junho de 2023, com o parecer favorável do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, a fim de especificar, em linha com os regulamentos atuais e sem margem para dúvidas, quais as transações que são consideradas, em qualquer caso, como Principais Transações.

Durante 2023, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas não detetou a existência de transações atípicas ou invulgares realizadas com partes relacionadas, intragrupo, ou com diferentes entidades, nem teve indicações nesse sentido por parte do Conselho de Administração ou dos Auditores Independentes.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas reconhece que as transações com partes relacionadas no exercício de 2023 cumpriram os critérios de propriedade substantiva e processual e de transparência na tomada de decisões.

Na secção específica das Demonstrações Financeiras, encontram-se disponíveis informações relativas às transações com partes relacionadas.

#### f) Atividades de supervisão e controlo conduzidas pelo Conselho dos Revisores Oficiais de Contas em relação às tarefas que lhe foram atribuídas na sua qualidade de «Comissão de Controlo Interno e Auditoria».

De acordo com o artigo 19.º, n.º 1, do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo italiano n.º 135/2016, bem como pelo Regulamento (UE) n.º 537, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, na sua qualidade de ICAC, realizou avaliações autónomas sobre estruturas organizacionais destinadas a implementar plenamente as disposições regulamentares que visam, em particular, reforçar a qualidade da auditoria e a independência dos auditores independentes, a fim de melhorar a confiança do mercado e dos investidores nos relatórios financeiros.

Durante o ano, a ICAC manteve uma interação contínua com os auditores independentes, atribuindo particular ênfase à verificação do cumprimento continuado do requisito de independência por parte dos auditores independentes e à troca de informações com o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, relativamente às várias responsabilidades e tipos de controlo.

No que diz respeito à atividade de auditoria contabilística, durante as numerosas reuniões realizadas com a

8

[assinaturas]

KPMG, Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, entre outras coisas:

- i) obteve informações sobre as auditorias realizadas, bem como sobre a escrituração contabilística adequada das contas da Empresa e sobre os relatórios adequados das operações de gestão nos registos contabilísticos;
- ii) obteve informações sobre o progresso das auditorias das demonstrações financeiras individuais e das demonstrações intercalares;
- iii) obteve informações aquando da aprovação da distribuição de dividendos intercalares e da emissão do parecer previsto no artigo 2433.º-bis, n.º 5, do Código Civil italiano;
- (iv) partilhou informações sobre questões relevantes e sobre as principais operações em curso do Banco e do Grupo;
- (v) obteve a carta da Administração com as ações corretivas identificadas pelo auditor independente KPMG sobre a certificação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e o prazo do plano de remediação relacionado. As questões abordadas estão relacionadas com a aplicação da IFRS 9, a Demonstração Não Financeira e os projetos TIC, e contêm sugestões à Administração tendo em vista o documento a emitir com referência às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023;
- vi) recebeu informações sobre o plano de auditoria, a importância, a abordagem da auditoria e o calendário previsto;
- vii) partilhou quaisquer discussões com a Autoridade;
- viii) controlou a independência do auditor;
- (ix) nos termos do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, recebeu o Relatório Adicional para a ICAC dos auditores, no qual estes destacam um potencial aumento dos riscos de erros significativos relacionados com as estimativas contabilísticas devido a incertezas nas estimativas decorrentes da conjuntura económica e dos cenários macroeconómicos prospetivos no que respeita ao conflito Rússia-Ucrânia e Israel-Palestina. Entre outros aspetos, o Relatório descreve a equipa de auditoria e o plano de auditoria, a materialidade, o âmbito da consolidação, a metodologia e os métodos de avaliação utilizados, os riscos e os principais aspetos da auditoria. O Relatório confirma que não foi detetado nenhum dos seguintes problemas: i) no que se refere aos principais riscos, aspetos significativos a comunicar; ii) diferenças de auditoria superiores ao limiar de comunicação para erros não corrigidos; iii) deficiências significativas no sistema de controlo interno em relação ao processo de relato financeiro; (iv) aspetos a comunicar no que se refere à escrituração contabilística da empresa e à

correta inscrição das operações nos registos contabilísticos; (v) dificuldades significativas no decurso da auditoria; vi) questões significativas relativas a casos de incumprimento efetivo ou alegado de leis, regulamentos ou disposições estatutárias.

Reconhece igualmente que não surgiram aspetos significativos a comunicar no que respeita às disposições do Regulamento Delegado da UE 2019/815 «Normas técnicas de regulamentação sobre a especificação de um formato eletrónico único de comunicação de informações» (ESEF).

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas recebeu dos auditores independentes, nos termos do artigo 6.º, n.º 2, alínea a) do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e do parágrafo 17 da ISA Itália 260, a confirmação da sua independência. No documento, os auditores declaram que respeitaram os princípios éticos nos termos dos artigos 9.º e 9.º-bis do Decreto Legislativo italiano 39/2010 e que não se depararam com situações que comprometessem a sua independência nos termos dos artigos 10.º e 17.º do Decreto Legislativo italiano 39/2010 e dos artigos 4.º e 5.º do Regulamento UE 537/2014, não tendo o Banco identificado situações suscetíveis de a comprometer.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas analisou igualmente o Relatório sobre as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, emitido pela KPMG em 28 de março de 2024.

O Relatório de Auditoria inclui os Aspetos Principais da auditoria, ou seja, os aspetos considerados mais significativos no contexto da auditoria das demonstrações financeiras separadas e das demonstrações financeiras consolidadas.

No que diz respeito aos pareceres e certificações, os Auditores Independentes procederam da seguinte forma no Relatório de Auditoria às demonstrações financeiras:

- Emitiram um parecer que demonstra que as demonstrações financeiras separadas e as demonstrações financeiras consolidadas do BFF Bank S.p.A. e do BFF Banking Group, respetivamente, fornecem uma representação verídica e legítima da posição financeira do Banco e do Grupo a 31 de dezembro de 2023, dos resultados das operações e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, bem como as medidas emitidas em aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo italiano n.º 38/2005 e artigo 43.º do Decreto Legislativo italiano n.º 136/2015.
- Emitiram um parecer sobre a consistência, demonstrando que os Relatórios dos Administradores relativos às Operações que acompanham as demonstrações financeiras separadas e as



demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023, e algumas informações específicas contidas no «Relatório sobre a Governança Corporativa e a Estrutura de Propriedade» indicado no artigo 123.º-bis, n.º 4, da Lei Consolidada das Finanças, cuja responsabilidade cabe aos Administradores, foram elaborados em conformidade com a lei;

- Emitiram uma avaliação da conformidade com as disposições do Regulamento Delegado (EU) 2019/815 das demonstrações financeiras separadas e das demonstrações financeiras consolidadas em formato XHTML e a marcação das demonstrações financeiras consolidadas, em todos os seus aspetos significativos;
- Com referência a quaisquer erros importantes no Relatório relativo às Operações dos Administradores, com base no conhecimento e compreensão da Empresa e respetiva informação adquirida durante a auditoria, declararam que não tinham nada de digno de nota a relatar.

Por seu lado, relativamente à identificação dos Aspetos Chave, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas pode comprovar a sua relação com: i) o reconhecimento de juros de mora sobre empréstimos produtivos e valores a receber deteriorados adquiridos a título definitivo; ii) o reconhecimento da indemnização de montante fixo de cobrança de dívidas (40 euros); iii) a recuperabilidade do valor dos investimentos em capitais próprios em subsidiárias reconhecidos nas demonstrações financeiras; iv) a avaliação de ativos intangíveis com uma vida útil definida e indefinida.

A este respeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas tomou nota dos procedimentos de auditoria delineados pelos auditores independentes em resposta aos Aspetos Chave, acordando as medidas a serem tomadas para mitigar quaisquer riscos associados aos mesmos.

Os Auditores Independentes também emitiram, nos termos do artigo 3.º, n.º 10, do Decreto Legislativo Italiano n.º 254/2016 e artigo 5.º da Resolução 20267/2018 do Regulamento da Consob, o «Relatório dos auditores independentes sobre a demonstração não financeira consolidada», no qual declaram, com base no trabalho realizado, que não tiveram conhecimento de quaisquer indícios que sugiram que a Demonstração Não Financeira Consolidada relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi elaborada, em todos os aspetos significativos, de acordo com os requisitos dos artigos 3.º e 4.º do Decreto Legislativo italiano n.º 254/2016 e das Normas de Relatórios de Sustentabilidade da Iniciativa GRI definidas pela GRI - Global Reporting Initiative. *Os auditores referem ainda que «As conclusões sobre a demonstração não financeira consolidada do BFF Banking Group não se estendem à informação contida no parágrafo*

*"Divulgação no âmbito da Taxonomia da União Europeia (Regulamento UE 2020/852)" e respetivo Anexo, exigido pelo artigo 8.º do Regulamento UE n.º 852, de 18 de junho de 2020.»*

*g) Atividades do Conselho de Administração para controlar a independência do auditor independente*

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas fiscalizou a independência dos auditores independentes através de um acompanhamento constante das atividades dos auditores, quer no que se refere aos Serviços de Auditoria, quer no que se refere aos Serviços não relacionados com a Auditoria, preventivamente sujeitos a avaliações e à emissão de parecer pela ICAC, de forma a excluir, entre estes, a presença de serviços considerados proibidos pelo artigo 5.º do regulamento supracitado.

No decurso de 2023, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas realizou as suas próprias avaliações independentes sobre os riscos potenciais para a independência dos auditores independentes e as salvaguardas aplicadas nos termos do artigo 22.º ter da Diretiva 2006/43/CE, fazendo também referência ao «Regulamento do Grupo para a Aprovação dos chamados "Serviços não relacionados com a auditoria" a serem concedidos à empresa encarregada da auditoria externa das contas», atualizado pela última vez em 28 de julho de 2021, que define os princípios gerais e os procedimentos operacionais em relação à atribuição de Serviços não relacionados com a auditoria, conferidos aos Auditores Independentes do Grupo e à respetiva Rede, e que determinam, sobretudo:

- que os Serviços não relacionados com a Auditoria não fazem parte dos serviços proibidos, tal como definidos no artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento da UE, salvo disposição em contrário dos Estados-Membros;
- as razões para a nomeação da KPMG ou entidades da sua rede pela direção da Entidade de Interesse Público (o Banco, nos termos do art. 16.º do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010);
- que os honorários solicitados pareciam ser determinados de modo a garantir a qualidade e fiabilidade do trabalho, e eram de molde a não dar azo a possíveis riscos para a independência do auditor.

As demonstrações financeiras especificam, em conformidade com o artigo 149.º-duodécies do Regulamento dos Emitentes do CONSOB (resolução n.º 11971 de 14 de maio de 1999, conforme alterada) os honorários para o ano de 2023 por serviços de auditoria e não relacionados com a auditoria prestados pelos auditores independentes e outras empresas da sua rede. De salientar que o Banco contratou, entre outros, a empresa de auditoria KPMG S.p.A. para i) a certificação da Demonstração Não Financeira Consolidada [«NFS»]



nos termos do Decreto Legislativo italiano 254/2016, e das declarações fiscais, ii) outros serviços como a certificação para Investigação e Desenvolvimento, o parecer sobre o dividendo intercalar, a verificação dos montantes em comunicados de imprensa, a carta de conforto para o programa EMTN, a revisão da política em matéria de combate ao branqueamento de capitais da sucursal, iii) serviços de consultoria fiscal para a sucursal na Grécia.

No que se refere ao acima exposto, em relação às tarefas atribuídas à KPMG e à sua rede pelo BFF Bank S.p.A. e pelas empresas do Grupo, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, enquanto ICAC, considera que estas atividades não afetaram a independência do Auditor.

#### h) Respeito pelos princípios da boa administração

Os elementos obtidos durante o exercício e descritos de forma resumida no presente relatório permitem ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas afirmar que as operações realizadas foram inspiradas no respeito pelos princípios da boa administração, aprovadas e realizadas em conformidade com a lei e os estatutos e, ainda, excluir que quaisquer operações realizadas tenham sido manifestamente imprudentes ou arriscadas, contrárias às resoluções aprovadas pela Empresa ou suscetíveis de comprometer a integridade do seu património.

#### i) Processo administrativo, contabilístico e de relato financeiro

O artigo 19.º do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010 prevê que a ICAC é responsável pelo acompanhamento do processo de relato financeiro e pela elaboração de recomendações ou propostas para assegurar a sua integridade, bem como pelo acompanhamento da eficácia dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos no que diz respeito ao relato financeiro. O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas tomou nota de que o Conselho de Administração do BFF Bank S.p.A., em conformidade com as disposições da Lei italiana n.º 262 de 28 de dezembro de 2005 e do artigo 154.º-bis da Lei Consolidada das Finanças, estabeleceu na sua estrutura de governação a função de Responsável de Relato Financeiro e aprovou o «Regulamento de Funcionamento do Responsável de Relato Financeiro» e a «Nota Metodológica do Responsável de Relato Financeiro». Tendo obtido a confirmação da sua elegibilidade para o cargo por parte do Banco de Itália, por carta datada de 8 de agosto de 2022, o Conselho de Administração nomeou Giuseppe Manno, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2022, sob reserva do parecer favorável da Comissão de Controlo e Riscos, da Comissão de Nomeações e do Conselho dos Revisores Oficiais

de Contas.

Quanto às tarefas atribuídas ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, durante o ano monitorizou o trabalho da Função do Responsável de Relato Financeiro com quem realizou reuniões regulares, examinando o modelo de referência estruturado de acordo com as melhores práticas de mercado (Relatório COSO) capaz de proporcionar uma certeza razoável sobre a fiabilidade do processo de relato financeiro, bem como sobre a eficácia e eficiência das operações, em conformidade com as leis e regras internas.

Em particular, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas mostrou como o Banco escolheu o modelo de controlo «misto» como adequado para garantir o acompanhamento do Sistema de Controlo Interno em relatórios financeiros periódicos baseados nas características do Grupo, com uma aplicação diversificada destes às Subsidiárias que, para a realização das atividades planeadas, exigem:

- a identificação preliminar do âmbito das atividades («delimitação do âmbito») com controlos diretos para a Empresa-mãe e para o BFF Finance Iberia S.A.U. [«BFF ES»] e controlos indiretos sobre a subsidiária BFF Polska S.A. [«BFF PL»] através de um recurso local que reporta hierarquicamente ao Diretor Financeiro da subsidiária e funcionalmente à estrutura do Responsável de Relato Financeiro da Empresa-mãe;
- a identificação das auditorias ao sistema de controlo interno [«SCI», do inglês «Internal Control System»], avaliado como um todo ao nível da governação e da Entidade [«Controlos a nível da entidade» ou «ELC», do inglês «Entity Level Control»], salientando que, globalmente, o nível de conformidade geral com os requisitos da componente do modelo de controlo - e, por conseguinte, a adequação - era «Médio Alto»;
- a realização de controlos de adequação e eficácia do SCI ao nível dos processos («abordagem direta»);
- a análise dos resultados das atividades de auditoria realizadas pelas Funções de Controlo do Grupo, a fim de identificar quaisquer elementos úteis para a avaliação fornecida pelo SCI sobre os riscos de distorção financeira («abordagem indireta»);
- a identificação de quaisquer questões críticas, avaliadas com base no seu impacto em termos de risco residual e de potenciais impactos nos resultados, e o início de medidas corretivas para colmatar quaisquer lacunas identificadas;
- o controlo e o acompanhamento das medidas corretivas, sob reserva de um relatório específico ao Presidente da Comissão Executiva.

As atividades acima descritas são preparatórias para a emissão da certificação nos termos do artigo 81.º-ter do Regulamento Consob n.º 11971, de 14 de maio de 1999, alterado, assinada pelo Presidente da Comissão Executiva e pelo Responsável de Relato Financeiro, e deve garantir a adequação e a aplicação efetiva dos procedimentos administrativos e contabilísticos para a preparação das demonstrações financeiras, com o objetivo de confirmar a correspondência dos documentos contabilísticos da empresa com os resultados dos livros contabilísticos e a sua adequação para representação de forma verídica e legítima da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas teve oportunidade de analisar o resultado das auditorias em que se verificou, em diversos domínios, que a situação foi, na generalidade, acompanhada, não existindo aspetos críticos ou insuficiências suscetíveis de afetar o juízo sobre a adequação e a aplicação efetiva dos procedimentos administrativos e contabilísticos, embora existam áreas a melhorar em relação às quais devem ser tomadas medidas corretivas.

Além disso, no que diz respeito às subsidiárias adquiridas em 2022, a BFF Immobiliare S.r.l. e a BFF Techlab S.r.l. não foram consideradas no âmbito dos controlos devido ao seu baixo grau de importância.

Por conseguinte, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, no que respeita à estrutura e conteúdo dos relatórios periódicos elaborados pelo Responsável de Relato Financeiro aquando da elaboração do Relatório Financeiro Semestral, das Demonstrações Financeiras Separadas e das Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2023, considera que as atividades realizadas para avaliar a adequação e a aplicação efetiva dos processos e procedimentos funcionais aos relatórios financeiros do Grupo são adequadas para justificar a certificação solicitada ao Presidente da Comissão Executiva e ao Responsável de Relato Financeiro, nos termos do artigo 154.º-bis da Lei Consolidada das Finanças.

#### j) Demonstração Não Financeira Consolidada

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas acompanhou o desenvolvimento do processo relativo à correlação das ações do Banco com a evolução da regulamentação, supervisionou o cumprimento das disposições estabelecidas pelo Decreto Legislativo 254/2016 e examinou a Demonstração Não Financeira de 2023, verificando a sua conformidade com as disposições que regem a sua elaboração nos termos do referido decreto.

Em particular, reconhece que, em conformidade com as Normas de Relatórios de Sustentabilidade da Iniciativa GRI

emitidas em 2021, o Banco elaborou o documento «em conformidade» com todos os requisitos de relato estabelecidos, fornecendo uma divulgação completa para cada tópico de relevância e uma comparação dos indicadores de 2023 com os de 2022 e 2021. No exercício de 2023, o Banco conseguiu alargar e estruturar melhor os processos relacionados com a elaboração da Demonstração Não Financeira, graças, em parte, à modificação do processo de recolha de dados, facilitada pela aquisição de uma ferramenta específica que também será utilizada nos próximos exercícios para facilitar a atualização dos processos, em conformidade com a evolução regulamentar. O Banco reviu os processos e os resultados da análise de materialidade que conduziram a uma atualização dos impactos de acordo com a perspetiva «Inside-Out» coerente com o contexto em que o Grupo opera, consolidando o quadro de avaliação dos avanços, aplicando quantitativamente as métricas de avaliação e definindo objetivos para facilitar a criação de uma cultura ESG.

No que diz respeito à taxonomia, ao Regulamento UE 2020/852 e aos respetivos regulamentos delegados, o Conselho constatou que o Banco cumpriu os requisitos ao comunicar todos os indicadores aplicáveis às instituições de crédito com referência ao exercício de 2023, tendo apresentado, para cada um deles, uma descrição da metodologia aplicada e uma panorâmica adequada dos resultados.

A empresa de auditoria KPMG emitiu o seu parecer positivo sobre a Demonstração Não Financeira de 2023, excluindo a avaliação dos resultados da aplicação da taxonomia, em conformidade com a regulamentação, ao verificar a sua existência.

Para todas as questões não abordadas, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas remete o leitor para a Demonstração Não Financeira de 2023.

#### k) Adequação da estrutura organizacional

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas supervisionou a adequação da estrutura organizacional.

Sob a supervisão do Órgão de Administração e do Conselho de Administração, a estrutura organizacional é sujeita a atualizações periódicas para a tornar mais eficiente e eficaz em relação às necessidades emergentes devido às tendências económicas, aos requisitos de negócios relacionados sobretudo com a implementação do plano de negócios 2024-2028, à dinâmica do mercado e aos desenvolvimentos regulamentares.

O organograma da Empresa identifica claramente as linhas de responsabilidade, desagregando-as até às funções mais operacionais, e é periodicamente revisto e atualizado pelo Órgão de Administração com o apoio dos

gabinetes responsáveis. O organograma representa ainda as funções das estruturas individuais que se refletem na representação das delegações e poderes atribuídos a um nível adequado de competências e responsabilidades, com o objetivo de uma separação de funções adequada.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas constatou que o processo de integração do antigo DEPOBank Banca Depositaria Italiana S.p.A. está praticamente concluído, nomeadamente no que se refere aos aspetos relacionados com a simplificação da estrutura organizacional, a regulamentação interna e a harmonização e implementação do sistema informático.

Tendo ainda em conta o que foi referido nos pontos anteriores deste Relatório, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas é da opinião que, no seu conjunto, a estrutura organizacional do Banco se encontra substancialmente adequada à sua dimensão e características operacionais, necessitando, no entanto, de uma monitorização contínua para que seja possível implementar ações de melhoria em linha com a complexidade e riscos a que se encontra exposto, e com as alterações qualitativas e quantitativas dos recursos disponíveis, de forma a apoiar o Banco nos desafios decorrentes do Plano de Negócios 2024-2028.

#### l) Instruções fornecidas às subsidiárias

O Banco, como Empresa-mãe e ponto de referência para a Autoridade de Controlo, no exercício das suas atividades de gestão e coordenação, emitiu as várias instruções às Subsidiárias necessárias para a aplicação das instruções gerais e especiais emitidas pelo Banco de Itália no interesse da estabilidade do Grupo, nos termos do artigo 61, n.º 4 da Lei consolidada da atividade bancária e da Circular n.º 285/2013.

As relações com as subsidiárias são definidas nos «Regulamentos Intragrupo» e as instruções são fornecidas pelas Funções individuais, a fim de atualizar as subsidiárias sobre os regulamentos internos que lhes são aplicáveis e as informações necessárias para o pacote de relato, cujas principais atividades são realizadas de forma centralizada, especialmente o controlo.

Recordando que não existem órgãos de controlo equivalentes nas empresas estrangeiras do Grupo, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas procedeu sempre a uma análise aprofundada no âmbito de reuniões periódicas com as funções de controlo das empresas do Banco e com a direção de algumas subsidiárias. A este respeito, é importante recordar

as funções de controlo têm responsabilidade direta pelas suas respetivas estruturas análogas em relação ao BFF Finance Iberia S.A.U., na medida em que são destinatários de relatórios funcionais pelas funções similares correspondentes do BFF Polska Group.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas considera que as instruções emitidas pelo Banco às suas subsidiárias são, no geral, adequadas, inclusive para efeitos de fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações de divulgação exigidas por lei, nos termos do artigo 114.º, n.º 2, da Lei Consolidada das Finanças.

#### m) Adequação do sistema de controlo interno e de gestão de riscos

O sistema de controlo interno («ICS») é definido como o conjunto de diretivas, procedimentos e práticas operacionais adotados pela empresa para atingir os objetivos que se seguem, através de um processo adequado de identificação, mensuração, gestão e acompanhamento dos principais riscos:

- objetivos estratégicos, para garantir a conformidade das decisões do Órgão de Administração com as diretivas recebidas e com o objetivo que a Empresa e o Grupo pretendem atingir, bem como com a proteção dos interesses das partes interessadas;
- objetivos operacionais, destinados a garantir a eficácia e a eficiência das atividades da empresa;
- objetivos de informação, destinados a garantir a fiabilidade e a credibilidade dos dados;
- objetivos de conformidade, para garantir a conformidade das atividades empresariais com as leis e regulamentos em vigor.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas confirma que manteve reuniões periódicas com o Presidente da Comissão Executiva responsável pelo ICS, as Funções de Controlo Corporativo - Auditoria Interna, Conformidade e CBC, Gestão de Riscos, a Função do Responsável de Relato Financeiro e dos auditores independentes KPMG -, para além da sua participação constante nos trabalhos da Comissão de Controlo e Riscos.

Reconhece a extensa divulgação prestada ao Conselho de Administração pelo Presidente da Comissão Executiva sobre o estado de implementação das resoluções do Conselho de Administração e os progressos realizados nas atividades destinadas a atingir os objetivos estratégicos. O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou que cada empresa do Grupo tinha

adotado um sistema de controlo interno coerente com a estratégia e a política do Grupo, especialmente no que diz respeito às subsidiárias estrangeiras, para as quais, em conformidade com as restrições locais, foram postas em prática iniciativas para assegurar, em geral, normas e controlos organizacionais adequados. Já foram realizadas novas iniciativas de reforço, incluindo como resultado das inspeções da Autoridade de Supervisão realizadas no decurso de 2021, bem como à luz da maior complexidade decorrente do crescimento e da diversificação operacional do Grupo, mas também em resultado da evolução regulamentar que, em 2023, diz respeito principalmente à área das TIC.

A este respeito, importa uma vez mais recordar que, na qualidade de Empresa-mãe do BFF Banking Group, o BFF Bank S.p.A. desempenha as funções de gestão e coordenação, bem como de controlo unitário do BFF Finance Iberia S.A.U., BFF Polska S.A., BFF Immobiliare S.r.l. e BFF TechLab S.r.l., em conformidade com os «Regulamentos Intragrupo», que definem a arquitetura organizacional, os objetivos e o conteúdo das atividades de gestão, coordenação e controlo, e outros Regulamentos do Grupo destinados a reger melhor a aplicação da legislação relevante. Com efeito, no âmbito do sistema de controlo interno, o quadro regulamentar do Banco e do Grupo e a atualização constante das políticas e dos regulamentos revestem-se de particular importância. De facto, em 2023, o Banco e as suas sucursais aprovaram 158 documentos (incluindo 28 novos) de um corpus regulamentar de 421; a subsidiária BFF Polska e as suas subsidiárias aprovaram 73 documentos (incluindo 12 novos) de um corpus regulamentar de 272; e a subsidiária BFF Finance Iberia aprovou 22 documentos (incluindo 1 novo) de um corpus regulamentar de 136.

As ações realizadas dizem respeito (1) à revisão de processos a pedido das funções proprietárias ou do órgão de administração, (2) à revisão de regulamentos internos em resultado de alterações legislativas ou regulamentares, e (3) à revisão de regulamentos internos em resultado de pedidos das Funções de Controlo.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas confirma o compromisso do Banco no sentido de manter o órgão processual interno, que é, por conseguinte, adequado e atual.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas reconheceu igualmente as atividades levadas a cabo pelo Órgão de Supervisão nomeado para garantir a adequação, o cumprimento e a atualização do modelo de organização e gestão nos termos do Decreto Legislativo italiano 231/01 [«Modelo»]. No decurso das reuniões periódicas, confirmou o cumprimento dos

19

[assinaturas]

requisitos de eficácia e de independência por parte deste órgão, trocou informações sobre os mecanismos de supervisão do Banco, os controlos exercidos e os resultados obtidos, e obteve a confirmação da exatidão e da frequência dos fluxos de informação que lhe devem ser transmitidos. O modelo de organização e gestão previsto no Decreto Legislativo italiano 231/01 foi atualizado pela última vez em dezembro de 2022. Em 2023, o Órgão de Supervisão nomeou um consultor externo independente para avaliar o modelo de organização, gestão e controlo previsto no Decreto Legislativo italiano 231/01, a fim de identificar possíveis áreas de reforço e atualização do Modelo. As primeiras ações identificadas pela análise da qualidade foram tomadas relativamente à avaliação do risco do quadro anticorrupção, que continuará em 2024 com a avaliação do risco do Modelo, estando prevista a sua atualização até ao final do ano. O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas também verificou o cumprimento por parte do Banco das suas obrigações de correspondência e de envio de informações aos Órgãos de Supervisão.

Na sequência das inspeções realizadas em 2021 pela Autoridade de Supervisão durante o ano, as atividades foram constantemente acompanhadas, atualizadas e comunicadas trimestralmente ao Conselho de Administração. Os objetivos previstos no plano foram concluídos, sem prejuízo de algumas atividades que devem ser replaneadas no âmbito do desenvolvimento do sistema informático, mas também na sequência de aditamentos e de implementações tornados necessários por desenvolvimentos previstos pelo Banco, por alterações regulamentares ou por discussões posteriores com a Autoridade.

O resultado da inspeção de acompanhamento do Banco de Itália, iniciada em setembro de 2023 e concluída em 12 de janeiro de 2024, cujo relatório ainda não foi emitido, orientará o Banco quanto às medidas a tomar para remediar os problemas críticos detetados na inspeção anterior.

Com base nas atividades realizadas, nas informações obtidas e no parecer emitido pela Função de Auditoria Interna sobre o Sistema de Controlo Interno, que avaliou a sua exaustividade, adequação, funcionalidade e fiabilidade e o considerou «maioritariamente adequado», o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas considera que, em termos genéricos, não existem questões significativamente críticas que possam invalidar a estrutura do Sistema de Controlo Interno, salientando, no entanto, a necessidade de continuar a acompanhar o sistema de governo societário e os seus controlos e equilíbrios, já sujeitos a observação por parte do Banco de Itália.

20

[assinaturas]

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas fiscalizou a adequação do sistema de gestão de riscos, examinando os relatórios periódicos das Funções de Controlo e as informações periódicas fornecidas, bem como os resultados das atividades de controlo e as medidas tomadas para implementar as medidas corretivas identificadas e através da participação nas reuniões da Comissão de Controlo e Riscos.

O Grupo adotou um quadro de referência estruturado, através da implementação de um processo regulado por regulamentos internos específicos do quadro de apetência pelo risco («RAF»), que é avaliado pelo Conselho de Administração de acordo com o modelo de negócio e o Plano Estratégico e prevê a aprovação de objetivos de risco, limites de desencadeamento do risco e limites de tolerância.

O Conselho de Administração definiu as diretrizes para o sistema de controlo interno (SCI), assegurando que os principais riscos corporativos são identificados, geridos e acompanhados de forma adequada. Em particular, avaliou os tipos de riscos a um nível consolidado e aprovou a sua assunção de forma estruturada para todas as entidades do Grupo e para todos os países em que o Grupo opera.

A este respeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas supervisionou, dentro dos limites do seu mandato, a exaustividade, adequação, funcionalidade e fiabilidade do RAF, avaliando também as alterações ao quadro durante o ano em análise em relação à evolução em termos de métrica e calibração dos limites de risco, a fim de incorporar alterações iguais nos modelos de negócio do Banco, ou em consideração das indicações regulamentares.

No exercício de 2023, verificou a coerência do Plano de Negócios 2024-2028 com o RAF e acompanhou permanentemente as atividades realizadas pelas Funções de Controlo, informando sobre os aspetos mais importantes e o resultado dos controlos realizados. No seu conjunto, o sistema de controlo e gestão de riscos afigura-se coerente com o quadro legal e regulamentar e com a estrutura organizacional do Grupo, prosseguindo o objetivo de assegurar o alinhamento do Sistema de Controlo Interno com as complexidades decorrentes do crescimento da dimensão do Grupo e da diversificação das suas atividades.

Em 27 de abril de 2023, o Conselho de Administração do BFF Bank S.p.A. aprovou o Relatório ICAAP/ILAAP 2022, obtendo as considerações das Funções de Controlo em causa e da Comissão de Controlo e Riscos.

Tendo verificado a implementação dos pontos de melhoria identificados no ano anterior, e depois de analisar cuidadosamente a documentação e consultar os

Responsáveis das Funções de Controlo presentes, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas expressou um parecer favorável sobre a abordagem adotada na elaboração do Relatório ICAAP/ILAAP em 31 de dezembro de 2022, tanto no que diz respeito ao processo interno de determinação da adequação do capital como ao sistema de governação e de gestão do risco de liquidez, que cumprem as orientações do Banco de Itália e são coerentes com as características operacionais e o modelo de negócio do Banco, os planos estratégicos definidos e as previsões económicas e financeiras para 2023-2025, o Plano de Financiamento de Contingência, o Plano de Recuperação 2023-2025 e o Quadro de Apetência pelo Risco (RAF).

Em 27 de abril de 2023, o Conselho de Administração do Banco aprovou o «Plano de Recuperação do BFF Banking Group» [«**Plano de Recuperação**»], que, de acordo com a análise do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, cumpre as orientações e conteúdos exigidos pelas disposições estatutárias e regulamentares emitidas pelo Banco de Itália.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas também expressou as suas considerações sobre o Relatório Anual de 2022 sobre «funções essenciais ou importantes externalizadas» [«**EIFs**», do inglês «Essential or Important Outsourced Functions»] elaborado pela Função de Auditoria Interna, manifestando a sua aprovação na reunião do Conselho de Administração de 27 de abril de 2023, mas incentivando um reforço gradual e adequado dos controlos diretos e indiretos pelas Funções de Controlo e considerando a oportunidade de avaliar a implementação de conhecimentos especializados em TIC nas funções de controlo e uma maior divisão de tarefas e responsabilidades entre a gestão e o controlo dos acordos de subcontratação e os riscos deles decorrentes.

No contexto das atividades realizadas pela Função de Luta contra o Branqueamento de Capitais, com referência à legislação de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas tem acompanhado constantemente as referidas atividades, bem como o resultado das verificações ex post, em relação às quais não foram relatadas situações particularmente críticas. O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas analisou igualmente a autoavaliação dos riscos relacionados com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

A este respeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas observou que, na opinião do Diretor da Função, a avaliação global do risco residual de branqueamento de capitais do Grupo deve ser considerada «baixa».

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou ainda a exaustividade, adequação,



funcionalidade e fiabilidade do Plano de Continuidade do Negócio, cujos riscos residuais gerais foram considerados «Médios Altos» para questões críticas relacionadas com um importante fornecedor do Banco. O Conselho de Administração aprovou o Plano de Continuidade Operacional em 19 de dezembro de 2023, aceitando esse risco residual e identificando as medidas a tomar, a fim de acompanhar e reduzir o risco residual.

Na mesma data, foi aprovado o «documento de orientação estratégica em matéria de TIC», que define os métodos de gestão e melhoria do sistema informático da empresa para dar resposta às necessidades atuais e futuras do Grupo, um documento atualizado na sequência das alterações introduzidas em 2023 e das prioridades e objetivos, também com referência ao novo Plano de Negócios 2023-2028.

À luz da 40.ª atualização da Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália publicada em 2 de novembro de 2022 com o objetivo de transpor as «Diretrizes para a gestão dos riscos e da segurança das tecnologias da informação (TIC)» emitidas pela EBA e o Regulamento (UE) 2022/2554 «Regulamento Resiliência Operacional Digital (DORA)», em 2023 o Banco apresentou o projeto de atualização com i) a revisão dos regulamentos internos relativos à estrutura organizacional e formação em matéria de segurança da informação, ao sistema de controlo interno, ao sistema de informação, à continuidade operacional e à resiliência operacional, ii) o plano de atividades para a atualização dos contratos de subcontratação em termos de requisitos de segurança da informação e continuidade operacional, iii) o plano de atualizações tecnológicas. Mais concretamente, foi criada a nova Função de Controlo dos Riscos em matéria de TIC e de Segurança, integrada na Função de Gestão de Riscos, foram alargadas as funções do Conselho de Administração e do Diretor Executivo, foram reforçadas as salvaguardas necessárias para garantir uma gestão adequada dos riscos em matéria de TIC e o risco ESG foi incluído no quadro da Gestão dos Riscos.

No que se refere à atual crise geopolítica Rússia-Ucrânia e ao conflito Israel-Palestina, que representam um fator de instabilidade e de influência sobre a situação macroeconómica europeia e mundial, note-se que o Grupo tem vindo a acompanhar constantemente os riscos a que pode estar exposto. A Parte E das demonstrações financeiras separadas e consolidadas inclui «Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco».

Na condução das auditorias relevantes, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas manteve um diálogo constante com a Função de Auditoria Interna, incluindo, durante o exercício em análise,

23

[assinaturas]

a partilha dos resultados das auditorias efetuadas relativamente a todo o Grupo.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas constatou que as atividades planeadas pela Função de Auditoria Interna para o exercício de 2023 abrangiam o âmbito completo das atividades que a Função se tinha comprometido a auditar.

Com a chegada do novo Diretor de Auditoria Interna em julho de 2023, as atividades da função foram revisitadas tanto em termos organizacionais como em termos dos métodos utilizados, assim como o Plano de Auditoria de 2024, que foi conseqüentemente atualizado.

O novo Diretor de Auditoria Interna definiu as responsabilidades dos recursos da função e estabeleceu objetivos a médio prazo, tal como detalhado no «Plano de Atualização da Auditoria Interna - para maior conformidade com as melhores práticas».

Mais especificamente, lançou as bases para a realização de uma avaliação de risco numa base anual e para a realização de controlos de auditoria a todo o processo, abrangendo todas as funções e unidades de negócio envolvidas e tomando todo o Grupo como referência.

Nesta base, apresentou o Plano de Auditoria a Longo Prazo 2024-2028, a fim de coordenar as auditorias com o Plano de Negócios 2024-2028. As atividades da Auditoria Interna, bem como as das funções de controlo de segundo nível, são comunicadas no respetivo painel apresentado trimestralmente aos órgãos de governo e de supervisão.

No caso do BFF Polska Group, as auditorias são realizadas no local e coordenadas pela função de Auditoria Interna da Empresa-mãe e os seus resultados são incluídos no painel da função de Auditoria Interna da Empresa-mãe. No caso do BFF Finance Iberia S.A.U, as auditorias são realizadas diretamente pela Função de Auditoria Interna da Empresa-mãe com base num contrato de prestação de serviços e os resultados são incluídos no painel da Função de Auditoria Interna da Empresa-mãe.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas analisou positivamente a atualização do Manual de Auditoria Interna e do Regulamento de Auditoria Interna, que incorpora as alterações introduzidas na organização e no método aplicado às auditorias, aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2023.

Importa referir que a Função de Auditoria Interna é também responsável pelo sistema de denúncia interna («whistleblowing»), em relação ao qual, em 2023, houve um relatório que ainda está a ser analisado.

*n) Políticas de remuneração*

24

[assinaturas]

As políticas de remuneração do Grupo são regidas pela «Política de Remuneração e de Incentivos dos membros dos órgãos de supervisão estratégica, gestão e controlo, bem como dos colaboradores» [a «Política»], elaborada em conformidade com as disposições do Título IV, Capítulo 2 das Disposições de Supervisão Bancária, com o objetivo de incorporar as inovações introduzidas neste domínio pela Diretiva 2019/878/UE (CRD V) e as Orientações da Autoridade Bancária Europeia em aplicação da Diretiva (EBA/GL/2021/04). O Banco também teve em conta na sua Política as atualizações do Código de Governo Societário, com exceção das disposições relativas à propriedade de ações, considerando mais adequado aplicar o que está estabelecido nas Disposições de Supervisão.

A Política atualmente em vigor, que se encontra disponível no sítio Web do Banco e à qual se deve fazer referência para uma análise mais aprofundada, foi aprovada pela Assembleia de Acionistas em 13 de abril de 2023.

Em conformidade com as Disposições de Supervisão, em janeiro e fevereiro de 2024, a Função de Auditoria Interna realizou uma auditoria específica para verificar a conformidade das práticas de remuneração e de incentivos com as políticas adotadas pelo Grupo, bem como com as diretrizes sobre a matéria fornecidas pela Assembleia de Acionistas. Com base nas conclusões, a Função de Auditoria Interna considerou que as políticas de remuneração para o exercício de 2023 foram corretamente aplicadas no que diz respeito aos requisitos regulamentares de divulgação, à execução de controlos de segundo nível e à atribuição de papéis e responsabilidades aos órgãos e funções da empresa envolvidos no processo, embora subsistam algumas questões no que diz respeito ao ambiente de controlo das principais fases do processo de cálculo das componentes variáveis pagas aos colaboradores do Grupo.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou o procedimento que caracterizou a preparação do Relatório Anual sobre a política de remuneração e os honorários pagos aos órgãos de supervisão estratégica, gestão e controlo e ao pessoal do BFF Banking Group, como parte da divulgação exigida nos termos do artigo 123.º-ter do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 1998 e do artigo 84.º-quarter do Regulamento dos Emitentes, que está dividido em duas secções:

- A primeira secção contém a política de remuneração do BFF Banking Group para 2024 e será submetida a aprovação na próxima Assembleia de Acionistas. Foi objeto de uma extensa revisão, com um aumento da transparência, especialmente

no que se refere à remuneração por desempenho, a uma maior divulgação dos KPI e dos respetivos limiares de acesso aos objetivos MBO e LTI, bem como à divulgação dos objetivos ESG.

- A segunda descreve os métodos com que a política de remuneração em vigor em 2023 foi implementada durante esse ano, fornecendo um saldo final da remuneração efetivamente paga. Foi implementada com uma maior divulgação sobre os objetivos financeiros e de ESG subsequentes relacionados com os MBO de 2023, e pormenoriza as alterações ao contrato do Diretor Executivo e ao acordo de liquidação.

o) Relatórios, petições, omissões ou ações censuráveis, pareceres emitidos e iniciativas tomadas

Durante 2023, e até à data de preparação deste relatório, não foram recebidas quaisquer denúncias nos termos do artigo 2408.º do Código Civil italiano.

O Grupo recebeu queixas e denúncias durante o ano, que foram geridas e periodicamente comunicadas pela Função de Conformidade e CBC. O número de queixas aceites é marginal em relação à atividade desenvolvida. Em 2023, a Empresa-mãe recebeu 4 reclamações, nenhuma das quais foi aceite, o BFE de Espanha aceitou 17 reclamações e o BFF Bank Spotka Akcyina Odzlat w Polsce 42, não tendo sido recebidas quaisquer reclamações pelo BFF Polska e suas subsidiárias, pela Sucursal de Portugal ou pelo BFF Finance Iberia S.A.

Não foram recebidas quaisquer denúncias de acontecimentos censuráveis. De qualquer modo, o Conselho refere que:

- Em 2022, a CONSOB deu início a um procedimento por alegadas violações das obrigações de divulgação de informações ao mercado previstas no artigo 17.º do MAR e artigo 114.º, n.º 1, da Lei Consolidada das Finanças. Em 20 de março de 2023, após a apresentação pelo Banco dos seus memorandos e contra-argumentos, a Consob notificou o Banco da aplicação de uma coima de 15 000,00 euros. O Banco interpôs um recurso contra esta decisão, cujo resultado ainda está pendente.
- Durante o segundo semestre de 2022, o Banco de Itália deu início a um processo sancionatório nos termos do artigo 145.º da Lei Consolidada da Atividade Bancária por alegada violação das políticas e práticas de remuneração e incentivos nos termos do artigo 53.º n.º 1, alíneas b) e d) da Lei Consolidada da Atividade Bancária, processos que terminaram em 9 de junho de 2023 sem a imposição de sanções.

No decurso das atividades realizadas e com base nas informações obtidas, não se verificaram omissões importantes, ações condenáveis, outras discrepâncias ou, em qualquer caso, circunstâncias significativas que exijam a apresentação de relatórios às Autoridades de Supervisão ou a inclusão no presente relatório para além do que já foi apresentado.

*p) Pareceres do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas*

Durante o ano, e até à data de elaboração do presente Relatório, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas emitiu os pareceres e formulou as observações que lhe foram atribuídas ao abrigo dos regulamentos em vigor e das Disposições de Supervisão para bancos e empresas cotadas.

*q) Governança*

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas reconhece que o «Relatório sobre a Governança Corporativa e a Estrutura de Propriedade» ilustra o modelo de governança adotado e a sua conformidade com o Código de Governo Societário promovido pela Borsa Italiana, aprovado pela última vez em 2020, e descreve o cumprimento das recomendações constantes da carta do Presidente da Comissão de Governo Societário.

Durante o exercício de 2023, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas também realizou uma auditoria sobre a correta aplicação dos critérios e procedimentos para avaliar os requisitos de independência dos membros do Conselho de Administração, nos termos da Lei Consolidada das Finanças, o Código de Governo Societário e o Decreto de Aptidão e Adequação. Para esse efeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas reconhece que, com base na documentação e declarações fornecidas por cada Administrador, tanto a Comissão de Nomeações como o Conselho de Administração realizaram auditorias sobre a independência dos Administradores.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou que o «Regulamento do Administrador Independente» foi aprovado em 2023, cujos trabalhos prosseguiram durante o ano.

No último trimestre de 2023, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas acompanhou o processo de autoavaliação do Conselho de Administração, que foi realizado com o apoio de um consultor externo e concluído em 6 de outubro de 2023, constatando que as atividades desenvolvidas e o seu processo eram formalmente adequados.

Além disso, em 26 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou as Diretrizes para os Acionistas relativas à Composição Qualitativa e Quantitativa do Conselho de

Administração e para a Elaboração da lista do Conselho de Administração. Os pormenores encontram-se descritos no Relatório sobre a Governança, para o qual o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas remete igualmente para informação sobre as suas conclusões.

*r) Conclusões*

Com base nas atividades de supervisão levadas a cabo pelo Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, tal como descrito acima, podemos afirmar razoavelmente que as atividades da Empresa foram realizadas em 2023 em conformidade com a lei e os Estatutos e que as estruturas organizacionais, administrativas e contabilísticas, bem como o seu funcionamento prático, eram adequados.

A Direção leu os relatórios emitidos a 28 de março de 2024 pelos Auditores Independentes, nos termos dos artigos 14.º e 16.º do Decreto Legislativo italiano 39/2010, sobre as Demonstrações Financeiras Separadas do Banco e sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banking Group em 31 de dezembro de 2023, que expressam um parecer positivo sem quaisquer observações ou comentários, ou pedidos de informação adicional. Estes também emitem um parecer sobre a consistência e a conformidade do Relatório relativo às Operações dos Administradores com as demonstrações financeiras de acordo com o artigo 14.º, parágrafo 2, alínea e), do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010.

Na mesma data, os Auditores Independentes emitiram o seu relatório sobre a Divulgação Consolidada Não Financeira, que não continha observações dignas de registo.

Tendo em conta o exposto, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas não tem razões para se opor, nas matérias da sua competência, à aprovação das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2023 e à respetiva proposta de afetação dos resultados do exercício, tal como proposta pelo Conselho de Administração.

Os Revisores Oficiais de Contas recordam que os seus mandatos estão a terminar e, por conseguinte, convidam a deliberar sobre esta matéria também à luz das diretrizes relativas à composição qualitativa e quantitativa do Conselho e à remuneração dos membros publicadas no sítio Web da empresa.

Milão, 28 de março de 2024

Conselho dos Revisores Oficiais de Contas

Nicoletta Paracchini [assinatura]

Fabrizio Di Giusto [assinatura]

Paolo Carbone [assinatura]



05

Relatório dos Auditores  
Independentes



[logo]

(As demonstrações financeiras separadas traduzidas do BFF Bank S.p.A. constituem uma versão não oficial que não está em conformidade com as disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão. Este relatório dos auditores independentes foi traduzido para inglês exclusivamente para efeitos de conveniência dos leitores internacionais. Consequentemente, apenas a versão original italiana é autorizada).

## Relatório dos auditores independentes nos termos do artigo 14.º do Decreto Legislativo n.º 39 de 27 de janeiro de 2010 e do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537 de 16 de abril de 2014

Aos acionistas do BFF Bank S.p.A.

### Relatório da auditoria às demonstrações financeiras separadas

#### Parecer

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras separadas do BFF Bank S.p.A. (o «banco»), que incluem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos rendimentos e as demonstrações do rendimento integral, as alterações no capital próprio e fluxos de caixa para o exercício findo nessa data e as notas correspondentes, que incluem informações relevantes sobre as políticas contabilísticas.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas apresentam de forma verídica e legítima a posição financeira do BFF Bank S.p.A. a 31 de dezembro de 2023, bem como o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa para o exercício findo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aprovadas pela União Europeia e os regulamentos italianos de aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo n.º 38/05 e do artigo 43.º do Decreto Legislativo n.º 136/15.

#### Fundamento para o parecer

Conduzimos a auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA Itália). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas com mais pormenor na secção «Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras separadas» do nosso relatório. Somos independentes do banco de acordo com as regras e normas de ética e independência aplicáveis à auditoria das demonstrações financeiras em Itália. Somos da opinião de que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para servirem de base ao nosso parecer sem ressalvas.

#### Questões-chave da auditoria

As questões-chave de auditoria são aquelas que, segundo a nossa apreciação profissional, foram as mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras separadas do exercício corrente. Estas questões foram tratadas como um todo no contexto da nossa auditoria às demonstrações financeiras separadas, e na formulação do nosso parecer sobre as mesmas, e não preferimos um parecer separado sobre as mesmas.

[logo]

#### BFF Bank S.p.A.

Relatório dos Auditores Independentes  
31 de dezembro de 2023

#### Reconhecimento de juros de mora sobre empréstimos produtivos e valores a receber adquiridos sem recurso

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.3 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações separadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.15 «Outras informações - Critério de reconhecimento do rédito»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da posição financeira - Ativos»: secção 4 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações separadas «Parte C - Demonstração dos rendimentos»: parágrafo 1.2 «Juros e rendimentos similares: outras informações»

Questão-chave da auditoria	Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria
Na mensuração dos empréstimos concedidos e dos valores a receber de clientes adquiridos sem recurso, o administrador inclui os juros de mora estimados considerados recuperáveis, de acordo com o Documento n.º 7 relativo ao tratamento dos juros de mora ao abrigo do Decreto Legislativo n.º 231/2002 sobre empréstimos concedidos e valores a receber adquiridos sem recurso, emitido conjuntamente pelo Banco de Itália, pela Consob (a Comissão italiana para as empresas cotadas e a bolsa de valores) e pelo IVASS (o organismo italiano de supervisão dos seguros privados) em 9 de novembro de 2016. Concentrámo-nos nesta questão porque:	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

• obter uma compreensão dos processos e do ambiente informático do banco em relação à estimativa dos juros de mora;

• analisar os modelos de estimativa de juros de mora utilizados e verificar a razoabilidade dos principais pressupostos e variáveis neles incluídos;

• avaliar a adequação das divulgações sobre os juros de mora.

- a quantia escriturada de juros de mora não cobrados é significativa;
  - os parâmetros utilizados para estimar essa indemnização exigem a utilização de valores históricos estatisticamente fiáveis, com base nos fluxos de caixa e nos prazos de cobrança observados à data de relato;
  - exige a apreciação por parte dos administradores.
- A complexidade do processo de estimativa dos administradores foi afetada pelas incertezas em curso que têm impacto nas condições económicas atuais e nos potenciais cenários macroeconómicos futuros, com efeitos potencialmente significativos decorrentes do mercado energético, das cadeias de abastecimento, da pressão inflacionista e dos efeitos das políticas monetárias sobre as taxas de juro.
- Pelas razões expostas, somos da opinião que o reconhecimento dos juros de mora de empréstimos produtivos e valores a receber adquiridos sem recurso é uma questão-chave da auditoria.

[logo]

**BFF Bank S.p.A.**Relatório dos Auditores Independentes  
31 de dezembro de 2023**Reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação («40 euros»)**

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.3 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da posição financeira - Ativos»: secção 4 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte C - Informação sobre a demonstração dos rendimentos»: secção 14.2 «Outros rendimentos operacionais: desagregação»

**Questão-chave da auditoria****Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria**

Em conformidade com a Diretiva 2011/7/UE do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, que estabelece que o credor tem o direito de obter do devedor, no mínimo, um montante fixo de 40 euros a título de indemnização pelos custos de recuperação, desde 2018, os administradores reclamam aos seus devedores 40 euros por cada fatura vencida a título de indemnização de montante fixo por custos de recuperação.

Na sua decisão de 20 de outubro de 2022, o Tribunal de Justiça da União Europeia confirmou o direito do Banco a recuperar 40 euros por cada fatura.

Com base na sua análise das tendências históricas das indemnizações cobradas, os administradores obtiveram uma estimativa fiável do montante a cobrar. Por conseguinte, a partir das demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022, decidiram reconhecer a indemnização acima referida num regime de acréscimo, com base na mesma percentagem de cobrança adotada no modelo de juros de mora.

À data do relato, os administradores reconheceram a indemnização estimada acumulada durante o exercício no valor de 15 milhões de euros.

Concentrámo-nos nesta questão porque:

- os parâmetros utilizados para estimar essa indemnização exigem a utilização de valores históricos estatisticamente fiáveis, com base nos fluxos de caixa e nos prazos de cobrança observados à data de relato;
- exige a apreciação por parte dos administradores.

Pelas razões acima expostas, consideramos que o reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros) num regime de acréscimo é uma questão-chave da auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- obter uma compreensão dos processos e do ambiente informático da Empresa-mãe em relação à estimativa da indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros);
- analisar os modelos utilizados para estimar a indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros) e verificar a razoabilidade dos principais pressupostos e variáveis neles incluídos;
- verificar, com base numa amostra, a exatidão dos registos contabilísticos;
- avaliar a adequação das informações sobre o reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros).

[logo]

**BFF Bank S.p.A.**Relatório dos Auditores Independentes  
31 de dezembro de 2023**Recuperabilidade da quantia escriturada dos investimentos nas subsidiárias**

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.5 «Investimentos em capitais próprios»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da posição financeira - Ativos»: Secção 7 «Investimentos em capitais próprios»

**Questão-chave da auditoria****Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria**

As demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023 incluem investimentos nas subsidiárias BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, Unione Fiduciaria, BFF Immobiliare S.r.l. e BFF Techlab S.r.l. reconhecidos a um custo de 109,2 milhões de euros, 32,7 milhões de euros, 8,6 milhões de euros, 4 milhões de euros e 0,4 milhões de euros, respetivamente, representando 1,3 % do ativos totais.

À data de cada relatório, os administradores verificam a existência de provas de que estes investimentos em capitais próprios podem ser objeto de imparidade.

Se forem identificados indicadores de imparidade, os administradores sujeitam estes investimentos em capitais próprios a um teste de imparidade, comparando a quantia escriturada com a quantia recuperável da unidade geradora de caixa («UGC»), calculada utilizando métodos de avaliação adequados às circunstâncias, com a assistência de consultores externos.

A complexidade do processo de estimativa dos administradores foi afetada pelas incertezas em curso que têm impacto nas condições económicas atuais e nos potenciais cenários macroeconómicos futuros, com efeitos potencialmente significativos decorrentes do mercado energético, das cadeias de abastecimento, da pressão inflacionista e dos efeitos das políticas monetárias sobre as taxas de juro.

Considerando a materialidade da rubrica das demonstrações financeiras e o elevado nível de estimativa necessário para mensurar a quantia recuperável dos investimentos em capitais próprios, somos da opinião que a recuperabilidade da quantia escriturada dos investimentos em subsidiárias é uma questão-chave da auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- obter uma compreensão do processo adotado para mensurar os investimentos nas subsidiárias e identificar quaisquer indicadores de imparidade relacionados;
- obter uma compreensão do processo adotado para preparar os testes de imparidade aprovados pelos administradores do banco; analisar os principais pressupostos utilizados pelos administradores para determinar a quantia recuperável dos investimentos em capitais próprios. As nossas análises incluíram, para cada investimento em capitais próprios, a verificação dos indicadores de imparidade e dos pressupostos subjacentes aos modelos de avaliação e a comparação dos principais pressupostos utilizados com a informação externa, quando disponível;
- avaliar a adequação das divulgações sobre investimentos em subsidiárias e o respetivo teste de imparidade.

[logo]

**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores Independentes  
31 de dezembro de 2023

#### Mensuração de ativos intangíveis com vida útil definida

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.7 «Ativos intangíveis»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da posição financeira - Ativos»: Secção 9 «Ativos intangíveis»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte C - Informação sobre a demonstração dos rendimentos»: secção 13 «Amortização e perdas por imparidade em ativos intangíveis»

#### Questão-chave da auditoria

#### Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria

Para além da concentração de atividades empresariais com o DEPO- Bank S.p.A., que ocorreu em 2021, e da conclusão do procedimento de PPA, os administradores reconheceram um ativo intangível com uma vida útil definida de 25,7 milhões de euros relativo a contratos com clientes.

Os contratos com clientes ascendem a 19 milhões de euros nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023. As amortizações e perdas líquidas por imparidade relacionadas com ativos intangíveis com uma vida útil definida reconhecidas nos lucros ou perdas durante o ano totalizam 2,7 milhões de euros e compreendem unicamente encargos de amortização.

A complexidade do processo de estimativa dos administradores foi afetada pelas incertezas em curso que têm impacto nas condições económicas atuais e nos potenciais cenários macroeconómicos futuros, com efeitos potencialmente significativos decorrentes do mercado energético, das cadeias de abastecimento, da pressão inflacionista e dos efeitos das políticas monetárias sobre as taxas de juro. Pelas razões expostas, somos da opinião que a mensuração de ativos intangíveis com uma vida útil definida é uma questão-chave da auditoria.

- obter uma compreensão do processo utilizado para elaborar o plano a longo prazo do Banco, aprovado pelos administradores;
- verificar quaisquer discrepâncias entre os valores históricos do exercício anterior e os do plano de negócios, a fim de verificar a exatidão do processo de previsão;
- avaliar as condições que conduzem à imparidade;
- analisar os critérios utilizados para identificar as UGC e rastrear as quantias escrituradas dos ativos e passivos afetados às demonstrações financeiras separadas;
- avaliar a adequação das divulgações sobre ativos intangíveis com uma vida útil definida e os respetivos testes de imparidade.

#### Responsabilidades dos administradores do banco e do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas («Collegio Sindacale») para as demonstrações financeiras separadas

Os administradores são responsáveis pela elaboração de demonstrações financeiras separadas que dão uma visão verídica e fidedigna em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aprovadas pela União Europeia e os regulamentos italianos de aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo n.º 38/05 e o artigo 43.º do Decreto Legislativo n.º 136/15 e, nos termos estabelecidos pela lei italiana, para o controlo interno que determinarem ser necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade do banco para assegurar a continuidade das operações e, pela utilização adequada do princípio da continuidade das operações na elaboração das demonstrações financeiras separadas e pela adequação das divulgações relacionadas. A utilização deste princípio de contabilidade é apropriada, a menos que os administradores sejam da opinião que existem condições para liquidar o banco ou cessar as operações, ou que não têm outra alternativa realista senão fazê-lo.

O Collegio Sindacale é responsável por supervisionar, dentro dos termos estabelecidos pela lei italiana, o processo de relato financeiro do Banco.

[logo]

**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2023

#### Responsabilidades dos auditores na auditoria das demonstrações financeiras separadas

Os nossos objetivos consistem em obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras separadas, consideradas em conjunto, estão isentas de distorções materiais, independentemente se causadas por fraude ou erro, bem como emitir um relatório de auditoria que contenha o nosso parecer. Uma garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com a ISA Itália detetará sempre uma distorção material, caso exista.

As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, for razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras separadas.

Como parte de uma auditoria em conformidade com a ISA Itália, exercemos uma apreciação profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras separadas, independentemente se causadas por fraude ou erro, planeamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, e obtemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas para fundamentar o nosso parecer. O risco de não deteção de uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de uma distorção material resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou a anulação dos controlos internos;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de conceber procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno do banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e das divulgações conexas efetuadas pelos administradores;
- Retiramos conclusões sobre a adequação do uso, por parte dos administradores, do princípio da continuidade das operações e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do banco para assegurar a continuidade das operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso relatório de auditoria para as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras separadas ou, se essas divulgações forem inadequadas, alterar o nosso parecer. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtidas até à data do nosso relatório de auditoria. Contudo, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o banco deixe de conseguir assegurar a continuidade das operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo gerais das demonstrações financeiras separadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras separadas representam as transações e eventos subjacentes de uma forma que permita uma apresentação justa.

Comunicamos com os responsáveis pela governação, identificados ao nível adequado de acordo com o exigido pela ISA Itália, relativamente, entre outras questões, ao âmbito e calendário previstos para a auditoria e às conclusões significativas da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Também fornecemos aos responsáveis pela governação uma declaração de que cumprimos as regras e normas de ética e independência aplicáveis em Itália e comunicamos-lhes todas as relações e outras questões que possam razoavelmente ser consideradas como afetando a nossa independência e, quando aplicável, as medidas tomadas para eliminar essas ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Das questões comunicadas com os responsáveis pela governação, determinamos as que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras separadas do exercício em curso e que são, portanto, as questões-chave da auditoria. Estas questões são descritas no presente relatório.

[logo]

**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2023

#### **Outras informações exigidas pelo artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/14**

A 2 de abril de 2020, os acionistas do banco nomearam-nos para realizar a revisão legal das suas demonstrações financeiras separadas e consolidadas em e para o período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2029.

Declaramos que não prestamos serviços proibidos não relacionados com a auditoria referidos no artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 537/14 e que permanecemos independentes do banco na realização da revisão legal de contas.

Confirmamos que o parecer sobre as demonstrações financeiras separadas aqui expresso é coerente com o relatório adicional ao *Collegio Sindacale*, na sua qualidade de comissão de auditoria, elaborado em conformidade com o artigo 11.º do Regulamento acima mencionado.

#### **Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares**

##### ***Parecer sobre o cumprimento das disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão***

Os administradores do Banco são responsáveis pela aplicação das disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação sobre a especificação de um formato eletrónico único de comunicação (ESEF) às demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023 a incluir no relatório financeiro anual.

Realizámos os procedimentos exigidos pela Norma de Auditoria (SA Itália) N.º 700B a fim de emitir um parecer sobre a conformidade das demonstrações financeiras separadas com o Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas no formato XHTML em conformidade com as disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão.

##### ***Parecer nos termos do artigo 14.º, n.º 2, alínea e), do Decreto Legislativo n.º 39/10 e do artigo 123.º-bis, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/98***

Os administradores do banco são responsáveis pela elaboração dos relatórios sobre as operações e sobre o governo societário e estrutura de propriedade a 31 de dezembro de 2023 e pela coerência de tais relatórios com as respetivas demonstrações financeiras separadas e a sua conformidade com a lei aplicável.

Realizámos os procedimentos exigidos pela Norma de Auditoria (SA Itália) N.º 720B para emitirmos um parecer sobre a coerência do relatório relativos às operações e as informações específicas apresentadas no relatório sobre o governo societário e estrutura de propriedade referido no artigo 123.º-bis, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/98 com as demonstrações financeiras separadas do grupo em 31 de dezembro de 2023 e a sua conformidade com a lei aplicável, bem como declarar se identificámos distorções materiais.

Na nossa opinião, o relatório relativo às operações e as informações específicas incluídas no relatório de governo societário e estrutura de propriedade acima referido são consistentes com as demonstrações financeiras separadas do banco em 31 de dezembro de 2023 e foram elaborados em conformidade com a lei aplicável.

7

[logo]

**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2023

Relativamente à declaração acima referida exigida pelo artigo 14.º, n.º 2, alínea e), do Decreto Legislativo n.º 39/10, com base no nosso conhecimento e entendimento da entidade e do seu ambiente obtidos durante a nossa auditoria, nada temos a relatar.

Milão, 28 de março de 2024.

KPMG S.p.A.

(assinado no original)

Roberto Spiller  
Diretor de Auditoria

8

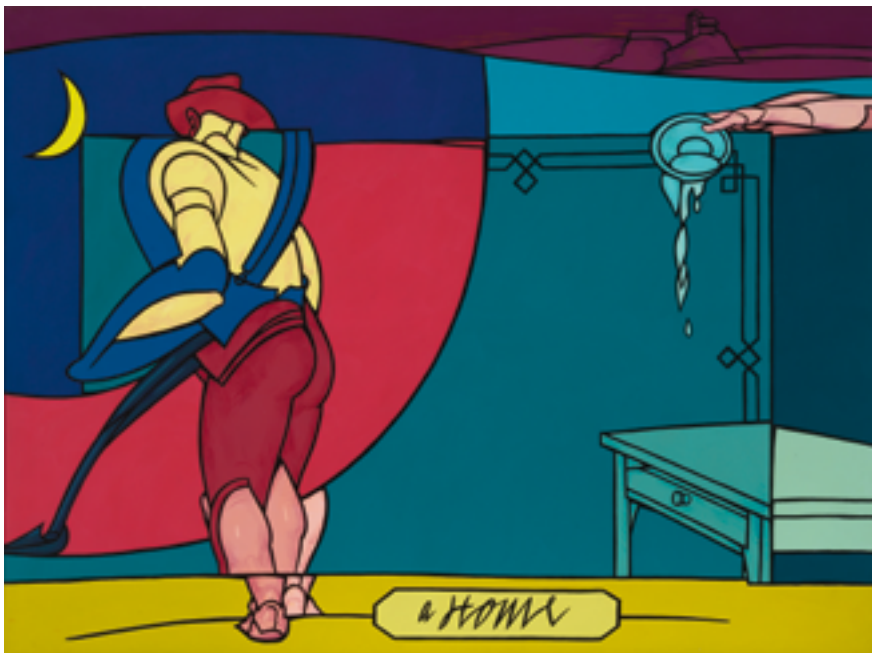
## Resoluções da Assembleia Ordinária de Acionistas

«A Assembleia de Acionistas do BFF Bank S.p.A., tendo considerado o Relatório relativo às Operações apresentado pelo Conselho de Administração, o Relatório do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas e o Relatório dos Auditores Independentes, e tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e tendo considerado as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo,

**decidiu**

- i) aprovar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, juntamente com o Relatório relativo às Operações apresentado pelo Conselho de Administração, as quais reportam um lucro líquido do exercício no valor de 131 360 488 euros.»





**Valerio Adami, «A Home - Nocturne», 1990**

*180x240 cm, Acrílico sobre tela*

*Coleção BFF*



**The works of art reproduced in this report were created by the artist Valerio Adami, and they are part of BFF's contemporary art collection.**

The entire collection of about 250 works from the post-war period to the early 2000s created by artists such as Valerio Adami, Enrico Baj, Alberto Burri, Hsiao Chin, Mario Schifano, Arnaldo Pomodoro and Joe Tilson is permanently on display at BFF's Italian offices in Milan and Rome.

In 2019, the Bank launched a collection digitalization and reconditioning project, involving a number of initiatives, including a traveling exhibit throughout Europe, accompanied by publications in English to promote Italian culture and art abroad.

Furthermore, since January 2023, a new volume has been available which draws its inspiration from the collection: "*Italian and American Art – An Interaction – 1930s–1980s*", dedicated to the mutual fascination between Italian art and American art.

The new phase of the project follows up on the traveling exhibit presented in Europe with new stops in the United States as well in 2024, and culminates in the museum area at the new Bank headquarters being built in Milan.

BFF's commitment in the cultural realm is the result of its sense of responsibility to the community and Italian artistic heritage, and its desire to return part of the value that BFF generates to society, in line with the Group's social and sustainability policies.

[www.art-factor.eu](http://www.art-factor.eu)

This document, prepared only to facilitate the reading of the Financial Statements, represents a supplementary version to the official one compliant with Directive 2004/109/EC ("Transparency Directive") and Delegated Regulation (EU) 2019/815 ("European Single Electronic Format - ESEF Regulation") published on the website at [www.bff.com](http://www.bff.com).

**BFF Bank S.p.A.**

Parent of the BFF Banking Group  
Registered Office in Milan - Via Domenichino 5  
Share Capital €144,157,893.80 (fully paid-in)  
Milan Company Register No.,  
Tax Code and VAT No. 07960110158

Financial statements  
and reports

**2023**

39th financial year

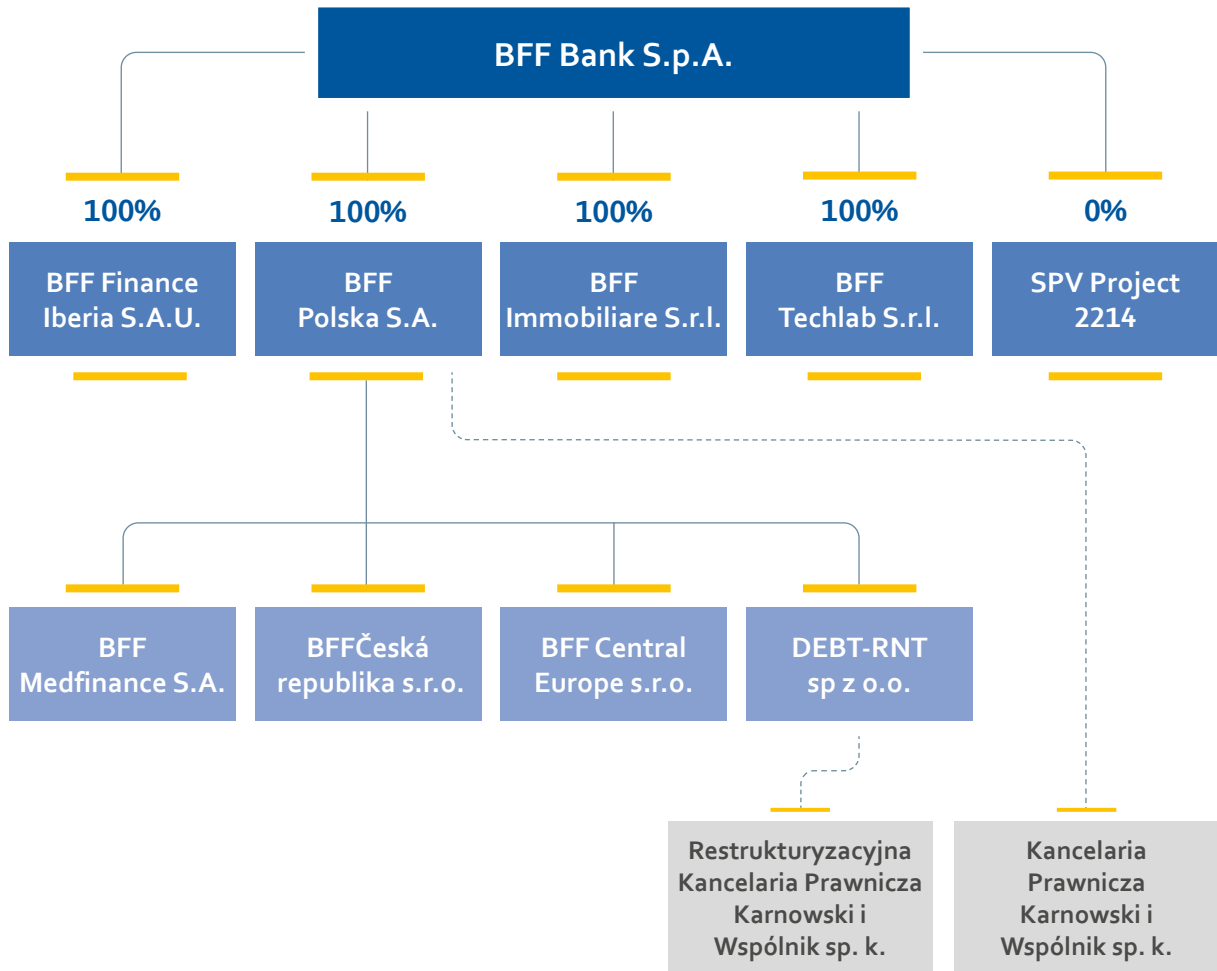
# Contents

Group Structure	4
Corporate bodies at December 31, 2023	7
Letter from the Chairman of the Board of Directors	10
<b>01 Report on Operations</b>	<b>13</b>
1. The Evolution of BFF: a story of success and constant value creation	14
2. Operational context and significant events	23
3. Operating performance	37
4. Bank's Objectives and Policies on the Assumption, Management and Hedging of Risks	66
5. Internal Control System	71
6. Other information	75
7. Share Capital, Shareholder Structure, Shareholder Resolutions, and Share Performance	79
8. Business outlook	83
9. Distribution of BFF Bank S.p.A.'s profit	84
10. Proposal to the Shareholders' Meeting	85
<b>02 Separate Financial Statements</b>	<b>88</b>
Statement of Financial Position	90
Income Statement	92
Statement of Comprehensive Income	93
Statement of Changes in Equity	94
Statement of Cash Flows	96
Notes to the Financial Statements	98
Part A - Accounting policies	99
Part B - Information on the statement of financial position	145
Part C - Information on the Income Statement	191
Part D - Comprehensive income	209
Part E - Information on risks and related hedging policies	211



Part F - Information on Equity	266
Part G - Business combinations of companies or business units	275
Part H - Transactions with related parties	276
Part I - Share-Based Payments	279
Part M - Lease reporting	281
Other information	283
<b>03</b> Certification by the Financial Reporting Officer	<b>285</b>
<b>04</b> Report of the Board of Statutory Auditors	<b>288</b>
<b>05</b> Report of the Independent Auditors	<b>321</b>
Resolutions of the Ordinary Shareholders' Meeting	<b>330</b>

## Group Structure



## Corporate Bodies as of December 31, 2023

### BOARD OF DIRECTORS

<b>Chairperson</b>	Salvatore Messina	
<b>Chief Executive Officer</b>	Massimiliano Belingheri	
<b>Vice Chairperson</b>	Federico Fornari Luswergh	
<b>Directors</b>	Anna Kunkl Michaela Aumann Piotr Henryk Stępnik	Domenico Gammaldi Monica Magri Giovanna Villa

The Board of Directors will remain in office until the Shareholders' Meeting that will approve the Financial Statements at December 31, 2023.

### ROLE OF BOARD OF DIRECTORS MEMBERS AND INDEPENDENCE REQUIREMENTS

NAME	OFFICE HELD IN BFF	EXECUTIVE	NON-EXECUTIVE	INDEPENDENCE
Salvatore Messina	Chairperson		✓	
Federico Fornari Luswergh	Vice Chairperson		✓	
Massimiliano Belingheri	Chief Executive Officer	✓		
Anna Kunkl	Director		✓	✓
Michaela Aumann	Director		✓	✓
Piotr Henryk Stępnik	Director		✓	
Domenico Gammaldi	Director		✓	✓
Monica Magri	Director		✓	✓
Giovanna Villa	Director		✓	✓

The composition of BFF's Board of Directors meets the diversity and gender criteria and ensures the presence of a consistent number of Non-executive and/or independent directors, recommended by the Corporate Governance Code as set out in the Corporate By-laws, the Board of Directors' Regulations most recently approved by the Board on June 27, 2023 and the Board of Directors' Diversity Policy, most recently approved by the Board on July 28, 2021.

## **BOARD OF STATUTORY AUDITORS**

<b>Chairperson</b>	Nicoletta Paracchini
<b>Standing Auditors</b>	Fabrizio Riccardo Di Giusto Paolo Carbone
<b>Alternate Auditors</b>	Carlo Carrera Francesca Masotti

The Board of Statutory Auditors will remain in office until the Shareholders' Meeting that will approve the financial statements as of December 31, 2023.

## **INDEPENDENT AUDITORS**

KPMG S.p.A.

## **FINANCIAL REPORTING OFFICER**

Giuseppe Manno

## Composition of the board committees as of December 31, 2023

### REMUNERATION COMMITTEE

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Giovanna Villa	Independent Director	Chairperson
Domenico Gammaldi	Independent Director	Committee Member
Piotr Henryk Stepniak	Non-Executive Director	Committee Member

### COMMITTEE FOR THE EVALUATION OF TRANSACTIONS WITH RELATED PARTIES AND ASSOCIATED ENTITIES

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Anna Kunkl	Independent Director	Chairperson
Giovanna Villa	Independent Director	Committee Member
Michaela Aumann	Independent Director	Committee Member

### NOMINATIONS COMMITTEE

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Domenico Gammaldi	Independent Director	Chairperson
Monica Magri	Independent Director	Committee Member
Federico Fornari Luswergh	Non-Executive Director	Committee Member

### CONTROL AND RISKS COMMITTEE<sup>(\*)</sup>

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Michaela Aumann	Independent Director	Chairperson
Domenico Gammaldi	Independent Director	Committee Member
Federico Fornari Luswergh	Non-Executive Director	Committee Member

(\*) As of 2020, the Board of Directors assigned the following responsibilities in the Environment, Social and Governance ("ESG") area to the Control and Risks Committee: investigative, advisory and propositional functions, and more generally support to the Board of Directors on sustainability issues, including the periodic review of updates on the progress of sustainability measures and the consequent impact on the NFS. Furthermore, since 2023, in order to incorporate the provisions introduced by the Bank of Italy's Supervisory expectations for ESG climate-related and environmental risks published on April 8, 2022 in line with analogous ECB initiatives and supplemented on November 24, 2022, the Control and Risks Committee has also supported the Board of Directors in approving the strategic aims and policies on sustainability, including the model for social and cultural responsibility and combating climate change, contributing towards ensuring better risk oversight and taking into account the objectives of the robust and sustainable creation and distribution of value for Bank stakeholders.



## Letter from the Chairman of the Board of Directors

Dear Shareholders,

The report to the financial statements is always a valuable occasion to consider the main events characterizing the past year at macroeconomic level, and as a result the life of the Bank, and to reflect on our path of growth.

2023 saw significant geopolitical tensions, starting from the continuation of the conflict between Russia and Ukraine, until the outbreak of the Israel-Palestine conflict. From the macroeconomic perspective, during the year there was a widespread net decline in inflation, achieved thanks to lower energy prices and the decisive action of central banks, which raised official interest rates multiple times. Global economic growth slowed, held back by the difficulties experienced in the manufacturing sector.

In the Eurozone, more restrictive lending conditions and modest foreign demand weighed down on economic activity, and will continue to do so in 2024. The outlooks are particularly weak for the manufacturing and construction sectors, which have been adversely affected by lower foreign demand and high interest rates.

At global level, growth should remain limited in the short term, to then recover as a result of the increase in real income triggered by easing inflation.

In Italy, economic growth and inflation slowed considerably, reflecting the decline in both domestic and foreign demand; our significant exposure to the manufacturing industry penalized us with respect to the majority of European countries. However, despite the economic downturn, public accounts have remained under control, net debt in relation to GDP has reduced and, for the third consecutive year, the debt/GDP ratio has also dropped.

Expectations of an economic soft landing and an inversion of monetary policies towards a more expansionary approach resulted in brilliant stock market performance and positive overall performance in the bond markets. The decline in BTP yields caused the Italian Stock Exchange to stand out as the best market amongst the main markets in the Eurozone, driven by a banking sector rally. Banks benefited from the sharp improvement in profitability resulting from favorable net interest income trends. Furthermore, capital ratios improved: as shown by the stress test performed by the Bank of Italy, supervised banks overall would be capable of weathering the impact of adverse macroeconomic scenarios.

For BFF, 2023 was an important year, in which we celebrated the first 10 years since the Group's transformation into a Bank, in 2013. Ten years have passed, during which BFF has grown and expanded at an exceptional pace, becoming a leading European Banking Group with more than 800 employees representing over 20 different nationalities. Rapid, international growth resting on a solid foundation, but also on openness to change. In June 2023, strong from the path we had traveled until that point, we presented our new business plan to 2028, to be and act *"Ever more a bank like no other"*, and our financial targets for 2026.

Looking at our operating segments, again in 2023 **Factoring** continued to display its potential as a tool for risk mitigation and liquidity support for businesses, in the context that we have described until this point, characterized by rising interest rates, high inflation and geopolitical uncertainty.

BFF has doubled down on its commitment to support its customers, offering alternative financial solutions to traditional ones, capable of guaranteeing constant liquidity inflows and a simultaneous reduction in business risk, within a scenario of decreased lending by traditional banks. Thanks to its ability to act as a trusted partner of Public Administration suppliers, BFF has thus continued along the path of growth it embarked upon in previous years.

The Business Plan to 2028 calls for a new branch to be opened in France, which will further consolidate our presence in this market, in which we currently operate under the freedom to provide services.

For the **Payments** sector, the past year was positive: managed volumes continued to rise, and we gained new customers amongst the major Italian banks, particularly in the SEPA (Single Euro Payments Area) segment. Thus, it was borne out that our reference market is increasingly favoring reliance on a "service" bank for non-competitive activities, to lower costs and make them variable while also always remaining at the cutting edge with respect to market requirements. In this area, BFF also reinforced its partnerships and enhanced its value added services.

In the **Securities Services** area, and in particular in the custodian bank service, the results for 2023 surely benefited from good stock market trends and the recovery in the final part of the year recorded in the bond markets. In 2023, we further increasingly consolidated our market share in the Closed-End Pension Funds segment, which today makes us the top custodian in Italy, with a market share of 54.5% by number of Negotiated Funds.

We are focusing on social security institutions, a market which is appealing to us, and which already at the end of 2023 showed signs of change with tenders for custodian services. In this area, BFF offers a full range of services, including customized services, to facilitate the actions and back the mission of institutional investors, which recognize as playing a key role in supporting the real economy.

In Alternative Funds, during the year that just ended we reinforced our market share, acquiring the custodian service for a number of funds, although many of these initiatives will be launched in the course of 2024. Also in the realm of value added services offered to custodian bank customers, the results were positive, particularly as regards the check-IBAN service and supervisory reporting. Looking at the year that just began, we strive to continue to focus on growth in the Social Security Institutions and Alternative Funds segment, and to consolidate our leadership in Pension Funds.

Also for Global Custody services, 2023 was a positive year thanks especially to continued growth in specialized services and the acquisition of new corporate customers for the Paying Agent service.

We continue to be a Group with high asset quality and a very solid capital position, with a Common Equity Tier 1 ratio of 14.2% and a Total Capital Ratio of 19.1%. Regarding BFF's dividend policy, this will continue to be aimed at self-financing the Group's growth and distributing all profits generated in the year in excess of a target capital ratio to shareholders. The distribution of dividends is confirmed twice a year, in August and April, based on the adjusted profit for the first half of the year and the entire year.

The year that just ended was also the year in which the first stone of "Casa BFF" was laid in Milan, in June 2023. Day after day, we witnessed the growth of the Bank's new headquarters, which will be completed by the end of 2024. This is a project we are particularly proud of, and which will lead to the construction of a meeting place, dedicated not only to all Group employees but - with the museum that will host works from our art collection and accessible outdoor spaces - to residents as well.

Alongside the "Casa BFF" project, again this year the Bank continued to be committed to Culture, again in line with our social and sustainability policies. Indeed, at the end of the year we presented a sneak preview of the new volume *"Italian and American Art - An Interaction - 1930s-1980s"*, which is part of the broader BFF project aimed at promoting Italian culture and contemporary art. The book, dedicated to the interaction and mutual fascination between Italian art and American art, draws inspiration from the Bank's works of art, which it began collecting in the mid-1980s. The initiative follows up on the traveling exhibit that crossed Europe over the last two years, and which in 2023 reached Madrid and Lisbon. The exhibit will continue in 2024 with new stops in the US as well: in New York in March and in Washington DC in April and May.

The wealth of these initiatives is a source of inspiration for us. BFF has always recognized art as having the capacity to teach everyone the importance of the imagination, creativity and innovation, which are indispensable tools to accompany the growth of a person, a business and society. We are proud of these and the other sustainability initiatives undertaken by the Group, which are described in the Non-Financial Statement.

Pleased with the goals achieved until this point, we are eagerly looking to the next few months, which will be replete with opportunities and challenges, and we would like to pay special recognition to our employees, customers and investors, who make our Group's performance possible each and every day.

In March 2024, my fourth term of office as Chairman will come to an end. After eleven years in this role, in 2023 I announced that I would not be seeking office again, as I would no longer meet the formal independence requirement established by corporate governance best practices. I am delighted to have participated in BFF's success over the years, starting from its transformation into a bank and until its development into a large listed multinational group.

To conclude, I would like to take this opportunity to express my sincere gratitude to the people who are part of BFF's history, hoping for everyone that this path of growth can continue to be a source of pride and satisfaction.

**Salvatore Messina**





# 01

Report  
on Operations

# 1. The Evolution of BFF: a story of success and constant value creation

## 1985-2009

### BFF is born and establishes itself in the market

Founded by a group of **pharmaceutical companies** to respond to their needs of managing and collecting receivables from the healthcare system, BFF immediately became a **leader in the market**.

## 2010-2014

### Resilient during the crisis, the process of internationalization and transformation begins

Expansion into **new European countries**: in **Spain** in 2010; in **Portugal** in 2014.

BFF products and services are offered to **all suppliers of public bodies**, always in line with the needs of their customers.

It becomes a bank in 2013.

## 2015-2020

### Listing and European leadership

BFF grows in **Central and Eastern Europe** through a major acquisition in **Poland** (2016), and is listed on the **Italian stock exchange** (2017).

The international offer is also present in **Greece, Croatia** and **France**.

The business in Spain is consolidated with the acquisition of **IOS Finance** (2019).

## TODAY

### Leader in specialized finance

BFF is the only pan-European platform – present in nine countries – specialized in the management and non-recourse purchase of trade receivables from the public administration and national health systems.

In 2021, through the merger with DEPObank, it also affirmed its leadership in securities services, as the only Italian custodian bank, and in payment services, distributed to more than 100 banks and PSPs in Italy.

In 2023, as part of the new business plan, it confirmed its willingness to grow in its core business and continue on the path of value creation vis-à-vis its shareholders and all stakeholders.



## BFF 2028: ever more a bank *like no other*

BFF is the largest specialized finance operator in Italy, as well as one of the leaders in Europe, in the management and non-recourse disposal of trade receivables due from Public Administrations, and in the area of Securities Services and payment services.



## OFFER

## OPPORTUNITY

Non-Recourse Factoring

Financing for the public sector and healthcare

Credit Management

€1,000 billion  
of market opportunities  
with potential for volume  
growth in Italy and abroad

Custodian

Global custody

Fund accounting

Transfer agent

Long-term growth  
in assets under  
management and  
administration in Italy

Payment intermediary

Corporate payments

Checks and bills

Epochal transition  
from cash payments  
to digital payments  
in Italy

**ORGANIC  
GROWTH**



## Business Model

The Group operates in Italy, Croatia, France, Greece, Spain and Portugal, where it engages in non-recourse factoring and credit management activities with respect to the Public Administration. It also has operations in Poland, the Czech Republic and Slovakia, offering a diversified range of financial services designed for ensuring access to credit as well as providing liquidity and solvency support to the private system of companies that interface with the Public Administration.

As well as providing the Factoring & Lending services mentioned above the Group is a leader in Italy in Securities Services and banking payment services. It provides these services to more than 400 clients including investment funds, banks, payment and money institutions, large corporations and Public Administrations.

The services offered and the relative benefits for customers are presented below.

**BFF manages operational complexity, facilitates cost reduction and eliminates risks for customers, including through:**

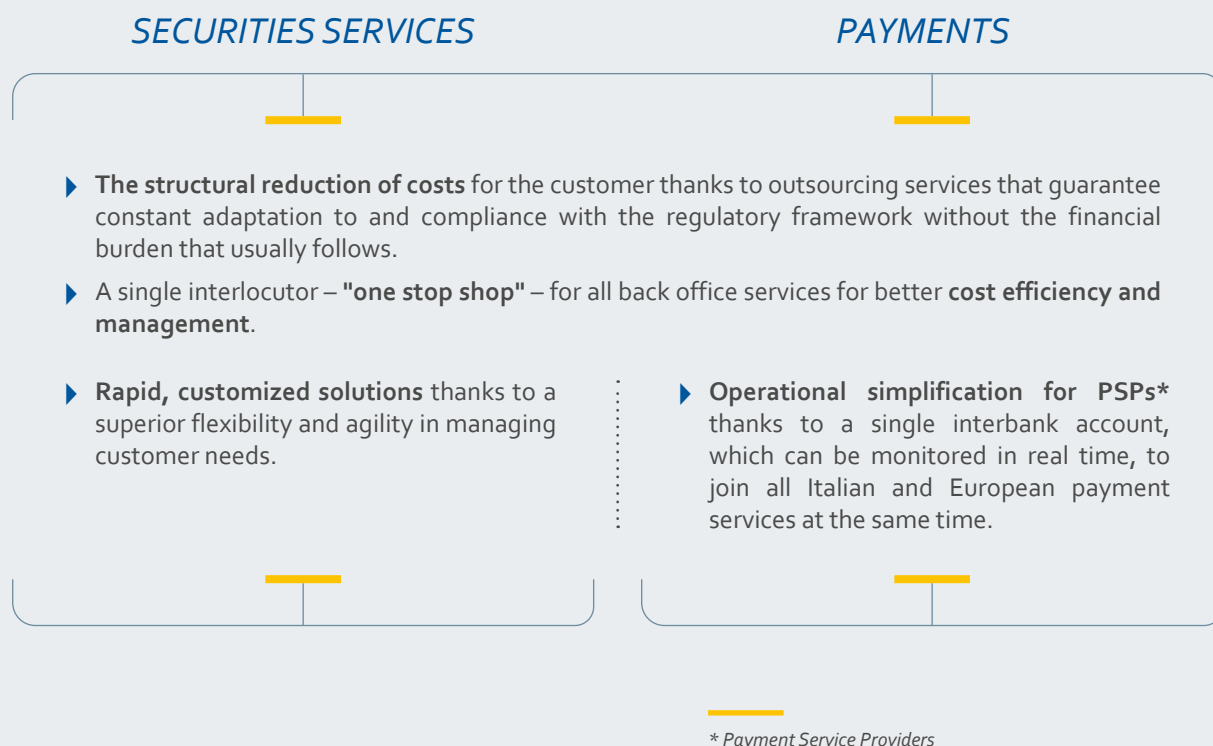
### *FACTORING & LENDING*

- ▶ **The optimization of liquidity** and the management of working capital of private businesses operating with the Public Administration.
- ▶ **Planning and maintenance of a target collection time**, irrespective of the actual payment times of the Public Administrations.
- ▶ **Improvement in financial statements ratios**, thanks to the possibility of definitively deconsolidating exposure to public agencies.
- ▶ **Reduction in operating costs**, thanks to revolving agreements for the assignment of trade receivables and an integrated Business Model that combines non-recourse factoring and credit management services to guarantee the best possible performance on loans and receivables.
- ▶ **Direct funding of public bodies** in Central and Eastern Europe, with vendor finance solutions and loans for medium/long-term investments.
- ▶ **Multi-country operations**, for a better and more efficient management of country risk and the exposure of multinationals to the nine European countries that the Group operates in.

The business model described above is based on core values, such as:

- ▶ honesty;
- ▶ transparency;
- ▶ respect for people;
- ▶ enhancement of resources;

ensuring leadership in innovation and execution in BFF's target markets.



## Our Mission

Work with honesty and transparency, respecting and valuing people, maintaining leadership in innovation, customer service and execution in the markets, with a low risk profile and high operational efficiency.

## Our Vision

Be a leader in specialty finance thanks to a value proposition that is unique in its target markets: a highly specialized and sustainable bank like no other.

## Our Values

Meritocracy, ownership, pursuit of excellence (continuous improvement), results oriented, respect.

## Sustainability of the BFF Banking Group business model

BFF Banking Group pays particular attention to topics linked to sustainability, assessing the impacts that its business and conduct generate in terms of environmental, social and good governance aspects.

Since 2019, BFF has prepared a Consolidated Non-Financial Disclosure, which supplements the Group's consolidated financial statements with the main non-financial data and information.

During 2023, the Group reviewed the materiality assessment process and results, aimed at identifying the most relevant sustainability issues for its business. This process led to the updating of the list of impacts identified using an "Inside-Out" perspective, considering the context in which BFF operates.

In light of the activities carried out, the categorization of impacts into the material topics identified in 2022 was confirmed. This process enabled the consolidation of a framework used to measure progress in the medium term and to build an increasingly quantitative approach to ESG metrics, as well as the cultural dimension and value creation in this area.

## ESG targets achieved in the course of 2023

In line with the objectives declared during the publication of the 2022 Consolidated Non-Financial Disclosure, BFF continued on its path towards the integration of ESG factors into its strategy, with actions aimed at creating long-term value for the benefit of its internal and external stakeholders.

On June 27, 2023, the BFF Bank Board of Directors approved BFF's Business Plan up to 2028. Over the Plan horizon BFF will continue its sustainability commitments, constantly focusing on achieving a positive impact in social, environmental and stakeholder spheres.

BFF is committed to achieving a target of net zero CO<sub>2</sub> emissions by 2026. Thanks to low-impact offices and efficient technology infrastructure. It is expected that by 2026, 80% of employees will work in green buildings (up from 47% today). The new sustainable headquarters, Casa BFF, will be opened by 2024 and will promote better integration between BFF and the surrounding community through a city garden, an outdoor theater, and an art gallery.

Furthermore, BFF is committed to improving its positive impact on the community, including by supporting the goals of the Fast Forward Foundation. BFF will increase its contribution to foundation initiatives based on a new long-term plan founded on the concept of "integrated welfare."

BFF continues to strive for excellence in its governance, a key component being the Board slate selection process, which aims to strengthen the profile of the Board in the interest of all stakeholders.

The BFF team is strongly aligned with stakeholders through incentives that promote meritocracy, accountability, and sustainability, with short-term incentive plans and long-term stock option plans respectively involving 70% and 27% of BFF employees. Sustainable performance metrics are integrated into BFF's compensation policy, promoting gender pay gap reduction, carbon footprint reduction and diversity.

## ESG Rating

BFF has continued to engage in dialog with the main ESG (“Environment, Social, Governance”) rating agencies with a view to continuously improving its performance in the most accredited ESG ratings and increasing coverage.

This approach led to an upgrade in the following ESG risk ratings, for BFF representing further encouragement to continue on its path of sustainable growth.

The BFF Group currently has the following sustainability ratings.

On November 21, 2023, **Standard Ethics** – “Self-Regulated Sustainability Rating”, which issues non-financial sustainability ratings, undertaking to promote the main sustainability and governance standards of the European Union, the OECD and the United Nations – **revised the Bank’s Corporate Standard Ethics Rating (SER) upwards to “E+” from the previous “E”, assigning it a “Positive” outlook.** Standard Ethics highlighted the path undertaken by the Bank in progressively aligning its Sustainability governance tools with the recommendations of the UN, the OECD and the European Union. Furthermore, this alignment took place within a formalized and structural process, in areas relating to Diversity and Inclusion, IT security, the risk of offenses and tax matters. Since 2019, BFF’s ESG (Environmental, Social, Governance) performance has been aligned with sector best practices, and an ESG Committee was introduced in July 2022. The Bank has made a tangible commitment in other areas as well, such as environmental policies and ESG financial topics, currently being implemented through targeted policies or specific measures.



On January 29, 2024, as part of an independent assessment related to the entire BFF Group, the rating company Sustainalytics improved BFF’s ESG risk rating from 18.1 to 17, thus confirming the company’s placement in the “Low Risk” category.



On January 25, 2024, MSCI, a leading international ESG rating company that analyzes about three thousand companies globally, confirmed BFF’s ESG rating at AA.



On February 6, 2024, the rating agency Carbon Disclosure Project (CDP) evaluated the BFF Group’s performance with a score of C (on a scale of A to F). This rating bears witness to the path undertaken in terms of the integration of climate factors into the business, operations and risk framework of the Group, and lays the foundations for the continuous strengthening of the commitments and oversight mechanisms adopted.





## 2. Operational context and significant events

### International Economic Landscape

The year 2023 was marked by a slowdown in growth in the major Western economies and, after the surge of last year, a widespread reduction of the inflation rate driven by lower energy prices. Despite the continuation of the war in Ukraine and the outbreak of the conflict in Palestine, oil and gas prices indeed fell on expectations of a slowdown in global commodity demand. The crisis in the Middle East resulted in only a temporary rise in crude oil prices, due to the fear of a collapse in Iranian exports, which was eased only after the expectation of Tehran's involvement declined, also following deterrent measures undertaken by the United States.

On the other hand, persistent unemployment rates near historic lows have kept core inflation (which excludes the volatile food and energy components) at relatively elevated levels in both the US and the Old World, prompting central banks to tighten monetary policies. Specifically, the Federal Reserve raised the federal funds rate from 4.25% - 4.50% to 5.25% - 5.50%, the Bank of England raised the benchmark rate from 3.50% to 5.25%, and the ECB raised the main refinancing operations rate from 2.50% to 4.50%.

### The European economy

#### THE MAIN MACROECONOMIC INDICATORS OF THE EUROPEAN UNION

Indicators	2021	2022	2023	2024
Real GDP (annual change)	6.0%	3.5%	0.5% <sup>(*)</sup>	0.9% <sup>(*)</sup>
Inflation rate (annual change)	2.7%	8.9%	6.2%	2.7% <sup>(*)</sup>
Unemployment rate	7.1%	6.2%	6.0% <sup>(**)</sup>	6.0% <sup>(**)</sup>
Balance of payments (% of GDP)	3.5%	1.6%	2.6% <sup>(*)</sup>	2.8% <sup>(*)</sup>
Public Budget Balance (% of GDP)	-4.7%	-3.3%	-3.2% <sup>(*)</sup>	-2.9% <sup>(*)</sup>

(\*) Consensus estimates from Bloomberg, updated at 01/26/2024.

(\*\*) European Commission estimates of November 2023.

In 2023, economic growth slowed in the European Union, impacted by the restrictive approach of monetary policy and weak foreign demand. The manufacturing sector in particular appeared to be in crisis, with industrial output declining and business pessimism, which had already emerged in the second half of the previous year, accentuating. On the demand side, consumption was stagnant - although household confidence improved thanks to declining inflation - and investments cooled, against the progressive deterioration of business sentiment starting from the spring months. Based on consensus data, it is estimated that GDP growth slowed from 3.5% in 2022 to 0.5% and may increase by 0.9% in 2024, when it should benefit from a recovery in real household income as well as exports.

Inflation in December fell to 3.4% from 10.4% one year prior, benefiting from the decrease in energy prices, while the core figure (excluding the volatile components of food, energy, alcohol and tobacco) decreased to less of an extent, from 6.2% to 4.0%. On average during the year, inflation fell from 8.9% in 2022 to 6.2% in 2023, and analysts expect it to decrease further to 2.7% in 2024.

To counter persistently high core inflation, the European Central Bank has continued to raise official interest rates. In addition to the main refinancing operations rate (raised to 4.50%), the deposit rate and the marginal lending rate were also raised by 200 basis points to 4.00% and 4.75%, respectively. However, given the significant economic slowdown and in view of a constant decline in inflation at core level as well, the market continues to expect the Frankfurt Institute to reverse the direction of rates in 2024, as seen by forward rates on the three-month Euribor maturing at year-end falling to 2.30%, a good 161 basis points below the spot value.

In the bond markets, despite the ECB's restrictive conduct, yields were down on short maturities (by 36 basis points on the Bund at two years) as well as long maturities (by 55 bps on the ten-year Bund), with a curve that accentuated its negative incline, reflecting the drop in inflation and the risk of recession. Against this backdrop, the Italian bond market staged a partial recovery of 8.5% (based on the overall MTS index), following a 14.8% drop in 2022, driven upward by BTPs with maturities over 6 years (+12.6%). Italian government bonds were able to benefit from the decrease in the risk premium following the expectation for a reversal of monetary policy in 2024 and the upgrade in Italy's rating by Moody's (from Baa3 with a negative outlook to Baa3 with a stable outlook). Specifically, the yield differential between BTPs and Bunds on the ten-year maturity in the year fell by 47 cents to 168.

Despite the economic slowdown and higher interest spending, the EU government deficit is expected to have stabilized in 2023 at 3.2% of GDP (based on consensus estimates, which in 2024 indicate that it may fall to 2.9%), benefiting from the complete elimination of temporary measures taken to deal with the pandemic and the reduction of measures taken to benefit households and businesses to counter the impact of rising energy prices.

In 2023, due to high nominal GDP growth, public spending growth was sustained in almost all countries. The Commission estimates that in the European Union it increased by 5.3%, and among the countries BFF operates in double-digit growth rates are expected to be achieved by Slovakia (+26.9%), Poland (+20.7%), the Czech Republic (+13.1%) and Croatia (+12.3%). In 2024, against the 3.1% increase expected for the EU, public spending is expected to grow significantly in Poland (+9.3%), Croatia (+8.7%) and Portugal (+8.5%), while it could be down slightly in Greece (-1.4%) and Italy (-1.0%). Overall, government spending in the countries where BFF is present is expected to grow by 4.8% in 2023 and for coming year, on the basis of Commission forecasts, an increase of 2.6% is expected.

#### PUBLIC EXPENDITURE OUTLOOKS IN THE COUNTRIES WHERE BFF IS PRESENT

Countries	2022 Public Expenditure (billion euros)	2022 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2022/2021	2023 Public Expenditure (billion euros)	2023 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2023/2022	2024 Public Expenditure (billion euros)	2024 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2024/2023
European Union (27 countries)	7,890	49.6	5.5%	8,307	48.9	5.3%	8,561	48.5	3.1%
<b>BFF countries</b>	<b>3,972.4</b>	<b>53.0</b>	<b>6.8%</b>	<b>4,162.7</b>	<b>51.8</b>	<b>4.8%</b>	<b>4,270.0</b>	<b>51.0</b>	<b>2.6%</b>
France	1,539	58.3	4.2%	1,589	56.5	3.3%	1,635	56.1	2.9%
Italy	1,092	56.1	10.7%	1,105	53.1	1.2%	1,094	51.1	-1.0%
Spain	638	47.4	4.5%	667	46.8	4.6%	694	46.7	4.1%
Poland	287	43.9	13.1%	347	47.3	20.7%	379	47.7	9.3%
Czech Republic	123	44.6	11.2%	139	45.6	13.1%	140	44.0	0.8%
Portugal	107	44.1	4.2%	111	42.5	3.7%	120	44.4	8.5%
Greece	109	52.9	4.7%	111	50.5	1.6%	110	47.9	-1.4%
Slovakia	46.4	42.3	1.6%	58.9	47.8	26.9%	59.8	45.4	1.5%
Croatia	30.5	44.9	7.9%	34.2	45.5	12.3%	37.2	46.5	8.7%

Source: BFF Insights calculations based on European Economic Forecast, Autumn 2023 and Eurostat data.

In the area of government spending, trends in spending on goods and services and investment are of particular significance to BFF's business.

So far public spending on goods and services has shown dynamism similar to that of overall public spending. The annual cumulative figure updated at the third quarter of 2023 indeed shows growth of 4.8% in the European Union, with intermediate consumption up in particular (+6.1%), while social benefits in kind rose to a more limited extent (+3.3%). Looking at the countries in which BFF operates, growth was aligned with that of the EU (4.8%). In detail, the increase was particularly consistent in Poland (+19.9%), Croatia (+15.2%), the Czech Republic (+14.6%) and Slovakia (+11.5%).

#### THE TREND OF PUBLIC EXPENDITURES FOR GOODS AND SERVICES IN THE COUNTRIES WHERE BFF IS PRESENT

Countries	Intermediate Consumption Q3 2023 <sup>(*)</sup> (billion euros)	Intermediate Consumption Q3 2023 <sup>(*)</sup> (% of GDP)	Chg yoy	Social Benefits in Kind Q3 2023 <sup>(*)</sup> (billion euros)	Social Benefits in Kind Q3 2023 <sup>(*)</sup> (% of GDP)	Chg yoy	Public Expenditure for Goods and Services Q3 2023 <sup>(*)</sup> (billion euros)	Public Expenditure for Goods and Services Q3 2023 <sup>(*)</sup> (% of GDP)	Chg yoy
European Union (27 countries)	997.5	6.0	6.1%	887.8	5.3	3.3%	1,885.3	11.3	4.8%
<b>BFF countries</b>	<b>445.2</b>	<b>5.6</b>	<b>6.1%</b>	<b>300.9</b>	<b>3.8</b>	<b>3.0%</b>	<b>746.1</b>	<b>9.4</b>	<b>4.8%</b>
France	141.2	5.1	4.2%	168.5	6.1	0.7%	309.7	11.2	2.3%
Italy	118.6	5.9	1.1%	49.8	2.5	0.2%	168.4	8.3	0.9%
Spain	83.7	5.8	8.9%	39.4	2.7	5.3%	123.1	8.6	7.7%
Poland	45.7	6.3	19.0%	15.6	2.2	22.6%	61.3	8.5	19.9%
Czech Republic	17.6	5.8	14.4%	10.4	3.4	15.1%	28.0	9.3	14.6%
Portugal	13.8	5.3	5.4%	4.7	1.8	-0.3%	18.5	7.1	3.9%
Greece	11.7	5.4	0.1%	6.8	3.1	13.4%	18.6	8.5	4.6%
Slovakia	7.0	5.9	12.6%	4.0	3.4	9.6%	11.0	9.3	11.5%
Croatia	5.8	7.8	15.3%	1.6	2.1	14.6%	7.4	9.9	15.2%

Source: BFF Insights calculations based on Eurostat data.

(\*) Annual cumulative figures.

*Public expenditure on goods and services includes intermediate consumption and social benefits in kind acquired in the market. Intermediate consumption is all goods and services destined to be transformed into production processes for the direct provision of health and welfare services and the provision of welfare and social security benefits in cash. The social benefits in kind acquired in the market regard goods and services produced by parties that are not part of Public Administrations and made available directly to households; spending on those goods and services regards the Healthcare (expense for pharmaceutical assistance and for healthcare services provided under agreement) and Social Protection functions for the acquisition of welfare services.*

Public investment in 2023 is expected to have taken a big leap, benefiting from the RRF, EU structural funds, government investment, and high nominal GDP growth. Compared to an increase of 11.2% estimated by the Commission for the European Union (for a gradual increase as a percentage of GDP up from 3.2% last year to 3.3%), in the countries where BFF operates the increase is expected to have been higher and equal to 13.5%, with positively brilliant trends in Slovakia (+78.8%), Croatia (+35.1%), Poland (+23.6%) and Portugal (+22.0%). In 2024, the growth rate of public investment in the countries where BFF is present is expected to remain strong (+8.1%) and higher than that of the EU (+7.0%, or 3.4% of GDP), with Portugal (+23.1%), Italy (+21.3%) and Poland (+10.8%) leading the way. Please note, inter alia, that the annual cumulative figure for Italy updated to the second quarter of 2023 (respectively equal to €60.3 and €40.5 billion) already substantially surpassed the estimates developed by the European Commission for the end of 2023.

#### PUBLIC INVESTMENT OUTLOOKS IN THE COUNTRIES WHERE BFF IS PRESENT

Countries	2022 Public Investments (billion euros)	2022 Public Investments (% of GDP)	Chg 2022/2021	Q3 2023 Public Investments <sup>(*)</sup> (billion euros)	2023 Public Investments (billion euros)	2023 Public Investments (% of GDP)	Chg 2023/2022	2024 Public Investments (billion euros)	2024 Public Investments (% of GDP)	Chg 2024/2023
European Union (27 countries)	504.2	3.2	7.3%	542.4	560.6	3.3	11.2%	600.1	3.4	7.0%
<b>BFF countries</b>	<b>246.5</b>	<b>3.3</b>	<b>7.7%</b>	<b>270.6</b>	<b>279.6</b>	<b>3.5</b>	<b>13.5%</b>	<b>302.3</b>	<b>3.6</b>	<b>8.1%</b>
France	98.4	3.7	9.2%	102.8	109.7	3.9	11.5%	113.7	3.9	3.6%
Italy	52.2	2.7	-0.2%	60.3	58.3	2.8	11.6%	70.7	3.3	21.3%
Spain	37.3	2.8	11.0%	40.5	38.5	2.7	3.3%	40.2	2.7	4.3%
Poland	26.7	4.1	12.7%	31.4	33.0	4.5	23.6%	36.6	4.6	10.8%
Czech Republic	12.9	4.7	14.7%	14.3	15.0	4.9	16.3%	15.0	4.7	0.2%
Portugal	5.8	2.4	3.4%	6.2	7.0	2.7	22.0%	8.7	3.2	23.1%
Greece	7.4	3.6	11.6%	7.7	8.8	4.0	19.6%	9.1	4.0	4.0%
Slovakia	3.3	3.0	7.8%	4.0	5.9	4.8	78.8%	4.9	3.7	-17.6%
Croatia	2.6	3.8	-6.1%	3.3	3.5	4.6	35.1%	3.6	4.5	4.1%

Source: BFF Insights calculations based on European Economic Forecast, Autumn 2023 and Eurostat data.

(\*) Annual cumulative figures.

## The factoring market in Europe

As concerns the factoring market in Europe, after the extraordinary growth observed in 2021 and 2022, following the post-COVID rebound effect, data from the first half of 2023 showed a further year-on-year increase of 5%, with turnover of €1.2 trillion, equal to 11.9% of GDP<sup>1</sup>. Although these results suggest a progressive normalization of the path of growth, these are notable achievements that testify to the fact that, especially in a scenario characterized by an increase in the cost of money and a tightening of the credit supply, factoring proves to be a valuable tool to support companies' liquidity needs.

Restricting the analysis to the geographical area of BFF's operations, Spain, Portugal, Greece and France showed above-average growth rates, 8.2%, 7.8%, 7.4% and 6.5%, respectively. More modest growth was observed in Croatia (4.9%) and Poland (1.9%) and there was a stable or slightly declining trend in Slovakia (0.0%) and the Czech Republic (-1.4%).

Looking specifically at the Italian factoring market<sup>2</sup>, turnover recorded at December 31, 2023 (based on preliminary data) came to of €289.8 billion (including €58.8 billion in recourse and €230.9 billion in non-recourse), up slightly (+1.0%) from the previous year. In the same period, the outstanding amounted to €70.3 billion (of which €15.6 billion in recourse and €54.6 billion in non-recourse), up 1.2% compared to December 2022. Advances and fees paid amounted to €58.1 billion, an increase of 2.6% over the previous year. The ratio of advances to outstanding stood at 82.7%, up compared to 81.5% one year ago, highlighting the increased need for liquidity on the part of companies.

Restricting the analysis only to factoring for the public administration, in the first nine months of 2023 there was an 8.8% increase in turnover compared to September 2022, with a total turnover value of €14.8 billion, equal to 7.2% of total factoring volumes in Italy.

The factoring of trade receivables from the Public Administration therefore made a significant contribution to factoring market turnover. During the year, there was an evident change in tendency by public administration suppliers, with a yearly growth rate which went from -6.1% in December 2022 to +8.8% in September 2023.

The growth observed can be traced on the one hand to the increased financing needs of businesses, partly in light of the suspension of support measures implemented in response to the health emergency and the energy crisis, and on the other hand to the effect generated by the reversal of the volume contraction experienced during 2022. This also confirms how factoring is a strategic solution to support the working capital of Italian companies in a landscape marked by multiple critical economic issues (geopolitical tensions, inflation, and restrictive monetary policies).

With reference to the volume of receivables from public bodies, the figure in September 2023 came to €7.8 billion, a slight reduction compared to the same period of the previous year (-2.0%). Based on the breakdown of outstanding receivables by type of debtor, those from the health care sector accounted for 34% of the total and those from central, local, and other government agencies for 66%. Considering instead the breakdown by maturity, overdue loans were recorded for €3.6 billion (equal to 46% of the total, marking growth of 3% on an annual basis), of which €2.5 billion were overdue by more than one year, up by 5.5% compared to 2022.

In this scenario, BFF's market share with respect to the PA stands at 35.7% in terms of outstanding without recourse and 19% in terms of total turnover.<sup>3</sup>

1) Source: EUF - EU Federation for Factoring and Commercial Finance – Newsletter Autumn 2023.

2) Source: Assifact - *Quarterly statistics – September 2023 and Monthly statistics – December 2023*.

3) The market share relative to the outstanding is calculated using a market value that includes only non-recourse loans (this value is 26.7% considering the total outstanding); the market share of turnover is instead calculated using the market value that includes both non-recourse and recourse receivables, as the detailed breakdown is unavailable, and excluding tax and fiscal receivables (source: Assifact).



Estimates for the end of the final quarter of 2023 point to turnover growth in the overall factoring market aligned with the end of the third quarter and with the prior year (-0.5%). Operators are optimistic as concerns the resumption of growth in 2024, albeit at a moderate pace (+4.6%) compared to what was observed in the previous two years.

## The Italian Securities Services market

BFF is the main independent player in Italy in the field of custodian banking, fund accounting, transfer agent and security custody and settlement services.

The performance of the Group's **Fund Services** and **Global Custody** businesses, which are highly correlated with each other, benefited in 2023 from the increase in the equivalent value of assets under management in Italy, which rose by 4.6% to €2,311 billion. This growth was caused by the decidedly positive performance of stock and bond markets alike, while net inflows were negative by nearly €48 billion.

### THE ITALIAN MANAGED SAVINGS INDUSTRY

Management	2023 Net inflows <sup>(*)</sup> (A) management	(A)/ Assets under management Dec. 2022	Net inflows Jan. - Sep. 2023 <sup>(*)</sup> (A)	(A)/ Assets under management Dec 2022	Managed equity Dec 2023 <sup>(*)</sup>	Assets under management Dec 2023/ Dec. 2022	Managed equity Sep. 2023 <sup>(*)</sup>	Assets under management Sep. 2023/ Dec. 2022	Managed equity Dec 2022 <sup>(*)</sup>
<b>Collective management</b>	<b>-16,036</b>	<b>-1.4%</b>	<b>-11,506</b>	<b>-1.0%</b>	<b>1,217,504</b>	<b>4.9%</b>	<b>1,180,187</b>	<b>1.7%</b>	<b>1,160,146</b>
Open funds	-20,545	-1.9%	-13,985	-1.3%	1,124,019	4.6%	1,088,463	1.3%	1,074,806
Italian-law funds			3,561	1.6%			236,719	3.8%	228,159
Funds under foreign law			-17,546	-2.1%			851,745	0.6%	846,647
Closed funds	4,509	5.3%	2,479	2.9%	93,485	9.5%	91,724	7.5%	85,340
Italian-law funds			714	1.0%			72,836	4.5%	69,726
Funds under foreign law			1,765	11.3%			18,888	21.0%	15,614
<b>Portfolio management</b>	<b>-31,717</b>	<b>-3.0%</b>	<b>-22,783</b>	<b>-2.2%</b>	<b>1,093,791</b>	<b>4.2%</b>	<b>1,043,553</b>	<b>-0.6%</b>	<b>1,049,609</b>
Management of insurance products			-21,131	-3.2%			653,272	-1.5%	663,140
Management of retail assets	2,030	1.4%	1,992	1.4%	156,495	8.5%	149,782	3.9%	144,203
Management of social security assets			4,017	4.0%			105,246	4.7%	100,547
Open pension funds			1,257	5.4%			25,286	8.8%	23,236
Negotiated pension funds			2,636	5.1%			54,572	6.3%	51,333
Pre-existing pension funds			172	1.5%			12,175	6.9%	11,391
Pension funds			-100	-1.7%			5,983	4.9%	5,704
Other forms of social security			51	0.6%			7,229	-18.6%	8,884
Other management			-7,661	-5.4%			135,253	-4.6%	141,718
<b>Total managed savings</b>	<b>-47,753</b>	<b>-2.2%</b>	<b>-34,289</b>	<b>-1.6%</b>	<b>2,311,295</b>	<b>4.6%</b>	<b>2,223,740</b>	<b>0.6%</b>	<b>2,209,755</b>

(\*) Values in € million.

Source: BFF Insights calculations based on Assogestioni data.

In reality, the disaggregated data on net inflows for the first nine months of the year show a highly uneven situation. Indeed, the decline was concentrated on insurance product management (-€21.1 billion), foreign-law open-end funds (-€17.6 billion) and “other management” (-€7.7 billion). On the other hand, social security assets under management (+€4.0 billion), Italian-law open-end funds (+€3.6 billion), closed-end funds (+€2.5 billion) and retail asset management (+€2.0 billion) all posted growth.

Examining the numbers relating to social security assets under management in more detail, it can be seen that a good two-thirds of the increase (i.e., €2.6 billion) was realized by negotiated pension funds, which are of particular interest to BFF.

Assets under management thus came at the end of December to €1,124 billion for open-end funds (48.6% of the total), €93.5 billion for closed-end funds (4.0%), €156.5 billion for retail portfolio management (6.8%) and €893.8 billion for institutional portfolio management (40.6%). Amongst the latter, social security assets under management at the end of September amounted to €105.2 billion, of which just more than half (€54.6 billion) attributable to negotiated pension funds.

In the area of Alternative Funds, of note was a slowdown in the launch of new market-wide fund establishment initiatives, due to the rise in rates that has resulted in institutional investors shifting to other forms of investment. However, it can be seen that during the year the market showed some vitality with new fund launches.

## The Payment Market in Italy

The year 2023 was characterized by the trends also seen in 2022: the use of cash in Italy has decreased by 13 percentage points since 2019, and at European level 31% of people (according to an ECB report) used cashless payments more frequently than before the pandemic. Thus, there is steady growth in digital payments, mainly driven by the payment card market.

The migration of the T2-T2S Consolidation project was successfully closed in March 2023, bringing operational efficiency at the level of regulations at the cost of a major effort in terms of system-wide investment.

From a perspective of initiatives in the area of payments at the European level, at the end of June 2023 three important innovations in the industry were voted by the European Parliament:

- 1) New Payment Systems Directive (PSD3) and its Regulations
- 2) Mandatory instant payments in the Eurozone
- 3) Regulation on Open Finance

These three initiatives will strongly change the payments market in the next 2-3 years, opening up further competitive challenges in the industry. In the same parliamentary session at the end of June, the Digital Euro development plan was also finalized.

The proposed amendment to the PSD directive aims to harmonize the rules on authorization and supervision of payment institutions. The main innovation of this initiative is the integration of the second e-money directive into the Payment Services Directive (PSD2) and the extensive reduction of authorization requirements, which will lead to lower administrative costs. The proposal integrates former e-money institutions (IMELs) as a subcategory of payment institutions (PIs). Moreover, a new article amends the Settlement Finality Directive (SFD) by granting payment institutions (PIs) the ability to participate directly in the monetary settlement phase of collection and payment transactions.

The new Instant Payments Regulation and the new Payment Services Directive (PSD3) would therefore allow all EU countries will be able to allow PIs and IMELs established in a member state to be able to settle SEPA transactions through Central Bank accounts, with standards and rules that will be dictated by individual National Central Banks. If so, this would open up a potentially more competitive scenario for the banking system and BFF.

It is also worth noting the approval of the instant payments regulation, which makes it compulsory for all Eurozone PSPs 18 months after publication (expected in the beginning of 2024): the regulation provides additional impetus to payment digitalization and provides a strong impulse especially to the use of SEPA instruments, also as an alternative to payment cards.

The Digital Euro proposal outlines the basic principles of how the ECB's digital currency is to function, which, in its intentions, should complement the use of cash and have the same peculiarities of being free of charge to end users, facilitating both financial inclusion and access to digital payments, as well as being a key element in consolidating monetary sovereignty within the EU.

Every European citizen could have a digital wallet tied to a payment account, to be used for transactions, both offline and online, with a spending limit managed at operational level by their PSP that will provide the wallet service. Online transactions would offer the same level of data protection as existing digital means of payment, while offline payments would guarantee a high level of privacy and data protection for users.

Banks and other PSPs across the EU would distribute the Digital Euro to individuals and businesses, providing basic Digital Euro services free of charge to individuals. PSPs that will deliver the Digital Euro are left with the option of charging a fee for payments to merchants and offering value-added services for a fee to develop innovation.

Merchants throughout the Eurozone would be required to accept the Digital Euro, except for very small merchants who may choose not to accept digital payments. The Digital Euro project was launched in October 2021, and in the fall of 2023 the ECB Governing Council completed the ongoing investigation into the technical characteristics and related deployment arrangements, and launched a preparation phase in order to develop and test the new currency.

Given its role as a collector and intermediary for many banks and PSPs, BFF could play an important role in ensuring interoperability and reachability of the new digital currency, including greater efficiency and effectiveness in any distribution and reporting.

## Key events

This section shows the main events that occurred in 2023.

On January 4, 2023, BFF announced that, pursuant to Article 2-ter of the regulations adopted by Consob Resolution no. 11971 of May 14, 1999 ("Issuers' Regulations"), as of January 1, 2023, the **Small and Medium Enterprise** ("SME") **status ceased to exist** as referred to in Article 1, paragraph 1, letter w-quater 1) of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 ("Consolidated Law on Finance"), as two years had passed since the date of entry into force of Italian Law no. 120/2020, which converted Italian Decree-Law no. 76/2020, which identifies a maximum turnover of €300 million for issuers to be qualified as SMEs.

On February 20, 2023 BFF announced that in the period between February 13, 2023 and February 17, 2023 it repurchased 291,888 ordinary shares, corresponding to 0.1573% of the 185,604,558 shares comprising the share capital, for a total market value – excluding commissions – of €2,794,383.98, as part of the share buyback program, the initiation of which was resolved by the Board of Directors of BFF on February 9, 2023, after obtaining the necessary authorization from the Bank of Italy on February 1, 2023, and in execution of the resolution by the Ordinary Shareholders' Meeting of BFF on March 31, 2022.

On April 11, 2023 the collective lay-off procedure began as a result of the exit of the customers Anima and Arca, with an agreement with labor unions involving 18 redundant workers. These workers were given economic incentives together with outplacement and outskilling services, not to mention access to Solidarity Fund benefits (emergency and extraordinary). Previously, in January 2023, with the aim of at least partially alleviating employment tensions, the Bank also offered employees an economic incentive for consensual termination of their employment, which saw the participation of an additional four people within the organizational scope covered by the restructuring plan, thus achieving a total reduction of 22 people.

On April 13, 2023, the Shareholders' Meeting was held, which approved the 2022 financial statements and the proposed 2022 dividend distribution of €0.419 per share, bringing the total dividend for 2022 to €0.7898 per share.

The Shareholders' Meeting also approved the **Remuneration Policy Report**, the **Policies for Determining Compensation in the Event of Early Termination of Office**, and the **Report on Compensation Paid**, casting an advisory vote on the latter.

Finally, the Shareholders' Meeting approved the Buyback plan, deciding to authorize the Board of Directors to proceed with the repurchase of BFF ordinary shares on one or more occasions and for a period of 18 months from the date of approval in pursuit of the purposes set out in the aforementioned Report; the maximum number of BFF ordinary shares to be repurchased being 8,463,819, representing 5% of the Bank's capital (taking into account the treasury shares already in stock).

On April 26, 2023, BFF **paid the balance of the 2022 dividend**, which was approved by the Shareholders' Meeting on April 13.

Finally, on June 27, 2023 the Board of Directors approved the **Group's five-year strategic plan up to 2028: "Ever more a bank like no other", and financial targets to 2026**. For the details, please refer to the Focus section below.

In implementation of the BFF Banking Group's dividend policy, which calls for the distribution on a half-yearly basis of a dividend equal to the amount of the normalized consolidated profit generated during the year in excess of a common equity tier 1 ratio (CET 1 ratio) of 12.0%, on September 7, 2023 the BFF Shareholders' Meeting approved the distribution of part of the Retained Earnings recognized in the financial statements as at December 31, 2022, for €0.147 per share. This amount, added to the interim dividend of €0.291 per share approved by the Board of Directors on August 3, 2023, resulted in the distribution of a dividend on September 13, 2023 of €0.438 per share, equivalent to a total of €81.9 million (normalized consolidated profit for the first half of 2023).

On 11 September 2023, the Bank of Italy started an inspection on the Bank. The inspection was completed on 12 January 2024 and the Bank is waiting to receive the inspection report.

On September 29, 2023, BFF published its first *Social Bond Framework*, which defines the Bank's commitment to sustainable finance, with a specific focus on social topics, further reinforcing the link between sustainability and its financial strategies. BFF was the first operator in its sector to publish a *Social Bond Framework*, which was certified by an independent body.

On October 3, 2023, BFF announced the update of its medium and long-term bond program ("EMTN Program") and the simultaneous increase of the limit to €2,500,000,000. The EMTN Program update represents a further step forward in the continuous diversification of sources of funds by BFF and access to a broader and deeper investor base through an active, long-term commitment in the capital markets.

On October 4, 2023, BFF announced that it held a stake of 7.7% in Generalfinance S.p.A., a financial intermediary active in offering factoring services typically to businesses in difficulty and under financial stress, with great growth potential and operating in a strongly expanding market.

During the BFF Board of Directors' meeting of October 26, 2023, the Chairman, Attorney Salvatore Messina, notified the Board that he would not be running on the list being prepared for the next three-year period, as he had been in office for nine years, meaning he no longer met the formal independence requirement established by corporate governance best practices. Having decided to no longer seek office, Chairman Messina will support the Bank in its work to commemorate its 40-year anniversary, in 2025, in line with the path of celebrating and spreading its culture and history, which Mr Messina promoted throughout his term of office.

## Focus on approval of the Group's five-year strategic plan up to 2028 and financial targets up to 2026.

The BFF Board of Directors approved BFF's five-year strategic plan up to 2028: "Ever more a bank like no other" ("Plan"), and three-year financial targets ("2026 Targets").

The strategic objectives for 2028 include:

- ▶ Develop the core business, in which BFF is a market leader:
  - Factoring and Lending: become the largest buyer of public receivables in Europe in a growing and underpenetrated market, through:
    - strong customer portfolio growth in existing markets and new regions, including through the opening of a subsidiary in France;
    - consolidation of our operational competitive advantage, including through the new Factoring IT system and increased efficiency of the legal process related to collections;
  - *Transaction Services*: further strengthen the role of "Second-Tier Bank" while generating a steady revenue stream and ample operating deposits to the Group:<sup>4</sup>
    - *Payments*: leading independent payments intermediary in Italy for banks and Payment Service Providers (PSPs<sup>5</sup>), capitalizing on the shift to electronic payments;
    - *Securities Services*: the only Italian bank that provides the full range of customized custodial banking and securities services to domestic banks and asset managers in a growing market.
- ▶ Invest further in operational infrastructure to support growth opportunities, managing operational risks, and to benefit from further efficiencies.
- ▶ Continue to provide our team with opportunities for growth and development while maintaining strong incentive alignment with stakeholders.
- ▶ Further optimize funding and capital.
- ▶ Deliver market-leading returns to shareholders in terms of capital and dividends, with capital exceeding the CET1 target of 12% related to shareholder pay-out.
- ▶ Maintain the Group's low risk profile by efficiently managing past due and calendar provisioning.
- ▶ Further increase our positive impact socially, environmentally and for all stakeholders, along with zero net goals and doubling investment in social impact initiatives.

4) Second-tier bank, that is, a bank that offers services to other banks.

5) PSP: a third-party company that enables companies to accept electronic payments, such as credit and debit card payments.



Sustainable growth targets up to 2026 include:

- ▶ A further improvement in the Cost/Revenue ratio, <40%,
- ▶ Solid capital ratios: CET1 Ratio of 12%,
- ▶ RoTE coefficient at 50% higher levels,
- ▶ High returns for shareholders:
  - Growth in Adjusted Net Income<sup>6</sup> by about 78% over 2022, to €255-265 million. EPS 2026: €1.37-1.43 (€1.34-1.39 fully diluted<sup>7</sup>),
  - Over €720 million, or about 40% of current market capitalization, to be distributed in dividends up to 2026,
- ▶ Net zero carbon emissions<sup>8</sup>,
- ▶ Doubling investment in social impact initiatives,
- ▶ More than 80% of employees in LEED-certified buildings<sup>9</sup> by 2026.

The main directions identified by the Group to carry out the strategic plan and achieve the financial targets set are described below.

Significant growth potential is foreseen in the Factoring and Lending business area as a result of historical growth in government spending and investment and an increase in the customer base, the latter supported by BFF's established competitive advantage. Additional benefits may come from international expansion into new geographical areas.

The Payments area is expected to provide a steady stream of revenue and is an important source of liquidity, with potential for volume growth driven by the progressive alignment of digital payments in Italy with the European average. Growth is also supported by the NRRP "National Recovery and Resilience Plan", new regulations, and new technologies, which however are offset by reduced fees.

In the Securities Services sector, BFF offers customized services for Italian banks and asset managers, and holds a leading position in the area of Pension Funds. In certain market niches (Pension Funds, AIFs, but also small asset management companies), where local presence is a competitive advantage, BFF's opportunity for growth will also be supported by the forthcoming enactment of new laws – which will introduce a requirement for Pension Funds to appoint a custodian bank, opening up a market of about €110 billion in Assets under Management – and by increased penetration of AIFs, as well as the full deployment of value-added services. The Securities Services area is a very important source of stable and operational deposits for BFF, and provides a steady revenue stream with a mostly fixed cost base.

6) Accounting profit minus extraordinary costs and minus costs of stock options recognized in the income statement.

7) Based on the maximum dilution relating to all outstanding stock option plans.

8) Considering scope 1 and 2 emissions.

9) LEED, or Leadership in Energy and Environmental Design, is a rating system developed by the US Green Building Council to assess a building's environmental performance.

BFF will continue to invest in its operational infrastructure to support growth opportunities, manage operational risks, and optimize its structure.

Strategic will be the new IT system for Factoring, the opening of a branch in France, the expansion of the online deposit platform into other markets, the introduction of AIRB (internal model for calculating credit risk), and an additional initiative aimed at the efficiency of legal fees incurred during debt collection.

In terms of financial management, BFF's Statement of Financial Position is expected to remain stable from the end of FY2022. BFF intends to maintain a diversified funding base and continue to access as many funding channels as possible.

It is expected that Payments and Securities Services operational deposits will continue to be the main source of funding, and BFF will continue to access online deposits, with opportunities for growth in new countries. The Cost of Risk is also expected to remain low due to a loan portfolio almost entirely exposed to the public sector.

The Group has a strong capital position. Given the high RoTE (39% at year-end 22), the additional capital needed for the growth of the loan portfolio will be fully financed from retained earnings, maintaining an attractive absolute dividend.

Regarding BFF's dividend policy, this will continue to be aimed at self-financing the Group's growth and distributing all profits generated in the year in excess of a target capital ratio to shareholders. The distribution of dividends is confirmed twice a year, in August and April, based on the adjusted profit for the first half of the year and the entire year.

The BFF Board of Directors also resolved to:

- ▶ avail itself of the option to submit its own BoD slate, and consequently to initiate the related process according to the Regulatory Timeline, and
- ▶ approve the new "BFF Banking Group Dividend Policy" (the "Dividend Policy") by setting the CET1 ratio as the target capital ratio at 12% compared to the previous Total Capital Ratio ("TCR") at 15%, to bring it in line with the capital target most widely used by other banks. The distribution of dividends remains unchanged, provided that all other regulatory capital requirements are met. The distribution of dividends is confirmed twice a year based on the adjusted profit for the first half of the year and the entire year.

Finally, BFF will continue to pursue its sustainability commitments with an ongoing focus on achieving positive social, environmental and stakeholder impact, as previously reported within the sustainability initiatives section of this document.

## 3. Operating performance

### KEY HIGHLIGHTS

#### BFF BANKING GROUP

- ▶ In 2023, normalized profit came to €141.1 million and there was a positive spread between capital gains generated by collections of late payment interest accounted for during the year and rescheduling, totaling €21.5 million (+€13.7 million compared to 2022).
- ▶ Loans and receivables with customers reached a record level of €3.9 billion.
- ▶ Amounts not transferred to the Income Statement of provisions relating to late payment interest and the compensation for recovery costs ("40 euros"), amounting to €525 million, +61 million compared to 2022.
- ▶ Positive impact on future profitability deriving from higher rates applied to calculate late payment interest from 12% to 12.5% as of January 1, 2024.

#### CAPITAL and DIVIDENDS

- ▶ CET1 ratio at 9.2%, Tier 1 Capital Ratio at 13.0% and Total Capital Ratio at 13.0%.
- ▶ Distribution of a dividend of €183.2 million (€0.979 per share) with an initial tranche of €0.438 per share paid in September 2023 and a final tranche of €0.541 per share to be paid in April 2024.
- ▶ Cumulative dividend paid since the listing equal to €800 million, equal to the market capitalization at the listing date.

#### OTHER SIGNIFICANT INFORMATION

- ▶ The new board of directors will be appointed by the shareholders' meeting of April 18, 2024.
- ▶ BFF Bank won the first tender within the Pension Funds segment with Cassa Forense, with roughly €13 billion in assets under management.
- ▶ The process of revising the Directive on Late Payments is ongoing, and is expected to have favorable results for BFF.

## MAIN ITEMS IN THE INCOME STATEMENT

(€ million)

Normalized Income Statement	2023	2022	%
<b>Factoring &amp; Lending Revenue</b>	<b>288.1</b>	<b>148.3</b>	<b>94%</b>
<b>Payments Revenue</b>	<b>63.1</b>	<b>56.7</b>	<b>11%</b>
<b>Security Services Revenue</b>	<b>23.6</b>	<b>43.7</b>	<b>-46%</b>
Other revenue	351.2	156.6	124%
of which HTC Securities Portfolio	180.5	42.8	322%
<b>Total Revenue</b>	<b>726.0</b>	<b>405.4</b>	<b>79%</b>
Cost of money <sup>10</sup>	(362.0)	(84.2)	330%
<b>Total Net Revenue</b>	<b>364.0</b>	<b>321.2</b>	<b>13%</b>
Operating Costs incl. depreciation, amortisation and net impairment losses on property, plant and equipment and intangible assets	(160.8)	(150.7)	7%
Cost/Income ratio (%)	44%	47%	-3 bps
Net adjustments for credit risk	(7.0)	(0.9)	N/A
Normalized pretax profit	196.1	169.5	16%
<b>Normalized profit for the year</b>	<b>141.1</b>	<b>117.0</b>	<b>21%</b>
<b>Reported profit for the year<sup>11</sup></b>	<b>131.4</b>	<b>261.4</b>	<b>-50%</b>

10) Including the profit on trading in derivatives used to hedge exposures to interest rates and currencies.

11) The reported profit for the year includes some non-recurring items. In 2023 these items refer to: the non-recurring costs incurred in the period relating to restructuring and M&A costs amounting to €3.0 million, the settlement agreement with the Chief Executive Officer for €1.7 million, the cost of stock options for €2.0 million, the amortization of customer contracts amounting to €1.9 million and other costs of €1.2 million. In 2022, these items referred to non-recurring revenue of €154.8, primarily relating to the change in asset valuations, including those relating to late payment interest and the compensation for recovery costs ("40 euros") and dividends from group companies, partially offset by non-recurring costs of €10.4 million relating mainly to the cost of stock options for €2.8 million, the amortization of customer contracts for €3.1 million and restructuring and M&A costs of €3.9 million.

The separate financial statements at December 31, 2023 show the asset, liabilities, income and expense of BFF Bank S.p.A. ("BFF" or the "Bank").

During 2023, in line with what was confirmed in the new Business Plan, the Bank focused on consolidating and developing its core businesses by implementing initiatives to win more and more new customers and market shares, offer new products and services, expand its presence outside the domestic market, push its role as a "second-tier bank," and reprice its products to take into account changing macroeconomic conditions.

On the funding front, efforts were focused on using the funding made available by the Securities Services and Payments BUs and, with a view to diversifying funding sources and optimizing costs, by the online deposit accounts offered in all the regions the Bank operates in with this product to finance its investments.

In 2023, (i) total revenue increased by 79% compared to 2022, despite the faster repricing of liabilities thanks to the performance of the Factoring & Lending division (1.9x compared to 2022) and the government bond portfolio held under the HTC Business Model (4x compared to 2022), (ii) net revenue increased by 13% compared to 2022, (iii) the cost of funding was higher due to the increase in interest rates, (iv) the strong focus on cost control continued, with a lower cost/income ratio (44%) than in 2022 (47%) and (v) the normalized profit came to €141.1 million (+20.6% compared to 2022).

Note that the Bank has no commercial exposure to the Russian and Ukrainian markets and is committed to strictly monitoring the processing activities of the Payments business unit to ensure compliance with the restrictions imposed on Russia.

## Bank profit

### Reported profit for the year

In terms of overall profitability, the cumulative performance of the Bank's BUs, influenced by the phenomena indicated above, led to a reported profit of €131.4 million, including the non-recurring items that influenced the profit for the year, the details of which are shown in the table below.

### Normalized profit for the year

Eliminating the non-recurring items that impacted the results at December 31, 2023, the Bank's normalized profit stands at €141.1 million (up 21% year-on-year).

The main elements affecting the normalized performance of the Bank can be summarized as follows:

- ▶ higher net interest income essentially due to the higher net return on loans, thanks to the repricing policies put in place for Factoring & Lending loans, the increase in the rate applied to calculate late payment interest, the good performance of interest collection with concurrent benefit on the capital gains front, the repricing of floating-rate HTC government bonds, and the gradually decreasing weight of fixed-rate HTC government bonds;
- ▶ commissions of the Securities Services and Payments BUs, the former decreasing and the latter increasing compared to 2022 despite commercial performance and mainly due to the loss of the customer Arca during 2022;
- ▶ €22.0 million in capital gains from the sale of €835 million in government bonds, primarily floating-rate and nearing maturity;
- ▶ improved operating efficiency compared to 2022, with a declining cost/income ratio (from 47% in 2022 to 44% in 2023), despite the higher costs incurred to support business growth and implement initiatives to improve the Bank's processes and IT architecture, freeing up additional efficiency and reducing operational risks in the future.



The table below explains the transition from the reported profit to the normalized data.

Adjustments – €m	2023	2022	YoY %
<b>BFF Bank SpA – Reported profit</b>	<b>131.4</b>	<b>261.4</b>	<b>-50%</b>
Exchange differences covered by Translation Reserve in Equity	-	(1.7)	
Stock Options & Stock Grants	2.0	2.8	
Transaction and restructuring & M&A costs	3.0	3.9	
Extraordinary Resolution Fund and FITD	1.2	0.5	
Distribution of dividends from subsidiaries	-	(73.2)	
Settlement agreement with the CEO	1.7	-	
Amortization of DEPObank's "customer contracts"	1.9	3.1	
Changes in asset values, including those relating to late payment interest and the compensation for recovery costs ("40 euros")	-	(79.9)	
<b>BFF Bank SpA – Normalized profit</b>	<b>141.1</b>	<b>117.0</b>	<b>21%</b>

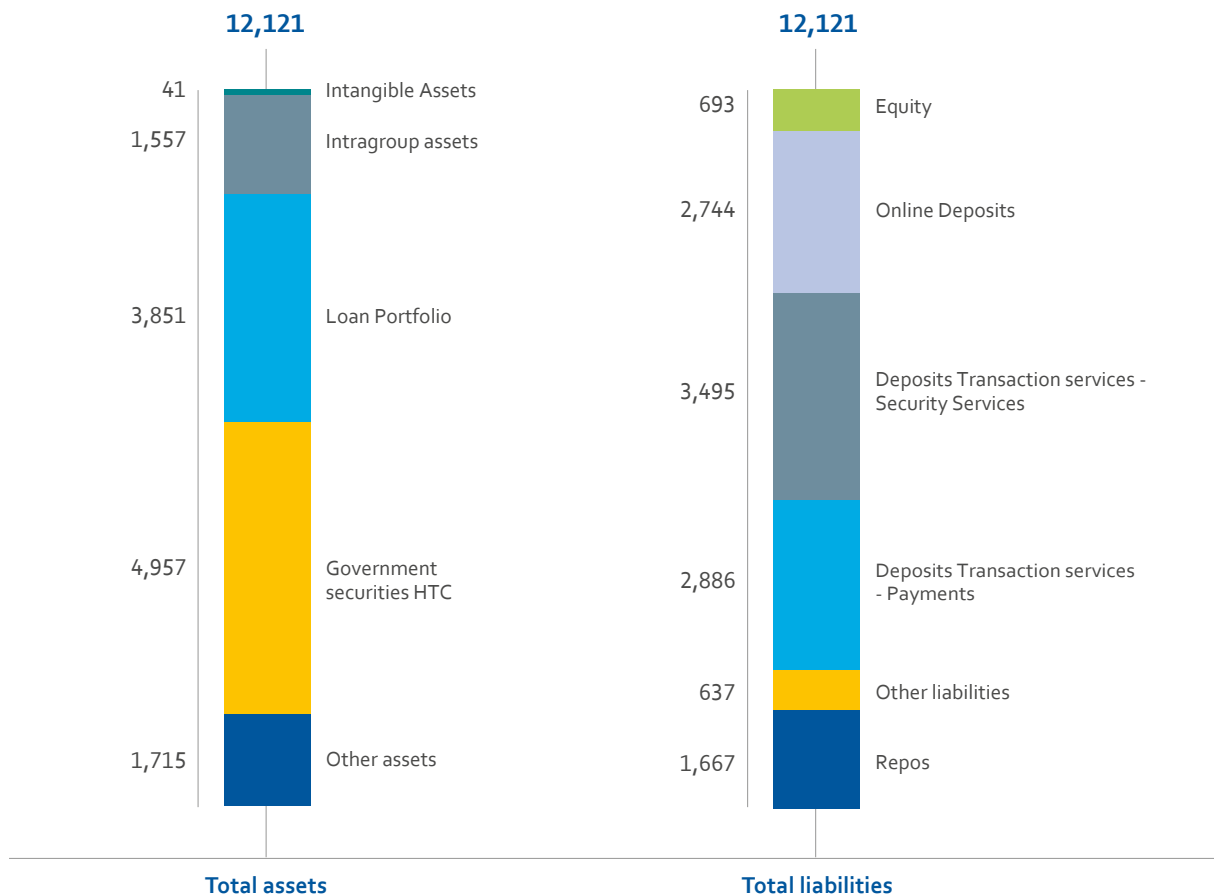
On the following pages, in order to provide a precise presentation of the performance of the various BUs, the comments will refer to normalized income statement data, eliminating the non-recurring elements that influenced the results for 2023 and 2022.

## Statement of Financial Position

On the Statement of Financial Position front, during 2023 the Bank continued to focus on optimizing the costs related to the various forms of funding while maintaining high diversification, and on improving the returns of the various forms of lending. The latter activity was carried out through a policy aimed at reducing the portfolio of government securities, especially fixed-rate securities, and through a policy of repricing its services to customers in order to factor in the changed macroeconomic scenario, especially on the applied interest rate front. What has been implemented has resulted in maintaining the size of the Statement of Financial Position at constant levels compared to recent years by favoring growth in the forms of lending proper to Factoring & Lending and reducing the portion of lending in government securities.

The Bank continued to effectively manage excess liquidity, with improved effects on both leverage and profitability.

(€m)



## Lending

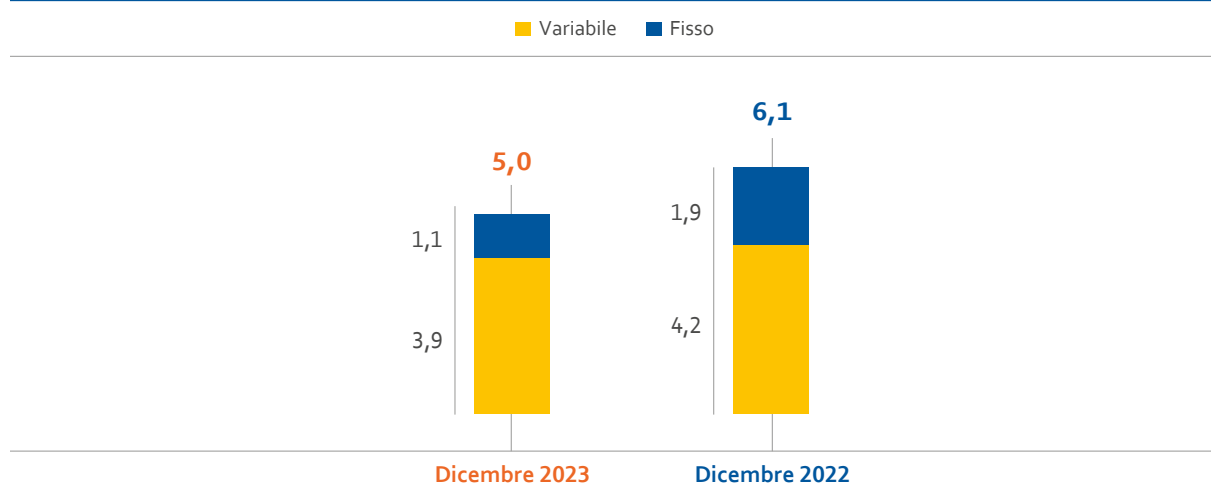
The Factoring & Lending Loan Portfolio was €3.9 billion, up by 2% compared to 2022: the international markets now account for roughly 10% of total loans and receivables with customers. The level of loans and receivables with customers reached an all-time high, also thanks to a favorable context and commercial performance, and all markets in which the Bank operates showed an increase compared to the prior year, with the exception of Portugal, where injections of liquidity were made by the central government equal to 6% of total public expenditure.

Loan Portfolio (€m)	12.31.2023 <sup>(*)</sup>	12.31.2022 <sup>(*)</sup>
Italy	3,448	3,383
Portugal	223	239
Greece	166	131
Others Countries (Croatia and France)	14	13
<b>Total</b>	<b>3,851</b>	<b>3,765</b>

(\*) Including "Ecobonus" tax assets for €354.2 million according to the HTC Business Model and €59.9 million according to the Trading Business Model (€221 million as of December 31, 2022), accounted for under Other assets in the Statement of Financial Position, and "on-Statement of Financial Position" provisions relating to late payment interest and the compensation for recovery costs ("40 euros") for €406 million (€412 million as of December 31, 2022).

The government bond portfolio reached €5.0 billion, 1.1 billion lower than December 31, 2022, in line with the policy of gradually reducing the weight that this form of lending has on the Bank's Statement of Financial Position.

### PORTAFOGLIO TITOLI HTC (€ mld)



## Funding

On the liabilities side, the rationalization of funding sources continued through the growth of online deposits, and the redemption at maturity, May 23, 2023, of the senior unsecured preferred bond issue for the remaining amount of €38.6 million (issued for original €300 million in October 2019).

The Transaction Services department, with its Securities Services and Payments BUs, raised approximately €6.4 billion compared to €6.0 billion in 2022, with a decrease in the share of Securities Services of €0.3 billion (from €3.2 billion as of December 31, 2022 to €2.9 billion as of December 31, 2023), primarily due to a change in fund investment policies, and with an increase in the amount generated by Payments of around €0.8 billion (from €2.8 billion as of December 31, 2022 to €3.5 billion as of December 31, 2023) thanks to the sales efforts with existing customers aimed at boosting liquidity.

The Bank continued to offer the online deposit account solution aimed at retail and corporate customers and guaranteed by the Interbank Deposit Protection Fund in Italy with *Conto Facto*, in Spain, the Netherlands, Ireland and Germany with *Cuenta Facto* and lastly in Poland with *Lokata Facto*.

At December 31, 2023 total nominal takings of *Conto Facto*, *Cuenta Facto* and *Lokata Facto* amounted to a total of €2.7 billion, up by approximately €1.5 billion from December 31, 2022.

In light of the above, the nominal value of outstanding bond issues as of December 31, 2023 totaled €150 million (related to the AT1 issue) compared to €188.6 million as of December 31, 2022.

Repos experienced a significant reduction compared to December 31, 2022, from €4.4 billion to €1.7 billion.

Finally, note that BFF continues to have no financing with the European Central Bank (ECB), neither ordinary (OMA) nor extraordinary (PELTRO, TLTRO etc).

## Equity, Own Funds and Equity Ratios

BFF Bank continues to maintain its capital strength, also thanks to capital ratios and equity that do not include the normalized consolidated profit for the year.

The BFF Banking Group's dividend policy stipulates that the amount of normalized consolidated profit generated during the fiscal year in excess of a 12.0% CET 1 ratio level (subject to compliance with all other current and prospective regulatory indicators) will be distributed on a semi-annual basis, with one payment based on normalized profit for the first half of the year, and one payment based on normalized profit at year-end.

In this regard, please recall that following the approval of the results of the 2023 Interim Report, in accordance with the Bank's dividend policy, in September 2023 the Bank distributed €0.438 per share (for a maximum amount of €81.9 million, the normalized profit at June 30, 2023).

Equity as of December 31, 2023 amounted to €693 million, while the Bank's own funds as of the same date amounted to €524 million, including 150 million of an Additional Tier 1 unsecured and rated subordinated bonds placed on January 19, 2022 and €24.6 million in profit for the year recognized under equity; the overall exposure to risks with respect to the business conducted is adequate to the capital endowment and risk profile identified.

Indeed, the CET1, Tier 1 and Total capital ratios are 9.2%, 13.0% and 13.0%, respectively, and the Leverage ratio rose from 4.3% at December 31, 2022 to 4.4% at December 31, 2023.

Finally, recall that on September 18, 2023 the Bank of Italy, as Resolution Authority, adopted the 2022 resolution plan for BFF Banking Group, confirming resolution as a crisis management strategy for the BFF Bank Group and defining the MREL requirements applicable as of January 1, 2025.

	BFF Bank	
	12/31/2023	12/31/2022
Own funds	524.0	590.4
CET1 Capital Ratio	9.2%	11.7%
Tier 1 Capital Ratio	13.0%	15.7%
<b>Total Capital Ratio</b>	<b>13.0%</b>	<b>15.7%</b>

## ORGANIZATIONAL STRUCTURE

### Changes in the workforce

At December 31, 2023 the total number of employees of BFF Bank S.P.A. and the foreign branches amounted to 612 resources. During 2023, there were 62 hires who are still on staff as at December 31, including 37 in Italy, 7 in Spain, 5 in Portugal and 12 in Poland.

Below is the breakdown by country:

12/31/2023	Italy and FOS	Spanish Branch	Polish Branch	Greece	Portugal	Total
<b>HEADCOUNT 12/31/2023</b>	<b>532</b>	<b>15</b>	<b>42</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>612</b>
12/31/2022	Italy and FOS	Spanish Branch	Polish Branch	Greece	Portugal	Total
<b>HEADCOUNT 12/31/2022</b>	<b>562</b>	<b>4</b>	<b>37</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>627</b>

The breakdown of the workforce by gender as at December 31, 2023 was 51% women and 49% men.

Below are the details broken down by country:

<b>12/31/2023</b>	<b>Women</b>	<b>%</b>	<b>Men</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Italy	272	51%	260	49%	532
Spain	6	40%	9	60%	15
Poland	29	69%	13	31%	42
Greece	4	40%	6	60%	10
Portugal	3	23%	10	77%	13
<b>Total</b>	<b>314</b>	<b>51%</b>	<b>298</b>	<b>49%</b>	<b>612</b>

<b>12/31/2022</b>	<b>Women</b>	<b>%</b>	<b>Men</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Italy	288	51%	274	49%	562
Spain	5	56%	4	44%	9
Poland	24	65%	13	35%	37
Greece	4	44%	5	56%	9
Portugal	3	30%	7	70%	10
<b>Total</b>	<b>324</b>	<b>52%</b>	<b>303</b>	<b>48%</b>	<b>627</b>



## Factoring & Lending BU

### Main KPIs and Economic Results

The Factoring & Lending BU carries out its lending and offers its services through products such as non-recourse factoring, lending and credit management to public administration bodies and private hospitals.

The Bank currently performs this activity in 5 countries (Italy, Croatia, France, Greece and Portugal).

Despite the injections of liquidity made by certain national governments, and thanks to rising interest and inflation rates, which are causing companies to reconsider their working capital strategies, and strong commercial performance, compared to December 31, 2022 the main indicators of the Factoring & Lending BU showed positive trends.

The loan portfolio was up 2% compared to December 31, 2022 (€3.9 billion v €3.8 billion), reaching a new all-time high, while volumes of loans and receivables acquired and disbursed were up significantly compared to last year (€5,678 million vs €4,791 million) thanks to the strong commercial drive enacted within a favorable macroeconomic context.

DSO recorded by BFF on factoring activities and credit management on behalf of third parties showed an extension of collection times in Italy and Greece and a decline in Portugal (following higher remittances, especially towards year-end, by the central government) and Croatia and France (where the figure is however influenced by the size of the business).

#### DSO – days (BFF data, Acquisitions and Management, Public and Private):

	12.31.2023	12.31.2022
Italy	159	132
Portugal	127	175
Greece	254	248
Croatia	40	52
France	76	79

The provision for late payment interest and the provision relating to the compensation for recovery costs (“40 euros”) as well as the relative amounts transferred and not transferred to the Income Statement rose compared to 2022 (reaching respectively €784 and €210 million, €364 million and €105 million and €420 million and €105 million).

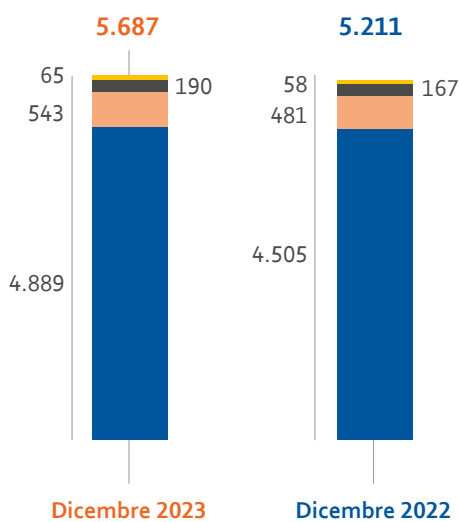
The cost of credit remains at negligible levels thanks to the high standing of the customers served and the rigorous origination process and monitoring of credit, despite the larger portfolio of loans to customers and some specific write-downs in Poland.

(Values in € million)

	12.31.2023	12.31.2022
Acquired turnover/Loans disbursed during the year	5,678	5,211
Provision for late payment interest	784	686
Lump-sum indemnity provision	210	191
Provision for late payment interest not transferred to the income statement	420	368
Lump-sum indemnity provision not transferred to the income statement	105	96

### VOLUMI

■ Italia ■ Portogallo ■ Grecia ■ Altri



Normalized interest income amounted to €255.7 million compared to €132.8 million in 2022, and was positively affected by the growth in rates, which impacted the rate to be applied on the calculation of late payment interest, and more generally by the repricing implemented with customers as well as by the increase in the loan portfolio.

The "rescheduling/capital gains" spread included in net interest income, i.e. the differential between capital gains generated by the receipts of late payment interest exceeding 50% accounted for on an accruals basis and rescheduling, i.e., the effects related to the discounting of receivables not collected according to internal estimates and therefore reprojected forward over time, also recorded a positive trend when compared to the previous year (+13.7 compared to last year), also thanks to significant settlements entered into with some debtors.

Normalized other operating expense and income included in Other revenue, include the economic impacts deriving from the compensation for recovery costs ("40 euros") which in the course of 2023 led to a positive impact of €15.2 million (€12.1 million in 2022).

The Total normalized Net Revenue therefore amounted to €288.1 million, up €139.8 million compared to last year, thanks mainly to the phenomena described previously.

	<i>€M (normalized values)</i>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Interest income	255.7	132.8
<i>of which "rescheduling/capital gains" spread</i>	21.5	7.8
Other Revenue (including other operating expense and income)	32.5	15.5
<b>Total net revenue</b>	<b>288.1</b>	<b>148.3</b>

## Securities Services BU

### Main KPIs and Economic Results

Securities Services is the BU which deals with custodian banking for investment funds and related services such as global custody, fund accounting and transfer agents for national managers and various investment funds – such as pension funds, mutual funds and alternative funds – as well as banks and other financial institutions (i.e., stock brokerage firms). This business is focused on the Italian market.

During the year the BU witnessed good commercial performance thanks to the launch of strategic initiatives aimed at i) further expansion and improvement of the commercial experience (through new services such as settlement processing in the various markets; securities lending for medium to small-sized Pension Funds; expansion of the activities of Paying Agents to foreign currencies as well, etc.); ii) an expansion of the customer base (through the offer of added-value custodian bank services to Pension Funds and Healthcare Funds, as well and participation in the calls for tenders of Pension Funds in addition to the offer of Paying Agent, Account and Custodian Bank services to Corporate customers) and iii) seizing the opportunities deriving also from regulatory interventions (such as T2-T2S Consolidation, ECMs, CSDR, SHRD II, SFTR Reports, operational management of MTS-Repos), which on one hand represent an opportunity to strengthen in the market the role of correspondent bank and reference partner as part of Global Custody, and on the other hand make it possible to offer new value added products and services which will be able to contribute to a further increase in BFF's revenue. In the area of opportunities generated by regulations, the BU concentrated on overseeing and monitoring the new regulations on pension funds, both through institutions and trade associations. BFF Bank was appointed as custodian bank of Cassa Forense, with €13 billion in assets managed, which is expected to be onboarded in the second quarter of 2024.

The main indicators of the Securities Services BU showed generally positive trends compared to the end of 2022 due to the effects linked to good financial market performance and commercial initiatives. The decreased performance of AuCs is linked to the exit of a customer in the final quarter of the year with a limited impact on revenue.

The Custodian's Assets under Deposit (AuD) amounted to €58.8 billion, up 19% from 2022, while Global Custody's Assets under Custody amounted to €111.3 billion, a decrease of 27% from 2022, due to the exit of a lower-profitability customer.

The balance of customer deposits was influenced by the change in investment policies adopted by many funds (due to the new scenario for market interest rates, which have transitioned from negative to positive) as early as the second half of 2022.

	2023	2022
Custodian Bank (AuD, €M)	58,842	49,524
Global Custody (AuC, €M)	111,343	153,065
Deposits - Final Balance (€M)	2,886	3,167

The level of normalized Net fees and commissions was lower than the previous year but 3% higher excluding the portion of 2022 attributable to Arca.

€M (normalized values)

	2023	2022
Net fee and commission income	23.0	42.4
Other Revenue (including other operating expense and income)	0.6	1.2
<b>Total net revenue</b>	<b>23.6</b>	<b>43.6</b>

## Payments BU

### Main KPIs and Economic Results

The Payments BU is the business unit that deals with payment processing, corporate payments and checks and bills and has as customers medium-small Italian banks, medium-large companies and boasts a partnership with Nexi. This business is focused on the Italian market.

As the leading independent operator in Italy in the field of processing services dedicated to PSPs (Payment Service Providers: Banks, IMELs, Payment Institutions) and in structured collection and payment services for companies and the Public Administration, BFF is benefiting from a growing payments market thanks to the progressive digitalization of payment instruments.

In the course of 2023, the BU had good commercial performance, with positive effects on the area of payment processing, corporate payments and the settlement sector; furthermore, several commercial initiatives were concluded successfully, deriving from the closure of Nexi's ACH, which enabled the BU to strengthen and expand its role as a service bank, obtaining new customers and increasing, on a forward-looking basis for the coming years, the volumes managed.

Initiatives were also launched specifically for the area of checks and bills of exchange (an area in structural decline for the market as a whole) for which the steady drop in volumes is raising the interest of some customers in BFF Bank's services.

As seen in 2022, the market is showing the effects of the evolution and digitalization of the Payment System and the ongoing aggregation of banks, not to mention potential increased competitiveness in the Payments sector, also led by the ECB and the European Commission, along with the entry of many new operators into the payments market, such as Payment Institutions, IMELs, TPPs and Fintech operators. Precisely these last two phenomena, combined with the acquisition of new customers due to the closure of Nexi's ACH, have meant that BFF continues to see growing demand for payment intermediation services, a trend that strengthened significantly for BFF in 2023. The ongoing revision of the Payment Services Directive (PSD) and the requirement for PSPs to send and receive instant payments may lead to further market expansion, developing more competition but also new opportunities. Note that the ability to open Central Banks' money accounts to non-bank operators may reduce the current trend.

The main indicators of the Payments BU, in terms of the number of transactions executed compared to last year, showed positive trends.

The number of transactions grew by 14% to 767 million thanks mainly to the card brokering and settlement business, partially offset by the structural decline of other services such as checks and bills of exchange.



The balance of deposits amounting to €3,495 million was up compared to €2,748 million in 2022 thanks to the commercial efforts made with existing customers in order to boost liquidity and the larger balances in operating accounts.

	12.31.2023	12.31.2022
Transactions (no. transactions € m)	767	675
Deposits - Final Balance (€M)	3,495	2,748

The level of Net fee and commission was higher than in 2022 and amounted to €63.1 million, primarily as a result of increased operations and despite a pricing structure with steady fees.

*€M (normalized values)*

	2023	2022
Net fee and commission income	51.7	45.4
Other Revenue (including other operating expense and income)	11.4	11.3
<b>Total net revenue</b>	<b>63.1</b>	<b>56.7</b>

## Operating costs

On the Administrative Expense front, the Bank continued to maintain a strong focus on cost control and, where possible, to improve its operational efficiency, evidenced by a cost/income ratio that was down (44%) compared to 2022 (47%) despite the investments made and aimed at improving processes, improving technological infrastructure and supporting growth in the core business.

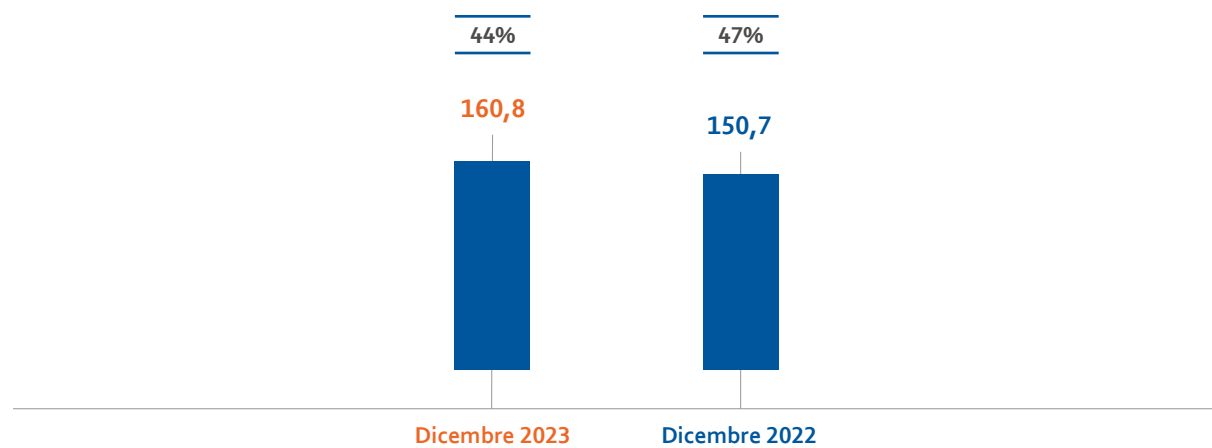
The costs of the Factoring & Lending BU rose by 17% compared to last year, justified for the most part by the increase in legal expense incurred for debt collection. Payments BU costs were up by 3% over last year due to increased volumes. Regarding the costs of the Securities Services BU, on the other hand, the reduction of 16% since last year is attributable to decreased operations and a reduction in personnel costs as a result of the layoffs enacted following the exit of the customers Anima and Arca.

Other Costs increased by 13% compared to the previous year, mainly due to the increase in contributions that the Bank makes each year to the Resolution Fund and the Deposit Guarantee Fund (€6.3 million in 2023 and €3.6 million in 2022), costs of the AIRB project and ICT costs and the renewal of the banking sector national labor agreement.

With regard to the Deposit Guarantee Fund, note that EU Directive 2014/49 (Deposit Guarantee Schemes Directive - DGS) introduced in 2015 a new mixed funding mechanism, based on ordinary (ex-ante) and extraordinary (ex-post) contributions on the basis of the amount of the covered deposits and the degree of risk incurred by the respective member bank.

With regard to the Resolution Fund, recall that Regulation (EU) 806/2014 governing the Single Resolution Mechanism, which came into force on January 1, 2016, has established the European Single Resolution Fund (SRF), managed by the new European resolution authority, the Single Resolution Board. Starting from that date, the National Resolution Funds (NRF) set up by Directive (EU) 2014/59 (Bank Recovery and Resolution Directive - BRRD) and implemented in 2015, became part of the new European Resolution Fund.

## COST / INCOME RATIO



	Dicembre 2023	Dicembre 2022
<i>Factoring &amp; Lending</i>	(27.9)	(23.8)
<i>Payments</i>	(33.1)	(32.1)
<i>Securities Services</i>	(20.9)	(24.7)
<i>Other</i>	(78.9)	(70.1)

## Main items in the statement of financial position

Brief comments are provided below on the key items in the statement of financial position.

### Cash and cash equivalents

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
a) Cash	204	206	(2)
b) Current accounts and sight deposits at Central Banks	157,536	489,810	(332,273)
c) Current accounts and sight deposits at banks	81,389	133,959	(52,570)
<b>Total</b>	<b>239,130</b>	<b>623,976</b>	<b>(384,846)</b>

As of December 31, 2023, this item mainly includes unrestricted deposits with the Bank of Italy, amounting to €157 million, as well as current accounts held by the Bank at third-party banks, amounting to €81.35 million.

### Financial assets measured at fair value through profit or loss

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
a) financial assets held for trading	1,168	211	957
c) other financial assets subject to mandatory fair value measurement	165,846	90,330	75,517
<b>Total</b>	<b>167,013</b>	<b>90,541</b>	<b>76,473</b>

This item, which at December 31, 2023 amounted to €167.0 million, includes the "Financial assets held for trading" of €1,168 thousand, which mainly includes the positive fair value of derivative instruments classified as trading assets but used for operational hedges of the exchange rate risk that the Bank is exposed to, and the "Other financial assets subject to mandatory fair value measurement" of €165,846 thousand, which mainly include the "UCI units" managed in part by the "Italian SGR Investment Fund," and to a lesser extent by the "Atlante Fund" and, as of the end of 2022, by a fund of which the Bank subscribed additional units in 2023 for €75 million with a commitment to subscribe another €15 million worth of units. The value of UCI units recognized in the financial statements as of December 31, 2023 has been updated to the latest available NAV made available by these funds.

## Financial assets measured at fair value through other comprehensive income

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
Government securities - (HTC&S)	-	-	-
Equity securities	137,520	128,098	9,422
of which:			
a) Banks	125,534	125,432	102
b) Other issuers:	11,985	2,666	9,320
<b>Total</b>	<b>137,520</b>	<b>128,098</b>	<b>9,422</b>

This item, which as of December 31, 2023 amounted to €137.5 million, consists essentially of the stake in the Bank of Italy of €125 million, as well as other shares and equity investments amounting to about €12 million.

The item increased compared to December 31, 2022 mostly due to (i) the purchase of an equity stake in the General Finance financial bank for about €7.3 million and (ii) its adjustment to fair value for €2.1 million.

## Financial assets measured at amortized cost

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
Government securities - (HTC)	4,957,182	6,129,228	(1,172,046)
Loans and receivables with banks	593,561	478,203	115,358
Loans and receivables with customers	5,049,220	5,119,099	(69,879)
<b>Total</b>	<b>10,599,963</b>	<b>11,726,530</b>	<b>(1,126,568)</b>

The amount relating to the item Government Securities – (HTC) consists entirely of Italian government securities classified in the Held to Collect (HTC) portfolio to hedge liquidity risk, for a total value of about €5.0 billion, down from the figure recorded as of December 31, 2022 (-€1.2 billion) following (i) the sale of some securities, in compliance with the provisions of the HTC Business Model, which produced a result in the Income Statement of €22.0 million and (ii) coupon repayments and collections for €1.152 million.

"Loans and receivables with banks" includes the item "Loans and receivables with central banks - Mandatory reserve" relating to the deposit of Mandatory reserves, including the amounts deposited in compliance with the reserve requirement of the client banks, for which the Bank provides the service indirectly, as well as the amounts deposited with Banco de España as CRM (*Coeficiente de Reservas Mínimas*) in relation to the deposit-taking activities carried out by the Spanish subsidiary of the Bank through "Cuenta Facto", and with the National Bank of Poland (*Narodowy Bank Polski*) for the deposit-taking activities carried out by the Polish subsidiary through "Lokata Facto". The item also includes "Loans and receivables with banks – Reverse repurchase agreements" relating to contracts governed by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA) as well as "Loans and receivables with banks – Others" which derive from the provision of activities and services offered.

With regard to “Loans and receivables with customers”, the item mainly includes receivables referring to factoring activities. Note that, as indicated by the Bank of Italy, the ecobonus tax assets are recognized under “Other Assets” in the amount of approximately €414.1 million, of which €354.2 million according to the HTC Business Model and €59.9 million under the Trading Business Model.

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
Factoring activities (outright purchases, late payment interest and recovery expense)	3,108,560	2,988,971	119,589
Trade receivables purchased below nominal amount	24,982	28,451	(3,469)
Other exposures	1,915,677	2,101,678	(186,001)
<b>Total</b>	<b>5,049,220</b>	<b>5,119,100</b>	<b>(69,880)</b>

## Credit quality

With regard to credit quality, total net impaired exposures increased by €301.3 million at December 31, 2023 compared to €252.0 million at December 31, 2022. The increase was caused primarily by impaired past due exposures (€49.3 million compared to the previous year).

In order to analyze its credit exposures, aimed among other things at identifying any impairment losses on financial assets in accordance with IFRS 9, the Bank classifies exposures as Performing and Non-Performing.

Non-Performing exposures, whose overall gross amount was €305.8 million at December 31, 2023 with impairment losses totaling €4.6 million, are divided into the following categories.

Please recall that impaired assets are classified in keeping with the prudential definition of default (i.e. past due, unlikely to pay and bad loans), which assumes that there is an effective state of deterioration of the credit quality of the exposure, not providing for any discretion and not ensuring that certain cases not representative of a worsening of credit risk (as for most Bank exposures) are treated differently. The actual credit risk profile assumed by the Bank is limited, as it has been assumed with respect to public bodies, and the classification described above could result in significant distortions in the representation of the Bank’s accounting, prudential and capital strength information. This is also corroborated by the very limited credit losses recorded.



## Non-performing loans

These are exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections recognized by the Bank.

At December 31, 2023, the total non-performing loans of the Bank, net of impairment, amounted to €93.2 million. Among these non-performing exposures, €92.6 million (99.4% of the total) concerned regional authorities in financial distress.

Gross non-performing loans amounted to €95.5 million (€82.4 million in 2022) and related adjustments amounted to €2.3 million (€2.1 million in 2022).

Please note that, as for the exposures to Local Authorities (Municipalities and Provincial Governments), in accordance with the Bank of Italy Circular no. 272 the portion subject to the relevant settlement procedure, the claims included in OSL's liabilities, are classified as non-performing, even though all claims can be collected under the law at the end of the insolvency procedure.

## Unlikely-to-pay positions

Unlikely to pay exposures reflect the judgment made by the intermediary about the unlikelihood, excluding such actions as the enforcement of guarantees, that the debtor will fully fulfill (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or installments). Therefore, it is not necessary to wait for an explicit sign of anomaly (e.g., failure to repay) when there are factors that signal a default risk situation for the debtor.

At December 31, 2023, gross exposures classified as unlikely to pay totaled €3.1 million (€1.6 million in 2022) and related adjustments amounted to €1.5 million (€0.8 million in 2022), a net amount of €1.6 million (€0.8 million in 2022).

## Impaired past due exposures

Impaired past due exposures consist of positions vis-à-vis entities with a past-due situation, where the overall amount of past-due and/or overdue exposures has been higher than, for at least 90 consecutive days, (i) the relative materiality threshold (relative limit of 1% given by the ratio between the total past-due and/or overdue amount and the total amount of all credit exposures to the same Debtor) and (ii) the absolute materiality threshold (absolute limit equal to €100 for retail exposures and €500 for non-retail exposures).

At December 31, 2023, total net past due exposures amounted to €206.5 million.

Gross exposures totaled €207.3 million and relevant adjustments amounted to around €0.8 million. 93.8% of these exposures relate to public counterparties.

However, the increase in the level of impaired past due exposures compared to December 31, 2022 is not symptomatic of an increase in the portfolio's actual credit risk profile.

The following table shows the amount of loans and receivables with customers, with an indication of any adjustment, broken down into "Performing exposures" and "Impaired assets".

(Values in thousand euros)

Type	12.31.2023			12.31.2022		
	Gross amount	Impairment losses/gains	Net value	Gross value	Impairment losses/gains	Net value
Purchased performing non-performing exposures (Stage 3)	300,070	(4,339)	295,731	249,484	(3,176)	246,308
Purchased non-performing impaired exposures (stage 3)	5,785	(201)	5,584	5,678	(6)	5,672
Performing exposures (Stage 1 and 2)	4,749,334	(1,428)	4,747,906	4,867,749	(630)	4,867,119
<b>Total</b>	<b>5,055,189</b>	<b>(5,969)</b>	<b>5,049,220</b>	<b>5,122,911</b>	<b>(3,812)</b>	<b>5,119,099</b>

Furthermore, besides classifying exposures as performing and non-performing, the Bank also measures exposures as forborne in compliance with relevant Implementing Technical Standards.

## Property, equipment and investment property and intangible assets

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
Property, equipment and investment property	20,377	27,763	(7,386)
Intangible assets	40,734	36,142	4,592
<b>Total</b>	<b>61,111</b>	<b>63,906</b>	<b>(2,794)</b>

At December 31, 2023, the item "Property, equipment and investment property" amounted to a total of €20,377 thousand.

The amount includes primarily: i) land amounting to €2,640 thousand, ii) buildings (including capitalized extraordinary maintenance) of €4,268 thousand relating to the Rome property at Via Elio Chianesi 110/d owned by DEPObank, iii) right-of-use assets relating to the application of IFRS 16 on leases of €11,238 thousand. The decrease over 2022 was caused mainly by the classification of the via Domenichino land and building under assets held for sale, in the amount of €8,046 thousand.

Intangible assets largely consist of (i) investments in new programs and software used for multiple years for €21.6 million and (ii) customer relationships recognized in BFF Bank following the acquisition of Depo for €19.1 million.

In line with the provisions of IAS 36, the impairment test was performed on goodwill, without identifying any impairment.

## Hedging derivatives, equity investments and financial liabilities held for trading

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
Equity investments	154,876	151,876	3,000
Financial liabilities held for trading	1,215	950	265
Hedging derivative liabilities	-	14,314	(14,314)

The items Hedging derivative liabilities respectively include the negative fair values related to the use of currency swap contracts to hedge loans disbursed in zloty to Polish subsidiaries under existing intercompany agreements and the Transaction Services BU's funding in currencies other than the euro. At December 31, 2023 there were no outstanding derivatives.

The item Equity investments represents the value of the equity investment in the subsidiaries BFF Polska, BFF Iberia, Techlab, BFF Immobiliare and Unione Fiduciaria. The increase compared to 2022 relates to the subsidiary BFF Immobiliare.

The item Financial liabilities held for trading includes the negative fair value at December 31, 2023 of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of exchange rate risk that the Bank is exposed to.

## Tax assets and liabilities

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
<b>Tax assets</b>	<b>108,569</b>	<b>55,243</b>	<b>53,326</b>
current	55,465	-	55,465
deferred	53,104	55,243	(2,139)
<b>Tax liabilities</b>	<b>121,318</b>	<b>128,840</b>	<b>(7,522)</b>
current	-	22,548	(22,548)
deferred	121,318	106,292	15,026

As at December 31, 2023 current tax assets and liabilities amount to €55,465 thousand and €0 thousand, respectively, and include the net balance of the Bank's tax positions with respect to tax authorities, in accordance with the provisions of IAS 12.

The main components of deferred tax assets include the portion of amounts deductible in future years of adjustments to loans and receivables, the accruals for deferred benefit employee obligations, and depreciation and amortization the recognition of which is deferred for tax purposes.

Deferred tax liabilities mainly refer to the taxes on late payment interest, recognized in the financial statements on an accruals basis but which will form part of the taxable profit in future years subsequent to collection, in accordance with Article 109, paragraph 7, of Italian Presidential Decree no. 917 of 1986.

## Other assets and Other liabilities

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
Other assets	644,466	389,016	255,450
Other liabilities	536,142	382,205	153,937

The Other assets and Other liabilities items include the transitory items and the items to be settled with a debit and credit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include settlements that were suspended in the first business days after the date of reference.

At December 31, 2023, Other assets also include ecobonus tax assets acquired through non-recourse factoring transactions of €414.1 million (€221 million at December 31, 2022) of which €354.2 million according to the HTC Business Model and €59.9 million according to the Trading Business Model.

## Financial liabilities measured at amortized cost

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
Amounts due to banks	2,268,022	1,165,557	1,102,466
Amounts due to customers	8,463,347	10,728,674	(2,265,327)
- of which to financial institutions	-	-	-
Securities issued	-	38,976	-
<b>Total</b>	<b>10,731,370</b>	<b>11,933,207</b>	<b>(1,162,861)</b>

The item "Amounts due to banks" mainly consists of "current accounts and demand deposits", mainly deriving from payment service operations, and includes the balances of accounts of bank customers.

Amounts due to customers mainly refer to "current accounts and demand deposits" relating to balances on operational accounts, i.e. accounts opened for customers (e.g. funds, asset management companies, corporate customers and other institutions) related to the custodian bank core business.

The item includes €2,743,858 thousand for online deposit accounts ("conto facto") offered in Italy, Spain and Germany, the Netherlands, Ireland and Poland (restricted deposits and current accounts), compared to €1,283,120 thousand at December 31, 2022.

As concerns Securities issued, on May 23, 2023 the remaining portion (with a residual nominal value of €38.6 million) of the senior unsecured bond (ISIN XS2068241400), rated "Ba1" by the Moody's rating agency, issued by BFF in October 2019, matured and was therefore redeemed.

## Provisions for risks and charges

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2023	12.31.2022	Changes
Commitments and other guarantees provided	553	225	327
Employee benefits	6,760	7,712	(952)
Other provisions	27,791	24,414	3,378
<b>Total</b>	<b>35,104</b>	<b>32,351</b>	<b>2,753</b>

At December 31, 2023 "Provisions for risks and charges" mainly include allocations to "Pension and similar obligations" and allocations to "Other Provisions" to cover likely risks of loss in litigation.

## Main items in the Income Statement

In 2023, the Bank's profit amounted to €131.4 million, compared to €261.4 million recognized in 2022. Normalizing both results, i.e., eliminating all non-recurring items that affected the results of both years, the normalized profit for 2023 is €141.1 million compared to €117.0 million earned in the year 2022.

### Total income

(Values in thousand euros)

Items	2023	2022	Changes
Maturity commissions and late payment interest on non-recourse trade receivables	244,302	157,272	87,030
Interest income on securities	180,454	42,787	137,668
Other interest	142,996	93,750	49,247
<b>Interest and similar income</b>	<b>567,752</b>	<b>293,808</b>	<b>273,944</b>
<b>Interest expense</b>	<b>(341,848)</b>	<b>(91,494)</b>	<b>(250,354)</b>
<b>Net interest income</b>	<b>225,904</b>	<b>202,314</b>	<b>23,590</b>
<b>Net fee and commission income</b>	<b>75,139</b>	<b>90,534</b>	<b>(15,395)</b>
<b>Dividends and similar income</b>	<b>8,897</b>	<b>85,758</b>	<b>(76,861)</b>
<b>Net trading income (loss)</b>	<b>(10,194)</b>	<b>9,744</b>	<b>(19,939)</b>
<b>Net hedging income (loss)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Profits (losses) on disposal or repurchase of:</b>	<b>21,893</b>	<b>166</b>	<b>21,727</b>
a) financial assets measured at amortized cost	21,893	166	21,727
b) financial assets measured at fair value through other comprehensive income	-	-	-
c) financial liabilities	-	-	-
<b>Profits on other financial assets and liabilities at fair value through profit or loss</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
b) other financial assets subject to mandatory fair value measurement	2,233	5,154	(2,922)
<b>Total income</b>	<b>323,871</b>	<b>393,671</b>	<b>(69,800)</b>

Net interest income for 2023 was €225.9 million, up from €202.3 million in 2022 (normalized values of €225.9 million and €174.9 million, respectively) and benefited from: the higher net return on loans, thanks to the repricing policies put in place on the Factoring & Lending side, the increase in the rate applied to calculate late payment interest, the good performance of collections of late payment interest, also following a significant settlement entered into, resulting in a capital gain, the repricing of floating-rate HTC government bonds and the gradually decreasing impact of fixed-rate HTC government bonds, and the higher value of loans to customers (thanks to the growth in Factoring & Lending).



The value of net fee and commission income for 2023 was €75.2 million, down from €90.7 million in 2022 (normalized values of €75.2 million and €90.7 million, respectively) and was negatively impacted by the exit of Arca on November 1, 2022 and despite good business performance.

Total income for 2023 amounted to €323.9 million (€323.9 million normalized) down from €393.7 million in 2022 (€287.9 million normalized). The increase in normalized total income, mainly due to the growth in net interest income and an overall capital gain of €22.0 million relating to the sale of €835 million euros of floating-rate government securities, was partially offset by the reduction in dividends (€8.9 million in 2023 and €85.6 million in 2022).

## Administrative costs

(Values in thousand euros)

Items	2023	2022	Changes
Personnel expense	66,416	65,624	792
Other administrative expense	96,936	88,909	8,027
<b>Total administrative expense</b>	<b>163,352</b>	<b>154,533</b>	<b>8,819</b>

Administrative expense for 2023 amounted to approximately €163.4 million (€152.9 million normalized) and were up from €154.5 million (€144.0 million normalized) in 2022 as a result of higher costs incurred to support business growth and implement initiatives to improve the Bank's IT processes and architecture, freeing up additional efficiency in the future and reducing operational risks. Nevertheless, the Bank's operating efficiency improved compared to 2022, as evidenced by the decreasing cost/income ratio (from 44% in 2023 to 47% in 2022).

## Other operating income, net

In 2023, under "Other operating income, net", the Bank recorded an amount equal to €15.2 million (€15.2 million normalized) relating to the compensation for recovery costs ("40 euros") compared to €94.7 million in 2022 (€12.1 million normalized, net of the effect of the change in the estimate at December 31, 2022). In 2023 there was a €3.1 million increase in the normalized value year-on-year.

## 4. Bank’s Objectives and Policies on the Assumption, Management and Hedging of Risks

### Disclosure regarding the going concern assumption

In accordance with IAS 1, paragraph 24, the Bank assesses its ability to continue as a going concern by taking into account the trend of its main core indicators and available information about the future, covering at least 12 months after the reporting date.

In view of the aforementioned considerations, associated with the historical and prospective review of its earnings and its ability to access financial resources, the Bank will continue its operating activities on a going concern basis. Consequently, these separate financial statements are drawn up based on this assumption.

A performance review of the last few years shows a continuing positive trend in the main indicators, especially considering the fact that the profit for 2022 was positively influenced by several non-recurring elements.

The data can be summarized as follows:

- ▶ Increase in net interest income and total income;
- ▶ Stable equity;
- ▶ Sufficient availability of financial resources;
- ▶ Positive commercial prospects related to the trend in demand;
- ▶ High credit quality.

A quantitative summary of this analysis can be found below.

Items	2023	2022
Net interest income	225.9	202.3
Total income	323.9	393.7
EBTDA (gross of provisions)	196.9	356.5
Profit	131.4	261.4
R.O.E. (Return On Equity) (%)	19.0%	35.6%
R.O.T.E. (Return on Tangible Equity) (%)	20.1%	37.5%
Net interest margin / Interest and similar income (%)	39.8%	68.9%
NPLs (net of impairment) / Loans and receivables with customers (%)	1.8%	1.6%
Own funds / Loans and receivables with customers (%)	20.1%	24.2%
Leverage Ratio	4.3%	4.4%
Equity	692.6	734.2
Own Funds	524.0	590.4

## Risk Management and Compliance with Prudential Supervision Regulations

The prudential supervision regulations are mainly governed by the Bank of Italy Circular no. 285 "Supervisory provisions for banks" and Circular no. 286 "Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries", both dated December 17, 2013, which adopt the harmonized regulation for banks and investment firms contained in the EC CRR regulation (Capital Requirements Regulation) and in the European Directive CRD IV (Capital Requirement Directive) of June 26, 2013.

These regulations include the standards set forth by the Basel Committee on Banking Supervision (Basel 3 framework), whose implementation, pursuant to the Consolidated Law on Banking, is the responsibility of the Bank of Italy, and define the ways in which the powers attributed by EU regulations to national authorities were exercised.

The above circulars outline a complete, organic and rational regulatory framework, integrated with the directly applicable EU provisions, which is completed with the issue of the implementation measures contained in the regulatory technical standards and implementing technical standards adopted by the European Commission based on the EBA's proposal.

The regulation applicable at December 31, 2023 is based on three pillars.

### Pillar I – Capital adequacy to meet the typical risks associated with financial operations

From the standpoint of operations, the absorption of risks is calculated using various methods:

- ▶ "Standardized approach" for credit risk;
- ▶ "Original exposure approach" for counterparty risk;
- ▶ "Basic approach" for operational risk;
- ▶ "Standardized approach" for market risk.

### Pillar II – The ICAAP/ILAAP Report

In accordance with prudential supervisory provisions, and in order to allow the Supervisory Authority to carry out an accurate and comprehensive assessment of the fundamental qualitative characteristics of the equity and financial planning process, the risk exposure and the consequent calculation of total internal capital and relevant liquidity reserves, the Bank - as Bank of the Banking Group - has prepared the "ICAAP/ILAAP 2022 Report" (the "ICAAP/ILAAP 2023 Report" will be sent to the Bank of Italy by April 30, 2024) on internal processes for determining adequacy of capital and of liquidity risk governance and management systems.

### Pillar III – Disclosure to the public

Pursuant to Article 433 of the CRR, banks shall publish the disclosures required by EU regulations at least on an annual basis, in conjunction with the date of publication of the financial statements. Pillar III provisions establish specific periodic disclosure obligations concerning capital adequacy, risk exposure and the general features of the related systems for the identification, measurement and management of such risks. BFF Banking Group draws up public disclosures in accordance with the provisions in effect, on a consolidated basis. To this end, the Board of Directors of BFF has approved a dedicated procedure named "Disclosure to the Public (Pillar III)".

Pursuant to this procedure, the disclosure should be:

- ▶ Approved by the Board of Directors before it is made public;
- ▶ Published on the website [www.bff.com](http://www.bff.com) at least once a year by the deadline for the publication of the separate Financial Statements, and therefore within 21 days of the date of approval of the separate Financial Statements by the Shareholders' Meeting.

With regard to the provisions of the Bank of Italy Circular no. 285 of December 17, 2013, and subsequent updates, the BFF Group will publish on its website [www.bff.com](http://www.bff.com), once a year, within the deadlines established for the publication of the Financial Statements, a Country-by-Country Reporting document, which contains information inherent to the business, turnover, and the number of staff in the various countries in which the Group is present.

The information to be published is defined by Appendix A, first part, Title III, Chapter 2 of the above Circular.

## Disclosure regarding Calendar Provisioning and Past Due

With the aim of adopting an increasingly prudent approach to the classification and coverage of NPEs, in April 2019 the European Commission approved an update of EU Regulation 575/2013 (CRR) regarding the minimum coverage of non-performing loans. For the purposes of evaluating prudential provisions, the legislation in question provides that loans disbursed and classified as impaired after April 26, 2019 are subject to "calendar provisioning". Exposures disbursed earlier and subsequently classified as NPEs will not be subject to the provisions contained in the amendment to Regulation no. 575 (CRR). This update requires banks to maintain an adequate provision level, deducting from their CET 1 any positive difference between prudential provisions (identified by weighting the gross value of guaranteed and unsecured NPEs by certain percentages) and amending funds and other assets (provisions, prudent valuation, other deductions of CET1).

This rule is based on the principle that the prudential definition of default (i.e. past due, unlikely to pay and bad loans) effectively defines a state of deterioration of the credit quality of the exposure, not providing for any discretion and not ensuring that certain cases not representative of a worsening of credit risk (as for most Group exposures) are treated differently.

Thanks to the credit management processes established by the BFF Group, as of December 31, 2023 the impact on CET 1 deriving from the application of calendar provisioning was roughly €835 thousand, compared to December 31, 2022 when it amounted to €179 thousand. This prudential deduction from CET1, considering that the actual credit risk profile assumed by the BFF Group is limited, as it has been assumed with respect to public bodies, could result in significant distortions in the representation of the Bank's accounting, prudential and capital strength information, as corroborated by the recognition of very limited losses on credits.

Regarding the classification to NPE, note that on June 27, 2019 the Bank of Italy introduced certain amendments to Circular No. 272 concerning credit quality and the rules on the new definition of default, and on August 14, 2020 it published its note containing the guidelines of the Supervisory Body on the application of Delegated Regulation (EU) No. 171/2018 on the materiality threshold of overdue credit obligations pursuant to Art. 178, para.2, letter d) CRR (RD), and more generally on the application of the RD regulations. This clarification note was later amended on October 15, 2020, February 15, 2021 and September 23, 2022, the latter date being that on which the Bank adopted the most recent interpretation criteria concerning the definition of default.

Moreover, note that the Bank has implemented a series of actions and interventions aimed at further improving the credit selection and management process, initiatives that have made it possible to avoid particular negative impacts of the new legislation on the business model.

Finally, note that BFF also conducted the most careful assessments with respect to the opportunity to undertake the path of adopting the method based on internal ratings (IRB) for credit risk. This is a method that, especially with respect to exposures to the public administration, would allow i) a more adequate representation of the Bank's low actual risk profile, since, beyond the definition of default – and probability of default (PD) – that can be adopted, the Bank's recovery processes would show Loss Given Default (i.e. LGD), which is known to be substantially nil, as well as ii) to adopt approaches that are more representative of the actual risk in the context of credit activities arising from the purchase of trade receivables, such as the adoption of the Facility Level Approach (FLA), which to date has only been permitted for banks and groups using internal models. This would have the effect of a substantial reduction in the amount of past-due receivables, with the underlying credit risk remaining the same. The benefit of such an approach was also described by the Bank to the various reference trade associations, also in order to highlight the distortion in terms of the representation of the risk profile of the approach by counterparty in the most appropriate fora and in working groups with the supervisory authorities.

## Monitoring and control of Liquidity

Despite the current macroeconomic scenario, characterized by the continuation of the tensions deriving from the Russia/Ukraine conflict, the recent outbreak of the Israel-Palestine conflict and international tensions, the Bank has always been able to count on an adequate level of liquidity, largely respecting regulatory requirements and positioning itself on values higher than the internal levels of reporting indicators (LCR, NSFR).

The Bank adopts strong safeguards to monitor and govern the liquidity position. Specifically, *(i)* when deemed necessary, it performs more frequent and more detailed stress analyses with increasing and variable impacts, *(ii)* maintains an important share of assets freely available to meet unforeseen liquidity needs, verifying their level of adequacy with respect to future cash flows, *(iii)* monitors the markets, and *(iv)* monitors changes in the collection trends of debtors, particularly of the Public Administration.

In this context, also by monitoring operational indicators, no particular liquidity tensions were identified thanks to the Bank's capacity to handle potential stress situations deriving from its funding structure and the levers it is able to activate if required.

Moreover, each year the Bank updates its Contingency Funding Plan ("CFP"), which is approved by the BFF Bank Board of Directors and implemented by the Subsidiaries. The document was updated in January 2023. This document illustrates indicators and related thresholds in order to trigger the appropriate actions and escalation and decision processes, with a view to preventing and managing a possible liquidity crisis.

## The main accounting issues dealt with during the epidemic and the Russia/Ukraine conflict

Also considering the current economic and political context, the Risk Management Function has developed a new forward-looking model for the conditioning of PDs, replacing the previous one which depended on the assumptions of the external infoprovider. The new model is based on the macroeconomic scenarios published by the EBA (European Banking Authority) during the 2023 stress test.

In continuity with the previous scenarios provided by the other infoprovider, these scenarios are characterized by an exacerbation of financial conditions and a considerable deterioration of economic outlooks caused by the high inflation generated, inter alia, by the Russia-Ukraine conflict. Furthermore, these scenarios also reflect an inversion in the real estate market trend in the presence of a decrease in household debt service capacity triggered by high interest rates.

Starting in the next few quarters, the Function will monitor the evolution of the macroeconomic variables used in the forward-looking model in order to identify any significant changes compared to the values used in the model updating phase.



## 5. Internal Control System

To guarantee sound and prudent management, the Bank combines business profitability with a knowledgeable assumption of risks and with operational conduct inspired by criteria of fairness.

Therefore, in line with legal and supervisory regulations and consistent with the instructions of the Corporate Governance Code for listed companies, the Bank has set up an internal control system suitable to identify, measure and continuously verify the risks typical of its corporate activities.

The CEO is the director responsible for the Internal Control system, as envisaged by the Corporate Governance Code.

Described below are the organizational framework of the internal control system, based on the following three control levels, and the main activities carried out by control functions during the year:

► **First-level controls** (line controls) aim to ensure that transactions are carried out correctly, and are performed by the same operating structures that execute the transactions, also with the support of IT procedures and constant monitoring by the heads of such operating structures.

**Second-level controls** aim to ensure the correct implementation of the risk management process and compliance with the regulatory framework, including the risk of money laundering and terrorist financing. The functions responsible for such controls, Risk Management and Compliance & AML, are distinct from business functions and contribute to the definition of risk governance policies and the risk management process. The Risk Management Function and the Compliance and AML Function – organizationally and functionally autonomous and distinct – report to the Chief Executive Officer and are independent of the internal audit function, as it performs audits on them. The duties and respective responsibilities are governed within the pertinent internal regulations of the same functions.

In this regard, please note that on May 25, 2023 the Bank's Board of Directors established the ICT and Security Risk Control Function, which is responsible for managing and supervising ICT and security risks, as well as checking for the compliance of ICT operations with the ICT and security risk management system.

► **Third-level controls** and **internal audit** activities are instead carried out by the Bank's Internal Audit Function, reporting directly to the Board of Directors.

## Control functions

### Risk Management

In terms of second-level controls, the function ensures the consistency of the risk measurement and control systems with the processes and methodologies of company activities by coordinating with the relevant company structures; oversees the realization of the internal process for determining adequacy of capital and liquidity risk governance and management systems ("ICAAP/ILAAP"); monitors the controls over the management of risks, in order to define methods to measure those risks; assists corporate bodies in designing the Risk Appetite Framework (RAF); verifies that the limits assigned to the various operating functions are being observed; and checks that the operations of the individual areas are consistent with the assigned risk and return objectives.

Specifically, during the year, the Function mainly (i) carried out the ICAAP/ILAAP process, updated the risk management thresholds and metrics in line with strategic forecasts, revised the Contingency Funding Plan and Recovery Plan.

Lastly, in 2023 the Bank conducted a series of careful assessments and analyses with regard to the possibility of adopting the internal rating based (IRB) method for credit risk, in which the Risk Management Function is involved with regard to a number of topics. The project activities to begin the process of adopting the IRB model have already been planned for 2024.

### Compliance and Anti-Money Laundering (AML)

This function supervises, according to a risk-based approach, the management of the risk of non-compliance with regulations, with regard to all the activities falling within the regulatory framework for the Bank - also through its reference persons/local functions at its subsidiaries and/or branches - continuously verifying whether internal processes and procedures are adequate in preventing such risk; the function also has the duty of preventing and combating money laundering and terrorist financing transactions, moreover identifying on an ongoing basis the regulations applicable in that area.

During the year, the Function continued with its ex post assurance and control activities based on the Annual Plan approved by the Board of Directors.

The monitoring of the risk of non-compliance, money laundering and financing of terrorism has continued on a regular basis in accordance with the annual program of the department's activities approved by the Board of Directors on March 29, 2023.

The Function also continued updating the set of internal rules and provided support on an ongoing basis to the organizational units in the interpretation of regulatory provisions and their application with respect to company operations.

Furthermore, activities continued with the goal of strengthening the oversight mechanisms enacted by the Bank and the subsidiaries through the implementation of corrective actions and the adaptation actions identified by the same Function.

## Internal Audit Function

Internal audits are carried out by the Bank's Internal Audit function, directly reporting to the Board of Directors. The Internal Audit function carries out independent controls, not only at the Bank but also at the subsidiaries BFF Finance Iberia, BFF Techlab and BFF Immobiliare under specific service agreements; it also performs management and coordination activities of the Internal Audit Function of the subsidiary BFF Polska. The regulation approved by the Board of Directors specifies that the Internal Audit function, within the third-level controls, evaluates the overall functioning of the internal control system, bringing to the attention of the corporate bodies any possible improvements.

The Head of the Internal Audit function has the necessary autonomy and is independent of the operating structures, in compliance with Bank of Italy's regulation on Internal Controls, the Corporate Governance Code and internal regulations.

In 2023, the Internal Audit function performed audits in line with the multi-year 2022-2024 Audit Plan prepared according to a risk-based approach, whose most recent update was approved by the Board of Directors in March 2023, following up on the recommendations issued and reporting quarterly on the work done to the Bank's governance and control bodies, through its dashboard.

More specifically, the audits were performed on the structures of the Bank, on the foreign branches, on the subsidiary BFF Finance Iberia and on BFF Polska and its subsidiaries. Moreover, such function carried out the audits provided for by the regulations applicable to Group activities, including those relating to remuneration and incentive policies, ICAAP and ILAAP processes and the Recovery Plan. The function also drafted the required reporting established by banking regulations represented by the "Annual Internal Audit Report" and the "Audit Report on outsourced critical or important functions" (CIF).

The manager of the Internal Audit Function is also responsible for the whistleblowing system.

## Other control functions and bodies

Finally, under the provisions and terms of the law, Staff reporting to the Financial Reporting Officer evaluate the effectiveness of the oversight being provided by the Internal Control System in regards to Financial Reporting Risk. In particular, it performs assessments and monitoring, evaluating the adequacy of the coverage of the potential risk by performing adequacy and effectiveness tests on key controls on an ongoing basis, identifying possible points of improvement in the Internal Control System in the accounting area. In this context, the Financial Reporting Officer and the Chief Executive Officer together certify the following aspects through specific reports attached to the annual separate Financial Statements: the suitability of the accounting procedures used in preparing the Financial Statements; compliance of documentation with applicable international accounting standards endorsed by the European Union; whether accounting books and records are suitable for providing a true and fair view of the financial position, financial performance and cash flows of the Bank; and the reliability of content, in relation to specific aspects, of the Director's report on operations.

### Supervisory Body pursuant to Italian Legislative Decree no. 231/2001

The Bank has an Organization, Management and Control Model (hereinafter referred to as the "Model") prepared pursuant to Italian Legislative Decree 231 of June 8, 2001 (hereinafter also referred to as the "Decree"), drafted in compliance with the requirements of such Decree as well as the guidelines of Assifact and ABI. The latest revision of the Model was approved by the Board of Directors on December 22, 2022.

The Model includes a General Part, which provides a summary description of the reference regulatory framework, the key characteristics and features of the Model identified within the operations defined as "sensitive" for the purposes of the Decree, the structure and composition of the Supervisory Body as well as the description of the system of sanctions to prevent violation of the provisions contained in the Model. It also includes Special Parts comprising: i) the Matrix of operations at risk of committing a criminal offense, intended to identify the criminal offenses that may potentially be committed as part of the Bank's operations; ii) the Protocols of the Departments and Organizational Units of the Bank, which detail the operations, audits and reporting mechanisms intended to ensure that the Bank's organizational and control system, including the foreign branches, complies with the rules in the Decree; iii) Table of Information Flows to the Supervisory Body. The Bank also adopted a Code of Ethics that defines the set of ethical values embraced by the Bank, and that, among other things, ensures the prevention of criminal offenses as per the Decree. Moreover, the Bank has put in place a Whistleblowing procedure and a specific Anti-Corruption Policy.

The Bank makes sure that all employees receive adequate training on the Decree, especially in the event of updates to related regulations.

The work done by the Supervisory Body during 2023 was mainly aimed at ascertaining recipients' effective compliance with the Model; the Model's effectiveness and adequacy with respect to the corporate structure and its effective ability to prevent the crimes referred to in the Decree; the appropriateness of updating the Model where it is found to be necessary to adapt it.

Furthermore, in 2023 the Supervisory Body performed a quality review of the Model with the support of a qualified third party consultant, in order to verify its alignment with market best practices, and also in relation to the evolution and growth of the Bank over the last few years.

The Supervisory Body reported to the Board of Directors on its work during 2023. Specifically, it noted that it had not received any report related to the proper application of the Model.

## 6. Other information

### Transactions with related parties

With regard to relations with related parties and associated parties, on November 11, 2016 the Board of Directors of BFF SpA approved, with effect subject to the commencement of negotiations on the Mercato Telematico Azionario managed by Borsa Italiana – and therefore from April 7, 2017 - the "Policies on internal controls adopted by the BFF Group for the management of conflicts of interest" (so-called "Conflict of interest management policy") and the "BFF Group Regulation for the management of transactions with parties having conflicts of interest" (the "RPT Regulation") – in implementation of the supervisory provisions of Title V, Chapter 5 of Bank of Italy Circular no. 263 of December 27, 2006 ("Circular 263") and of the Consob Regulation on transactions with related parties, adopted by resolution no. 17221 of March 12, 2010, subsequently amended by resolution no. 17389 of June 23, 2010 – subject to a favorable opinion expressed by the Board of Statutory Auditors and the RPT Committee.

On June 27, 2023 the Bank approved the update of the RPT Regulation and Conflict of Interest Management Policy to better clarify the proper interpretation of a specific provision in order to make it consistent with the underlying regulatory rationale.

The Policy on the management of conflicts of interest governs the control processes aimed at ensuring the correct measurement, monitoring and management of the risks assumed by the Group with respect to Related Parties.

The RPT Regulation is aimed at overseeing the risk that proximity, if any, of such parties to the Banking Group's decision-making centers may compromise the objectivity and impartiality of the decisions taken on transactions involving those parties, with possible distortions in the resource allocation process, exposure of the Bank to risks not adequately measured or supervised, and potential damage for shareholders and stakeholders.

The Regulation for the management of transactions with parties that may be in a conflict of interest and the Group Policy to manage conflicts of interest are communicated to the public via the Bank's website under the section Governance > Procedures and Regulations > Related-Party Transactions.

Information on related party transactions is provided in Part H of the Notes to the separate Financial Statements.

## Derogation from obligations to publish disclosure documents pursuant to Article 70, paragraph 8 and Article 71, paragraph 1-*bis* of the Issuers' Regulations

The Bank complied with the provisions of Article 70, paragraph 8 and Article 71, paragraph 1-*bis* of the Issuers' Regulations adopted by Consob Resolution no. 11971 of May 14, 1999, as subsequently amended, and therefore derogated from the obligations to publish disclosure documents required in the event of mergers, demergers, capital increases by contribution in kind, acquisitions and disposals.

## Disclosure of compliance with codes of conduct pursuant to Article 89-*bis* of the Issuers' Regulations

The Bank has signed on to the new Corporate Governance Code (formerly the Code of Conduct) for listed companies as defined by the Corporate Governance Committee established by the business associations (ABI, ANIA, Assonime, Confindustria), the association of professional investors (Assogestioni) and Borsa Italiana, approved on January 31, 2020 and in force as of January 1, 2021.

Already in December 2020, the Bank adopted the new Corporate Governance Code, by updating its internal regulations to incorporate – in the terms represented in the 2021 Report on Corporate Governance – the new features introduced by such Code.

## Research and Development

In accordance with the Bank's new Business Plan, presented in June 2023, the projects identified during the year continued to pursue the main objectives of business development, efficiency of internal processes aimed at risk containment and the constant improvement of services, and the strengthening of IT systems and technological infrastructure.

More specifically, the most important initiatives are as follows:

- ▶ Analysis of new products and services with the goal of guaranteeing increasingly extensive coverage of the reference market through a comprehensive range of services: in Factoring & Lending, the process of opening a branch in France has begun, in order to strengthen the Bank's presence in a country where it has operated for years under the freedom to provide services while, in Transaction Services, the feasibility analysis was completed intended to define the target operating model to be adopted for the introduction of Crypto Asset services.
- ▶ Multi-year project for creating an innovative platform to support the core factoring & lending business by revising and restructuring the underlying processes and through investments in information systems and in existing processes aimed at managing new types of services ancillary to non-recourse factoring requested by customers in the various countries the Bank operates in.



- ▶ The completion of projects whose investments are aimed at the implementation of innovative technological solutions designed both to manage regulatory compliance and to further improve business and administrative processes to make them more efficient, including through automation mechanisms (RPA) aimed at further reducing processing time and increasing automatic controls, while improving the level of service offered to customers.

## Unusual or atypical transactions

The Bank did not carry out any unusual or atypical transactions, as reported in Consob Communication no. 6064293 of July 28, 2006, during the reporting period.

## Bonds and ratings

On July 19, 2023, DBRS Morningstar ("DBRS") assigned its first rating to the Bank, with Long-Term Deposits rated Investment Grade at BBB (low) with a stable outlook. This assessment reflects BFF's strong liquidity position and improved funding profile following the acquisition of DEPObank. The Bank can rely on a diversified mix of funding sources, primarily operating deposits and term deposits. The rating further strengthens the Bank's operations in the Italian Securities Services and Banking Payments market.

The analysis of DBRS's rating also reflects (i) the long-term profitability and growth potential, (ii) solid capital and liquidity position, and (iii) good asset quality.

Specifically, the rating agency DBRS assigned the following ratings to BFF:

- ▶ Long-Term Issuer Rating: "BB (high)," outlook stable;
- ▶ Short-Term Issuer Rating: "R-3," outlook stable;
- ▶ Long-Term Senior Debt: "BB (high)," outlook stable;
- ▶ Short-Term Debt: "R-3," outlook stable;
- ▶ Long-Term Deposits: "BBB (low)," outlook stable;
- ▶ Short-Term Deposits: "R-2 (middle)," outlook Stable.

For further details, see the press release issued by DBRS, also dated July 19, 2023.

On November 22, 2023, Moody's reconfirmed all of BFF's ratings, following the rating action on the outlook of Italian government bonds with a rating of Baa3 to stable from negative and the modification of Italy's Macro Profile.

As of December 31, 2023, the ratings assigned to BFF by Moody's were:

- ▶ BFF's Baseline Credit Assessment ("BCA") is "ba2";
- ▶ The long-term issuer rating is "Ba2", with Stable outlook,
- ▶ The long-term bank deposit rating is "Baa3" with Negative outlook;
- ▶ The short-term Bank Deposit rating is "P-3."

As regards the bonds issued by BFF, please recall that the only issue outstanding at December 31, 2023 consists of the Additional Tier 1 bond issued in January 2022 in the amount of €150 million, which Moody's gave a rating of B2.

For further information refer to the Moody's press release published on the agency's website and the [Investors > Debt > Ratings](#) section of the Bank's website.

For ESG ratings, please refer to the "Sustainability of the BFF Banking Group business model" section.

## Events after the reporting date

There are no significant events subsequent to year-end to report.

In particular, in relation to what is required under IAS 10, in the period between the end of 2023 and the date of the approval of these separate financial statements, no events took place that would require an adjustment of the data presented in the separate financial statements.

## 7. Share Capital, Shareholder Structure, Shareholder Resolutions, and Share Performance

### Share capital

During 2023, the share capital increased from 185,545,952 shares, corresponding to €142,870,382.96 as at December 31, 2022, to 186,944,029 shares corresponding to €143,946,902 as at December 31, 2023, as a result of the partial execution of the delegated free capital increase in the period between January 2, 2023 and December 29, 2023 through the issuance of new BFF ordinary shares equal to 1,398,077<sup>12</sup> for a nominal amount of €1,076,519 and assigned to BFF Group personnel for needs related to remuneration and incentive plans (2020 Management by Objectives and 2016 and 2020 Stock Option Plan).

As of December 31, 2023, the option rights relating to the stock option plans in place amounted to 13,221,900 options assigned and not yet exercised, of which 8,996,900 could be exercised. As of December 31, 2022, the option rights relating to the Stock Option Plans in place amounted to 16,169,288 options assigned and not yet exercised, of which 1,086,788 could be exercised.

With regard to the options granted under the 2016 Stock Option Plan, as of December 31, 2023 96,000 were assigned and still exercisable as they have vested, representing all plan shares still in existence. The number of options outstanding as at December 31, 2022 was 1,086,788, of which 232,000 could not yet be exercised.

With regard to the 2020 Stock Option Plan, as of December 31, 2023, the number of stock options granted and not exercised is 5,461,400, of which 2,227,700 have vested and are exercisable. The number of options outstanding as at December 31, 2022 was 8,384,500. None of these options could be exercised yet.

With regard to the 2022 Stock Option Plan, as of December 31, 2023, 7,664,500 options have been granted (of which 3,439,500 are equity settled and cash-less and 4,225,000 are cash settled/phantom shares), none of which yet exercisable.

In 2022, 5,593,000 options had been granted, of which 2,500,500 equity settled and cash-less and 3,092,500 cash settled/phantom, none of which yet exercisable.

12) Following the resolution of the Extraordinary Shareholders' Meeting of April 2, 2020 - to increase the share capital of the Bank without consideration, in a divisible manner and in several tranches, pursuant to Art. 2349 of the Italian Civil Code, for a total amount not exceeding €5,254,563.16, through the issue of up to 6,824,108 ordinary shares for the purposes connected with the Group's remuneration and incentive policies, including the "2020 Banca Farmafactoring Banking Group Stock Option Plan" (the 2020 Capital Increase) - said 2020 Capital Increase was partially implemented through the issue of 1,398,077 new ordinary shares in the period between January 2 and December 29, 2023.

## Treasury shares

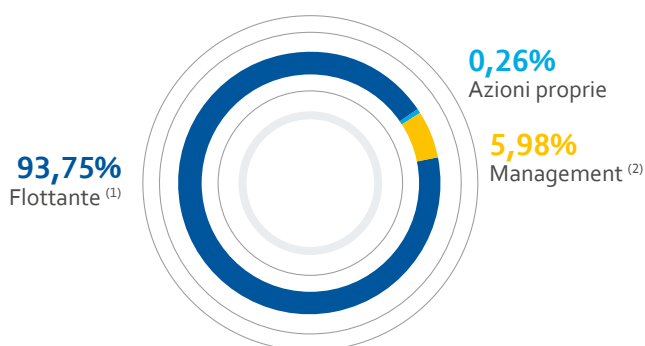
As of December 31, 2023, the Bank held 494,854 treasury shares, equal to 0.26% of the share capital, down from 570,728 as of December 31, 2022 as a result of the assignment of treasury shares, as described in more detail below, partially offset by the repurchase of 291,888 shares as part of the share buyback program that took place between February 13, 2023 and February 17, 2023.

In 2023, 367,762 treasury shares were allotted following the exercise of stock options and the payment of variable remuneration in financial instruments, of which 97,286 to the Chief Executive Officer and 270,476 to beneficiaries not on staff.

## Shareholder Structure

BFF represents one of the few Italian listed companies that is truly shareholder-owned, with a free float equal to almost the entire share capital.

As of December 31, 2023, Management and their Closely Associated Persons held 5.98% of the share capital, up from 5.88% as of December 31, 2022. Treasury shares held by the Bank – 494,854 – amount to 0.26% of the share capital.



**Totale numero di azioni emesse 186.944.029**

Fonte: Modelli 120A - 120B - 120D e comunicazioni di Internal Dealing. Le quote percentuali sono calcolate sul numero totale di azioni emesse al 31/12/2023.

- (1) Alla data del 31/12/2023 Capital Research and Management Company deteneva 9,7 milioni di azioni BFF, per una quota pari al 5,2% del capitale sociale. Alla data del 31/12/2023, JPMorgan Asset Management Holdings Inc. deteneva 5,9 milioni di azioni BFF, per una quota pari al 3,2% del capitale sociale.
- (2) Alla data del 31/12/2023 l'Amministratore Delegato Massimiliano Belingheri e le sue Persone Strettamente Legate (Bray Cross Ltd., Scalve S.a. r.l., The Bali Trust, The Bomi Trust e Bomi S.a.r.l.) detenevano 10,88 milioni di azioni BFF, per una quota pari al 5,82% del capitale sociale; la rimanente quota del management si riferisce alle azioni BFF detenute dai 4 Vice President in forza a tale data, e dalle loro rispettive Persone Strettamente Legate.

## Shareholders' Meeting Resolutions

On April 13, 2023, the Ordinary Shareholders' Meeting of the Bank resolved:

- ▶ to distribute to Shareholders part of the profit for the year of €77,479,836, equal to approximately €0.419 gross of withholding taxes required by law for each of the 185,623,140 ordinary shares outstanding at coupon date (no. 7) of April 24, 2023 (ex date). Such dividend includes the portion attributable to any treasury share held by the Bank at the record date. Pursuant to Article 83-terdecies of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 (Consolidated Law on Finance), entitlement to the dividend payment is established based on the accounts of the intermediary as referred to in Article 83-quater, paragraph 3, of the Consolidated Law on Finance, at the end of the accounting date of April 25, 2023 (record date); to approve:
  - the new "2023 Remuneration and Incentive Policy for the members of the Strategic Supervision, Management and Control Bodies and Personnel of the BFF Banking Group" included in Section I of the Annual Report on Remuneration Policy and Remuneration Paid, pursuant to Article 123-ter, paragraph 3-bis of Italian Legislative Decree no. 58/1998, as amended;
  - policies for determining compensation in the event of early termination of office or termination of employment, including limits on such compensation;
  - the second section of the Annual Report on the Remuneration Policy and Compensation Paid pursuant to Article 123-ter, paragraph 6 of Italian Legislative Decree no. 58/1998;
  - to revoke the previous authorization to repurchase and dispose of treasury shares granted by the Shareholders' Meeting of March 31, 2021 for the part not executed by the date of April 13, 2023, and therefore without prejudice to the transactions carried out in the meantime, and to authorize the Board of Directors – pursuant to and for the purposes of Art. 2357 of the Italian Civil Code – to repurchase a maximum of 8,294,520 ordinary shares of BFF, taking into account the shares already in stock, for the purposes indicated under "Repurchase of treasury shares".

On September 7, 2023, the Ordinary Shareholders' Meeting of the Bank resolved to:

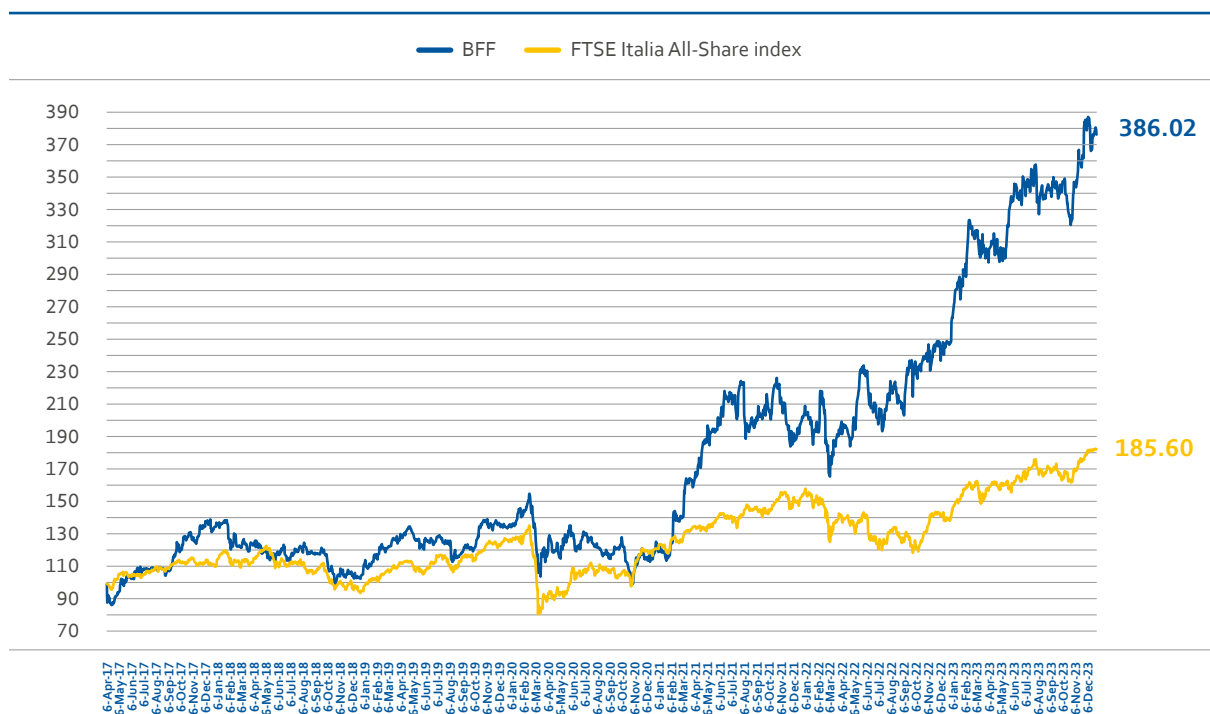
- ▶ distribute to Shareholders a Unit dividend for up to €27,487,349.74 using part of the retained earnings and to distribute, gross of withholding taxes required by law, €0.147 for each of the ordinary shares outstanding at the record date, with a coupon date (no. 8) of September 11, 2023 ("ex date"). Such dividend includes the portion attributable to any treasury share held by the Bank at the record date. Pursuant to Article 83-terdecies of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 (Consolidated Law on Finance), entitlement to the dividend payment is established based on the accounts of the intermediary as referred to in Article 83-quater, paragraph 3, of the Consolidated Law on Finance, at the end of the accounting date of September 12, 2023 (record date);

## Share performance

The BFF Bank stock (ISIN Code: IT0005244402 – Italian stock exchange ticker: BFF) has been traded on the Euronext Milan market of Borsa Italiana since April 7, 2017, “Finance” Industry and “Financial Services” Super Sector.

The BFF share price at December 29, 2023 was €10.32, up by 120% over the IPO share placement price of €4.70. From listing to December 29, 2023, the Bank distributed a total gross dividend of €3.850 per share. Taking into consideration the distributed dividends, and assuming them to be reinvested in the BFF share on ex-date, total return for shareholders at December 29, 2023 compared to the IPO placement price was 286%. The FTSE Italia All-Share Index total return was 86%.

### Total return since the IPO, with reinvested dividends(\*)



(\*) At December 29, 2023, the BFF share is part of the following FTSE indexes: FTSE Italia All-Share Financials; FTSE Italia All-Share Financial Services; FTSE Italia All-Share Mid Cap; FTSE Italy SMID Cap Tradable Plus; FTSE Italia MIB Storico; FTSE Italia PIR PMI; FTSE Italia PIR PMI Cap; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small Net; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small; FTSE RAFI Developed ex US Mid Small 1500; FTSE RAFI Developed Mid Small ex US 1500; FTSE Italy Small Cap Index - Specialty Finance; and the following STOXX and iSTOXX indices: STOXX Europe Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; EURO STOXX Total Market Value; STOXX Europe Total Market Small Net Return; EURO STOXX Total Market Price; STOXX Global Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; STOXX All Europe Total Market Price; EURO STOXX Total Market Small; iSTOXX Europe Value Factor Net Return; iSTOXX Europe Size Factor Net Return; STOXX Europe ex UK Total Market Small Price; STOXX Italy 45 Price Index; iSTOXX PPF Responsible SDG Net Return; iSTOXX PPF Responsible SDG Gross Return; STOXX Developed Markets Total Market Gross Return; EURO STOXX Total Market Value Small; STOXX Italy Total Market Price. The BFF share is also part of a number of MSCI (including MSCI Europe ex UK Small Cap; MSCI Europe Small Cap Special Tax Gross Return; MSCI ACWI Value Small USD and MSCI AC Europe IMI), Bloomberg (including Bloomberg Italy Large, Mid & Small Cap Price Return; Bloomberg World ex US Small Cap Growth Price Total Return and Bloomberg Eurozone Developed Markets Large, Mid & Small Cap Price Return), S&P (including S&P Developed Net Zero 2050 Carbon Budget (2022 Vintage); S&P Global BMI; S&P Developed Ex-U.S. SmallCap and S&P Pan Europe BMI) and Solactive (including Solactive Global SuperDividend and Solactive ISS ESG Screened Europe Small Cap) indices.



## 8. Business Outlook

As per the latest five-year strategic plan, approved by BFF's Board of Directors on June 27, 2023 ("BFF 2028" or the "Plan"), the Group's objectives during 2024 (as among other things approved in the 2024 Budget) and in subsequent years include:

1. Develop the core business, in which the Group is a market leader:
2. Invest further in operational infrastructure to support growth opportunities, managing operational risks, and to benefit from further efficiencies.
3. Continue to provide Group personnel with opportunities for growth and development while maintaining strong incentive alignment with stakeholders.
4. Further optimize funding and capital.
5. Deliver market-leading returns to shareholders in terms of capital and dividends, with capital exceeding the CET1 target of 12%.
6. Maintain the Group's low risk profile by efficiently managing past due and calendar provisioning.
7. Further increase our positive impact socially, environmentally and for all stakeholders, along with the achievement of carbon neutrality targets and doubling investment in social impact initiatives.

## 9. Allocation of the bank's profit

The Bank's profit for the year ended December 31, 2023 amounted to €131,360,488. This result includes, as described above, some non-recurring items, which net of the relative tax impacts amount to €9.7 million and primarily refer to costs for stock options of €2 million, non-recurring restructuring and M&A costs amounting to €3.0 million, costs for the settlement agreement with the Chief Executive Officer for €1.7 million, the amortization of customer contracts amounting to €1.9 million and extraordinary contributions to the "Interbank Deposit Protection Fund" for €1.2 million.

Consistent with the dividend policy approved by the Bank's Board of Directors, which allows paying Shareholders the portion of the Group's normalized consolidated profit for the year not necessary to maintain a minimum CET 1 Ratio of 12% (calculated by considering the scope of the Banking Group, pursuant to the Consolidated Law on Banking and/or the CRR), the intention is to allocate:

- i) €203,417 to the legal reserve (to bring the reserve to 20% of the Share Capital as of today);
- ii) €24,402,280 to the Retained earnings, relating to extraordinary tax on extra profits of banks equal to two and a half times the extraordinary tax calculated on the increase in net interest income;
- iii) €106,754,790 to the Shareholders, of which (i) €52,303,766 to be distributed in April 2024 and (ii) €54,451,025 already distributed in September 2023 in the form of an interim dividend.

The amount of €106,754,790 added to (i) €48,910,228 to be drawn from the distributable share of the Retained earnings and to be distributed to shareholders in April 2024, and (ii) €27,487,351 already taken from the distributable share of the Retained earnings and distributed in September 2023 in the form of an interim dividend, would result in the total amount of dividends distributed in 2023 being €183,152,369, corresponding to the Group's normalized consolidated profit.

In relation to the allocation of profits of BFF Bank S.p.A., the proposal that will be presented to the Shareholders' Meeting of the Bank on April 18, 2024 is set forth below.

## 10. Proposal to the Shareholders' Meeting

Shareholders,

The Board of Directors has called you to this ordinary meeting on Thursday, April 18, 2024 at 11:00 a.m. (the **"Shareholders' Meeting"**) at the registered office of BFF Bank S.p.A. (the **"Company"** or the **"Bank"** or **"BFF"**) in Milan at Via Domenichino no. 5 (the **"Registered Office"**), in single call, to approve, inter alia, the proposed allocation of profit for the year.

Please recall that Article 26 introduced by the Omnibus Decree, published in the Official Gazette on August 10, 2023 and subsequently converted into law with amendments by "Law No. 136 of October 9, 2023 - Conversion into law, with amendments, of Decree-Law No. 104 of August 10, 2023, containing urgent provisions to protect users, on economic and financial activities and strategic investments" (the **"Tax"** and the **"Measure"**), in force as of October 10, 2023, introduced the tax on extra profits of Banks, calculated on the increase in net interest income.

This tax, which is extraordinary in nature, is determined by applying a 40% rate on the amount of net interest income included in item 30 of the income statement, drafted according to the layouts approved by the Bank of Italy, relating to the year 2023, which exceeds by at least 10% the same net interest income in the year 2022, and in any event, the amount thus calculated cannot be higher than 0.26% of the total amount of risk exposure on an individual basis, with reference to 2022 year-end close.

The extraordinary tax is paid within six months of 2023 year-end close and is not deductible for income tax or regional business tax purposes.

In place of payment, banks may allocate an amount equal to two and a half times the tax calculated as specified above to a non-distributable reserve identified for this purpose when they approve the financial statements relating to the year 2023. This reserve meets the conditions set forth in Regulation (EU) No. 575/2013 to be calculated under common equity tier 1 items.

Please note that, with reference to the effects deriving from the law, the amendments introduced by the extraordinary tax were considered "adjusting events" pursuant to IAS 10; the nature of the tax falls within the scope of application of IFRIC 21 as it is applied on net interest income, so the recognition of the tax in the income statement is required when the obligating event resulting in the emergence of this liability takes place: in the case in question, the obligating event is not only recording net interest income above the threshold identified by law (equal to 0.26% of the total amount of risk exposure on an individual basis, at 2022 year-end close), but also the Bank's decision not to settle the tax and to establish a specific non-distributable reserve.

This being stated, for BFF the tax would amount to 0.26% of the total Risk Weighted Assets relating to the separate financial statements at December 31, 2022 (inclusive of all Pillar 1 risks as defined pursuant to paragraphs 3 and 4 of Article 92 of Regulation (EU) No. 575/2013) and is equal to €9.76 million; alternatively, the non-distributable reserve amounts to €24.4 million.

Therefore, the following potential scenarios are assumed by the Bank and submitted to the Board of Directors:

- i) any payment of the tax would have a direct impact on the Group's reported profit of €9.8 million in 2023 (and not on adjusted profit, since the maneuver is extraordinary in nature), with a resulting decrease in Group reserves, subsequently replenished in 2024 in order to comply with the dividend policy;
- ii) the recognition of €24.4 million of profit for the period in non-distributable reserves, with no impact - calculated based on 2023-2028 Business Plan data - on Group dividends, considering the possibility to distribute other income-related reserves, which are currently extensively distributable.

The Board of Directors has approved proposing to the Shareholders' Meeting called to approve the 2023 financial statements to recognize the amount of €24.4 million in the non-distributable reserves, corresponding to two and a half times the extraordinary tax calculated on the increase in net interest income, taken from 2023 net profit (or, if there is not enough, from other distributable reserves).

The Bank's separate Financial Statements at December 31, 2023, to be approved by the Shareholders' Meeting, show a profit of €131,360,488, which it is proposed be allocated as follows:

- i) €203,417 to the legal reserve (to bring the reserve to 20% of the Share Capital as of today);
- ii) €24,402,280 to the Retained earnings (corresponding to two and a half times the extraordinary tax calculated on the increase in net interest income - Extraordinary tax on extra profits of banks);
- iii) €106,754,790 to the Shareholders, of which 52,303,766 to be distributed in April 2024 and €54,451,025 already distributed in September 2023 in the form of an interim dividend.

The amount of €106,754,790 indicated above added to (i) €48,910,228, expected to be distributed by drawing from the distributable share of the Retained earnings and (ii) €27,487,351 already taken from the distributable share of the Retained earnings and distributed in September 2023 in the form of an interim dividend, would result in the total amount of dividends distributed in 2023 being €183,152,369, corresponding to the Group's normalized consolidated profit.

Therefore, the Shareholders will be due a dividend (balance) of roughly €0.541 for each of the 187,218,044 shares.

Furthermore, American type option contracts were still admitted to trading on the Derivative Instruments Market (IDEM) with BFF shares as their underlying asset. In light of the foregoing and in compliance with what is set forth in the Instructions to the Regulation of the Markets organized and managed by Borsa Italiana (**Title IA.2, Section IA.2.1, Art. IA.2.1.3**), for the payment date of dividends to be paid by companies issuing shares in the FTSE MIB index or underlying derivative contracts on shares traded in the IDEM market, the reference date needs to coincide with the first day of trading subsequent to the third Friday of each calendar month.

Therefore, in light of the foregoing, the month for the payment of any dividend drawn from the results of the year 2022 will be April 2023 with the coupon date (no. 9) of April 22, 2024 (the “ex date”). Pursuant to Article 83-*terdecies* of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 as amended (**Consolidated Law on Finance**), entitlement to the dividend payment is established based on the accounts of the intermediary as referred to in Article 83-quater, paragraph 3, of the Consolidated Law on Finance, at the end of the accounting day of April 23, 2024 (“record date”). The payment of such dividend, gross of the withholdings required by law, is planned for April 24, 2024 (“payment date”).

\* \* \*

Therefore, we submit for your approval the following resolution proposal:

“The Shareholders’ Meeting of BFF Bank S.p.A., having examined the illustrative report of the Board of Directors,

**resolves**

- i) to allocate €203,417 to the Legal Reserve;
- ii) to allocate €24,402,280 to the Retained earnings;
- iii) to set aside €52,303,766 for the distribution to Shareholders of the distributable part of profit for the year;
- iv) to approve the distribution of part of the Retained Earnings recorded in the Bank's separate financial statements as of December 31, 2023 amounting to €48,910,228. The sum of the amount in point iii) and point iv) of this resolution corresponds, gross of withholding taxes required by law, to approximately €0.541 for each of the 187,218,044 ordinary shares outstanding at coupon date (no. 9) of April 22, 2024 (“ex date”). Such dividend includes the portion attributable to any treasury share held by the Bank at the record date. Pursuant to Article 83-*terdecies* of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 (Consolidated Law on Finance), entitlement to the dividend payment is established based on the accounts of the intermediary as referred to in Article 83-quater, paragraph 3, of the Consolidated Law on Finance, at the end of the accounting date of April 23, 2024 (record date);
- v) to pay the above-mentioned dividend as of April 24, 2024 (payment date). Payment will be made through authorized intermediaries with which shares have been registered in the Monte Titoli system.

\* \* \*

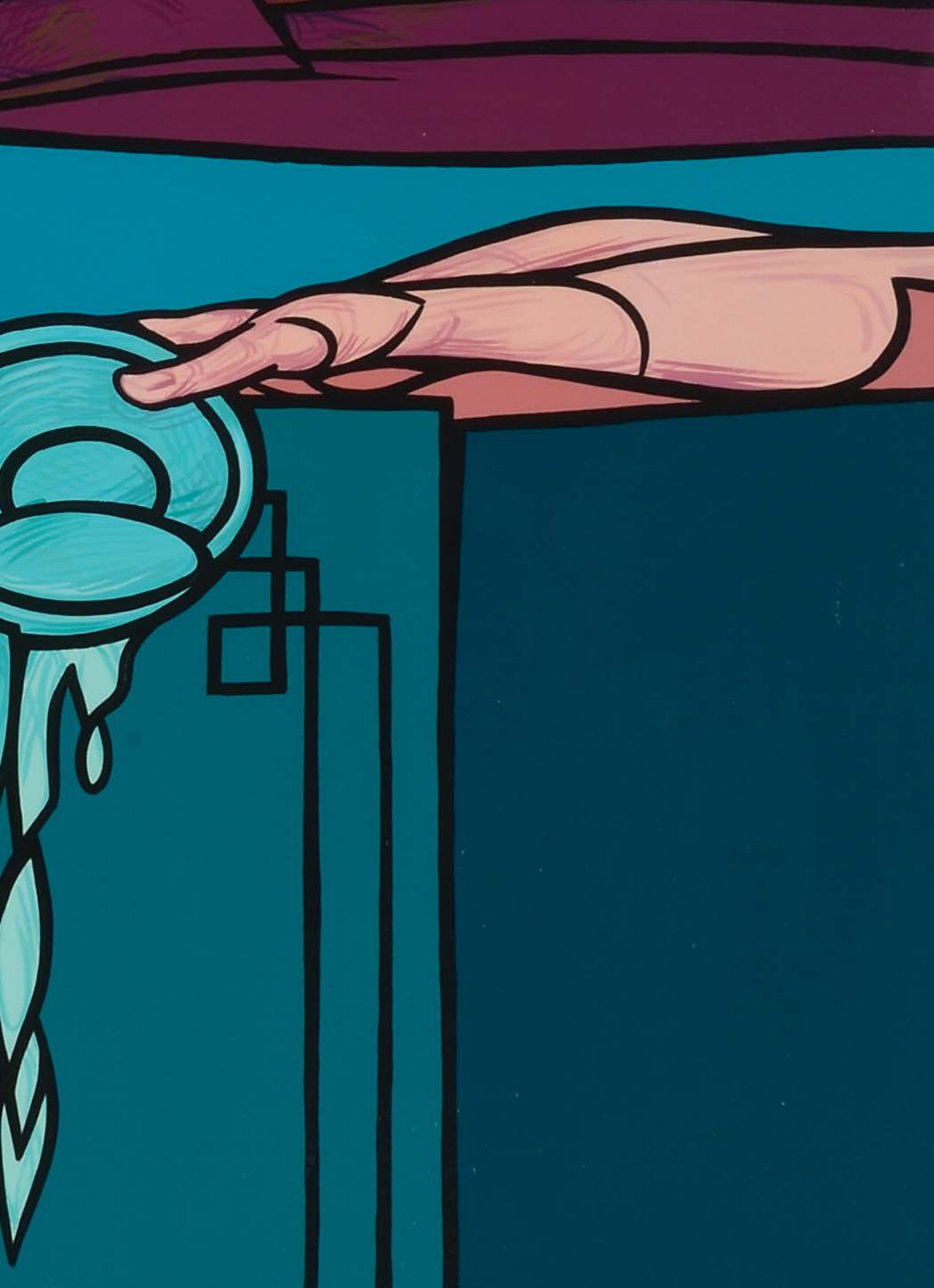
For the Board of Directors  
THE CHAIRMAN  
(Salvatore Messina)

# 02

Separate  
Financial  
statements







## Statement of Financial Position

(Values in euro units)

Assets	12.31.2023	12.31.2022
10. Cash and cash equivalents	239,129,961	623,975,086
20. Financial assets measured at fair value through profit or loss	167,013,056	90,540,554
<i>a) financial assets held for trading</i>	1,166,851	210,963
<i>b) financial assets carried at fair value</i>	-	-
<i>c) other financial assets subject to mandatory fair value measurement</i>	165,846,205	90,329,591
30. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	137,519,601	128,097,995
40. Financial assets measured at amortized cost	10,599,962,850	11,726,530,357
<i>a) loans and receivables with banks</i>	593,560,790	478,203,260
<i>b) loans and receivables with customers</i>	10,006,402,060	11,248,327,097
70. Equity investments	154,875,553	151,875,554
80. Property, equipment and investment property	20,376,918	27,763,301
90. Intangible assets	40,734,472	36,142,352
of which		
- <i>goodwill</i>	-	-
100. Tax assets	108,569,309	55,243,454
<i>a) current</i>	55,465,214	-
<i>b) deferred</i>	53,104,095	55,243,454
110. Non-current assets held for sale and discontinued operations	8,046,041	-
120. Other assets	644,465,938	389,016,146
<b>TOTAL ASSETS</b>	<b>12,120,693,699</b>	<b>13,229,184,799</b>

(Values in euro units)

<b>Liabilities and equity</b>	<b>12.31.2023</b>	<b>12.31.2022</b>
<b>10.</b> Financial liabilities measured at amortized cost	10,731,369,943	11,933,207,079
<i>a) due to banks</i>	2,268,022,447	1,165,556,841
<i>b) due to customers</i>	8,463,347,496	10,728,674,172
<i>c) securities issued</i>	-	38,976,066
<b>20.</b> Financial liabilities held for trading	1,214,962	949,790
<b>40.</b> Hedging derivatives	-	14,313,592
<b>60.</b> Tax liabilities	121,318,038	128,840,015
<i>a) current</i>	-	22,548,040
<i>b) deferred</i>	121,318,038	106,291,975
<b>80.</b> Other liabilities	536,141,741	382,204,555
<b>90.</b> Post-employment benefits	2,895,921	3,117,800
<b>100.</b> Provision for risks and charges	35,103,849	32,351,133
<i>a) commitments and guarantees given</i>	552,831	225,466
<i>b) pensions and similar obligations</i>	6,759,963	7,712,116
<i>c) other provisions</i>	27,791,055	24,413,551
<b>110.</b> Valuation reserves	6,468,520	5,421,320
<b>130.</b> Equity instruments	150,000,000	150,000,000
<b>140.</b> Reserves	253,424,452	180,627,582
<b>145.</b> Interim dividend	(54,451,025)	(68,549,894)
<b>150.</b> Share premium reserve	66,277,204	66,277,204
<b>160.</b> Share capital	143,946,902	142,870,383
<b>170.</b> Treasury shares	(4,377,295)	(3,883,976)
<b>180.</b> Profit for the year	131,360,488	261,438,216
<b>TOTAL LIABILITIES AND EQUITY</b>	<b>12,120,693,699</b>	<b>13,229,184,799</b>

## Income statement

(Values in euro units)

Items	2023	2022
<b>10.</b> Interest and similar income	567,752,230	293,808,407
of which: interest income calculated according to the effective interest method	526,255,376	266,749,227
<b>20.</b> Interest and similar expense	(341,848,469)	(91,494,370)
<b>30. Net interest income</b>	<b>225,903,761</b>	<b>202,314,037</b>
<b>40.</b> Fee and commission income	112,354,230	127,458,212
<b>50.</b> Fee and commission expense	(37,215,189)	(36,924,009)
<b>60. Net fee and commission income</b>	<b>75,139,041</b>	<b>90,534,203</b>
<b>70.</b> Dividends and similar income	8,896,918	85,757,800
<b>80.</b> Profits (losses) on trading	(10,194,402)	9,744,486
<b>100.</b> Profits (losses) on disposal or repurchase of:	21,892,959	165,940
<i>a) financial assets measured at amortized cost</i>	22,038,492	165,940
<i>b) financial assets measured at fair value through other comprehensive income</i>	(145,533)	-
<b>110.</b> Profits on other financial assets and liabilities measured at fair value through profit or loss	2,232,715	5,154,401
<i>b) other financial assets subject to mandatory fair value measurement</i>	2,232,715	5,154,401
<b>120. Total income</b>	<b>323,870,992</b>	<b>393,670,867</b>
<b>130.</b> Net impairment losses/gains for credit risk associated with:	(3,338,344)	(180,088)
<i>a) financial assets measured at amortized cost</i>	(3,338,344)	(180,088)
<b>150. Net income from banking activities</b>	<b>320,532,648</b>	<b>393,490,779</b>
<b>160.</b> Administrative expense:	(163,352,031)	(154,533,127)
<i>a) personnel expense</i>	(66,416,198)	(65,624,429)
<i>b) other administrative expense</i>	(96,935,833)	(88,908,698)
<b>170.</b> Net accruals to provisions for risks and charges	(3,710,499)	(10,740,019)
<i>a) commitments and guarantees given</i>	(327,364)	(139,792)
<i>b) other net provisions</i>	(3,383,135)	(10,600,227)
<b>180.</b> Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property	(3,953,659)	(4,130,270)
<b>190.</b> Amortization and net impairment losses on intangible assets	(7,738,147)	(7,163,491)
<b>200.</b> Other net operating income	40,106,081	128,075,729
<b>210. Operating costs</b>	<b>(138,648,255)</b>	<b>(48,491,178)</b>
<b>260. Profit before tax from continuing operations</b>	<b>181,884,393</b>	<b>344,999,601</b>
<b>270.</b> Income taxes for the year on continuing operations	(50,523,905)	(83,561,385)
<b>280. Profit after tax from continuing operations</b>	<b>131,360,488</b>	<b>261,438,216</b>
<b>300. Profit for the year</b>	<b>131,360,488</b>	<b>261,438,216</b>
Basic earnings per share	0,708	1.405
Diluted earnings per share	0,698	1.327

## Statement of Comprehensive Income

(Values in euro units)

Items	2023	2022
<b>10. Profit for the year</b>	<b>131,360,488</b>	<b>261,438,213</b>
<b>Other components net of taxes that may not be reclassified to profit or loss</b>		
20. Equity instruments designated at fair value through other comprehensive income		
30. Financial liabilities designated at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness)		
40. Hedges of equity instruments designated at fair value through other comprehensive income		
50. Property, equipment and investment property		
60. Intangible assets		
70. Defined benefit plans	(26,491)	524,946
80. Non-current assets held for sale and discontinued operations		
90. Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments		
<b>Other components net of taxes reclassified to profit or loss</b>		
100. Hedges of foreign investments		
110. Foreign exchange differences	87,268	2,289
120. Cash flow hedges		
130. Hedging instruments (undesignated elements)		
140. Financial assets (other than equity instruments) measured at fair value through other comprehensive income	1,488,383	834,057
150. Non-current assets held for sale and discontinued operations		
160. Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments		
<b>170. Total other comprehensive income net of tax</b>	<b>1,549,159</b>	<b>1,361,292</b>
<b>180. Comprehensive income (Items 10+170)</b>	<b>132,909,647</b>	<b>262,799,505</b>

## Statement of Changes in Equity

At 12.31.2023	Balances as at 12.31.2022	Change to opening balances	Balances as at 01.01.2023	Allocation of profit for the previous year	
				Reserves	Dividends and other allocations
Share capital:					
a) ordinary shares	142,870,383		142,870,383		
b) other shares	-				
Share premium reserve	66,277,204		66,277,204		
Reserves:					
a) retained earnings	170,208,698		170,208,698	115,408,486	
b) other	10,418,884		10,418,884		
Valuation reserves	5,421,320		5,421,320		
Equity instruments	150,000,000		150,000,000		
Interim dividend	(68,549,894)		(68,549,894)	68,549,894	
Treasury shares	(3,883,976)		(3,883,976)		
Profit for the year	261,438,216		261,438,216	(183,958,380)	(77,479,836)
Equity	734,200,834		734,200,834		(77,479,836)

At 12.31.2022	Balances as at 12.31.2021	Change to opening balances	Balances as at 01.01.2022	Allocation of profit for the previous year	
				Reserves	Dividends and other allocations
Share capital:					
- ordinary shares	142,690,771		142,690,771		
- other shares					
Share premium reserve	66,492,997		66,492,997		
Reserves:					
- earnings-related	137,607,343		137,607,343	39,008,950	
- others	8,643,589		8,643,589		
Valuation reserves	4,060,028		4,060,028		
Equity instruments					
Interim dividend					
Treasury shares	(7,132,434)		(7,132,434)		
Profit for the year	164,289,349		164,289,349	(39,008,950)	(125,280,399)
Equity	516,651,643		516,651,643		(125,280,399)



(Values in euro units)

Changes in the year								Equity as at 12.31.2023	
Change in reserves	Issue of new shares	Repurchase of treasury shares	Equity transactions			Changes in equity instruments	Derivatives on treasury shares	Stock options	Comprehensive income 2023
			Interim dividend	Extraordinary distribution of dividends					
	1,076,519								143,946,902
									66,277,204
(14,411,869)				(27,487,350)					243,717,965
513,734							(1,226,132)		9,706,486
(501,959)								1,549,159	6,468,520
									150,000,000
			(54,451,025)						(54,451,025)
2,301,065		(2,794,384)							(4,377,295)
								131,360,488	131,360,488
(12,099,029)	1,076,519	(2,794,384)	(54,451,025)	(27,487,350)			(1,226,132)	132,909,647	692,649,245

(Values in euro units)

Changes in the year								Equity as at 12.31.2022	
Change in reserves	Issue of new shares	Repurchase of treasury shares	Equity transactions			Changes in equity instruments	Derivatives on treasury shares	Stock options	Comprehensive income 2022
			Interim dividend	Extraordinary distribution of dividends					
	179,612								142,870,383
(215,793)									66,277,204
(6,407,595)									170,208,698
(293,900)							2,069,195		10,418,884
								1,361,292	5,421,320
						150,000,000			150,000,000
			(68,549,894)						(68,549,894)
									(3,883,976)
3,248,457								261,438,216	261,438,216
(3,668,831)	179,612		(68,549,894)			150,000,000	2,069,195	262,799,507	734,200,834

# Statement of Cash Flows

## Indirect method

(Values in euros)

	Amount	
	2023	2022
<b>A. OPERATING ACTIVITIES</b>		
<b>1. Operations</b>	<b>186,601,737</b>	<b>301,467,499</b>
- profit for the year (+/-)	131,360,487	261,438,216
- gains/losses on financial assets held for trading and other financial assets/liabilities measured at fair value through profit or loss (-/+)	39,029	530,806
- gains/losses on hedging operations (-/+)	(14,313,592)	14,313,592
- net impairment losses/gains for credit risk (+/-)	3,338,344	180,088
- depreciation, amortization and net impairment losses on property, equipment and investment property and intangible assets (+/-)	11,691,806	11,293,761
- net allocations to provisions for risks and charges and other costs/income (+/-)	3,710,499	10,740,019
- taxes, duties and unpaid tax credits (+/-)	50,523,905	83,561,385
- net impairment losses/reversals of impairment losses on discontinued operations, net of the tax effect (+/-)		
- other adjustments (+/-)	251,259	(80,590,368)
<b>2. Cash flow generated/absorbed by financial assets</b>	<b>674,613,721</b>	<b>(2,224,732,772)</b>
- financial assets held for trading	707	3,353,046
- financial assets designated at fair value	(73,283,900)	-
- other financial assets subject to mandatory fair value measurement	-	(52,671,663)
- financial assets measured at fair value through other comprehensive income	(7,347,001)	(45,426,272)
- financial assets measured at amortized cost	1,123,229,163	(1,970,704,571)
- other assets	(367,985,247)	(159,283,313)
<b>3. Cash flow generated/absorbed by financial liabilities</b>	<b>(1,063,904,408)</b>	<b>1,981,018,752</b>
- financial liabilities measured at amortized cost	(1,201,837,136)	2,058,164,129
- financial liabilities held for trading	530,344	(1,774,721)
- financial liabilities designated at fair value		
- other liabilities	137,402,385	(75,370,656)
<b>Net cash generated/absorbed by funding activities</b>	<b>(202,688,949)</b>	<b>57,753,479</b>

(cont'd)

(Values in euros)

	Amount	
	2023	2022
<b>B. INVESTING ACTIVITIES</b>		
<b>1. Liquidity generated by</b>	-	75,963,202
- sales of equity investments		
- dividends collected on equity investments	-	75,963,202
- sales of property, plant and equipment		
- sales of intangible assets		
- disposals of business units		
<b>2. Liquidity absorbed by</b>	(19,943,582)	(9,138,342)
- purchases of equity investments	(2,999,999)	(1,384,193)
- purchases of property, plant and equipment	(4,613,316)	1,244,138
- purchases of intangible assets	(12,330,266)	(8,998,287)
- purchases of business units		
<b>Net cash generated/absorbed by investing activities</b>	<b>(19,943,582)</b>	<b>66,824,860</b>
<b>C. FINANCING ACTIVITIES</b>		
- issue / repurchase of treasury shares	(2,794,384)	-
- issue/purchase of equity instruments	-	150,000,000
- distribution of dividends and other purposes	(159,418,211)	(193,830,293)
<b>Net cash generated/absorbed by financing activities</b>	<b>(162,212,594)</b>	<b>(43,830,293)</b>
<b>NET CASH GENERATED/ABSORBED DURING THE FINANCIAL YEAR</b>	<b>(384,845,125)</b>	<b>80,748,046</b>

## Reconciliation

Financial statements items	Amount	
	2023	2022
Cash and cash equivalents at start of year	623,975,085	543,227,039
Total net cash generated/absorbed during the year	(384,845,125)	80,748,046
Cash and cash equivalents: effect of changes in exchange rates		
<b>Cash and cash equivalents at end of year</b>	<b>239,129,960</b>	<b>623,975,085</b>

## Notes to the Financial Statements

Shareholders,

The Notes are broken down into the following parts:

Part A - Accounting policies

Part B - Information on the statement of financial position

Part C - Information on the Income Statement

Part D - Comprehensive income

Part E - Information on risks and related hedging policies

Part F - Information on equity

Part G - Business combinations of companies or business units

Part H - Transactions with related parties

Part I - Share-Based Payments

Part M - Lease reporting

## Part A - Accounting policies

### A.1 GENERAL

#### Section 1 - Statement of compliance with International Financial Reporting Standards

The separate financial statements as at December 31, 2023 have been prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards (IASs/IFRSs) issued by the IASB, endorsed by the European Commission, as provided for by Regulation (EC) No 1606 of July 19, 2002 governing the application of IASs/IFRSs and related interpretations (IFRIC interpretations), endorsed by the European Commission and in force at the end of the reporting period.

The application of IFRSs is done by observing the “systematic framework” for the preparation and presentation of financial statements (theFramework), with particular reference to the fundamental principle of substance over legal form and the concept of materiality or significance of the information.

#### Section 2 - Basis of presentation

The separate financial statements were prepared in accordance with the instructions provided by the Bank of Italy with Circular no. 262 of December 22, 2005 “Banks’ financial statements: layout and preparation”, as subsequently amended.

The separate financial statements include the statement of financial position, the income statement, the statement of comprehensive income, the statement of cash flows, the statement of changes in equity and the notes to the separate financial statements, and are accompanied by the Report on Operations.

In accordance with the provisions of Article 5, paragraph 2, of Italian Legislative Decree no. 38 of February 28, 2005, the separate financial statements are drafted in euros, when not specified otherwise, and also show the corresponding comparisons with the previous year.

The separate financial statements were prepared based on the general principle of prudence and on an accruals and going concern basis, since, with reference to the operations and the financial and equity position of the Bank, and after examining the risks to which it is exposed, the Directors have not identified any issues that could raise doubts on the Bank’s ability to meet its obligations in the foreseeable future.

## Standards, amendments and interpretations effective from 2023 or amended and not yet endorsed

As of the date of these separate financial statements, the following standards or amendments thereof have been endorsed and are applicable as of January 1, 2023:

- ▶ IFRS 17 - Insurance Contracts (Reg. EU 2021/2036);
- ▶ Amendments to IAS 8 - Accounting policies. Changes in Accounting Estimates and Errors: Definition of Accounting Estimates (Reg. EU 2022/357);
- ▶ Amendments to IAS 1 Presentation of Financial Statements and IFRS Practice Statement 2: Disclosure of accounting policies (Reg. EU 2022/357);
- ▶ First-time application of IFRS 17 and IFRS 9: Comparative information (Reg. EU 2022/1491);
- ▶ Amendments to IAS 12 Income Taxes: Deferred Taxes Related to Assets and Liabilities Arising from a Single Transaction (May 2021).

Finally, the IASB issued the following standards and interpretations or amendments, the application of which is however still subject to the completion of the endorsement process by the competent bodies of the European Union, which has not yet been concluded and applicable as of financial statements beginning January 1, 2024:

- ▶ Amendments to IAS 12 Income Taxes: International Tax Reform - Pillar 2 Model Rules (May 23, 2023);
- ▶ Amendments to IFRS 16: Lease liabilities in a sale and leaseback transaction (September 22, 2022);
- ▶ Amendments to IAS 1: Classification of liabilities as current or non-current and Non-current liabilities with covenants (October 31, 2022);
- ▶ Amendments to IAS 7 and IFRS 7: Supplier finance arrangements (May 25, 2023).

The possible effects of the future adoption of these standards, interpretations and amendments, to the extent applicable and relevant to the Bank, are reasonably estimated to be immaterial.

## Section 3 - Events after the reporting date

No significant events occurred after the reporting date at December 31, 2023.

In particular, in relation to what is required under IAS 10, in the period between the end of 2023 and the date of the approval of these separate financial statements, no events took place that would require an adjustment of the data presented in the separate financial statements.

## Section 4 - Other issues

### Extraordinary tax calculated on increase in net interest income

The extraordinary tax in question was introduced by Article 26 of the Omnibus Decree, launched by the Council of Ministers and published in the Official Gazette on August 10, 2023 and subsequently converted into law with amendments by "LAW No. 136 of October 9, 2023 - Conversion into law, with amendments, of Decree-Law No. 104 of August 10, 2023, containing urgent provisions to protect users, on economic and financial activities and strategic investments" (the "Measure"), in force as of October 10, 2023.



On October 6, 2023, the Board of Directors was provided with information on: i) the two alternative scenarios for the Bank, analyzed first of all on the basis of the proposed law and the relative amendments, and ii) the impact at individual and consolidated level, calculated based on 23-26 Business Plan data, of such scenarios.

On the basis of what is set forth in the Measure, the tax determined by applying a 40% rate on the amount of net interest income included in item 30 of the income statement, drafted according to the layouts approved by the Bank of Italy, relating to the year prior to that underway at January 1, 2024, which exceeds by at least 10% the same net interest income prior to that underway at January 1, 2022. The amount thus calculated cannot be higher than 0.26% of the total amount of risk exposure on an individual basis, with reference to the year-end close prior to the year underway at January 1, 2023.

The extraordinary tax is paid within six months of year-end close prior to the year underway at January 1, 2024 and is not deductible for income tax or regional business tax purposes.

In place of payment, banks may allocate an amount equal to two and a half times the tax calculated as specified above to a non-distributable reserve identified for this purpose when they approve the financial statements relating to the year prior to that underway at January 1, 2024. This reserve meets the conditions set forth in Regulation (EU) No. 575/2013 to be calculated under common equity tier 1 items.

Taking into account the information provided above and the fact that, considering the entry into force of the Measure on October 10, 2023, the Board of Directors approved proposing to the Shareholders' Meeting called for April 18, 2024 to approve the 2023 financial statements to recognize the amount of €24.4 million in the non-distributable reserves, corresponding to two and a half times the extraordinary tax calculated on the increase in net interest income. The restriction on the reserve does not have any impact on the capital ratios set forth in the plan or on Group dividends.

Indeed, in this respect, please note that with capital ratios remaining the same, there would be an increase in common equity tier 1 (due to the recognition in the non-distributable reserve of the amount of the tax on extra profits previously determined) offset by a simultaneous reduction in existing profit reserves (in order to keep the 2023 dividend in line with the Bank's dividend policy).

## Board renewal process

The BFF Board of Directors has begun the process of submitting its slate, in accordance with market corporate governance best practices, and on November 26, 2023 it approved the Advice to Shareholders on the qualitative/quantitative composition of the Board of Directors, a document aimed at providing shareholders with useful support for the selection of candidates to be elected to the Board of Directors. On the same date, the Chairman of the BFF Board of Directors, Attorney Salvatore Messina, announced that he would not be running on the list being prepared for the next three-year period, as he had been in office for nine years, meaning he no longer met the formal independence requirement established by corporate governance best practices. The appointment of the new Board of Directors will take place at the Shareholders' Meeting to approve the 2023 financial statements, coinciding with the expiration of the term of office of the corporate bodies currently in office.

In this regard, please recall that, since the provision for the CEO's Golden Parachute triggered in the event of non-renewal of the office of CEO at the expiration of the term of office has been removed, no compensation will be paid to such person if the office is not renewed.

The above removal is the result of a settlement agreement entered into with the CEO, subject to all of the provisions set forth in the regulation and the 2023 remuneration and incentive policy approved by the Shareholders' Meeting on April 13, 2023 relating to "parachutes" (for example, 60% deferral over a 5-year period, 51% paid in financial instruments in each installment).

## Authorization to repurchase treasury shares

The treasury share repurchase aims to equip the Bank with sufficient financial instruments in order to meet the requirements of the remuneration and incentive systems as per the current "Remuneration and incentive policy of the Banking Group".

The Bank's Ordinary Shareholders' Meeting held on April 13, 2023 decided to revoke the previous authorization, granted by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022, for the part not yet executed, and to authorize the Board of Directors to proceed with the repurchase of BFF ordinary shares, on one or more occasions and for a period of 18 months from the date of the Shareholders' Meeting, in pursuit of the purposes set out in the aforementioned illustrative Report; the maximum number of shares to be repurchased is 8,463,819, representative of 5% of the 185,623,140 shares without a nominal amount representing the entire subscribed and paid-up share capital of the Bank, amounting to €142,929,817.72. (taking into account the treasury shares already held as of the date of publication of the Report).

On October 6, 2023 - in execution of the above-mentioned Shareholders' Meeting authorization - the Board of Directors of BFF Bank S.p.A. approved initiating the regulatory procedure to be completed for the issue by the Bank of Italy of its authorization pursuant to Arts. 27 et seq. of Delegated Regulation (EU) no. 241 of January 7, 2014, adopted by the European Commission, and Art. 78 of Regulation (EU) no. 575 of June 26, 2013, to repurchase treasury shares of the Bank, up to the maximum amount of €8.5 million, with an impact equal to roughly 30 bps on the Bank's CET 1 ratio, calculated on a pro-forma basis at September 30, 2023.

## Resolution of the Shareholders' Meeting on the allocation of profits

On April 13, 2023, the Shareholders' Meeting approved: i) the separate financial statements for the year ended December 31, 2022, which show a profit for the year of €261,438,216; ii) the cash distribution to shareholders of a portion of the 2022 separate profit for the second half of the year, amounting to €77,479,836, corresponding to a dividend before statutory withholding taxes of €0.419 for each of the 185,623,140 ordinary shares, against an interim dividend distributed in August 2022 of €68,549,894 corresponding to €0.3708 per share, for a total dividend distribution related to the 2022 fiscal year of €146,029,730 corresponding to €0.7898 per share; iii) to allocate the remaining part of the 2022 profit to the Bank's "Retained earnings," amounting to €115,361,074, and the remaining €47,410 to the "Legal reserve"; iv) the 2023 Remuneration and Incentive Policy, the policies for determining compensation in the event of early termination of office and the Report on compensation paid in fiscal year 2022, expressing an advisory vote on the latter point; v) the proposal to authorize the Board of Directors to proceed with the repurchase of BFF ordinary shares (up to 8,463,819, taking into account the treasury shares already held).

On September 7, 2023, the Ordinary Shareholders' Meeting approved the distribution to Shareholders of a Unit dividend of up to €27,487,349.74, inclusive of the share attributable to any treasury shares held by the company at the record date, using part of the retained earnings reserve, and the distribution, gross of withholding taxes required by law, of €0.147 for each of the ordinary shares outstanding at the record date, with a coupon date (no. 8) of September 11, 2023 ("ex date").

## Risks, uncertainties and impacts of the Russia/Ukraine conflict and the Israel/Palestine war

During the fourth quarter of 2023 there are still signs of continuing tensions in the global geo-political environment arising from the conflict between Russia and Ukraine, which erupted in early 2022 and is having serious repercussions on the European and global macroeconomic situation.

Also looking ahead, the conflict represents a factor of instability that, in general, can significantly affect the macroeconomic landscapes of the countries that BFF operates in and their growth prospects. Consequently, at a consolidated level the Bank has put in place continuous monitoring of the risks that the BFF Group could possibly be exposed to and carried out the necessary business impact analyses, the results of which are summarized below.

- ▶ With regard to the credit risk arising from impacts on financed companies that have significant commercial operations with Russia, Belarus or Ukraine or that are more exposed to changes in commodity prices, the Bank carried out a specific assessment identifying only certain counterparties that could potentially be impacted by commodity price increases. As part of this, additional monitoring was put in place. Furthermore, no customers with significant business operations with Russia, Belarus or Ukraine were identified.
- ▶ With regard to securities trading, the Bank does not hold securities issued by issuers particularly exposed to risks arising from the current geo-political environment and conflict.
- ▶ With regard to profitability, note that custodian bank fees are calculated on the basis of the funds' AuM, and therefore the depreciation of these securities in the funds' portfolio had an insignificant impact compared to, for example, normal market volatilities.
- ▶ With regard to operational risks related to cyberattacks, note that the Bank has not recorded any attacks of this nature, and moreover there are no operations in the countries affected by the conflict.

Moreover, the Compliance & AML Function, with the involvement and support of the competent functions, continuously (i) monitors regulatory developments with regard to the restrictive and sanctioning regime applied at the EU level to subjects, entities and banks in Russia and Belarus involved in the conflict; (ii) disseminates information alerts to the various BUs whenever there are updates and (iii) supports the various BUs in analyzing the compliance of specific operational requirements.

With regard to the Bank's operations, note that the impacts of the Russia/Ukraine conflict were contained also thanks to development of the business, as discussed in the part relating to commercial aspects.

In light of the Bank's business model and the nature of its risk counterparties, the Russia/Ukraine conflict did not entail changes to the model for determining expected losses. However, with the annual update of the macroeconomic scenarios, the Group Risk Management Function monitors the trend of risk parameters against the evolution of the conflict in order to understand any impact on the determination of expected losses (for more details see the section "IFRS 9 - Update to reflect the financial crisis due to the Russia/Ukraine conflict").

On the other hand, as regards the Israel/Palestine conflict that emerged in the final months of 2023, the Bank performed analyses intended to identify potential destabilizing factors in the macroeconomic scenario and as a result the macroeconomic scenarios of the countries in which the Bank operates. However, considering the results of the analyses performed, at the moment no critical elements have been identified that would require the implementation of additional activities to monitor the risks of the above-mentioned conflict.

Following is information on topics and measures already undertaken in 2022 with a view to continuity also during 2023:

- ▶ **Commercial aspects:** with regard to the Factoring and Lending BU, an overall increase in factoring and customer financing volumes should be noted, which is particularly higher than the general factoring market trend and was obtained despite the repricing policy enacted by the Bank, thanks to the commercial efforts made to retain existing customers and achieve greater market penetration and the tendency to reduce liquidity in the market.  
The Securities Services BU continues to see an upward trend in business initiatives put in place by the Bank, with a focus on value-added services and AIF fund custodian services. There was only a delay in the start-up of new funds established by asset management customers.  
The Payment BU also performed positively at the overall industry level, especially as it pertains to electronic/digital payments. Checks and bills of exchange on the other hand continued their system-wide decline due to the gradual abandonment of related payment instruments by the public and businesses (a trend also found in Bank of Italy analyses).
- ▶ **Liquidity:** the current macroeconomic scenario is characterized by a high degree of uncertainty, influenced by the continuation of the Russia/Ukraine conflict, the recent outbreak of the Israel/Palestine conflict and tensions at international level, with repercussions on the credit system as well. In this context, the Bank focused its attention on the oversight mechanisms required to monitor the liquidity position, and in particular:
  - (i) when deemed necessary, reserves the right to perform stress analyses that are more frequent and more detailed as well as with increasing and variable impacts,
  - (ii) maintains a significant share of assets available to meet unforeseen liquidity needs;
  - (iii) monitors the markets, including through continuous comparison with market operators and related banks; and
  - (iv) continues to closely monitor the collection trends of Public Administration debtors.
- ▶ **Capital requirements:** there is no particular impact on Own Funds and regulatory requirements as a result of the current macroeconomic and geopolitical environment; at December 31, 2023, capital ratios were still well above the minimum requirements set by the Regulator.

On the other hand, the consequences of the Russia/Ukraine conflict and the Israel/Palestine war have not particularly affected lease contracts (IFRS 16), actuarial gains/losses related to post-employment benefits (IAS 19) and the vesting conditions of share-based payments (IFRS 2).

## Statutory audit

The Shareholders' Meeting of Banca Farmafactoring S.p.A. (now BFF Bank S.p.A.) held on April 2, 2020 appointed the audit firm KPMG S.p.A. to audit the financial statements from 2021 to 2029, pursuant to the provisions of Article 2409-bis of the Italian Civil Code and Italian Legislative Decree 39/2010.

## A.2 - MAIN ITEMS OF THE SEPARATE FINANCIAL STATEMENTS

The following describes the accounting policies adopted to prepare the separate financial statements at December 31, 2023, in accordance with IAS 1 and the instructions contained in Bank of Italy Circular no. 262 of December 22, 2005, as amended.

These accounting policies include the main criteria for recognizing, classifying, measuring and derecognizing the main assets and liabilities as well as for recognizing revenue and costs, along with other information.

### Financial assets

IFRS 9 divides financial assets into three categories:

- ▶ Financial assets measured at fair value through profit or loss;
- ▶ Financial assets measured at fair value through other comprehensive income;
- ▶ Financial assets measured at amortized cost.

### 1 - Financial assets measured at fair value through profit or loss

#### Classification criteria

This category includes financial assets other than those classified as financial assets measured at fair value through other comprehensive income or as financial assets measured at amortized cost. Specifically, this item includes:

- ▶ financial assets held for trading;
- ▶ financial assets with obligatory fair value measurement, represented by the financial assets that do not meet the requirements for measurement at amortized cost or fair value through other comprehensive income. These are financial assets whose contractual terms do not exclusively provide for solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding, or which are not held in connection with a “Hold-to-Collect” business model, or whose objective is a “Hold-to-Collect-and-Sell” business model;
- ▶ financial assets designated at fair value, namely financial assets defined in this way at the time of initial recognition and where the requirements are met. In such cases, on recognition an entity can irrevocably designate a financial asset as being measured at fair value through profit or loss if and only if by so doing it would eliminate or significantly reduce a recognition inconsistency.

This item therefore includes:

- ▶ debt instruments and loans that are included in an other/trading model (therefore not related to the "hold-to-collect" or "hold-to-collect-and-sell" business models) or that fail the contractual characteristics test (SPPI test);
- ▶ equity instruments – which cannot be qualified as controlling or connected – for which the designation at fair value through other comprehensive income has not been made upon initial recognition;
- ▶ UCI units.

The item also includes derivatives, recognized among financial assets held for trading, which are presented as assets if the fair value is positive.

In accordance with the general rules in IFRS 9 regarding the reclassification of financial assets (except for equity securities, for which no reclassification is permitted), reclassifications to other categories of financial assets are not permitted unless the entity changes its business model for managing financial assets. In such cases, which are expected to be very infrequent, the financial assets may be reclassified from the category of assets measured at fair value through profit or loss to one of the other two categories permitted by IFRS 9 (Financial assets measured at amortized cost or Financial assets measured at fair value through other comprehensive income). The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. In this case, the effective interest rate of the reclassified asset is determined on the basis of its fair value on the reclassification date. That date is taken to be the date of initial recognition, for credit risk stage assignment for impairment purposes.

## Recognition criteria

The initial recognition of financial assets takes place on the date of settlement for debt instruments and equity instruments, on the date of disbursement for loans, and on the date of subscription for derivatives.

Financial assets at fair value through profit or loss are initially recorded at fair value, normally presented by the price of the transaction, without considering the costs or income of the transaction directly attributable to the instrument itself.

## Measurement criteria

After initial recognition, financial assets measured at fair value through profit or loss are measured at fair value. The effects of applying this measurement criterion are charged to the income statement.

To determine the fair value of financial instruments listed on an active market, market prices are used. In the absence of an active market, commonly adopted estimation and valuation models are used. These take into account all the risk factors related to the instruments and are based on observable market data such as: the valuation of listed instruments with similar characteristics, discounted cash flow calculations, option pricing models, the recorded values of recent comparable transactions, etc.



For equity instruments and derivatives not quoted on an active market, the cost criterion is used to estimate the fair value only on a residual basis and in a limited number of circumstances, namely if none of the above valuation methods can be applied or if there is a wide range of possible fair value valuations, within which the cost is the most significant estimate.

### Derecognition criteria

Financial assets or parts of financial assets are derecognized if and only if disposal entails the substantial transfer of all the related risks and benefits.

Specifically, financial assets sold are derecognized when the entity retains the contractual rights to receive the cash flows of the asset but enters into a simultaneous obligation to pay those cash flows and only those cash flows to third parties, without significant delays.

## 2 - Financial assets measured at fair value through other comprehensive income

### Classification criteria

According to IFRS 9, a financial asset is included in this category if both of the following conditions are met:

- ▶ The financial asset is held within a business model whose objective is achieved by both collecting contractual cash flows and selling financial assets (HTC&S business model); and
- ▶ The contractual terms of the financial asset give rise on specified dates to cash flows that are solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding (meeting the SPPI test).

In particular, this item includes:

- ▶ debt instruments that are included in a Hold to Collect and Sell Business Model and that pass the contractual characteristics test (SPPI test);
- ▶ equity instruments, which cannot be qualified as controlling, associated or jointly controlled and which are not held for trading, for which the option for designation at fair value through other comprehensive income has been exercised.

In addition, equity instruments for which the Bank has decided to use the FVOCI (Fair Value through Other Comprehensive Income) option are also measured at fair value through OCI. The FVOCI option provides for the recognition in OCI of all income components relating to these instruments, without any impact (even in the event of disposals) on profit or loss.

The Bank has decided to use the FVOCI option for the equity instruments held, whose amount is not significant.

## HTC&S business model

Financial assets classified in the HTC&S business model are held to collect contractual cash flows and to sell the financial assets. Sales are therefore more frequent and significant compared to a hold to collect business model. This is because selling financial assets is integral to achieving the business model's objective instead of being only incidental to it.

These assets can be held for an indefinite period of time and can fulfill the need to access liquidity or respond to fluctuations in interest rates, exchange rates or prices.

Therefore, unlike in the case of financial assets measured at amortized cost (HTC), IFRS 9 does not require defining thresholds in terms of frequency and significance of sales for the HTC&S business model.

That said, taking a prudent approach, the Bank defined a maximum annual turnover ratio for the securities portfolio allowing to distinguish this business model from the Other model (i.e., assets held for trading), calculated as the ratio of the total value of sales to the average stock for the year (*opening stock + closing stock*)/2).

As far as the reclassification of financial assets is concerned (excluding equity securities, which are not eligible for reclassification), IFRS 9 allows an entity to reclassify its financial assets to other categories of financial assets if and only if the business model for managing those assets changes.

In such cases, which are expected to be very infrequent according to the standard, financial assets can be reclassified from FVOCI to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (amortized cost or FVPL).

The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. More specifically, if a financial asset is reclassified to amortized cost, its fair value at the reclassification date is adjusted to reflect the accumulated gains (losses) recognized in the valuation reserve. On the contrary, if a financial asset is reclassified to FVPL, the accumulated gains (losses) previously recognized in the valuation reserve are reclassified from equity to profit (loss) for the period.

Reclassifications to other categories of financial assets are not permitted unless the entity changes its business model for managing financial assets. In such cases, which should be highly infrequent, financial assets can be reclassified from FVOCI to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (amortized cost or FVPL). The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects apply prospectively from said date with the following impacts:

- ▶ if a financial asset is reclassified to amortized cost, its fair value at the reclassification date is adjusted to reflect the accumulated gains (losses) recognized in the valuation reserve;
- ▶ on the contrary, if a financial asset is reclassified to FVPL, the accumulated gains (losses) previously recognized in the valuation reserve are reclassified from equity to profit (loss) for the period.

## Recognition criteria

The initial recognition of financial assets takes place on the date of settlement for debt and equity instruments.

On initial recognition, the assets are measured at fair value, including transaction costs or income directly attributable to the instrument.

## Measurement criteria

With regard to debt securities, these assets are subsequently measured at fair value, with the interest recognized at amortized cost in the income statement under item 10 "Interest and similar income". Gains and losses arising from changes in fair value are recognized in equity under item 110 "valuation reserves" except for impairment, which is recognized under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risk associated with: b) financial assets measured at fair value through OCI".

Gains and losses are recognized in Valuation reserves until the financial asset is disposed of, when the accumulated gains or losses are recognized in the income statement under item 100 "Gains (losses) on disposal or repurchase of: b) financial assets measured at fair value through OCI".

Fair value changes recognized under item 110 "valuation reserves" are also reported in the statement of comprehensive income.

Equity instruments (shares) not traded in an active market, whose fair value cannot be determined reliably due to the lack or unreliability of the information needed for fair value measurement, are measured at their last reliably measured fair value.

Equity instruments that were classified in this category are valued at fair value and the amounts recognized as a balancing entry under equity (other comprehensive income) must not then be transferred to the income statement, not even in the case of disposal. The only component referring to the equity instruments in question subject to recognition in the income statement is the relative dividends.

For the purposes of IFRS 9, the impairment of financial assets included in these categories is recognized in three different stages based on the relevant credit risk level.

More specifically, for Stage 1 instruments (financial assets that are not credit-impaired on initial recognition and instruments without significant increase in credit risk since initial recognition), 12-month expected credit losses are recognized at the initial recognition date and at each subsequent reporting date.

For Stage 2 instruments (assets with significant increase in credit risk since initial recognition but not credit-impaired) and Stage 3 instruments (credit-impaired exposures), lifetime expected credit losses are recognized instead.

For debt instruments, any circumstances indicating that the borrower or issuer is experiencing financial difficulties such as to prejudice the collection of principal or interest constitute evidence of impairment.

If there is objective evidence of impairment, the cumulative loss that was initially recognized in equity under item 110 "Valuation reserves" is transferred to the income statement under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risk associated with: b) financial assets measured at fair value through OCI". The amount transferred to the income statement is equal to the difference between the asset's carrying amount (value at initial recognition net of any previous impairment losses already recognized in the income statement) and its current fair value.

If the fair value of a debt instrument increases and such increase can be objectively attributable to an event relating to the improvement in the debtor's creditworthiness, occurring in a period subsequent to the recognition of impairment in the income statement, the impairment gain is recognised and the amount of the gain is recognized in the same income statement item. This does not apply to equity securities, which are not tested for impairment.

After the reinstatement, the carrying amount cannot in any case exceed measurement at amortized cost had the impairment loss not been recognized.

Impairment losses/gains are recognized according to the staging allocation criteria and the following risk parameters: probability of default (PD), loss given default (LGD), and exposure at default (EAD)—defined in accordance with the subsequent paragraph "Measurement of impairment losses on financial assets".

Equity instruments are not subjected to the impairment process.

## Derecognition criteria

Financial Assets measured at fair value through profit or loss are derecognized when the contractual rights expire and when, following disposal, substantially all of the risks and rewards relating to the financial asset sold are transferred. On the other hand, if a significant portion of the risks and rewards relating to the disposed financial assets has been retained, they continue to be recognized in the financial statements, even if legally their ownership has been effectively transferred.

## 3 - Financial assets measured at amortized cost

### Classification criteria

According to IFRS 9, a financial asset is included in this category if both of the following conditions are met:

- a) the financial asset is held within a business model whose objective is to hold financial assets in order to collect contractual cash flows (HTC business model); and
- b) the contractual terms of the financial asset give rise on specified dates to cash flows that are solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding (meeting the SPPI test).

On the basis of the accounting statements provided for by the Bank of Italy's Circular no. 262 of December 22, 2005, as amended, this financial statement item includes:

- ▶ loans and receivables with banks in the various technical forms;
- ▶ loans and receivables with customers, in the various technical forms, which also include debt securities classified in the HTC business model and that passed the SPPI test.

Loans and receivables with banks relate essentially to ordinary current accounts and loans with banking counterparties in the various technical forms.

Loans and receivables with banks are primarily comprised of debt instruments, receivables due from debtors relating to factoring activities and late payment interest, computed based on receivables purchased on a non-recourse basis in accordance with laws in force (Italian Legislative Decree 231/2002 "Implementation of Directive 2000/35/EC on combating late payments in commercial transactions"), as well as loans to customers in the various technical forms.

BFF's receivables from factoring transactions almost exclusively refer to non-recourse purchase transactions involving the full transfer of all the risks and rewards relating to receivables.

## HTC business model

Financial assets measured at amortized cost are held within a business model whose objective is to obtain contractual cash flows by collecting payments over the lifetime of the instrument.

Not all assets shall necessarily be held to maturity. IFRS 9 provides the following examples of cases in which the sale of financial assets may be consistent with the HTC business model:

- ▶ Sales are attributable to the increased credit risk of a financial asset;
- ▶ sales are infrequent (even if significant in terms of amount) or insignificant at an individual level and in aggregate form (even if frequent);
- ▶ Sales take place close to the maturity of the financial asset and revenue from the sales are close to the amount of the remaining contractual cash flows.

The Bank identified thresholds of significance for frequency and volumes of sales, required to analyze whether the HTC business model has been maintained.

Therefore, in the event of sales (consistently with the business model concerned), by virtue of common market practice, a percentage of significance for annual sales volumes has been defined, determined as the sum of the value of sales made during the year/the carrying amount of the HTC portfolio at the beginning of the year.

With respect to the frequency of sales, BFF has defined a monthly threshold, as set out in the (RAF) Risk Appetite Framework, which, in line with the maximum acceptable risk, defines the business model and the strategic plan - risk appetite, tolerance thresholds, risk limits, risk governance policies and the processes of reference for designing and implementing them.

As far as the reclassification of financial assets is concerned, IFRS 9 allows an entity to reclassify its financial assets to other categories of financial assets if and only if the business model for managing those assets changes.

In such cases, which are expected to be very infrequent according to the standard, financial assets can be reclassified from amortized cost to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (FVOCI or FVPL).

The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. Gains or losses arising from the difference between the amortized cost of a financial asset and its fair value are recognized in the income statement in the case of a reclassification to FVPL, or in equity, as part of the relevant valuation reserve, in the case of a reclassification to FVOCI.

## Recognition criteria

With respect to receivables from factoring transactions, such assets are initially recognized at fair value, which usually corresponds to the consideration paid, including transaction costs and income which are directly attributable to the acquisition and provision of the financial asset, although not yet settled.

Specifically, non-recourse receivables:

- ▶ purchased on a non-recourse basis, with substantial transfer of all risks and rewards as well as cash flows, are initially recognized at fair value, represented by the nominal amount of the receivable net of fees and commissions charged to the assignor;
- ▶ if purchased for amounts below the nominal amount, are recognized for the amount actually paid at the time of purchase.

As for financial assets related to loans originated by the Bank, they are initially recognized at the loan date. These assets are initially recognized at fair value inclusive of the sums disbursed, including of transaction costs or income directly attributable to the instrument. With reference to loans in particular, the date of disbursement is usually the date on which the contract is signed. If this is not the case, when the contract is signed a commitment will be included to disburse funds, and this commitment ends on the date the loan is drawn down.

HTC debt securities have fixed or determinable payments and a fixed maturity and may be used for repurchase agreements, loans or other temporary refinancing operations.

These assets are initially recognized at fair value on the settlement date. This amount usually corresponds to the consideration paid, including transaction costs and income.

## Measurement criteria

After initial recognition, financial assets are measured at amortized cost, equal to the original amount, less repayment of principal and impairment losses, and increased by any impairment gains and amortization, calculated using the effective interest rate method, taking into account the difference between the amount disbursed and the amount repayable when due, relating to ancillary costs/income directly attributable to the individual receivable.

Specifically, non-recourse receivables purchased as part of the factoring activities carried out are measured at amortized cost, determined based on the present value of estimated future cash flows, with reference to both the principal and the late payment interest accruing as from the due date of the receivable and deemed recoverable.

By virtue of their nature, the new due date of such receivables is their expected collection date, determined at the time of pricing and formalized with the assignor in the assignment contract.

Interest income (including late payment interest) is recognized in the income statement only if it is probable that positive cash flows will be generated for the entity and their amount can be estimated reliably. In the case in question, consistently with the "Bank of Italy/Consob/Ivass Document no. 7 of November 9, 2016" on the "Treatment in the financial statements of late payment interest under Italian Legislative Decree 231/2002 on non-recourse purchases of performing receivables", BFF also included the estimate of recoverable late payment interest in the calculation of amortized cost, taking into account that:

- ▶ the business model and organizational structure envisage that the systematic recovery of late payment interest on performing receivables purchased on a non-recourse basis is a structural element of the ordinary business activities for the management of such receivables;
- ▶ such late payment interest, due to its impact on the composition of results, does not constitute an ancillary element of non-recourse purchase transactions, and has been considered for a complete analysis of the prospective profitability profiles.

Moreover, BFF Bank has time series of data concerning collection percentages and times—acquired through suitable analysis tools—enabling it to judge that the estimate of late payment interest included in the calculation of amortized cost is sufficiently reliable and complies with the recognition requirements established by IFRS 15. Such time series are updated on an annual basis when the financial statements are prepared, in order to determine the estimated collection percentages and times to be used to calculate late payment interest. The change in collections is then analyzed on a quarterly basis to confirm such percentages in periodic reporting.

As far as the receivables of BFF Bank recognized in the separate financial statements are concerned, the updating of the time series confirmed an estimated collection percentage much higher than 50%. Therefore, the percentage used to prepare the 2023 financial statements remained unchanged compared to 2022 at 50%.

Furthermore, please recall that to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection remained at 2100 days, the value updated when the 2022 Financial Statements were drafted.

Please also recall that the above analyses regarding late payment interest collection percentages and times also include an analysis of the collection percentage of the compensation for recovery costs ("40 euros").

On the basis of the results arising from these time series, starting from the closing of the 2022 separate Financial Statements, the Bank has decided to account for such indemnity on an accruals basis, based on the collection percentages identified by the time series and the analyses performed in line with those already applied to the late payment interest calculation model.

The trend in collection percentages over the years, included in the time series considered, is significantly higher than 50% and, therefore, for reasons of prudence this percentage was used as an estimate of the amount relating to the above-mentioned indemnity which will be collected in the future and which was recognized in item 40 "Financial Assets at amortized cost - loans and receivables with customers".



In fiscal terms, the accruals of revenue deriving from the right to collect the “40 euros” directly forms part of taxable profit as set forth in Art. 109, paragraph 1 of the TUIR (Italian Consolidated Income Tax Law), (*“Revenue, expense and other positive and negative components, for which the previous rules of this Section do not establish otherwise, contribute towards forming accrued income for the year; however, revenue, expense and other components for which during the year of accruals the existence is not yet certain or the amount is not yet objectively determinable, will contribute towards forming that revenue in the year in which such conditions are met.”*), unlike what is established for late payment interest, the tax treatment of which is subject to paragraph 7 of the same article of the TUIR (*“In derogation of paragraph 1, late payment interest contributes to the formation of income in the year in which it is received or paid”*). No deferred taxation is recognized in the separate financial statements.

After initial recognition at fair value, HTC securities are measured at amortized cost using the effective interest rate method. The amount arising from the application of this method is recognized in the income statement under item 10 “Interest and similar income”.

The Bank carries out the analysis of the receivable and HTC security portfolio to identify any impairment of its financial assets. IFRS 9 introduced the expected credit loss concept for the financial assets included in this financial statements item. Expected credit losses are a probability-weighted estimate of credit losses over the expected life of the financial instrument. According to this concept, a loss does not necessarily have to occur before it is recognized in the separate financial statements; therefore, generally all financial assets will entail the recognition of a provision.

The approach adopted is represented by the general deterioration model, which envisages a three-stage classification. These stages reflect the deterioration of the credit quality of the financial instruments included within the scope of application of IFRS 9.

At each annual or interim reporting date, the entity assesses whether there has been a significant change in credit risk compared to initial recognition. If so, this will result in a change of stage: the model is symmetrical, and assets can move between different stages.

For assets classified in Stage 1, the loss allowance relating to each individual financial asset is determined on the basis of 12-month expected credit losses (contractual cash flow shortfalls estimated by taking into account potential default in the following 12 months), while for assets classified in Stages 2 and 3 calculations are based on lifetime expected credit losses (contractual cash flow shortfalls estimated by taking into account the potential default over the residual life of the financial instrument).

If there is objective evidence of impairment and the asset is classified in Stage 3, the loss is measured as the difference between the asset’s carrying amount and the present value of the estimated future cash flows, discounted using the original effective interest rate of the financial asset.

The amount of the loss is determined on the basis of an individual assessment and then individually attributed to each position, accounting for forward-looking information and potential alternative recovery scenarios. Impaired assets include financial instruments that have been given non-performing status, unlikely to pay or overrun/past-due for more than 90 days according to the Bank of Italy regulations, in line with the IAS/IFRS and European regulations. The expected cash flows take into account the expected recovery times and the presumed realization value of any guarantees.

When recognizing impairment, the carrying amount of the asset is reduced accordingly and the loss is recognized in the income statement under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risk associated with: a) financial assets measured at amortized cost".

If, in a subsequent period, the amount of an impairment loss decreases and the decrease can be objectively attributable to an event relating to the improvement in the debtor's creditworthiness occurring after recognition of impairment, the previously recognized impairment loss is reversed. After the reinstatement, the carrying amount cannot in any case exceed measurement at amortized cost had the impairment loss not been recognized. The amount of the reinstatement is recognized in the same income statement item.

Adjustments/reversals of impairment are recognized according to the staging allocation criteria and the following risk parameters: probability of default (PD), loss given default (LGD), and exposure at default (EAD)—defined in accordance with the subsequent paragraph "Measurement of impairment losses on financial assets".

## Derecognition criteria

Derecognition of a financial asset occurs when the contractual rights on cash flows deriving from the financial asset expire or if the entity transfers the financial asset and such transfer meets the eligibility criteria for derecognition.

Receivables sold are derecognized only if all the risks and rewards relating to such receivables were transferred.

On the other hand, if the risks and rewards are retained, the receivables sold will continue to be recognized in the financial statements, even though legal title to these assets is effectively transferred.

## 4 - Hedging operations

### Recognition criteria

The Bank has exercised the option under IFRS 9 to continue to apply the IAS 39 rules to hedging operations even after the introduction of IFRS 9.

“Hedging operations” involve designating a financial instrument capable of offsetting part or all of the gain or loss resulting from a change in the fair value or cash flows of the hedged instrument. The intent to hedge must be formally stated, must not be retroactive and must be consistent with the risk hedging strategy espoused by BFF’s management. Pursuant to IAS 39, derivatives may only be accounted for as hedging instruments under certain conditions, i.e. when the hedging relationship is:

- ▶ clearly defined and documented;
- ▶ measurable;
- ▶ currently effective.

Derivative financial instruments designated as hedges are initially recognized at their fair value.

Hedging operations are intended to offset the potential losses associated with certain types of risks.

The possible types of hedges are:

- ▶ Fair value hedges: these are designed to cover the exposure to the change in the fair value of a statement of financial position item;
- ▶ Cash flow hedges: these are designed to cover the exposure to changes in the future cash flows associated with certain statement of financial position items;
- ▶ Hedges of a net investment in a foreign operation.

Hedges may be undertaken using derivative contracts (including the purchase of options) and non-derivative financial instruments (to hedge foreign exchange risk only). In the statement of financial position, hedging derivative instruments are classified to item 50 “Hedging derivatives” on the assets side and 40 “Hedging derivatives” on the liabilities side according to whether they have a positive or negative fair value on the annual or interim reporting date.

### Measurement criteria

Hedging derivative financial instruments are measured at their fair value.

When a financial instrument is classified as a hedge, the Bank, as set out above, formally documents the relationship between the hedging instrument and the hedged item, verifying both at the inception of the relationship and throughout its duration, that the hedging by the derivative is effective in offsetting changes in the fair value or cash flows of the hedged item. A hedge is considered effective if, both at inception and over its life, changes in the fair value or cash flows of the hedged item are offset by changes in the fair value of the hedging derivative.

Accordingly, effectiveness is assessed by comparing the aforementioned changes, taking account of the intent pursued by the entity when entering into the hedge. A hedge is effective (within the limits established by the interval of 80-125%) when the expected, effective changes in the fair value or cash flows of the hedging financial instrument offset changes in the hedged item almost entirely.

Effectiveness is assessed at each annual or interim reporting date using:

- ▶ prospective tests that justify the application of hedge accounting by proving the expectation of hedge effectiveness;
- ▶ retrospective tests that determine the degree of effectiveness of the hedge achieved during the period to which they refer, thus measuring the extent to which the actual results diverged from the perfect hedge.

The accounting treatment for gains and losses on fair value changes varies according to the type of hedge:

- ▶ Fair value hedges: the change in the fair value of the hedged item attributable solely to the hedged risk is taken to the income statement, as is the change in the fair value of the hedging derivative instrument; the difference, if any, which represents the partial ineffectiveness of the hedge, thus determines the net effect on the income statement;
- ▶ Cash flow hedges: changes in the fair value of the derivative are taken to equity, for the effective portion of the hedge, and are only taken to the income statement when, in reference to the hedged item, the change in the cash flows to be offset manifests, or for the portion of the hedge found to be ineffective;
- ▶ Hedges of a net investment in a foreign operation: such hedges are accounted for according to the same method used for cash flow hedges.

The income components are allocated to the relevant items of the income statement as follows:

- ▶ Differentials accrued on derivative instruments hedging interest-rate risk (in addition to the interest on the hedged positions) are allocated to item 10, "Interest and similar income" or item 20, "Interest and similar expense", depending on the sign of the differential, i.e. whether it is positive or negative;
- ▶ Negative or positive changes in fair value resulting from the measurement of the fair value hedging derivative instruments or hedged positions are allocated to item 90, "Net hedging profit (loss)";
- ▶ Positive or negative changes in fair value arising from the measurement of cash flow hedging derivative instruments are allocated, with regard to the effective portion, to a specific valuation reserve in equity, the "Hedging reserve", net of the deferred tax effect. With regard to the ineffective portion, such changes are taken to item 90 of the income statement, "Net hedging profit (loss)".

## Derecognition criteria

The accounting treatment of hedging operations is discontinued in the following cases: a) a hedge undertaken through a derivative ceases or is no longer highly effective; b) the hedged item has been sold or redeemed; c) the hedging operation is revoked in advance; or d) the derivative expires, is sold, terminated or exercised.

If hedge effectiveness is not confirmed, the portion of the derivative contract no longer designated a hedge (“over-hedging”) is reclassified as held for trading. If discontinuation of the hedging relationship is due to the sale or termination of the hedging instrument, the hedged item ceases to be such and is once again measured according to the criteria that apply to the relevant portfolio.

The hedging financial assets and liabilities are derecognized when there are no longer any contractual rights (e.g., expiration of the contract, early closing exercised according to the contractual clauses – so-called “unwinding”) to receive cash flows from the financial instruments, the hedged assets/liabilities, and/or the derivative designated as a hedge or when the financial assets/liabilities are sold thus substantially transferring all the risks and rewards connected thereto.

## 5 – Equity investments

### Classification criteria

The term equity investment refers to investments in the capital of other companies, generally represented by shares or units and classified as investments in subsidiaries and associates. Specifically:

- ▶ **Subsidiary:** an enterprise over which the Bank company exercises “dominant control”, i.e. the power to determine administrative and operational choices and to obtain the relative benefits;
- ▶ **Associate company:** an enterprise over which the investor has significant influence and which is neither a subsidiary nor a joint venture for the investor.

The possession – direct or indirect through subsidiaries – of 20% or more of the votes exercisable in the shareholders' meeting of the investee is a prerequisite for significant influence.

### Measurement criteria

Equity investments in non-consolidated subsidiaries are measured at cost, adjusted as necessary for impairment losses.

If there is objective evidence that the value of an equity investment may have been reduced, the recoverable amount of the equity investment will be estimated taking into account the discounted value of the future cash flows that the equity investment could generate, including the final disposal value, or considering the market multiples methodology as an alternative to the future cash flows (impairment test).

If it is not possible to gather sufficient information, the value to be used is considered the value of the company's equity.

If the recoverable amount is less than the carrying amount, the difference is recognized in the income statement under item 220 “Profits (Losses) from equity investments”.

If the reasons for the impairment cease to apply as a result of a subsequent event occurring after the recognition of the change in value, the related write-backs are allocated to the same item in the income statement but within the limit of the cost of the investment prior to the write-backs.

Dividends of investees are accounted for in the year in which they are resolved in item 70 “Dividends and similar income”.

## Derecognition criteria

Equity investments are derecognized when the contractual rights to the cash flows deriving from the assets expire, or when the investment is sold with a substantial transfer of all the related risks and benefits.

## 6 - Property, equipment and investment property

### Classification criteria

Property, equipment and investment property include land, instrumental properties, technical plants, furniture, furnishings and equipment of any type.

They also include right-of-use assets and relating to the use of a an item of property and equipment (for lessees), assets granted under an operating lease (for lessors), as well as improvements and incremental expense incurred on owned assets and right-of-use assets.

Improvements and incremental expense incurred on third-party assets deriving from lease agreements pursuant to IFRS 16 from which future benefits are expected are recognized:

- ▶ if independently identifiable and separable, in item “80. Property, equipment and investment property”, in the most appropriate category;
- ▶ if not independently identifiable and separable, in item “80. Property, equipment and investment property”, as an increase in the right-of-use assets, recognized on the basis of the provisions of IFRS 16, to which they refer.

Improvements and incremental expense incurred on third-party assets other than those mentioned above are recognized:

- ▶ if independently identifiable and separable, in item “80. Property, equipment and investment property”, in the most appropriate category;
- ▶ if not independently identifiable and separable, in item “120. Other assets”.

Instrumental properties are those owned properties (or properties held under a finance lease) used in production and the provision of services or for administrative purposes, with a useful life exceeding one year.

### Recognition criteria

Property, equipment and investment property are initially recognized at cost, which includes all costs necessary to bring the asset to working condition for its intended use (transaction costs, professional fees, direct delivery costs incurred to bring the asset to the assigned location, installation costs, dismantling costs).

Costs incurred subsequently are added to the asset’s carrying amount or recognized as a separate asset only when it is probable that there will be future economic benefits in excess of those initially foreseen and the cost can be measured reliably (e.g., extraordinary maintenance costs). Other expense incurred subsequently (e.g., ordinary maintenance costs) are recognized, in the period incurred, in the income statement under item 160 b) “other administrative expense,” if they refer to assets used in the Group’s business activities.

This item also includes assets used by the Bank as the lessee in lease agreements - "Right-of-Use" (RoU) (IFRS 16).

At the commencement date, the Bank, as lessee, shall recognize the "right-of-use (RoU) asset" at cost, which shall comprise: a) the amount of the initial measurement of the lease liability; b) any lease payments made at or before the commencement date, less any lease incentives received; c) any initial direct costs incurred by the lessee, i.e., incremental costs of obtaining a lease that would not have been incurred if the lease had not been obtained, except for costs incurred by a manufacturer or dealer lessor in connection with a lease; and d) an estimate of costs to be incurred by the lessee in dismantling and removing the underlying asset, restoring the site on which it is located or restoring the underlying asset to the condition required by the terms and conditions of the lease, unless those costs are incurred to produce inventories".

The RoU asset referring to leases outstanding at the date of initial application of IFRS 16 was recognized under the "Modified Retrospective Approach".

The Bank does not consider VAT as a component of lease payments for the purposes of calculating IFRS 16 measures (RoU Asset and Lease Liability, for which reference should be made to the line item Financial liabilities measured at amortized cost).

## Measurement criteria

Subsequent to initial recognition, property, equipment and investment property are carried at cost, net of accumulated depreciation and impairment losses, if any. Depreciation begins as of the date on which the property, equipment and investment property are ready for the use intended by the management.

Such assets are depreciated on a straight-line basis over their estimated useful lives, understood as the period during which an asset or property is expected to contribute to company operations, adopting the straight-line method as the depreciation criterion. The estimate of the useful life is shown below:

- ▶ buildings: 33 years;
- ▶ furniture: 9 years;
- ▶ plants: 5 years;
- ▶ machines: 3 years;
- ▶ other: 4 years.

Land and buildings are treated separately for accounting purposes, even if purchased together. Land is not depreciated since, as a rule, it has an indefinite useful life.

The estimated useful life of property, equipment and investment property is reviewed at the end of each annual or interim reporting period, taking into account the conditions of use of the assets, maintenance conditions, expected obsolescence etc., and, if expectations differ from previous estimates, the depreciation expense for the current and subsequent periods is adjusted.

Artistic assets are not depreciated as their useful life cannot be estimated and their value typically does not decrease over time.



At the date of first-time adoption of the International Accounting Standards (January 1, 2005), the buildings owned by the Bank and used in its business activities were measured at fair value, which became the new carrying amount of the assets as of that date.

If there is objective evidence that an asset has been impaired, the asset's carrying amount is compared with its recoverable amount, equal to the higher of its fair value less costs of disposal and its value in use, i.e., the present value of the future cash flows expected to be derived from the asset. Any adjustments to the carrying amount of the asset are recognized in the income statement under item 180 "Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property".

If an impairment loss is reversed, the new carrying amount cannot exceed the carrying amount that would have been attributed to the asset if no impairment loss had been recognized in prior years.

At each annual or interim reporting date, the Bank evaluates whether there is any indication of impairment of its property, equipment and investment property. If a loss is identified, the carrying amount is compared with the recoverable amount understood as the higher between fair value and value in use.

### ***Property, equipment and investment property represented by right-of-use assets under lease contracts***

Under IFRS 16, a lease is a contract or part of a contract that transfers the right to use an asset (the underlying asset) for a period of time in exchange for consideration. A financial lease essentially transfers all the risks and rewards arising from ownership of the asset to the lessee (user). Otherwise, the contract is classified as an operating lease. The inception of a lease is the date from which the lessee is authorized to exercise its right to use the leased asset. It coincides with the date of initial recognition of the lease and even includes rent-free periods, i.e. contractual periods when the lessee uses the asset free of charge. At the inception of a contract, the lessee recognizes:

- ▶ an asset consisting of the right to use of the asset underlying the lease contract. The asset is recognized at cost, calculated as the sum of:
  - the lease liability;
  - lease payments made on or before the effective date of inception of the lease (net of lease incentives already received);
  - initial direct costs, and
  - any (estimated) costs to dispose of or restore the asset underlying the lease;
- ▶ a financial liability arising from the lease contract (lease liability) corresponding to the present value of payments due for the lease. The discount rate used is the implicit interest rate, if determinable; otherwise, the marginal financing interest rate of the lessee is used.

Where a lease contract contains "non-lease components" (e.g., the provision of services, such as routine maintenance, to be accounted for in accordance with IFRS 15), the lessee must separately account for "lease components" and "non-lease components" and distribute the contract price between the various components on the basis of their respective prices.

The lessee may choose to recognize lease payments:

- ▶ directly by expensing them to the income statement, on a straight-line basis throughout the term of the lease contract;
- ▶ according to another systematic method representative of the way in which the economic benefits are received, in the case of short-term leases (equal to or less than 12 months) that do not include an option for the lessee to purchase the leased asset and of leases where the underlying asset is of low value.

The lease term is determined taking into account:

- ▶ periods covered by an extension option, where the exercise of the extension option is reasonably certain;
- ▶ periods covered by an option to terminate the lease, if the exercise of the termination option is reasonably certain.

During the term of the lease contract, the lessee must:

- ▶ measure the right-of-use asset at cost, net of accumulated depreciation and accumulated impairment losses determined and accounted for in accordance with the provisions of IAS 36 - Impairment of Assets, adjusted to take account of any restatement of lease liabilities;
- ▶ increase the liability arising from the lease transaction following the accruals of interest expense calculated at the implicit interest rate of the lease, or alternatively at the marginal financing rate and reduce it for payments of principal and interest.

In the event of changes in lease payments, the liability must be restated; the impact of the restatement of the liability is accounted for as a balancing entry to the right-of-use asset.

## Derecognition criteria

Property, equipment and investment property are derecognized when disposed of or when future economic benefits are no longer expected from their use or disposal.

The right-of-use asset deriving from lease contracts is derecognized at the end of the lease.

## 7 - Intangible assets

### Classification criteria

Intangible assets are identifiable non-monetary assets without physical substance that are expected to be used for more than one year, controlled by the Bank, and from which future economic benefits are likely to flow.

In the absence of one of the aforementioned characteristics, the cost to acquire or generate the asset internally is recorded as a cost in the period in which it was incurred.

Intangible assets mainly consist of software for long-term use and goodwill, resulting from contracts or new acquisitions.

## Recognition criteria

Intangible assets are recognized in the annual or interim separate financial statements at acquisition cost, including direct costs incurred to bring the asset into use and increased with any costs incurred subsequently to increase initial economic functions, net of accumulated amortization and impairment losses, if any.

Intangible assets also include goodwill, being the positive difference between the purchase cost and the fair value of the assets and liabilities of the acquired company, representative of the investment's capability to produce future profit. Should this difference be negative (badwill) or should the investment not be capable to produce future profit, the difference is immediately recognized in the income statement.

## Measurement criteria

Intangible assets with a finite useful life are systematically amortized on a straight-line basis according to their estimated useful lives. Useful lives are normally estimated as follows:

- ▶ software: maximum 4 years;
- ▶ other intangible assets: maximum 10 years.

If there is objective evidence that an asset has been impaired, the asset's carrying amount is compared with its recoverable amount, equal to the higher of its fair value less costs of disposal and its value in use, i.e., the present value of the future cash flows expected to be derived from the asset. Any impairment of the asset is recognized in the income statement under item 190 "Amortization and net impairment losses on intangible assets."

If an impairment gain is recognised, the new carrying amount cannot exceed the carrying amount that would have been attributed to the asset if no impairment loss had been recognized in prior years.

In addition, at December 31, 2022 the impairment test was performed on the "Customer Relationship" intangible asset of the Securities Services BU, resulting from the finalization of the PPA subsequent to the merger of DEPObank in 2021, and in light of the significant changes taking place in the customer portfolio composition. The results of this activity led to the recognition of a partial impairment loss in the carrying amount through profit or loss. For more information refer to Part B of the Notes to the separate financial statements in item 90 "Intangible Assets".

## Derecognition criteria

An intangible asset is derecognized upon its disposal or when no further future economic benefits are expected from its use or sale, and any difference between the sale proceeds or recoverable amount and the carrying amount is recognized in the income statement under item 250 "Gains (losses) on disposal of investments".

## 8 - Non-current assets held for sale or discontinued operations

The asset item 110 “Non-current assets held for sale or discontinued operations” and liability item “Liabilities linked to assets held for sale” include non-current assets or groups of assets/liabilities for which a disposal process has been initiated and the sale of which is deemed highly likely. These assets/liabilities are measured at the lower between their carrying amount and fair value less costs to sell, with the exception of certain types of assets (e.g. financial assets falling within the scope of application of IFRS 9) for which IFRS 5 specifically requires the application of the valuation criteria of the applicable accounting standard.

## 9 - Current and deferred taxes

Income taxes are computed in accordance with the tax legislation in force in the different countries where the Bank operates.

The tax charge consists of the total amount of current and deferred income taxes, included in the calculation of the profit or loss for the year.

Current tax assets and liabilities include the net balance of the Bank's tax positions in respect of the tax authorities. In particular, these items include the net balance of current tax liabilities for the year, calculated according to a prudential estimate of the tax charge due for the year, determined on the basis of the current tax code, and current tax assets represented by prepayments made in the course of the year. Current taxes correspond to the amount of income taxes due for the year.

Deferred tax liabilities correspond to the amount of income taxes due in future periods and refer to taxable temporary differences which arose in the period or in previous periods. Deferred tax assets correspond to the amount of income taxes recoverable in future periods and refer to deductible temporary differences which arose in the period or in previous periods.

The tax amount of an asset or a liability is the value attributed to that asset or liability according to the tax legislation in force. A deferred tax liability is recognized on all taxable temporary differences in accordance with IAS 12. A deferred tax asset is recognized on all deductible temporary differences in accordance with IAS 12 only to the extent that it is probable that there will be future taxable profits against which the deductible temporary difference can be offset.

Deferred tax assets are recorded under item 100 b) of assets. Deferred tax liabilities are recorded under item 60 b) of liabilities. Deferred tax assets and liabilities are constantly monitored and are recorded by applying the tax rates that it is expected will be applicable in the period in which the tax asset will be realized or the tax liability will be extinguished, on the basis of the tax rates and the tax law established by provisions in force.

The accounting contra entry for both current and deferred tax assets and liabilities consists normally of the income statement item 270 “Income taxes on profit (loss) from continuing operations”.

In cases where deferred tax assets and liabilities concern transactions that directly concerned equity without impacting profit or loss (such as the adjustments resulting from the first-time adoption of the IFRS, and the measurements of financial instruments at fair value through OCI or cash flow hedging derivatives), these are recognized through equity, impacting any relevant reserves (e.g. valuation reserves).

The size of the provision for taxes is adjusted to meet charges that might arise from any assessments already communicated or in any case from outstanding disputes with tax authorities.

## 10 - Provisions for risks and charges

### Registration/classification criteria

Provisions for risks and charges cover costs and expense of a determinate nature, the existence of which is certain or probable, which, at the end of the year, are uncertain as to amount or timing.

Accruals to the provisions for risks and charges are recognized only when:

- ▶ a present obligation has arisen as a result of a past event;
- ▶ upon its manifestation, the obligation is onerous;
- ▶ a reliable estimate can be made of the amount of the obligation.

### Provisions for risks and charges for commitments and guarantees provided

This item includes provisions for credit risk set aside for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope of the impairment rules in IFRS 9. In this case the Group adopts the same methods for allocating items to the credit risk stages and calculating expected credit losses as the ones described for financial assets measured at amortized cost or at fair value through OCI.

### Post-employment benefits and similar obligations

Post-employment benefits are formed in implementation of company agreements and are qualified as defined benefit plans. The liabilities relating to such plans and the relative current service cost are determined on the basis of actuarial assumptions by applying the Projected Unit Credit Method actuarial method, which involves projecting future outlays on the basis of statistical historical analyses and the demographic curve, as well as the financial discounting of such flows on the basis of a market interest rate. Contributions made in each year are considered to be separate units, recognized and valued individually in order to determine the final obligation. The discount rate is determined on the basis of market returns relating to the valuation dates of leading corporate bonds, taking into account the residual average duration of the liability. The present value of the obligation at the reporting date is also adjusted by the fair value of any assets serving the plan.

Actuarial gains and losses (or changes in the present value of the obligation deriving from changes in actuarial assumptions and adjustments based on past experience) are presented in the statement of comprehensive income.

As required by IAS 19, the provisions for risks and charges include the measurement of post-employment benefit obligations.

The measurement of such obligations in the separate financial statements is made, when necessary, based on actuarial calculations, by determining the charge at the measurement date based on demographic and financial assumptions.

### Other provisions

Provisions for risks and charges are liabilities with an uncertain amount or maturity recognized in the separate financial statements as:

- ▶ there is a present obligation (legal or implicit) due to a past event;
- ▶ an outlay of financial resources is likely in order to meet the obligation;
- ▶ it is possible to reliably estimate the likely future outlay.

Such provisions include amounts set aside against presumed losses in legal proceedings against the Bank.

When the time element is relevant, the provisions are discounted using current market rates. The provision and increases due to the time factor are recognized in the income statement. In particular, when the present value of the provision has been recognized, the increase in the carrying amount of the provision recorded in the separate financial statements in each year to reflect the passing of time is recognized under interest expense.

The provisions recognized, as well as contingent liabilities, are reviewed at each annual or interim reporting date and adjusted to reflect the best current estimate. If the need to use resources to meet the obligation is no longer likely, the provision is reversed with a balancing entry in the income statement.

The provisions for risks and charges include also the provisions for credit risk set aside for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope of the impairment rules in IFRS 9. Under IFRS 9, expected credit losses on commitments and guarantees provided shall be determined based on the initial credit risk of the commitment, starting from the date on which such commitment was made. As a general rule, in this case the Group adopts the same methods for allocating items to the three credit risk stages and calculating expected credit losses as the ones described for financial assets measured at amortized cost or at fair value through OCI.

The relevant loss allowance shall be recognized as a Statement of Financial Position liability under item "100: Provisions for risks and charges: a) commitments and guarantees provided".

## Derecognition criteria

Derecognition occurs when the obligation or contingent liability that generated the recognition of a provision is extinguished.

## 11 - Financial liabilities measured at amortized cost

### Classification criteria

An issued financial instrument is classified as a liability when, on the basis of the substance of the contractual agreement, there is a contractual obligation to provide money or another financial asset to another party.

This item includes “Due to banks”, “Due to customers” and “Debt securities issued”. Financial instruments (other than trading liabilities and those measured at fair value) representing the different forms of third-party funding are allocated to these items.

In addition, the payables incurred by the Bank as lessee under leases are also included.

Interest expense is recorded in the income statement under item 20 “Interest and similar expense”.

### Recognition criteria

Such liabilities are initially recognized at fair value on the settlement date. This amount usually corresponds to the consideration received less transaction costs directly attributable to the financial liability. Structured securities are broken down into their basic elements, which are recorded separately, when the derivative components implicit in them are of an economic nature and present risks different from those of the underlying securities and can be configured as autonomous derivatives.

This line item includes also the payables relating to the assets used by the Bank as lessee under leases—the so-called “Lease Liability” (IFRS 16), which comprises the following payments for the right to use the underlying asset: a) fixed payments, less any lease incentives receivable; b) variable lease payments that depend on an index or a rate, initially measured using the index or rate as at the commencement date; c) amounts expected to be payable by the Bank under residual value guarantees; d) the exercise price of a purchase option if the lessee is reasonably certain to exercise that option; and e) payments of penalties for terminating the lease, if the lease term reflects the lessee exercising an option to terminate the lease.

Interest is recorded in income statement item 20 “Interest and similar expense”.

### Measurement criteria

Amounts due to banks and customers and debt securities issued are measured at amortized cost using the effective interest method.

Debt securities issued are measured at amortized cost using the effective interest method.

During the period of use of the asset, the carrying amount of the Lease Liability is increased by the interest expense accrued and decreased by the payments made to the lessor.

### Derecognition criteria

Financial liabilities are derecognized when the obligation specified in the contract is extinguished or following a substantial change in the contractual terms of the liability.

The derecognition of debt securities issued also occurs in the event of repurchase of securities previously issued, even if they are intended for subsequent resale. The gains or losses on the recognition of the repurchase as an extinguishment are recognized in the income statement when the repurchase price of the bonds is higher or lower than their carrying amount. Subsequent disposals of own bonds on the market are treated as the placement of new debt.



## 12 - Financial liabilities held for trading

### Recognition criteria

Recognition and measurement criteria are similar to those described for “Financial assets classified as held for trading”.

### Classification criteria

Financial liabilities held for trading include derivative contracts held for trading with negative values and liabilities related to technical overdrafts on securities.

All trading liabilities are measured at fair value with the allocation of the result of the measurement to the income statement.

### Derecognition criteria

Financial liabilities are derecognized when the obligation specified in the contract is extinguished or following a substantial change in the contractual terms of the liability.

## 14 - Foreign currency transactions

### Recognition criteria

Transactions in foreign currency are translated upon initial recognition into the functional currency by applying the exchange rate in force on the date of the transaction to the amount in foreign currency.

### Measurement criteria

At each reporting date, Statement of Financial Position items in foreign currency are measured as follows:

- ▶ monetary items are translated at the current exchange rate at the closing date;
- ▶ non-monetary items measured at historical cost are translated at the exchange rate on the transaction date;
- ▶ non-monetary items measured at fair value are translated using the exchange rate in effect on the date the fair value was determined.

The exchange differences deriving from the settlement of monetary elements or from the translation of monetary elements at rates other than those of initial translation, or of translation the previous financial statements, are recognized in the Income Statement of the period in which they arise, while those relating to non-monetary elements are recorded in Equity or in the Income Statement in line with the method of recording the profits or losses that include this component.

Costs and revenue in foreign currencies are recognized at the exchange rate when they are accounted for, or, where in the process of accruing, at the exchange rate in effect at the reporting date.

## 15 - Other information

### Treasury shares

The treasury shares held are deducted from equity at the value at which they were repurchased the market. Similarly, their original cost and the gains or losses from their subsequent sale shall be recognized as changes in equity.

At the time of assignment to employees or directors, the Treasury share reserve is reduced by an amount calculated at the average price for the acquisition of the various tranches, with a balancing entry in financial instrument reserves recognized in the financial statements based on variable remuneration agreements and the "share premium" reserve.

### Post-employment benefits

As a result of the legislative framework introduced by Italian Law no. 296 of 2006, the post-employment benefits accrued up to December 31, 2023 (which remain with the Bank) under item 90 of liabilities, are computed by estimating the remaining length of the employment relationship, for individual persons or homogeneous groups, based on demographic assumptions:

- ▶ by projecting the accrued post-employment benefits, using demographic assumptions, to estimate the time of termination of employment;
- ▶ by discounting to present value, at the measurement date, the amount of the accrued benefits at December 31, 2023, based on financial assumptions.

IAS 19 (revised) requires actuarial gains and losses to be recognized in other comprehensive income in the year/period they are accrued. Because post-employment benefits vesting starting on January 1, 2007 must be transferred to the Italian social security institute (INPS) or to supplemental pension funds, they qualify as a "defined contribution plan", since the employer's obligation ceases once payment is made and the contribution is recorded in the income statement on an accruals basis.

The costs for servicing the plan are recorded under personnel expense, item 160 "Administrative expense: a) personnel expense" as the net total of contributions paid, contributions accrued in previous periods and not yet recorded and expected revenue from assets servicing the plan. Actuarial gains and losses, as envisaged by IAS 19, are recorded in a valuation reserve in equity.

### Revenue recognition criterion

The general criterion for the recognition of revenue components is the accruals basis, also taking into account the correlation between costs and revenue.

### Revenue

Revenue is gross flows of economic benefits deriving from the performance of ordinary business activities, when such flows cause increases in equity other than increases deriving from shareholder contributions.

Revenue deriving from contractual obligations with customers is recognized in the financial statements only if all of the following criteria are met:

- a. the parties to the contract have approved the contract and have undertaken to meet their respective obligations;
- b. the entity can identify the rights of each of the parties as regards the goods or services to be transferred;
- c. the entity can identify the conditions of payment of the goods or services to be transferred;
- d. the contract has commercial substance (or the risk, timing or amount of the future cash flows of the entity are destined to change following the contract);
- e. it is likely that the entity will receive the consideration to which it will be entitled in exchange for the goods or services that will be transferred to the customer. In evaluating the likelihood of receiving the amount of the consideration, the entity must take into account only the capacity and intention of the customer to pay the amount of the consideration when it will be due.

### Interest income and expense

Interest income and expense and similar income and expense relate to interest deriving from factoring activity, cash and cash equivalents and non-derivative financial assets and liabilities held for trading, measured at fair value through other comprehensive income and measured at amortized cost.

Interest income and expense are recognized in the income statement for all instruments measured at amortized cost, using the effective interest rate method.

More specifically:

- ▶ Fees and commissions charged to the assignor for the purchase of non-recourse receivables are recognized as transaction revenue and are therefore part of the effective return on the receivable recognized at amortized cost.
- ▶ According to IFRS 15, revenue shall be recognized only when its amount can be reliably estimated when total “control” on the exchanged goods or services is transferred. In the case in question, consistently with the “Bank of Italy/Consob/Ivass Document no. 7 of November 9, 2016” on the “Treatment in the financial statements of late payment interest under Italian Legislative Decree 231/2002 on non-recourse purchases of performing receivables”, BFF also included the estimate of recoverable late payment interest, including that claimed from tax authorities. In fact, BFF has time series of data concerning collection percentages and times—acquired through suitable analysis tools—enabling it to judge that the estimate of late payment interest included in the calculation of amortized cost is sufficiently reliable and complies with the recognition requirements established by IFRS 15. Such time series are updated on an annual basis when the separate financial statements are prepared, in order to determine the estimated collection percentages and times to be used to calculate late payment interest. The change in collections is then analyzed on a quarterly basis in order to monitor the relative trends and check the stability of the model.

With reference to the estimated total late payment interest that is expected to be collected by BFF Bank, the time series were updated with collection amounts for the year 2023. This confirmed an estimated recovery percentage much higher than 50%. Therefore, the percentage used to prepare the 2023 separate financial statements is 50%, with estimated collection days of 2100.

With regard to late payment interest on tax assets, given the particular nature of such interest and the counterparty, as well as the precise evidence obtained, it is believed that the conditions exist to recognize such interest in full.

Interest income on debt securities in portfolio and interest expense on securities issued by BFF are recognized at amortized cost, i.e., by applying to the nominal amount of the securities the effective interest rate of return (IRR), determined as the difference between the coupon rate of interest and the purchase price of the same security and taking into account any issue discount.

The interest thus computed is recognized in the income statement pro-rated over the duration of the financial asset or liability.

Fees and commissions for receivables managed on behalf of assignors are recognized in two successive steps in relation to the timing and nature of the service rendered:

- ▶ when the receivables are entrusted for management (fees and commissions on acceptance, and handling expense);
- ▶ when the receivables are collected (collection fees and commissions).

### **Fees and commissions**

Fees and commissions, which primarily derive from the activities carried out by the Securities Services and Payments Business Units and debt collection management activities on behalf of third parties, are recognized when the service is provided. These are primarily revenue linked to periodic fees that could include the provision of multiple services, transaction fees and one-off revenue.

Fees and commissions considered in amortized cost in order to determine the effective interest rate are excluded, as they are recognized as interest.

Starting from the end of 2020, when legal costs incurred for the collection of the receivables acquired without recourse are recognized, the Bank recognizes revenue equal to their estimated percentage of recovery based on time series developed internally. Indeed, the above-mentioned legal costs are in part recovered from customers either when bankruptcy proceedings are completed or when settlement agreements are finalized, and therefore they do not fully impact the separate financial statements. Therefore, this accounting treatment results in a greater alignment between costs and revenue, on an accruals basis.

### **Dividends**

Dividends are recognized in the income statement when their distribution is approved.

### **Costs and other comprehensive income**

Costs are recognized when they are incurred in compliance with the criterion of correlation between costs and revenue deriving directly and jointly from the same transactions or events. Costs that cannot be associated with revenue are recognized immediately in the Income statement.

Costs directly linked to financial instruments measured at amortized cost and which may be determined from their origin, irrespective of when they are paid, are recognized in the Income statement with the application of the effective interest rate.

Impairment losses are recognized in the Income statement in the year in which they are identified.

## Share-based payment arrangements

The share-based personnel remuneration plans (stock option plans) are recorded in the accounts according to the provisions of IFRS 2. They are recorded by charging to the income statement, with a corresponding increase in equity, a cost set on the basis of the fair value of the financial instruments allocated on the assignment date and divided over the plan's vesting period. The fair value of any options is calculated using a model which considers—besides information such as the exercise price and duration of the option, the current price of the shares and their expected volatility, the expected dividends, and the risk-free interest rate—the specific characteristics of the current plan. In the valuation model, the option and the probability of realization of the conditions under which the options were assigned are assessed separately. The combination of the two values provides the fair value of the assigned instrument.

Any reduction in the number of financial instruments allocated shall be accounted for as cancellation of part of them. This derecognition will have no impact on the income statement, but will take place with a balancing entry in the retained earnings.

In compliance with the provisions as set out in the First Part, Title IV, Chapter 2, Section III, paragraph 2.1. 3 of Bank of Italy's Circular no. 285, Art. 8.4 of the "Remuneration and incentive policy for members of the bodies with strategic supervision, management and control, and personnel of BFF" establishes that at least 50% of variable remuneration of so-called "Key Personnel" (Risk Takers) must be paid in financial instruments, specifically:

- (i) BFF's shares and related instruments, including the stock option plan; and
- (ii) where possible, the other instruments identified in Delegated Regulation (EU) No 527 of 12 March 2014.

The definition of "variable remuneration" includes payments which, for various reasons, are connected to and dependent on the activities/performance of the recipients or on other parameters (e.g., length of service) and which may be due in the future from BFF to the Risk Takers:

- i) Both pursuant to the incentive system based on company and individual objectives (so-called "MBO");
- ii) And in order to meet any payment obligations pursuant to non-competition agreements ("NCAs"), should in the future Risk Takers who have signed such agreements leave the Bank.

As of December 31, 2023, the option rights relating to the stock option plans in place amounted to 13,221,900 options assigned and not yet exercised, of which 8,996,900 could be exercised. As of December 31, 2022, the option rights relating to the Stock Option Plans in place amounted to 16,169,288 options assigned and not yet exercised, of which 1,086,788 could be exercised.

### 2016 Stock-Option Plan of the Banca Farmafactoring Banking Group

On December 5, 2016, the Bank's Ordinary Shareholders' Meeting approved the adoption of a stock option plan for employees and members of the corporate boards. The plan has the following features:

- ▶ *Purpose:* the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe newly issued ordinary shares of the Bank or shares that have already been issued and are included in the Bank's portfolio when the option is exercised. As of December 31, 2023, 96,000 were assigned and exercisable as they have vested, representing all plan shares still in existence. The number of options outstanding as at December 31, 2022 was 1,086,788, of which 232,000 could not yet be exercised;

- ▶ *Beneficiaries*: the identification of beneficiaries and the granting of options are decided by:
  - a) The Board of Directors, after consulting with the Remuneration Committee, with reference to directors, senior executives and executives directly reporting to the Chief Executive Officer;
  - b) The Chief Executive Officer, within the limits of his/her powers, with reference to other beneficiaries whose remuneration falls within his/her duties;
- ▶ *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise. On March 28, 2019 the Ordinary Shareholders' Meeting approved the introduction of an alternative method for exercising options under the plan, in addition to the ordinary option (so-called cashless). According to the new exercise option, authorized beneficiaries who requested it can be allocated a number of shares determined based on the market value of the shares at the exercise date, with no obligation for them to pay the exercise price.

## 2020 Stock-Option Plan of the Banca Farnafactoring Banking Group

On April 2, 2020, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new Stock Option Plan ("2020 Plan") for employees and directors holding executive positions in the Bank and/or its subsidiaries, having the following characteristics:

- ▶ *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe newly issued ordinary shares of the Bank or shares that have already been issued and are included in the Bank's portfolio when the option is exercised;
- ▶ *Recipients*: the beneficiaries are identified by the Board of Directors and/or the CEO at their sole discretion – within the limits envisaged by the applicable legislation and the plan – among the employees and/or Directors with executive positions in the Bank and/or its subsidiaries;
- ▶ *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise.

As of December 31, 2023, the number of stock options granted and not exercised is 5,461,400, of which 2,227,700 have vested and are exercisable. Furthermore, the right to exercise 514,800 options has been lost, so they may no longer be exercised. As of December 31, 2022, the number of options reported to be granted from 2023 was 8,384,500 options. None of these options could be exercised yet.

## BFF Banking Group 2022 Long-Term Incentive Plan

On March 31, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new "2022 Long-Term Incentive Plan" for employees and directors holding executive positions in the Bank and/or its subsidiaries, having the following characteristics.

- ▶ *Subject*: the plan provides for the allocation of a maximum of 9,700,000 options divided into three tranches. The options can be of two types: (i) Class A options, which grant the right to receive newly issued ordinary shares of the Bank, "equity settled", and (ii) Class B options, which grant the right to receive phantom shares, to be converted into cash in accordance with the provisions of the plan, "cash settled."
- ▶ *Vesting conditions (exercise)*: options granted under each tranche vest upon completion of the three-year period from the relevant grant date. Vesting is also subject to the fulfillment of the following conditions: (i) continuation of employment with the Group and/or office in the Board of Directors and absence of notice of resignation or dismissal; and (ii) achievement of KPIs (i.e. company performance indicators), without prejudice to the deferral and lock-up provisions applicable to the most significant personnel (i.e. Risk Takers) of the Bank and the other detailed forecasts of the plan, already disclosed to the market in accordance with applicable regulations.

As of December 31, 2023, 7,664,500 options have been granted (of which 3,439,500 are equity settled and cash-less and 4,225,000 are cash settled/phantom shares), none of which yet exercisable. In 2022, 5,593,000 options had been granted, of which 2,500,500 equity settled and cash-less and 3,092,500 cash settled/phantom, none of which yet exercisable.

## Use of estimates and assumptions in the preparation of financial reporting

As part of the preparation of the separate financial statements, the Bank had to make valuations and estimates that influence the application of accounting policies and the amounts of assets, liabilities, costs and revenue recognized in the financial statements.

The significant assessments of the Bank in the application of the accounting policies and the main sources of estimation uncertainty are unchanged from those already illustrated in the Bank's last annual separate financial statements.

In accordance with IFRS, the elaboration of estimates by management is a prerequisite for the preparation of the separate financial statements at December 31, 2023. This process involves the use of available information and subjective assessments, also based on historical experience, in order to formulate reasonable assumptions for the analysis of operations. These estimates and assumptions may vary from one period to the next, and therefore it cannot be ruled out that in subsequent periods, including in light of the current emergency situation deriving from the Russia/Ukraine conflict, the current values recognized in the separate financial statements at December 31, 2023 may differ – even significantly – owing to a change in the subjective assessments.

Estimates and assumptions are reviewed on a regular basis. Any changes resulting from such reviews are recognized in the period in which the review is made, provided that the review involves only that period. Should the review involve both current and future periods, the change is recognized in the period in which the review is made, and in the related future periods.

The risk of uncertainty in estimates is essentially related to:

- ▶ The degree of recoverability and estimated collection times for late payment interest accrued on non-recourse trade receivables due to BFF, based on an analysis of historical multi-year company data;
- ▶ Impairment losses on loans and receivables and other financial assets in general;
- ▶ The fair value of financial instruments used for financial disclosure purposes;
- ▶ The fair value of financial instruments not traded in active markets, determined with measurement models;
- ▶ Expense recorded on the basis of provisional values that are not definitive at the date on which these separate financial statements were prepared;
- ▶ Employee benefits based on actuarial assumptions, and provisions for risks and charges;
- ▶ The recoverability of deferred tax assets;
- ▶ Any impairment of equity investments, goodwill and intangible assets: in light of the results as of December 31, 2023, there are no trigger events that could impact the valuation of equity investments and goodwill and intangible assets with a finite useful life recorded as of December 31, 2023.



## Measurement of impairment losses on financial assets

At each annual or interim reporting date, in accordance with IFRS 9, financial assets other than those measured at fair value through profit or loss are tested to assess whether there is evidence that the carrying amount of the assets may not be fully recoverable. A similar analysis is conducted also for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope subject to impairment in accordance with IFRS 9. If such evidence exists (so-called “evidence of impairment”), the financial assets concerned—consistently with any remaining assets of the same counterparty—are considered to be impaired and classified in Stage 3. The Group shall recognize adjustments equal to lifetime expected credit losses for these exposures, consisting in financial assets classified as bad loans, unlikely to pay, and exposures past due and/or in arrears as per the Bank of Italy's Circular no. 262/2005.

The impairment model is characterized by:

- ▶ The allocation of the transactions in the portfolio to different stages, based on an assessment of the increase in the level of exposure/counterparty risk, considering the “staging allocation criteria”;
- ▶ The use of multi-period risk parameters (e.g., lifetime PD, LGD and EAD) to quantify expected credit losses (ECL) for financial instruments subject to a significant increase in credit risk since initial recognition.

In the fourth quarter of 2023, the Bank revised the methodological set-up of the staging allocation, establishing criteria more representative of the deterioration of credit risk with respect to the Bank's business and the methodology of forward-looking and point in time components relating to Probability of Default, which is more aligned with market best practices and the specific nature of the business.

## Staging Allocation Criteria

In the case of financial assets for which there is no evidence of impairment (performing financial instruments), the Bank shall assess whether there is an indication that the credit risk of the individual transaction has increased significantly since initial recognition.

Such assessment has the following consequences in terms of classification (or, more appropriately, staging) and measurement:

- ▶ If such an indication does not exist, the financial asset is classified in Stage 1. In this case, in accordance with the IFRS and even in the absence of apparent impairment losses, the Group shall recognize 12-month expected credit losses on the specific financial instrument. These adjustments shall be reviewed at each subsequent reporting date to regularly assess whether they are consistent with the constantly updated loss estimates as well as account for the change in the forecast horizon for expected credit losses in the event there is an indication that credit risk has “increased significantly”;
- ▶ If such an indication exists, the financial asset is classified in Stage 2. In this case, in accordance with the IFRS and even in the absence of apparent impairment losses, the Group shall recognize adjustments equal to lifetime expected credit losses. These adjustments shall be reviewed at each subsequent reporting date to regularly assess whether they are consistent with the constantly updated loss estimates as well as account for the change in the forecast horizon for expected credit losses in the event there is no longer an indication that credit risk has “increased significantly”.

Therefore, the allocation of an asset to Stage 1 rather than Stage 2 is not linked to absolute risk (in terms of probability of default), but rather to the (positive or negative) change in credit risk since initial recognition.

To allocate exposures subject to impairment in stages, the Bank has adopted the following method, which can be summarized in three fundamental criteria:

- ▶ quantitative criterion: definition of a “delta rating” threshold for transfer to stage 2;
- ▶ qualitative criterion: use of transfer logic triggers, i.e., identification of events triggering transfers between stages;
- ▶ practical expedients: use of the Low Credit Risk Exemption (LCRE) and 30 days of non-payment.

The **qualitative criterion** takes precedence over the quantitative criterion and establishes that the following positions are allocated to stage 2:

- ▶ positions with forbearance measures;
- ▶ in Watchlist: or positions under monitoring for which an assessment of a significant increase in credit risk has been made.

As far as the **quantitative criterion** is concerned:

- ▶ for Italian Municipality and Province counterparties, the internal PRA (Pricing Risk Adjusted) rating is considered an indicator of a possible deterioration of credit quality. In particular, a relative threshold is defined which has the aim of measuring the downgrade in the PRA rating between the origination date and the reporting date and classifying in stage 2 if the notching down of the defined risk categories is equal to or greater than 1;
- ▶ a relative threshold is defined, which has the purpose of measuring the ECAI rating downgrade (at the reporting date with respect to the date of origin) for each transaction. If the number of downgrades is higher than what has been established by the threshold (differentiated according to the master rating scale used), the position is allocated to Stage 2. The relative threshold depends on the number of rating classes considered for each segment and is equal to 1 for those segments to which the Sovereign and Financial Institutions external matrices apply (which have 7 rating classes), while it is equal to 2 for the counterparties pertaining to the segments for which the Corporate matrix is used (which has 21 rating classes).

Lastly, as concerns **the practical expedients**:

- ▶ the “Low Credit Risk Exemption” exempts transactions referring to counterparties with investment grade ratings at the date of analysis from the verification of significant deterioration using a relative threshold. Positions defined as low credit risk are not subject to the control of a rating downgrade between the date of analysis and the date of origin of the transaction. In the absence of qualitative triggers, these positions are allocated directly to Stage 1. This exception applies for counterparties referring to the Public Administration and Municipalities, to the technical forms of Repurchase Agreements by virtue of their guaranteed nature and very short term reciprocal accounts. It is excluded for private counterparties;
- ▶ for exposures originating from Factoring activities, if days continuously past due, calculated according to the criteria adopted by the Bank on the definition of default, exceed 30, then the counterparty is classified in Stage 2; for exposures originating from Lending activities, days past due are calculated at individual transaction level, comparing the reporting date with the maturity date: in this case, if the difference is greater than 30, then the transaction is allocated to Stage 2. For other technical forms, including those deriving from Custodian Bank activities, days past due are calculated considering the overdraft in relation to the credit line attributed to the counterparty: in this case, if days past due exceed 30, then the transaction is allocated to Stage 2.

For unrated counterparties in the portfolio, the staging allocation is carried out by applying only qualitative criteria, and the watchlist flag was introduced precisely in order to overcome the lack of rating and therefore the application of quantitative criteria.

## Impairment Criteria

The key concepts introduced by IFRS 9 and required for the purpose of calculating impairment are as follows:

- ▶ a forward-looking model, allowing the immediate recognition of all expected losses over the life of the instrument. According to IFRS 9, losses shall be recognized based on supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data;
- ▶ ECL recalculated at each reporting date to reflect changes in credit risk since initial recognition of the financial instrument;
- ▶ ECL measured by incorporating point-in-time and forward-looking information as well as macroeconomic factors;
- ▶ Introduction of an additional status with respect to the binary classification of performing and non-performing counterparties, to take account of the increase in credit risk.

The ECL calculation model requires a quantitative assessment of future cash flows and assumes that they can be reliably estimated. This requires the identification of certain elements, namely:

- ▶ probability of default (PD) models and assumptions about the forward distribution of default events, for the calculation of multi-period PDs used to determine the lifetime expected credit loss;
- ▶ a multi-period LGD model;
- ▶ a deterministic and stochastic EAD model allowing to define a multi-period distribution as well as a 12-month horizon.

In addition, at the reporting date, ECLs shall be discounted using the effective interest rate ("EIR") of the transaction as at the date of initial recognition.

## Probability of Default (PD)

The multi-period PD parameter is interpreted by the Bank by estimating a term structure of the probability of default starting from a recalibration of internal PD matrices provided by the rating agencies on long-term internal default rates (Long Run Average Default Rate or Central Tendency), the latter appropriately differentiated according to the relevant risk drivers. PD estimates include the effects deriving from the introduction of the New Definition of Default pursuant to Article 178 of Regulation (EU) no. 575/2013 in force as of January 1, 2021. The multi-period PD also incorporates Point-In-Time conversion adjustments and forward-looking information.

The forward-looking requirement means that each of the transactions in the portfolio involving the same counterparty is assigned a probability of default beginning on the reporting date. To this end, the Bank defines PD as the likelihood, over a particular time horizon, that a counterparty will be classified as in default.

In order to develop PDs according to IFRS 9, the Bank uses the matrices of rating agencies (ECAI) relating to the Sovereign, Corporate and Financial Institutions segments. With reference to the Bank portfolio:

- ▶ the Sovereign matrix was associated with public counterparties;
- ▶ the Corporate and Financial Institutions matrices were associated with non-public counterparties (the Corporate and Financial Institutions segments, respectively).

After identifying the matrices listed above, the following approach was followed to estimate the PD:

1. **estimation of the 12-month TTC PD** by recalibrating the ECAI external migration matrices for the loan portfolio of BFF Bank S.p.A. This approach makes it possible to refine the PD estimates by making them more compliant with the bank's business characteristics. For the securities portfolio, the ECAI external migration matrices are adopted as the best methodological approach as, since they are bond-like financial instruments, the use of the ECAI matrices is already in and of itself representative of the relative risk level. The recalibration was carried out by determining a differentiated Central Tendency for each cluster, identified, for the estimation, through the time series of internal rates of default, adjusted to take into account the new definition of default;
2. **estimate of the lifetime TTC PD** through the Markov approach based on assumptions of uniformity and the absence of memory which makes it possible to estimate the transition matrix until year "n" by raising the matrix at 1 year to the n-th power;
3. **estimation of PIT and Forward Looking PD** through ex-post adjustments of TTC multi-period PDs on the initial years, considering the point-in-time and forward-looking information given by forecasts on default rates. With a view to applying this adjustment, the specific methodological approach is broken down into the following steps:
  - macroeconomic model: definition of the macroeconomic scenarios to be applied (i.e., baseline, adverse and positive); in particular, the model defined by the Bank calls for the conditioning of the TTC matrix by means of the application of 3 macroeconomic scenarios (i.e., projections of macroeconomic variables selected as regressors of the satellite model);
  - satellite model: use of regression models for the estimate of forecast default rates; the satellite models used are differentiated by legal entity, one for BFF (including branches and FOSs) and Spain and one for Poland and by counterparty segment (Public Sector, Non-Public and Financial Intermediaries);
  - conditioning model: in order to estimate a PD measurement inclusive of point-in-time and forward-looking components (i.e., PIT FLI PD), the TTC matrix is conditioned using the Merton - Vasicek methodology, a widespread market practice amongst banking institutions of similar size;
  - multi-scenario model: from the PIT FLI marginal migration matrices over the projection horizon, cumulative curves are estimated up to 3 years, applying an appropriate non-homogeneous Markovian stochastic process, or with time-dependent migration matrices that vary over time. This makes it possible to obtain the PIT FLI cumulative migration matrix at projection years for each scenario and weighted with the relative likelihood of occurrence.

## Loss Given Default (LGD)

In quantifying expected loss, the LGD parameter measures the expected loss in the event of counterparty default. Therefore, LGD is a significant component for calculating the expected loss according to IFRS 9, both for positions classified in Stage 1 (1-year time horizon), and for those that have undergone a significant increase in credit risk and were therefore classified in Stage 2 and assessed on a lifetime basis.

In order to estimate the LGD parameter, as no internal models are available, the Bank has decided to use the LGD grids obtained from a specific calculation tool provided by the external infoprovider.

The Bank assigns an LGD value to each transaction on the basis of appropriate portfolio segmentation, taking into account the following risk factors: the probability of default associated with the counterparty, the reference economic sector, and factors specific to the transaction (e.g., type of financing and positioning of the financing within the capital structure). In addition, only for the non-recourse factoring portfolio, given the specific features of the recovery process for that technical form compared to those of other product types, the Bank has refined the LGD parameter estimation analysis by calibrating the external grids on long-term internal rates of recovery. This choice was justified by (i) the presence of a sufficiently robust time series depth for the estimation of an LGD model; (ii) the desire to correct ECAI source LGD estimates based on recoveries, in the majority of the cases complete, historically experienced by the Bank. The calibration methodology is based on the calculation of a differentiated Central Tendency by customer macro-segment and the subsequent recalibration of the external grids using the constrained optimization Ordinary Least Squares (OLS) model.

## Exposure at Default (EAD)

When defining and modeling the parameters to be used over multiple periods to measure credit risk, the Group considers also the Exposure at Default (EAD).

Similarly to what has already been defined in Basel models, to calculate ECL with credit risk parameters, EAD under IFRS 9 allows the definition of the exposure that a creditor will have at the time of default at a specific time over the life of the financial instrument.

Therefore, the EAD parameter must be aligned with the lifetime forecast horizon envisaged by the impairment model, to allow for the calculation of the allowance also for transactions for which the standard requires lifetime recognition.

The Group has identified the following factors for the computation of lifetime EAD:

- ▶ type of exposure;
- ▶ due date.

From these distinguishing factors for Exposure at Default modeling, the following cases have been defined:

- ▶ exposures with a deterministic repayment plan (cash flows);
- ▶ exposures without a repayment plan (no cash flows).

With reference to the exposures with deterministic repayment plans, the lifetime EAD is defined using the repayment plan and its effective cash flows. Stochastic modeling is therefore not necessary for these transactions.

On the other hand, as concerns exposures with unknown cash flows and/or due date (or exposures with no repayment plan), they are broken down by means of two estimation methodologies to determine the due date:

1. a qualitative methodology, based on which the due date is determined on the basis of the conditions of the contract or the review by the Credit Evaluation O.U.;
2. a quantitative methodology based on a behavioral model.

## IFRS 9 - Update to reflect the financial crisis due to the Russia/Ukraine conflict and the impacts of the Israel/Palestine conflict

As already mentioned, during the fourth quarter of 2023, the Risk Management Function developed a new forward-looking model for the conditioning of PDs, replacing the previous one which depended on the assumptions of the external infoprovder. The new model is based on the macroeconomic scenarios published by the EBA (European Banking Authority) during the 2023 stress test.

In continuity with the previous scenarios provided by the other infoprovder, these scenarios are characterized by an exacerbation of financial conditions and a considerable deterioration of economic outlooks caused by the high inflation generated by the Russia/Ukraine conflict. Furthermore, these scenarios also reflect an inversion in the real estate market trend in the presence of a decrease in household debt service capacity triggered by high interest rates.

Starting in the next few quarters, the Function will monitor the evolution of the macroeconomic variables used in the forward-looking model in order to identify any significant changes compared to the values used in the model updating phase.

As regards the Israel/Palestine conflict that began in late 2023, considering the results of the analyses performed by the Bank, at the moment no critical elements have been identified that would require the implementation of additional activities to monitor the risks of the above-mentioned conflict.

## A4 - INFORMATION ON FAIR VALUE

### *Qualitative information*

The IFRS require that financial instruments classified as “Financial assets at fair value through profit or loss”, “Financial assets at fair value through other comprehensive income” and “Financial liabilities held for trading” be measured at fair value.

The fair value is the price that would be received for a sale of an asset or which would be paid for the transfer of a liability in a normal transaction between market operators (in other words, not a forced liquidation or sale below cost) on the measurement date. The fair value is a market measurement criterion not specific to the entity. An entity needs to assess the fair value of an asset or liability by adopting the assumptions that the market operators would use when determining the price of the asset or liability, assuming that the market operators act to satisfy their own economic interests in the best possible way.

In determining the fair value of a financial instrument, IFRS 13 establishes a hierarchy of criteria in terms of the reliability of the fair value according to the degree of discretion applied by entities, giving priority to the use of observable market parameters that reflect the assumptions that market participants would use in valuing (pricing) an asset/liability. Three different input levels are identified:

- ▶ Level 1: inputs represented by (unmodified) quoted prices in active markets for identical assets or liabilities, which can be accessed on the measurement date;
- ▶ Level 2: inputs other than quoted prices included in Level 1 that are directly (as in the case of prices) or indirectly (i.e. as derived from prices) observable for the assets or liabilities to be measured;
- ▶ Level 3: unobservable inputs for the asset or liability.

The choice between the aforementioned methods is not optional since they must be applied in hierarchical order. Absolute priority is given to the official prices available in active markets for the assets and liabilities to be measured (Level 1) or for assets and liabilities measured using valuation techniques based on observable market parameters other than the prices of the financial instrument (Level 2), and lower priority is given to assets and liabilities whose fair value is calculated using valuation techniques based on parameters that are not observable in the market and are therefore more discretionary (Level 3).

In compliance with the rules described above, the market price recorded at the end of the reporting period is used for instruments quoted in active markets (Level 1). The fair value of financial instruments not listed on active markets has been determined by using valuation techniques based mainly on the discounting of cash flows. The valuation techniques used incorporate all the factors considered by the market when setting the price and are based mainly on observable market inputs (Level 2).

Specifically:

- ▶ bonds are measured by discounting the future cash flows envisaged in the contractual plan of the security, using the market rates adjusted for counterparty risk;
- ▶ derivative contracts, consisting of overnight interest rate swaps (OISs), are measured based on market valuation models using market rates as the prevailing parameters, adjusted for counterparty risk. Where relevant, this risk includes both changes in the counterparty's creditworthiness and changes in the issuer's creditworthiness (own credit risk);
- ▶ for equities, there is a hierarchy and an order of application of measurement methods that considers, first of all, any transactions in the security recorded over a sufficiently short period of time compared to the valuation period, comparable transactions of companies operating in the same sector and the application of analytical financial, income-based and equity-based valuation methods. The measurement method for a financial instrument is adopted on a continuing basis, and is only changed if there are significant variations in the market or subjective conditions of the issuer of the financial instrument. The Bank does not hold any Level 3 financial instruments, except for those of an immaterial value.

#### **A.4.1 Fair value levels 2 and 3: valuation techniques and input used**

The valuation techniques used are adapted to the specific characteristics of the assets and liabilities being valued. The choice of inputs is aimed at maximizing the use of those that can be observed directly on the market, minimizing the use of internal estimates.

With regard to Level 2 financial instruments, mainly represented by SWAPS and loans to customers and to banks measured at amortized cost, the valuations as at December 31, 2023 were based on interest rates and volatility factors derived from the market. In view of the Bank's limited dealings in the over-the-counter derivatives segment and its dealings mainly with the most relevant counterparties based on risk-mitigating collateralization agreements, the adjustments made to the measurement of Level 2 instruments to incorporate counterparty risk were not significant.

With regard to Level 2 UCI units, the value is determined using the official NAV.



**A.4.2 Processes and sensitivity of valuations**

At December 31, 2023 the Bank does not own financial instruments classified in fair value level 3.

**A.4.3 Fair value hierarchy**

At December 31, 2023, as in 2021, there were no transfers between Level 1, Level 2 and Level 3.

**A.4.5 Fair value hierarchy***A.4.5.1 Assets and liabilities measured at fair value on a recurring basis: breakdown by levels of fair value**(Values in thousand euros)*

Financial assets / liabilities measured at fair value	12.31.2023			12.31.2022		
	Level 1	Level 2	Level 3	Level 1	Level 2	Level 3
1. Financial assets measured at fair value through profit or loss	6	166,986	-	7	90,429	104
a) financial assets held for trading	6	1,161	-	7	204	-
b) financial assets designated at fair value	-	-	-	-	-	-
c) other financial assets subject to mandatory fair value measurement	-	165,846	-	-	90,225	104
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	9,366	128,153	-	225	127,873	-
3. Hedging derivatives	-	-	-	-	-	-
4. Property, equipment and investment property	-	-	-	-	-	-
5. Intangible assets	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9,372</b>	<b>295,160</b>	<b>-</b>	<b>232</b>	<b>218,303</b>	<b>104</b>
1. Financial liabilities held for trading	-	1,215	-	-	950	-
2. Financial Liabilities at fair value	-	-	-	-	-	-
3. Hedging derivatives	-	-	-	-	14,314	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1,215</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15,263</b>	<b>-</b>

#### A.4.5.2 Annual changes in assets measured at fair value on a recurring basis (level 3)

(Values in thousand euros)

	Financial assets measured at fair value through profit or loss				Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Hedging derivatives	Property, equipment and investment property	Intangible assets
	Total	of which: a) financial assets held for trading	of which: b) financial assets at fair value	of which: c) other financial assets subject to mandatory fair-value valuation				
<b>1. Opening balances</b>					<b>104</b>			
<b>2. Increases</b>								
2.1 Purchases								
2.2 Gains recognised in:								
2.2.1 Profit or loss								
- of which gains								
2.2.2 Equity		X	X	X				
2.3 Transfers from other levels								
2.4 Other increases								
<b>3. Decreases</b>					<b>104</b>			
3.1 Sales								
3.2 Repayments								
3.3 Losses recognised in:								
3.3.1 Profit or loss					104			
- of which losses								
3.3.2 Equity		X	X	X				
3.4 Transfers to other levels								
3.5 Other decreases								
<b>4. Closing balances</b>					<b>-</b>			

*A.4.5.4 Assets and liabilities not measured at fair value or measured at fair value on a non-recurring basis:  
breakdown by levels of fair value*

*(Values in thousand euros)*

Assets and liabilities not measured at fair value or measured at fair value on a non-recurring basis	12.31.2023				12.31.2022			
	CA	L1	L2	L3	CA	L1	L2	L3
1. Financial assets measured at amortized cost	10,599,963	4,891,959		5,642,781	11,726,530	5,946,465		5,597,303
2. Investment property								
3. Non-current assets held for sale and discontinued operations								
<b>Total</b>	<b>10,599,963</b>	<b>4,891,959</b>		<b>5,642,781</b>	<b>11,726,530</b>	<b>5,946,465</b>		<b>5,597,303</b>
1. Financial liabilities measured at amortized cost	10,731,370			10,731,370	11,933,207	38,648		11,894,231
2. Liabilities linked to assets held for sale								
<b>Total</b>	<b>10,731,370</b>			<b>10,731,370</b>	<b>11,933,207</b>	<b>38,648</b>		<b>11,894,231</b>

**Key:**

CA = Carrying Amount

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

## A.5 INFORMATION ON THE "DAY ONE PROFIT/LOSS"

The Bank does not hold, nor has it held, any financial assets to which this disclosure is applicable, pursuant to IFRS 7, paragraph 28.

## Part B - Information on the statement of financial position

All amounts in the tables are stated in thousands of euros.

### ASSETS

#### Section 1 - Cash and cash equivalents – Item 10

€239,130 thousand

##### 1.1 Cash and cash equivalents: breakdown

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
a) Cash	204	206
b) Current accounts and sight deposits at Central Banks	157,536	489,810
c) Current accounts and sight deposits at banks	81,389	133,959
<b>Total</b>	<b>239,130</b>	<b>623,975</b>

As of December 31, 2023, this item mainly includes unrestricted deposits with the Bank of Italy, amounting to €157.5 million (compared to €489.8 million as of December 31, 2022), as well as current accounts held by the Bank at third-party banks as of December 31, 2023, amounting to €81.4 million.

#### Section 2 - Financial assets measured at fair value through profit or loss - Item 20

€167,013 thousand

This item is broken down as follows:

- ▶ Financial assets held for trading of €1.2 million, which primarily includes the positive fair value of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of exchange rate risk that the Bank is exposed to;
- ▶ Other financial assets subject to mandatory fair value measurement of €165.8 million, which mainly include the "UCI units" managed in part by the "Italian SGR Investment Fund" and, to a lesser extent, by the "Atlante Fund" and, as of 2022, by the Ingenii Fund, with units subscribed by the Bank for a value of €135 million at December 31, 2023. The value of UCI units recognized in the separate financial statements has been updated to the latest available NAV made available by these funds.

**2.1 Financial assets held for trading: breakdown by type***(Values in thousand euros)*

Items/values	Total 12.31.2023			Total 12.31.2022		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
<b>A. On-statement of financial position assets</b>						
1. Debt securities						
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities	5			6		
2. Equity securities	1			1		
3. UCI units						
4. Loans						
4.1 Reverse repurchase agreements						
4.2 Others						
<b>Total (A)</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B. Derivatives</b>						
1. Financial derivatives						
1.1 held for trading		1,140			204	
1.2 connected to the fair value option						
1.3 others						
2. Credit derivatives						
2.1 held for trading		21				
2.2 connected to the fair value option						
2.3 others						
<b>Total (B)</b>	<b>-</b>	<b>1,161</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>204</b>	<b>-</b>
<b>Total (A+B)</b>	<b>6</b>	<b>1,161</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>204</b>	<b>-</b>

**Key:**

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

## 2.2 Financial assets held for trading: breakdown by borrower/issuer/counterparty

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>A. On-statement of financial position assets</b>		
1. Debt securities	5	6
a) Central Banks		
b) Public administrations	2	3
c) Banks	3	3
d) Other financial companies of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
2. Equity securities	1	1
a) Banks		
b) Other financial companies of which: insurance companies		
c) Non-financial companies	1	1
d) Other issuers		
<b>3. UCI units</b>		
<b>4. Loans</b>		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
<b>Total (A)</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
<b>B. Derivatives</b>	<b>1,161</b>	<b>204</b>
a) Central counterparties		
b) Others	1,161	204
<b>Total (B)</b>	<b>1,161</b>	<b>204</b>
<b>Total (A+B)</b>	<b>1,167</b>	<b>211</b>

## 2.5 Other financial assets subject to mandatory fair value measurement: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2023			Total 12.31.2022		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
<b>1. Debt securities</b>						
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities						
<b>2. Equity securities</b>			-			<b>104</b>
<b>3. UCI units</b>		<b>165,846</b>			<b>90,226</b>	
<b>4. Loans</b>						
4.1 Reverse repurchase agreements						
4.2 Others						
<b>Total</b>	-	<b>165,846</b>	-	-	<b>90,226</b>	<b>104</b>

**Key:**

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3



## 2.6 Other financial assets subject to mandatory fair value measurement: breakdown by borrower/issuer

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>1. Equity securities</b>		
of which: banks		
of which: other financial companies	-	104
of which: other non-financial companies		
<b>2. Debt securities</b>		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
<b>3. UCI units</b>	<b>165,846</b>	<b>90,226</b>
<b>4. Loans</b>		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
<b>Total</b>	<b>165,846</b>	<b>90,330</b>

## Section 3 - Financial assets measured at fair value through other comprehensive income - Item 30

€137,520 thousand

At December 31, 2023 this item included:

- ▶ the stake in the Bank of Italy of €125 million;
- ▶ other minor investments worth approximately €12.5 million.

Regarding minor holdings of equity securities, note that in 2023 the Bank purchased a share of the company "General Finance S.p.A." for €7 million, measured at fair value at December 31 at €9 million.

### 3.1 Financial assets measured at fair value through other comprehensive income: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2023			Total 12.31.2022		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
1. Debt securities	-	-	-	-	-	-
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities						
2. Equity securities	9,366	128,153		225	127,873	-
3. Loans						
<b>Total</b>	<b>9,366</b>	<b>128,153</b>	<b>-</b>	<b>225</b>	<b>127,873</b>	<b>-</b>

**Key:**

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

### 3.2 Financial assets measured at fair value through other comprehensive income: breakdown by borrower/issuer

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>1. Debt securities</b>	-	-
a) Central Banks	-	-
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
<b>2. Equity securities</b>	<b>137,520</b>	<b>128,098</b>
a) Banks	125,534	125,432
b) Other issuers:	11,985	2,666
- other financial companies	10,698	1,379
of which: insurance companies		
- non-financial companies	1,287	287
- others		1,000
<b>3. Loans</b>	-	-
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
<b>Total</b>	<b>137,520</b>	<b>128,098</b>

## Section 4 - Financial assets measured at amortized cost - Item 40

€10,599,962 thousand

This item is broken down as follows:

- ▶ Loans and receivables with banks of €593,561 thousand;
- ▶ Loans and receivables with customers of €10,006,402 thousand, which, based on the guidance in the new IFRS 9, from January 1, 2018 also includes the Held to Collect (HTC) securities portfolio of €4,957,182 thousand.

## Loans and receivables with banks

€593,561 thousand

### 4.1 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by type of loans and receivables with banks

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2023						Total 12.31.2022					
	Carrying Amount			Fair Value			Carrying Amount			Fair Value		
	Stage one and Stage two	Stage three or originated credit impaired	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3	Stage one and Stage two	Stage three or originated credit impaired	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3
<b>A. Loans and receivables with Central Banks</b>	<b>230,963</b>			<b>203,963</b>			<b>185,349</b>			<b>185,349</b>		
1. Time deposits	14,757			X	X	X	11,714			X	X	X
2. Mandatory reserve	189,206			X	X	X	173,635			X	X	X
3. Repurchase agreements	0			X	X	X				X	X	X
4. Others				X	X	X				X	X	X
<b>B. Loans and receivables with banks</b>	<b>389,598</b>			<b>389,598</b>			<b>292,854</b>			<b>292,854</b>		
1. Loans	389,598						389,598					
1.1. Current accounts	0			X	X	X				X	X	X
1.2. Time deposits	15,966			X	X	X	2,910			X	X	X
1.3. Other loans:	373,632			X	X	X	289,943			X	X	X
- Reverse repurchase agreements	299,776			X	X	X	183,994			X	X	X
- Loans for leases	0			X	X	X				X	X	X
- Others	73,856			X	X	X	105,950			X	X	X
2. Debt securities	0											
2.1. Structured securities	0											
2.2. Other debt securities	0											
<b>Total</b>	<b>593,561</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>593,561</b>	<b>478,203</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>478,203</b>

**Key:**

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

As of December 31, 2023, the item "Loans and receivables with Central Banks - Mandatory Reserve," amounting to €189.2 million, also includes the amounts deposited in compliance with the reserve requirement of client banks, for which the Bank BFF provides the service indirectly, while "Time deposits" include the balance of the amount deposited with the National Bank of Poland (*Narodowy Bank Polski*) for the funding made by the Polish branch through "Lokata Facto," amounting to €14,757 thousand.

"Loans and receivables with banks - time deposits" referred for €15,966 thousand to the amount deposited with *Banco de España* as CRM (*Coficiente de Reservas Mínimas*), in relation to the funding carried out by the Bank's Spanish branch through "Cuenta Facto."

The item "Loans and receivables with banks – Reverse repurchase agreements," amounting to €299.8 million, refers to contracts governed by Global Master Repurchase Agreements (GMRAs) with other banks.

"Loans and receivables with banks – Others" consist mainly of trade receivables, i.e. trade receivables for transactions connected to the provision of services, and in particular of daily positions connected to the provision of payment card settlement services.

This item does not include any impaired assets.

### Loans and receivables with customers

€10,006,402 thousand, including Held to Collect securities of €4,957,182 thousand

This item mainly includes loans to customers of €5,049.2 million and €4,957.2 million in debt securities in the HTC portfolio.

BFF's receivables due from customers are measured at amortized cost, determined based on the present value of estimated future cash flows.

The non-recourse receivables include both principal and late payment interest accruing as from the due date of the receivable. In order to compute amortized cost, including late payment interest recognized on an accruals basis, BFF Bank updates the time series of data regarding the late payment interest collection percentages and times on an annual basis, when the separate financial statements are prepared. After this analysis, for the year ended on December 31, 2023, on the basis of the time series, the Bank kept the parameters relating to the approach for estimating late payment interest to be included in amortized cost unchanged at 50% for recovery rates and 2,100 days for collection times.

The cumulative value of late payment interest to which BFF Bank is entitled and not yet collected for receivables purchased outright (Allowance for late payment interest) amounted to €784.5 million, of which only €364.5 million was recognized in the income statement of the period and in previous periods.

This item also includes collection expense ("40 euros"). Italian Legislative Decree no. 231 of 10/9/2002, implementing Directive 2000/35/EC on combating late payment in commercial transactions, establishes on compensation for collection expense that "*The creditor is due, without any placement in default being required, a lump-sum amount of €40 by way of compensation for damages. This is without prejudice to proof of higher damages, which may include debt collection assistance costs*".

BFF's interpretation has been confirmed by the recent ruling won by the Bank at the Court of Justice of the European Union on October 20, 2022, which constitutes the binding interpretation for the national rulings of all Member States as well, and confirmed the right to recover at least €40 for each past-due invoice with respect to the Public Administration, irrespective of the amount and whether a certain amount of invoices are part of a single payment agreement.

The Bank therefore tracked the collections of collection expense to develop a time series which currently has a depth of 5 years. Considering recent case law, the rising collection trend and growing collection percentages aligned with those of late payment interest, the decision was made to include this type of revenue in the separate financial statements by modifying the method for estimating revenue, accounting for 50% at the time of accruals and simultaneously recognizing the relative receivable.

The cumulative value of collection expense to which BFF Bank is entitled and not yet collected for receivables purchased outright ("40 euros provision") amounted to €207.5 million, of which only €103.3 million recognized in the income statement for the year as a result of the transition from cash accounting to accruals accounting during the year.

Debt securities classified in the HTC portfolio, equal to €4,957,182 million, are measured at amortized cost. The relevant interest is therefore recognized in the income statement using the effective rate of return.

At December 31, 2023, this portfolio consists primarily of government securities purchased to hedge liquidity risk and to optimize the cost of money. It has a total nominal amount of €4,962 million and fair value of €4,892 million, with a negative difference (before taxes) of around €65 million compared to the carrying amount on the same date, not recognized in the separate financial statements.

## 4.2 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by type of loans and receivables with customers

€10,006,402 thousand

(Values in thousand euros)

Type of operations/ Values	Total 12.31.2023						Total 12.31.2022					
	Carrying Amount			Fair value			Carrying Amount			Fair value		
	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3
<b>1. Loans</b>	<b>4,747,906</b>	<b>295,731</b>	<b>5,584</b>			<b>5,255,082</b>	<b>4,867,118</b>	<b>246,308</b>	<b>5,672</b>			<b>5,119,099</b>
1.1. Current accounts	285,612	447		X	X	X	30,986	391		X	X	X
1.2. Reverse Repurchase agreements	52,424			X	X	X	67,897			X	X	X
1.3. Mortgages				X	X	X				X	X	X
1.4. Credit cards and personal loans, including salary- backed loans	62			X	X	X	173			X	X	X
1.5. Loans for leases				X	X	X				X	X	X
1.6. Factoring	2,544,768	259,792	5,584	X	X	X	2,507,838	224,021	5,672	X	X	X
1.7. Other loans	1,865,041	35,491		X	X	X	2,260,225	21,896		X	X	X
<b>2. Debt securities</b>	<b>4,957,182</b>			<b>4,891,958</b>	<b>856</b>		<b>6,129,228</b>		<b>5,946,465</b>			
2.1. Structured securities												
2.2. Other debt securities	4,957,182			4,891,959								
<b>Total</b>	<b>9,705,088</b>	<b>295,731</b>	<b>5,584</b>	<b>4,891,959</b>	<b>-</b>	<b>5,255,082</b>	<b>10,996,347</b>	<b>246,308</b>	<b>5,672</b>	<b>5,946,465</b>	<b>-</b>	<b>5,119,099</b>

**Key:**

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

This item breaks down as follows:

- ▶ Performing factoring loans amounted to a total of €2,544,768 thousand and consisted exclusively of receivables purchased outright, registered under the name of the assigned debtor, with the conditions for derecognition, and measured at amortized cost.



Non-recourse trade receivables are mainly purchased already past due, and their principal portion is deemed collectible. The right to accrued and accruing late payment interest on them and the right to collection expense when they fall due are acquired upon purchase.

Trade receivables purchased below nominal amount totaled €22,086 thousand in relation to late payment interest and €2,896 thousand for collection expense.

- ▶ Other performing loans due from customers amounted to €1,865,041 thousand. They mainly include:
  - Accrued late payment interest of about €176,306 thousand; this amount has already been recognized in the income statement in the current and prior years and refers only to late payment interest accrued. Therefore, of the €364.5 million in late payment interest recognized in the income statement, and referring to the provision existing at December 31, 2023, €192 million refers to the item under review, while the remaining amount of €154.2 million was recognized under “factoring” and €18.3 million under receivables in other loans past due;
  - Collection expense of €92,133 thousand; this amount, along with the €8,886 thousand classified under impaired loans, has already been transferred to the income statement and refers to collection expense already accrued on receivables purchased outright;
  - Intercompany loans granted to the subsidiary BFF Finance Iberia and the BFF Polska Group for a total of €1,297,524 million;
  - Security deposits of approximately €73,620 thousand for settlement activities related to the transactions typical of the Securities Services and Banking Payments business areas;
  - Security deposits for transactions in place with Cassa Compensazione e Garanzia for €128,140 million.
- ▶ Reverse repurchase agreements amounting to €52,424 thousand. These are exposures arising from contracts with customers regulated by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA).
- ▶ Current account credit facilities amounting to €285,612 thousand are mainly represented by intercompany current account overdrafts in favor of BFF Central Europe and BFF Immobiliare for €264,562 thousand and for €21,049 thousand by the use of lines of credit granted for servicing requirements to funds and asset management companies using the custodian bank services (as part of the services offered by the Securities Services business unit) or by corporate customers to whom collection and payment services are provided (as part of the services provided by the Banking Payments Department).
- ▶ BFF's net impaired assets amounted to a total of €301,314 thousand, compared to €251,980 thousand at December 31, 2022. The increase was caused primarily by impaired past due exposures (+€35 million compared to the previous year). Impaired assets include:
  - Non-performing loans consisting of exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections made by the Bank. At December 31, 2023, the overall total of non-performing loans, net of impairment, amounted to €93,228 thousand, of which €5,584 thousand purchased already impaired. Net non-performing loans relating to Italian municipalities and provincial governments in financial distress amounted to €92,644 thousand (€80,271 thousand at December 31, 2022), accounting for 99.4% of the total. This case is classified as non-performing in accordance with the indications given by the Supervisory Authority, despite the fact that BFF is entitled to receive 100% of principal and late payment interest at the end of the insolvency procedure. The portion of the allowance for late payment interest relating to non-performing exposures, recognized at the time of the change in estimate in 2014, was equal to €1 million, entirely impaired. Taking account of this amount, too, gross non-performing loans amounted to €96,478 thousand and relevant adjustments totaled €3,251 thousand.

In this regard, the Bank asked the Bank of Italy for an interpretative clarification concerning the requirement for automatic classification - or without an intermediary's autonomous assessment - of receivables in financial distress as non-performing, as the Bank expects such credit exposures to be fully repaid.

- Unlikely-to-pay positions reflect the judgment made by the intermediary about the unlikelihood that – excluding such actions as the enforcement of guarantees – the debtor will fully meet (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or installments).
- At December 31, 2023, gross exposures classified as unlikely to pay amounted to €3,087 thousand, written down by €1,520 thousand. The net exposure therefore amounts to €1,566 thousand.
- Net past due exposures totaled €206,520 thousand, of which €193,390 thousand (93.8%) attributable to public administration counterparties and public sector companies.

Please recall that impaired assets are classified in keeping with the prudential definition of default (i.e. past due, unlikely to pay and non-performing), which assumes that there is an effective state of deterioration of the credit quality of the exposure, not providing for any discretion and not ensuring that certain cases not representative of a worsening of credit risk (as for most Bank exposures) are treated differently. The actual credit risk profile assumed by the Bank is limited, as it has been assumed with respect to public bodies, and the classification described above could result in significant distortions in the representation of the Bank's accounting, prudential and capital strength information. This is also corroborated by the very limited credit losses recorded.

## Fair value

The financial statements item "Loans and receivables with customers" mainly refers to non-recourse trade receivables, for which an active and liquid market is not available. In particular, these are past due trade receivables due from public administration agencies, for which the price in a hypothetically independent transaction cannot be easily determined, partly due to difficulties in reasonably assessing the liquidity risk that would be accepted by the market for such transactions.

Consequently, the carrying amount (determined based on the amortized cost and taking into account any individual and collective impairment), in relation to the nature, type, duration of such assets and related collection projections, was deemed to be substantially representative of the fair value of these trade receivables on the reporting date.

#### 4.3 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by borrower/issuer of loans and receivables with customers

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2023			Total 12.31.2022		
	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired
<b>1. Debt securities</b>	<b>4,957,182</b>			<b>6,129,228</b>		
a) Public administrations	4,950,043			6,129,228		
b) Other financial companies	7,140					
of which: insurance companies						
c) Non-financial companies						
<b>2. Loans to:</b>	<b>4,747,906</b>	<b>295,731</b>	<b>5,584</b>	<b>4,867,119</b>	<b>246,308</b>	<b>5,672</b>
a) Public administrations	2,714,988	280,852	5,584	2,702,696	241,080	5,672
b) Other financial companies	1,743,420	447		1,997,982	391	
of which: insurance companies	1			605		
c) Non-financial companies	244,840	8,725		117,572	2,748	
d) Households	44,659	5,706		48,869	2,088	
<b>Total</b>	<b>9,705,088</b>	<b>295,731</b>	<b>5,584</b>	<b>10,996,347</b>	<b>246,308</b>	<b>5,672</b>

The exposures to financial companies relate mainly to loans granted to the subsidiaries BFF Finance Iberia and BFF Polska Group (for a total of €1,520 million) and Cassa di Compensazione e Garanzia for €197.5 million.

#### 4.4 Financial assets measured at amortized cost: gross amount and total adjustments

(Values in thousand euros)

	Gross value					Total adjustments				Total partial write-offs (*)
	Stage one	of which: Instruments with low credit risk	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	
Debt securities	4,959,156					1,974				
Loans	5,081,054		261,856	300,070	5,785	1,271	172	4,339	201	
<b>Total 12.31.2023</b>	<b>10,040,210</b>	<b>-</b>	<b>261,856</b>	<b>300,070</b>	<b>5,785</b>	<b>3,245</b>	<b>172</b>	<b>4,339</b>	<b>201</b>	<b>-</b>
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>10,545,991</b>	<b>-</b>	<b>930,007</b>	<b>249,484</b>	<b>5,678</b>	<b>1,254</b>	<b>194</b>	<b>3,176</b>	<b>6</b>	<b>-</b>

(\*) Value presented for informative purposes.

### Section 7 - Equity investments - Item 70

€154,876 thousand

The item totaled €155 million and consisted of investments in BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, BFF Immobiliare S.r.l. (established in January 2022) and BFF TechLab S.r.l. (acquired in October 2022), all exclusively controlled by the Bank BFF Bank which holds 100% of the capital, as well as Unione Fiduciaria, with an equity investment amounting to 24% of the shares issued and resulting from the merger of DEPObank in March 2021, recognized in the separate financial statements for €8.6 million.

All investments are recorded in the separate financial statements according to the cost method.

#### 7.1 Equity investments: information on shareholding relationships

Name	Registered office	Operating office	Stake %	Voting rights %
A. Exclusively controlled companies				
1. BFF Finance Iberia, S.A.	Madrid (Spain)	Madrid (Spain)	100%	100%
2. BFF Polska S.A.	Łódź (Poland)	Łódź (Poland)	100%	100%
3. BFF Immobiliare S.r.l.	Milan (Italy)	Milan (Italy)	100%	100%
4. BFF TechLab S.r.l.	Brescia (Italy)	Brescia (Italy)	100%	100%
B. Jointly controlled companies				
C. Companies over which significant influence is exercised				
1. Unione Fiduciaria	Milan (Italy)	Milan (Italy)	24%	24%

**7.5 Equity investments: annual changes***(Values in thousand euros)*

	<b>Total 12.31.2023</b>	<b>Total 12.31.2022</b>
<b>A. Opening balance</b>	<b>151,876</b>	<b>150,491.36</b>
<b>B. Increases</b>		
B.1 Purchases	3,000	1,384.19
B.2 Impairment gains		
B.3 Revaluations		
B.4 Other changes		
<b>C. Decreases</b>		
C.1 Sales		
C.2 Impairment losses		
C.3 Impairment		
C.4 Other changes		
<b>D. Closing balance</b>	<b>154,876</b>	<b>151,876</b>
<b>E. Total revaluations</b>		
<b>F. Total adjustments</b>		

Increases refer to the purchase of additional stakes in BFF Immobiliare S.r.l. for €3 million.

**Section 8 - Property, equipment and investment property - Item 80**

€20,377 thousand

## 8.1 Property and equipment with functional use: breakdown of assets measured at cost

(Values in thousand euros)

Assets/Values	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>1. Proprietary assets</b>		
a) land	2,640	6,325
b) buildings	3,984	9,361
c) furniture	266	165
d) electronic systems	624	925
e) others	1,111	312
<b>2. Right-of-use assets</b>		
a) land		
b) buildings	11,238	10,188
c) furniture		
d) electronic systems	5	
e) others	509	487
<b>Total</b>	<b>20,377</b>	<b>27,763</b>
of which: obtained by enforcement of guarantees received		

**8.6 Property and equipment with functional use: yearly changes***(Values in thousand euros)*

	Land	Buildings	Furnishings	Electronic system	Others	Total
<b>A. Gross opening balances</b>	<b>6,325</b>	<b>27,245</b>	<b>2,828</b>	<b>11,398</b>	<b>7,055</b>	<b>54,851</b>
A.1 Total net impairment losses		(7,694)	(2,663)	(10,473)	(6,256)	(27,087)
A.2 Opening net balances	6,325	19,550	165	925	798	27,763
<b>B. Increases:</b>	<b>-</b>	<b>2,794</b>	<b>274</b>	<b>455</b>	<b>1,416</b>	<b>4,939</b>
B.1 Purchases			169	447	579	1,195
B.2 Capitalised leasehold improvements						
B.3 Reversals of impairment losses						
B.4 Increases in fair value through:						
a) equity						
b) profit or loss						
B.5 Exchange rate gains						
B.6 Transfers from investment property			X	X	X	
B.7 Other changes		2,794	105	8	837	3,744
<b>C. Decreases:</b>	<b>(3,685)</b>	<b>(7,122)</b>	<b>(174)</b>	<b>(750)</b>	<b>(595)</b>	<b>(12,326)</b>
C.1 Sales						
C.2 Depreciation		(2,559)	(174)	(750)	(471)	(3,954)
C.3 Impairment losses charged to:						
a) equity						
b) profit or loss						
C.4 Decreases in fair value through:						
a) equity						
b) income statement						
C.5 Exchange rate losses						
C.6 Transfers to:						
a) investment property			X	X	X	
b) non-current assets held for sale and discontinued operations	(3,685)	(4,278)			(83)	(8,046)
C.7 Other changes		(284)		(1)	(41)	(326)
<b>D. Closing net balances</b>	<b>2,640</b>	<b>15,222</b>	<b>266</b>	<b>630</b>	<b>1,620</b>	<b>20,377</b>
D.1 Total net impairment losses		(14,816)	(2,837)	(11,223)	(6,851)	(35,727)
D.2 Closing Gross Amount	2,640	30,038	3,103	11,853	8,471	56,105
<b>E. Measurement at cost</b>	<b>2,640</b>	<b>30,038</b>	<b>3,103</b>	<b>11,853</b>	<b>8,471</b>	<b>56,105</b>



At December 31, 2023, the item "Property, equipment and investment property" amounted to a total of €20,377 thousand. The item was mainly composed of:

- ▶ Land of €2,640 thousand,
- ▶ Buildings of €3,979 thousand referring to the Bank's Rome property at Via Elio Chianesi 110/d owned by the former DEPObank;
- ▶ Right-of-use assets relating to the application of IFRS 16 on leases of €11,752 thousand, of which €11,238 thousand relating to assets leased by the Bank and its foreign branches. For further information on this topic, please refer to Section M of the Notes.

In accordance with the provisions of IFRS 5, after the sale agreement was signed for the property located at via Domenichino 5, owned by the Bank, at December 31, 2023 its carrying amount of €8,046 thousand was reclassified from the item in question to asset item 120 in the statement of financial position "Non-current assets and discontinued operations". The sale will be completed by the end of 2024.

## Section 9 - Intangible assets - Item 90

€40,734 thousand

### 9.1 Intangible assets: breakdown by type of asset

(Values in thousand euros)

Assets/Values	Total 12.31.2023		Total 12.31.2022	
	Finite useful life	Indefinite useful life	Finite useful life	Indefinite useful life
A.1 Goodwill	X		X	
A.2 Other intangible assets	40,734		36,142	
of which: software	13,797		10,993	
A.2.1 Assets measured at cost:				
a) intangible assets created internally				
b) other assets	40,734		36,142	
A.2.2 Assets measured at fair value:				
a) intangible assets created internally				
b) other assets				
<b>Total</b>	<b>40,734</b>	<b>-</b>	<b>36,142</b>	<b>-</b>

**9.2 Intangible assets: annual changes***(Values in thousand euros)*

	Goodwill	Other intangible assets: generated internally		Other intangible assets: others		Total
		FIN	INDEF	FIN	INDEF	
<b>A. Opening balance</b>				<b>43,305</b>		<b>43,305</b>
A.1 Total net impairment losses				(7,163)		(7,163)
A.2 Opening net balances				36,142		36,142
<b>B. Increases</b>				<b>12,332</b>		<b>12,332</b>
B.1 Purchases				12,332		12,332
B.2 Increases in internally-generated intangible assets	X					
B.3 Reversals of impairment losses	X					
B.4 Increases in fair value						
- to equity	X					
- to profit or loss	X					
B.5 Exchange rate gains						
B.6 Other changes						
<b>C. Decreases</b>				<b>(7,739)</b>		<b>(7,739)</b>
C.1 Sales						
C.2 Amortization and net impairment losses						
- Amortization	X			(7,739)		(7,739)
- Impairment						
+ equity	X					
+ profit or loss						
C.3 Decreases in fair value						
- to equity	X					
- to profit or loss	X					
C.4 Transfers to non-current assets held for sale						
C.5 Exchange rate losses differences						
C.6 Other changes						
<b>D. Closing net balances</b>	-	-	-	<b>40,734</b>	-	<b>40,734</b>
D.1 Total net impairment losses				(12,202)		(12,202)
<b>E. Closing gross balances</b>	-	-	-	<b>52,936</b>	-	<b>52,936</b>
<b>F. Measurement at cost</b>	-	-	-	<b>52,936</b>	-	<b>52,936</b>

Intangible assets are recognized at cost, net of amortization, calculated based on their estimated useful life.

In accordance with IAS 38, paragraph 118, letter a), the amortization rates applied are based on the estimated useful lives of the intangible assets.

Aside from customer contracts, which account for €19,129 thousand, the item also includes other intangible assets with a finite life that refer to investments in new multi-year programs and software, amortized on a straight-line basis over their estimated useful lives (4 years).

Lastly, no trigger events were identified relating to other intangible assets with a finite useful life. Therefore, consistent with the requirements of IAS 36, no impairment test was performed.

## Section 10 - Tax assets and tax liabilities - Item 100 of assets and Item 60 of liabilities

As at December 31, 2023 current tax assets and liabilities amount to €108,569 thousand and €121,318 thousand, respectively, and include the net balance of the Group's tax positions with respect to tax authorities, in accordance with the provisions of IAS 12. In particular, these items include the net balance of current tax liabilities for the year, calculated according to a prudential estimate of the tax charge due for the year, determined on the basis of the current tax code, and current tax assets represented by prepayments made in the course of the year. Current taxes correspond to the amount of income taxes due for the year.

### 10.1 Deferred tax assets: breakdown

*€53,104 thousand*

The main components of deferred tax assets include the portion of amounts deductible in future years of adjustments to loans and receivables, the accruals for deferred benefit employee obligations, and depreciation and amortization the recognition of which is deferred for tax purposes.

### 10.2 Deferred tax liabilities: breakdown

*€121,318 thousand*

Deferred tax liabilities mainly refer to the taxes on BFF Bank's late payment interest, recognized in the separate financial statements on an accruals basis but which will form part of the taxable profit in future years subsequent to collection, in accordance with Article 109, paragraph 7, of Italian Presidential Decree no. 917 of 1986, as well as prior years' loss allowance.

**10.3 Changes in deferred tax assets (through profit or loss)**

€52,861 thousand

*(Values in thousand euros)*

	<b>Total 12.31.2023</b>	<b>Total 12.31.2022</b>
<b>1. Initial amount</b>	<b>54,840</b>	<b>55,188</b>
<b>2. Increases</b>		
2.1 Deferred tax assets recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) reversals of impairment losses		
d) others	3,303	8,457
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases	-	-
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Deferred tax assets canceled during the year		
a) reversals	(4,320)	(8,805)
b) impairment of non-recoverable items		
c) changes in accounting criteria		
d) others		
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions:		
a) conversion into tax credits, Italian Law no. 214/2011		
b) other	(962)	
<b>4. Final amount</b>	<b>52,861</b>	<b>54,840</b>

### 10.3 bis Changes in deferred tax assets pursuant to Law no. 214/2011

€12,897 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>1. Initial amount</b>	<b>15,187</b>	<b>17,400</b>
<b>2. Increases</b>	-	-
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Reversals	(2,290)	(2,213)
3.2 Transformation into tax credits		
a) deriving from losses for the year		
b) deriving from tax losses		
3.3 Other reductions		
<b>4. Final amount</b>	<b>12,897</b>	<b>15,187</b>

### 10.4 Changes in deferred tax liabilities (through profit or loss)

€120,449 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>1. Initial amount</b>	<b>106,180</b>	<b>96,255</b>
<b>2. Increases</b>		
2.1 Deferred tax liabilities recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others	16,388	11,529
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases		
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Deferred tax liabilities canceled during the year		
a) reversals	(2,119)	(1,604)
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		
<b>4. Final amount</b>	<b>120,449</b>	<b>106,180</b>

**10.5 Changes in deferred tax assets (recorded in equity)**

€244 thousand

*(Values in thousand euros)*

	<b>Total 12.31.2023</b>	<b>Total 12.31.2022</b>
<b>1. Initial amount</b>	<b>403</b>	<b>451</b>
<b>2. Increases</b>		
2.1 Deferred tax assets recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases	181	261
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Deferred tax assets canceled during the year		
a) reversals		
b) impairment of non-recoverable items		
c) due to changes in accounting criteria		
d) others	-	(308)
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions	(341)	
<b>4. Final amount</b>	<b>244</b>	<b>403</b>

## 10.6 Changes in deferred tax liabilities (recorded in equity)

€869 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>1. Initial amount</b>	<b>112</b>	<b>168</b>
<b>2. Increases</b>		
2.1 Deferred taxes recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases	759	26
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Deferred taxes canceled during the year		
a) reversals	-	-
b) due to changes in accounting criteria		
c) others	(2)	(83)
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		
<b>4. Final amount</b>	<b>869</b>	<b>112</b>



## Section 11 - Non-current assets held for sale and discontinued operations and associated liabilities - Asset item 110 and Liability item 70

### 1.1 Non-current assets held for sale and discontinued operations: breakdown by type of asset €8,046 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>A. Assets held for sale</b>		
A.1 Financial assets		
A.2 Equity investments		
A.3 Tangible assets	8,046	-
of which: obtained by enforcement of guarantees received		
A.4 Intangible assets		
A.5 Other non-current assets		
<b>Total (A)</b>	<b>8,046</b>	<b>-</b>
of which measured at cost	8,046	
of which measured at fair value level 1		
of which measured at fair value level 2		
of which measured at fair value level 3		
<b>B. Discontinued operations</b>		
B.1 Financial assets measured at fair value through profit or loss		
- financial assets held for trading		
- financial assets at fair value		
- other financial assets subject to mandatory fair value measurement		
B.2 Financial assets measured at fair value through other comprehensive income		
B.3 Financial assets measured at amortized cost		
B.4 Equity investments		
B.5 Tangible assets		
of which: obtained by enforcement of guarantees received		
B.6 Intangible assets		
B.7 Other assets		
<b>Total (B)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
of which measured at cost		
of which measured at fair value level 1		
of which measured at fair value level 2		
of which measured at fair value level 3		

(cont'd)

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>C. Liabilities linked to assets held for sale</b>		
C.1 Payables		
C.2 Securities		
C.3 Other liabilities		
<b>Total (C)</b>	-	-
of which measured at cost		
of which measured at fair value level 1		
of which measured at fair value level 2		
of which measured at fair value level 3		
<b>D. Liabilities linked to discontinued operations</b>		
D.1 Financial liabilities measured at amortized cost		
D.2 Financial liabilities held for trading		
D.3 Financial liabilities designated at fair value		
D.4 Provisions		
D.5 Other liabilities		
<b>Total (D)</b>	-	-
of which measured at cost		
of which measured at fair value level 1		
of which measured at fair value level 2		
of which measured at fair value level 3		

In accordance with the provisions of IFRS 5, after the sale agreement was signed for the property located at via Domenichino 5, owned by the Bank, at December 31, 2023 its net carrying amount of €8,046 thousand was re-classified from the item in question to asset item 120 in the statement of financial position "Non-current assets and discontinued operations". The sale will be completed by the end of 2024.

## Section 12 - Other assets - Item 120

### 12.1 Other assets: breakdown

€644,466 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	12.31.2023	12.31.2022
Security deposits	4,040	4,060
Invoices issued and to be issued	12,654	13,003
Inventories		
Payment flows to be credited	128,613	86,970
Other exposures	63,951	44,787
Accrued income and prepaid expense	21,117	18,723
Ecobonus tax assets	414,092	221,474
<b>Total</b>	<b>644,466</b>	<b>389,016</b>

The "Payment flows to be credited" refer to suspense accounts with a debit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include settlements that were suspended in the first business days after the reporting date of these financial statements.

Accrued income and prepaid expense mainly refer to the deferral of costs relating to administrative expense.

Other exposures refer primarily to non-trade receivables due from sundry debtors, pending items, and legal fees to be recovered.

At December 31, 2023, the item ecobonus tax assets, amounting to €414.1 million, includes both receivables acquired through factoring transactions according to the HTC Business Model of €354.2 million and €59.9 million according to the Trading Business Model. These receivables are recognized and measured in accordance with the fair value method. Specifically, HTC Ecobonus tax assets, up compared to the figure recorded at the end of the previous year, relate to receivables purchased by the Bank with non-recourse factoring operations and deriving from existing tax incentives. As set forth by tax regulations in force, these tax assets in question are used to offset the payment of taxes and contributions and are classified in Asset item 130 "Other assets" in line with what has been defined by the Bank of Italy in the Bank of Italy/Consob/Ivass Document no. 9: "Coordination table between Bank of Italy, Consob and Ivass on the application of IAS/IFRS".

## LIABILITIES

### Section 1 - Financial liabilities measured at amortized cost - Item 10

€10,731,370 thousand

This item is broken down as follows at December 31, 2023:

- ▶ due to banks of €2,268,022 thousand;
- ▶ due to customers of €8,463,347 thousand.

#### Due to banks

€2,268,022 thousand

#### 1.1 Financial liabilities measured at amortized cost: breakdown by type of amounts due to banks

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2023				Total 12.31.2022			
	CA	Fair value			CA	Fair value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Amounts due to central banks	3,582	X	X	X	4,141	X	X	X
2. Amounts due to banks	2,264,440	X	X	X	1,161,416	X	X	X
2.1 Current accounts and sight deposits	919,933	X	X	X	716,230	X	X	X
2.2 Time deposits	181,081	X	X	X	444,571	X	X	X
2.3 Loans	1,089,129	X	X	X		X	X	X
2.3.1 Repurchase agreements - payable	1,089,129	X	X	X		X	X	X
2.3.2 Others	0	X	X	X		X	X	X
2.4 Debts for commitments to repurchase equity instruments	0	X	X	X		X	X	X
2.5 Lease liabilities	0	X	X	X		X	X	X
2.6 Other Payables	74,298	X	X	X	616	X	X	X
<b>Total</b>	<b>2,268,022</b>				<b>1,165,557</b>			

**Key:**

CA = Carrying Amount

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

The item mainly consists of "current accounts and sight deposits" of about €919.9 million, deriving especially from payment service operations, and includes the balances of accounts of bank customers. The item also includes the amount of Repo contracts with bank counterparties for roughly €1.1 billion.

The item also includes "Time deposits", which are mainly related to deposits required for the services rendered to client banks, such as indirect compliance with mandatory reserve requirements.

## Amounts due to customers

€8,463,347 thousand

### 1.2 Financial liabilities measured at amortized cost: breakdown by type of amounts due to customers

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2023				Total 12.31.2022			
	CA	Fair value			CA	Fair value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Current accounts and sight deposits	4,299,415	X	X	X	4,134,789	X	X	X
2. Time deposits	2,711,140	X	X	X	1,263,096	X	X	X
3. Loans	717,120	X	X	X	4,575,103	X	X	X
3.1 repurchase agreements	568,796	X	X	X	4,441,292	X	X	X
3.2 Others	148,323	X	X	X	133,811	X	X	X
4. Liabilities in respect of commitments to repurchase own equity instruments	0	X	X	X		X	X	X
5. Lease liabilities	12,068	X	X	X	10,679	X	X	X
6. Other liabilities	723,606	X	X	X	745,007	X	X	X
<b>Total</b>	<b>8,463,347</b>				<b>10,728,674</b>			

**Key:**

CA = Carrying Amount

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

As at December 31, 2023, the item mainly consisted of "current accounts and sight deposits" for an amount of €4,299 million relating to balances on operational accounts, i.e. accounts opened for customers (e.g. funds, asset management companies, corporate customers and other institutions) related to the custodian bank core business and loans from "repurchase agreements" for €568.8 million.

The item includes €2,745,516 thousand for online deposit accounts ("conto facto") offered in Italy, Spain and Germany, the Netherlands, Ireland and Poland (restricted deposits and current accounts), compared to €1,283,673 million at December 31, 2022.

Other liabilities mainly refer to collections of managed exposures due to clients, as well as outstanding cashier's checks issued as part of the service that allows affiliated banks to make available credit instruments issued by BFF Bank as a custodian bank to their customers on the basis of a mandate agreement.

Lease liabilities, totaling €12.1 million, refer to the recognition of lease liabilities arising from right-of-use assets, included under line item 90 "Property, equipment and investment property" in the Statement of Financial Position assets, following the application of the new IFRS 16 effective January 1, 2019.

The amount mainly includes the effect of the application of the standard on the leases of the properties leased by the Group, and the lease contracts have a duration between 3 and 6 years. For more information see Part M - "Lease reporting" of the Notes to the separate financial statements.

## Securities issued

€0

### 1.1 Financial liabilities at amortized cost: breakdown by type of securities issued

(Values in thousand euros)

Type of securities/Values	Total 12.31.2023				Total 12.31.2022			
	CA	Fair value			CA	Fair value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
<b>A. Securities</b>								
1. bonds					38,976			38,648
1.1 structured								
1.2 others					38,976			38,648
2. other securities								
2.1 structured								
2.2 others								
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>38,976</b>	<b>38,648</b>	-	-

**Key:**

CA = Carrying Amount

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

The securities outstanding, represented by bonds issued by the Bank, are zero.

The decrease is attributable to the repayment on May 23, 2023 of the Bonds (ISIN XS2068241400, rating "Ba1" assigned by the Moody's rating agency), issued for an original €300 million in October 2019 and outstanding on December 31, 2022 for a residual nominal amount of €38.6 million.

## Section 2 - Financial liabilities held for trading - Item 20

€1,215 thousand

### 2.1 Financial liabilities held for trading: breakdown by type

*(Values in thousand euros)*

Type of operations/Values	Total 12.31.2023			Total 12.31.2022				
	NV	Fair value		Fair value (* )	NV	Fair value		Fair value (* )
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
<b>A. On-statement-of-financial-position liabilities</b>								
1. Amounts due to banks								
2. Amounts due to customers								
3. Debt securities								
3.1. Bonds								
3.1.1 Structured				X				X
3.1.2 Other bonds				X				X
3.2. Other securities								
3.2.1 Structured				X				X
3.2.2 Others				X				X
<b>Total (A)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>B. Derivatives</b>		1,215				950		
1. Financial derivatives								
1.1 Held for trading	X	1,215		X	X	950		X
1.2 connected to the fair value option	X			X	X			X
1.3 Others	X			X	X			X
2. Credit derivatives								
2.1 Held for trading	X			X	X			X
2.2 connected to the fair value option	X			X	X			X
2.3 Others	X			X	X			X
<b>Total (B)</b>	X	- 1,215	-	X	X	- 950	-	X
<b>Total (A+B)</b>	X	- 1,215	-	X	X	- 950	-	X

**Key:**

NV = Nominal value

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

(\*) Fair value = Fair value calculated excluding changes in value due to the change in creditworthiness of the issuer with respect to the issue date.



The item includes the negative fair value at December 31, 2023 of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of currency risk that the Bank is exposed to.

## Section 4 - Hedging derivatives - Item 40

€0

### 4.1 Hedging derivatives: breakdown by hedge type and hierarchical level

(Values in thousand euros)

	Fair value 12.31.2023			NV 12.31.2023	Fair value 12.31.2022			NV 12.31.2022
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
<b>A. Financial derivatives</b>					14,314			255,298
1) Fair value								
2) Cash flows					14,314			255,298
3) Foreign investments								
<b>B. Credit derivatives</b>								
1) Fair value								
2) Cash flows								
<b>Total</b>	-	-	-	-	- 14,314	-	-	255,298

**Key:**

NV = notional value

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

## Section 6 - Tax liabilities - Item 60

€121,318 thousand

See "Section 10 - Tax assets and liabilities - Item 100" of the statement of financial position assets.

## Section 8 - Other liabilities - Item 80

€536,142 thousand

### 8.1 Other liabilities: breakdown

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
Trade payables	7,916	9,727
Invoices to be received	27,169	27,452
Liabilities to tax authorities	15,878	8,837
Liabilities to social security and welfare bodies	2,242	2,072
Liabilities to employees	15,682	20,025
Collections pending allocation	78,855	49,594
Payment flows received to be charged	342,609	201,922
Sundry liabilities	38,208	56,997
Accrued expense and deferred income	7,582	5,578
<b>Total</b>	<b>536,142</b>	<b>382,205</b>

"Trade payables" and "invoices to be received" refer to accounts payable for purchases of goods and services.

"Collections pending allocation" refer to payments received by December 31, 2023 but still outstanding since they had not been cleared and recorded by that date.

"Sundry liabilities" include portions of collections to be transferred, stamp duties to be paid, payables to directors and other pending items.

The "Payment flows received to be charged" refer to suspense accounts with a credit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include suspended settlements that were made in the first business days after the reporting date of these financial statements.

## Section 9 - Post-employment benefits - Item 90

€2,896 thousand

### 9.1 Post-employment benefits: annual changes

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>A. Opening balance</b>	<b>3,118</b>	<b>3,710</b>
<b>B. Increases</b>	<b>2,331</b>	<b>2,227</b>
B.1 Provision for the year	2,269	2,227
B.2 Other changes	62	
<b>C. Decreases</b>	<b>-2,553</b>	<b>-2,818</b>
C.1 Payments made	-366	-136
C.2 Other changes	-2,187	-2,683
<b>D. Closing balance</b>	<b>2,896</b>	<b>3,118</b>
<b>Total</b>	<b>2,896</b>	<b>3,118</b>

The liability recorded in the separate financial statements at December 31, 2023 mainly in relation to post-employment benefits of the Bank is equal to the current value of the obligation estimated by an independent actuary on the basis of demographic and economic assumptions.

Actuarial assumptions used to determine the liability at December 31, 2023 are shown below.

### Actuarial assumptions

#### Annual discount rate

The financial basis used to calculate the present value of the obligation was determined, in compliance with paragraph 83 of IAS 19, by reference to the iBoxx Eurozone Corporate AA 7-10 Index (in line with the duration of the items measured).

#### Annual increase rate of post-employment benefits

In compliance with Article 2120 of the Italian Civil Code, such rate is equal to 75% of inflation plus 1.5 percentage points.

The demographic assumptions used are as follows:

- ▶ Death: mortality tables RG48 published by the Italian State General Accounting Office (Ragioneria Generale dello Stato);
- ▶ Disability: INPS 2000 tables broken down by age and sex;
- ▶ Retirement: 100% upon reaching AGO requisites, as updated by Italian Decree-Law 4/2019.

### Annual frequency of turnover and advances

- ▶ Executives: 1% advance frequency and 0.50% turnover frequency;
- ▶ Managers: 2.5% advance frequency and 3.0% turnover frequency;
- ▶ Employees 2.5% advance frequency and 3.0% turnover frequency.

## Section 10 - Provisions for risks and charges - Item 100

€35,104 thousand

### 10.1 Provisions for risks and charges: breakdown

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
1. Provisions for credit risk relating to Commitments and financial guarantees given	553	225
2. Provisions for other commitments and guarantees issued		
3. Pension and similar obligations	6,760	7,712
4. Other provisions for risks and charges		
4.1 Legal and tax disputes		
4.2 Personnel costs		
4.3 Others	27,791	24,414
<b>Total</b>	<b>35,104</b>	<b>32,351</b>

Starting from January 1, 2018, this item also includes provisions for credit risk associated with commitments/ financial guarantees provided by the Bank to its customers and foreign subsidiaries, based on impairment requirements provided for by IFRS 9.

As of December 31, 2023 "Provisions for risks and charges" mainly include allocations to "Pension and similar obligations" and allocations to "Other Provisions" to cover contingent liabilities that the Bank may incur.

The significant increase compared to December 31, 2022, attributable to "other provisions for risks and charges", relates to provisions against the likely risk of an unfavorable ruling in the amount of roughly €4 million.

The item "Pension and similar obligations" decreased compared to December 31, 2022 due to payments to certain categories of employees of deferred bonuses related to targets achieved in previous years, partly offset by accruals made in 2023.

## 10.2 Provisions for risks and charges: annual changes

(Values in thousand euros)

	Provisions for other commitments and guarantees issued	Pension and similar obligations	Other provisions for risks and charges	Total
<b>A. Opening balance</b>	225	7,712	24,414	32,351
<b>B. Increases</b>	327	1,019	4,208	5,555
B.1 Provision for the year	327	969	4,208	5,505
B.2 Changes due to the passage of time				
B.3 Changes due to variations in the discount rate		50		
B.4 Other changes				-
<b>C. Decreases</b>	-	(1,971)	(831)	(2,802)
C.1 Utilization for the year		(1,367)	(831)	(2,198)
C.2 Changes due to variations in the discount rate		(605)		(605)
C.3 Other changes				-
<b>D. Closing balance</b>	553	6,760	27,791	35,104

### 10.3 Allowances for credit risk relating to commitments and financial guarantees given

(Values in thousand euros)

	Allowances for credit risk relating to commitments and financial guarantees given				Total
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	
Commitments to disburse funds	341		0		341
Financial guarantees given	39		173		212
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>553</b>

### 10.5 Defined-benefit pension funds

The pension fund refers mainly to the non-compete agreement entered into with BFF Bank's managers, amounting to €3.3 million (including the portion allocated to the Bank's equity reserve) and the provisions relating to the incentive and deferred payment retention scheme envisaged for specific BFF Bank employees, amounting to €2.5 million. Both obligations to personnel are shown at their present value estimated by an independent actuary based on demographic and economic assumptions.

As of December 31, 2023, the provision in question also includes the provision for the commitment made by DEPObank to some employees who have left the Bank, amounting to €161 thousand.

Specifically, the system involving deferral of a portion of the annual bonuses envisages, for risk takers, medium-term restrictions, according to which 30% of the annual bonus will be paid between three and a maximum of six years later, provided that the Bank achieves specific targets relating to its profitability, regulatory capital requirements established by existing regulations, and the employee's continued employment at the Bank. In accordance with the provisions of IAS 19, accruals were quantified based on an actuarial calculation performed externally by a specialized firm. The Bank's obligations were computed using the "Projected Unit Credit Method", which treats each period of service as giving rise to an additional unit of benefit entitlement and measures each unit separately to compute the final obligation, in accordance with paragraphs 67-69 of IAS 19. This actuarial method entails valuation aimed at determining the average present value of the Bank's obligations.

The technical demographic assumptions used are illustrated below.

## 10.6 Provisions for risks and charges - Other provisions

Other provisions of €27.8 million refer to:

- ▶ litigation liabilities for which the Bank has estimated a probable risk of loss for approximately €26.5 million;
- ▶ provisions related to possible damages for operational errors as per contract with customers in the amount of approximately €1.3 million.

The main assumptions made by the external firm when discounting are as follows:

### Non-compete agreement

The annual discount rate used to determine the present value of the obligation is taken, in accordance with paragraph 83 of IAS 19, from the Iboxx Corporate AA index with a duration of 10+ as recorded at December 31, 2023 and equal to 3.10%. The yield with a comparable duration to that of the collective being valued was chosen for this purpose.

Death	RG48 mortality tables published by the State General Accounting Office
Retirement	100% on reaching the AGO requirements
Frequency of voluntary resignation	10.60%
Clawback frequency	0.00%
Withdrawal frequency (where envisaged)	3.00%
Frequency of revocation of mandate to Chief Executive Officer	0.00%
Increase in annual remuneration for Executives	2.00%
Increase in annual remuneration for Supervisors	2.00%
Contribution rate	27.40%
Inflation rate	2.00%



## Deferred bonus

### Discount rate

The financial basis used to calculate the present value of the obligation was determined, in compliance with paragraph 83 of IAS 19, by reference to the iBoxx Eurozone Corporate AA Index (in line with the duration of the plan). Discount rate used was equal to 3.20%.

### Mortality and disability

To estimate the phenomenon of mortality, the RG48 mortality table used by the Italian State General Accounting Office to estimate the retirement expense of the Italian population was used. For the probability of total and permanent disability, the tables adopted in the INPS model for the 2010 forecasts were used.

### Frequency of resignations and dismissals

Equal to 3.7% (2021 and 2022 deferred MBO).

## Section 12 - Equity - Items 110, 130, 140, 150, 160, 170 and 180

€692,649 thousand

### 12.1 "Share capital" and "Treasury shares": breakdown

(Values in thousand euros)

Type	12.31.2023	12.31.2022
<b>1. Share capital</b>	<b>143,947</b>	<b>142,870</b>
1.1 Ordinary shares	143,947	142,870
<b>2. Treasury shares</b>	<b>(4,377)</b>	<b>(3,884)</b>

As regards the repurchase of treasury shares and the disclosure pursuant to Article 78, paragraph 1-*bis* of the Issuers' Regulation, reference is made to the information given in the Report on Operations, under the section on "Treasury Shares".

## 12.2 Share capital - Number of shares: annual changes

Items/Type	Ordinary	Others
<b>A. Shares as of the beginning of the year</b>	<b>185,545,952</b>	
- fully paid-in	185,545,952	
- not fully paid-in		
A.1 Treasury shares (-)	(570,728)	
A.2 Shares outstanding: initial balance	184,975,224	
<b>B. Increases</b>	<b>1,765,839</b>	
B.1 New issues		
- for consideration:		
- business combinations		
- conversion of bonds		
- exercise of warrants		
- others	4,000	
- without consideration:		
- to employees	1,394,077	
- to directors		
- others		
B.2 Sales of treasury shares		
B.3 Other changes	367,762	
<b>C. Decreases</b>	<b>(291,888)</b>	
C.1 Cancellation		
C.2 Repurchase of treasury shares	(291,888)	
C.3 Disposal of companies		
C.4 Other changes		
<b>D. Shares outstanding: closing balance</b>	<b>186,449,175</b>	
D.1 Treasury shares (+)	(494,854)	
D.2 Shares existing at the end of the year		
- fully paid-in	186,944,029	
- not fully paid-in		

## 12.4 Earnings-related reserves: other information

In accordance with the provisions of Article 2427, paragraph 7-bis of the Italian Civil Code, the following tables provide a breakdown of the individual components of equity according to their possibility of use, the amount available for distribution, and past use in the previous years (the three-year period before the date of preparation of these separate financial statements).

(Values in thousand euros)

	12.31.2023	Possibility of use (a)	Portion available	Portion with tax suspension	Summary of use in the last three years (*)	
					To cover losses	For other reasons
<b>Share capital</b>	<b>143,947</b>					
<b>Reserves</b>	<b>253,424</b>					
- Legal reserve (**)	28,586	B		26,196		
- Extraordinary reserve	89	A, B, C	89			
- Retained earnings (***)	215,043	A, B, C	215,043	50,387		346,321
- Stock option and financial instrument reserves	8,883	A				
- Other reserves	823					
<b>Valuation reserves</b>	<b>6,469</b>					
- HTCS securities	2,534					
- Others	3,935					
<b>Treasury share reserve</b>	<b>-4,377</b>					
<b>Share premium reserve</b>	<b>66,277</b>	A, B, C	66,277			
<b>Total share capital and reserves</b>	<b>465,740</b>		<b>281,409</b>	<b>76,583</b>		<b>346,321</b>

(a): Possible uses: A=for share capital increase B=to cover losses C=for distribution to shareholders.

(\*) Uses in the last three financial years amounting to €346,321 thousand include primarily €12,235 thousand for the exercise of stock options by certain beneficiaries in the course of 2021, 2022 and 2023, €12,811 thousand (gross of the tax effect) for the payment of interest coupons and structuring expense relating to the Additional Tier 1 (AT1) financial instrument, as well as uses in the last three financial years relating to the payment of dividends distributed as per shareholders' resolutions in the amount of €321,275 thousand.

(\*\*) Including €26,196 thousand in tax suspension pursuant to Article 110 of Italian Decree-Law 104/2020.

(\*\*\*) Including €50,387 thousand in tax suspension pursuant to Article 110 of Italian Legislative Decree 104/2020.

Changes in reserves that make up the equity are shown below:

(Values in thousand euros)

	Legal reserve	Retained earnings	Others	Total
<b>A. Opening balance</b>	<b>28,539</b>	<b>141,581</b>	<b>10,508</b>	<b>180,628</b>
<b>B. Increases</b>	<b>47</b>	<b>115,450</b>	<b>1,810</b>	<b>117,307</b>
B.1 Allocation of profits	47	115,361		115,408
B.2 Other changes		89	1,810	1,899
<b>C. Decreases</b>	<b>-</b>	<b>(41,899)</b>	<b>(2,611)</b>	<b>(44,511)</b>
C.1 Uses				
- coverage of losses				
- distribution		(27,487)		(27,487)
- transfer to share capital				
C.2 Other changes		(14,412)	(2,611)	(17,023)
<b>D. Closing balance</b>	<b>28,586</b>	<b>215,132</b>	<b>9,707</b>	<b>253,424</b>

## Retained earnings

The increase of about €115 million is mainly due to the allocation of the share of profit of the previous year, not distributed as a dividend.

Decreases in relate for roughly €27.5 million to the distribution of the reserve to shareholders, approved by the Shareholders' Meeting held on September 13, 2023, and for around €10 million to uses connected mainly to the payment of the interest coupon of the new "Additional Tier 1" instrument for €8.8 million (gross of the tax effect) and to the free capital increases following the exercise of the stock options by the beneficiaries.

## Other reserves

The changes largely refer to the following events that occurred during 2023:

- ▶ increases for higher provisions of €1.8 million related to the variable remuneration parts of the so-called "Key Personnel" (Risk Takers), in compliance with the provisions as set out in the First Part, Title IV, Chapter 2, Section III, paragraph 2.1, 3 of Bank of Italy Circular 285/2013, as subsequently updated, according to which a portion must be paid in financial instruments;
- ▶ Decrease for exercises of stock options or share grants related to the Bank's incentive scheme and non-compete agreement in the amount of approximately €2.6 million.

## Tax suspension restriction

As noted previously, in 2021 the Bank took advantage of the facilitation provided under Art. 110 of Italian Decree-Law no. 104 of August 14, 2020 and proceeded with the alignment between the carrying and tax amounts of the item goodwill present in the financial statements at December 31, 2019 and 2020 of DEPObank, which was merged into BFF Bank on March 5, 2021. This transaction, which was approved by the Bank's Board of Directors on June 30, 2021, entailed (i) the alignment of the item goodwill equal to roughly €79 million, (ii) the resulting

payment of substitute tax equal to €2.4 million and (iii) the need to place a tax suspension restriction on the reserves of €76.6 million, equal to the difference between the aligned amount and the substitute tax, as set forth in paragraph 8 of Art. 110 of Decree-Law 104/2020.

Considering that the transaction was carried out subsequent to the approval of the financial statements for the year at December 31, 2020 of DEPObank and its merger into BFF Bank, the tax suspension restriction is placed as a "Restricted share pursuant to paragraph 8 of Art. 110 of Decree-Law 104/2020" on the following reserves:

- ▶ "Retained earnings" for €50,387 thousand;
- ▶ "Legal reserve" for €26,196 thousand.

## 12.5 Equity instruments: composition and annual changes

As of December 31, 2023 there were no changes compared to December 31, 2022. The item represents only the Additional Tier 1 Perpetual NC2027 instrument (ISIN XS2404266848) in the amount of €150 million, with a fixed-rate coupon of 5.875% per annum to be paid on a half-yearly basis.

Note that the Bank paid the accrued interest coupon of €8.8 million (gross of the tax effect).

## Other information

### 1. Commitments and financial guarantees given (other than those designated at fair value)

(Values in thousand euros)

	Nominal amount on commitments and financial guarantees given			Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
	Stage one	Stage two	Stage three		
<b>1. Commitments to disburse funds</b>	<b>1,080,506</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1,080,509</b>	<b>979,365</b>
a) Central Banks					
b) Public administrations					
c) Banks	4,994			4,994	
d) Other financial companies	1,011,008			1,011,008	916,228
e) Non-financial companies	64,505		2	64,507	63,135
f) Households					2
<b>2. Financial guarantees given</b>	<b>11,811</b>	<b>-</b>	<b>14,318</b>	<b>26,129</b>	<b>4,002</b>
a) Central Banks					
b) Public administrations					
c) Banks					
d) Other financial companies	906			906	4,002
e) Non-financial companies	10,905		14,318	25,223	
f) Households					

Commitments to disburse funds and financial guarantees given falling within Stage 1 primarily relate to Financial Companies and mainly refer to credit lines not used by Group companies and guarantees given by the Bank to support subsidiaries.

## 2. Other commitments and other guarantees provided

(values in thousands of euros)

	12.31.2023	12.31.2022
<b>Other guarantees provided</b>	<b>35,857</b>	<b>5,211</b>
of which: impaired credit exposures	2,641	
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
e) Non-financial companies	35,857	5,211
f) Households		
<b>Other commitments</b>	<b>153,678</b>	<b>524</b>
of which: impaired credit exposures	59	
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
e) Non-financial companies	153,678	524
f) Households		

## 3. Assets given as collateral for own liabilities and commitments

(Values in thousand euros)

Portfolios	Amount 12/31/2023	Amount 12.31.2022
1. Financial assets measured at fair value through profit or loss		
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income		
3. Financial assets measured at amortized cost	2,196,656	4,538,043
4. Property, equipment and investment property		
of which: Property, equipment and investment property held as inventories		

"Financial assets measured at amortized cost" consist of government securities used as collateral in operations with the ECB and repos.

## 5. Administration and brokerage for third parties

(Values in thousand euros)

Type of services	Amount
<b>1. Execution of orders for customers</b>	
a) Purchases	
1. settled	
2. not settled	
b) Sales	
1. settled	
2. not settled	
<b>2. Portfolio management</b>	
a) individual	
b) collective	
<b>3. Custody and administration of securities</b>	<b>191,926,314</b>
a) third-party securities deposited: relating to custodian bank activities (excluding portfolio management)	26,317,044
1. securities issued by consolidated companies	3,291
2. other securities	26,313,753
b) third-party securities deposited (excluding portfolio management): others	68,990,997
1. securities issued by consolidated companies	6,452
2. other securities	68,984,545
c) third party securities deposited with third parties	91,525,484
d) proprietary securities deposited with third parties	5,092,789
<b>4. Other transactions</b>	



## Part C - Information on the Income Statement

All amounts in the tables are stated in thousands of euros.

### Section 1 - Interest - Items 10 and 20

#### 1.1 Interest and similar income: breakdown

€567,752 thousand (of which interest income calculated using the effective interest rate method: €526,255 thousand)

(Values in thousand euros)

Items/Technical forms	Debt securities	Loans	Other transactions	Total 2023	Total 2022
<b>1. Financial assets measured at fair value through profit or loss:</b>					
1.1 Financial assets held for trading	2			2	1
1.2 Financial assets designated at fair value					
1.3 Other financial assets subject to mandatory fair value measurement					
<b>2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income</b>	5		X	5	
<b>3. Financial assets measured at amortized cost</b>					
3.1 Loans and receivables with banks		15,194	X	15,194	8,908
3.2 Loans and receivables with customers	180,449	354,574	X	535,023	259,945
<b>4. Hedging derivatives</b>	X	X			
<b>5. Other assets</b>	X	X	17,335	17,335	2,328
<b>6. Financial liabilities</b>	X	X	193	193	22,627
<b>Total</b>	<b>180,456</b>	<b>369,768</b>	<b>17,528</b>	<b>567,752</b>	<b>293,808</b>
of which: interest income on impaired financial assets					
of which: interest income on finance leases	X		X		

#### 1.2 Interest and similar income: other information

Interest income relating to “Loans and receivables with banks” mainly refers to temporary credit balances in the account of the Bank, income accruing on the amount of bank drafts issued on behalf of banking customers and interest income on the average negative deposits of reciprocal current accounts held by banking customers.

Interest income on “Loans and receivables with customers” for loans amounted to €354.6 million and mostly consists of maturity commissions charged to the assignors for the purchase of non-recourse receivables, and late payment interest for the year.

As far as receivables from Bank customers are concerned, the updating of the time series confirmed a percentage of estimated recovery used for the preparation of the financial statements equal to 50%.

On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, starting with the separate financial statements as of December 31, 2022 the estimate of days to collection has been maintained at 2,100 days.

Interest income on debt securities linked to loans and receivables with customers and totaling approximately €180.4 million derive from government securities purchased by the Bank to hedge liquidity risk and to optimize the cost of money, relating to the HTC (Held to Collect) portfolio. The significant increase relates to the increase in market rates, which led to higher returns on the variable rate securities held by the Bank.

### 1.3 Interest and similar expense: breakdown

€341,848 thousand

(Values in thousand euros)

Items/Technical forms	Debt	Securities	Other transactions	Total 2023	Total 2022
1. Financial liabilities measured at amortized cost					
1.1 Amounts due to central banks		X	X		2,486
1.2 Amounts due to banks	110,842	X	X	110,842	11,690
1.3 Amounts due to customers	203,760	X	X	203,760	36,705
1.4 Securities issued	X	340	X	340	3,496
2. Financial liabilities held for trading				-	-
3. Financial liabilities designated at fair value				-	-
4. Other liabilities and provisions	X	X	109	109	8
5. Hedging derivatives	X	X	1,042	1,042	33,379
6. Financial assets	X	X	X	25,755	3,731
<b>Total</b>	<b>314,602</b>	<b>340</b>	<b>1,151</b>	<b>341,848</b>	<b>91,494</b>
of which: interest expense relative to lease liabilities	347	X	X	347	354

Interest expense went from €91.5 million for the previous year to €341.9 million for 2023. This significant increase is linked primarily to the increase in interest expense on banking and corporate customer balances due to the inversion and increase in interest rates in the market.

Interest expense on "Amounts due to central banks" refers to the interest accrued on the amounts deposited in the account with the Bank of Italy.

Interest expense on "Amounts due to banks" mainly refers to interest accruing on current accounts held with the Bank and in the name of a bank counterparty.

Interest expense pertaining to "Amounts due to customers" mainly refers to interest on the Bank's online deposit accounts ("Conto Facto" in Italy, "*Cuenta Facto*" offered in Spain by the Spanish branch of BFF Bank and "Lokata Facto" offered by the branch in Poland), interest accruing on account balances of corporate customers and interest relating to contracts governed by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA) with Cassa di Compensazione Garanzia as the customer counterparty.

Finally, the item also includes interest expense for "Securities issued" amounting to approximately €340 thousand, which decreased as a result of the repayment of the last portion of the bonds on May 23, 2023. For more details on this please refer to item 10 c) of the Statement of Financial Position liabilities "Financial liabilities measured at amortized cost."

## Section 2 - Fees and commissions - Items 40 and 50

### 2.1 Fee and commission income: breakdown

€112,354 thousand

(Values in thousand euros)

Type of service/Amounts	Total 2023	Total 2022
<b>a) Financial instruments</b>		
1. Placement of securities		
1.1 With firm commitment and/or on the basis of an irrevocable commitment		
1.2 Without irrevocable commitment		
2. Receipt and transmission of orders and execution of orders for customers		
2.1 Receipt and transmission of orders of one or more financial instruments		
2.2 Execution of orders for customers		
3. Other commissions connected to activities linked to financial instruments		
of which: dealing on own account		
of which: individual portfolio management		
<b>b) Corporate Finance</b>		
1. Mergers and acquisitions consulting		
2. Treasury services		
3. Other commissions connected to corporate finance services		
<b>c) Consulting activities related to investments</b>	70	55
<b>d) Clearing and settlement</b>		
<b>e) Collective portfolio management</b>		
<b>f) Custody and administration</b>	29,462	50,089
1. Custodian bank	17,357	39,546
2. Other commissions linked to custody and administration activities	12,105	10,542
<b>g) Central administrative services for collective portfolio management</b>		
<b>h) Fiduciary activities</b>		
<b>i) Payment services</b>	76,852	73,552
1. Current accounts		
2. Credit cards	1,548	1,408
3. Debit cards and other payment cards	16,960	7,892
4. Bank transfers and other payment orders	16,256	23,385
5. Other commissions linked to payment services	42,088	40,867
<b>j) Distribution of third-party services</b>		
1. Collective portfolio management		
2. Insurance products		
3. Other products		
of which: individual portfolio management		
<b>k) Structured finance</b>		
<b>l) Servicing activities for securitization transactions</b>	7	
<b>m) Commitments to disburse funds</b>		
<b>n) Financial guarantees given</b>	889	168
of which: credit derivatives		
<b>o) Lending transactions</b>		
of which: for factoring transactions		
<b>p) Currency trading</b>		
<b>q) Commodities</b>		
<b>r) Other fee and commission income</b>	5,075	3,595
of which: for management of multilateral trading systems		
of which: for management of organized trading systems		
<b>Total</b>	<b>112,354</b>	<b>127,458</b>

The item mainly includes fees and commissions relating to the mandates for the management and collection of receivables deriving from the factoring and management of trade receivables, as well as fees and commissions for custodian banking and payment services. Commissions were down mainly due to the loss of the customer Arca SGR in 2022.

### 2.3 Fee and commission expense: breakdown

€37,215 thousand

(Values in thousand euros)

Service/Values	Total 2023	Total 2022
<b>a) Financial instruments</b>		
of which: trading in financial instruments		
of which: placement of financial instruments		
of which: individual portfolio management		
Own		
Delegated to third parties		
<b>b) Clearing and settlement</b>	1,776	2,009
<b>c) Collective portfolio management</b>		
<b>d) Custody and administration</b>	5,268	5,515
<b>e) Collection and payment services</b>	24,874	25,696
of which: credit cards, debit cards and other payment cards	11,964	4,428
<b>f) Servicing activities for securitization transactions</b>		
<b>g) Commitments to receive funds</b>		
<b>h) Financial guarantees received</b>	15	46
of which: credit derivatives		
<b>i) Off-site offer of financial instruments, products and services</b>		
<b>j) Currency trading</b>	1	3
<b>k) Other fee and commission expense</b>	5,281	3,555
<b>Total</b>	<b>37,215</b>	<b>36,924</b>

The item mainly includes the custody and administration fees for the custodian bank business and those paid to outsourcers for the use of infrastructure related to payment services.

## Section 3 - Dividends and similar income - item 70

### 3.1 Dividends and similar income: breakdown

€8,897 thousand

(Values in thousand euros)

Items/Income	Total 2023		Total 2022	
	Dividends	Similar revenue	Dividends	Similar revenue
A. Financial assets held for trading	18		18	
B. Other financial assets subject to mandatory fair value measurement	3,139		4,087	
C. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	5,740		5,690	
D. Equity investments	-		75,963	
<b>Total</b>	<b>8,897</b>	<b>-</b>	<b>85,758</b>	<b>-</b>

In 2023, the item mainly included dividends received in March 2023 from the Bank of Italy amounting to €5.7 million, whose shares subscribed by the Bank BFF Bank are classified under item 30 of the Assets "Financial assets measured at fair value through other comprehensive income", and dividends received in 2023 from Fondo Italiano di Investimento, amounting to around €3.1 million, whose UCI units are classified under item 20 of the Assets "Financial assets measured at fair value through profit or loss".

## Section 4 - Profits (losses) on trading - item 80

### 4.1 Profits (losses) on trading: composition

-€10,194 thousand

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Capital gains (A)	Profits from trading (B)	Losses (C)	Losses from trading (D)	Net loss [(A+B) - (C+D)]
<b>1. Financial assets held for trading</b>		<b>10,483</b>		<b>1</b>	<b>10,482</b>
1.1 Debt securities		541		1	540
1.2 Equity securities					1
1.3 UCI units		1			-
1.4 Loans		9,941			9,941
1.5 Others					-
<b>2. Financial liabilities held for trading</b>					-
2.1 Debt securities					-
2.2 Liabilities					-
2.3 Others					-
<b>3. Financial assets and liabilities: exchange differences</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>(20,679)</b>
<b>4. Derivatives</b>		<b>21</b>		<b>19</b>	<b>2</b>
4.1 Financial derivatives:					-
- On debt securities and interest rates					-
- On equity securities and stock indices					-
- On currency and gold	X	X	X	X	
- Others					-
4.2 Loan derivatives		21		19	2
of which: natural hedging related to the fair value option	X	X	X	X	
<b>Total</b>		<b>10,504</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>(10,194)</b>

The net loss on trading mainly derives from the effect of exchange rate differences related to foreign exchange trading functional to treasury management, in particular to bank and customer deposits in foreign currencies.

In 2023, this item also includes the positive result deriving from factoring purchases of ecobonus tax assets falling under the Trading Business Model and classified in asset item 130 "Other assets" in the statement of financial position, for a total of €9.9 million.



## Section 5 - Profits (losses) from hedging - Item 90

The item is equal to zero

### 5.1 Profits (losses) from hedging: breakdown

€0

(Values in thousand euros)

Income items/Values	Total 2023	Total 2022
<b>A. Income related to:</b>		
A.1 Fair value hedging derivatives		
A.2 Hedged financial assets (fair value)		
A.3 Hedged financial liabilities (fair value)		
A.4 Cash flow hedging derivatives		
A.5 Assets and liabilities denominated in currency		9,145
<b>Total income from hedging (A)</b>	-	<b>9,145</b>
<b>B. Charges related to:</b>		
B.1 Fair value hedging derivatives		
B.2 Hedged financial assets (fair value)		
B.3 Hedged financial liabilities (fair value)		
B.4 Cash flow hedging derivatives		
B.5 Assets and liabilities denominated in currency		(9,145)
<b>Total charges from hedging (B)</b>	-	<b>(9,145)</b>
<b>C. Profits (losses) from hedging (A-B)</b>	-	-
of which: result of hedging of net positions		

## Section 6 - Profits (losses) on disposals/repurchases - Item 100

€21,893 thousand

### 6.1 Profits (Losses) on disposals/repurchases: breakdown

€21,893 thousand

(Values in thousand euros)

Items/Income items	Total 2023			Total 2022		
	Profits	Loss	Net profit/loss	Profits	Loss	Net profit/loss
<b>Financial assets</b>						
1. Financial assets measured at amortized cost						
1.1 Loans and receivables with banks						
1.2 Loans and receivables with customers	23,288	(1,249)	22,038	204	(38)	166
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
2.1 Debt securities		(146)	(146)			
2.2 Loans						
<b>Total assets (A)</b>	<b>23,288</b>	<b>(1,395)</b>	<b>21,893</b>	<b>204</b>	<b>(38)</b>	<b>166</b>
<b>Financial liabilities measured at amortized cost</b>						
1. Amounts due to banks						
2. Amounts due to customers						
3. Securities issued						
<b>Total liabilities (B)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

In 2023, the item in question amounted to €21,893 thousand, and represents the net balance of sales of debt securities classified in asset item 40 b) "Financial assets measured at amortized cost – loans and receivables with customers" (for a nominal value of €835 million).

Please note that sales always took place in compliance with the conditions imposed by the HTC Business Model, which the Group adopted on the first-time application of IFRS 9 in 2018.

## Section 7 - Profits (losses) on other financial assets and liabilities measured at fair value through profit or loss - Item 110

€2,233 thousand

### 7.2 Net change of value of other financial assets and liabilities measured at fair value through profit or loss: breakdown of other financial assets and liabilities subject to mandatory fair value measurement

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Capital gains (A)	Realized gains (B)	Capital losses (C)	Losses on disposal (D)	Net profit/ [(A+B)-(C+D)]
<b>1. Financial assets</b>		<b>1</b>	<b>2,232</b>		<b>2,233</b>
1.1 Debt securities					-
1.2 Equity securities		1			1
1.3 UCI units			2,232		2,232
1.4 Loans					-
<b>2. Financial assets in foreign currency: foreign exchange differences</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>2,232</b>	<b>-</b>	<b>2,233</b>

The item refers to the revaluation of the UCI units held by the Bank at the last NAV made available by the relevant investment funds and the Ingenii Fund.

## Section 8 - Net impairment losses/gains for credit risk - item 130

-€3,338 thousand

### 8.1 Net impairment losses for credit risk associated with financial assets measured at amortized cost: breakdown

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Impairment losses						Impairment gains				Total 2023	Total 2022
	Stage one	Stage two	Stage three		Purchased or originated credit impaired		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
			Write-offs	Others	Write-offs	Others						
<b>A. Loans and receivables with banks</b>	(11)	-	-	-	-	-	27	-	-	-	17	3
- Loans	(11)	-	-	-	-	-	27	-	-	-	17	3
- Debt securities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>B. Loans and receivables with customers</b>	(1,665)	-	(16)	(1,650)	-	(195)	49	18	106	-	(3,355)	(183)
- Loans	(350)	-	(16)	(1,650)	-	(195)	49	18	106	-	(2,040)	(198)
- Debt securities	(1,315)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,315)	15
<b>Total</b>	<b>(1,676)</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>(1,650)</b>	<b>-</b>	<b>(195)</b>	<b>76</b>	<b>18</b>	<b>106</b>	<b>-</b>	<b>(3,338)</b>	<b>(180)</b>

Impairment losses relating to debt securities in Stage one are due to the updating of the input parameters of the impairment model following the issue of new transition matrices relating to the Sovereign segment by Moody's.

As concerns Stage three, the increase in impairment losses derives mainly from the increase in impairment losses on exposures due from assigning counterparties of the Bank.

## Section 10 - Administrative expense - item 160

€163,352 thousand

### 10.1 Personnel expense: breakdown

€66,416 thousand

(Values in thousand euros)

Type of expense/Amount	Total 2023	Total 2022
1) Employees		
a) wages and salaries	42,249	42,380
b) social security contributions	11,015	11,102
c) post-employment benefits		
d) pension costs		
e) provision for post-employment benefits	2,162	1,967
f) provision for pensions and similar obligations:		
- defined contribution plans		
- defined benefit plans		
g) payments to external complementary pension funds:		
- defined contribution plans		
- defined benefit plans	347	353
h) costs related to share-based payments	2,943	3,874
i) other employee benefits	2,678	2,891
2) Other personnel in service	135	105
3) Directors and statutory auditors	4,887	2,952
4) Early retirement costs		
<b>Total</b>	<b>66,416</b>	<b>65,624</b>

The item "personnel expense" includes, in addition to the amount of expense and contributions paid to employees, including the provisions of the Group incentive system, expense for stock options for certain employees of the Bank for 2023, equal to approximately €2,943 thousand before taxes, with an offsetting entry in part in the related equity reserve and in part in liability item 80 "Other liabilities" in the statement of financial position.

## 10.2 Average number of employees per category

(Values in working units)

Categories	Average number 2023	Average number 2022
Executives/Senior Executives	24	23
Managers/Coordinators/Professionals	321	278
Specialists	287	321
<b>Total</b>	<b>632</b>	<b>622</b>

The number of staff shown in the previous table refers to FTE staff and it arises from a calculation based on the instructions of the Bank of Italy Circular no. 262.

## 10.4 Other employee benefits

The amount in question of €2,678 thousand mainly refers to expense incurred for training, meal tickets, donations and insurance for Bank employees.

## 10.5 Other administrative expense: breakdown

€96,936 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2023	Total 2022
Legal fees	3,681	3,010
Data processing services	13,540	15,878
External credit management services	754	577
Supervisory Body fees	41	41
Legal fees for loans and receivables under management	155	258
Notary fees	250	355
Notary fees to be recovered	1,639	1,584
Entertainment expense and donations	1,610	1,073
Maintenance expense	6,965	5,896
Non-deductible VAT	9,652	8,790
Other taxes	5,672	6,441
Consulting services	17,328	18,098
Head office operating expense	4,280	2,865
Resolution Fund and FITD	10,778	5,734
Other expense	20,590	18,308
<b>Total</b>	<b>96,936</b>	<b>88,909</b>

Other administrative expense for 2023 amounted to €96.9 million, up from the previous year.

With regard to contributions to the Deposit Guarantee Scheme, a cost of about €10.8 million before taxes was recorded for 2023, up considerably compared to the previous year. This cost was made up of:

- ▶ *Resolution Fund* for €6.3 million as the annual ordinary contribution;
- ▶ *Interbank Deposit Protection Fund (FITD)* for €4.4 million as the annual contribution, of which €1.7 thousand relating to the extraordinary contribution.

These amounts are recognized under other administrative expense, as indicated in the Bank of Italy note of January 19, 2016 "Contributions to Resolution Funds: treatment in the financial statements and in regulatory reporting".

"Other administrative expense" mainly include services outsourced in 2023, which are listed below.

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2023
Fees paid to external company for support to Internal Audit	113
Fees paid to external companies for Data Processing	4,969
Fees paid to external companies for Credit Checks	754

## Section 11 - Net accruals to provisions for risks and charges - Item 170

€3,710 thousand

### 11.1 Net accruals to provisions for credit risk relating to loan commitments and financial guarantees given: breakdown

€327 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2023	Total 2022
Provision for risk on commitments and guarantees	327	140
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>140</b>



### 11.3 Net accruals to provisions for risks and charges: breakdown

€3,383 thousand

The accruals to the provisions, compared to the prior year, shows the following breakdown:

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2023	Total 2022
Litigation against the Bank	3,812	10,437
Operating losses	(429)	163
<b>Total</b>	<b>3,383</b>	<b>10,600</b>

## Section 12 - Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property - item 180

€3,954 thousand

As of 2019, following the application of IFRS 16, the item "Impairment losses on property, equipment and investment property" also includes the depreciation right-of-use assets amounting to €2.1 million, the counterpart of which is recognized under property, equipment and investment property.

### 12.1 Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property: composition

(values in thousands of euros)

Asset/Income item	Depreciation (a)	Impairment losses (b)	Reversals of impairment losses (c)	Net result (a + b - c)
A. Property and equipment				
1. Used in the business	3,954			3,954
- Owned	1,866			1,866
- Right-of-use assets	2,087			2,087
2. Investment property	X			
- Owned				
- Right-of-use assets				
3. Inventories				
<b>Total</b>	<b>3,954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3,954</b>

## Section 13 - Amortization and net impairment losses on intangible assets - Item 190

€7,738 thousand

### 13.1 Amortization and net impairment losses on intangible assets: breakdown

(Values in thousand euros)

Asset/Income item	Amortization (a)	Impairment losses (b)	Reversals of impairment losses (c)	Net result (a + b - c)
A. Intangible assets				
of which: software				
A.1 Owned	7,738			7,738
- Generated internally by the company				
- Others	7,738			7,738
A.2 Right-of-use assets				
<b>Total</b>	<b>7,738</b>			<b>7,738</b>

The item refers to amortization for the period relating to intangible assets with finite useful lives, which also includes customer contracts.

## Section 14 - Other net operating income - Item 200

€40,106 thousand

### 14.1 Other operating expense: breakdown

-€2,076 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2023	Total 2022
Prior year expense	(1,769)	(2,187)
Rounding and allowances	(6)	(93)
Other charges	(70)	(358)
Deposit guarantee scheme expense		
Registry tax expense	(231)	(893)
<b>Total</b>	<b>(2,076)</b>	<b>(3,532)</b>

## 14.2 Other operating income: breakdown

€42,182 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2023	Total 2022
Recovery of legal fees for purchases of non-recourse trade receivables	969	1,410
Recovery of legal fees	910	127
Other recoveries	727	1,457
Prior year income	5,718	5,544
Recovery of assignor notary expense	2,061	1,647
BFF Finance Iberia royalties	1,500	955
Other income	30,297	120,467
<b>Total</b>	<b>42,182</b>	<b>131,607</b>

In 2022, the item "other income" included the one-off effect relating to 50% of the "40 euros" provision consisting of all receivables accrued for the indemnity in question in the amount of around €95 million.

In 2023 this item included the amount for the year of €15.2 million.

## Section 19 - Income taxes for the year on continuing operations - item 270

€50,524 thousand

### 19.1 Income taxes for the year on continuing operations: breakdown

(Values in thousand euros)

Income items/Sectors	Total 2023	Total 2022
1. Current taxes (-)	35,725	69,809
2. Adjustment to current tax of prior years (+/-)	(487)	3,447
3. Reduction of current tax for the year (+)		
3.bis Reduction of current taxes for the year for tax credits pursuant to Italian Law no. 214/2011 (+)		
4. Change in deferred tax assets (+/-)	1,017	381
5. Change in deferred tax liabilities (+/-)	14,269	9,924
<b>6. Taxes for the year (-) (-1+/-2+3+ 3 bis +/-4+/-5)</b>	<b>50,524</b>	<b>83,561</b>

## 19.2 Reconciliation of theoretical tax charge with actual tax charge

(Values in thousand euros)

Breakdown	Tax	% of theoretical taxable profit
Income taxes - theoretical tax charge	60,149	33.07
Increases in taxes	258	0.14
Others	258	0.14
Decreases in taxes	(9,883)	-5.43
Permanent differences	(4,992)	-2.74
Others	(4,891)	-2.69
Actual tax charge	50,524	27.79

## Section 22 - Earnings per share

### 22.1 Average number of ordinary shares with diluted capital

(Values in units)

Breakdown	Total 2023	Total 2022
Average number of shares outstanding	185,626,946	184,669,974
Average number of potentially dilutive shares	2,568,406	1,623,192
Average number of diluted shares	188,195,353	186,293,165

### 22.2 Other information

(Amounts in units, unless otherwise stated)

Breakdown	Total 2023	Total 2022 <sup>(*)</sup>
Profit for the year (in euros)	131,360,488	261,438,216
Average number of shares outstanding	185,626,946	184,669,974
Average number of potentially dilutive shares	2,568,406	1,623,192
Average number of diluted shares	188,195,353	186,293,165
<b>Basic earnings per share (in euro units)</b>	<b>0.708</b>	<b>1.416</b>
<b>Diluted earnings per share (in euro units)</b>	<b>0.698</b>	<b>1.403</b>

(\*) Certain numbers relating to the previous year were restated to make the data comparable.

## Part D - Comprehensive income

### Statement of Comprehensive Income

(Values in euro units)

Items	Total 2023	Total 2022
<b>10. Profit for the year</b>	<b>131,360,488</b>	<b>261,438,216</b>
<b>Other income components not reclassified to profit or loss</b>		
<b>20. Equity instruments designated at fair value through other comprehensive income:</b>		
a) fair value changes		
b) transfers to other equity items		
<b>30. Financial liabilities designated at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness):</b>		
a) fair value changes		
b) transfers to other equity items		
<b>40. Hedging of equity instruments designated at fair value through other comprehensive income:</b>		
a) fair value changes (hedged instrument)		
b) fair value changes (hedging instrument)		
<b>50. Property, equipment and investment property</b>		
<b>60. Intangible assets</b>		
<b>70. Defined-benefit plans</b>	<b>(36,540)</b>	<b>724,064</b>
<b>80. Non-current assets held for sale and discontinued operations</b>		
<b>90. Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments</b>		
<b>100. Income taxes on other components not reclassified to profit or loss</b>	<b>10,048</b>	<b>(199,118)</b>
<b>Other income components reclassified to profit or loss</b>		
<b>110. Hedging of foreign investments:</b>		
a) fair value changes		
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
<b>120. Foreign exchange differences:</b>		
a) changes in value	<b>130,386</b>	<b>3,420</b>
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
<b>130. Cash flow hedges:</b>		
a) fair value changes		
b) reclassification through profit or loss		

(cont'd)

*(Values in euro units)*

Items	Total 2023	Total 2022
c) other changes		
of which: result of net positions		
<b>140.</b> Hedging instruments (undesignated elements):		
a) changes in value		
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
<b>150.</b> Financial assets (other than equity instruments) measured at fair value through other comprehensive income:		
a) fair value changes	2,074,605	1,246,162
b) reclassification through profit or loss		
- adjustments for credit risk		
- profits/losses on disposals		
c) other changes		
<b>160.</b> Non-current assets held for sale and discontinued operations:		
a) fair value changes		
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
<b>170.</b> Share of valuation reserves for equity investments measured at equity:		
a) fair value changes		
b) reclassification through profit or loss		
- adjustments due to impairment		
- profits/losses on disposals		
c) other changes		
<b>180.</b> Income taxes on other components reclassified to profit or loss	(629,340)	(413,237)
<b>190. Total other comprehensive income</b>	<b>1,549,159</b>	<b>1,361,292</b>
<b>200. Comprehensive income (Items 10+190)</b>	<b>132,909,647</b>	<b>262,799,507</b>

## Part E - Information on risks and related hedging policies

### Introduction

BFF Bank has adopted suitable corporate governance tools and adequate management and control mechanisms in order to mitigate the risks to which it is exposed. These measures are part of the governance of the organization and of the internal control system, aimed at ensuring management practices grounded in efficiency, effectiveness and fairness, covering every type of business risk, consistently with the characteristics, dimensions and complexity of the business activities carried out.

With this in mind, the Bank formalized its risk management policies and periodically reviews them to ensure their effectiveness over time. It constantly monitors the functioning of the risk management and control processes.

Such policies define:

- ▶ The governance of risks and the responsibilities of the Organizational Units involved in the management process;
- ▶ The mapping of the risks to which the Bank is exposed, the measuring and stress testing methods, and the information flows that summarize the monitoring activities;
- ▶ The annual assessment process on the adequacy of internal capital and of the liquidity risk governance and management system;
- ▶ The activities for the assessment of prospective capital adequacy, associated with the strategic planning process.

The corporate governance bodies of the Bank define the risk governance and management model at the Group level, taking into account the specific types of operations and the related risk profiles characterizing all the Group's entities, with the aim of creating an integrated and consistent risk management policy.

Within this framework, the Bank's corporate bodies perform the functions entrusted to them not only with regard to their specific business activities, but also taking into account the Bank's operations as a whole and the risks to which it is exposed, and involving, as appropriate, the governance bodies of the subsidiaries in the decisions concerning risk management procedures and policies.

The Risk Management Function cooperates in the process of defining and implementing the risk governance policies through an adequate risk management process. The Function Head is not involved in the operating activities he or she has to monitor, and his or her tasks and responsibilities are governed by specific Internal Regulations.

In addition to other tasks, the Risk Management Function is responsible for:

- ▶ Cooperating with the corporate governance bodies in defining the overall risk management system and the entire reference framework relating to the assumption and control of Bank risks (Risk Appetite Framework);
- ▶ Establishing adequate risk management processes through the adoption and maintenance of suitable risk management systems, in order to map, measure, control or mitigate all relevant risks;



- ▶ Providing an assessment of the capital absorbed, also under stress conditions, and of the related present and prospective capital adequacy, by defining processes and procedures to meet every type of present and future risk, which take into account strategies and context changes; overseeing the implementation of the risk management process and ascertaining that it is being complied with;
- ▶ Overseeing the implementation of the risk management process and ascertaining that it is being complied with;
- ▶ Monitoring the adequacy and effectiveness of the actions taken to resolve any weaknesses found in the risk management system;
- ▶ Submitting periodical reports to the corporate governance bodies on the activities carried out and providing them with consulting support on risk management issues.

The Risk Management Function reports to the Chief Executive Officer, the person responsible for the Bank's Internal Control system. It is independent of the Internal Audit Function, and subject to its control.

## Section 1 - Credit Risk

### *Qualitative information*

#### 1. General aspects

The main activity of the Bank in this area is factoring, which is governed, in Italy, by the Italian Civil Code (Book IV - Title I, Chapter V, Articles 1260–1267) and Law No. 52 of February 21, 1991 and subsequent amendments, and which consists of a plurality of financial services that can be structured in various ways, mainly through the sale of trade receivables. The Bank mainly offers non-recourse factoring services with debtors belonging to the public administration, in addition to other lending products always with a focus on the public administration. From March 2021, with the integration of DEPObank, the Bank began to provide credit as an instrumental activity in addition to specific treasury activities (managed through the granting of operating limits) and securities services (mainly managed through the granting of account overdraft facilities).

At this time, non-recourse factoring represents approximately 55.7% of all the exposures to customers of the Bank excluding the securities component.

#### *Impacts of the Ukraine-Russia crisis*

In relation to the Ukraine/Russia conflict, which broke out in 2022, BFF Bank has no direct exposure to the Russian and Ukrainian markets, and there are no Russian client companies, client companies controlled by Russian companies, beneficial owners or legal representatives of Russian nationality in the client portfolio of either BFF or its foreign subsidiaries. With regard to positions held in RUB (Russian roubles) and the possible exposure to exchange rate risk following the sharp fluctuation in the exchange rate of the currency in question, the asset and liability positions denominated in that currency held by BFF are of a very limited overall amount, relating exclusively to bank account balances (balances of bank accounts with BFF of counterparties of the Transaction Services Business Line, transferred to accounts held by BFF with Bank of New York, BFF's treasurer in that currency, and Euroclear Bank, an international settlement bank, while spot transactions, maturity deposits and currency swaps in that currency have been suspended since the start of the crisis) and substantially balanced. BFF also has just one current account denominated in UAH (Ukrainian hryvnia), held with Bank of New York, which it did not use in 2023 and which has a negligible debt balance (equivalent to a few dozen euros).

Following the onset of the crisis between Russia and Ukraine, there was also an intensification of cyber warfare globally, mainly targeting infrastructure networks. In this regard, the Bank has raised the level of attention of the SOC (security operation center) and strengthened the perimeter defense rules, as well as continuing to monitor the situation through reliable sources, such as CERTFin. On the business continuity and backup front, recent updates and tests of the Disaster Recovery plan have confirmed BFF Bank's resilience. Awareness-raising campaigns on phishing and security events are provided internally. Finally, primary outsourcers and suppliers were contacted in order to ascertain whether they too had raised their level of attention on the cybersecurity front and to receive more logs from defense systems in order to carry out more extensive monitoring through SIEM (security information and event management). To date, no attacks or disruptions following the Ukraine crisis have been recorded by BFF or its outsourcers or suppliers.

## 2. Credit risk management policies

### 2.1 Organizational aspects

The assessment of a transaction, for the different products offered by the Bank, is conducted through the analysis of a number of factors, ranging from the degree of risk fragmentation to the characteristics of the commercial relationship underlying the credit quality and the customer/ debtor's ability to repay.

The guidelines and procedures to monitor and control credit risk are set forth in the current "Credit Regulation," approved by the Board of Directors on December 21, 2023, and by the "Credit Regulation" of subsidiaries. A further organizational measure tackling credit risk is provided by the internal regulation for monitoring credit quality, which describes the credit control process on the debtor and is an integral part of the aforementioned "Credit Regulation".

Credit risk is therefore monitored at various levels within the framework of the multiple operating processes.

### 2.2 Management, measurement and control systems

The management, measurement and control system relating to credit risk has been created to ensure control over the main types of risks belonging to the credit risk category.

For this purpose, it must be noted that the core business carried out by the Bank consists, as mentioned above, of the purchase of non-recourse trade receivables due from debtors belonging to public administration agencies, and that with regard to exposures related to the custodian bank operations, these are mainly towards banks.

Based on the above, in particular, credit risk is linked to the possibility that an unexpected change in the creditworthiness of a counterparty to which the Group is exposed may generate a corresponding decrease in the value of the credit position. It can be broken down as follows:

- ▶ Credit risk in the strict sense: the risk of default of counterparties to which the Bank is exposed, which is fairly limited considering the nature of the Bank's counterparties, the majority of which are not subject to bankruptcy proceedings or other procedures that could undermine their substantial solvency;
- ▶ Dilution risk: the risk that the amounts owed by the assigned debtor are reduced due to allowances or offsets arising from returns and/or disputes concerning the quality of the product or service or any other issue;
- ▶ Factorability risk: the risk related to the nature and characteristics of the commercial relationship subject to factoring/sale, affecting the ability of the trade receivable sold to self-liquidate (e.g., risk of direct payments from the debtor to the potentially insolvent assignor);
- ▶ Risk of late payment: the risk of a delay in the collection times of the receivables sold compared to those expected by the Bank.

In light of the risks detailed above, the Bank has internal regulations that describe the phases that industry regulations identify as components of the credit process:

- ▶ Background check;
- ▶ Decision;
- ▶ Disbursement;
- ▶ Monitoring and review;
- ▶ Dispute.

Non-recourse factoring by its very nature represents the service that is most exposed to credit risk. For this reason, the background check for the credit line application is carried out with the utmost care.

With regard to the granting of credit to counterparties using the custodian bank service, credit risk is very low, as it is mainly concentrated on bank counterparties, asset management companies and funds.

The Bank also marginally offers the following two types of services: "receivables management only" and "recourse factoring".

In the "loans and receivables management only" service, credit risk is considerably reduced because it is limited to the Bank's exposure to the customer for payment of the agreed fees and commissions, that is, the reimbursement of legal fees incurred. The granting of a credit line for "loans and receivables management only" follows the normal procedures used in the credit process, although the credit line can be approved by a single-person body.

Recourse factoring is a residual activity for BFF Bank.

With regard to the allocation of operating limits and/or "intermediation" caps, there is no specific request from customers and the assessment is initiated at the initiative of the Finance and Treasury OU or the relevant organizational units.

As part of the management of counterparties providing retail intermediation services, specific operating limits have been established, aimed at monitoring and controlling the operations of these entities. In some cases, guarantees have been requested to mitigate the risk assumed for these activities. Exposure to the customers' credit risk is constantly monitored. The credit quality of public sector entities is analyzed within the framework of the risk of delay in repaying liabilities.

The assessment of credit risk is part of an overall analysis of the adequacy of the Bank's capital in relation to the risks connected with lending.

With this in mind, the Bank uses the "standardized" approach to measure credit risk, as governed by Regulation (EU) No. 575/2013 (CRR) and adopted by the Bank of Italy Circular No. 285 "*Supervisory provisions for banks*" and Circular No. 286 "*Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries*," both dated December 17, 2013, and subsequent amendments. This approach involves the classification of exposures into different classes ("portfolios"), depending on the type of counterparty, and the application of diversified weighted ratios to each portfolio.

In particular, the Bank applies the following main weighting factors, envisaged by the CRR:

- ▶ 0% for exposures to government agencies and central banks with offices in a European Union member state and financed in the local currency, as well as for exposure to other public administration agencies in compliance with specific requirements of relevant supervisory provisions. This category also includes exposures to Spanish public sector entities and other local authorities as provided for by EBA lists "*EU regional governments and local authorities treated as exposures to central governments in accordance with Article 115(2) of Regulation (EU) 575/2013*" and "*EU public-sector entities treated in exceptional circumstances as exposures to the central government, regional government or local authority in whose jurisdiction they are established in accordance with Article 116(4) of Regulation (EU) 575/2013*";

- ▶ 20% for (i) exposures to regional government agencies and local authorities with offices in a European Union member state denominated and financed in the local currency, (ii) exposures to public sector entities of countries with Credit Quality Step 1, (iii) exposures to public sector entities and supervised intermediaries with an original duration of three months or less;
- ▶ 50% for exposures to the public administration agencies of countries with Credit Quality Step 2, which include the exposures to entities of the Polish and Slovakian public sector;
- ▶ 100% for (i) exposures to the public administration agencies of countries with Credit Quality Step 3, 4 and 5 (including Italy, Portugal and Greece)-please note that on May 3, 2019 DBRS upgraded Greece from BH to BBL, thus improving the credit quality step from 5 to 4, but leaving the capital absorption percentage unchanged at 100%) and (ii) exposures to the public administration agencies of countries where government agencies are not rated and no credit quality steps are available (including Czech Republic and Croatia);
- ▶ 50% or 100% for amounts due from supervised intermediaries, according to the credit quality step of the country in which they have their offices;
- ▶ 75% for retail exposures and exposures to SMEs;
- ▶ 100% for exposures to unrated private debtors (i.e., businesses), Funds, and asset management companies; for rated private debtors, different weights are applied on the basis of the credit ratings issued by S&P Global Ratings;
- ▶ 100% for property, equipment and investment property, equity investments, collective investment undertakings and other;
- ▶ 150% for non-performing exposures, if the specific adjustments are 20% less than the non-collateralized portion, before any adjustments;
- ▶ 100% for non-performing exposures, if the specific adjustments are 20% or more than the non-collateralized portion, before any adjustments;
- ▶ 250% to deferred tax assets not deducted from own funds.

The Bank constantly maintains, as a capital requirement for credit risk, an amount of regulatory capital equal to at least 8% of the weighted exposures for credit risk. The Risk Weighted Amount is determined by the sum of the risk weighted assets of the various classes.

Based on the method described above, the capital requirement for credit and counterparty risk at December 31, 2023 is €267.4 million for the Bank.

Furthermore, the credit risk management process abides by external regulations (CRR, Bank of Italy Circulars No. 285 "*Supervisory provisions for banks*" and No. 286 "*Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries*" and subsequent amendments) regarding risk concentration.

Specifically:

- ▶ "Large exposure" means any risk position equal to or greater than 10% of the eligible capital, as defined in CRR II (equal to Tier 1 capital);
- ▶ For banking groups, each risk position must not be greater than 25% of the eligible capital.

Considering the fact that the Bank's exposure consists almost entirely of receivables purchased on a non-recourse basis and due from individual public administration entities, portfolio risk is considered limited, since the derecognition of receivables entails the allocation of the exposure to a higher number of counterparties (i.e., the assigned debtors), which, in the case of certain exposures, receive preferential treatment in terms of weighting for large exposures.

## Credit quality assessment

The Bank performs an impairment test on the receivables portfolio, aimed at identifying any impairment of its assets, in line with the provisions of the applicable accounting standards and the prudential criteria required by supervisory regulations and the internal policies adopted by the Bank.

This assessment is based on the distinction between these two categories of exposures:

- ▶ *Exposures subject to generic adjustments ("collective impairment").*
- ▶ *Exposures subject to specific adjustments.*

Note that IFRS 9 entered into force on January 1, 2018. This standard replaces the concept of incurred losses, envisaged by IAS 39, with that of expected credit losses.

The approach adopted by the Bank is based on a prospective model that may require the recognition of expected losses over the lifetime of the receivable on the basis of supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data. In this context, an approach based on the use of credit risk parameters (Probability of Default – PD, Loss Given Default – LGD, Exposure at Default – EAD) has been adopted, redefined based on a multi-period perspective.

More specifically, in accordance with IFRS 9, impairment of exposures is recognized in three stages, each with different methods for calculating the losses to be recorded.

As for Stage 1, expected credit losses are measured over a 12-month period. As for Stage 2 (including financial assets whose credit risk increased significantly since initial recognition), expected credit losses are measured over the lifetime of the instrument (lifetime expected losses). Stage 3 includes all financial assets that show objective impairment at the reporting date (non-performing exposures).

## 2.3 Methods of measuring expected credit losses

### Exposures subject to collective impairment losses ("collective impairment")

The impairment model is characterized by:

- ▶ The allocation of the transactions in the portfolio to different buckets, based on an assessment of the increase in the level of exposure/counterparty risk;
- ▶ The use of multi-period risk parameters (e.g., lifetime PD, LGD and EAD) to quantify expected credit losses (ECL) for financial instruments subject to a significant increase in credit risk since initial recognition.

For the purposes of calculating impairment, IFRS 9 sets out general requirements for calculating ECLs and designing stage allocation criteria, without providing specific guidelines on the modeling approach. Therefore, by analyzing the data provided as input, the assessment and design of the project for the conversion to IFRS 9 allowed to develop a methodological framework to accommodate the peculiarities of the Bank's business consistently with the assets it owns as well as available information, in accordance with the guidelines in the standard.

The key concepts introduced by IFRS 9 and required for the purpose of calculating impairment compared to previous standards are as follows:

- a) A forward-looking model, allowing the immediate recognition of all expected credit losses over the life of the exposure, thus replacing the "incurred loss" criterion. According to the latter, impairment losses were recognized only when there was evidence that they existed (based on the identification of a trigger event). Under IFRS 9, losses shall be recognized based on supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data;
- b) ECL recalculated at each reporting date to reflect changes in credit risk since initial recognition of the financial instrument;
- c) Use of forward-looking information and macroeconomic factors to determine ECL;
- d) Introduction of an additional status with respect to the binary classification of performing and non-performing counterparties, to take account of the increase in credit risk.

The ECL calculation model requires a quantitative assessment of future cash flows and assumes that they can be reliably estimated. This requires the identification of certain elements, namely:

- ▶ Probability of default (PD) models and assumptions about the forward distribution of default events, for the calculation of multi-period PDs used to determine the lifetime expected credit loss;
- ▶ LGD model;
- ▶ A deterministic and stochastic EAD model allowing to define a multi-period distribution as well as a 12-month horizon.

The risk parameters that should be modeled to comply with the rationale of considering the full life-time of the financial instrument are as follows:

- ▶ Multi-period PD;
- ▶ Multi-period LGD;
- ▶ Multi-period EAD.

Furthermore, in compliance with IFRS 9, the ECL calculation shall include Point-in-Time (PIT) adjustments and Forward-Looking Information (FLI).

### **Exposures subject to individual impairment losses ("individual impairment")**

As required by IFRS 9 and in line with current supervisory provisions, the Bank carried out a review of the assets classified as impaired in order to identify any objective impairment of individual positions.

It should be noted that, with reference to past due exposures, although classified as impaired financial assets and therefore subject to specific impairment, the same assessments that apply for the performing exposures referred to in this section were carried out. This decision is supported by the fact that, in consideration of the

Bank's core business, impaired past due positions, identified according to objective criteria, do not necessarily represent actual deterioration in the credit position. However, this approach does not provide an exemption to the competent functions from performing a precise / analytical assessment ("case-by-case assessment") of positions classified as past due if the adjustment calculated is not adequate.

BFF's impaired exposures consist of NPLs, unlikely to pay and past due exposures, for a total of €301,314 thousand – net of individual impairment – and are broken down as follows:

- ▶ bad loans of €93,228 thousand (gross exposure in the separate financial statements of €95,475 thousand with an adjustment of €2,247 thousand);
- ▶ unlikely-to-pay exposures amounting to €1,567 thousand (gross exposure in the separate financial statements equal to €3,087 thousand with adjustments equal to €1,520 thousand);
- ▶ impaired past due exposures of €206,520 thousand (gross exposure in the separate financial statements of €207,293 thousand with an adjustment of €773 thousand).

### Measuring expected credit losses

In the fourth quarter of 2023, the Bank revised the methodological set-up of the staging allocation, establishing criteria more representative of the deterioration of credit risk with respect to the business and the methodology of forward-looking and point in time components relating to Probability of Default, which is more aligned with market best practices and the specific nature of the business.

The new forward-looking model, which strengthens the previous model that was mostly based on the assumptions of an external infoprovider, takes into consideration the macroeconomic scenarios published by the EBA (European Banking Authority) during the 2023 stress test and through a regression model links the default rate to the trend of macroeconomic variables over a future time horizon of three years.

In continuity with the previous scenarios provided by the other infoprovider, these scenarios are characterized by an exacerbation of financial conditions and a considerable deterioration of economic outlooks caused by the high inflation generated by the Russia/Ukraine conflict. Furthermore, these scenarios also reflect an inversion in the real estate market trend in the presence of a decrease in household debt service capacity triggered by high interest rates.

Starting in the next few quarters, the Function will monitor the evolution of the macroeconomic variables used in the forward-looking model in order to identify any significant changes compared to the values used in the model updating phase.

## 2.4 Credit risk mitigation techniques

In order to make non-recourse exposures compatible with the derecognition principle, the risk mitigation clauses that could in some way invalidate the effective transfer of risks and rewards were eliminated from the respective contracts.

With regard to exposures to counterparties to which treasury and security services are offered, risk mitigation techniques also include netting (ISDA) and collateral management (CSA) agreements consistent with EMIR regulations. For repurchase agreements for which the Bank has signed specific GMRA contracts, credit risk is transferred from the counterparty to the underlying of the repurchase agreement.



## 2. Impaired credit exposures

In compliance with Bank of Italy Circular no. 272, the Bank's net "Impaired assets" amounted to a total of €301,314 thousand. They include:

- ▶ Bad loans consisting of exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections made by the Bank.

At December 31, 2023, the overall total of non-performing loans, net of impairment, amounted to €93,228 thousand, of which €5,584 thousand purchased already impaired. Net non-performing loans relating to Italian municipalities and provincial governments in financial distress amounted to €92,644 thousand, accounting for 99.4% of the total. This case is classified as non-performing in accordance with the indications given by the Supervisory Authority, despite the fact that BFF is entitled to receive 100% of principal and late payment interest at the end of the insolvency procedure.

The portion of the allowance for late payment interest relating to non-performing exposures, recognized at the time of the change in estimate in 2014, was equal to €1 million, entirely impaired. Taking account of this amount, too, gross non-performing loans amounted to €96,478 thousand and relevant adjustments totaled €3,251 thousand.

- ▶ Unlikely-to-pay positions reflect the judgment made by the intermediary about the unlikelihood that – excluding such actions as the enforcement of guarantees – the debtor will fully meet (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or installments).

At December 31, 2023, gross exposures classified as unlikely to pay amounted to €3,087 thousand, written down by €1,520 thousand. The net exposure therefore amounts to €1,567 thousand.

- ▶ Net past due exposures totaled €206,520 thousand, of which €153,980 thousand (93.8%) attributable to public administration counterparties and public sector companies.

Please recall that impaired assets are classified in keeping with the prudential definition of default (i.e. past due, unlikely to pay and non-performing), which assumes that there is an effective state of deterioration of the credit quality of the exposure, not providing for any discretion and not ensuring that certain cases not representative of a worsening of credit risk (as for most Bank exposures) are treated differently. The actual credit risk profile assumed by the Bank is limited, as it has been assumed with respect to public bodies, and the classification described above could result in significant distortions in the representation of the Bank's accounting, prudential and capital strength information. This is also corroborated by the very limited credit losses recorded.

## Quantitative information

### A. Credit quality

#### A.1 Impaired and performing credit exposures: amounts, adjustments, trends and economic breakdown

##### A.1.1 Breakdown of financial assets by portfolio and credit quality (carrying amount)

(Values in thousand euros)

Portfolios/quality	Non-performing loans	Unlikely-to-pay exposures	Impaired past due exposures	Other impaired exposures	Performing exposures	Total
1. Financial assets measured at amortized cost	93,228	1,567	206,520	1,842,868	8,455,781	10,599,963
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
3. Financial assets designated at fair value						
4. Other financial assets subject to mandatory fair value measurement						
5. Financial assets held for sale						
<b>Total 12.31.2023</b>	<b>93,228</b>	<b>1,567</b>	<b>206,520</b>	<b>1,842,868</b>	<b>8,455,781</b>	<b>10,599,963</b>
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>80,271</b>	<b>819</b>	<b>170,890</b>	<b>1,734,997</b>	<b>9,739,554</b>	<b>11,726,530</b>

**A.1.2 Breakdown of financial assets by portfolio and credit quality (gross and net amounts)***(Values in thousand euros)*

Portfolios/quality	Impaired				Performing			Total (net exposure)
	Gross exposure	Total adjustments	Net exposure	Total partial write-offs*	Gross exposure	Total adjustments	Net exposure	
1. Financial assets measured at amortized cost	305,855	4,541	301,314		10,302,066	3,417	10,298,649	10,599,963
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income								-
3. Financial assets designated at fair value					X	X		-
4. Other financial assets subject to mandatory fair value measurement					X	X		-
5. Financial assets held for sale								-
<b>Total 12.31.2023</b>	<b>305,855</b>	<b>4,541</b>	<b>301,314</b>		<b>10,302,066</b>	<b>3,417</b>	<b>10,298,649</b>	<b>10,599,963</b>
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>255,162</b>	<b>3,182</b>	<b>251,980</b>		<b>11,475,999</b>	<b>1,448</b>	<b>11,474,550</b>	<b>11,726,530</b>

\* Value presented for informative purposes

*(Values in thousand euros)*

Portfolios/quality	Assets of evident poor credit quality		Other assets
	Cumulative capital losses	Net exposure	Net exposure
1. Financial assets held for trading			1,167
2. Hedging derivatives			
<b>Total 12.31.2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,167</b>
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>210</b>

### A.1.3 Breakdown of financial assets by category of impairment (carrying amounts)

(Values in thousand euros)

Portfolios/risk stages	Stage one			Stage two			Stage three			Purchased or originated credit impaired		
	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days
1. Financial assets measured at amortized cost	154,735	167,564	1,269,689	3,839	7,527	239,514	3,837	8,461	238,934			5,584
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income												
3. Financial assets held for sale												
<b>Total</b>												
<b>12.31.2023</b>	154,735	167,564	1,269,689	3,839	7,527	239,514	3,837	8,461	238,934	-	-	5,584
<b>Total</b>												
<b>12.31.2022</b>	294,288	154,658	440,124	484	13,060	832,384	4,895	8,711	198,448	-	-	5,672

### A.1.4 Financial assets, commitments to disburse funds and financial guarantees given: trend of the total value adjustments and total provisions

Description/risk stages	Total adjustments											
	Assets in stage one					Assets in stage two						
	Loans and receivables with banks and Central Banks on demand	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment	Loans and receivables with banks and Central Banks on demand	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment
Opening total adjustments	20	1,254				1,274	2	194				196
Increases in purchased or originated financial assets												
Derecognitions other than write-offs												
Net value adjustments/write-backs for credit risk (+/-)	1	1,991				1,992		-22				-22
Contractual modifications without derecognitions												
Changes in estimate methodology												
Write-offs not recognized directly in profit or loss												
Other changes												
<b>Total final adjustments</b>	<b>21</b>	<b>3,245</b>				<b>3,266</b>	<b>2</b>	<b>172</b>				<b>174</b>
Recoveries from receipts on written-off financial assets												
Write-offs recognized directly in profit or loss												

Total adjustments											Total provisions on commitments to disburse funds and financial guarantees given				Total
Assets in stage three					Purchased or originated credit impaired financial assets						Stage one	Stage two	Stage three	commitments to disburse funds and financial guarantees given purchased or originated impaired	
Receivables due from banks and Central Banks on demand	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment					
	3,176			3,176	-	6			6		225	-	-	4,877	
						X	X	X	X	X					
	1,164			1,164	-	195			195		155			3,485	
												173		173	
	4,339			4,339	-	201			201		380	173		8,534	
	16													-	

*A.1.5 Financial assets, commitments to disburse funds and financial guarantees given: transfers between the various credit risk stages (gross and nominal amounts)*

*(Values in thousand euros)*

Portfolios/risk stages	Gross values / nominal value					
	Transfers between stage 1 and stage 2		Transfers between stage 2 and stage 3		Transfers between stage 1 and stage 3	
	From Stage 1 to Stage 2	From Stage 2 to Stage 1	From Stage 2 to Stage 3	From Stage 3 to Stage 2	From Stage 1 to Stage 3	From Stage 3 to Stage 1
1. Financial assets measured at amortized cost	995	1,933	1,056	51	8,871	3,631
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
3. Financial assets held for sale						
4. Commitments to disburse funds and financial guarantees issued						
<b>Total 12.31.2023</b>	<b>995</b>	<b>1,933</b>	<b>1,056</b>	<b>51</b>	<b>8,871</b>	<b>3,631</b>
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>1,714</b>	<b>216</b>	<b>11</b>	<b>5,091</b>	<b>12,582</b>	<b>1,944</b>

### A.1.6 On and off-statement of financial position credit exposures to banks: gross and net values

(Values in thousand euros)

Type of exposures/ values	Gross exposure				Total impairment losses and total provisions				Net exposure	Total partial write-offs (*)
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
<b>A.1 On demand</b>	<b>238,949</b>	<b>234,436</b>	<b>4,512</b>		<b>23</b>	<b>21</b>	<b>2</b>		<b>238,926</b>	
a) Impaired		X				X				
b) Performing	238,949	234,436	4,512	X	23	21	2	X	238,926	
<b>A.2 Others</b>	<b>593,576</b>	<b>593,576</b>			<b>15</b>	<b>15</b>			<b>593,563</b>	
a) Non-performing loans		X				X				
- of which: forborne exposures		X				X				
b) Unlikely-to-pay positions		X				X				
- of which: forborne exposures		X				X				
c) Impaired past due exposures		X				X				
- of which: forborne exposures		X				X				
d) Past due performing exposures				X				X		
- of which: forborne exposures				X				X		
e) Other performing exposures	593,576	593,576		X	15	15		X	593,561	
- of which: forborne exposures				X				X		
<b>TOTAL (A)</b>	<b>832,525</b>	<b>828,012</b>	<b>4,512</b>		<b>38</b>	<b>36</b>	<b>2</b>		<b>832,489</b>	
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>	<b>1,161</b>								<b>1,161</b>	
a) Impaired		X				X				
b) Performing	1,161			X				X	1,161	
<b>Total (B)</b>	<b>1,161</b>								<b>1,161</b>	
<b>Total (A+B)</b>	<b>833,685</b>	<b>828,012</b>	<b>4,512</b>		<b>38</b>	<b>36</b>	<b>2</b>		<b>833,650</b>	

(\*) Value for disclosure purposes.



### A.1.7 On- and off-statement of financial position credit exposures to customers: gross and net values

(Values in thousand euros)

Type of exposures/values	Gross exposure					Total impairment losses and total provisions					Net exposure	Total partial write-offs (*)
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired			
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>												
a) Non-performing loans	95,475	X	89,690	5,785	2,247	X		2,046	201	93,228		
- of which: forborne exposures		X				X						
b) Unlikely-to-pay positions	3,087	X	3,087		1,520	X		1,520		1,567		
- of which: forborne exposures	978	X	978		531	X		531		447		
c) Impaired past due exposures	207,293	X	207,293		773	X		773		206,520		
- of which: forborne exposures		X				X						
d) Past due performing exposures	1,843,331	1,592,280	251,051	X	463	292	172	X		1,842,868		
- of which: forborne exposures				X				X				
e) Other performing exposures	7,865,160	7,854,355	10,805	X	2,939	2,939		X		7,862,220		
- of which: forborne exposures				X				X				
<b>TOTAL (A)</b>	<b>10,014,345</b>	<b>9,446,634</b>	<b>261,856</b>	<b>300,070</b>	<b>5,785</b>	<b>7,943</b>	<b>3,230</b>	<b>172</b>	<b>4,339</b>	<b>201</b>	<b>10,006,402</b>	
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>												
a) Impaired	17,020	X	17,020			X				16,847		
b) Performing	1,120,634	1,087,324		X		380		X		1,120,254		
<b>TOTAL (B)</b>	<b>1,137,654</b>	<b>1,087,324</b>	<b>-</b>	<b>17,020</b>	<b>-</b>	<b>553</b>	<b>380</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>1,137,102</b>	
<b>TOTAL (A+B)</b>	<b>11,152,000</b>	<b>10,533,958</b>	<b>261,856</b>	<b>317,090</b>	<b>5,785</b>	<b>8,496</b>	<b>3,610</b>	<b>172</b>	<b>4,512</b>	<b>201</b>	<b>11,143,504</b>	

(\*) Value for disclosure purposes.

A.1.9 On-statement of financial position credit exposure to customers: trend of the gross impaired exposures

(Values in thousand euros)

Descriptions/Categories	Non-performing loans	Unlikely-to-pay positions	Impaired past due exposures
<b>A. Starting gross exposure</b>	82,361	1,593	171,208
- of which: assets sold but not derecognized			
<b>B. Increases</b>			
B.1 inflows from performing exposures	14,282	17	45,265
B.2 transfers from purchased or originated credit impaired financial assets			
B.3 transfers from other impaired exposures	5,789		1,801
B.4 contractual modifications without derecognitions			
B.5 other increases	5,434	2,148	64,687
<b>C. Decreases</b>			
C.1 outflows to performing exposures	534		16,621
C.2 write-offs			
C.3 collections	10,055	671	53,258
C.4 collections from disposals			
C.5 losses on disposal			
C.6 transfers to other impaired exposures	1,801		5,789
C.7 contractual modifications without derecognitions			
C.8 other decreases			
<b>D. Final gross exposure</b>	<b>95,475</b>	<b>3,087</b>	<b>207,293</b>
- of which: assets sold but not derecognized			

*A.1.9 bis On-statement of financial position exposures to customers: changes in gross forborne exposures broken down by credit quality*

(Values in thousand euros)

Descriptions/Categories	Forborne exposures: non- performing	Forborne exposures: performing
<b>A. Starting gross exposure</b>	<b>922</b>	<b>-</b>
- of which: assets sold but not derecognized		
<b>B. Increases</b>		
B.1 inflows from performing, non forborne exposures	-	
B.2 inflows from performing, forborne exposures		X
B.3 inflows from non-performing forborne exposures	X	
B.4 other increases	-	
	<b>56</b>	
<b>C. Decreases</b>		
C.1 transfers to performing exposures not subject to forbearance measures	X	
C.2 outflows towards forborne performing exposures		X
C.3 outflows towards non-performing forborne exposures	X	
C.4 write-offs		
C.5 collections		
C.6 collections from disposals		
C.7 losses on disposal		
C.8 other decreases		
<b>D. Final gross exposure</b>	<b>978</b>	<b>-</b>
- of which: assets sold but not derecognized		

A.1.11 On-statement of financial position impaired credit exposure to customers: trend of total value adjustments

(Values in thousand euros)

Descriptions/Categories	Non-performing loans		Unlikely-to-pay positions		Impaired past due exposures	
	Total	of which: forborne exposures	Total	of which: forborne exposures	Total	of which: forborne exposures
<b>A. Total opening adjustments</b>	2,090		774	531	318	
- of which: assets sold but not derecognized						
<b>B. Increases</b>						
B.1 adjustments to purchased or originated credit impaired assets		X		X		X
B.2 other adjustments						
B.3 losses on disposal						
B.4 transfers from other categories of impaired exposures	6					
B.5 contractual modifications without derecognition						
B.6 other increases	758		990		643	
<b>C. Decreases</b>						
C.1 fair value gains						
C.2 impairment gains from collection	606		243		159	
C.3 gains on disposal						
C.4 write-offs						
C.5 transfers to other categories of impaired exposures						
C.6 contractual modifications without derecognition						
C.7 other decreases					23	
<b>D. Total final adjustments</b>	2,247		1,520	531	773	
- of which: assets sold but not derecognized						

## A.2 Classification of financial assets, of commitments to disburse funds and financial guarantees given on the basis of external and internal ratings

### A.2.1 Distribution of financial assets, commitments to disburse funds and financial guarantees given: by classes of external ratings (gross values)

(Values in thousand euros)

Exposures	External rating classes						No rating	Total
	Class 1	Class 2	Class 3	Class 4	Class 5	Class 6		
<b>A. Financial assets measured at amortized cost</b>	<b>15,998</b>	<b>244,826</b>	<b>8,287,183</b>	<b>28,703</b>	<b>14,827</b>	<b>-</b>	<b>2,016,384</b>	<b>10,607,921</b>
- Stage one	15,627	207,936	7,777,465	28,703	14,827	-	1,995,652	10,040,210
- Stage two	371	23,887	235,576	-	-	-	2,023	261,856
- Stage three	-	13	268,553	-	-	-	18,514	300,070
- Purchased or originated credit impaired	-	-	5,589	-	-	-	196	5,785
<b>B. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income</b>								
- Stage one								
- Stage two								
- Stage three								
- Purchased or originated credit impaired								
<b>C. Financial assets held for sale</b>								
- Stage one								
- Stage two								
- Stage three								
- Purchased or originated credit impaired								
<b>Total (A+B+C)</b>	<b>15,998</b>	<b>244,826</b>	<b>8,287,183</b>	<b>28,703</b>	<b>14,827</b>	<b>-</b>	<b>2,016,384</b>	<b>10,607,921</b>
<b>D. Commitments to disburse funds and financial guarantees given</b>								
- Stage one							1,107	1,107
- Stage two							1,092	1,092
- Stage three							14	14
- Purchased or originated credit impaired								
<b>Total (D)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,107</b>	<b>1,107</b>
<b>Total (A+B+C+D)</b>	<b>15,998</b>	<b>244,826</b>	<b>8,287,183</b>	<b>28,703</b>	<b>14,827</b>	<b>-</b>	<b>3,123,021</b>	<b>11,714,558</b>

The ratings supplied by the rating agency DBRS (the reference ECAI) were used to assign credit quality ratings to the public debtors. A reconciliation between the risk classes and the ratings supplied by DBRS is provided below.

Credit quality class	ECAI
	<b>DBRS Ratings Limited</b>
1	from AAA to AAL
2	from AH to AL
3	from BBBH to BBBL
4	from BBH to BBL
5	from BH to BL
6	CCC

For rated private debtors, the ratings provided by S&P Global Ratings were used. A reconciliation between the risk classes and the ratings supplied by DBRS is provided below.

Credit quality class	ECAI
	<b>S&amp;P Global Ratings</b>
1	≥ AA-
2	between A+ and A-
3	between BBB+ and BBB-
4	between BB+ and BB-
5	between B+ and B-
6	≤ CCC+

### A.3 Breakdown of guaranteed credit exposures by guarantee type

#### A.3.1 Guaranteed on- and off-statement of financial position credit exposures to banks

	Gross exposure	Net exposure	Collateral (1)			
			Real estate - mortgages	Finance lease properties	Securities	Other collateral
<b>1. Secured on-statement of financial position credit exposures:</b>	<b>299,777</b>	<b>299,776</b>			<b>298,425</b>	
1.1 totally secured	299,777	299,776			298,425	
- of which impaired						
1.2 partially secured						
- of which impaired						
<b>2. Secured off-statement of financial position credit exposures:</b>						
2.1 totally secured						
- of which impaired						
2.2 partially secured						
- of which impaired						

(Values in thousand euros)

Personal guarantees (2)							Total (1)+(2)
Credit derivatives					Endorsement credits		
Credit linked notes	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities	Public administrations	Banks	
							298,425
							298,425



### A.3.2 Guaranteed on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

	Gross exposure	Net exposure	Collateral (1)			
			Real estate - mortgages	Finance lease properties	Securities	Other collateral
<b>1. Secured on-statement of financial position credit exposures:</b>	<b>68,090</b>	<b>68,004</b>	<b>98</b>		<b>66,488</b>	<b>-</b>
1.1 totally secured	68,090	68,004	98		66,488	
- of which impaired	182	98	98			
1.2 partially secured						
- of which impaired						
<b>2. Secured off-statement of financial position credit exposures:</b>	<b>1,884</b>	<b>1,884</b>			<b>1,884</b>	<b>-</b>
2.1 totally secured	1,884	1,884			1,884	
- of which impaired						
2.2 partially secured						
- of which impaired						

(Values in thousand euros)

Personal guarantees (2)							Total (1)+(2)	
Credit derivatives				Endorsement credits				
Credit linked notes	Other derivatives			Public administrations	Banks	Other financial companies	Other entities	
	Central counterparties	Banks	Other financial companies					
							9	66,594
							9	66,594
								98
								1,884
								1,884

## B. Breakdown and concentration of credit exposures

### B.1 Distribution by sector of on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

(Values in thousand euros)

Exposures/To counterparties	Public administrations		Financial companies		Financial companies (of which: insurance companies)		Non-financial companies		Households	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
A.1 Non-performing loans	92,647	461					79	1,215	502	572
- of which: forborne exposures										
A.2 Unlikely-to-pay			447	531			1,119	990		
- of which: forborne exposures			447	531						
A.3 Impaired past due exposures	193,789	249					7,527	499	5,204	25
- of which: forborne exposures										
A.4 Performing exposures	7,665,030	2,076	1,750,559	779	1		244,840	543	44,659	5
- of which: forborne exposures										
<b>Total (A)</b>	<b>7,951,466</b>	<b>2,786</b>	<b>1,751,007</b>	<b>1,310</b>	<b>1</b>		<b>253,564</b>	<b>3,246</b>	<b>50,365</b>	<b>602</b>
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>										
B.1 Impaired exposures							16,847	173		
B.2 Performing exposures			1,011,663	250			108,591	130		
<b>Total (B)</b>			<b>1,011,663</b>	<b>250</b>			<b>125,439</b>	<b>303</b>		
<b>Total (A+B) 12.31.2023</b>	<b>7,951,466</b>	<b>2,786</b>	<b>2,762,670</b>	<b>1,560</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>379,003</b>	<b>3,549</b>	<b>50,365</b>	<b>602</b>
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>	<b>9,078,677</b>	<b>1,726</b>	<b>2,918,395</b>	<b>1,055</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>189,173</b>	<b>960</b>	<b>50,957</b>	<b>1,089</b>

## B.2 Territorial distribution of on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Italy		Other European countries		The Americas		Asia		Rest of the World	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
A.1 Non-performing loans	93,228	2,247								
A.2 Unlikely to pay	1,567	1,520								
A.3 Impaired past due exposures	193,263	754	13,257	19						
A.4 Performing exposures	7,789,978	2,960	1,915,110	442						
<b>Total (A)</b>	<b>8,078,035</b>	<b>7,482</b>	<b>1,928,366</b>	<b>461</b>	-	-	-	-	-	-
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>										
B.1 Impaired exposures	16,847	173								
B.2 Performing exposures	484,180	284	636,074	96						
<b>Total (B)</b>	<b>501,027</b>	<b>457</b>	<b>636,074</b>	<b>96</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Total (A+B) 12.31.2023</b>	<b>8,579,063</b>	<b>7,939</b>	<b>2,564,441</b>	<b>557</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>	<b>9,804,454</b>	<b>4,522</b>	<b>2,432,747</b>	<b>324</b>	-	-	-	-	-	-

*(Values in thousand euros)*

Exposures/Geographic areas	Northwest Italy		Northeast Italy		Central Italy		Southern Italy and Islands	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>								
A.1 Non-performing loans	412	677	173	53	2,615	1,149	90,028	369
A.2 Unlikely to pay	484	580	696	658	345	170	42	112
A.3 Impaired past due exposures	6,412	357	2,928	2	39,317	192	144,606	204
A.4 Performing exposures	322,697	795	127,812	22	6,441,032	1,936	898,437	208
<b>Total (A)</b>	<b>330,005</b>	<b>2,408</b>	<b>131,609</b>	<b>734</b>	<b>6,483,309</b>	<b>3,447</b>	<b>1,133,112</b>	<b>893</b>
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>								
B.1 Impaired exposures			14,147	173	2,700			
B.2 Performing exposures	344,103	284	31,500		108,577	1		
<b>Total (B)</b>	<b>344,103</b>	<b>284</b>	<b>31,500</b>	<b>-</b>	<b>108,577</b>	<b>1</b>		
<b>Total (A+B) 12.31.2023</b>	<b>674,109</b>	<b>2,692</b>	<b>163,109</b>	<b>734</b>	<b>6,591,886</b>	<b>3,448</b>	<b>1,133,112</b>	<b>893</b>
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>	<b>561,342</b>	<b>1,454</b>	<b>221,655</b>	<b>60</b>	<b>7,750,101</b>	<b>2,299</b>	<b>1,271,359</b>	<b>710</b>

### B.3 Territorial distribution of on- and off-statement of financial position credit exposures to banks

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Italy		Other European countries		The Americas		Asia		Rest of the World	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
A.1 Non-performing loans										
A.2 Unlikely-to-pay										
A.3 Impaired past due exposures										
A.4 Performing exposures	746,345	18	82,998	20	2,348	-	798	-	-	-
<b>Total A</b>	<b>746,345</b>	<b>18</b>	<b>82,998</b>	<b>20</b>	<b>2,348</b>	<b>-</b>	<b>798</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>										
B.1 Impaired exposures										
B.2 Performing exposures	181	-	979	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total B</b>	<b>181</b>	<b>-</b>	<b>979</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (A+B) 12.31.2023</b>	<b>746,527</b>	<b>18</b>	<b>83,978</b>	<b>20</b>	<b>2,348</b>	<b>-</b>	<b>798</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>	<b>985,956</b>	<b>15</b>	<b>111,148</b>	<b>17</b>	<b>4,507</b>	<b>-</b>	<b>564</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

*(Values in thousand euros)*

Exposures/Geographic areas	Northwest Italy		Northeast Italy		Central Italy		Southern Italy and Islands	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>								
A.1 Non-performing loans								
A.2 Unlikely to pay								
A.3 Impaired past due exposures								
A.4 Performing exposures	53,380	8	102,608	5	578,102	4	12,255	1
<b>Total A</b>	<b>53,380</b>	<b>8</b>	<b>102,608</b>	<b>5</b>	<b>578,102</b>	<b>4</b>	<b>12,255</b>	<b>1</b>
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>								
B.1 Impaired exposures								
B.2 Performing exposures	181							
<b>Total B</b>	<b>181</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (A+B) 12.31.2023</b>	<b>53,562</b>	<b>8</b>	<b>102,608</b>	<b>5</b>	<b>578,102</b>	<b>4</b>	<b>12,255</b>	<b>1</b>
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>	<b>70,643</b>	<b>4</b>	<b>64,076</b>	<b>4</b>	<b>832,096</b>	<b>5</b>	<b>19,141</b>	<b>2</b>

#### B.4 Large exposures

At December 31, 2023 there were 16 "large exposures", i.e. exposures equal to or higher than 10% of eligible capital. The nominal (unweighted) amount of these positions was €11,669,760 thousand, while the weighted amount was €345,817 thousand.

## E. Disposal transactions

### A. Financial assets sold and partially derecognized

#### Quantitative information

#### E.1 Financial assets sold and fully recognized and associated financial liabilities: carrying amounts

(Values in thousand euros)

	Financial assets sold and fully recognized				Associated financial liabilities		
	Carrying Amount	of which: subject to securitization transactions	of which: subject to sale agreements with repurchase clause	of which impaired	Carrying Amount	of which: subject to securitization transactions	of which: subject to sale agreements with repurchase clause
<b>A. Financial assets held for trading</b>							
1. Debt securities				X			
2. Equity securities				X			
3. Loans				X			
4. Derivatives				X			
<b>B. Other financial assets subject to mandatory fair value measurement</b>							
1. Debt securities							
2. Equity securities				X			
3. Loans							
<b>C. Financial assets at fair value</b>							
1. Debt securities							
2. Loans							
<b>D. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income</b>							
1. Debt securities							
2. Equity securities				X			
3. Loans							
<b>E. Financial assets measured at amortized cost</b>							
	1,642,570		1,642,570		1,591,122		1,591,122
1. Debt securities	1,642,570		1,642,570		1,591,122		1,591,122
2. Loans							
<b>Total 12.31.2023</b>	<b>1,642,570</b>		<b>1,642,570</b>		<b>1,591,122</b>		<b>1,591,122</b>
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>4,382,848</b>		<b>4,382,848</b>		<b>4,221,778</b>		<b>4,221,778</b>



## Section 2 - Market Risks

### 2.1 Interest rate risk and price risk - regulatory trading portfolio

#### *Qualitative information*

#### A. General aspects

#### *Quantitative information*

### 1. Regulatory trading portfolio: distribution by maturity (repricing date) of on-statement of financial position financial assets and liabilities and financial derivatives

(Values in thousand euros)

Type/Unexpired term	on demand	up to 3 months	more than 3 months to 6 months	more than 6 months to 1 year	more than 1 year to 5 years	more than 5 years to 10 years	10 years or more	indefinite duration
<b>1. On-statement of financial position assets</b>								
1.1 Debt securities								
- with option of advance repayment								
- others					4	1		
1.2 Other assets								
<b>2. On-statement of financial position liabilities</b>								
2.1 Repurchase agreements - payable								
2.2 Other liabilities								
<b>3. Financial derivatives</b>		20,458						
3.1 With underlying security		20,458						
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives		20,458						
+ long positions		11,220						
+ short positions		9,239						
3.2 Without underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								

## 2. Regulatory trading portfolio: distribution of exposures to equity securities and stock indices by the main listing market countries

(Values in thousand euros)

Transaction type/Listing index	Listed		Unlisted
	Italy	Others	
<b>A. Equity securities</b>	<b>1</b>		
- long positions	1		
- short positions			
<b>B. Sales not yet settled on equity securities</b>			
- long positions			
- short positions			
<b>C. Other derivatives on equity securities</b>			
- long positions			
- short positions			
<b>D. Derivatives on stock indices</b>			
- long positions			
- short positions			

### 2.2 Interest rate risk and price risk - banking book

#### Qualitative information

#### A. General aspects, management processes and measurement methods for interest rate risk and price risk

Banking portfolio interest rate risk is the risk of a decrease in the value of the portfolio due to potential changes in interest rates. The main source of this type of interest rate risk is repricing risk, i.e. the risk deriving from time mismatches between the maturity and repricing of assets and liabilities, the main aspects of which are:

- ▶ yield curve risk, the risk deriving from the exposure of the Bank's positions to changes in the slopes and shape of the yield curve;
- ▶ basis risk, risk related to imperfect correlation in the adjustment of lending and borrowing rates on different instruments but with similar repricing characteristics. As interest rates change, these differences can lead to unexpected changes in cash flows and yield differentials between assets and liabilities with similar maturities or rate revision frequencies.

Exposure to interest rate risk is expressed from two different perspectives: volatility of economic value and volatility of profits (and, in particular, net interest income).

Specifically:

- ▶ measurement in terms of economic value makes it possible to quantify the long-term effects of changes in interest rates. Indeed, this measurement fully expresses the effects of the above-mentioned change on items sensitive to shifts in interest rates and, therefore, provides indications functional to the strategic decisions and levels of capitalization deemed adequate over a long-term time horizon;

- ▶ measurement in terms of economic performance makes it possible to quantify the short-term effects on the Bank's interest margin deriving from changes in interest rates and, as a result, on capital adequacy.

The measurement of interest rate risk in terms of economic value is based on the use of "static" type models, which, borrowing the simplified approaches of regulatory origin in their measurement methods, do not take into account assumptions regarding the projection of cash flows. In compliance with the "ongoing balance" principle, to measure the change in net interest income, maturing items are instead replaced with the same amounts without therefore envisaging any increase or decrease in volumes.

The Bank therefore performs the following measurements:

- ▶ shift sensitivity by classifying items sensitive to the changes in interest rates in time bands, on the basis of repricing dates for items at an index-linked rate and the maturity date for fixed-rate items. In order to quantify the exposure to interest rate risk, assets and liabilities are multiplied by weighting factors, obtained as the product of a hypothetical variation in rates and an approximation of the modified duration for each single period. This measurement is performed at least quarterly. Through shift sensitivity, an estimate is determined of the change in the present value of capital in simplified form, by adopting the methodology established by the supervisory regulations. In this regard, it is specified that this measurement is referred to for the monitoring of internal capital to be held to cover interest rate risk;
- ▶ The change in the interest rate over a time span equal to the subsequent 12 months and 3 years, respectively, following an assumed change in the interest rate curve (the shocks applied are the same as those used for the change in economic value). This measurement is performed at least quarterly, adopting the simplified methodology established by the provisions, with the exception of the treatment of on demand items, which are measured with a more complex methodology that takes into account the actual repricing of the individual items.

Note that the exposure to interest rate risk expressed in terms of economic value sensitivity is measured with respect to the banking portfolio assets and liabilities (this therefore excludes positions in the trading portfolio - Other).

This method is applied based on the annual changes in interest rates on a daily basis, recorded during an observation period of six years, considering alternatively the 1st percentile (decrease) or the 99th percentile (increase), as laid out in Bank of Italy Circular 285/2013 as updated. Internal capital is determined by the worst-case result obtained between the two 1st/99th percentile scenarios.

The Bank also measures the exposure to interest rate risk using additional interest rate shock scenarios. Specifically:

- ▶ the parallel  $\pm 200$  bps scenarios, for the determination of the risk index, given by the "interest rate risk exposure/own funds" ratio;
- ▶ the six interest rate shock scenarios required by the EBA Guidelines, used to calculate internal capital under stress and to determine the operating limit defined by the "interest rate risk exposure/Tier 1" ratio.

To respect the limit, the scenario with the worst result is considered.

The Bank relies on the option provided by the regulatory updates of Circular 285/2013 with respect to the refinement of the simplified methodologies as regards payable on demand items resulting from Transaction Services activities, while for receivable on demand items, what is set forth in regulations is applied (therefore, they are all classified in the "on demand" segment). The behavioral models used take into account the identification of the core share of funding, or the amount that could represent a stable source of funding despite the short contractual duration, even in the presence of significant changes in the interest rate context. As regards factoring loans, on the other hand, a forecast collection curve is applied.

Furthermore, following the publication of the new EBA guidelines (EBA GL 2022 14), the Bank performed an initial analysis to evaluate and monitor the Credit Spread Risk in the Banking Book (CSRBB), or the risk linked to changes in the credit spreads on financial instruments held in the portfolio, not identified by another existing prudential framework like the IRRBB or expected credit risk/risk of default, which influences both the economic value of equity and net interest income.

The CSRBB considers the combination of two elements:

- ▶ changes in the "market credit spread" or "market price of credit risk" (separate from the idiosyncratic credit spread), representing the credit risk premium requested by market operators for a specific credit quality;
- ▶ Changes in the "market liquidity spread", which represents the liquidity premium that stimulates the market propensity to invest and the presence of willing buyers and sellers.

## Quantitative information

### 1. Banking book: distribution by maturity (repricing date) of on-statement of financial position financial assets and liabilities and financial derivatives

Currency of denomination: EUROS

(Values in thousand euros)

Type/Unexpired term	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	Between 5 and 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
<b>1. On-statement of financial position assets</b>	<b>3,380,272</b>	<b>1,488,985</b>	<b>3,911,843</b>	<b>21,843</b>	<b>1,171,388</b>	<b>113,298</b>		
1.1 Debt securities	-	137,414	3,845,472	14,190	952,966	7,140		
- with option of advance repayment	-	-	-	-	-	-		-
- others	-	137,414	3,845,472	14,190	952,966	7,140		-
1.2 Loans and receivables with banks	224,353	553,466	-	-	-	-		-
1.3 Loans and receivables with customers	3,263,377	585,096	63,049	7,487	215,271	93,228		-
- current account	284,335	-	-	-	-	-		-
- other loans	2,979,042	585,096	63,049	7,487	215,271	93,228		-
- with option of advance repayment	-	13	11	19	18	-		-
- others	2,979,042	585,082	63,038	7,467	215,253	93,228		-
<b>2. On-statement of financial position liabilities</b>	<b>5,156,629</b>	<b>2,594,844</b>	<b>876,318</b>	<b>427,275</b>	<b>156,507</b>	<b>1,995</b>		-
2.1 Amounts due to customers	4,162,637	1,359,246	876,318	427,275	156,507	1,995		-
- current account	3,881,062	790,037	875,805	426,327	150,091	-		-
- other payables	281,575	569,209	513	948	6,416	1,995		-
- with option of advance repayment	-	-	-	-	-	-		-
- others	281,575	569,209	513	948	6,416	1,995		-
2.2 Amounts due to banks	912,019	1,235,597	-	-	-	-		-
- current account	821,213	-	-	-	-	-		-
- other payables	90,806	1,235,597	-	-	-	-		-
2.3 Debt securities								-
- with option of advance repayment								-
- others								-
2.4 Other liabilities								-
- with option of advance repayment								-
- others								-
<b>3. Financial derivatives</b>		<b>696,735</b>						-
3.1 With underlying security								-
- Options								-
+ long positions								-
+ short positions								-
- Other derivatives								-
+ long positions								-
+ short positions								-
3.2 Without underlying security		696,735						-
- Options		-						-
+ long positions								-
+ short positions								-
- Other derivatives		696,735						-
+ long positions		327,499						-
+ short positions		369,236						-
<b>4. Other off-statement of financial position transactions</b>	<b>2,470,799</b>	<b>2,470,799</b>						-
+ long positions	2,470,799							-
+ short positions		2,470,799						-

Currency of denomination: OTHERS

(Values in thousand euros)

Type/Unexpired term	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	Between 5 and 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
<b>1. On-statement of financial position assets</b>	<b>514,124</b>	<b>362,256</b>						
1.1 Debt securities								
- with option of advance repayment								
- others								
1.2 Loans and receivables with banks	54,667							
1.3 Loans and receivables with customers	459,457	362,256						
- current account	1,724							
- other loans	457,733	362,256						
- with option of advance repayment								
- others	457,733	362,256						
<b>2. On-statement of financial position liabilities</b>	<b>539,826</b>	<b>276,868</b>	<b>119,287</b>	<b>63,103</b>	<b>8,555</b>			
2.1 Amounts due to customers	437,519	258,769	119,287	63,103	8,555			
- current account	437,519	258,769	119,287	63,103	8,555			
- other payables	-	-	-	-	-			
- with option of advance repayment								
- others								
2.2 Amounts due to banks	102,307	18						
- current account	102,302							
- other payables	5	18						
2.3 Debt securities								
- with option of advance repayment								
- others								
2.4 Other liabilities								
- with option of advance repayment								
- others								
<b>3. Financial derivatives</b>		<b>952,020</b>						
3.1 With underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								
3.2 Without underlying security		952,020						
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives		952,020						
+ long positions		496,935						
+ short positions		455,085						
<b>4. Other off-statement of financial position transactions</b>								
+ long positions								
+ short positions								

## 2.3 Exchange risk

### *Qualitative information*

#### **A. General aspects, management processes and measurement methods for currency risk**

Exposure to currency risk – determined on the basis of the net foreign exchange position using a method based on the supervisory regulations – is monitored in real time by the Finance and Administration Department and managed in compliance with the limits established by specific internal rules.

Positions exposed to currency risk may only be maintained within limited limits of maximum overall exposure, as well as for single currency and VaR.

#### **B. Currency risk hedging**

Currency risk is mitigated by making recourse to linear derivative instruments lacking optional components, such as currency swaps, which allow the Bank to perform optimized management of its equity investments and loans provided in currencies other than the euro in which the Bank operates, also through its subsidiaries.

### *Quantitative information*

The portfolio of the Bank's assets is expressed in currencies other than the euro; as a result a methodology for the measurement and management of this risk has been adopted. Exchange risk is monitored by the Risk Management Function, in line with the requirements of European regulations (EU Regulation No. 575/2013 - CRR).

## 1. Breakdown by currency of assets, liabilities and derivatives

(Values in thousand euros)

Items	Currencies					
	US Dollar	Pounds	Yen	Canadian Dollar	Swiss francs	Other currencies
<b>A. Financial assets</b>	<b>15,478</b>	<b>6,212</b>	<b>3,291</b>	<b>2,343</b>	<b>1,753</b>	<b>936,215</b>
A.1 Debt instruments						
A.2 Equity instruments	1,659					87,254
A.3 Loans and receivables with banks	12,277	6,212	3,291	2,343	1,744	28,801
A.4 Loans and receivables with customers	1,543				10	820,160
A.5 Other financial assets						
<b>B. Other assets</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>-</b>		<b>2</b>	<b>1</b>
<b>C. Financial liabilities</b>	<b>307,571</b>	<b>62,417</b>	<b>67,280</b>	<b>15,217</b>	<b>28,073</b>	<b>527,081</b>
C.1 Amounts due to banks	87,362	10,925	679	3,248	9,244	8,948
C.2 Amounts due to customers	220,210	51,492	66,602	11,969	18,829	518,132
C.3 Debt instruments						
C.4 Other financial liabilities						
<b>D. Other liabilities</b>		<b>1</b>				
<b>E. Financial derivatives</b>	<b>293,763</b>	<b>56,251</b>	<b>64,100</b>	<b>12,899</b>	<b>26,438</b>	<b>498,570</b>
- Options						
+ Long positions						
+ Short positions						
- Other derivatives	293,763	56,251	64,100	12,899	26,438	498,570
+ Long positions	292,741	56,240	64,049	12,899	26,384	44,623
+ Short positions	1,022	11	51	-	54	453,947
<b>Total assets</b>	<b>308,219</b>	<b>62,455</b>	<b>67,340</b>	<b>15,242</b>	<b>28,140</b>	<b>980,839</b>
<b>Total liabilities</b>	<b>308,593</b>	<b>62,429</b>	<b>67,331</b>	<b>15,217</b>	<b>28,127</b>	<b>981,028</b>
<b>Difference (+/-)</b>	<b>- 374</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>13</b>	<b>- 189</b>



## Section 3 - Derivative instruments and hedging policies

### 4.1 Trading derivatives

#### A. Financial derivatives

##### A.1 Trading financial derivatives: notional end-of-period values

Transactions carried out primarily through recourse to currency swaps are carried out by the Bank to optimize the management of liquidity deriving from funding expressed in a currency other than the euro and are functional to the activity with which the Bank manages the currency risk deriving from the investment in Polish zloty held in BFF Polska Group and the loans expressed in a currency other than the euro, and particularly those in Polish zloty and Czech koruna. Note that BFF Bank does not hold innovative or complex financial products, so the Bank makes recourse to linear instruments lacking optional components such as currency swaps.

(Values in thousand euros)

Underlying assets/ Derivative types	12.31.2023				12.31.2022			
	Over the counter			Organized markets	Over the counter			Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties			Central counterparties	Without central counterparties		
		With netting agreements	Without netting agreements			With netting agreements	Without netting agreements	
<b>1. Debt securities and interest rates</b>			20,458					
a) Options			-					
b) Swaps			-					
c) Forwards			20,458					
d) Futures			-					
e) Others			-					
<b>2. Equity securities and stock indices</b>			12			12		
a) Options			12			12		
b) Swaps			-			-		
c) Forwards			-			-		
d) Futures			-			-		
e) Others			-			-		
<b>3. Currency and gold</b>			705,911			389,958		
a) Options			-			-		
b) Swaps			-			-		
c) Forwards			705,911			389,958		
d) Futures			-			-		
e) Others			-			-		
<b>4. Commodities</b>			-			-		
<b>5. Others</b>			-			-		
<b>Total</b>			<b>726,381</b>			<b>389,958</b>		

## A.2 Trading financial derivatives: positive and negative gross fair value – breakdown by products

(Values in thousand euros)

Derivative types	Total 12.31.2023				Total 12.31.2022			
	Over the counter			Organized markets	Over the counter			Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties			Central counterparties	Without central counterparties		
		With netting agreements	Without netting agreements	With netting agreements		Without netting agreements		
<b>1. Positive fair value</b>								
a) Options								
b) Interest rate swaps								
c) Cross currency swaps								
d) Equity swaps								
e) Forwards			1,161				204	
<b>f) Futures</b>								
g) Others								
<b>Total</b>			<b>- 1,161</b>				<b>204</b>	
<b>2. Negative fair value</b>								
a) Options								
b) Interest rate swaps								
c) Cross currency swaps								
d) Equity swaps								
e) Forwards			1,215				950	
<b>f) Futures</b>								
g) Others								
<b>Total</b>			<b>1,215</b>				<b>950</b>	

### A.3 OTC trading financial derivatives - notional amounts, positive and negative gross fair value by counterparties

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
Contracts not falling under netting agreements				
<b>1) Debt securities and interest rates</b>				
- notional amounts	X	20,458		
- positive fair value	X	21		
- negative fair value	X	19		
<b>2) Equity securities and stock indices</b>				
- notional amounts	X	12		
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>3) Currency and gold</b>				
- notional value	X	705,911		
- positive fair value	X	1,161		
- negative fair value	X	1,215		
<b>4) Commodities</b>				
- notional amounts	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>5) Others</b>				
- notional amounts	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
Contracts falling under netting agreements				
<b>1) Debt securities and interest rates</b>				
- notional amounts	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>2) Equity securities and stock indices</b>				
- notional amounts	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>3) Currency and gold</b>				
- notional amounts	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>4) Commodities</b>				
- notional amounts	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>5) Others</b>				
- notional amounts	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			

#### A.4 Residual life of OTC financial derivatives: notional amounts

Values in thousand euros

Underlying asset/Residual Life	Up to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Total
A.1 Financial derivatives on debt securities and interest rates				
A.2 Financial derivatives on equity securities and stock indices	20,458	-	-	20,458
A.3 Financial derivatives on currency and gold	-	12	-	12
A.4 Financial derivatives on commodities	705,911	-	-	705,911
A.5 Other financial derivatives	-	-	-	-
<b>Total 31/12/2023</b>	<b>726,369</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>726,381</b>
<b>Total 31/12/2022</b>	<b>389,958</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>389,970</b>

#### 1.3.2 Accounting hedges

##### Qualitative information

At December 31, 2022, the Bank operated in hedging derivatives through linear instruments lacking optional components, such as currency swaps, which make it possible to guarantee optimized management of funding and loans provided in currencies other than the euro in which the Bank operated, also through its subsidiaries, financed through intra-group finance solutions in currencies such as the zloty and the Czech koruna.

## Quantitative information

### A. Financial derivatives held for hedging

#### A.1 Financial derivatives held for hedging: notional end-of-period amounts

(Values in thousand euros)

Underlying assets/ Derivative types	Total 12.31.2023			Total 12.31.2022		
	Over the counter		Organized markets	Over the counter		Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties		Central counterparties	Without central counterparties	
		With netting agreements	Without netting agreements		With netting agreements	Without netting agreements
<b>1. Debt securities and interest rates</b>						
a) Options						
b) Swaps						
c) Forwards						
d) Futures						
e) Others						
<b>2. Equity securities and stock indices</b>						
a) Options						
b) Swaps						
c) Forwards						
d) Futures						
e) Others						
<b>3. Currency and gold</b>						255,298
a) Options						
b) Swaps						
c) Forwards						255,298
d) Futures						
e) Others						
<b>4. Commodities</b>						
<b>5. Other underlying</b>						
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	255,298

## A.2 Hedging financial derivatives: positive and negative gross fair value – breakdown by products

(Values in thousand euros)

Derivative types	Total 12.31.2023				Total 12.31.2022		
	Over the counter		Organized markets	Over the counter		Organized markets	
	Central counterparties	Without central counterparties		Central counterparties	Without central counterparties		
		With netting agreements	Without netting agreements		With netting agreements	Without netting agreements	
<b>1. Positive fair value</b>							
a) Options							
b) Interest rate swaps							
c) Cross currency swaps							
d) Equity swaps							
e) Forwards							
f) Futures							
g) Others							
<b>Total</b>							
<b>1. Negative fair value</b>							
a) Options							
b) Interest rate swaps							
c) Cross currency swaps							
d) Equity swaps							
e) Forwards						14,314	
f) Futures							
g) Others							
<b>Total</b>						14,314	

**A.4 Residual life of OTC hedging financial derivatives: notional amounts***(Values in thousand euros)*

Underlying asset/Residual Life	Up to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Total
A.1 Financial derivatives on debt securities and interest rates				
A.2 Financial derivatives on equity securities and stock indices				
A.3 Financial derivatives on currency and gold				
A.4 Financial derivatives on commodities				
A.5 Other financial derivatives				
<b>Total 31/12/2023</b>		-		-
<b>Total 31/12/2022</b>	255,298			255,298

**Section 4 - Liquidity risk****Qualitative information****A. General aspects, management processes and measurement methods for liquidity risk**

Liquidity risk is defined as the risk that the Bank will be unable to meet its obligations at maturity and/or that it will have to bear non-market financing costs in relation to an unbalanced net financial position due to the inability to raise funds or due to the presence of limits on the disposal of assets, forcing the Bank to slow or halt the development of its business, or sustain excessive funding costs to meet its obligations, with significant negative impacts on the profitability of its activities.

In defining liquidity risk, a distinction is drawn between short-term ("liquidity risk") and long-term ("funding risk" or "structural liquidity risk") risks:

- ▶ "liquidity risk", the current or potential risk that the entity is incapable of effectively managing its liquidity requirements in the short term;
- ▶ "funding risk", the risk that the entity does not have stable sources of funds in the medium and long term, with the resulting current or potential risk of not being able to meet its financial obligations, without an excessive increase in funding costs.

As required by the provisions of the prudential supervision regulation issued by the Bank of Italy, the Bank adopted a Bank Risk Management Policy and a Bank Treasury and Finance Regulation, with a view to monitoring liquidity risk, and identifying the governance and control principles and the organizational units responsible for the operational and structural management of liquidity risk.

The governance policy, described in the "Bank Liquidity Risk Management Policy", which incorporates the latest regulatory updates (see Bank of Italy Circular 285/2013), is approved by the Board of Directors and defined in a manner consistent with:

- ▶ the Bank's strategic objectives;
- ▶ the risk/reward objectives defined in the Risk Appetite Framework;
- ▶ the monitoring processes and strategies to be adopted in the event of a state of tension or liquidity crisis, as defined in the "Contingency Funding Plan" document.

What is set forth in the above-mentioned "Bank Liquidity Risk Management Policy" is consistent with what is set forth in the "Bank Risk Management Policy", in which the scopes and responsibilities of the company structures are set forth in detail at global level for all risks, including liquidity risk.

As part of the Risk Appetite Framework specific liquidity metrics have been defined, both regulatory, Liquidity Coverage Ratio - LCR and Net Stable Funding Ratio - NSFR, and internal, "minimum cumulative balance on total assets", calculated as the lowest weekly value in the quarter of reference of the ratio of the minimum cumulative balance recorded in the time periods within one month to the total assets of the last available group, in order to better represent the Bank's operational reality.

To ensure the implementation of the liquidity risk management and control processes, the Bank adopted a governance model based on the following principles:

- ▶ Separation of processes for the management of liquidity and processes for the control of liquidity risk;
- ▶ Development of processes to manage and control liquidity risk, consistent with the hierarchical structure and through a process for the delegation of powers;
- ▶ Sharing of decisions and clear responsibilities among management, control and operational bodies;
- ▶ Making liquidity risk management and monitoring processes consistent with prudential supervisory requirements.

The liquidity management process (liquidity management and control of the relevant risks) of the BFF Group is centralized in the Bank. In this governance model, the Bank defines the Group strategy and the guidelines that must be applied to the subsidiaries, at the same time ensuring the management and control of the liquidity position at consolidated level. The subsidiaries participate in liquidity management and risk control with the local functions, each taking into account the specific nature of its core business, but always in compliance with the guidelines defined by the Bank. The operational and structural liquidity risk governance and management system is based on the general principles that all Group companies must pursue, aligned with the indications of the Supervisory Authority.

Liquidity risk also includes the intraday risk deriving from the temporal mismatch between outflows (settled at daily cut-offs or when orders are received from customers) and inflows (settled at different intraday cut-offs), which may render it impossible for the Bank to discharge its payment obligations when they are called in due to a temporary lack of funds. To hedge intraday liquidity risk, rules are defined for the maintenance of a minimum portfolio of eligible securities necessary to meet requirements for intraday and periodic refinancing from central banks.



Liquidity monitoring, which is carried out in accordance with the maximum risk tolerance threshold, and therefore also with the nature, objectives and operational complexity of the Bank, aims to ensure the ability to meet expected or unforeseen cash payment commitments.

The Bank also conducts liquidity risk stress tests to assess the prospective impacts of stress scenarios on the Bank's solvency conditions.

The Risk Management Function identifies the scenarios that may impact the Bank's current or forward-looking liquidity risk profile. By way of example, the following different drivers are described, which are taken into consideration in the definition of stress scenarios:

- ▶ market-driven scenarios refer to stress events exogenous to the Bank, such as situations of uncertainty in the financial and/or political markets that lead to difficulties in accessing the market;
- ▶ bank-specific scenarios, which concern stress events endogenous to the Bank typically linked to a reputational loss with possible deterioration of creditworthiness;
- ▶ combined scenarios, or the market and idiosyncratic scenarios developed in a single framework to evaluate the overall effect of stress on the Bank.

The Bank's liquidity position, which is healthy and constantly monitored, has remained solid thanks to the extensive availability of liquid reserves deriving from funding, so that short- and medium/long-term liquidity indicators – Liquidity Coverage Ratio (LCR) and Net Stable Funding Ratio (NSFR) – show values as at December 31, 2023 of 297.73% and 192.43%, respectively, well above the regulatory limits.

## Quantitative information

### 1. Time breakdown by contractual residual maturity of financial assets and liabilities

Currency of denomination: EUROS

(Values in thousand euros)

Items/Time bands	On demand	More than 1 day to 7 days	More than 7 days to 15 days	More than 15 days to 1 month	More than 1 month to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Indefinite duration
<b>A. On-statement of financial position assets</b>	<b>3,379,789</b>	<b>107,918</b>	<b>141,363</b>	<b>449,636</b>	<b>350,509</b>	<b>166,772</b>	<b>471,944</b>	<b>1,259,160</b>	<b>3,587,459</b>	<b>189,206</b>
A.1 Government Securities	44	-	350	-	89,794	102,272	463,471	1,025,001	3,470,002	-
A.2 Other debt securities	-	-	-	-	-	-	664	4,503	7,000	-
A.3 Units of UCIs	165,846	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.4 Loans	3,213,899	107,918	141,012	449,636	260,715	64,500	7,809	229,656	110,457	189,206
- banks	66,834	66,939	88,538	128,842	79,948	-	-	-	-	189,206
- customers	3,147,065	40,979	52,474	320,795	180,766	64,500	7,809	229,656	110,457	-
<b>B. On-statement of financial position liabilities</b>	<b>5,643,178</b>	<b>770,408</b>	<b>44,758</b>	<b>1,159,252</b>	<b>649,287</b>	<b>898,039</b>	<b>443,588</b>	<b>156,507</b>	<b>1,995</b>	<b>-</b>
B.1 Deposits and current accounts	4,693,816	201,699	44,750	71,464	648,806	897,521	442,619	150,091	-	-
- banks	821,288	151,402	2,500	-	9,000	-	-	-	-	-
- customers	3,872,528	50,297	42,250	71,464	639,806	897,521	442,619	150,091	-	-
B.2 Debt instruments	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.3 Other liabilities	949,363	568,710	9	1,087,788	481	518	969	6,416	1,995	-
<b>C. Off-statement of financial position transactions</b>	<b>2,470,843</b>	<b>2,760,592</b>	<b>407,120</b>	<b>19,875</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>24,985</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
C.1 Financial derivatives with exchange of capital	-	289,793	407,120	19,810	-	-	-	-	-	-
- long positions	-	88,392	249,101	-	-	-	-	-	-	-
- short positions	-	201,401	158,018	19,810	-	-	-	-	-	-
C.2 Financial derivatives without exchange of capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.3 Deposits and loans to be collected	2,470,799	2,470,799	-	-	-	-	-	-	-	-
- long positions	2,470,799	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- short positions	-	2,470,799	-	-	-	-	-	-	-	-
C.4 Commitments to disburse funds	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.5 Financial guarantees given	44	-	-	65	-	-	561	24,985	-	-
C.6 Financial guarantees received	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.7 Credit derivatives with exchange of capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.8 Credit derivatives without exchange of capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Currency of denomination: OTHER CURRENCIES

(Values in thousand euros)

Items/Time bands	On demand	More than 1 day to 7 days	More than 7 days to 15 days	More than 15 days to 1 month	More than 1 month to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Indefinite duration
<b>A. On-statement of financial position assets</b>	<b>145,358</b>	<b>23,051</b>	<b>282,875</b>	<b>420,874</b>	<b>860,782</b>	-	-	-	-	-
A.1 Government Securities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.2 Other debt securities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.3 Units of UCIs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.4 Loans	83,450	11,525	141,437	210,437	430,391	-	-	-	-	-
- Banks	54,681	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Customers	28,770	11,525	141,437	210,437	430,391	-	-	-	-	-
<b>B. On-statement of financial position liabilities</b>	<b>1,064,917</b>	<b>71,095</b>	<b>51,074</b>	<b>86,228</b>	<b>354,526</b>	<b>246,608</b>	<b>133,944</b>	<b>17,111</b>	-	-
B.1 Deposits and current accounts	532,459	35,547	25,537	43,114	177,263	123,304	66,972	8,555	-	-
- Banks	102,302	18,107	-	-	-	-	-	-	-	-
- Customers	430,157	17,440	25,537	43,114	177,263	123,304	66,972	8,555	-	-
B.2 Debt instruments	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.3 Other liabilities	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>C. Off-statement of financial position transactions</b>	<b>-</b>	<b>391,441</b>	<b>540,670</b>	<b>19,910</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
C.1 Financial derivatives with exchange of capital										
- Long positions	-	251,927	225,098	19,910	-	-	-	-	-	-
- Short positions	-	139,513	315,571	-	-	-	-	-	-	-
C.2 Financial derivatives without exchange of capital										
- Long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.3 Deposits and loans to be collected										
- Long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.4 Commitments to disburse funds										
- Long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.5 Financial guarantees given	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.6 Financial guarantees received	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.7 Credit derivatives with exchange of capital										
- Long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.8 Credit derivatives without exchange of capital										
- Long positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Short positions	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## Section 5 - Operational Risks

### *Qualitative information*

#### **A. General aspects, management processes and methods used to measure operational risk**

Operational risk is the risk of incurring a loss due to inadequacy or failures of procedures, human resources and internal systems or as a result of external events. This category includes, amongst other items, losses caused by fraud, human error, business interruption, system failure, breach of contracts and natural disasters; operational risk includes legal risk but excludes strategic and reputational risks.

In the Bank, exposure to this category of risk is generated predominantly by failure in work processes, in organization, governance - human errors, computer software malfunctions, inadequate organization and control measures - as well as by any loss of human resources in key corporate management positions. Exposure to operational risks deriving from external sources appears to be of negligible importance, partly due to the mitigation tools adopted to address such adverse events (such as, by way of example: the business continuity plan, data storage processes, back up tools, insurance policies, etc.).

The process adopted by the Bank to manage and control operational risks is founded on the principle of promoting a corporate culture for managing risk and defining the appropriate standards and incentives with the aim of fostering the adoption of professional and responsible behavior at all operational levels, as well as designing, implementing and managing an integrated system for operational risk management that is adequate in relation to the nature, activities, size and risk profile.

The operational risk assessment model adopted by the Bank consists of five stages: (i) identification, (ii) measurement, (iii) monitoring, (iv) management and (v) reporting.

The stage of identifying operational risks involves collecting operational risk information through the consistent, coordinated treatment of all relevant sources of information. The goal is to establish a complete information base. The necessary information is internal loss data accompanied by all information relevant for management purposes and subjective assessments acquired through risk self-assessment and control processes. This information is collected based on specific classification models, designed to ensure a uniform representation of the data. The Identification stage consists of the following processes:

- ▶ Identification of operational risks within company procedures (operational risk map for controls): this activity consists in identifying operational risk through an in-depth analysis of company organizational processes and the mapping of potential risks. The assessment approach is expressed by the process/activity owner – specified within the procedures – through a predominantly qualitative analysis, which allows the identification of the activities at risk, the controls, the level of risk associated with each activity at risk mapped in the operating procedures, and thus the actions to be taken in order to make the process as closely monitored as possible;
- ▶ Loss data collection (LDC): the operational risk measurement and management system defined by the Bank's Risk Management Function also allows the Bank to have a database of operational losses generated by risk events (Event Type), useful for identifying risk factors, mitigation actions and retention and transfer strategies, as well as for the possible development over time of internal operational risk measurement systems;
- ▶ Risk Self Assessment (RSA): the Bank performs an annual overall assessment of the level of exposure to Operational Risks using the RSA process. The Risk Self Assessment (RSA) is an annual self-assessment of the prospective exposure to the operational risk inherent in business processes, aimed at enhancing the perception of risk by the key figures (Business Experts) who govern the execution of these processes, taking into account the expected evolution of the business and the organizational and control measures already in place;

- ▶ Identification of operational risks related to IT risk: furthermore, on an annual basis, in order to determine the exposure to ICT risk, the Bank has defined a specific model for the evaluation of IT risk that is in accordance with national and European legislation that responds to the needs for the identification of the specific risks inherent in the ICT sphere, internal or dependent on the outsourcers, and for the better qualification of operational risks through the evaluation of the specific elements involved in the automatic processing of information;
- ▶ Identification of operational risks in connection with the introduction of relevant new products, activities, processes and systems. The Bank also assesses operational risks in connection with the introduction of relevant new products, activities, processes and systems, and mitigates the consequent operational risk that may arise through the preventive involvement of the corporate Control Functions and the definition of specific policies and regulations on various subjects and topics;
- ▶ Identification of operational risks associated with Major Transactions (MT): the risk resulting from an MT is assessed by assessing the consistency of the MT's risk profile with the risk appetite defined in the RAF.

The measurement phase consists of computing the capital requirements for operational risk using the Basic Indicator Approach (BIA), according to which capital requirements are computed by applying a regulatory coefficient to an indicator of the volume of business activity (Relevant Indicator). Moreover, for a better assessment of risk exposure, the Bank has implemented a quantitative operational risk assessment process (OpVaR) that monitors the Bank's operational risk calculated to the 99.9th percentile.

The monitoring stage consists of the adoption of an articulated control system that provides for the analysis of the causes of loss events and the monitoring of the trend of loss events, in terms of evaluating the trend of losses deriving from the LDC and RSA processes. Within the framework of the measures adopted regarding the exposure to operational risk, the following specific risks are also monitored by the Bank:

- ▶ Money laundering risk: the risk that the Bank's financial and commercial counterparties, suppliers, partners, associates and consultants may be parties to transactions that might potentially facilitate the laundering of money coming from illegal or criminal activities.
- ▶ Compliance risk, concerning the risk of legal and administrative penalties, significant financial losses or reputational damage due to failure to comply not only with laws and regulations but also with internal and conduct standards applicable to corporate activities. For this type of risk, a periodic update of the relevant assessment methodology is performed. Such methodology is developed for all activities falling within the Bank's regulatory framework, in accordance with a risk-based approach. More specifically, as for the relevant provisions that do not envisage the establishment of specialized control measures (i.e., privacy and occupational health and safety), the Compliance Function provides consulting support to the Bank's functions (ex ante) and assesses the adequacy of the organizational measures and control activities adopted (ex post). As for laws and regulations monitored by specialized functions, the Compliance Function carries out an indirect control by cooperating with the specialized functions in defining compliance risk assessment methods in addition to mapping risks and the corresponding control measures (Compliance Risk Control Matrix).

The stage of managing operational risk seeks to continually assess the risk control and reduction strategies, deciding – based on the nature and scale of the risk and in relation to the risk propensity expressed by senior managers – whether to accept it and therefore assume it, on the part of the person in charge of the process, to refuse it and therefore reduce activities, to implement mitigation policies or to transfer it to third parties by way of insurance policies. In addition, in order to control the above mentioned risks, the Bank adopts specific Organization Models for the management of the risks regarding money laundering, occupational health and safety, information security and payment services.

Finally, the reporting stage aims to ensure timely and appropriate communication in support of management decisions of corporate bodies and organizational functions.

## Part F - Information on Equity

### Section 1 - The bank's equity

#### *A. Qualitative information*

The equity of the Bank includes the aggregated share capital, share premium, reserves, interim dividends, equity instruments, treasury shares, valuation reserves and profit for the year.

For supervisory purposes, the capital base relevant for this purpose is determined in accordance with the current provisions of the Bank of Italy, and constitutes the regulator of reference for prudential supervision provisions.

## B. Quantitative information

### B.1 Equity: breakdown

(Values in thousand euros)

Items/values	Amount 12.31.2023	Amount 12.31.2022
1. Share capital	143,947	142,870
2. Share premium reserve	66,277	66,277
3. Reserves	253,424	180,628
- earnings-related	243,718	170,209
a) legal	28,586	28,539
b) statutory		
c) treasury shares		
d) others	215,132	141,670
- others	9,706	10,419
3.5 Interim dividends (-)	(54,451)	(68,550)
4. Equity instruments	150,000	150,000
5. (Treasury shares)	(4,377)	(3,884)
6. Valuation reserves:	6,469	5,421
- Equity instruments measured at fair value through other comprehensive income		
- Hedging of equity instruments measured at fair value through other comprehensive income		
- Financial assets (other than equity instruments) at fair value through other comprehensive income	2,534	1,045
- Property, equipment and investment property		
- Intangible assets		
- Hedging of foreign investments		
- Cash flow hedges	-	-
- Hedging instruments (undesignated elements)		
- Foreign exchange differences	90	3
- Non-current assets held for sale and discontinued operations		
- Financial liabilities measured at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness)		
- Actuarial gains (losses) relating to defined benefit plans	308	335
- Share of valuation reserves for equity investments measured at equity		
- Special revaluation laws	3,536	4,038
7. Profit for the year	131,360	261,438
<b>Total</b>	<b>692,649</b>	<b>734,201</b>



**B.2 Valuation reserves of the financial assets measured at fair value through profit or loss: breakdown***(Values in thousand euros)*

Assets/Values	Total 12.31.2023		Total 12.31.2022	
	Positive reserve	Negative reserve	Positive reserve	Negative reserve
1. Debt securities				-
2. Equity securities	2,534		1,045	
3. Loans				
<b>Total</b>	<b>2,534</b>	<b>-</b>	<b>1,045</b>	<b>-</b>

Financial assets measured at fair value through OCI (HTC&S) are recognized at fair value. At the end of the year, the carrying amount of securities must be compared with the previous year's fair value changes, and any difference is recognized in the valuation reserves of the statement of financial position.

This reserve refers to non-controlling interests held by the Bank and measured at fair value in certain financial and non-financial companies for a total amount recognized in the separate financial statements of roughly €12.5 million.

For more details, please refer to the specific table in part B of the Statement of Financial Position Asset Item 30 "Financial assets measured at fair value through other comprehensive income".

### B.3 Valuation reserves of the financial assets measured at fair value through other comprehensive income: annual changes

(Values in thousand euros)

	Debt securities	Equity securities	Loans
<b>1. Opening balances</b>	-	1,045	-
<b>2. Positive changes</b>			
2.1 Increases in fair value		1,488	
2.2 Adjustments for credit risk		X	
2.3 Transfer to income statement of negative reserves following disposal		X	
2.4 Transfers to other equity items (equity securities)			
2.5 Other changes			
<b>3. Negative changes</b>			
3.1 Decreases in fair value			
3.2 Adjustments for credit risk			
3.3 Reclassification through profit or loss of positive reserves:			
- on disposal		X	
3.4 Transfers to other equity items (equity securities)			
3.5 Other changes			
<b>4. Closing balances</b>	-	2,534	-

### B.4 Actuarial reserves for defined benefit plans: annual changes

IAS 19 envisages the booking of actuarial gains and losses in the statement of comprehensive income for the applicable year.

The results of the actuarial valuation reflect the impact of the provisions of Italian Law 296/2006 and the computation, for IAS 19 purposes, refers solely to accrued post-employment benefits not transferred to supplementary pension funds or to the INPS Treasury Fund.

At December 31, 2023, this actuarial reserve amounts to €308 thousand.

## Section 2 - Own funds and regulatory ratios

### Scope of application of the regulation

Own funds are computed - starting from January 1, 2014, in accordance with Bank of Italy Circular no. 285 "Supervisory provisions for banks" and Circular no. 286 "Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries", both dated December 17, 2013 - based on Regulation (EU) no. 575/2013, relating to the new harmonized regulations for banks and investment companies, included in the EU Capital Requirements Regulation (CRR) and in the EU Capital Requirements Directive (CRD IV) of June 26, 2013.

These regulations include the standards set forth by the Basel Committee on Banking Supervision (Basel 3 framework), whose implementation, pursuant to the Consolidated Law on Banking, is the responsibility of the Bank of Italy, and define the ways in which the powers attributed by EU regulations to national authorities were exercised.

## 2.1 Own funds

### A. Qualitative information

Own funds represent the first line of defense against risks associated with the complexity of financial activities and constitute the main reference parameter for the assessment of the Bank's capital adequacy.

The purpose of prudential supervision regulations is to ensure that all credit intermediaries have a minimum mandatory capitalization in relation to the risks assumed.

The Bank constantly assesses its capital structure by developing and employing techniques for monitoring and managing regulated risks, also through a Control and Risks Committee created within the Board of Directors.

Own funds are the sum of Common Equity Tier 1 (CET1), Additional Tier 1 (AT1) and Tier 2 (T2) capital, net of items to be deducted and IFRS prudential filters.

The main components of the Bank's own funds are computed in Common Equity Tier 1 (CET1), and are the following:

- ▶ Paid-in share capital;
- ▶ Reserves (legal reserve, extraordinary reserve, retained earnings, stock option reserve, and financial instruments reserve);
- ▶ Any undistributed portion of profit for the period;
- ▶ Valuation reserves (IASs/IFRS 9 transition reserve, actuarial reserve for defined benefit plans, and valuation reserve for HTC&S securities);
- ▶ Any non-controlling interests eligible for inclusion in the computation of CET1.

Intangible assets, including any goodwill, and certain categories of tax assets should be deducted from these items in accordance with the requirements of CRR II, as well as the effects of calendar provisioning.

Tier 1 (AT1) capital includes Tier 1 instruments issued.

In 2023 Own funds were influenced primarily by:

- ▶ the distribution of €51.8 million from the income-related reserves to shareholders;
- ▶ the payment of coupons relating to the AT1 issue for €8.8 million.

## B. Quantitative information

(Values in thousand euros)

ITEMS/VALUES	Total 12.31.2023	Total 12.31.2022
<b>A. Common Equity Tier 1 (CET1) pre-application of prudential filters</b>	<b>437,029</b>	<b>500,726</b>
of which CET1 instruments subject to transitional provisions		
B. Prudential CET1 filters (+/-)	(461)	(386)
C. CET1 gross of elements to be deducted and effects of transitional rules (A +/- B)	436,568	500,341
D. Elements to be deducted from CET1	(62,611)	(59,894)
E. Transitional period - Impact on CET1 (+/-), including non-controlling interests subject to transitional provisions		
<b>F. Total Common Equity Tier 1 (CET1) (C - D +/- E)</b>	<b>373,958</b>	<b>440,447</b>
G. Tier 1 (Additional Tier 1 - AT1) inclusive of elements to be deducted and effects of transitional rules	150,000	150,000
of which AT1 instruments subject to transitional provisions		
H. Elements to be deducted from AT1		
I. Transitional period - Impact on AT1 (+/-), including instruments issued by subsidiaries and included in AT1 due to transitional provisions		
L. Total Additional Tier 1 (AT1) (G - H +/- I)	150,000	150,000
M. Tier 2 (T2) inclusive of elements to be deducted and effects of transitional rules	-	
of which T2 instruments subject to transitional provisions		
N. Elements to be deducted from T2		
O. Transitional period - Impact on T2 (+/-), including instruments issued by subsidiaries and included in T2 due to transitional provisions		
P. Total Tier 2 (T2) capital (M - N +/- O)		
<b>Q. Total own funds (F + L + P)</b>	<b>523,958</b>	<b>590,447</b>

## 2.2 Capital adequacy

### A. Qualitative information

Compliance with Bank capital adequacy limits for the CET1 Capital Ratio, Tier 1 Capital Ratio, and Total Capital Ratio is constantly monitored by the relevant corporate bodies.

The CET1 Capital Ratio is the ratio of Common Equity Tier 1 capital to Risk-Weighted Assets.

The Tier 1 Capital Ratio is the ratio of Tier 1 Capital to Risk-Weighted Assets.

The Total Capital Ratio is the ratio of Total Own Funds to Risk-Weighted Assets.

In accordance with the provisions of Bank of Italy Circular No. 262 of December 22, 2005 "*Banks' financial statements: layout and preparation*", the amount of risk-weighted assets was determined as the product of the total of prudential capital requirements and 12.5 (inverse of the minimum obligatory ratio equal to 8%).

The Bank's total exposure to risks at December 31, 2023, in relation to its business, is adequate according to the level of capitalization and the risk profile identified.

With regard to the Bank, the CET1 is 9.2% and the Tier 1 Capital Ratio and Total Capital Ratio are 13.0%.

### **Pillar I – Capital adequacy to meet the typical risks associated with financial operations**

From the standpoint of operations, the absorption of risks is calculated using various methods:

- ▶ "Standardized approach" for credit risk;
- ▶ "Standardized approach" for counterparty risk;
- ▶ "Basic approach" for operational risk;
- ▶ "Standardized approach" for market risk.

#### **Credit risk**

This risk is thoroughly described in Part E of this document.

#### **Counterparty risk**

Counterparty risk represents a particular type of credit risk, characterized by the fact that the exposure, owing to the financial nature of the contract executed between the parties, is uncertain and can change over time in relation to the evolution of the underlying market factors.

For BFF, counterparty risk can be generated by repurchase agreements and derivatives. Counterparty risk is measured using the original exposure method.

### **Operational risk**

Operational risk is the risk of incurring a loss due to inadequacy or failure of procedures, human resources and internal systems or as a result of external events. This category includes, amongst other items, losses caused by fraud, human error, business interruption, system failure, breach of contracts and natural disasters; operational risk includes legal risk but excludes strategic and reputational risks.

Operational risk, therefore, refers to various types of events that would not be significant unless analyzed together and quantified for the entire risk category.

The Bank measures operational risk using the “Basic” approach: the capital requirement is determined by applying a 15% coefficient to the three-year average of the relevant indicator, calculated on the financial statements items of the last three years, in accordance with Regulation (EU) no. 575/2013.

Continuing the developmental path of the Operational Risk Management framework that was launched in recent years, in 2018 the Bank focused attention on strengthening the identification and forward-looking assessment components, along with introducing an internal statistical management model for quantifying exposure to operational risk. This was done for the purpose of verifying that the method used for regulatory purposes did value capital adequately against assumed and assumable risk. Actions carried out in regards to the scope of BFF, BFF Finance Iberia, and BFF Polska Group (and of its subsidiaries) focused on the methodological evolution of the Risk Self Assessment process, in order to use the output from this process to quantify the exposure to operational risk in economic and capital terms. The operational risk results obtained from the forward-looking assessment process have also been used for quantifying the adequacy of internal capital against operational risk for ICAAP purposes. Operating losses referring to 2023 were significantly lower than the capital requirement for operational risk and the requirement calculated at operational level in the 2022 ICAAP.

### **Market risk**

Market risk is the risk relating to positions held for trading, that is, positions intentionally held for sale in the short term, acquired in order to take advantage of purchase and sale price differences, or other changes in prices or interest rates.

The regulation identifies and regulates the treatment of the various types of market risk in reference to the regulatory trading portfolio. The Bank measures market risk using the “Standardized” approach.

### ***Pillar II – The ICAAP/ILAAP Report***

The supervisory regulations require intermediaries to adopt control strategies and processes for determining the adequacy of current and future capital. It is the Supervisory Authority’s responsibility to verify the reliability and accuracy of the results generated and, where necessary, to take appropriate corrective action.

BFF Banking Group annually submits the “ICAAP/ILAAP Report” to the Bank of Italy, thus providing an update on the internal processes for determining adequacy of capital and of liquidity risk governance and management systems of the Group. In accordance with prudential supervisory provisions, the Group has prepared the “ICAAP/ILAAP Report” approved by the BFF Board of Directors on April 27, 2023. The Report has been prepared in compliance with the requirements envisaged in Circular no. 285 of the Bank of Italy.

In relation to the "Supervisory Review and Evaluation Process" (SREP), the Group must comply with a CET 1 Ratio of 9.00%, a Tier 1 Ratio of 10.50% and a Total Capital Ratio of 12.50%.

## B. Quantitative information

(Values in thousand euros)

Categories/values	Non-weighted amounts		Weighted amounts / requirements	
	12.31.2023	12.31.2022	12.31.2023	12.31.2022
<b>A. RISK ASSETS</b>				
<b>A.1 Credit and counterparty risk</b>				
1. Standardized methodology	11,820,612	12,949,671	3,342,749	3,047,238
2. Methodology based on internal ratings				
2.1 Basic				
2.2 Advanced				
3. Securitizations				
<b>B. REGULATORY CAPITAL REQUIREMENTS</b>				
<b>B.1 Credit and counterparty risk</b>			267,420	243,779
<b>B.2 Credit valuation adjustment risk</b>			21	25
<b>B.3 Settlement risks</b>				
<b>B.4 Market risks</b>			568	
1. Standard methodology			568	
2. Internal models				
3. Concentration risk				
<b>B.5 Operational risk</b>			55,617	
1. Basic approach			55,617	56,531
2. Standardized methodology				
3. Advanced method				
<b>B.6 Other calculation factors</b>				
<b>B.7 Total prudential requirements</b>			323,626	300,336
<b>C. RISK ASSETS AND REGULATORY RATIOS</b>				
C.1 Risk-weighted assets			4,045,325	3,754,197
<b>C.2 CET 1/Risk-weighted assets (CET1 capital ratio) (%)</b>			9.24%	11.73%
<b>C.3 Tier 1 Capital/Risk-weighted assets (Tier 1 capital ratio) (%)</b>			12.95%	15.73%
<b>C.4 Total Own Funds/Risk-weighted assets (Total capital ratio) (%)</b>			12.95%	15.73%

## Part G - Business combinations of companies or business units

### Section 1 - Transactions completed during the year

As of December 31, 2023 there are no extraordinary operations of business combinations falling within the definition provided by IFRS 3 (revised).

### Section 2 - Transactions after the reporting date

After the end of 2023, there were no business combinations falling under the definition of the revised IFRS 3.



## Part H - Transactions with related parties

Related parties, as defined by IAS 24, include:

- ▶ The Bank;
- ▶ Subsidiaries;
- ▶ Directors and key management personnel and their close family.

The following table provides the income statement and statement of financial position amounts arising from related party transactions performed by the Bank at December 31, 2023, broken down by type of related party pursuant to IAS 24, and the percentage to their respective financial statements item.

(Values in thousand euros)

	Bank	Directors and Executives with key management responsibilities (1)	Other related parties	Total related parties	Financial statements item	% of financial statements item	Statement of cash flows items	% of statement of cash flows item
<b>Impact of transactions on the statement of financial position</b>								
<b>Equity investments</b>								
At December 31, 2023			8,564	8,564	154,876	5.5%	(3,000)	N/A
<b>Amounts due to customers</b>								
At December 31, 2023		(1,496)		(1,496)	(8,463,347)	0.0%	(1,201,837)	-0.1%
<b>Provision for risks and charges: a) pension and similar obligations</b>								
At December 31, 2023		(1,328)		(1,328)	(6,760)	19.6%	137,402	-1.0%
<b>Other liabilities</b>								
At December 31, 2023		(942)		(942)	(536,142)	0.2%	137,402	-0,7%
<b>Reserves</b>								
At December 31, 2023		(6,924)		(6,924)	(253,424)	2.7%	-	
<b>Impact of transactions on the income statement</b>								
<b>Interest and similar expense</b>								
2023		(20)		(20)	(341,848)	0.0%	-	
<b>Administrative expense:</b>								
<b>a) personnel expense</b>								
2023		(12,974)		(12,974)	(66,416)	19.5%	-	

Notes: (1) Including members of the Board of Directors.

As of December 31, 2023, the option rights relating to the stock option plans in place amounted to 13,221,900 options assigned and not yet exercised, of which 8,996,900 could be exercised for shares of the Bank, for which, if the price reached €15, the dilution would be 1.79%.

More specifically, the balances of the intercompany positions at December 31, 2023 are as follows:

- ▶ BFF Finance Iberia (through the Spanish branch of BFF Bank): €460.9 million;
- ▶ BFF Polska: PLN 3,133.5 million, of which PLN 1,573.5 million through the Polish branch of BFF Bank and equal to €12.3 million;
- ▶ BFF Central Europe: €222.3 million;
- ▶ BFF MedFinance: PLN 376.5 million through the Polish branch of BFF Bank.
- ▶ BFF Ceska Republika: CZK 71 million.
- ▶ BFF Immobiliare: €40.7 million.

BFF Bank has the following license agreements in place:

- ▶ With BFF Finance Iberia, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF Bank (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2023 amounted to about €1,500 thousand.
- ▶ With BFF Central Europe, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2023 amounted to about €828 thousand.
- ▶ With BFF Ceska Republika, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2023 amounted to about €5 thousand.

There is an Intragroup Service and cost sharing agreement in place which focuses on service provision and optimal cost sharing between all Group companies and the branches of the Bank, between BFF Bank and:

- ▶ its foreign branches for an amount of about €369 thousand as at December 31, 2023;
- ▶ BFF Polska S.A. for about €658 thousand as at December 31, 2023;
- ▶ BFF Finance Iberia S.A.U. for about €238 thousand as at December 31, 2023;
- ▶ BFF Medfinance S.A. for an amount of about €80 thousand as at December 31, 2023;
- ▶ Kancelaria Karnowski for an amount of about €86 thousand as at December 31, 2023;
- ▶ BFF Central Europe s.r.o. for an amount as at December 31, 2023 equal to €60 thousand;
- ▶ BFF Ceska Republika s.r.o. for an amount as at December 31, 2023 equal to €11 thousand.

During 2016, BFF Finance Iberia purchased Italian healthcare exposures from the Bank for about €82 million. At the end of the reporting period, these exposures were already collected for about €80.9 million with an outstanding balance of about €0.9 million.

It should be noted that BFF Bank provides the following:

- ▶ Risk management activities for the subsidiary BFF Finance Iberia, for €12,000 per year;
- ▶ Internal audit activities for the subsidiary BFF Finance Iberia, for €6,400 per year;
- ▶ Administrative support services for Fast Forward Foundation (formerly Fondazione Farmafactoring), for consideration of €15 thousand per year;
- ▶ Administration, internal audit, compliance, risk management, corporate affairs secretariat and IT services for the subsidiary BFF Immobiliare S.r.l., amounting to €44 thousand per year;

- ▶ Administration, internal audit, compliance, risk management, corporate affairs secretariat and IT services for the subsidiary BFF Techlab S.r.l., amounting to €33 thousand per year.

The Bank has also entered into agreements with its shareholders in relation to factoring services and the management and collection of exposures at arm's length.

Lastly, it should be noted that the conditions of deposit accounts relating to Bank directors and other related parties correspond to those recorded in the relevant prospectus at the time the deposit accounts were opened.

## Part I - Share-Based Payments

### A. Qualitative information

#### 2016 Stock Option Plan

On December 5, 2016, the Bank's Ordinary Shareholders' Meeting approved the adoption of a stock option plan for employees and members of the corporate boards. The plan has the following features:

- ▶ *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe newly issued ordinary shares of the Bank or shares that have already been issued and are included in the Bank's portfolio when the option is exercised;
- ▶ *Beneficiaries*: the identification of beneficiaries and the granting of options are decided by:
  - a) The Board of Directors, after consulting with the Remuneration Committee, with reference to directors, senior executives and executives directly reporting to the Chief Executive Officer;
  - b) The Chief Executive Officer, within the limits of his/her powers, with reference to other beneficiaries whose remuneration falls within his/her duties;
- ▶ *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise. On March 28, 2019 the Ordinary Shareholders' Meeting approved the introduction of an alternative method for exercising options under the plan, in addition to the ordinary option (so-called cashless). According to the new exercise option, authorized beneficiaries who requested it can be allocated a number of shares determined based on the market value of the shares at the exercise date, with no obligation for them to pay the exercise price.

In line with current regulations, the options granted under the 2016 Plan contribute to the determination of the variable remuneration paid through the use of financial instruments; therefore, the plan is subject to all the restrictions established under the remuneration and incentive policy for members of the strategic supervision, management and control bodies, and personnel of the Bank, and in accordance with the law.

The vesting conditions of the options included in the plan are as follows:

- ▶ The options awarded in each tranche will vest starting from the twelfth month following the award, which is subject to a series of conditions detailed in the plan, and assuming:
  - a) Continuation of employment relationship with the Bank and/or of the office held in the Board of Directors; and
  - b) Levels of capital and liquidity resources suitable to cover the activities undertaken and compliance with other parameters, also of a regulatory nature.

Note that the plan is subject to malus and clawback conditions: options are subject to ex post correction mechanisms (malus and/or clawback) which, when the pre-set circumstances arise, result in the loss and/ or the restitution of the rights attributed by the plan.

With regard to the options granted under the 2016 Stock Option Plan, as of December 31, 2023 96,000 were assigned, not exercised, have vested and may still be exercised. There were no other options existing at that date. The number of options outstanding and not yet exercised as at December 31, 2022 was 1,086,788.

## 2020 Stock Option Plan

On April 2, 2020, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new Stock Option Plan ("2020 Plan") for employees and directors holding executive positions in the Bank and/or its subsidiaries, having the following characteristics:

- ▶ *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe for newly issued ordinary shares of the Bank or shares that have already been issued and are included in the Bank's portfolio when the option is exercised;
- ▶ *Recipients*: the beneficiaries are identified by the Board of Directors and/or the CEO at their sole discretion – within the limits envisaged by the applicable legislation and the plan – among the employees and/or Directors with executive positions in the Bank and/or its subsidiaries;
- ▶ *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise.

The options assigned within each tranche accrue upon completion of the vesting period, i.e. after 3 years from the relative assignment date. Vesting is subject to the following conditions being met: (i) The continuation of the employment relationship with the Bank and/or of the office held in the Board of Directors and absence of notice due to resignation or dismissal; and (ii) Levels of capital and liquidity resources necessary to cover the activities undertaken and compliance with other parameters, also of a regulatory nature.

With regard to the 2020 Stock Option Plan, as of December 31, 2023, the number of stock options granted and not exercised is 5,461,400, of which 2,227,700 have vested and are exercisable. There were no other options existing at that date. The number of options outstanding as at December 31, 2022 but not yet exercisable was 8,384,500.

## BFF Bank 2022 Long-Term Incentive Plan

On March 31, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new "2022 Long-Term Incentive Plan" for employees and directors holding executive positions in the Bank and/or its subsidiaries, having the following characteristics.

- ▶ *Subject*: the plan provides for the allocation of a maximum of 9,700,000 options divided into three tranches. The options can be of two types: (i) Class A options, which grant the right to receive newly issued ordinary shares of the Company, "equity settled", and (ii) Class B options, which grant the right to receive phantom shares, to be converted into cash in accordance with the provisions of the plan, "cash settled";
- ▶ *Vesting conditions (exercise)*: options granted under each tranche vest upon completion of the three-year period from the relevant grant date. Vesting is also subject to the fulfillment of the following conditions: (i) continuation of employment with the Bank and/or office in the Board of Directors and absence of notice of resignation or dismissal; and (ii) achievement of KPIs (i.e. company performance indicators), without prejudice to the deferral and lock-up provisions applicable to the most significant personnel (i.e. Risk Takers) of the Bank and the other detailed forecasts of the plan, already disclosed to the market in accordance with applicable regulations.

With regard to the 2022 Stock Option Plan, as of December 31, 2023, 7,664,500 options have been granted, of which 3,439,500 are equity settled (A Options) and 4,225,000 are cash settled (phantom shares), not yet exercisable. As of December 31, 2022, 5,593,000 options have been granted, of which 2,500,500 equity settled and cash-less and 3,092,500 cash settled (phantom shares), none of which yet exercisable.

## Part M - Lease reporting

On January 1, 2019, the new standard IFRS 16 with the new definition and accounting model for “leases” came into effect. This standard is based on conveying the right to use for a leased asset, and applies to all leases with the exception of leases with a lease term of 12 months or less or those for which the underlying asset has a contractual value below €5,000.

Based on this accounting model, the “right of use” is recognized in the statement of financial position as an asset, and future payments relating to the same leased asset shall be entered as a liability. Any depreciation relating to the right-of-use asset, and any relevant interest expense, is recognized in the income statement.

The application of IFRS 16 changed the accounting substantially for lessees, as it eliminates a lessee’s classification of leases as either operating leases or finance leases.

In particular, lessees are required to comply with the following main provisions:

- ▶ The identified asset is classified as a right-of-use asset and presented in the statement of financial position as if it was owned. The relevant financial liability shall also be recognized;
- ▶ At the commencement date, a lessee shall measure the financial liability at the present value of the lease payments agreed by the parties to use the asset over the term of the contract that is reasonably certain. The initial measurement of the right-of-use asset shall be equal to the value of the financial liability, less some specific items, e.g. those relating to the direct costs incurred in obtaining the lease;
- ▶ For subsequent measurement of the asset and over the lease term, the asset is depreciated on a systematic basis, while the financial liability includes any interest expense, calculated based on the interest rate implicit in the lease where expressly stated or on the cost of funding for the period, and any periodic lease payments.

### Section 1 - Lessee

#### *Qualitative information*

During 2018, BFF Bank launched a project aimed at understanding and defining the qualitative and quantitative impact of first-time adoption of the new IFRS 16. Following on from this project, a new accounting model has been defined for use in relation to all leases with the exception of those for which the underlying asset is of low value (less than €5,000) or that have a short lease term (12 months or less).

For the purposes of the first adoption of the standard (first-time adoption or FTA), on January 29, 2019 the Board of Directors resolved that BFF and all companies belonging to BFF Banking Group shall adopt the “Modified Retrospective Approach”. As a result, the Bank does not need to apply the standard retrospectively (therefore considering complex comparative information), and the amount relating to right-of-use assets under “Property, equipment and investment property” is equal to the financial liability amount.

### Quantitative information

Right-of-use assets accounted for as “Property, equipment and investment property” at December 31, 2023 are shown below.

(Values in thousand euros)

	Right-of-use asset 12.31.2023	Right-of-use asset 12.31.2022
BFF Bank	11,752	10,675
<b>Total</b>	<b>11,752</b>	<b>10,675</b>

For more details on the accounting impacts related to Property, equipment and investment property and Financial liabilities measured at amortized cost, please refer to the specific section of Part B of the Notes to the separate financial statements.

## Other information

### Audit fees to the independent auditors and other companies in their network.

The following table, prepared in accordance with Article 149-*duodecies* of the CONSOB Issuers' Regulation (resolution no. 11971 of May 14, 1999, as subsequently amended and supplemented), shows the fees pertaining to the year 2023 for audit and non-audit services provided by the audit firm and other companies in its network. Such fees represent the costs incurred and recorded in the consolidated financial statements, net of the reimbursement of expense and non-deductible VAT and the CONSOB contribution:

(Values in thousand euros)

Type of services	BFF Bank S.p.A.			
	KPMG S.p.A.		KPMG S.p.A. Network	
	Italy	Outside Italy	Italy	Outside Italy
Statutory audit	186	92		64
Certification services (*)	122			17
Tax consultancy services				
Other services (**)	286		60	26
	<b>594</b>	<b>92</b>	<b>60</b>	<b>107</b>

(\*) The amounts refer to the attestations regarding the Non-Financial Disclosure and the EMTN program.

(\*\*) Amounts refer to agreed-upon audit procedures, due diligence and methodological support activities.







# 03

Certification by the  
Financial Reporting  
Officer

Report on Operations

Financial statements for the year  
ending December 31, 2023



Certification by the  
Financial Reporting  
Officer

Report of the Board of  
Statutory Auditors

Report of the  
Independent Auditors

## CERTIFICATION OF THE FINANCIAL STATEMENTS IN ACCORDANCE WITH ARTICLE 81-TER OF CONSOB REGULATION N. 11971 OF 14 MAY 1999 AS AMENDED AND SUPPLEMENTED

1. The undersigned

- ▶ Massimiliano Belingheri, in his capacity as Chief Executive Officer,
- ▶ Giuseppe Manno, as Financial Reporting Officer of BFF Bank S.p.A.,

hereby certify, having taken into account the provisions of art. 154-bis, paragraphs 3 and 4, of legislative decree no. 58 of 24 February 1998:

- the suitability as regards the characteristics of the Bank, and
- the effective implementation of the administrative and accounting procedures employed to draw up the 2023 financial statements.

2. The suitability and effective application of the administrative and accounting process employed to draw up the 2023 financial statements was verified based on internally defined method adopted by BFF Bank S.p.A., in accordance with the *Internal Control – Integrated Framework* model issued by *Committee of Sponsoring Organizations of Tradeway Commission (COSO)* of the reference standards for the internal audit system generally accepted on an international level.

3. Moreover, the undersigned hereby certify that:

3.1 the financial statements at 31 December 2023:

- a) were drafted in accordance with the applicable International Financial Reporting Standards endorsed by the European Community, pursuant to regulation (EC) no. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July 2002;
- b) correspond to the results of the accounting books and records;
- c) are suitable for providing a true and fair view of the financial position, financial performance and cash flows of the issuer.

3.2 the Report on Operations includes a reliable analysis of the important events and their impact on the financial statements, together with a description of the main risks and uncertainties to which they are exposed. The Report on Operations includes, moreover, a reliable analysis of the information concerning major transactions with related parties.

Milan, 7 March 2024

**Massimiliano Belingheri**  
Chief Executive Officer



**Giuseppe Manno**  
Financial Reporting Officer



# 04

Report of  
the Board  
of Statutory  
Auditors





**BFF BANK S.P.A.**

## REPORT OF THE BOARD OF STATUTORY AUDITORS

## TO THE SHAREHOLDERS' MEETING OF

BFF BANK S.P.A., PURSUANT TO ART. 153 OF ITALIAN LEGISLATIVE DECREE NO.  
58/1998

**To the Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A.**

Shareholders,

The Board of Statutory Auditors [“the **Board**”], also in its capacity as Internal Control and Audit Committee [“**ICAC**”], is called upon to report to the Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A., Parent Company of the BFF Banking Group [hereinafter also “**BFF**” or “**the Bank**” or “**the Company**”, and the “**Group**”], convened for the approval of the Financial Statements for the year ended December 31, 2023, on the supervisory activities carried out during the year and on the other activities established by law.

The supervisory activity was carried out by the Board of Statutory Auditors in accordance with the Italian Civil Code, the rules of the By-laws, Italian Legislative Decree No. 58 of February 24, 1998 [“**Consolidated Law on Finance**”], Italian Legislative Decree No. 385 of September 1, 1993 [“**Consolidated Law on Banking**”] and special laws on the matter, as well as pursuant to Arts. 17 and 19 of Italian Legislative Decree No. 39/2010, and took into account the regulations imposed by the Authorities that exercise supervisory and control activities for banks and listed companies, in accordance with the Rules of Conduct of the Board of Statutory Auditors of Listed Companies prepared by the Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e degli Esperti Contabili (National Council of Chartered Accountants and Accounting Experts).

Auditing is entrusted to the Independent Auditors KPMG S.p.A. [“**KPMG**”], whose external audit for the years 2021-2029 was assigned at the proposal of the Board of Statutory Auditors by the Ordinary Shareholders' Meeting of April 2, 2020.

The function of the Supervisory Body pursuant to Italian Legislative Decree 231/2001 [“**SB**”] was not transferred to the Board of Statutory Auditors, but is carried out by a separate collective body, appointed by the Board of Directors on May 10, 2021.



In this Report we provide an account of what we have done to fulfill our duties in accordance with the law.

a) Appointment and self-assessment, activities of the Board of Statutory Auditors

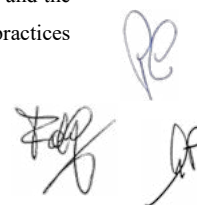
The term of office of the Board of Statutory Auditors in office at the date of this Report expires with the Shareholders' Meeting convened to approve the financial statements at December 31, 2023.

In order to govern the composition, operating methods and responsibilities of the control body, in accordance with the principles set forth by the applicable laws and regulations, as well as by the Corporate Governance Code which the Company follows, the Board of Statutory Auditors adopted its "Regulations of the Board of Statutory Auditors", updated most recently on February 26, 2024.

For the 2023 financial year, the Board of Statutory Auditors assessed, any time the need arose, the suitability of its members and the adequate composition of the body – with reference to the requirements of professionalism, competence, integrity, fairness and independence and the non-existence of causes of incompatibility established by law –, as well as the availability of adequate time and resources for the complexity of the office and its proper functioning, taking into account the size, intricacy and nature of the activities carried out by the intermediary. The members of the Board of Statutory Auditors have observed the maximum number of offices that can be held pursuant to Art. 144-terdecies of the Italian Issuers' Regulation and Italian Ministerial Decree No. 169/2020.

The self-assessment of the Board of Statutory Auditors for 2023 performed pursuant to and for the purposes of Art. 26, paragraph 5 of the Consolidated Law on Banking and Section VI of the Provisions on Corporate Governance contained in Circular 285 of 2013 as updated, which – recalling the purposes of the self-assessment process established for the strategic supervisory body – provides that *"the body with a control function also carries out a self-assessment of its composition and functioning, inspired by the purposes listed above and on the basis of criteria and methods consistent with its characteristics"*, was completed on October 3, 2023.

The self-assessment also took into account what is set forth in the By-laws and the "Regulations of the Board of Statutory Auditors", as well as best practices





disseminated over time, including the Corporate Governance Code of 2020, and was conducted with the support of an independent advisor, resulting in an overall positive evaluation and identifying points for attention and improvement deemed suitable to strengthen the Body's effective functioning.

Moreover, the Board of Statutory Auditors formulated its guidelines for the shareholders to present the list of candidates for the position of statutory auditor for the next three-year term and propose their compensation at the next shareholders' meeting.

The Board of Statutory Auditors took part in training sessions organized by the Bank, the trade associations and/or the reference professional associations, concerning issues relating to the role and responsibilities of the Board of Statutory Auditors, corporate governance, internal control and risk management systems, AIRB models, ESG, the 40th update of Circular no. 285/2013 of the Bank of Italy and the Dora Regulation, anti-money laundering, the bank's financial statements, and the regulation of the banking and financial sector.

The Board of Statutory Auditors confirms that although the emergency caused by the COVID-19 pandemic has ended, the Bank has continued to make use of both "remote" and in-person meeting arrangements, resulting in increased efficiency and participation.

The activities of the Board of Statutory Auditors were performed in manners, including with the acquisition of data and information in electronic format and by holding meetings also by video or audio conference, which did not decrease or jeopardies the degree of reliability of the information received and the effectiveness of its activities.

During the year under review, the Board of Statutory Auditors carried out the activities within its remit, holding 50 meetings, on the basis of an annual Audit Plan shared with the second and third level Control Functions, and additional meetings on extraordinary matters.

With justified absences of some of its members, the Board of Statutory Auditors participated in all of the 19 meetings of the Board of Directors and all of the 15 meetings of the Control and Risk Committee, as well as in the Shareholders' Meetings held on April 13, 2023 and September 7, 2023.

As represented by at least one of its members, it also attended all 10 meetings of the

Related Party Transactions Committee, 18 meetings of the Remuneration Committee and 10 meetings of the Appointments Committee.

For the aspects within its remit, the Board of Statutory Auditors also supervised:

- observance of the law and the By-laws,
- respect for the principles of proper administration,
- the adequacy of the organizational structure, the internal control system, the administrative-accounting system and the reliability of the latter to provide a correct representation of the Company's operations,
- the methods for concretely implementing the corporate governance rules set forth in the codes of conduct which the Company has stated that it follows, also providing disclosure to the public,
- the adequacy of the instructions given to the Subsidiaries pursuant to Art. 114, paragraph 2 of the Consolidated Law on Finance.

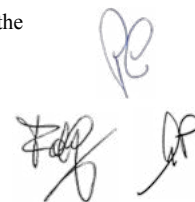
During the year under review, the Board of Statutory Auditors – which is also the Internal Control and Audit Committee provided for under Italian Legislative Decree No. 39 of January 27, 2010 – carried out the verifications entrusted to it pursuant to Art. 19 of the aforementioned Decree and Regulation (EU) No. 537/2014.

*b) Observance of the law and the By-laws*

In carrying out its supervisory and control activities, the Board held meetings with the Top Management, the internal control functions (Internal Audit, Compliance and Anti Money Laundering and Risk Management), the Financial Reporting Officer and the Managers of various Divisions and Organizational Units of the Bank, and exchanged information with the Independent Auditors and the SB.

Participation in meetings of the Board of Directors and the examination of information flows prepared by individual operating functions allowed the Board to gain necessary, useful information in various sectors regarding the general operating performance and its foreseeable developments, the organization, the internal control and risk management system, as well as the administrative and accounting system, in order to evaluate its suitability with respect to the Company's needs and its operational reliability, and the most significant transactions from the economic, capital and financial perspective.

Attendance at the meetings of the Board of Directors and the board committees, the



acquisition of information flows directed to the corporate bodies, and the information that the Board of Statutory Auditors became aware of, did not reveal any elements in conflict with the provisions of the law and the By-laws.

*c) Significant operations and events during the financial year*

The draft Financial Statements of BFF Bank S.p.A. submitted for your approval are accompanied by the Report on Operations and, for the year ended December 31, 2023, show a profit of €131,360,488 compared to €261,438,216 in the previous year, an exhaustive breakdown of which is given in the Directors' Report on Operations and in the Notes to the financial statements, which should be referred to for the details.

In referring to the description of the most significant transactions contained in the Report on Operations and in this report, the Board of Statutory Auditors highlights some significant events during the year below:

- i) on January 4, 2023 the bank lost its status as Small Medium Enterprise (SME) under Article 2-ter of CONSOB Regulation no. 11971 of May 14, 1999;
- ii) in June 2023, the first stone of the "Casa BFF" construction project was laid, the building that will be the Bank's new headquarters located in the Fiera di Milano area, bringing together the over 500 employees operating today across three different locations;
- iii) on June 27, 2023 the Board of Directors approved the group's five-year strategic plan for 2024-2028 and the financial targets up to 2026;
- iv) as you are aware, once again in 2023 an interim dividend was distributed in compliance with the Dividend Policy last approved on June 27, 2023;
- v) on September 29, 2023 BFF published the Social Bond Framework that defines the Bank's commitment to sustainable finance;
- vi) on October 3, 2023, BFF announced the update of its EMTN medium-term bond program and simultaneous increase of the ceiling to €2.5 billion, pursuing the goal of diversification of funding sources and broadening the investor base;
- vii) on October 4, 2023, BFF announced that it held a stake of 7.7% in Generalfinance S.p.A., active in offering factoring services to businesses in difficulty and under financial stress;

- viii) the Board of Directors expiring at the next meeting availed itself of the option to submit its own list of candidates;
- ix) having completed three three-year terms of office, on October 26, 2023 the Chair announced a willingness not to run again.

The Board of Statutory Auditors also notes that the Bank continued in 2023 to contribute to the Deposit Guarantee Fund (Interbank Deposit Protection Fund, introduced by Directive 2014/49/EU - Deposit Guarantee Schemes - DGS) in the amount of €4,401 thousand on a mandatory basis, as well as to the Single Resolution Fund established by European Regulation No. 806/2014 – in force since January 1, 2016 – in the amount of €6,368 thousand.

In a notice dated September 6, 2023, the Bank of Italy ordered the BFF Group to undergo assessments under Articles 54 and 68 of Italian Legislative Decree No. 385 of September 1, 1993, as a *"follow-up for the purpose of verifying the resolution of critical issues found in the previous assessment."* The inspection started on September 11, 2023, ended on January 12, 2024, and the Bank is currently awaiting the inspection report.

On September 18, 2023, the Bank of Italy, as the Resolution Authority, sent a notice of Adoption of the 2022 Resolution Plan for BFF Banking Group and the Provision for Determining the Minimum Requirement for Own Funds and Eligible Liabilities (MREL).

On September 29, 2023 the Bank of Italy sent a notice with the subject Situation of less-significant institutions (LSIs), in which it expressed its expectation that LSIs *"adopt prudent credit assessment criteria and financial investment policies, be proactive and timely in the execution of funding plans, and strengthen organizational and control safeguards."*

These measures of the Authority have highlighted the gap between the application of the stringent interpretative lines of the "Definition of Default" ["DoD"] under Regulation EU No. 575/2013 and subsequent updates, and the Bank's actual credit risk. The practical application has impacted impaired past due exposures, increasing capital absorption against a hypothetical credit risk, not representative of the actual risk profile. In this regard, the Bank initiated the project to enable the adoption of an internal model based on ratings (A-IRB) that, in agreement with the Authority, can be more representative of the Group's actual credit risk.



The Board of Statutory Auditors highlights that the estimated percentage of collection of default interest to be included in the amortized cost was increased to 50% following the update of the time series, carried out also observing that collections in the year 2023 confirmed an estimated percentage recovery higher than 50%, a percentage already used in 2022 and confirmed for 2023 as well.

The average collection time of the entire interest provision was estimated to be 2,100 days as for 2022.

In the financial statements, the Directors reported on the Group's capital adequacy described at individual and Group level, as well as the underlying reasons for the changes with respect to 2022.

The Bank's Equity at December 31, 2023 amounted to €692.6 million, compared to €734.2 million in the previous year.

Own Funds at the same date and at the level of separate financial statements amounted to €523.9 million compared to €590.4 million at December 31, 2021, with an overall exposure to risks, in relation to the activity carried out, that is adequate for the capital base and the risk profile identified.

The CET 1 Capital Ratio stood at 9.24%, compared to 11.73% in 2022; the Tier 1 Capital Ratio stood at 12.95%, compared to 15.73% in 2022 and the Total Capital Ratio was 12.95%, compared to 15.73% in 2022.

At consolidated level, Own Funds amounted to €586.9 million (compared to €611.9 million at December 31, 2022); the CET 1 Capital Ratio stood at 14.20%, compared to 16.86% in 2022; the Tier 1 Capital Ratio stood at 19.08%, compared to 22.33% in 2022 and the Total Capital Ratio was 19.08%, compared to 22.33% in 2022.

*d) Atypical or unusual transactions*

The Directors' Report on Operations, as well as the information acquired during participation at meetings of the Board of Directors and information received from the Chairperson and the Chief Executive Officer ["CEO"], as well as from management and the Control Functions and the independent auditor, did not reveal the existence of atypical and/or unusual transactions, including third-party, intra-group and related party transactions.

*e) Intra-group transactions or related party transactions*

The Board of Statutory Auditors monitored compliance of the policies, regulations

and procedures in use at the Bank, as well as observance thereof.

The main reference documents for transactions with related parties consist of the “Policies on internal controls adopted by the BFF Group for the management of conflicts of interest” and the “BFF Banking Group Regulations for the management of transactions with persons in conflict of interest” most recently updated on June 27, 2023, with the favorable opinion of the Board of Statutory Auditors, in order to specify, aligning with current regulations and leaving no doubt, which transactions are considered in any case to be Major Transactions.

During 2023, the Board of Statutory Auditors did not detect the existence of atypical or unusual transactions carried out with related parties, intra-group, or with different entities, nor did it have indications to that effect from the Board of Directors or the Independent Auditors.

The Board of Statutory Auditors acknowledges that related party transactions in FY 2023 complied with the criteria of substantive and procedural propriety and transparent decision-making.

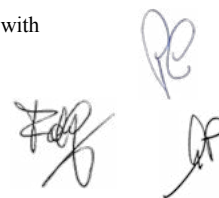
Information regarding related-party transactions are outlined in detail in the special section of the Financial Statements.

*f) Supervisory and control activities conducted by the Board of Statutory Auditors in relation to the tasks assigned to it in its capacity as “Internal Control and Audit Committee”*

Pursuant to Article 19, paragraph 1, of Italian Legislative Decree 39/2010, as amended by Italian Legislative Decree 135/2016, as well as Regulation (EU) No. 537, the Board of Statutory Auditors, in its role as ICAC, has conducted autonomous assessments on organizational structures targeted at fully implementing the regulatory provisions which aim, in particular, to strengthen the quality of auditing and the independence of the independent auditors, in order to improve market and investor confidence in financial reporting.

During the year, the ICAC maintained continuous interaction with the independent auditors, attributing particular emphasis to verifying the continued fulfillment of the independence requirement by the independent auditors and the exchange of information with the Board of Statutory Auditors, in relation to the various responsibilities and types of control.

With regard to accounting auditing activity, during the numerous meetings held with



KPMG, the Board of Statutory Auditors among other things:

- (i) acquired information on the audits conducted, as well as on the proper bookkeeping of the Company's accounts and proper reporting of management operations in the accounting records;
- (ii) acquired information on the progress of audits of the individual financial statements and interim statements;
- (iii) acquired information when approving interim dividend distribution and issuing the opinion under Article 2433-bis, paragraph 5, of the Italian Civil Code;
- (iv) shared insights on relevant issues and major ongoing operations of the Bank and the Group;
- (v) acquired the Management letter with the corrective actions identified by the independent auditor KPMG on the certification of the financial statements as of December 31, 2022 and the deadline of the related remediation plan. The issues addressed are related to the application of IFRS 9, the NFS, and ICT projects, and contain suggestions to management in view of the document to be issued with reference to the Financial Statements as of December 31, 2023;
- (vi) received information about the audit plan, significance, audit approach, and planned timing;
- (vii) shared any discussions with the Authority;
- (viii) monitored the auditor's independence;
- (ix) pursuant to Article 11 of Regulation EU no. 537/2014, received the Additional Report for the ICAC from the auditors, in which they highlight a potential increase in the risks of significant errors related to accounting estimates due to uncertainties in estimates arising from the economic environment and prospective macroeconomic scenarios with respect to the Russia-Ukraine and Israel-Palestine conflict. Among other things, the Report describes the audit team and audit plan, materiality, scope of consolidation, methodology and valuation methods used, risks, and key aspects of the audit. The Report confirms that none of the following issues were found: (i) with reference to the main risks, significant aspects to be reported; (ii) audit differences above the reporting threshold for uncorrected errors; (iii) significant deficiencies in the internal control system in relation to the financial reporting process; (iv) aspects to be reported with respect to the company's bookkeeping and the

proper reporting of operations in the accounting records; (v) significant difficulties in the course of the audit; (vi) significant issues concerning cases of actual or alleged non-compliance with laws, regulations or provisions of the by-laws.

It also acknowledges that no significant aspects emerged to be reported with regard to the provisions of EU Delegated Regulation 2019/815 “Regulatory technical standards on the specification of a single electronic reporting format” (ESEF).

The Board of Statutory Auditors received from the independent auditors confirmation of their independence pursuant to Art. 6, paragraph 2, letter a) of EU Regulation 537/2014, and pursuant to paragraph 17 of ISA Italia 260. In the document the auditors declare that they respected the ethical principles pursuant to Articles 9 and 9-bis of Italian Legislative Decree 39/2010 and that they found no situations that compromised their independence pursuant to Articles 10 and 17 of Italian Legislative Decree 39/2010 and Articles 4 and 5 of Regulation EU 537/2014, nor did the Bank identify situations capable of compromising it.

The Board of Statutory Auditors also reviewed the Report to the Financial Statements as of December 31, 2023 issued by KPMG on March 28, 2024.

The Audit Report includes the Key Aspects of the audit, i.e. those aspects considered most significant in the context of the audit of the separate financial statements and the consolidated financial statements.

With respect to opinions and certifications, the Independent Auditors proceeded as follows in their Audit Report on the Financial Statements:

- They issued an opinion showing that the separate financial statements and the consolidated financial statements of BFF Bank S.p.A. and the BFF Banking Group, respectively, provide a true and fair representation of the financial position of the Bank and the Group as at December 31, 2023, the results of operations and cash flows for the year ended on that date in accordance with the International Financial Reporting Standards adopted by the European Union, as well as the measures issued in implementation of Art. 9 of Italian Legislative Decree No. 38/2005 and Art. 43 of Italian Legislative Decree No. 136/15;
- They issued an opinion on consistency, showing that the Directors' Reports on Operations accompanying the separate financial statements and the





consolidated financial statements as at December 31, 2023, and some specific information contained in the “Report on Corporate Governance and Ownership Structures” indicated in Art. 123-*bis*, paragraph 4, of the Consolidated Law on Finance, responsibility for which lies with the directors, were drawn up in accordance with the law;

- They issued an assessment on compliance with the provisions of Delegated Regulation (EU) 2019/815 of the separate financial statements and consolidated financial statements in XHTML format and the mark-up of the consolidated financial statements, in all their significant aspects;
- With reference to any major errors in the Directors' Report on Operations, based on the knowledge and understanding of the Company and respective information acquired during the course of the audit, they declared that they had nothing worthy of note to report.

Instead, as for identifying Key Aspects, the Board of Statutory Auditors was able to ascertain how they pertain to: i) the recognition of default interest on performing loans and receivables that were acquired outright; ii) the recognition of the lump-sum debt collection indemnity (€40); iii) the recoverability of the value of equity investments in subsidiaries recognized in the financial statements; iv) the valuation of intangible assets with a definite and indefinite useful life.

In this regard, the Board of Statutory Auditors has taken note of the audit procedures outlined by the independent auditors in response to the Key Aspects, by agreeing on the measures to be taken to mitigate any risks associated with them.

The Independent Auditors also issued, pursuant to Art. 3, paragraph 10, of Italian Legislative Decree No. 254/2016 and Art. 5 of Consob Regulation Resolution No. 20267/2018, the “Report of the independent auditors on the consolidated non-financial statement” in which they state, on the basis of the work carried out, that no evidence had come to their attention to suggest that the Consolidated Non-Financial Statement relating to the year ended December 31, 2023 was not drawn up, in all significant aspects, in accordance with the requirements of Arts. 3 and 4 of Italian Legislative Decree No. 254/2016 and the GRI Reporting Initiative Sustainability Reporting Standards defined by the GRI – Global Reporting Initiative. *The auditors also state that "The conclusions on the consolidated non-financial statement of BFF Banking Group do not extend to the information contained in the paragraph*

*'Disclosure under the Taxonomy of the European Union (Regulation EU 2020/852)' and its Annex, required by Article 8 of Regulation EU No. 852 of June 18, 2020."*

*g) Activities of the Board to monitor the independence of the independent auditor*

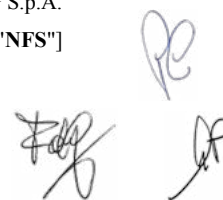
The Board of Statutory Auditors supervised the independence of the independent auditors through constant monitoring of auditor activities, with reference to both Audit Services and Non-Audit Services, preventively subject to assessments and the expression of an opinion by the ICAC, in order to exclude, among these, the presence of services considered prohibited by Art. 5 of the aforementioned Regulation.

In the course of 2023, the Board of Statutory Auditors carried out its own independent assessments on the potential risks to the independence of the independent auditors and the safeguards applied pursuant to Art. 22 ter of Directive 2006/43/EC, also making reference to the "Group Regulations for the Approval of the so-called "Non-Audit Services" to be granted to the firm assigned the external audit of the accounts", most recently updated on July 28, 2021, which define the general principles and operating procedures in relation to the assignment of Non-Audit Services, conferred on the Group Independent Auditors and their Network, and ascertaining, mainly:

- that Non-Audit Services are not part of prohibited services, as defined in Art. 5, paragraph 1 of the EU Regulation, unless otherwise provided for by Member States;
- the reasons for the appointment of KPMG or entities of its network by the management of the Public Interest Entity (the Bank, pursuant to Art. 16 of Italian Legislative Decree 39/2010);
- that the fees requested appeared to be determined in such a way as to guarantee the quality and reliability of the work, and were such as not to give rise to possible risks to the independence of the auditor.

The Financial Statements specify, in accordance with Article 149-*duodecies* of the CONSOB Issuers' Regulation (resolution No. 11971 of May 14, 1999, as amended) the fees for the year 2023 for audit and non-audit services provided by the independent auditors and other companies in their network.

Note that among other things the Bank has engaged the auditing firm KPMG S.p.A. for (i) the certification of the Consolidated Non-Financial Statement ["NFS"]



pursuant to Italian Legislative Decree 254/2016, and the tax returns, (ii) other services such as certification for Research and Development, opinion on the interim dividend, checking of amounts in press releases, the comfort letter for the EMTN program, review of the branch AML policy, (iii) tax consulting services for the branch in Greece.

With regard to the above, in relation to the tasks assigned to KPMG and its network by BFF Bank S.p.A. and the Group companies, the Board of Statutory Auditors as ICAC considers that these activities did not affect the independence of the Auditor.

*h) Respect for the principles of proper administration*

The information obtained during the year and described in brief in this report enable the Board of Statutory Auditors to affirm that the transactions carried out were inspired by respect for the principles of proper administration, approved and carried out in compliance with the law and the by-laws and also to rule out that any transactions carried out were clearly imprudent or risky, conflicting with resolutions passed by the Company or such so as to compromise the integrity of its assets.

*i) Administrative, accounting and financial reporting process*

Art. 19 of Italian Legislative Decree No. 39/2010 provides that the ICAC is responsible for monitoring the financial reporting process and making recommendations or proposals to ensure its integrity, as well as for monitoring the effectiveness of internal control and risk management systems with regard to financial reporting.

The Board of Statutory Auditors has taken note that the Board of Directors of BFF Bank S.p.A., in compliance with the provisions of Italian Law No. 262 of December 28, 2005 and Art. 154 bis of the Consolidated Law on Finance, established in its governance structure the role of Financial Reporting Officer, and approved the “Financial Reporting Officer Functioning Regulations” and the “Methodological Note of the Financial Reporting Officer.”

Having obtained confirmation of his eligibility for the position from the Bank of Italy by letter dated August 8, 2022, the Board of Directors appointed Mr. Giuseppe Manno effective October 1, 2022, subject to the favorable opinion of the Control and Risks Committee, the Appointments Committee, and the Board of Statutory

Auditors.

As for the tasks assigned to the Board of Statutory Auditors, during the year it monitored the work of the Function of the Financial Reporting Officer with whom it held regular meetings, examining the reference model structured according to market best practices (COSO Report) capable of providing reasonable certainty on the reliability of the financial reporting process, as well as on the effectiveness and efficiency of operations, in compliance with laws and internal rules.

In particular, the Board of Statutory Auditors showed how the Bank chose the “mixed” control model as a suitable one for guaranteeing the monitoring of the Internal Control System on periodic financial reports based on the characteristics of the Group, with a diversified application of these to the Subsidiaries which, for the purposes of carrying out the planned activities, call for:

- the preliminary identification of the scope of activities (“scoping”) with direct controls for the Parent Company and for BFF Finance Iberia S.A.U. [“**BFF ES**”] and indirect controls on the subsidiary BFF Polska S.A. [“**BFF PL**”] through a local resource who reports hierarchically to the Chief Financial Officer of the subsidiary and functionally to the structure of the Financial Reporting Officer of the Parent Company;
- the identification of audits of the Internal Control System [“**ICS**”], assessed as a whole at the governance and Entity level [“**Entity Level Control**” or “**ELC**”], highlighting that overall the general level of compliance with the requirements under the control model component – and therefore adequacy – was “Medium High”;
- the performance of adequacy and effectiveness checks on the ICS at process level (“direct approach”);
- the review of the results of the audit activities performed by the Group Control Functions in order to identify any elements useful for the evaluation provided by the ICS on financial misstatement risks (so-called indirect approach)
- the identification of any critical issues, evaluated based on their impact in terms of residual risk and potential impacts on profit and loss, and corrective actions initiated to remedy any gaps identified;
- the monitoring of and follow-up on corrective actions subject to specific reporting to the Chief Executive Officer.



The activities described above are preparatory to the issue of the certification pursuant to Art. 81-ter of Consob Regulation No. 11971 of May 14, 1999 as amended, signed by the Chief Executive Officer and the Financial Reporting Officer, and must ensure the adequacy and effective application of the administrative and accounting procedures for the preparation of the financial statements, instrumental to confirming the correspondence of the company accounting documents with the results of the accounting books and their suitability to provide a true and fair representation of the financial position, profit and loss and cash flows.

The Board of Statutory Auditors was able to examine the outcome of the audits in which it was revealed, in various areas, that the situation was, on the whole, monitored, and that there were no critical aspects or shortcomings such as to affect the judgment of the adequacy and effective application of the administrative and accounting procedures, although there were areas for improvement on which corrective action should be taken.

Furthermore, with regard to the subsidiaries acquired in 2022, BFF Immobiliare S.r.l. and BFF Techlab S.r.l. were not considered within the scope of the controls due to their low degree of significance.

Therefore, the Board of Statutory Auditors, with regard to the structure and content of the periodic reports drawn up by the Financial Reporting Officer when the Half-Yearly Financial Report, the Separate Financial Statements and the Consolidated Financial Statements as of December 31, 2023 were drafted, believes that the activities carried out to assess the adequacy and effective application of the processes and procedures functional to the financial reporting of the Group are adequate to justify the certification requested from the Chief Executive Officer and the Financial Reporting Officer, pursuant to Art. 154 bis of the Consolidated Law on Finance.

*j) Consolidated Non-Financial Statement*

The Board of Statutory Auditors followed the development of the process related to the correlation of the Bank's actions with the evolution of regulations, supervised compliance with the provisions established by Italian Legislative Decree 254/2016 and examined the 2023 NFS, ascertaining its compliance with the provisions governing its drafting pursuant to the aforementioned Decree.

In particular, it acknowledges that, in line with the GRI – Sustainability Reporting

Standards issued in 2021, the Bank has drafted the document “in accordance” with all of the reporting requirements established, providing a full disclosure for each material topic and a comparison of the 2023 indicators with those of 2022 and 2021. In FY 2023 the Bank was able to expand on and better structure the processes related to the preparation of the NFS, thanks in part to the modification of the data collection process facilitated by the acquisition of a specific tool that will also be used in future years to facilitate the updating of processes to comply with regulatory developments. The Bank reviewed the processes and results of the materiality analysis that led to an update of the impacts according to the "Inside-Out" perspective consistent with the context in which the Group operates, consolidating the framework for measuring advancements, quantitatively applying assessment metrics, and setting targets to facilitate the creation of an ESG culture.

With regard to the Taxonomy, Regulation EU 2020/852, and its delegated regulations, the Board noted that the Bank has complied with the requirements by reporting all indicators applicable to credit institutions with reference to the 2023 financial year, for each of which a description of the methodology applied and an adequate overview of the results has been provided.

The KPMG auditing firm gave its positive opinion on the 2023 NFS, excluding the evaluation of the results of the application of the Taxonomy as per the regulations while verifying its presence.

For all matters not addressed, the Board of Statutory Auditors refers the reader to the 2023 NFS.

*k) Adequacy of the organizational structure*

The Board of Statutory Auditors supervised the adequacy of the organizational structure.

Under the supervision of the Governing Body and the Board of Directors, the organizational structure is subject to periodic updates to make it more efficient and effective in relation to the needs emerging due to economic trends, business requirements related above all to the implementation of the 2024-2028 business plan, market dynamics, and regulatory developments.

The Company’s organizational chart clearly identifies lines of responsibility, breaking them down until the more operational functions, and is periodically reviewed and updated by the Administrative Body with the support of the



responsible offices. The organizational chart also represents the functions of the individual structures that are reflected in the representation of the delegations and powers attributed to an appropriate level of skill and responsibility, with the objective of an adequate segregation of duties.

The Board of Statutory Auditors noted that the integration process of the former DEPOBank Banca Depositaria Italiana S.p.A. has now been almost completed, particularly with regard to aspects relating to the streamlining of the organizational structure, internal regulations and the harmonization and implementation of the IT system.

Also in view of what has been reported in the previous points of this Report, the Board of Statutory Auditors believes that on the whole the Bank's organizational structure is substantially adequate to its size and operational characteristics, but requires continuous monitoring in order to be able to implement improvement actions in line with the complexity and risks it is exposed to, and with qualitative and quantitative changes in the resources available in order to support the Bank in the challenges arising from the 2024-2028 Business Plan.

*l) Instructions given to the subsidiaries*

The Bank, as Parent Company and point of reference for the Supervisory Authority, in exercising its management and coordination activities, issued the various instructions to the Subsidiaries required to implement the general and special instructions issued by the Bank of Italy in the interests of Group stability, pursuant to Art. 61, paragraph 4 of the Consolidated Law on Banking and Circular No. 285/2013.

Relationships with the subsidiaries are defined in the "Intra-group Regulations" and the instructions are given by the individual Functions in order to update the subsidiaries on internal regulations applicable to them and the information needed for the reporting package, the main activities of which are performed in a centralized manner, especially control.

Recalling that there are no equivalent control bodies in the Group's foreign Companies, the Board of Statutory Auditors in any event carried out its own in-depth analysis during periodic meetings with the Bank's company control functions and with the management of some Subsidiaries. In this regard, it should be recalled that

the control functions have direct responsibility for their respective analogous structures in relation to BFF Finance Iberia S.A.U., while they are recipients of functional reporting from the corresponding similar functions of the BFF Polska Group.

The Board of Statutory Auditors considers the instructions issued by the Bank to its subsidiaries to be adequate on the whole, including for the purpose of providing all the information necessary to fulfill the disclosure obligations required by law, pursuant to Art. 114, paragraph 2, of the Consolidated Law on Finance.

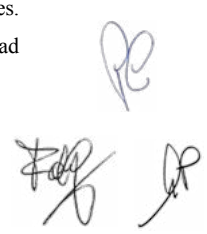
*m) Adequacy of the internal control and risk management system*

The Internal Control System (“ICS”) is defined as the set of directives, procedures and operating practices adopted by the company in order to reach the following objectives through an adequate process for identifying, measuring, managing and monitoring the main risks:

- strategic objectives, to ensure the compliance of the Administrative Body’s decisions with the directives received and the purpose that the Company and the Group aim to achieve, as well as with the protection of stakeholder interests;
- operating objectives, aimed at guaranteeing the effectiveness and efficiency of company activities;
- reporting objectives, aimed at guaranteeing data reliability and trustworthiness;
- compliance objectives, to ensure the compliance of business activities with laws and regulations in force.

The Board of Statutory Auditors confirms that it held periodic meetings with the Chief Executive Officer responsible for the ICS, the Corporate Control Functions – Internal Audit, Compliance and AML, Risk Management, the Function of the Financial Reporting Officer and the independent auditors KPMG – in addition to its constant participation in the work of the Control and Risks Committee.

It acknowledges the extensive disclosure provided to the Board of Directors by the Chief Executive Officer about the implementation status of Board of Directors resolutions and the progress made in activities intended to reach strategic objectives. The Board of Statutory Auditors verified that each company of the Group had





adopted an internal control system consistent with the Group's strategy and policy, especially with regard to the foreign subsidiaries, for which, in compliance with local restrictions, initiatives have been put in place to ensure, overall, adequate standards and organizational controls. Further strengthening initiatives have already been carried out, including as a result of the inspections of the Supervisory Authority carried out in the course of 2021, as well as in light of the greater complexity deriving from the growth and operational diversification of the Group, but also as a result of the regulatory evolution that in 2023 mainly concerned the ICT area.

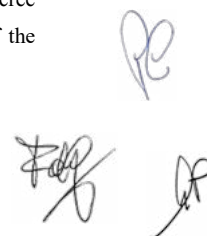
In this regard, it is once again recalled that, in its capacity as Parent Company of the BFF Banking Group, BFF Bank S.p.A. performs the functions of management and coordination, as well as unitary control, of BFF Finance Iberia S.A.U., BFF Polska S.A., BFF Immobiliare S.r.l. and BFF TechLab S.r.l., complying with the "Intra-group Regulations", which define the organizational architecture, objectives and content of the management, coordination and control activities, and other Group Regulations aimed at better governing the application of the relevant legislation.

In fact, within the internal control system the regulatory framework of the Bank and the Group and the constant updating of policies and regulations is of particular importance. Indeed, in 2023 the Bank and its Branches approved 158 documents (including 28 new ones) out of a regulatory corpus of 421; the subsidiary BFF Polska and its subsidiaries approved 73 documents (including 12 new ones) out of a regulatory corpus of 272; and the subsidiary BFF Finance Iberia approved 22 documents (including 1 new one) out of a regulatory corpus of 136.

The actions taken relate to (1) the revision of processes at the request of the owner functions or the governing body, (2) the revision of internal regulations as a result of legislative or regulatory changes, and (3) the revision of internal regulations as a result of requests from the Control Functions.

The Board of Statutory Auditors confirms the Bank's commitment to the maintenance of the internal procedural body, which is therefore adequate and current.

The Board of Statutory Auditors also acknowledged the activities carried out by the Supervisory Body appointed to guarantee the adequacy, observance and updating of the organization and management model pursuant to Italian Legislative Decree 231/01 ["**Model**"]. During periodic meetings, it confirmed the fulfillment of the



requirements of efficiency and independence by that body, exchanged information concerning the Bank's oversight mechanisms, the controls performed and the ensuing results, and obtained confirmation of the accuracy and frequency of the information flows to be sent to it.

The organization and management model under Italian Legislative Decree 231/01 was last updated in December 2022. In 2023 the SB appointed an independent external advisor to evaluate the organization, management, and control model under Italian Legislative Decree 231/01 in order to identify possible areas for strengthening and updating the Model. The first actions identified by the quality review were taken regarding the risk assessment of the anti-corruption framework, while it will continue in 2024 with the risk assessment of the Model, planning to update it by the end of the year.

The Board of Statutory Auditors also ascertained the Bank's compliance with its obligations to correspond with and send disclosures to the Supervisory Bodies.

As a result of the 2021 inspections carried out by the Supervisory Authority during the year, the activities were constantly monitored, updated and reported on a quarterly basis to the Board of Directors. The objectives set forth in the plan were concluded, without prejudice to a few activities that need to be replanned linked to the development of the IT system, but also as a result of additions and implementations made necessary by developments planned by the Bank, regulatory amendments or subsequent discussions with the Authority.

The outcome of the Bank of Italy's follow-up inspection that began in September 2023 and ended on January 12, 2024, the report of which has yet to be issued, will direct the Bank on any actions to be further taken in order to resolve critical issues found in the previous inspection.

Based on the activities carried out, the information acquired, and the opinion expressed by the Internal Audit Function on the Internal Control System, which assessed its completeness, adequacy, functionality, and reliability and found it to be "mostly adequate," the Board of Statutory Auditors believes that overall there are no significantly critical issues such as to invalidate the ICS's structure, stressing however the need to continue to monitor the system of corporate governance and its checks and balances, already subject to observation by the Bank of Italy.



The Board of Statutory Auditors monitored the adequacy of the risk management system by examining the periodic reports of the Control Functions and the periodic information provided, as well as the results of monitoring activities and actions taken to implement corrective measures identified and through participation in meetings of the Control and Risks Committee.

The Group has adopted a structured reference framework, through the implementation of a process regulated by specific risk appetite framework ["RAF"] internal regulations, which is evaluated by the Board according to the business model and the Strategic Plan and provides for the approval of risk objectives, risk trigger thresholds and tolerance thresholds.

The Board of Directors has defined ICS guidelines, ensuring that the main corporate risks are identified, managed and monitored in an appropriate manner. In particular, it assessed the types of risks at a consolidated level and approved the assumption thereof in a structured manner for all entities of the Group and for all the countries in which the Group operates.

In this regard, the Board of Statutory Auditors has supervised, within the limits of its remit, the comprehensiveness, adequacy, functionality and reliability of the RAF, also evaluating the changes to the framework during the year under review in relation to developments in terms of metrics and calibration of risk limits, in order to incorporate equal changes in the Bank's business models, or in consideration of regulatory indications.

In FY 2023 it checked the consistency of the 2024-2028 Business Plan with the RAF and constantly monitored the activities carried out by the Control Functions, reporting on the most important aspects and the outcome of the checks performed.

On the whole the control and risk management system appears to be consistent with the legal and regulatory framework and with the Group's organizational structure, pursuing the objective of ensuring that the ICS is aligned with the complexities arising from the Group's growth in size and the diversification of its activities.

On April 27, 2023, the Board of Directors of BFF Bank S.p.A. approved the 2022 ICAAP/ILAAP Report, acquiring the considerations of the Control Functions concerned and of the Control and Risks Committee.

Having verified the implementation of the points of improvement identified in the previous year, and after carefully reviewing the documentation and talking with the

Heads of the Control Functions present, the Board of Statutory Auditors expressed a favorable opinion on the approach adopted in the preparation of the ICAAP/ILAAP Report as of December 31, 2022 with respect to both the internal process for determining capital adequacy and the governance and liquidity risk management system, which comply with the Bank of Italy guidelines and are consistent with the Bank's operational characteristics and business model, the defined strategic plans, and the 2023-2025 economic and financial forecasts, the Contingency Funding Plan, the 2023-2025 Recovery Plan, and the Risk Appetite Framework (RAF).

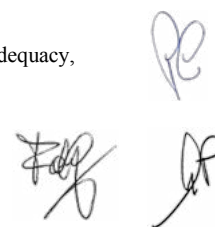
On April 27, 2023, the Bank's Board of Directors approved the "BFF Banking Group Recovery Plan" ["*Recovery Plan*"], which, according to the analysis of the Board of Statutory Auditors, complies with the directions and contents required by the statutory and regulatory provisions issued by the Bank of Italy.

The Board of Statutory Auditors also expressed its considerations on the 2022 Annual Report on "Essential or Important Outsourced Functions" ["EIFs"] prepared by the Internal Audit Function, expressing its approval at the Board of Directors' meeting on April 27, 2023, but encouraging a gradual and adequate strengthening of direct and indirect controls by the Control Functions and considering the opportunity to assess the implementation of ICT expertise in the control functions and a greater division of tasks and responsibilities between the management and control of outsourcing arrangements and the risks arising from them.

In the context of the activities carried out by the Anti-Money Laundering Function, with reference to legislation to combat money laundering and terrorist financing, the Board of Statutory Auditors has constantly monitored the aforementioned activities as well as the outcome of the ex post verifications, in respect of which no particularly critical situations have been reported. The Board of Statutory Auditors also examined the self-assessment on risks related to money laundering and terrorist financing.

In this regard, the Board of Statutory Auditors noted that, in the opinion of the Manager of the Function, the overall assessment of the residual risk of Group money laundering should be considered "low".

The Board of Statutory Auditors also verified the completeness, adequacy,



functionality and reliability of the Business Continuity Plan, the overall residual risks of which were deemed “Medium High” for critical issues linked to an important supplier of the Bank. The Board of Directors approved the Operational continuity plan at December 19, 2023, accepting that residual risk and identifying the actions to be carried out, in order to monitor and reduce residual risk.

On the same date, the “*ICT strategic guidance document*” was approved, which defines the methods for managing and improving the company’s IT system to cover the Group’s current and future needs, a document updated following the changes made in 2023 and priorities and objectives, also with reference to the new 2023-2028 Business Plan.

In light of the 40th update of Circular no. 285/2013 of the Bank of Italy published on November 2, 2022 aimed at transposing the "Guidelines on Information Technology (ICT) Risk Management and Security" issued by the EBA and Regulation EU 2022/2554 "Digital Operational Resilience Act (DORA)", in 2023 the Bank submitted the upgrade project with (i) the revision of internal regulations related to the organizational structure and training with regard to information security, the internal control system, the information system, business continuity and operational resilience, (ii) the activity plan for the updating of outsourcing contracts in terms of information security and business continuity requirements, (iii) the plan for technological upgrades. Specifically, the new ICT and Security Risk Control Function was created, placed within the Risk Management Function, the duties of the BoD and CEO were expanded, the necessary safeguards to ensure proper ICT risk management were increased, and ESG risk was included in the framework of Risk Management.

With reference to the current Russia-Ukraine geopolitical crisis and the Israeli-Palestinian conflict, which represent a factor of instability and influence on the European and global macroeconomic situation, note that the Group has enacted constant monitoring of the risks it may be exposed to.

Part E of the separate and consolidated financial statements includes “Information on risks and related hedging policies”.

In conducting the relevant audits, the Board of Statutory Auditors continued its constant dialog with the Internal Audit Function, including for the year under review,

sharing the results of the audits performed with regard to the entire Group.

The Board of Statutory Auditors was able to note that the activities planned by the Internal Audit Function for the year 2023 covered the entire scope that the Function had undertaken to audit.

With the arrival of the new Internal Audit Manager in July 2023, the function's activities were revisited both organizationally and in terms of the methods used, as was the 2024 Audit Plan, which was consequently updated.

The new Internal Audit Manager mapped the responsibilities of the function's resources and set medium-term goals, as detailed in the "Internal Audit Reloaded Plan – for increased compliance with best practices."

More specifically, he laid the foundation for conducting a Risk assessment on an annual basis and for performing audit checks on the entire process, covering all functions and business units involved and taking the entire Group as a reference.

On this basis, he presented the 2024-2028 Long-Term Audit Plan in order to coordinate audits with the 2024-2028 Business Plan.

The activities of Internal Audit as well as those of the second-level control functions are reported in the respective dashboard submitted to the governing and supervisory bodies on a quarterly basis.

For the BFF Polska Group, audits are performed on-site coordinated by the Internal Audit function of the Parent Company and their outcomes are included in the dashboard of the Parent Company's Internal Audit Function. For BFF Finance Iberia S.A.U, the audits are performed directly by the Parent Company's Internal Audit Function based on a service contract, and the results are included in the dashboard of the Parent Company's Internal Audit Function.

The Board of Statutory Auditors positively reviewed the updated Internal Audit Manual and Internal Audit Regulations which incorporate the changes that were made in the organization and method applied to audits, approved by the Board of Directors on December 21, 2023.

It must be noted that the Internal Audit Function is also responsible for the internal reporting system ("whistleblowing"), in relation to which in 2023 there was one report that is still under examination.

n) Remuneration policies



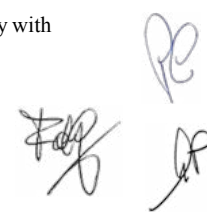
The remuneration policies of the Group are governed by the “Remuneration and Incentive Policy for members of the strategic supervision, management and control bodies, as well as employees” [the “**Policy**”], drawn up in accordance with the provisions of Title IV, Chapter 2 of the Supervisory Provisions for banks, aimed at incorporating the innovations introduced in this area by Directive 2019/878/EU (CRD V) and the Guidelines of the European Banking Authority in implementation of the Directive (EBA/GL/2021/04). The Bank has also taken into account in its Policy the updates of the Corporate Governance Code, with the exception of the provisions on share ownership, considering it more appropriate to apply what is established in the Supervisory Provisions.

The Policy currently in effect, which is available on the Bank's website and to which reference should be made for further analysis, was approved by the Shareholders' Meeting on April 13, 2023.

Consistent with the Supervisory Provisions, in January and February 2024 the Internal Audit Function performed a specific audit to check the compliance of remuneration and incentive practices with the policies adopted by the Group, as well as the guidelines on the matter provided by the Shareholders' Meeting. Based on the findings, the Internal Audit Function found that the remuneration policies for FY 2023 were correctly applied with respect to the regulatory disclosure requirements, the execution of second-level controls, and the assignment of roles and responsibilities to the corporate bodies and functions involved in the process, although some issues remained with respect to the control environment for key stages of the process of calculating the variable components paid to Group employees.

The Board of Statutory Auditors checked the procedure that characterized the preparation of the Annual Report on the remuneration policy and the fees paid to the strategic supervision, management and control bodies and to personnel of the BFF Banking Group, as part of the disclosure required pursuant to Art. 123-ter of Italian Legislative Decree No. 58 of 1998 and Art. 84-quarter of the Issuers' Regulation, which is divided into two sections:

- The first section contains the BFF Banking Group's remuneration policy for 2024 and will be submitted for approval at the next shareholders' meeting. It has undergone extensive revision with an increase in transparency, especially with



regard to pay for performance, increased disclosure of KPIs and related thresholds for accessing targets for the MBO and the LTI, and disclosure of ESG targets.

- The second describes the methods with which the remuneration policy in force in 2023 was implemented during that year, providing a final balance of the remuneration actually paid out. It was implemented with increased disclosure on the subsequent financial and ESG targets related to the 2023 MBOs, and details the changes to the CEO's contract and settlement agreement.

*o) Reports, petitions, omissions or objectionable actions, opinions given and initiatives taken*

During 2023, and up to the date of preparation of this report, no reports were received pursuant to Art. 2408 of the Italian Civil Code.

Complaints and reports were received by the Group during the year which were managed and periodically reported by the Compliance & AML Function. The number of complaints accepted is marginal with respect to the activity carried out. The Parent Company alone received 4 complaints in 2023, none of which were accepted, Spain's BFE accepted 17 complaints and BFF Bank Spotka Akcyina Odziat w Polsce 42, while no complaints were received by BFF Polska and its subsidiaries, Portugal's Branch or BFF Finance Iberia S.A.

No reports of objectionable events were received.

The Board in any event reports that:

- In 2022 CONSOB initiated a procedure for alleged breaches of the market disclosure obligations set forth in Art. 17 of the MAR and Art. 114, par. 1 of the Consolidated Law on Finance. On March 20, 2023, after the Bank's submission of its briefs and counter-arguments, Consob notified the Bank that it was applying a fine of €15,000.00. The Bank filed an appeal against this decision, the outcome of which is still pending.
- During the second half of 2022, the Bank of Italy had initiated sanction proceedings under Article 145 of the Consolidated Law on Banking for alleged violation of remuneration and incentive policies and practices under Article 53, para. 1, letters b) and d) of the Consolidated Law on Banking, proceedings that ended on June 9, 2023 without the imposition of sanctions.





During the course of the activities carried out and based on the obtained information there were no major omissions, objectionable actions, other discrepancies or in any case major circumstances that require reporting to Supervisory Authorities or the mention in this Report in addition to what has already been presented.

*p) Opinions of the Board of Statutory Auditors*

During the year, and up to the date of preparation of this Report, the Board of Statutory Auditors gave the opinions and made the observations assigned to it under regulations in force and under the Supervisory Provisions for banks and listed companies.

*q) Governance*

The Board of Statutory Auditors acknowledges that the "Report on Corporate Governance and Ownership Structures" illustrates the governance model adopted and its compliance with the Corporate Governance Code promoted by Borsa Italiana, most recently approved in 2020, and describes compliance with the recommendations set forth in the letter of the Chair of the Corporate Governance Committee.

During the year 2023, the Board of Statutory Auditors also conducted an audit on the proper application of the criteria and procedures to assess the independence requirements of members of the Board of Directors pursuant to the Consolidated Law on Finance, the Corporate Governance Code and the Fit and Proper Decree. To that end, the Board of Statutory Auditors acknowledges that, based on the documentation and statements provided by each Director, both the Appointments Committee and the Board of Directors conducted audits on the independence of the Directors.

The Board of Statutory Auditors noted that the "Independent Director Rules" were approved in 2023, the work of which continued during the year.

In the last quarter of 2023 the Board of Statutory Auditors followed the Board of Directors' self-assessment process, which was carried out with the support of an external advisor and concluded on October 6, 2023, finding that the activities carried out and its process were formally proper.

Furthermore, on October 26, 2023 the Board of Directors approved the Guidelines for Shareholders on the Qualitative and Quantitative Composition of the Board of



Directors and for the Preparation of the list of Board of Directors. The details are described in the Report on Governance, to which the Board of Statutory Auditors also refers for information on its findings.

r) Conclusions

On the basis of the supervisory activities carried out by the Board of Statutory Auditors, as described above, we can therefore reasonably affirm that corporate activities were carried out in 2023 in compliance with law and the By-laws and that the organizational, administrative and accounting structure, as well as its practical functioning, were adequate.

The Board has read the reports issued on March 28, 2024 by the Independent Auditors pursuant to Arts. 14 and 16 of Italian Legislative Decree 39/2010, on the Bank's Separate Financial Statements and on the Consolidated Financial Statements of the Banking Group at December 31, 2023, which express a positive opinion without any remarks or comments, or requests for further information. They also express an opinion on the consistency and compliance of the Directors' Report on Operations with the financial statements pursuant to Art. 14, paragraph 2, letter e) of Italian Legislative Decree No. 39/2010.

On the same date, the Independent Auditors issued their report on the Non-Financial Consolidated Disclosure, which contained no remarks worthy of note.

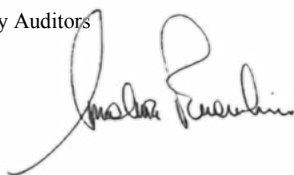
Taking all of the above into account, for the matters within its purview the Board of Statutory Auditors finds no reason to oppose the approval of the individual financial statements as of December 31, 2023 and the related proposal for the allocation of the year's earnings as proposed by the Board of Directors.

The Statutory Auditors recall that their terms of office are expiring, and therefore invite deliberations on this matter also in light of the guidelines on the qualitative and quantitative composition of the board and the members' remuneration published on the Company's website.

Milan, March 28, 2024

The Board of Statutory Auditors

Nicoletta Paracchini




Fabrizio Di Giusto



Paolo Carbone









# 05

Report of the  
Independent Auditors



KPMG S.p.A.  
Revisione e organizzazione contabile  
Via Vittor Pisani, 25  
20124 MILANO MI  
Telefono +39 02 6763.1  
Email it-fmauditaly@kpmg.it  
PEC kpmgspa@pec.kpmg.it

(The accompanying translated separate financial statements of BFF Bank S.p.A. constitute a non-official version which is not compliant with the provisions of the Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815. This independent auditors' report has been translated into English solely for the convenience of international readers. Accordingly, only the original Italian version is authoritative.)

## Independent auditors' report pursuant to article 14 of Legislative decree no. 39 of 27 January 2010 and article 10 of Regulation (EU) no. 537 of 16 April 2014

To the shareholders of BFF Bank S.p.A.

### Report on the audit of the separate financial statements

#### Opinion

We have audited the separate financial statements of BFF Bank S.p.A. (the "bank"), which comprise the statement of financial position as at 31 December 2023, the income statement and the statements of comprehensive income, changes in equity and cash flows for the year then ended and notes thereto, which include material information on the accounting policies.

In our opinion, the separate financial statements give a true and fair view of the financial position of BFF Bank S.p.A. as at 31 December 2023 and of its financial performance and cash flows for the year then ended in accordance with the International Financial Reporting Standards endorsed by the European Union and the Italian regulations implementing article 9 of Legislative decree no. 38/05 and article 43 of Legislative decree no. 136/15.

#### Basis for opinion

We conducted our audit in accordance with the International Standards on Auditing (ISA Italia). Our responsibilities under those standards are further described in the "Auditors' responsibilities for the audit of the separate financial statements" section of our report. We are independent of the bank in accordance with the ethics and independence rules and standards applicable in Italy to audits of financial statements. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

#### Key audit matters

Key audit matters are those matters that, in our professional judgement, were of most significance in the audit of the separate financial statements of the current year. These matters were addressed in the context of our audit of the separate financial statements as a whole, and in forming our opinion thereon, and we do not provide a separate opinion on these matters.

KPMG S.p.A. è una società per azioni di diritto italiano e fa parte del network KPMG di entità indipendenti affiliate a KPMG International Limited, società di diritto inglese.

Ancona Bari Bergamo  
Bologna Bolzano Brescia  
Catania Como Firenze Genova  
Lecce Milano Napoli Novara  
Padova Palermo Parma Perugia  
Pescara Roma Torino Treviso  
Tneste Varese Verona

Società per azioni  
Capitale sociale  
Euro 10.415.500,00 i.v.  
Registro Imprese Milano Monza Brianza Lodi  
e Codice Fiscale N. 00709600159  
R.E.A. Milano N. 512867  
Partita IVA 00709600159  
VAT number IT00709600159  
Sede legale: Via Vittor Pisani, 25  
20124 Milano MI ITALIA



**BFF Bank S.p.A.**  
*Independent auditors' report*  
 31 December 2023

**Recognition of late payment interest on performing loans and receivables acquired without recourse**

*Notes to the separate financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.3 "Financial assets measured at amortised cost"*

*Notes to the separate statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.15 "Other information - Revenue recognition criterion"*

*Notes to the separate financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": section 4 "Financial assets measured at amortised cost"*

*Notes to the separate statements "Part C - Income statement: paragraph 1.2 "Interest and similar income: other information"*

Key audit matter	Audit procedures addressing the key audit matter
<p>When measuring loans and receivables with customers acquired without recourse, the director include the estimated late payment interest that is deemed to be recoverable, in line with Document no. 7 on the treatment of late payment interest under Legislative decree no. 231/2002 on performing loans and receivables acquired without recourse issued jointly by Bank of Italy, Consob (the Italian Commission for listed companies and the stock exchange) and IVASS (the Italian supervisory body for private insurance) on 9 November 2016.</p> <p>We focused on this issue because:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>the carrying amount of uncollected late payment interest is significant;</li> <li>the parameters used to estimate such compensation require the use of statistically-reliable historical figures, based on cash flows and collection times observed at the reporting date;</li> <li>it requires judgement by the directors.</li> </ul> <p>The complexity of the directors' estimation process has been affected by the ongoing uncertainties which have an impact on the current economic conditions and potential future macroeconomic scenarios, with potentially significant effects stemming from the energy market, supply chains, inflationary pressure and the effects of monetary policies on interest rates.</p> <p>For the above reasons, we believe that the recognition of late payment interest on performing loans and receivables acquired without recourse is a key audit matter.</p>	<p>Our audit procedures included:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>gaining an understanding of the bank's processes and IT environment in relation to the estimation of default interest;</li> <li>analysing the late payment interest estimation models used and checking the reasonableness of the main assumptions and variables included therein;</li> <li>assessing the appropriateness of the disclosures about late payment interest.</li> </ul>





**BFF Bank S.p.A.**  
Independent auditors' report  
31 December 2023

### **Recognition of the lump-sum compensation for recovery costs ("40 euros")**

*Notes to the separate financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.3 "Financial assets measured at amortised cost"*

*Notes to the separate financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": section 4 "Financial assets measured at amortised cost"*

*Notes to the separate financial statements "Part C - Information on the income statement": section 14.2 "Other operating income: breakdown"*

<b>Key audit matter</b>	<b>Audit procedures addressing the key audit matter</b>
<p>In accordance with Directive 2011/7/EU of the European Parliament and of the Council on combating late payment in commercial transactions, which established that a creditor is entitled to obtain from the debtor, as a minimum, a fixed sum of €40 as compensation for recovery costs, since 2018, the directors have been claiming €40 from its debtors for each past-due invoice as lump-sum compensation for recovery costs.</p> <p>In its decision of 20 October 2022, the Court of Justice of the European Union confirmed the bank's right to recover €40 for each invoice.</p> <p>Based on their analysis of historical trends of collected compensation, the directors obtained a reliable estimate of the collectable amount. Therefore, starting from the separate financial statements at 31 December 2022, they decided to recognise the above compensation on an accruals basis, based on the same collection percentage adopted in the late payment interest model.</p> <p>At the reporting date, the directors recognised the estimated compensation accrued during the year of €15 million.</p> <p>We focused on this issue because:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>the parameters used to estimate such compensation require the use of statistically-reliable historical figures, based on cash flows and collection times observed at the reporting date;</li> <li>it requires judgement by the directors.</li> </ul> <p>For the above reasons, we believe that the recognition of the lump-sum compensation for recovery costs (€40) on an accruals basis is a key audit matter.</p>	<p>Our audit procedures included:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>gaining an understanding of the parent's processes and IT environment in relation to the estimation of the lump-sum compensation for recovery costs (€40);</li> <li>analysing the models used to estimate the lump-sum compensation for recovery costs (€40) and checking the reasonableness of the main assumptions and variables included therein;</li> <li>checking, on a sample basis, the accuracy of the accounting records;</li> <li>assessing the appropriateness of the disclosures about the recognition of the lump-sum compensation for recovery costs (€40).</li> </ul>



**BFF Bank S.p.A.**  
Independent auditors' report  
31 December 2023

**Recoverability of the carrying amount of investments in subsidiaries**

Notes to the separate financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.5 "Equity investments"

Notes to the separate financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": Section 7 "Equity investments"

Key audit matter	Audit procedures addressing the key audit matter
<p>The separate financial statements at 31 December 2023 include investments in the subsidiaries BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, Unione Fiduciaria, BFF Immobiliare S.r.l. and BFF Techlab S.r.l. recognised at a cost of €109.2 million, €32.7 million, €8.6 million, €4 million and €0.4 million, respectively, accounting for 1.3% of total assets.</p> <p>At each reporting date, the directors check whether there is evidence that these equity investments may be impaired.</p> <p>If indicators of impairment are identified, the directors test these equity investments for impairment by comparing their carrying amount to the cash-generating unit's ("CGU") recoverable amount, calculated using appropriate valuation methods under the circumstances, including with the assistance of external consultants.</p> <p>The complexity of the directors' estimation process has been affected by the ongoing uncertainties which have an impact on the current economic conditions and potential future macroeconomic scenarios, with potentially significant effects stemming from the energy market, supply chains, inflationary pressure and the effects of monetary policies on interest rates.</p> <p>Considering the materiality of the financial statements caption and the high level of estimate required to measure the equity investments' recoverable amount, we believe that the recoverability of the carrying amount of investments in subsidiaries is a key audit matter.</p>	<p>Our audit procedures included:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• understanding the process adopted to measure investments in subsidiaries and to identify any related indicators of impairment;</li> <li>• understanding the process adopted to prepare the impairment tests approved by the bank's directors;</li> <li>• assessing the key assumptions used by the directors to determine the equity investments' recoverable amount. Our analyses included, for each equity investment, checking the indicators of impairment and the assumptions underlying the valuation models and comparing the key assumptions used to external information, where available;</li> <li>• assessing the appropriateness of the disclosures about investments in subsidiaries and the related impairment test.</li> </ul>



**BFF Bank S.p.A.**  
Independent auditors' report  
31 December 2023

### **Measurement of intangible assets with a finite useful life**

Notes to the separate financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.7 "Intangible assets"

Notes to the separate financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": Section 9 "Intangible assets"

Notes to the separate financial statements "Part C - Information on the income statement": section 13 "Amortisation and impairment losses on intangible assets"

<b>Key audit matter</b>	<b>Audit procedures addressing the key audit matter</b>
<p>Further to the business combination with DEPOBank S.p.A., which occurred in 2021, and the completion of the PPA procedure, the directors recognised an intangible asset with a finite useful life of €25.7 million relating to customer contracts.</p> <p>Customer contracts amount to €19 million in the separate financial statements at 31 December 2023.</p> <p>Amortisation and net impairment losses relating to intangible assets with a finite useful life recognised in profit or loss during the year total €2.7 million and solely comprise amortisation charges.</p> <p>The complexity of the directors' estimation process has been affected by the ongoing uncertainties which have an impact on the current economic conditions and potential future macroeconomic scenarios, with potentially significant effects stemming from the energy market, supply chains, inflationary pressure and the effects of monetary policies on interest rates.</p> <p>For the above reasons, we believe that the measurement of intangible assets with a finite useful life is a key audit matter.</p>	<p>Our audit procedures included:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• gaining an understanding of the process used to draft the bank's long-term plan approved by the directors;</li> <li>• checking any discrepancies between the previous year historical and business plan figures, in order to check the accuracy of the forecasting process;</li> <li>• assessing the conditions leading to impairment;</li> <li>• analysing the criteria used to identify the CGUs and tracing the carrying amounts of the assets and liabilities allocated thereto to the separate financial statements;</li> <li>• assessing the appropriateness of the disclosures about intangible assets with a finite useful life and the related impairment tests.</li> </ul>

### **Responsibilities of the bank's directors and board of statutory auditors ("Collegio Sindacale") for the separate financial statements**

The directors are responsible for the preparation of separate financial statements that give a true and fair view in accordance with the International Financial Reporting Standards endorsed by the European Union and the Italian regulations implementing article 9 of Legislative decree no. 38/05 and article 43 of Legislative decree no. 136/15 and, within the terms established by the Italian law, for such internal control as they determine is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

The directors are responsible for assessing the bank's ability to continue as a going concern and for the appropriate use of the going concern basis in the preparation of the separate financial statements and for the adequacy of the related disclosures. The use of this basis of accounting is appropriate unless the directors believe that the conditions for liquidating the bank or ceasing operations exist, or have no realistic alternative but to do so.

The *Collegio Sindacale* is responsible for overseeing, within the terms established by the Italian law, the bank's financial reporting process.



**BFF Bank S.p.A.**  
*Independent auditors' report*  
 31 December 2023

### **Auditors' responsibilities for the audit of the separate financial statements**

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the separate financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditors' report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISA Italia will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these separate financial statements.

As part of an audit in accordance with ISA Italia, we exercise professional judgement and maintain professional scepticism throughout the audit. We also:

- identify and assess the risks of material misstatement of the separate financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control;
- obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the bank's internal control;
- evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by the directors;
- conclude on the appropriateness of the directors' use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the bank's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditors' report to the related disclosures in the separate financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditors' report. However, future events or conditions may cause the bank to cease to continue as a going concern;
- evaluate the overall presentation, structure and content of the separate financial statements, including the disclosures, and whether the separate financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation.

We communicate with those charged with governance, identified at the appropriate level required by ISA Italia, regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

We also provide those charged with governance with a statement that we have complied with the ethics and independence rules and standards applicable in Italy and communicate with them all relationships and other matters that may reasonably be thought to bear on our independence, and where applicable, the measures taken to eliminate those threats or the safeguards applied.

From the matters communicated with those charged with governance, we determine those matters that were of most significance in the audit of the separate financial statements of the current year and are, therefore, the key audit matters. We describe these matters in this report.



**BFF Bank S.p.A.**  
Independent auditors' report  
31 December 2023

#### **Other information required by article 10 of Regulation (EU) no. 537/14**

On 2 April 2020, the bank's shareholders appointed us to perform the statutory audit of its separate and consolidated financial statements as at and for the years ending from 31 December 2021 to 31 December 2029.

We declare that we did not provide the prohibited non-audit services referred to in article 5.1 of Regulation (EU) no. 537/14 and that we remained independent of the bank in conducting the statutory audit.

We confirm that the opinion on the separate financial statements expressed herein is consistent with the additional report to the *Collegio Sindacale*, in its capacity as audit committee, prepared in accordance with article 11 of the Regulation mentioned above.

#### **Report on other legal and regulatory requirements**

##### **Opinion on the compliance with the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815**

The bank's directors are responsible for the application of the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815 with regard to regulatory technical standards on the specification of a single electronic reporting format (ESEF) to the separate financial statements at 31 December 2023 to be included in the annual financial report.

We have performed the procedures required by Standard on Auditing (SA Italia) 700B in order to express an opinion on the compliance of the separate financial statements with Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815.

In our opinion, the separate financial statements at 31 December 2023 have been prepared in XHTML format in compliance with the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815.

##### **Opinion pursuant to article 14.2.e) of Legislative decree no. 39/10 and article 123-bis.4 of Legislative decree no. 58/98**

The bank's directors are responsible for the preparation of the reports on operations and on corporate governance and ownership structure at 31 December 2023 and for the consistency of such reports with the related separate financial statements and their compliance with the applicable law.

We have performed the procedures required by Standard on Auditing (SA Italia) 720B in order to express an opinion on the consistency of the report on operations and the specific information presented in the report on corporate governance and ownership structure indicated by article 123-bis.4 of Legislative decree no. 58/98 with the bank's separate financial statements at 31 December 2023 and their compliance with the applicable law and to state whether we have identified material misstatements.

In our opinion, the report on operations and the specific information presented in the report on corporate governance and ownership structure referred to above are consistent with the bank's separate financial statements at 31 December 2023 and have been prepared in compliance with the applicable law.



**BFF Bank S.p.A.**  
*Independent auditors' report*  
31 December 2023

With reference to the above statement required by article 14.2.e) of Legislative decree no. 39/10, based on our knowledge and understanding of the entity and its environment obtained through our audit, we have nothing to report.

Milan, 28 March 2024

KPMG S.p.A.

(signed on the original)

Roberto Spiller  
Director of Audit

## Resolutions of the Ordinary Shareholders' Meeting

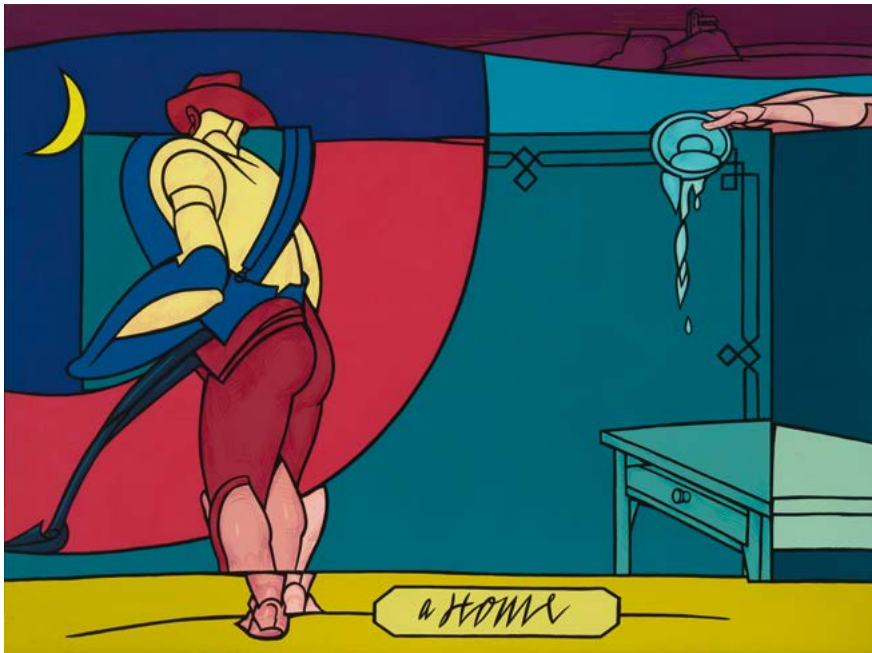
"The Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A., having considered the Report on Operations presented by the Board of Directors, the Report of the Board of Statutory Auditors and the Report of the Independent Auditors, and having examined the Financial Statements for the year ended December 31, 2023, and having considered the Group's Consolidated Financial Statements,

**resolved**

i) to approve the Financial Statements for the year ended December 31, 2023, along with the Report on Operations presented by the Board of Directors, which report a net profit for the financial year of Euro 131,360,488."







Valerio Adami, "A Home - Nocturne", 1990

180x240 cm, Acrylic on canvas  
Collezione BFF